



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



ANDRÉ FELIPE LIMA COSTA

**O GOVERNO LULA E A CRISE DO SINDICALISMO:
A BUSCA PELA RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS COLETIVAS E UM NOVO
SENTIDO PARA O MOVIMENTO SINDICAL**

Recife

2022

ANDRÉ FELIPE LIMA COSTA

**O GOVERNO LULA E A CRISE DO SINDICALISMO: A BUSCA PELA
RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS COLETIVAS E UM NOVO SENTIDO PARA O
MOVIMENTO SINDICAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Transformações do Direito Privado

Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica

Orientador: Prof. Dr. Michel Zaidan.

Recife

2022

ANDRÉ FELIPE LIMA COSTA

**O GOVERNO LULA E A CRISE DO SINDICALISMO: A BUSCA PELA
RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS COLETIVAS E UM NOVO SENTIDO PARA O
MOVIMENTO SINDICAL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Transformações do Direito Privado

Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica

Orientador: Prof. Dr. Michel Zaidan.

A banca examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do Professor Orientador Michel Zaidan, submeteu a candidata à defesa, em nível de Doutorado, e a julgou nos seguintes termos:

Professor(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória aos trabalhadores e trabalhadoras desconhecidos

A você, que não vejo, mas conheço, piso nos seus sonhos de sobrevivência, o concreto é a sua existência. Pra mim, mais um teto, parede ou chão. Pra você, o sustento, o alimento, o cimento que poderia causar Revolução, que preço é o seu pão? O lucro do patrão. A sua redenção o liberta, desperta para um mundo que o vede, você insiste, enxerga. O mundo opressor não quer que você se veja como um trabalhador. O suor pinga, a mão caleja, o coração bate e esbraveja, por que o salário o conforma se a fome é barata pra uma comida cara e você não se incomoda? Produzir e não consumir é a algema invisível do inflexível, o capitalismo ri, bafeja ganância enquanto se cobre com a ignorância como um lençol curto e sujo. O frio venta o cifrão, quem trabalha reza a religião da fé, da perdição ou do perdão? O meio e o modo de produção, o homem máquina, a imaginação, como se armar contra quem paga? Se ama quem sustenta em casa, o dinheiro que compra é o dinheiro que cala. Mundo injusto, mundo imundo, me diz, fala o teu valor, assino um cheque, acumulo dinheiro, pago, mas, por favor, pare de explorar o trabalhador!

Deco Costa

AGRADECIMENTOS

A escrita pode parecer solitária, mas a sua força realmente existe, desnuda-se, quando ganha um sentido e torna-se um sentimento coletivo. Estas linhas não foram diferentes. Eu fui o escritor menos importante. Nunca vi Deus. Gostaria que existisse. Ser necessidade não é estar presente. Dedico este trabalho à minha necessidade de acreditar para tentar tamponar meu atormento, embora meu ceticismo angustiado não permita. Dedico este trabalho ao meu orientador, o professor Michel Zaidan, a quem devo respeito, apreço e gratidão por tanto conhecimento disponibilizado. Dedico este trabalho ao povo brasileiro que por seu ofício de fé, do suor que escorre do rosto, faz da Capes um custeio de sonhos e dias melhores para o país. Dedico este trabalho à classe trabalhadora, aos oprimidos e oprimidas que vendem sua força de trabalho pela necessidade de sobreviver. Dedico este trabalho às vítimas da COVID-19, arrastadas não apenas pelo vírus, mas pelo negacionismo e fascismo. Dedico este trabalho à tia Clara, as primeiras letras do ABC estarão sempre como o primeiro impulso a fazer de cada palavra aqui dita uma realidade possível. Dedico este trabalho a Carlo Cosentino e Ariston Flávio, desde as primeiras impressões, contribuíram para uma conversa virar um pré-projeto e agora uma tese. Dedico este trabalho a Sávio Delano, que faz da advocacia, para além das letras de leis enfadonhas, uma amizade de respeito e passos solidários pelos mesmos caminhos. Dedico este trabalho a Patrícia Fontanella, que faz da distância um detalhe insignificante. Dedico este trabalho a Jefferson Valença e Leon Delácio, amizades valiosas em um mundo caduco, frio e de pouco coração. Dedico este trabalho aos Limitados (Pirikito, Tedesko, Gustavo D'ddazio, Bigode, Taru, Rafael Burgarelli, Guido, K7, Brunello e Mestre Edvaldo), prova viva de que a amizade faz do tempo um único tempo verbal. Dedico este trabalho ao grupo de estudo d' O Capital (André Barreto, Maria Odete, Fydel, Tieta, Vans e Paula Freitas), a academia pode ser um lugar de amizade sincera, estudo feliz e animado. Dedico este trabalho a Marcelo Labanca, alguém que me fez despertar o amor de ser professor. Dedico este trabalho à minha mana Chiara Ramos, que me colocou ainda mais em contato real com as vísceras do mundo liberal preconceituoso e racista. Dedico este trabalho a Isabela Lessa, que fez da sintonia, da empatia, de um ambiente da profissão, um afeto que se tornou uma forte relação. Dedico este trabalho a Cecília Grego, amiga que passeia por todas as etapas da minha vida. Dedico este trabalho a Arthur e Valentina, o Dindo há de ser mais presente. Dedico este trabalho a Anne Cabral, um destino em minha vida, para além da política, Direito e dos vinhos, uma amiga que a vida comigo sempre verá. Dedico este trabalho a Luciano Eufrázio, ausência sentida, um amigo que tanto cuidou de mim, tanto afeto

me legou e de quem a saudade me ensina tanta gratidão. Dedico este trabalho a Bento, sobrinho que vai cedendo o sorriso tímido ao carinho do tio. Dedico este trabalho a Pedro, mainha e painho, meu ninho, minha origem sempre presente a me empurrar aos sonhos que quero sonhar e a quem tudo devo. Dedico este trabalho a Marina, companheira, compreensiva e inspiradora, me deu o meu renascimento, o meu sonho mais vivo que me coloca na proa da esperança e da luta por um mundo melhor, Benício. Dedico este trabalho a Benício, meu refúgio, meu abrigo mais seguro, meu instinto de amor mais genuíno, minha loucura, por quem farei da minha vida uma causa inquieta a não me conformar com a fome, as injustiças e as desigualdades neste mundo descolorido e sujo. Um dia o mundo há de ser colorido.

RESUMO

COSTA, André Felipe Lima. **O governo Lula e a crise do sindicalismo:** a busca pela reconfiguração das lutas coletivas e um novo sentido para o movimento sindical. Recife, 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas/FDR, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Este trabalho analisa a influência do governo Lula (2003 – 2010) na crise do sindicalismo brasileiro e, partindo dessa premissa, a necessidade de se buscar uma nova reconfiguração das lutas coletivas e um novo sentido para o movimento sindical. O corte da pesquisa para a realidade sindical brasileira não rejeita a observação também do cenário internacional, alicerçado por um viés histórico. Faz-se um estudo dos acontecimentos que moldaram o sindicalismo, como o choque das correntes e revoluções liberais, socialistas e anarquistas, pela perspectiva da luta de classes surgidas nas provocações marxianas a partir da Revolução Industrial. Nesse sentido, aprofundar-se-á o que representa economicamente um projeto dirigido pela burguesia, as classes dominantes, e outro pela classe trabalhadora: como a economia se torna um instrumento de captura política ao interesse de quem controla o aparelho estatal. Nesse espeque, imprescindível tratar da narrativa democrática em que mergulham os países ocidentais em concepções teóricas pautadas na liberdade e igualdade que, de certa forma, aliena e faz da democracia apenas uma retórica distante da realidade da maioria, por isso a crise da representatividade democrática. Esse Estado Moderno, herdeiro das revoluções liberais e socialistas, encontra-se em um divã, pois tem como desafio vencer a burocratização e se aproximar de fato de um projeto popular. Abordar-se-á a visão do Estado burocratizado, de uma ineficiência e supressão de liberdade que mesmo os teóricos anarquistas e marxistas não conseguem convencer a transformar essa controversa definição em uma ideia positiva. Por isso, o autor questiona a definição liberal de democracia em que apenas se grita, mas nada se modifica, e sim, pela ótica teórica marxista, possibilitar uma nova vertigem para além das diretrizes da sociedade industrial, coordenada por um neointernacionalismo operário, amalgamado pelo encurtamento geográfico pelo beneplácito da tecnologia. Interromper o ciclo laboral como sobrevivência, não alienar, mas conscientizar. Nesse sentido, será fundamental consolidar e fazer prevalecer o pensamento da luta de classes em detrimento da luta de categoria, afastar a consequência direta do capitalismo, o corporativismo, como moeda de troca eficiente para manter o sistema em favor dos donos do capital. Em seguida, atuar na tentativa de refundar os sindicatos sobre uma nova condição de sindicalismo mais concatenado com movimentos libertários e emancipatórios do século XXI

ante uma visão do século passado em que o movimento sindical se tornou refém de guetos laborais sem dialogar de fato com as necessidades libertárias mundiais. Mais adiante, investigar-se-á como a precarização das condições de trabalho, agudizada pela captura da estética neoliberal, faz da cultura do empreendedorismo não uma vocação empresarial, mas uma alienação de quem é trabalhador ou trabalhadora e não se reconhece. Cada vez mais o individualismo demarca o pensamento da classe trabalhadora. No entanto, a organização sindical, entendendo o poder da comunicação das redes sociais e adjacentes, pode se transformar numa ferramenta de reaproximação e empatia com o sofrimento coletivo e não um mote de alienação. Por fim, demonstrar-se-á que um país com gargalos históricos estruturais como o Brasil, alicerçado no escravagismo, racismo estrutural e institucional, não encontrará solução com a tomada do poder político por um partido de centro-esquerda, enquanto o pensamento dos trabalhadores ou trabalhadoras latino-americanos, pautados no complexo, afastados da dignidade, confundirão políticas emancipatórias com políticas conciliatórias, afagados pela economia. Serão vulneráveis para projetos fascistas populistas, os quais atuam em políticas contrárias aos seus interesses, mas atuam nos costumes e fortalecem o complexo da classe trabalhadora. O projeto político sucumbirá sem a resistência que somente a teoria marxista seria capaz de sustentar.

Palavras-chave: crise do sindicalismo; luta de classes; democracia liberal burguesa; precarização do trabalho; movimento sindical; neoliberalismo.

ABSTRACT

COSTA, André Felipe Lima. **The Lula government and the crisis of trade unionism: the Search for the reconfiguration of collective struggles and a new meaning for the trade union movement.** Recife, 2023. Thesis (PH in Law) – Postgraduate Programme in Law, Centre for Legal Sciences/FDR, Federal University of Pernambuco, Recife, 2023.

This paper analyses the influence of the Lula government (2003 – 2010) on the crisis of Brazilian trade unionism and, based on this premise, the need to seek a new reconfiguration of collective struggles and a new meaning for the trade union movement. The research focus on the Brazilian trade union reality does not reject the observation of the international scenario, based on a historical bias. A study is made of the events that shaped trade unionism, such as the clash of liberal, socialist and anarchist currents and revolutions, from the perspective of the class struggle that emerged in the Marxian provocations from the Industrial Revolution. In this sense, it will deepen what economically represents a project directed by the bourgeoisie, the ruling classes, and another by the working class: how the economy becomes an instrument of political capture in the interest of the those who control the state apparatus. In this context, it is essential to address the democratic narrative in which Western countries are immersed in theoretical conceptions based on freedom and equality that, in a way, alienates and makes democracy only a rhetoric far from the reality of the majority, hence the crisis of democratic representativeness. This Modern State, heir to the liberal and socialist revolutions, is on a couch, as it has the challenge of overcoming bureaucratisation and actually approaching a popular project. The vision of the bureaucratised state will be addressed, of an inefficiency and suppression of freedom that even anarchist and Marxist theorists cannot convince to transform this controversial definition into a positive idea. For this reason, the author questions the liberal definition of democracy, in which nothing is changed but nothing is perspective, to enable a new vertigo beyond the guidelines of industrial society, coordinated by a labour neointernationalism, amalgamated by geographical shortening through the benevolence of technology. Interrupting the labour cycle as survival, not to alienate, but to raise awareness. In this sense, it will be fundamental to consolidate and make prevail the thought of class struggle to the detriment of category struggle, to remove the direct consequence of capitalism, corporatism, as an efficient bargaining chip to maintain the system in favour of the owners of capital. Then, to act in an attempt to refound the unions on a new condition of unionism more concatenated with libertarian and emancipatory movements of the 21st century before a vision of the last century in which the union movement became hostage to

labor ghettos without actually dialoguing with the world libertarian needs. Later, we will investigate how the precariousness of working conditions, exacerbated by the capture of neoliberal aesthetics, makes the culture of entrepreneurship not a business vocation, but an alienation of those who are workers and do not recognise themselves. Individualism increasingly marks the thinking of the working class. However, trade union organisation, understanding the power of social media communication, can become a tool for rapprochement and empathy with collective suffering and not a motto for alienation. Finally, it will be shown that a country with structural historical bottlenecks such as Brazil, based on slavery, structural and institutional racism, will not find a solution with the seizure of political power by a centre – left party, while the thinking of Latin American workers, based on the complex, far from dignity, will confuse emancipatory policies with conciliatory policies, stroked fascist projects, which act on policies contrary to their interests, but act on customs and strengthen the working class complex. The political project will succumb without the resistance that Only Marxist theory could sustain.

Keywords: crisis of trade unionism; class struggle; Bourgeois liberal democracy; precariousness of labour trade union movement; neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	16
1.1 Formação da sociedade industrial e a continuação por ressignificação proletária da exploração no chão de fábrica	16
1.2 Chão de fábrica ardia, o liberalismo chicoteava e as contestações se formavam.....	30
1.3 A força de trabalho assalariada a serviço do lucro, a exploração continua de mãos dadas.....	43
1.4 O mundo pelo retrovisor e a luta de classes como caminho e destino	57
1.5 O anarquismo como grito incendiário do movimento operário	70
2 ECONOMIA E POLÍTICA.....	87
2.1 Economia e a política: contradições e convergências em prol da classe trabalhadora.....	87
2.2 O Estado de Bem-Estar social, o capitalismo de boutique e o capitalismo selvagem: nuances e dosimetrias de uma economia para exploração e espoliação	103
3 A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E OS DIREITOS SOCIAIS EM DEBACLE	123
3.1 O neoliberalismo e a democracia representativa, inconciliáveis vontades e visões de mundo	123
4 SINDICATOS SEM SINDICALISMO	161
4.1 Sindicatos sem sindicalismo.....	161
4.2 A sociedade industrial, berço do chão de fábrica e da luta sindical	180
4.3 A luta de classes como sentido da verdade para a existência sindical	199
4.4 Os sindicatos como paradoxo da sociedade industrial e do <i>homos economicus</i>	218
4.5 No neoliberalismo, os sindicatos como o grito de suspiro da classe trabalhadora.....	236
5 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO GRANDE DESAFIO PARA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	259
5.1 O sindicato necessário no mundo insistente em trabalho precarizado.....	259
5.2 O trabalho precarizado, o mundo unipolar e a retórica liberal alienante	275
5.3 A classe trabalhadora precarizada, a luta de classes desidratada e o neoliberalismo como paradigma ideológico triunfante	292

6	O GOVERNO LULA (2003 – 2010): A CLASSE TRABALHADORA NO PODER POLÍTICO BURGUEÊS, CONTRADIÇÕES, VIABILIDADE E REALIDADE	309
6.1	O Partido dos Trabalhadores e a democracia liberal burguesa: convergências mais do que divergências	310
6.2	O governo Lula: do ungido a resistir ao neoliberalismo, à subserviência e aceitação da lógica econômica mundial.....	331
6.3	A sociedade industrial mais que tardia brasileira, impactos e consequências na formação da resistência da classe trabalhadora no Brasil.....	354
6.4	Partido dos Trabalhadores e o governo Lula: ponto de inflexão ou ponto de aceitação? As nuances de um partido trabalhista no poder	379
7	OS SINDICATOS NO <i>ESTABLISHMENT</i>: ABRANDAMENTO NAS COBRANÇAS E ACOMODAÇÃO NAS PAUTAS.....	401
7.1	Os sindicatos: entre a missão da busca do poder político e o desafio de evitar a burocratização	401
7.2	O neoliberalismo como sonífero político aos sindicatos	420
7.3	O governo Lula, os sindicatos e a democracia liberal burguesa: teorias divergentes em busca de uma prática convergente.....	439
7.4	O governo Lula, os sindicatos: ações e omissões na burocracia do poder, um Brasil complexo e o desafio de se encontrar com o seu povo	460
	CONCLUSÃO.....	481
	REFERÊNCIAS	484

1 INTRODUÇÃO

O tema da presente tese é o governo Lula (2003 – 2010), a crise do sindicalismo, a busca pela reconfiguração das lutas coletivas e um novo sentido para o movimento sindical sob o ponto de vista do ordenamento jurídico e político brasileiro, levando-se em consideração aspectos do cenário internacional relativo ao tema, alicerçado também por um viés histórico.

O Brasil, consabidamente, atravessa uma aguda crise institucional e política. Os alicerces da República têm sofrido um real abalo no mister das suas funções diante da desestrutura acarretada por oportunismos políticos, agregada a interesse de agentes e personagens políticos do Estado. Diante de um conturbado momento econômico, aproveitou-se o ensejo para se redirecionar a problemática da economia para o âmbito político-eleitoreiro e, na ânsia de se deslegitimar um governo, deslegitimou-se a própria República.

A deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 por um golpe de Estado jurídico-parlamentar, transvestido de *impeachment*, abriu o flanco do país para a agenda neoliberal. Reformas que atingiam a previdência e a legislação trabalhista foram encomendadas como prêmio ao potentado econômico patrocinador do ataque ao Estado Democrático de Direito erigido com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

A Reforma Trabalhista, sob o manto da Lei nº 13.467, de 2017, foi entregue e praticamente desmantelou todo o tecido social trabalhista que vinha em constante progresso desde a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A inconstitucionalidade da polêmica reforma por se chocar com dispositivos constitucionais, leiam-se arts. 7º e 8º da CRFB/88, foi solenemente ignorada. A sanha do mercado financeiro, novo bedel do capitalismo mundial, ditava o debacle do frágil Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Na verdade, o país em transe desde as jornadas de junho de 2013 não esboçava força suficiente nas ruas para resistir.

Além disso, no ano seguinte, em 2018, o ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, era alvo de uma caçada sem precedentes orquestrada pela Operação Lava Jato¹, até

¹ Tempos depois quedou-se, demonstrando o que já se suspeitava, a Lava Jato era uma operação política com finalidade política. O Supremo Tribunal Federal, em 2021, declara a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro e anula as condenações do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, devolvendo os seus direitos políticos e tornando-o novamente elegível. GOES, Severino. Moro é suspeito para julgar Lula, decide Supremo Tribunal Federal por 7 votos a 4. **Consultor Jurídico**, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-23/moro-suspeito-julgar-lula-decide-stf-votos>. Acesso em: 9 out. 2022.

então marco no combate à corrupção para grande parte da população. No seu desenrolar, conseguiu o prêmio final: a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tal fato o inviabilizou de participar das eleições de 2018, abrindo as condições para a eleição de um presidente representante da extrema direita e com fortes inclinações fascistas, Jair Messias Bolsonaro.

Todo esse trágico enredo se desenrola após 16 (dezesseis) anos de governos trabalhistas, com o então presidente Lula obtendo altos índices de aprovação, em reconhecimento a políticas sociais que propiciaram a ascensão ao melhor padrão econômico de uma boa parcela da população. Estima-se que 40 (quarenta) milhões de pessoas saíram da linha de miséria extrema.

Como pode um país que experimentou uma guinada social tão favorável da sua população, pouco tempo depois se ver inerte à retirada de direitos sociais fundamentais para o seu acesso à dignidade? Algumas conclusões podem ser expressas, como o avanço de neoliberalismo e a crise da democracia liberal representativa, temas que inclusive serão também aqui tratados.

Como pode governos trabalhistas não construírem legados de memória pelas políticas feitas que permitissem uma conscientização maior de resistência à retirada desses direitos sociais? Há uma investigação mais profunda, é exatamente nessa linha do tempo e dos fatos que a pesquisa irá se debruçar. O poder político foi ocupado, mas não foi disputado e o que é mais grave: o sindicalismo não foi reinventado, renovado e perdeu capacidade de representatividade com a classe trabalhadora.

O neoliberalismo é uma corrente econômica de cartilha conhecida que vem se alastrando desde o final da década de 70 do século passado: como não se precaver? O controle dos fundos de pensão das empresas públicas bastava? Como foi exercitada a representatividade da classe trabalhadora enquanto o Partido dos Trabalhadores e o seu principal líder popular estava no poder?

Mais do que o acesso aos bens materiais e não uma busca de políticas emancipatórias explica a letargia do movimento sindical brasileiro após o principal líder sindical do país ocupar a presidência da República por dois mandatos e emplacar a sucessora. Por que o movimento sindical no Brasil encontra repulsa e até retaliação pela classe trabalhadora local?

A captura da estética debatida pelos autores da escola de Frankfurt parece servir sob medida à classe trabalhadora e ao movimento sindical brasileiro, mas não é só. Em um país com um forte alicerce escravagista, o emprego parece mais ser um favor do que uma compra da força de trabalho e lutar por direitos parece um constrangimento contra o patrão. Há um

complexo de pertencimento de classe que atrapalha se autoconhecer e reconhecer o seu lugar para reivindicar o que seria de justiça.

Nesse cenário, a pesquisa irá se debruçar sobre fragilidade do movimento sindical exatamente mal trabalhado nos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003 – 2010). Houve uma acomodação na ocupação de cargos, sem atentar para importância da governança baseada na disputa de ideias. Apresenta-se, pois, um sério sofisma do Estado brasileiro: o aparelhamento institucional pelas classes dominantes.

Tanto os poderes sufragados quanto os não eleitos - Judiciário e o Ministério Público - se movimentam sob o raciocínio de um Estado para privilegiados. Há de se enxergar a culpa do não enfrentamento dessa lógica pelo Partido dos Trabalhadores e mais precisamente pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas será que caberia justamente a ele enfrentar a institucionalidade elitista, já que simplesmente chegar ao poder já seria um enfrentamento, ou a alguém advindo e advinda dos salões nobres da burguesia brasileira?

Todas essas perguntas serão balanceadas em evidências e se tentará demonstrar uma nova reconfiguração aos movimentos sindicais e sociais por lutas coletivas mais amplas, vitais e necessárias. Mas como? A pesquisa dirá.

O capítulo 1 traça um perfil histórico do movimento operário, aspectos da sua formação e de como o chão de fábrica começou a se constituir em um retrato fidedigno do liberalismo ancorado na exploração da mão de obra proletária. O salário mais se vestia como um “cala a boca” necessário do que um grito libertário de alforria, pois a economia o consentia pela nova dinâmica industrial, sem qualquer apego moral. O açoite não necessariamente se calava, apenas falava e conciliava em novas formas de dominação.

O capítulo 2 apresenta um cotejo entre a Economia e a Política, as contradições, tramas e amarras que fazem do modelo econômico liberal e neoliberal caçadores severos dos direitos da classe trabalhadora. O Estado de Bem-Estar Social aparece com um pacto de boa convivência, mas que na verdade atende à classe dominante. Faz o capitalismo de boutique ao gosto da democracia liberal burguesa.

O capítulo 3 analisa a crise da democracia representativa liberal e os direitos sociais em debacle sob o panorama mundial e local. Será estudado como o neoliberalismo flerta com vozes políticas e autoritárias e despreza a democracia como padrão civilizatório a ser seguido. A captura da política pela economia se veste aos interesses de um capital financeiro contraproducente, especialista em acarretar crises e debitar o prejuízo na classe trabalhadora.

O capítulo 4 trata de um fenômeno cada vez mais comum em épocas de culto ao empreendedorismo: criar estratégias de dispersar a consciência de classe e a importância do

sindicato em um ambiente que repele o movimento sindical. Busca-se verificar como conscientizar a classe trabalhadora, em um período em que o neoliberalismo faz uma captura da estética, de criminalização ao ambiente sindical, onde os explorados e exploradas não se sentem violentados e violentadas.

O capítulo 5 detalha como a precarização do trabalho se apresenta como um grande desafio para a classe trabalhadora. A catequização da relativização de direitos no bojo da classe trabalhadora incutiu a ideia de que ou se tem direitos ou emprego, trazendo uma aceitação de condições de trabalho precárias como se fora normal. Como sair da encurralada visão corporativa, típica do individualismo capitalista, que prioriza a luta de categoria ante a luta de classes. Essa domesticação imposta serve como uma anestesia que tira o foco do real enfrentamento e divide a classe trabalhadora quanto ao que deveria ser uma bandeira unificada: o combate a todo tipo de exploração.

O capítulo 6 estuda como o governo Lula (2003 – 2010) criou uma perspectiva de poder e não exerceu a sua mudança efetivamente. O governo foi regido pela lógica burguesa, a classe trabalhadora foi catapultada a uma cultura da classe dominante, sem entender o seu lugar do fato, a dificultar e consolidar o panorama de classe.

O capítulo 7 analisa como os sindicatos foram cooptados pelo *establishment* não apenas na ocupação da máquina, mas como se pensou a máquina, desmobilizando o ambiente sindical, criando uma letargia, fazendo sem perceber as diretrizes da cartilha neoliberal. Ver-se-á como os sindicatos perderam representatividade, refletindo-se inclusive em suas filiações, facilitando o processo de derrubada da Presidenta Dilma Rousseff, pela passividade nas ruas, sem poder de mobilização.

A conclusão revisa e resume os principais assuntos abordados para, ao final, apresentar as considerações concernentes a este trabalho.

A redação deste trabalho empregou a língua portuguesa de uso corrente no Brasil. Com relação à técnica de pesquisa, utiliza-se a modalidade bibliográfica com a análise de leis e de outras fontes de direito sobre a matéria.

1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Com o advento da sociedade industrial, surgem novas relações e dominações laborais que culminam na denominada classe proletária. Essa massa de trabalhadores e trabalhadoras, convivendo nas angústias e injustiças dos chãos de fábricas, dá impulso à história do movimento operário. A dialética trabalhista iria ditar e impactar até os dias de hoje o panorama cultural e social do mundo contemporâneo.

1.1 Formação da Sociedade Industrial e a Continuação por Ressignificação Proletária da Exploração no Chão de Fábrica

O movimento operário, mais do que um simples movimento histórico de cunho temporário, foi a resignificação de uma luta que impactou os rumos da sociedade industrial então vigente e consolidada. Fez eco e impulsionou a corrente liberal a entender e entregar como contraproposta ideológica o Estado de Bem-Estar Social como uma necessidade a frear o ímpeto das ideais socialistas.

Na dicotomia que começava a existir entre o liberalismo e o socialismo, a luta operária deu prática ao embate de classes e influenciou culturalmente o modo como os direitos sociais passariam a ser valorizados e um Direito do Trabalho, ainda embrionário, começava a se formar à luz das necessidades de legislações mais sensíveis frente às desigualdades as quais começavam a demarcar o ambiente da sociedade industrial então formada.

Após a Primeira Revolução Industrial, o implemento da mecanização no trabalho humano e uma indisposição por interesses do mercado ao trabalho escravo trouxeram uma nova percepção nas relações laborais que se formavam. O feudalismo abria passagem ao capitalismo, os meios e modos de produção importavam e demandavam lucro. O trabalho remunerado não surgiria como uma benesse, mas como uma nova condição para a mais-valia ser garantida aos proprietários dos meios de produção.

A economia fincada no escravismo começou a demonstrar fadiga e desgaste que causaram a ruína da sociedade antiga. Entretanto, na Antiguidade, nem as classes dominantes, nem as dominadas, talvez pela própria limitação do modelo escravagista - seja pelas faltas de condições revolucionárias ou até reformistas - conseguiam ir além do já praticado. Assim, o declínio mostrou-se inevitável. Mais adiante, a burguesia parte para o enfrentamento e

rompimento contra a sociedade absolutista e feudal, na busca de uma independência econômica que apontasse uma força de trabalho não escrava.²

A doutrina liberal, amparada nos ideais do livre mercado, defendia a circulação de mercadorias como agente definidor da economia. Segundo essa premissa, o mercado, como se fora a Lei da Gravidade, iria se autorregular. O equilíbrio social seria atingido quase como uma ciência natural. As desigualdades seriam atenuadas e corrigidas pela dinâmica da oferta e procura, como se as oportunidades do poder de compra fossem consentidas e permitidas sem qualquer diferenciação.

No entanto, conforme o entendimento de Polanyi:

A ideia de um mercado capaz de ajustar a si mesmo implicava uma flagrante utopia. Tal instituição não teria como existir de maneira duradoura sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria seu meio ambiente num deserto.³

A garantia da propriedade privada pontuava como principal bandeira da supracitada doutrina liberal. O Estado apareceria mais permissivo no tocante ao direito da propriedade para as classes burguesas. Diferentemente do feudalismo, alinhavado à percepção de castas, a burguesia – a novel nobreza no capitalismo incipiente – passava a ser a avalizadora dos rumos estatais. A legislação seria sob encomenda. O povo, a classe trabalhadora, mais uma vez exercia o papel de explorado, agora sob os auspícios burgueses.

A propriedade, libelo liberal, continuava a ser restrita. O triunvirato liberdade, igualdade e propriedade privada continuava a ser exclusividade da classe burguesa tal qual uma grife. Para a classe trabalhadora, o capitalismo servia como uma utopia que mais parecia uma distopia do quão distante estava da realidade de quem com a venda do seu tempo financiava forçosamente a riqueza dos seus proprietários, que mesmo com oficioso fim da escravidão, não detinha a autonomia do seu próprio tempo. Da sua própria vida. Do seu próprio destino.

Nesse sentido, Felicité de Lamennais já demarcava posição em 1839:

O que era o escravo em relação ao senhor? Um instrumento de trabalho [...]. O que é hoje o proletário em relação ao capitalista? Um instrumento de trabalho. Alforriado pelo direito atual, legalmente livre de sua pessoa, ele não é propriedade vendável ou comprável daquele que o emprega, é verdade. Contudo, essa liberdade é ilusória. O corpo não é escravo, mas a vontade é.

² LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. Trad.: Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018a. p. 146.

³ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Trad.: Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021. p. 29.

Alguém pode dizer que seja vontade verdadeira a que só pode escolher entre uma morte horrível, inevitável, e a aceitação de uma lei proposta? As correntes e as chibatas do escravo moderno é a fome (De l'esclavage moderne [A escravidão moderna]).⁴

Diante desse panorama, as cidades fabris do século XIX, do início da Revolução Industrial, começavam a se tornar um reduto de contestação ao modelo econômico liberal. Cada vez mais a classe trabalhadora percebia que a insuficiência da venda de sua força de trabalho para a garantia da sua subsistência não seria um mero equívoco do sistema, mas sim a ideia - o conceito - que fazia esse mesmo sistema existir.

O salário não tinha como intenção ser justo, muito pelo contrário. Constituíam-se apenas uma nova dinâmica para continuar a produzir injustiças, mas ao molde capitalista. Aliás, logo se percebeu que o sentido de justiça não está no pagamento da força de trabalho e sim no quanto se paga para que os proprietários não apenas lucrassem, mas adquirissem a mais-valia em cima da exploração e da desigualdade.

O salário, tanto quanto os preços dos produtos, é indubitavelmente influenciado pelos proprietários do capital dentro do interesse do mercado. Há uma influência direta das necessidades e vontades da iniciativa privada a impactar o modo como a economia irá tentar controlar a pauta política do Estado, invertendo o fluxo da cadeia da dominação. Ou seja, se a pauta econômica prevalecer, o poder político será controlado pelos donos dos meios de produção.⁵

As ebulições sociais, como uma comporta prestes a sangrar, contaminavam o tecido social proletário e as reivindicações se avolumavam como um grito incontido a ecoar por todo o lugar em que a desigualdade, a miséria, imperassem. O *laissez-faire* já não convencia, comovia trabalhadores e trabalhadoras a se indignarem por condições de trabalho que poderiam se diferenciar da escravidão até na forma, mas não no conteúdo, pois a similitude da exploração permanecia. O caldo da inquietação estava formado.

Toda essa conturbação social começou a inspirar questionamentos à ordem posta. Os movimentos por melhores condições de trabalho seriam um laboratório de ideias em busca de concretude a desencadear teorias e doutrinas contestatórias. Como não inquirir esse Estado que só exercia direito para um lado? Como não se indignar com crianças e gestantes trabalhando como se nada importasse além do lucro? A sociedade industrial formava - se do mesmo modo que a feudal, sem qualquer olhar para a base da pirâmide social.

⁴ FÉLICITÉ DE LAMENNAIS *apud* OLIVIER, Pétre-Grenouilleau. **A História da Escravidão**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 26.

⁵ GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. Tradução: Ênio Matheus Guazzelli & Cia. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 49.

Os fenômenos sociais, diferentemente dos naturais, se movimentam e respondem aos estímulos que recebem da sociedade. Um Estado que oprime faz da sua ação uma convocação à exclusão, legitima o som do capital que grita em silêncio nos corpos cansados e explorados de quem não era considerado humano, apenas uma mão de obra.

O Estado, solapado pelos interesses do dito mercado, foi capturado pelos donos dos meios de produção que detinham o controle econômico. Assim, a classe trabalhadora pós-Revolução Industrial percebia-se tão órfã quanto no período feudal. Continuava a ser preterida nos mais elementares direitos que deveriam ser signatários e signatárias.

A mecanização do trabalho humano trouxe pelo menos no primeiro momento a ideia de que o trabalho fabril repetitivo, braçal e fatigante encerraria um ciclo de exploração, os novos padrões laborais seriam pautados pelo incremento da tecnologia como um alibi nas condições dos chãos de fábrica. No entanto, não seria a tecnologia que iria modificar uma ideologia. A ideologia liberal não descartava a exploração, muito pelo contrário. A máquina não veio simplesmente para substituir, mas para se somar na possibilidade de explorar.

Aliás, assiste-se não a uma conciliação assimiladora entre mercado e Estado, em um processo ontológico de modificação das sociedades industriais afiançadas pelas ciências naturais, mas sim um contundente colapso histórico. Mercado e Estado, mancomunados por agentes tecnológicos e das ciências naturais, quando postos em movimento, seguem uma condição basal social mais profunda, a sociedade do trabalho não denomina um estado ontológico fundamental para a humanidade.⁶

Esse foi o ponto nevrálgico da teoria liberal. A sutileza do livre mercado escondia em teoremas a então liberdade do mercado controlado por quem detém o poderio econômico, no caso, a propriedade privada, os donos dos meios de produção. O liberalismo não significa liberdade, significa propriedade do capital. Por isso, seria fundamental o Estado disputar os rumos econômicos para fazer com que o papel do dinheiro não seja uma lógica do acúmulo, mas da distribuição. Eis a encruzilhada latente no mundo há mais duzentos anos.

No século XVIII, a Inglaterra não se constituía majoritariamente um sistema feudal, pois até a sua típica aristocracia encastelada fenecia de uma mentalidade mercantil. Na composição das chamadas “classes médias” prevaleciam os grandes comerciantes, banqueiros e negociantes de dinheiro. A totalidade da riqueza se concentrava em Londres, os próprios industriais adquiriam rendimentos muito inferiores aos obtidos pelos mercadores e

⁶ KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad.: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 17.

financistas. Anote-se também que os altos funcionários da Coroa possuíam uma riqueza ainda mais proeminente em detrimento aos empresários da indústria.⁷

A mecanização da mão de obra não diminuiu a exploração, pois a lógica liberal nunca foi acabar com exploração, mas apenas desenvolver uma falsa premissa de que existiria uma liberdade econômica, quando na verdade o livre mercado se tornaria uma espécie de prisão ideológica por quem estava a ser explorado. Uma aporia para quem se achava em liberdade não perceber que continuava ainda quase como um escravo.

Assim, o liberalismo vestido nas bandeiras da burguesia fazia um novo tratado ao mundo ocidental na nascedoura sociedade industrial. Os seus pilares vestiam o Estado para agir e proteger a propriedade. Ter uma política estatal econômica refém das vontades da classe burguesa, em certa medida, inevitavelmente afetou aspectos como a própria soberania. A tão propagada liberdade não foi relativizada, foi instrumentalizada e adestrada ao gosto de quem monopolizava o capital.

Depois de um período marcado por um domínio estatal feudal, em que os privilégios se colocavam para a nobreza enquanto uma massa de pessoas orbitava em torno da miséria, a teoria do liberalismo (o livre mercado) encontrou campo fértil para se desenvolver e ser aceito. O bastião da indignação era facilmente canalizado ao aceite do que seria a salvação. O próprio conceito, há de se convir, é convidativo a levar para uma falsa percepção da possibilidade de igualdade e oportunidade.

O mercado pertence a alguém. Se não é o Estado, existe um proprietário, e é exatamente essa captura da estética da alienação que repousa no inconsciente de quem se fazia explorado ou explorada; já à época, um embrionário conceito da meritocracia se percebia quando se difundia a percepção da igualdade como possível a quem trabalhava num chão de fábrica e já tinha de estar satisfeito por perceber um salário.

Nos ensinamentos de Paulo Freire, “[...] raros são os camponeses que, ao serem ‘promovidos’ a capatazes, não se tornam mais dutos opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo”.⁸ Todo esse encantamento pela lógica dominadora é assimilado como uma condição de pertencimento ao novo *status quo*, pautado na lógica de quem domina tem o controle da mão de obra e conseqüentemente do lucro. Desse ponto se estimulam a ganância e a individualidade, atributos fortemente presentes na lógica liberal e do capital.

⁷ HOBBSBAWM, Eric. “The Example of the English Middle Class”. In: KOCKA, Jürgen; MITCHELL, Allen. (Orgs.). **Bourgeois Society in Ninettnth**. Century Europe: Oxford Press, 1993. p. 133.

⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 44-47.

A ideologia liberal encantava pela teoria, enriquecia quem dela vivia e adoecia quem nela trabalhava. A lógica do lucro será sempre o lucro, como um concreto em que a sua natureza é ser duro. Na dinâmica insana do capitalismo, pensar em quebrar a lógica do acúmulo parece ir de encontro à própria lógica do que seria a sua essência. Foi exatamente a percepção dessa essência insensível que gerou os desdobramentos para que novas doutrinas questionassem o livre mercado.

Segundo Keynes:

Em suma, o dogma se apropriou da matriz educacional. Tornou-se um receituário de manual. A filosofia política que os séculos XVII e XVIII forjaram para derrubar reis e prelados se converteu em leite para bebês e, literalmente, adentrou o quarto das crianças. Não é verdade uma dedução correta dos princípios da teoria econômica afirmar que o egoísmo esclarecido leva sempre ao interesse público. Nem é verdade que o autointeresse é, em geral, esclarecido.⁹

Por que o Estado não poderia ser controlado pela classe proletária? Por que teria de existir o Estado? Essas duas indagações estão no cerne da questão das compreensões que começavam a surgir e inquietar a mão de obra fabril. Estava sedimentado o contraponto que iria rivalizar com os clássicos liberais. E iria semear ideologias que mais adiante se colocariam como uma opção de disputa na lógica de dominação estatal. O social começava a se impor diante do capital e incluir uma massa de pessoas que iria muito além de números frios.

Eram pessoas que começaram a ser vistas de carne e osso, por uma ideia de que o Estado iria se importar com as suas angústias e condições de vida. Com a certeza de que bastava a livre circulação de mercadorias para se chegar à pujança econômica e a riqueza se espalhar, cada vez mais novas indagações surgiam, os fenômenos sociais como um objeto de interesse humano em que o controle de “um homem por outro homem” definiria muito mais do que um conceito econômico, seria o que restou conhecido como luta de classes.

Alguns a refutam, mas o fato é que essa ideia é o cerne do capitalismo. Desenvolver a sociedade em classes é exatamente a lógica de pessoas comportizadas em que umas valem mais do que outras. São precificadas pelo que tem e não pelo que são, totalmente dentro da lógica do mercado, em que o produto não é produzido para ser consumido por todos e todas, mas para quem conseguir adquirir, não importando se quem o produz pode ou não o adquirir. O capitalismo não se preocupa com o acesso ao produto, mas somente pelo seu acúmulo.

⁹ KEYNES, John Maynard; MOGGRIDGE, Donald. “Essays in Persuasion”. In: MOOGGRIDGE, Donald (org.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. Londres: Macmillan, 1972. v. IX. p. 280.

O liberalismo se caracteriza como um mundo de tensões, pois seu ajuntamento de regras econômicas, desde o princípio, demonstra-se conflitiva. O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes da mão invisível do mercado se colocam como verdades absolutas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX. Não seria tão simples quebrar essa lógica tida como a máquina do progresso e romper o alegado equilíbrio social.¹⁰

Sob esse prisma, imaginar extenuantes jornadas de trabalho, condições precárias e baixos salários como uma questão circunstancial, conjuntural e não estrutural, é se render ao equívoco ou até mesmo ao ilusionismo do que verdadeiramente está como pedra fundamental ao conceito do capitalismo. Não há como viver realidades diferentes e não ao menos se perguntar quem determinou essa estrutura.

Quando se analisa a luta de classes apenas sob um prisma ideológico, trata-se de uma forma reducionista de interpretar o próprio materialismo histórico. E por que se fala em luta de classes apenas no capitalismo e não na vigência do feudalismo? Porque no regime feudal as classes eram estamentos aos quais se pertenciam sem qualquer possibilidade questionadora por ser uma condição vista como genotípica, assim se nasce, assim se morre. Não há acaso, é destino.

Nesse sentido, Paulani assinalava que:

Numa sociedade de castas ou estamentos, ou no mundo feudal da Idade Média, [esse] problema [da coesão social] não se coloca: ainda que existam aí conflitos, a questão da organização da existência material do homem está a priori resolvida por uma bem definida estrutura hierárquica, que diferencia os homens uns dos outros a partir de suas origens e estabelece de modo explícito suas relações de dependência pessoal e, a partir daí, seus papéis no processo produtivo.¹¹

A luta de classes quase nunca se apresenta em seu estado mais puro, também em determinadas ocasiões não envolve os sujeitos diretamente antagonistas; no entanto, é justamente por essa ausência de “pureza” que pode ocorrer uma revolução social vitoriosa. O próprio Marx suscita a hipótese de que uma “revolta proletária” poderia também incorrer no país capitalista mais desenvolvido.¹²

¹⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad.: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37.

¹¹ PAULANI, Leda Maria. A questão da estabilização nos anos 80: um enfoque institucional. **Revista de Economia Política**, v.14, n.1, jan./mar.1994. p. 20.

¹² LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes**: uma história política e filosófica. Trad.: Sílvia de Bernardinis. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 37.

A partir do momento que a burguesia ascende ao protagonismo político, reivindica o seu lugar e promove a liberdade como baliza da nova ordem posta, sinaliza que uma provável integração, concessão de direitos seria respeitada nesse Estado Liberal que começava a surgir. Ocorre que a liberdade foi logo instrumentalizada para resguardar a propriedade como condição imutável do pensamento burguês.

E ao garantir a propriedade, sem um contraponto aos que não possuíam propriedade pelo simples fato de sequer ter recurso para possuir algo, além da sua disposição de trabalho, origina o embate de classes pelo controle antes do Estado para se atingir a possibilidade de propriedade. Tanto que as doutrinas divergentes do capitalismo discutiam estratégias diferentes para o Estado, seja pela sua extinção, seja sob a perspectiva da sua dominação pela classe proletária.

E tudo isso, por mais que possa parecer uma continuação dos estamentos feudais, difere diametralmente exatamente pela burguesia ter como valor precípuo a liberdade, atraindo a ideia de que existiria uma movimentação alicerçada nos fenômenos sociais de reocupação de classes. Ledo engano. O capitalismo apenas trazia a expectativa, dificultando ao máximo a possibilidade. Percebendo esse falso condicionante, as doutrinas antiliberais se desenvolveram no sentido de fazer pensar que os meios de produção se movimentam pelas necessidades proletárias.

Para Lênin,

o capitalismo deixaria de ser capitalismo se o proletariado “puro” não estivesse rodeado de uma massa muito heterogênea de elementos que representam a transição do proletariado ao semiproletariado (o que obtém parte de seus meios de existência vendendo sua força de trabalho), do semiproletariado ao pequeno camponês (e ao pequeno artesão, ao trabalhador de domicílio, ao pequeno patrão em geral), do pequeno camponês ao camponês médio etc., e se no próprio seio do proletariado não houvesse setores de maior ou menor desenvolvimento, divisões de caráter territorial, profissional, às vezes religioso etc.¹³

As equações matemáticas da mais-valia se perfaziam como números explicativos menos exatos do que a compreensão no chão da fábrica de que aquele trabalho disponibilizado não teria a função de comprar uma casa, roupas, se alimentar melhor ou financiar estudos. Seria apenas a garantia de subsistir numa vida já com o destino certo até para quem servir. Ou se questionava que liberdade é essa apenas para os benefícios econômicos de alguns ou por que não ser arrendatário de uma terra como no feudalismo para

¹³ LÊNIN, Vladimir. **Esquerdismo**: doença infantil do comunismo. Versão Digital. Montecristo, 2022. p. 87-88.

dali extrair a subsistência? Era a grande diferença, no capitalismo o lucro importava e se o proletário parasse, o patrão não lucrava. Não acumulava.

A narrativa liberal impôs ao mundo uma perspectiva monetária. É a linguagem que comunica o mundo. Não existe nada, pelo menos nas condições não apenas econômicas, mas sobremaneira culturais, que pode ser proposto por esse campo dominado e permeado pelo dinheiro. Todo o modo de produção e reprodução estão inseridos nos trajes monetários. A sociedade industrial faz até da subjetividade uma mercadoria, quanto mais profunda a análise desses fatores, mais se percebe toda uma simbologia na comunicação que alimenta essa percepção da vida enquanto indústria.¹⁴

É comum se fazer um questionamento sobre se a luta de classes define o conflito econômico entre as correntes políticas ou apenas explica uma compreensão ideológica das correntes oponentes liberais e sociais. O fato é que, ao ignorar a questão da luta de classes, deixa-se de atenuar uma evidência prática de quem é privilegiado em detrimento da miséria da outra camada social. E isso não pode ser ocultado, pois o que começou a garantir inclusive a aplicação da política de bem-estar social foi exatamente a tentativa de fazer todas as classes sociais obterem vantagem.

Rosa Luxemburgo assentia que “em uma sociedade de classes, o povo, como um todo social e político homogêneo, não existe, enquanto existem em cada nação são as classes sociais com seus interesses e direitos antagônicos”¹⁵.

A luta de classes, mesmo que involuntariamente, contribuiu para a aparição do Estado de Bem-Estar Social, pois qual seria a necessidade do capitalismo se moldar a algumas bandeiras socialistas? A compreensão de capturar os ideais do socialismo passa por uma tentativa de evitar revoluções, tensionamentos com a ordem vigente posta. E se existe essa possibilidade, como de fato aconteceu é porque existe conflito de interesses entre os grupos sociais que compõem a sociedade e esse tensionamento em que se percebe a existência de exploradores e explorados define a luta de classes.

A luta de classes não se define ou restringe apenas pelas diversas relações sociais, mas também há um desenvolvimento no plano ideológico, inclusive a religião. Esta última pretende ser um espaço sagrado além de conflitos; na realidade é tido sob um aspecto alienante, favorecendo o argumento da classe dominante. A religião seria apenas uma das

¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 51.

¹⁵ LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Cuadernos de Pasado y Presente. México: Siglo XXI, 1979.

ideologias, desempenhando um papel sob o âmbito da luta de classes e suas diversas configurações.¹⁶

Bakunin afirma que:

Todas as religiões passadas e presentes, sem excluir de forma alguma o cristianismo, foram a religião do mais forte. É a consequência necessária da própria natureza da religião. [...] A religião é, sem sobra de dúvida, um roubo cometido pela imaginação religiosa em detrimento da terra e dos homens, em benefício do céu e dos deuses. [...] O respeito pelo céu torna-se desprezo pela terra, e a adoração da divindade torna-se crueldade para os homens.¹⁷

Realidades de vida diferentes expõem prioridades e pensamentos divergentes. Os fenômenos sociais necessariamente constituíram-se pelo embate de classes, logo agrupamentos foram se fortalecendo. As dores compartilhadas geraram unidade de pautas. O salário nem sempre satisfazia ao proletário e daí surge uma das matrizes para o movimento operário: questionar, reivindicar para melhorar.

Quem mais embaixo está, olha para cima como quem quer chegar. O capitalismo cria a ambição, muitas vezes oculta ou sepulta a razão, o privilégio de ter o material, sublima o subjetivo do imaterial, o excesso do ter se torna regra para alguns, enquanto a dificuldade para ter o essencial de uns, como ainda valorizar apenas o ser? Possuir nesse mundo objetificado virou regra dos que já têm e querem mais e dos que não têm e querem a sobrevivência. A luta de classes está formada. É inevitável. É produto direto do capitalismo.

Na revista *Dielo Truda*, a luta de classes

assumiu um caráter aberto e violento, e, por outras, um semblante de progresso vagaroso e inatingível, que reflete carências, necessidades e o conceito de justiça dos trabalhadores. No domínio social, toda história humana representa uma corrente ininterrupta de lutas realizadas pelas massas trabalhadoras pelos seus direitos, pela liberdade e por uma vida melhor. Na história da sociedade humana essa luta de classes tem sido sempre o fator primário que determina a forma e estrutura dessas sociedades.¹⁸

As fábricas cinzas londrinas e alemãs, maternidade do socialismo industrial, viam no seu chão frio a exploração deixando pisadas, no braço cansado, as marcas de quem se dedicava por uma sobrevivência, possuindo como migalha a sua subsistência, em forma de

¹⁶ LOSURDO, 2015, p. 37.

¹⁷ BAKUNIN, Mikhail. **Essência da Religião/O Patriotismo**. São Paulo: Imaginário, 2009 a. p. 20-23.

¹⁸ DIELO TRUDA. [MAKHNO, Nestor; ARSHINOV, Piotr, METT, Ida; VALEVSKY, LINSKY]. “A Plataforma Organizacional”. In: MAKHNO, Nestor. **Anarquia e Organização**. São Paulo: Luta Libertária, 2001. p. 39.

protesto se tinha veto a qualquer reclamação que contrariasse a vontade do patrão. Como não esperar que os explorados quisessem uma revolução?

Os movimentos políticos à época começavam a se colocar diante das pautas econômicas predominantes que protegiam o privilégio e viam em qualquer levante contra a ordem constituída um sacrilégio. A Igreja fazia a sua parte, aliava-se ao direito da propriedade, excluía da sua preocupação a desigualdade, chancelava o bom cristão com valores morais que a reza assentia como uma pena, uma espécie de sentença que garantia a salvação. Preocupar-se com o desigual seria uma inútil razão.

O desenvolvimento da burguesia assentido sob uma dupla necessidade, a saber, valorizar e de maneira ilimitada aferir e canalizar as descobertas da ciência na economia, na vida social, tenta manter ativa nas massas uma necessidade religiosa, por mais esmaecida que seja, facilita a criação de um campo de força humano – social do qual se desenvolverá uma missão descrita com uma necessidade de investigação maior de profundidade. Pois para cada visão religiosa do mundo, para cada ontologia religiosa concreta, não é importante só o aspecto meramente ontológico, mas até em medida mais dilatada as consequências prático-morais no afã de buscar e encontrar a sua base, a sua última realização. Nesse caso, uma decisão inter-relação só pode ser analisada no quadro de uma apropriada ética científica; somente nela é possível indagar quais os efeitos práticos que uma determinada busca do ser religioso pode acarretar o cotidiano dos seres humanos.¹⁹

O protestantismo se aliou ao capitalismo, fez do lucro o seu conceito de espírito, a ética do lucro seria a baliza para o mundo, o sentimento que importa, o consentimento de quem tem o álibi da salvação para a exploração. O patrimônio mais importante que a justiça, o capitalismo encontrou a sua guarida, mais do que a lógica da razão, a fé trazia o conforto e amparo como justificativa a se aceitar o desequilíbrio social como consequência mundana da ocupação. Por essa lógica, não haveria desenvolvimento sem desigualdade.

O protestantismo, uma dissidência do catolicismo, trazia o acúmulo como uma condição não pagã, mas sim uma virtude. Diferentemente da Igreja Católica, não via na riqueza um pecado, o materialismo encontrava uma fé que protegia a propriedade sem hipocrisia. O espírito seria salvo sem o pedágio da adoração a imagens ou santos, fazendo dessa religião um objeto mais pessoal e próximo das vontades mundanas.

Os escravos não eram tocados pela piedade cristã. É a condenação do livre exame. É a condenação da altivez e da independência. Não eram segredo as condições dos servos

¹⁹ LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélío Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018b. p. 53.

submetidos ao guante do senhor implacável. Em todos os tempos e por toda parte, a classe trabalhadora foi vítima das organizações em sociedade. Os senhores modernos, incrustados no Estado, divinizados por tiranos e de mãos dadas com o clero, restavam-se silentes diante de quaisquer despotismos, à espera da sua oportunidade.²⁰

O tamponamento social criado pelo catolicismo quanto à salvação ou ao conformismo de que o pobre teria seu lugar no céu em detrimento do rico, caiu por terra quando o protestantismo abraçou o capitalismo. Não havia culpa em relação ao trabalho que gerava a exploração, as dinâmicas sociais seriam reparadas pela paz espiritual de aceitar a sua condição. Ser pobre, proletário e explorado não deveria ensejar a revolta, mas o conformismo de que o mundo terreno seria apenas uma passagem para a salvação.

A Idade Moderna, ao criar uma autonomia e separação dos poderes eclesiásticos, trouxe para o plano terreno a necessidade de normas constitucionais e legais se colocarem como prioridade ante os mandamentos espirituais. O Estado deveria agir em vida para garantir os Direitos Sociais. Essa visão começou a ser sentida e difundida pela classe proletária. A fé começava a ser questionada por doutrinas políticas que em vida cobravam um amparo a necessidades latentes e evidentes que somente a fé na salvação do espírito não alimentava.

Quanto aos fatos e desajustes sociais, os quais começavam a se denotar como tipicamente estruturais do liberalismo, fazia-se necessário, contra a perversão moderna da subjetividade, reencontrar o valor da objetividade, até mesmo nas ciências do homem. A humanidade perde a sensibilidade com a realidade e se desagrega em uma multiplicidade de indivíduos que não percebem que o maior sentido da liberdade autêntica é a ratificação da situação do homem e de sua significação plena.²¹

A vida não poderia ser relativizada enquanto se existia e abençoada depois que partia. Que fé seria essa que não protegia? O movimento operário organizava quem agonizava, priorizava quem não era visto ou apenas no discurso o imortalizava, pois a vida o materializava como alguém nada além da morte que o esperava. Dava consciência de que não era na ausência do corpo que a justiça se realizava.

A Igreja Católica trouxe encíclicas, a *Rerum Novarum* foi um manuscrito, uma nova teoria de uma teologia que começava e se preocupava com o operário, o proletário entrou no plano divino do necessário; garantir o rebanho de Cristo para o catolicismo passou a ser questionar se toda aquela ordem estaria certa e se a salvação sem compaixão a quem ardia na

²⁰ MOURA, Maria Lacerda de. **Facismo**: filho dileto da Igreja e Capital. São Paulo: Entremares, 2018. p. 40.

²¹ LACROIX, Jean. **Marxismo, Existencialismo, Personalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967. p. 132.

insalubridade, somente com obrigações e sem qualquer vontade, garantiria a sua alma no reino dos céus.

Entre o protestantismo e o catolicismo, os donos dos meios de produção, os proletários, o capitalismo e o socialismo, uma nova razão do mundo começava a ser questionada e confrontada. Desde o feudalismo, em que Estado e Igreja se fundiam, na Idade Moderna não apenas se separavam, como se difundiam em necessidades e realidades em que não apenas disputas de narrativas políticas e econômicas se impunham, como a tomada do poder pelas oponentes classes se colocavam como objetivo de quem queria continuar a explorar e quem não mais queria ser explorado.

O que seria jornada de trabalho, salário, se a fé dizia que tudo o que acontecia no mundo terreno não se repetiria no plano espiritual? Se no corpo estaria apenas a passagem, a dor não seria eterna, mas recompensada quando a vida eterna lhe daria o que as leis terrenas lhe negariam. Os proletários já não viam mais sentido em acreditar que tanto sofrer teria algum sentido além do morrer. Começavam a exigir e a perceber que a narrativa do dominador era alienar para não sentirem as dores na própria carne que começavam a incomodar.

O mundo parecia não estar certo, por que então não gritar? O movimento proletário se colocava como uma necessidade de quem percebia o mundo como um lugar concreto que não pertencia somente ao patrão. Não seriam os donos dos meios de produção, mas por que não poderiam se levantar e questionar quem foi o arquiteto dessa criação? A revolução ganhava impulsos por doutrinas favoráveis à causa proletária: anarquismo, comunismo, contra o capitalismo.

Essas teorias que surgiam para conflitar com as verdades absolutas do liberalismo, dentro da mesma lógica liberal, o que é difícil por colidirem, traziam uma percepção da propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção como sendo a própria classe trabalhadora a base de uma pequena indústria, sendo esta uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador e trabalhadora.²²

No final do século XIX as necessidades por direitos sociais começaram a ficar cada vez mais tensas e intensas. A Alemanha, assim como a Inglaterra, foi um berço do chão fabril industrial e por isso recebeu e percebeu uma grande demanda de insatisfação por parte da classe proletária das condições de trabalho vivenciadas. Não por acaso, eclodiram em solo

²² BAMBIRRA, Vania. **A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista**. Tradução: Ivo Martinazzo. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 30.

alemão as primeiras reivindicações que demonstraram a necessidade do Estado se colocar como agente ativo na intermediação e garantia de direitos sociais.

Porém, interessante registrar que o liberalismo em solo alemão não encontrou um ambiente tão hospitaleiro quanto em terras inglesas. Muito disso se deve à escola de Franksfurt e ao ordoliberalismo, reconhecendo a importância do Estado. No curso da história, embora tenha sido o berço de pensadores liberais, esta linha da filosofia social econômica não teve a mesma repercussão que alcançou no mundo anglo – americano. Nos dizeres de Mark Blyth,

os liberais alemães tiveram de se bater com uma contranarrativa conservadora da Zivilisationskritik²³ que justapunha uma Kultur alemã profunda a uma Zivilisation liberal ocidental (especificamente inglesa) superficial, afirmando que a Alemanha era de uma espécie diferente nesses assuntos. Segundo, a credibilidade do liberalismo como doutrina econômica foi fortemente prejudicada na Alemanha pela enorme falência da Bolsa em 1873: a chamada “crise do fundador” (Gründerkrise). Terceiro, a seguir à crise do fundador, o Estado alemão tornou-se muito mais intervencionista, o que tirou ainda mais lugar ao apelo ideológico do liberalismo, dando espaço para florescerem pensadores intervencionistas antiliberais como Friedrich List. O avanço rápido da década de 1890, e a novidade relativa do liberalismo na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, mais o papel remodelado do Estado na economia que o permitiu, foi o que tornou a Alemanha um refúgio do pós-guerra e, mais tarde, no amplificador contemporâneo dos argumentos da austeridade na Europa.²⁴

A Revolução Industrial caracterizou-se por uma ruptura radical com a ordem posta pretérita, modificando por inteiro os métodos de produção e a utilização das fontes de energia inanimada. As reservas de carvão foram definidoras para o salto da manufatura inglesa à frente de outros países polos. O aperfeiçoamento no intuito de finalidades comerciais da máquina a vapor de Newcomen²⁵ foi um testemunho incontestável sobre a radical ruptura ocorrida nos modos de produzir: o emprego de energia, a divisão do trabalho e as formas de regulação da vida econômica e social.

²³ THOMPSON, Mark. The Survival of Asian values as Zivilisationskritik. **Theory and Society**, v. 29, n. 5, p. 651-686, 2000.

²⁴ BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. Trad: Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 196-197.

²⁵ BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2016. p. 15.

1.2 Chão de fábrica ardia, o liberalismo chicoteava e as contestações se formavam

A ideia de que a máquina iria substituir a força produtiva humana e atenuar a exploração se mostrou ilusória, aliás, como se continuou a perceber em todas as demais fases da Revolução Industrial. A tecnologia veio com o objetivo de aumentar a mais-valia, a exploração ao trabalho humano continuou a existir, pois o que define tal prática é a perspectiva ideológica de quem domina os meios de produção. Por trás da tecnologia continua a existir uma dominação de poder.

Não demorou para a massa proletária perceber que suas condições de trabalho continuavam atentando contra uma palavra que parecia não existir: dignidade. Não importava gênero, raça, cor ou idade. Ser proletário era sinônimo de praticamente ver um favor no salário. As inquietações eram cada vez mais externalizadas e canalizadas para doutrinas que questionavam a ordem posta que tudo aquilo chancelava. Ideias as quais dialogavam com justiça social ganhavam corpo e voz.

Sob a perspectiva do operário, o capital absorve a forma do contrato de trabalho no ponto de vista do patrão, adquire-se a forma do direito de propriedade. No entanto, constitui-se exatamente uma forma desdobrada, pois a sua unidade não é nada além do capital sob a forma do direito de propriedade.²⁶

Os operários, organizados e amotinados em cidades fabris, facilitavam a propagação das correntes políticas ligadas a matrizes sociais. Questionar o sentido de passar uma vida praticamente em um chão de fábrica, em que a sua morte provavelmente viria de alguma moléstia contraída naquelas condições insalubres, era uma voz cada vez mais ecoada. A expectativa, se já não era tão alta para um trabalhador ou trabalhadora, diminuía sensivelmente.

O mundo inevitavelmente foi tocado e contaminado pelas influências da economia de mercado, não apenas no tocante à comercialização dos excedentes da subsistência, possibilitada graças aos rendimentos monetários, ainda que reduzidos, dos produtos especificamente destinados ao comércio. O fato é que a mercadoria chega à casa da classe trabalhadora como um luxo ou como algo estranho a esse modo de vida, embora nessas peculiares condições históricas estejam algumas de suas determinações fundamentais. Essas mercadorias se tornam um fetiche.²⁷

²⁶ EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Tradução: Marcus Orione. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31.

²⁷ MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 32.

Toda essa busca de sentido para tanta exploração começava a ser canalizada para um movimento que tinha exploração de cada um ou uma, a luta que fazia sentido para todos e todas. Assumia forma um movimento que daria impulso à organização da classe trabalhadora, vislumbrada sob a perspectiva de luta de classes. A sociedade industrial gerava desigualdades que se começava a não querer garantir ao preço da própria vida o direito à propriedade que não para si, somente para o novo núcleo dominante, a burguesia formada.

Interessante trazer um arremedo histórico. A expansão comercial dos séculos anteriores fora deveras violenta e causara profundas incursões sociais e humanas, entretanto essas devastações atingiam, sobretudo, as sociedades de além-mar que eram objeto da penetração europeia. Com a Revolução Industrial, são as próprias sociedades europeias a serem atingidas de muitos modos, tornando-se cada vez mais evidente o surgimento de uma nova força subversiva no próprio foco da expansão capitalista.²⁸

Essa análise, contudo, denota um certo eurocentrismo, pois civilizações milenares como a China já possuíam uma perspectiva e organização de Estado que mesmo sem o incremento da sociedade industrial à época começando a se formar na Europa, já denotava alguns aspectos de disputas do poder político pelos povos originários, inspirados no confucionismo, que remetiam à luta de classes. Essa menção se faz importante pela tentativa de quebrar uma narrativa histórica que ignora o Oriente e a contribuição que um Estado como a China legou ao mundo, embora não tenha se constituído como um país culturalmente berço da sociedade industrial, ainda que a paz, a prosperidade e o crescimento demográfico, vivenciados pela China na maior parte do século XVIII, tenham servido como inspiração para personalidades importantes do iluminismo Europeu.²⁹

Leibniz, Voltaire e Quesnay, entre outros, “buscavam na China instrução moral, condução no desenvolvimento institucional e provas que dessem sustentação à defesa de causas tão variadas quanto o absolutismo benevolente, a meritocracia e a economia nacional baseada na agricultura”.³⁰

A sociedade industrial fazia do trabalho assalariado um álibi para vestir de legalidade todo o sistema. Para isso construía uma narrativa favorável de que tudo seria uma evolução. Da escravidão ao feudalismo, agora ao capitalismo. O proletário seria livre, pois para isso

²⁸ HIRSCHMAN, Albert O. **A economia como ciência moral e política**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 25.

²⁹ ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 19.

³⁰ ADAS, Michael. **Machines as measure of men: science, technology and ideologies of Westerns Dominance**. Ithaca: Cornell University Press, 1989. p. 79; ver também HO-FUNG, Hung. **“Orientalist Knowledge and Social Theories: China and European Conceptions of East – West Differences from 1600 to 1900”**. Ithaca: Cornell University, 1989. p. 254-280.; ver também HO-FUNG, loc. cit.

recebia o seu salário, no entanto era exatamente o oposto, seria a prisão que compraria o seu tempo e em troca lhe devolvia exploração.

Os meios de produção ditavam o consumo, mas o consumo excluía exatamente quem o produzia, daí começava a surgir uma nova utopia, de que bom seria viver num mundo sob o mantra de uma ideologia que todos coubessem, sem a falsa ilusão da liberdade como legado, pois a exploração não eram apenas calos nas mãos, era uma vida em vão. Se o capitalismo, a sociedade industrial fosse mesmo uma evolução, como aceitar de que os chãos de fábricas produzissem riqueza em detrimento da miséria assentada no mesmo chão?

A produção capitalista se locomove na igualdade formal entre capital e trabalho, na liberdade de liames de exploração a partir da autonomia da vontade que se manifesta uma instância política separada a princípio das partes, justamente para poder servir de garantista e vinculador imparcial dessa mesma relação. O Estado, na dinâmica da reprodução do capital, é preponderantemente diferente tanto das classes capitalistas quanto das classes trabalhadoras.³¹

O liberalismo que apregoava o mercado como o sabedor de tudo e via na livre circulação de mercadoria a síntese da geração de riqueza, ignorava o fato da mais-valia ser gerada por uma mão de obra, que embora paga, trazia uma elevada jornada de trabalho ao custo de preço da hora trabalhada aquém do justo. Ou seja, a riqueza não seria gerada pelos bens circulantes, até porque era uma circulação restrita a uma minoria, mas sim por quem as produzia, não as consumia e recebia pouco pelo trabalho prestado.

As teses liberais começavam a sofrer questionamentos, não pela sua legitimidade enquanto teoria, mas principalmente pelos seus resultados os quais não eram expandidos a quem também precisava. O liberalismo gerava exclusivismo. A liberdade na sua política econômica era seletiva, apenas para os detentores dos meios de produção. A grande massa proletária que fazia a roda econômica girar seria refém de um sistema que não quer incluí-lo.

Os embates entre as diferentes classes as quais compunham a sociedade industrial não se restringiam a brigarem pelo que não era essência. Enquanto de um lado o acesso ao excesso era o normal, do outro, o acesso ao vital era circunstancial e não saciava as necessidades inerentes ao que o sistema oferecia e muitas vezes exigia. Se a economia era monetizada, qual seria a lógica de excluir uma camada da população da possibilidade de consumir?

A sociedade industrial conservou muito dos motivos hierárquicos da velha estrutura feudal em seus padrões estéticos baseados em classe, raça, ocupação, religião, etnia, sexo e os leviatãs da sociedade de massa: suas corporações, locais de trabalho, sindicatos, igrejas,

³¹ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 45.

partidos políticos, grupos cívicos e sistema de ensino. Essa nova ordem mundial de massas e sua burocrata lógica de concentração, centralização, padronização e administração ainda fornecia sólidos pontos de apoio, diretrizes e objetivos para cada vida.³²

Porque, na verdade, a lógica do consumo estava garantida por quem poderia adquirir o acúmulo. Se alguém não consumisse, o livre mercado se incumbiria, com a sua mão invisível, de alocar mais de uma vez o mesmo produto na prateleira do mesmo indivíduo. A luta de classes não é um mero conceito hipotético carregado de sentimento ideológico. É uma evidência empírica determinada pelos resultados da práxis econômica exercitada.

Não há outra alternativa de quem embaixo está senão se insubordinar e não aceitar o que o mercado diz que irá regular, porém na verdade se coloca como adepto do deixar tudo como está. A mão invisível atua sempre para dar mais a quem tem mais, logo se percebe não ser tão invisível assim, faz parte de um projeto de poder político da burguesia que ascende e tem na proteção da propriedade privada o seu principal projeto político de poder.

Na definição de Ellen Meiksins Wood:

Nas sociedades de classes não capitalistas, não costuma ser difícil identificar a sede de poder. Encontre a origem da coerção militar e política e em geral você vai encontrar também o poder econômico. Nelas, os poderes econômicos das classes dominantes dependem da coerção extraeconômica. Essas classes dependem da sua força coerciva superior, do poder e privilégio militares e políticos, para extrair trabalho excedente, em geral de camponeses que, diferentemente dos trabalhadores assalariados do capitalismo, detém a posse dos meios de produção, seja como proprietários, seja como locatários. Sob esse aspecto, o capitalismo é diferente de todas as outras sociedades de classe. Os capitalistas, ao contrário, digamos, dos senhores feudais, geralmente não precisam do controle da força coerciva militar ou política para explorar seus trabalhadores, porque estes não têm propriedades, não têm acesso direto aos meios de produção e precisam vender a sua força de trabalho em troca de um salário para trabalhar e viver.³³

Nesse conflito de interesses, a propriedade privada defendida pela burguesia significava para os proletários as suas barrigas vazias. Alimentado por doutrinas que ajudavam a entender como o liberalismo e a livre iniciativa dos mercados agia para proteger os interesses da burguesia, o movimento operário encontrava um sentido para entender que todo aquele privilégio não era consequência da mecanização ou da grande capacidade produtiva nas fábricas, mas sim a sua mão de obra subexplorada e mal paga. A comida que

³² ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Trad.: George Shlesinger. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 49.

³³ WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital.** Trad.: Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 21-22.

faltava na sua mesa era a fartura da mesa do patrão. O capitalismo começava a fecundar os conflitos.

As insatisfações deixavam de ser pontuais para cada vez mais se entender que o problema estava no sistema. Se o feudalismo se constituía o privilégio para a nobreza, o liberalismo trazia a burguesia como timoneira de um modelo político e econômico fazedor das suas vontades, os caminhos a serem seguidos e escolhidos. O Estado continuava a ser pautado por interesses que excluía a maioria.

A classe proletária percebia que a sua melhor sorte passaria pela disputa do controle do Estado e em consequência dos meios de produção. A segunda metade do século XIX se colocava como laboratório de teorias que movimentavam o cenário político europeu. Contestar a necessidade da existência do próprio Estado ou o seu controle pela classe trabalhadora passava a ser difundida nos chãos de fábricas.

Alternativas eram mostradas, além da exploração, fome e vida abreviada, à classe trabalhadora e começavam a serem absolvidas. Como fazer um sistema se fazer sustentar com a desigualdade, criando um Estado tão privado e inacessível para a maioria como era o feudal? A transição do trabalho por subsistência para o monetizado trouxe uma realidade de uma teoria econômica que não se preocupava com a possibilidade distributiva do que é produzido.

Na toada do capital, leis econômicas são definidas pela relação constitutiva entre o capital e o trabalho, a esfera da concorrência, do crédito e da propriedade da terra determina o modo como essas “leis” se consolidam. Em uma análise detalhada, pode-se afirmar que, nesse ponto de chegada, a crítica girará em torno do fetichismo do capital.³⁴

Interessante se faz perceber que muda o modelo econômico, mas não o objeto da exploração de uma classe sobre a outra, do homem pelo próprio homem. No feudalismo as premissas exploratórias se davam por uma nobreza que controlava e vivia do Estado, amealhando terras a serem mantidas por quem dali tirava sua subsistência, bem como por uma burguesia asfixiada pelos tributos. O capitalismo, tanto na versão do trabalho escravo quanto no trabalho assalariado, tinha na burguesia o ideário de classe superior.

O liberalismo mudou a forma, mas não alterou o conteúdo. A exploração se colocava como uma necessidade de desenvolvimento econômico. O mercado começava a ser protagonista, a ideologia do Estado ineficiente se consolidava com os pensadores liberais

³⁴ GRESPAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 27.

praticamente condenando o Estado ao que foi nos regimes absolutistas. Na verdade, a teoria liberal foi fortemente influenciada pela visão absolutista.

De fato, parte-se de um conceito de capital tomado como fator de produção, identificado como instrumentos de trabalho, que se combina com recursos naturais e mão de obra, ou seja, a força de trabalho, definindo uma função produtiva.³⁵ Nesse quesito, o liberalismo apenas moldou o capitalismo a uma nova dinâmica de continuar a aprisionar quem afiançava a sua subsistência, se antes os donos de terra, agora os proprietários dos meios de produção.

Com a Revolução Industrial, uma nova cultura começa a atingir as principais cidades europeias, cada vez mais o perfil urbano vai tomando conta das cidades, distanciando – se dos padrões rurais feudais. Os meios de produção se tornam um grande atrativo pela necessidade da mão de obra assalariada. A sobrevivência no liberalismo cobra um preço e logo se perceberá que é pela exploração que se paga.

O chão fabril, mais do que um trabalho, é um piso da nova era. A sociedade industrial molda culturalmente a sua época. O mundo fabril é abduzido para todas as relações e comportamentos. O homem deixa de se integrar à natureza para explorá-la. Os recursos naturais e a sua finitude passam a servir à infinitude que orbita na cobiça. A objetificação humana é normalizada e o tempo de produção passa a ser mais importante do que a expectativa de vida.

No tocante à valoração e ao reducionismo humano relativo à sua importância no crivo social, vale anotar considerações de Marx:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.³⁶

Deu-se ao lucro uma importância sacra tanto quanto uma divindade. Houve uma narrativa de que o acúmulo seria a finalidade. A riqueza, a benção. A exploração, longe de ser pagã, era apenas uma necessidade para se manter a ideologia do capitalismo como um novo passo civilizatório que iria alterar por inteiro o rumo da humanidade.

³⁵ MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 30.

³⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Alfa – Omega, 1977. p. 118-119.

A história reconhece que a participação e a intervenção estatal desempenharam um papel crucial no crescimento da economia, no entanto se percebe uma má vontade já em muito contaminada por uma ideologização que distorce os fatos com objetivo de rotulá-lo como ineficiente no tocante à sua participação na economia. Não há país que não tenha se utilizado do Estado para impor o seu projeto econômico. A própria Inglaterra, potência colonial que foi, utilizou-se desse preceito. Dois casos interessantes podem ser utilizados como comparativos. O Egito procurou um desenvolvimento na mesma quadra histórica que os Estados Unidos, mas foi solenemente impedido pela Inglaterra, que não via vantagem em abrir mão do seu interesse naquela região. Já a então chamada Nova Inglaterra, seguiu o mesmo caminho de sua pátria-mãe, dificultando a circulação dos têxteis britânicos mais baratos por intermédio de elevadas taxações, tal como a Grã-Bretanha fez com a Índia.³⁷

O capitalismo apresentou-se como uma religião, isto é, serve essencialmente para satisfazer as preocupações, os tormentos, os desassossegos em que antes as religiões davam respostas. A ética protestante de Weber³⁸ convalidava a busca pelo capital como um processo natural do novo marco civilizatório o qual se iniciava. Não havia o sentimento de culpabilização em lucrar, a mão de obra precarizada e explorada passava a ser aceita como parte da dinâmica produtiva. Não se discutia a desigualdade como um fenômeno social, mas sim um fenômeno natural que o mercado paulatinamente iria ajustar.

Na definição de Walter Benjamin:

O capitalismo é uma pura religião sem culto, talvez a mais extrema que alguma vez existiu. Nele, tudo tem apenas significado numa relação direta com o culto, não conhece uma dogmática específica, não tem uma teologia. É desse ponto de vista que o utilitarismo adquire a sua tonalidade religiosa. O capitalismo é provavelmente o primeiro caso de um culto que não redime, mas deixa um sentimento de culpa. Nesse aspecto, esse sistema religioso acompanha a queda de um movimento colossal. O capitalismo é uma religião de mero culto, sem dogma. O capitalismo desenvolveu-se no Ocidente de forma parasitária sobre o cristianismo – o que não se demonstra apenas com o exemplo do Calvinismo, mas também com o das outras orientações ortodoxas cristãs. De tal modo que a história do cristianismo se tornou essencialmente a do seu parasita, o capitalismo.³⁹

³⁷ CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. 9. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

³⁸ Menção à obra de Max Weber, **Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus** [A ética protestante e o espírito do capitalismo], publicada na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, v. XX/XXI, em 1905.

³⁹ BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Tradução: João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Editora, 2018. p. 36-37.

Os movimentos operários começavam a se organizar amparados por doutrinas questionadoras do método liberal de tratar as questões sociais como fenômenos naturais. Defendiam que a fome e a exploração não eram produto da natureza, mas sim modelos econômicos defendiam o consumo e o acúmulo como consequência direta do modo de produção capitalista, pois uma minoria privilegiada não era acometida por esses infortúnios que tanto assolavam e se espalhavam na classe trabalhadora.

Os recursos naturais foram inseridos na lógica produtiva do consumo, independentemente de sua finitude, o lucro não espera ou tem compromisso com qualquer política de longo prazo. Lucrar é uma necessidade imediata. O individualismo se coloca como marca do liberalismo, a meritocracia a justificar riqueza de uns e pobreza de outros.

A sociedade industrial se metamorfoseava na construção de uma sociedade em que a desigualdade se constituía como parte estruturante da sua condição de existir. Não existia preocupação em permitir o acesso ao consumo de quem produzia o produto, ou seja, era formada a ideia não muito diferente das castas ou sistemas de classes sociais feudais. Se o interesse era manter sem condições quem mais embaixo economicamente estava, já se percebia que o capitalismo também atuaria na manutenção do *status quo*.

Aliás, a existência dos então denominados “estamentos” ou “castas” nas relações estabelecidas como pré-capitalistas não elide a possibilidade de continuar a existirem problemas raciais no sistema alinhado às diretrizes capitalistas. Nesse sentido, aponta Octávio Ianni:

[...] não é certo que as relações capitalistas de produção destroem ou eliminam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais baseadas em diferenças continuamente, segundo as leis da divisão do trabalho social que lhes são próprias. Todos passam a ser cidadãos, trabalhadores livres etc., segundo a ideologia burguesa dominante. Na prática, todos continuam existindo como operários e burgueses ao mesmo tempo que como índios, negros, brancos, hindus, paquistaneses, amarelos, mestiços etc.⁴⁰

A classe trabalhadora não fazia parte do sistema econômico, fazia parte apenas do sistema de produção, são situações diversas. O fato de o modo de produção industrial e capitalista ter como princípio o trabalho assalariado não significa inclusão na economia, pois se ao trabalhador ou à trabalhadora não era possibilitado consumir o que produzia, sua mão de obra continuava tendo a perspectiva escrava, ou seja, continuava a ser explorado, sem inclusão ou dignidade.

⁴⁰ IANNI, Octávio. **Escravidão e capitalismo**. México: Sigo XXI, 1976. p. 165-166.

Os escravos deixaram de ser uma mercadoria, não mais estavam em senzalas ou em navios de tráfico cruzando continentes, estavam nos chãos de fábricas, muitas vezes com um salário o qual só dava o acesso à miserabilidade.⁴¹ A produção mercantil atende à lógica de uma demanda por consumo não como uma necessidade, mas como uma cultura que ditava comportamento, por isso não ocorria uma continuidade literal com a mão de obra escrava em si, mas com o mesmo método e forma de invisibilizar quem produz.

Os movimentos operários mais do que doutrinas se guiavam pelo sentimento, o pertencimento de compartilhar a injustiça que um modelo econômico causava. As doutrinas libertárias encontraram as dores práticas de quem no chão de fábrica via o lucro do patrão e para si, uma prisão. Os gritos contidos se tornavam incontidos, ecoavam nas fábricas e a justiça social começava a ser cobrada.

As doutrinas apresentavam diferenças, mas era como se ficassem só nas aparências, pois a essência era a mesma. Com ou sem Estado, o grito de quem estava indignado encontrava um prumo, um rumo não apenas de contestar, mas de apresentar mais do que uma causa, uma nova utopia que traria para a sociedade uma ressignificação dos valores impostos pelo capitalismo. Por que o lucro teria de ser precedido por exploração? Seria essa construção de fatos razoável ao ponto de entender esse processo como civilizatório? Achille Mbembe arrematava: “É assim que a servidão sobrevive ao processo de abolição”.⁴²

Há de se repensar uma economia que não se conformasse com a desigualdade apenas por demonstrações de álgebra, a normalidade. Não há como justificar uma economia que resulta em fome e exclusão para quem trabalha em detrimento de quem detém os meios de produção. O iluminismo não foi um movimento neutro e se colocou também a compreender e proteger o privilégio, pois iluminou apenas quem e o que era conveniente. Utilizou a ciência a serviço das classes dominantes.

Para Bourdieu, nos séculos XVI e XVII, deu-se início a um período singular na história da cultura, ao se integrarem com relativa, porém significativa independência, os campos artísticos e científicos. À medida que os ambientes públicos e coletivos são contemplados com museus e galerias, as obras de arte são valorizadas sem as censuras ou até mesmo coerções do poder religioso, com a encomenda para igrejas ou o poder político para palácios. De certo modo, os artistas conquistaram uma certa alforria, pois suas obras já não

⁴¹ MATTOS, Paulo Henrique Costa. O trabalho escravo no Brasil: os desafios de uma tragédia anunciada. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; GALVÃO, Edna Maria; PRADO, Adonia Antunes (orgs.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 361.

⁴² MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda/Manqualde, Mulemba/Pedago, 2014. p. 54.

dependiam das chancelas teológicas ou da cumplicidade dos cortesãos, mas sim da “legitimidade cultural”.⁴³

A sociedade industrial se baseia numa espécie de *darwinismo social*, em que chancela a subjugação de uns indivíduos por outros, exatamente pela lógica de normalizar a diferença entre classes sociais. É como se ocorresse uma evolução social e a economia naturalmente fosse possibilitando que os mais aptos e aptas sobrevivessem à barbárie da exploração. Segundo Darwin,

não se deve esquecer que, embora um alto nível de moralidade confira apenas uma ligeira vantagem, ou nenhuma, a cada homem individual e seus filhos em relação aos outros homens da mesma tribo, em vez disso, um aumento no número de homens bem dotados de qualidades e progresso no padrão de moralidade certamente dará a uma tribo uma vantagem imensa sobre outra. Uma tribo que inclui muitos membros, possuindo em alto grau o espírito de patriotismo, fidelidade, obediência, coragem e simpatia, estando sempre dispostos a ajudar uns aos outros e a se sacrificar pelo bem comum, sairá vitoriosa sobre a maioria das outras tribos, e será a seleção natural.⁴⁴

Esse raciocínio traz em consideração aspectos antropológicos que não podem ser relativizados ou desconsiderados. No mundo capitalista a divisão de classes impõe uma lógica de que as pessoas passarão a ter importâncias diferentes, entretanto nada comprova que no canibalismo, por exemplo, o ritual acontecia pela percepção de diferença entre as pessoas, nesse caso, há de anotar o aspecto da dominação.

A dominação pode ser um aspecto da natureza em que os fenômenos sociais podem transformá-lo em características também de diferenças de classes, contudo há um fator biológico que pode atuar com uma relevância a não importar o classicismo social ao qual se pertence. O *animus* da dominação tem relação com o fator natural muitas vezes da sobrevivência e da imposição.

Para Mill,

As leis dos fenômenos da sociedade são e não podem senão ser aquelas leis das ações e paixões de seres humanos reunidos no estado social. Os homens, não obstante o estado social, ainda são obedientes às leis da natureza humana individual. Os homens não são quando juntos convertidos em outro tipo de substância com propriedades diferentes [...]. Seres humanos em sociedade

⁴³ BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual y Proyecto Creador. In: POUILLON, Jean. **Problemas del Estructuralismo**. México: Siglo XXI, 1967. p. 135.

⁴⁴ DARWIN, Charles. **A Origem do homem e a seleção sexual**. São Paulo: Hermus Livraria Editora, 1974. p. 171-172.

não têm outras propriedades senão aquelas derivadas de, e que podem ser decompostas naquelas leis da natureza do homem individual.⁴⁵

A sociedade burguesa inventou a acumulação da riqueza abstrata por meio da exploração do trabalho. O trabalho explorável corresponde a condições insalubres, degradantes, em troca de um salário não correspondente ao tempo total trabalhado, segundo o conceito de mais-valia. Isso explica o motivo da burguesia ter introduzido a ideia de sacrifício como requisito importante para se atingir a autocompreensão da vida social.⁴⁶

O simples fato de a natureza exigir que algumas espécies matem outras espécies para sobreviver faz entender essa evidência como um instinto de sobrevivência transformado em ciclo. A exploração, por exemplo, não se pode atestar que não nasceu com o modo de produção capitalista, pois o próprio feudalismo já se realizava com a espoliação da mão de obra, que era vista como irrelevante.

No entender de Marx,

as descobertas geográficas, por certo, provocaram grandes revoluções no comércio e maior velocidade no desenvolvimento do capital mercantil, e essas transformações constituíram fator fundamental de aceleração da passagem do modo de produção feudal para o capitalista. Mas justamente este fato levou a concepções de todo errôneas. A expansão súbita do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a luta entre as nações europeias para se apoderarem dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial contribuiu substancialmente para derrubar barreiras feudais de produção. Entretanto, o moderno modo de produção, em seu primeiro período, o manufatureiro, só se desenvolveu onde se tinham criado as condições apropriadas no curso da Idade Média.⁴⁷

Acontece que a biologia e a prevalência dos mais fortes como uma lei da natureza foram utilizadas como evidência para justificar um fator de dominação social, uma corrente econômica, o liberalismo, como algo que também poderia ser alocado sem qualquer prejuízo semântico de raciocínio. A mão invisível do mercado não é uma ação natural, mas uma indução, uma imposição de quem anseia controlar o mercado por intermédio do Estado.

A formação de campos específicos do gosto e do saber, quando certos bens são valorizados por sua escassez e limitados a consumos exclusivos, serve para construir e renovar a distinção das elites. Em sociedades em que não há superioridade de árvores

⁴⁵ Original: *The laws of the phenomena of Society are and cannot but be those laws of the actions and passions of human beings United in the social state. Men, notwithstanding social status, are still obedient to the laws of individual human nature. Men are not When together converted into another kind of substance with diferente Properties [...] Human beings in Society have no other properties than those derived from, and which can be resolved into, those laws of nature of the individual man.* Tradução do autor. MILL, John Stuart. **The logic of Moral Science.** (1843). London: Open Court, 1987. p. 65.

⁴⁶ VIANA, Sílvia. **Rituais de Sofrimento.** São Paulo: Boitempo, 2012. p. 173.

⁴⁷ MARX, Karl. **O Capital**, Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018b. p. 509-510.

genealógicas, nem tampouco de títulos de nobreza, o consumo se torna uma área fundamental para instaurar e demarcar as diferenças.⁴⁸

O Estado em disputa não é nesse caso um simples território que se disputa como se fora necessidade biológica de sobrevivência, mas sim uma dominação ideológica de privilegiar indivíduos em detrimentos de outros, ou seja, criando o que se denomina como divisão de classes. Nesse sentido se impõe um fenômeno social em que o controle do Estado atende não a uma perspectiva biológica, mas uma condição ideológica. Dessa disputa, ascendem as diferenças caracterizadoras da luta de classes.

A luta de classes, mais do que um fenômeno social, é produzida por um direito, o qual escolheu a propriedade privada como condição inegociável do Estado do Direito burguês e do modelo econômico liberal. A lógica de sua existência não são classes formadas a partir de diferenças biológicas entre indivíduos, mas diferenças sociais que são construídas culturalmente pelo sentido à propriedade privada. E essa análise não parte de qualquer premissa valorativa ou moral sob o ponto de vista pagão ou não do materialismo.

Foi com a transição do feudalismo para o capitalismo, fenômeno conhecido como cercamento⁴⁹, que a propriedade privada passou a ser símbolo de um liberalismo defensor da igualdade como uma premissa básica, mas não permitia que a propriedade privada fosse um direito amplo, geral e irrestrito. A mão invisível do mercado, nesse caso, parecia seguir a lógica da desigualdade, servia para manter uma força de trabalho inacessível aos bens móveis e imóveis.

O cercamento, mais do que influenciar a concepção de propriedade privada em si, ressignificou a própria relação de propriedade do homem pelo homem. No feudalismo a troca de mão de obra na terra alheia pela subsistência poderia até já possuir a lógica do capital, porém não a lógica do lucro. Com a transição do feudalismo para o capitalismo a mão de obra assalariada não passou a ser uma libertação para classe proletária, apenas uma nova prisão, pois se o trabalhador ou trabalhadora já não eram objetificados enquanto propriedade, o seu tempo era precificado e pertencia ao patrão.

Passagem histórica e fincada no tempo, remete a Santo Ambrósio a sua crítica no tocante à propriedade privada:

⁴⁸ GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. 8ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 36.

⁴⁹ Termo utilizado para definir o período da colonização e expulsão dos camponeses das terras comunais, processo que possibilitou as condições para o avanço capitalista na Europa do século XVI e no chamado Novo Mundo. FEDERICI, Silvia. **Reencantando o Mundo**: Feminismo e a Política dos Comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022. p. 44.

A terra foi criada para ser comum a todos, ricos e pobres. Ricos, por que vos arrogais o direito de propriedade? A natureza não reconhece ricos. [...] Visto que a terra foi dada em comum a todos os homens, ninguém pode dizer-se proprietário senão da porção que baste a suas necessidades dentre as coisas que tirou do fundo comum, e obteve por violência. [...] A natureza fornece em comum todos os bens a todos os homens. Deus criou todas as coisas a fim de que o gozo delas fosse comum a todos e a terra se tornasse posse comum de todos. A natureza engendrou, pois, o direito de comunidade; foi a usurpação que criou a propriedade privada.⁵⁰

No liberalismo a igualdade para a classe proletária não lhe traria agudas diferenças no tocante ao trabalho escravo e ao trabalho assalariado. Se do ponto de vista semântico essa diferença existe e parece imprimir uma condição concreta, a subjetividade e a imaterialidade aproximam as duas condições para uma mesma realidade. Isso resta demonstrado, por exemplo, na impossibilidade, seja na escravidão ou no trabalho assalariado, não há uma possibilidade de equiparação econômica com a classe dominante, a desigualdade é estrutural do sistema.

Na metade do século XIX, as tecnologias-chave tinham se tornado tão complexas que a importação de mão de obra qualificada e de maquinário já não bastava para galgar domínio tecnológico. Assim, ocorreu a proibição britânica da emigração de trabalhadores especializados e a exportação de máquinas também já fora abolida.⁵¹

E se existe uma desigualdade estrutural na mudança do feudalismo para o capitalismo, do trabalho escravo para o assalariado pode até mudar o conceito, mas não a forma, o conteúdo, a concepção de dominantes e dominados, e nessa questão talvez a luta de classes ceda espaço para razões de natureza biológica, como espécies que dominam outras e entre si mesmas pelo instinto de sobrevivência.

A condição de homem livre do trabalhador nas sociedades competitivas, requisição essencial para a realização histórica do modo de produção capitalista não é homogênea para todos os membros da sociedade. Não apenas durante o período de constituição da sociedade de classes, mas também no seu funcionamento, enquanto sociedade competitiva devidamente efetivada, interferem fatores aparentemente desvinculados do *modus operandi* capitalista. Fatores como sexo e etnia atuam como condicionantes estratégicas no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção.⁵²

⁵⁰ GRANDJONC, Jacques. **Communisme/Kommunismus, Communism**: orogine et développement international de la terminologie communautaire prémarxiste des utopistes aux néobabouvistes 1785 – 1842. Trier, Karl – Marx – Haus, 1989. v. 2. p. 52.

⁵¹ CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004. p. 103.

⁵² SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 58.

Os fenômenos sociais até então criados pelas relações humanas foram todos direcionados pela lógica da dominação, por isso essa percepção de se colocar os fenômenos biológicos como principal explicação. Os homens apenas estavam replicando um modelo da natureza. No entanto, não era apenas o extinto da dominação, de se fazer prevalecer territorialmente.

Na natureza não existe o fator dinheiro. As relações comerciais estabelecidas pelos humanos, que antes eram pautadas na troca de mercadorias, foram substituídas pelo fator moeda, que passou a atuar como uma espécie de língua universal, não apenas um marco no panorama econômico, mas principalmente cultural. Se a troca de mercadoria gerava e atraía a característica do acúmulo, com a moeda se conheceria a cultura do lucro. Tal fato afetou profundamente o rumo da humanidade.

E ao se falar de humanidade, não se trata de uma visão eurocêntrica ou meramente ocidentalizada. Como uma nova forma de comunicação, o mundo passou a se comunicar pela troca de dinheiro e as mercadorias passaram a ter um valor, não que já o tivesse antes da moeda, mas agora atenderia a uma condição de oferta e demanda. Se alguém possuía um produto com uma procura maior, esse produto poderia ser mais caro, logo o proprietário desse produto poderia lucrar mais em detrimento de alguém que não possuísse um produto tão valorizado.

1.3 A força de trabalho assalariada a serviço do lucro, a exploração continua de mãos dadas

Se no mundo animal, a dominação acontecia pela ocupação do território ou pela pura sobrevivência, como preconizava a seleção natural, a espécie humana não dominava apenas por fenômenos naturais, mas por regramentos culturais, comportamentais e sociais. Na economia, a moeda tem uma grande contribuição nesse sentido, basta observar o caso da escravidão, a dominação de um homem por outro homem não acontecia pelo simples fato de dominar, se impor, obedecia, antes de tudo, a um projeto econômico. Em seguida viriam aspectos culturais e sociais.

Na colonização promovida pelos europeus nos continentes americanos e africanos, a satisfação não acontecia pelo fato de dominar um novo território ou matar os povos que lá habitavam para se alimentar e fechar a cadeia ecológica, mas sim pela subjugação cultural, pela apropriação das riquezas naturais e principalmente pela escravização dos habitantes originários para dividendos e proventos econômicos.

Não há então como roteirizar a luta de classes por um viés meramente biológico de dominação. Há, diferentemente do meio animal, um ingrediente cultural, social e econômico na ascendência entre a espécie humana. O *status quo* é margeado no prestígio social da posse. A racionalidade humana traz características como algo não notado nas outras espécies animais em geral.

Por exemplo, um animal não caça ou mata outra presa no intuito de que outro animal não possa comer, ele mata e come para sobreviver. Já a espécie humana é capaz de acumular mesmo sabendo que outro semelhante irá passar fome. De escravizar, precificar a mão de obra alheia em preços vis, mesmo sabendo que sobreviveria sem tamanha extorsão. Tudo isso acontece não pelo instinto natural, mas pelo instinto racional estimulado pela avareza do capital, aliás, importante diferenciar o capital do capitalismo, pois aquele se constitui uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente surge – na forma de capital monetário, mercantil - vários séculos antes da formação social do capitalismo em quanto tal emergir e se consolidar.⁵³

A imposição econômica não é um traço meramente de dominação territorial, é uma marca de superioridade como se existissem espécies diferentes de seres humanos. As classes sociais são segregações da economia que geram um efeito quase da biologia. Indivíduos se reconhecem e desconhecem pela classe à qual pertencem, não é uma disputa de sobrevivência, há uma dominação por inteiro, uma captura cultural que invisibiliza semelhantes.

Para Schumpeter,

as classes sociais não eram entidades vivas e atuantes, mas simples rótulos afixados a funções econômicas (ou categorias funcionais). Tampouco eram os indivíduos seres vivos e atuantes: continuavam a ser simples cabides nos quais se penduravam proposições de lógica econômica. E com o crescente rigor da apresentação, estes cabides tornaram-se ainda mais visíveis do que haviam sido nos trabalhos do período precedente.⁵⁴

A luta de classes é um produto direto das escolhas econômicas feitas pela sociedade, das classes dominantes. Tanto o feudalismo quanto o capitalismo alicerçaram-se na naturalização da dominação do homem pelo homem como uma busca do acúmulo e da riqueza como conduta comportamental a ser aceita mesmo que custe a miséria de muitos e

⁵³ MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 76.

⁵⁴ Original: “Social classes were not living, working entities, but simple labels affixed to economic functions (or functional categories). Nor were individuals living and active beings: they continued to be simple hangers on which propositions of economic logic were hung. And with the increasing rigor of presentation, these hangers became even more visible than they had been in the works of the preceding period.” Tradução do autor. SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysis**. New York, Oxford University Press, 1954. p. 886-887.

muitas. Não há compatibilização em pensar na divisão dos recursos, muito pelo contrário, existe um agudizamento quando o lucro assume um papel ideológico.

O capitalismo como uma “epidemia de doença mental”, por mais que se apresentasse como um sistema eficaz, na prática demonstrava-se disfuncional e o custo para se fazer operar é demasiadamente alto. Cria-se uma sociedade dependente do consumo e com pessoas vazias.⁵⁵

Os fenômenos sociais não podem ser vistos como desdobramentos dos fenômenos biológicos exatamente pelo meio natural não ser municiado das voluntárias matrizes econômicas. A mão invisível do mercado não é a lei da gravidade. Existe uma construção de narrativa cultural para se normalizar a dominação de um homem pelo outro homem, pois o lucro como força ideológica e símbolo civilizatório do progresso, se coloca como ideário a ser seguido, em que uns nasceram para explorar e outros para serem explorados.

Essa lógica de construção societária, essas atividades industriais as quais se tornaram governamentais passam a exercer uma influência maior sobre as ações, os sentimentos e as ideias dos indivíduos que a compõem, adequando-se às demandas sociais, ao mesmo tempo esses mesmos requerimentos sofrem reformulações e são adequados às demandas dos indivíduos.⁵⁶

O lucro é ao mesmo tempo o objeto e o objetivo que secciona a sociedade sob a batuta do pensamento liberal que molda o capitalismo. O Estado atua como um regente da matriz econômica e cria uma convivência apaziguadora com as necessidades capitalistas, como é o Estado de Bem-Estar Social, nada além disso. Agiria na integração da massa proletária no ambiente político ante uma pactuação da efetivação de cidadania.⁵⁷

O capitalismo, como norma cogente, envolve a primazia do lucro como perspectiva inafastável do seu conceito e o Estado não tem como condição *sine qua non* o lucro, tal expediente cabe à iniciativa privada, tanto que o modelo liberal tem característica primária a privatização de serviços essenciais do Estado. Ora, se ao Estado fosse conveniente a lógica do lucro, por que privatizar? Porque é exatamente na privatização, na entrega dos serviços essenciais ou prestacionais do Estado que a iniciativa privada irá lucrar, ocupar para lucrar.

Na visão de Schumpeter,

⁵⁵ FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução: Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 37.

⁵⁶ HADDAD, Fernando. **O terceiro excluído**: Contribuição para uma antropologia dialética. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 37.

⁵⁷ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad: Iraci D. Poleti. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

o processo capitalista racionaliza o comportamento e as ideias e, assim fazendo, expulsa do nosso espírito, juntamente com a crença metafísica, todo tipo de ideias místicas e românticas. Desse modo, remodela não só os métodos de alcançarmos os nossos objetivos, como também esses mesmos objetivos finais. O ‘livre – pensamento’, no sentido de monismo materialista, laicismo e aceitação prática do mundo do lado de cá do túmulo, deriva dessa configuração não por uma necessidade lógica, mas, apesar disso, com muita naturalidade.⁵⁸

Por isso a expressão “capitalismo de Estado” não diz ou traz qualquer sentido, pois todo capitalismo acontece por dentro do Estado, o que irá diferenciar é se será um capitalismo predatório, com a entrega dos serviços essenciais à iniciativa privada, ou conciliatório, garantindo a aparição do Estado de Bem-Estar Social. A luta de classes é consequência da ocupação do Estado pela busca do lucro.

O liberalismo molda o capitalismo como uma política que captura o Estado, torna-o menor nas suas potencialidades, faz do mercado um virtuoso que impulsiona e faz tudo prosperar, enclausurando o papel do Estado como menor ou desnecessário no tocante à economia. No entanto, tal narrativa entre o que seria virtuoso e ineficiente, sob o ponto de vista prático encontrava incongruências e inconsistências, pois a miséria não era uma realidade imagética, era a concretude da fome de muitos.

Há toda uma literatura voltada ao papel do Estado como ativo não apenas na demanda keynesiana, mas também no comando do processo de industrialização, principalmente nos países que se industrializaram tardiamente, adotando políticas específicas como a imposição de barreiras a concorrências estrangeiras e direcionando investimentos para determinados setores mais específicos e estratégicos.⁵⁹

Nesse diapasão, interpretar a desigualdade como algo que não indigna é ceder à zona de conforto de quem dela se beneficia. Não há como incompreender as tensões que se avolumavam nos questionamentos de um modelo econômico que se colocava mais eficiente a proteger a propriedade privada ante a fome e miséria que pairava nos insalubres chãos de fábricas.

A luta de classes aparecia como uma consequência do que a desigualdade produzia. Não há como aceitar como razoável o insuficiente salário enquanto o patrão garante o lucro e banquete farto. A questão social entraria como um dilema que não seria apenas o Estado a ser questionado, mas instituições como a própria Igreja. A fé parecia ter pouco apreço pelos que a

⁵⁸ SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. p. 179.

⁵⁹ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. Tradução: Elvira Serapicos. 1. ed. São Paulo: Porfolio Penguin, 2014. p.71.

vida entregavam na engrenagem do modo de produção capitalista, pois a expectativa de vida mais do que um número em uma equação econômica, definia e feria de morte quem não estava alçado ao privilégio de pertencer ao andar de cima.

A luta de classe, inclusive, denuncia uma fobia típica e genuína do liberalismo: aporofobia. A constituição da identidade liberal faz brotar carimbos identitários que podem até obedecer a um determinado padrão estético e étnico, mas na verdade, estão inseridos em um padrão de preconceito econômico. Na análise de Adela Cortina:

A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas, nem é uma questão de opção. Os que dela padecem podem se resignar e acabar agradecendo qualquer pequeníssima melhora da sua situação. É o que se chama de ‘as pequenas dádivas’ e ‘preferências adaptativas’, uma questão que é preciso denunciar criticamente porque supõe manter na miséria resignada os que nem sequer têm consciência dela, quando, na verdade, a pobreza econômica involuntária é um mal de que se padece por causas naturais ou sociais e que, a esta altura do século XXI, já pode ser suprimida. Chegar a essa questão foi uma tarefa de séculos, ao longo dos quais se foi produzindo uma evolução do entendimento de que os pobres são culpáveis por sua situação, responsáveis por ela, até se compreender que existem causas naturais e sociais que uma sociedade justa deve erradicar.⁶⁰

No modelo econômico liberal o privilégio tinha mais importância do que a dignidade e foi exatamente esse motivo que fez surgir teorias contestatórias à ordem posta. Já não mais se aceitava ao som de explicações econômicas ou preceitos religiosos confortantes que a vida terrena seja decidida por quem come em detrimento de quem tem fome. Disputar o Estado seria, antes de tudo, uma necessidade de quem não encontrava um amparo estatal às suas necessidades.

Como pontuava Max Weber,

a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação de redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como espírito do capitalismo.⁶¹

O fator a determinar ou relativizar a importância de que o Estado ocupasse um lugar de regulação nas diretrizes econômicas poderia acarretar algum receio. A figura estatal não

⁶⁰ CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. Tradução: Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 48-49.

⁶¹ WEBER, Max. **A crítica protestante e o espírito do capitalismo**. Trad: M. Irene de Q. F. Szmreccá. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 123.

deveria ser colocada a pactuar com privilégio. Qual seria, nesse caso, a diferença com o absolutismo? Começava a se perceber que muita diferença não se fazia notar.

O absolutismo da Idade Média e capitalismo pós-Revolução Industrial, fomentando a sociedade industrial, obedecia a um mesmo critério de dominação de poder. As cortes foram substituídas pelos donos dos meios de produção. No final existia toda uma massa de pessoas que ficavam à margem de qualquer proteção ou amparo, ou seja, não seria a mudança de regime que permitiria a integração com a classe trabalhadora excluída, mas a mudança de concepção entre o que seria classe dominante e classe dominada.

A divisão do trabalho na manufatura e a maquinaria própria da grande indústria aprofundam essa incorporação da classe trabalhadora no capital, cada vez menos existia uma independência, a força de trabalho individual se fragiliza, decompõe, sendo absorvida pela lógica do trabalhador global.⁶² O liberalismo demonstrava disposição para ir além de pauta econômica, disputando o poder político em definitivo.

O chão de fábrica, reduto da exploração e lucro por parte de quem o possuía, cada vez mais se tornava uma concentração de ideias que o sistema contestava. O trabalho fabril, símbolo de um novo mundo que se mostrava, cada vez mais expressava incompreensões daquilo que novo parecia, mas se ancorava nas já conhecidas explorações. Como conciliar com quem queria explorar?

Benjamim Constant preceitua:

Os pobres fazem eles mesmos seus negócios; os homens ricos contratam administradores. Mas salvo se forem insensatos, os homens ricos que tem administradores examinam, com atenção e severidade, se esses administradores cumprem seu dever. O crédito não tinha a mesma influência entre os antigos; seus governos eram mais fortes que os particulares; em nossos dias, esses são mais fortes que os poderes políticos; a riqueza é uma força mais disponível em todos os momentos, mais aplicável a todos os interesses e, em consequência, muito mais real e mais bem obedecida.⁶³

O capitalismo não escondia os seus interesses, lucrar era o seu sentido, enquanto o operário coagido, tal qual uma máquina, tinha uma vida marcada pela exploração, unir o interesse dessas duas realidades passou, no final da década do século XIX, a ser cada vez mais improvável, pois a disputa pelo Estado apontava dois interesses colidentes: a complacência

⁶² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 249.

⁶³ CONSTANT, Benjamin. “De la liberté des ancients comparée à celle des modernes” (1819), em *De la liberté chez les modernes. Ecrits politiques* (org.M.Gauchet, Paris, Hachett, 1980), p.511-512 [ed.it.: *Principi di politica*, org. Umberto Cerroni, 2.ed.Roma, Editora Riuniti, 1970. p. 235-236.

com a mais-valia pela burguesia e o controle dos meios de produção, a extinção da mais-valia e do padrão pelos proletários.

O capitalismo, assim como o feudalismo, tinha na dominação do “homem pelo homem” a sua marca mais forte de novo modelo econômico que já começava velho. O trabalho assalariado se tornaria apenas mais um novo codinome para a exploração. As doutrinas contestatórias encontravam uma evidência prática nada difícil de convencimento à classe trabalhadora, que por sua vez cada vez mais compreendia a dominação a qual sofria como mecanismo necessário para os manterem excluídos, inclusive, do que produziam. Aliás, esse seria o grande ponto.

Como garantir o convencimento e a eficiência de um sistema que tinha na exclusão de consumo os próprios produtores? Todos esses gargalos foram municiando as teorias que adquiriam cada vez mais sentido para a classe proletária. Quando o liberalismo, o mercado, iria dar vez a quem praticamente nada possuía e só produzia? Esses questionamentos foram se tornando um senso comum no ambiente do chão de fábrica e o que antes se aceitava, já passava a ser revertido em discurso de indignação.

Se realmente a incursão das máquinas no ambiente fabril tinha como objetivo atenuar ou até erradicar a exploração da classe trabalhadora, não era essa a realidade posta. O fetiche da tecnologia começava desde o início da primeira Revolução Industrial de que obedeciam aos interesses da classe dominante, ou seja, não seria um processo que envolveria neutralidade. A tecnologia tinha lado e continuaria a produzir exploração, pois a mão de obra seria explorada enquanto fosse rentável, a mais-valia não seria erradicada.

Segundo David Harvey,

sociedades pré-capitalistas possuíam techné, mas o capitalismo possui uma tecnologia que não admite mistérios, que disseca cientificamente a natureza a fim de exercer controle. Isso implica uma mudança de mentalidade não apenas em relação à produção em si mas também no que diz respeito à natureza, que tem de ser construída como um objeto morto (em vez de fecundo e vivo) aberto à dominação e manipulação humana.⁶⁴

Com o incremento da tecnologia no modo de produção capitalista a preocupação era lucrar e não deixar de explorar. A reviravolta na dinâmica produtiva industrial não só escancarava o objetivo pela mais-valia, como explicitava uma das facetas mais contestadas da então denominada sociedade industrial, a maquinização do homem.

⁶⁴ HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o Capital do século XXI. Tradução: Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 120.

O capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ou seja, procura-se aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico – científico informacional.⁶⁵

A exploração como conceito de aceitação na dinâmica laboral e produtiva humana não era requisito exclusivo do capitalismo, diga-se de passagem, o feudalismo já compactuava com o método, no entanto obedecia mais a um quesito cultural de dominação das classes camponesas do que plano de matriz econômica para atingir a mais-valia, o lucro. E isso faz toda a diferença.

A precarização da classe trabalhadora é consequência de um conjunto de fatores, como a luta de classes, a capacidade de resistência do proletariado, causando com isso, tanto uma redução quanto uma ampliação, pois o movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista bem como das reivindicações proletárias.⁶⁶

Ter uma exploração pautada no aspecto cultural da dominação talvez não tivesse o desdobramento de utilizar a tecnologia como um objeto ainda maior de exploração da mão de obra. E o motivo residiria exatamente na justificativa de que no feudalismo a troca de serviços estaria condicionada à questão da subsistência e não à busca do lucro.

Sociedades antigas, como o Egito antigo, grassavam passagens interessantes no tocante às relações de trabalho, possuíam todos os graus de liberdade, até a não liberdade e coisificação.⁶⁷ Não existia uma diferença acintosa entre a base escravagista e o povo, por mais que tal afirmação possa soar como contraditória, pois o simples significado da palavra escravo já denota uma disparidade para qualquer relação normal e civilizada entre pessoas.

O fato é que recebiam alojamento, vestimentas, unguentos e até alguns direitos reais⁶⁸. Tinham direito à herança, adquirir matrimônio com mulheres livres, o direito de arrendar ou cultivar a terra nas mesmas condições estabelecidas para qualquer indivíduo, independentemente da sua posição social, fosse militar, sacerdote ou escriba. Tinha, de certo modo, uma situação muito similar ao feudalismo, pois poderia até servir voluntariamente a

⁶⁵ LOJKINE, Jean. **De la Révolution Industrielle à la Révolution Informationnelle**. In: BIDE, Jaques; TEXIER, Jacques. *La Crise du Travail: actual Marx confrontation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

⁶⁶ ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 60.

⁶⁷ PRESEDO, F. Egito. In: BLÁZQUEZ, José Maria *et al.* (Orgs.). **História del Oriente antiguo**. Madri: Cátedra, 1992. p. 170.

⁶⁸ PRESEDO, 1992, p. 245.

alguém, com o intuito de garantir a sua própria subsistência e assim preparar para os seus herdeiros, um melhor destino e posição social.⁶⁹

Assim, a tecnologia não chega para substituir, mas para reforçar a possibilidade e a necessidade de exploração da mão de obra. É uma questão cultural. A máquina atende a um modelo exploratório de atuação. Quem a comanda a vê como aditamento na busca da mais-valia, do lucro. O homem poderá ser substituído na função, mas não na exploração. Apenas se tornou parte da máquina ou mais uma máquina no sistema de modo de produção.

A maquinização do chão de fábrica não foi um processo civilizatório nas relações laborais, apenas um ganho no processo produtivo. Não houve um abrandamento ou melhoramento nas condições de trabalho. Mulheres gestantes e crianças não deixaram de ser utilizados pela chegada da tecnologia. A ideologia da exploração não era apenas uma condição de produzir, era uma necessidade de lucrar.

Os movimentos contestatórios e reivindicatórios logo perceberam que continuavam a ser tão instrumentalizados na concepção exploratória como sempre foram. Não houve um refreamento ou um apaziguamento entre a classe dominante e a cultura da exploração, muito pelo contrário. Com a possibilidade de também utilizarem as máquinas, ocorreu uma completa captura da estética da maquinização na classe trabalhadora, tornando-a menos humana.

A emancipação social pedia passagem para ser notada. Os questionamentos cada vez mais contundentes traziam a necessidade do velho e do novo se unirem por um novo internacionalismo operário sem as amarras manipuladoras do capitalismo.⁷⁰ Começava a se perceber nas relações de trabalho vigentes nos chãos de fábrica um processo de fazer das lutas políticas um caminho na estruturação das forças contra-hegemônicas, subverter o que seria a normalidade pela ordem posta e trazer à tona a opressão.

Há uma evidente equiparação do homem às máquinas. A capacidade de pensar, a racionalidade humana se tornou cada vez mais dispensável, atinge-se uma abstração da realidade enquanto seres humanos. Se a ideia era fazer com a máquina uma valorização da mão de obra proletária, deu-se uma desconstrução do panorama humano, não se fazia qualquer diferença entre homem e máquina.

A maquinização do chão de fábrica confirmou o compromisso que já se via como evidente no panorama de modelo econômico vigente no Ocidente. O capitalismo entrava no

⁶⁹ TAVARES, António Augusto. **Civilizações pré-clássicas**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 87.

⁷⁰ WEBSTER, Eduard; LAMBERT, Rob. Emancipação social e novo internacionalismo operário: uma perspectiva do sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 129.

seu fluxograma mais conhecido e reverberava o seu compromisso, o seu pacto com o lucro, sem qualquer receio de como se viabilizar, impondo-se fazer existir.

A sociedade industrial iria cada vez mais se constituindo uma estética de consumo como objeto central de valor entre as pessoas. Se o indivíduo consumia, era dotado de valor. O ser humano virou um próprio mercado, muitas vezes era a própria mercadoria, pois na captura do esteticismo da alienação pelo ato compulsivo de comprar, o mercado impunha uma normatividade cultural, um padrão em que mais importava ser consumidor do que cidadão. Gilles Lipovetsky e Jean Serroy trazem considerações importantes acerca do tema:

[...] O capitalismo transformou as lógicas de criação e de produção, de distribuição e de consumo. Seu próprio sentido se subverteu: não mais sistema econômico racional, mas máquina estética produtiva de estilos, de emoções, de ficções, de evasões, de desejos, e tudo isso não mais, como acontecia antes, para uma elite social restrita, mas para o conjunto dos consumidores: o capitalismo artista não cessa de construir universos ao mesmo tempo mercantis e imaginários. Hoje, os produtores dão ênfase a bens capazes de tocar a sensibilidade estética dos consumidores; não propõem mais apenas produtos de que se necessita, mas produtos diferenciados de que se tem vontade, que agradam e fazem sonhar.⁷¹

Muito se questiona a viabilidade da sociedade industrial sem o capitalismo e o liberalismo, o fato é que a dinâmica de produzir para consumir, mais do que uma harmonia, transformou-se numa potente ideologia, fez uma engrenagem que molda não apenas um mercado, mas prende e se insere no subjetivo dos indivíduos. Essa condição de consumidores mais importantes do que cidadãos trouxe consequências, a aporofobia foi uma delas. As classes sociais ficaram cada vez mais estigmatizadas. A luta de classes continuava a ser fomentada.

A partir do momento que um sistema político e um modelo econômico admitem a possibilidade de coexistir pacificamente o rico e o pobre, como baliza estrutural e identitária, inevitável não gerar como consequência uma necessidade de coalizão entre as realidades distintas. Diferentemente do feudalismo em que as diferenças eram estabelecidas pelas castas sociais, ou seja, só pelo nascer e pertencer, o capitalismo, com ascensão da classe burguesa na disputa pelo Estado, trazia a concepção do consumo como marco definatório e regulatório para subjugar cidadãos e cidadãs.

Nos últimos tempos, entretanto, todas as esferas da vida social têm preconizado que a figura do *homo oeconomicus*, maximizador de seu lucro, deve ser substituída pela do *homo reciprocans*, do homem capaz de dar e receber, de retribuir, cooperar, que o seu lado racional

⁷¹ LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista. Trad: Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 49.

não inviabilize o lado passional e sentimental de também ser demonstrado e não apenas pelo cálculo da utilidade máxima.⁷²

No auge dos debates para conceituar o *homo oeconomicus*, Alfred Marshall faz uma definição peculiar:

Tem-se tentado, na verdade, construir uma ciência abstrata com respeito às ações de um ‘homem econômico’ que não esteja sob influências éticas e que procure, prudente e energicamente, obter ganhos pecuniários movido por impulsos mecânicos e egoístas [...]. Na presente obra considera-se ação normal aquela que se espera, sob certas condições, dos membros de um grupo industrial [...]. A esperteza normal para procurar os melhores mercados onde comprar e vender, ou ainda, para descobrir a melhor ocupação para si próprio ou para seus filhos – todas essas e outras suposições semelhantes serão relativas aos membros de uma classe particular, em determinado lugar e em determinado tempo.⁷³

Toda essa discussão resultou em novas perspectivas de pensamentos atinentes ao assunto em voga. Se antes a árvore genealógica era o que definia a linha demarcatória entre ser cidadão e subcidadão, no capitalismo seria ser proprietário. Na igualdade do ideário liberal certamente a economia não seria orientada por essa preocupação e precaução. E se a desigualdade seria estimulada, voluntariamente ou involuntariamente, a economia que não incluía seria questionada por quem excluído estava. O tensionamento social não se dava no campo simplesmente de castas, mas por quem a economia não tinha responsabilidade em requisitos de como morar e se alimentar.

No feudalismo o sistema de castas trazia um conformismo mais do que na condição social, na própria condição existencial. Não se questionava o fato de ser pobre porque se acreditava em uma determinação do destino, sua vida terrena teria aquela missão, aquele ofício, amparado em um conforto religioso que a tudo seria recompensado no plano espiritual.

Já o capitalismo, apesar de continuar amparado em dogmas e preceitos religiosos, trazia uma necessidade concreta de consumo. O plano espiritual já não muito confortava, pois o fato de se viver em uma sociedade com um modo de produção pautado no consumo, com uma burguesia ascendente sem dotes de nobreza, mas que fazia pelo poderio financeiro se impor e se fazer perceber no controle do Estado, trazia para a classe proletária a inquietação de que não seria apenas o plano espiritual a sua vocação de conforto. Começou a perceber as

⁷² NOWAK, Martin Andreas; SIGMUND, Karl. Shrewd investimens. **Science**, Washington, v. 288, n. 5.467, p. 819, 2000; CONILL, Jesús. Neuroeconomia. In: CORTINA, Adela (coord). **Guía Comares de neurofilosofia práctica**. Granada: Comares, 2012. p. 39-64.

⁷³ MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril, 1985. v. 1. (Coleção “Os Economistas”). p. 3-4.

suas condições precárias não como consequência de um determinismo, mas uma imposição do capitalismo.

Na definição de Alexander Berkman,

a igreja e a escola continuam ao lado dos ricos contra os pobres, ao lado dos poderosos contra suas vítimas, com a 'lei e a ordem' e contra a liberdade e a justiça. Agora, como antes, eles ensinam as pessoas a respeitar e a obedecer a seus mestres. Quando o tirano era o rei, a igreja e a escola ensinavam o respeito e a obediência à 'lei e à ordem' do rei. Quando a monarquia é abolida e institui-se a república, a igreja e a escola ensinam o respeito à 'lei e à ordem' republicanas. Obedeça! Esse é o eterno brado da igreja e da escola, independente da vileza do tirano, independente de quão opressivas e injustas são suas 'leias e ordens'.⁷⁴

Entre a monarquia centralizada e unitária, ou antes entre o processo de centralização e unificação, e a política mercantilista, restam evidentes as relações, pois, segundo a formulação definitiva de Hecksher⁷⁵, o mercantilismo foi um mecanismo de unificação, ao mesmo tempo, aliás que considerava um certo grau de assimilação do Estado nacional para que se pudesse executar. Suas relações são, aliás, reversivas, levando-se a considerar que ambos advêm de um mesmo processo, a fase crítica de ultrapassagem da estrutura feudal⁷⁶. No mesmo sentido, a expansão ultramarina permitiu romper os limites estreitos pelos quais até aquele momento movia – se a economia mercantil até o fim da Idade Média.⁷⁷

Com todo esse cenário em uma Europa que começava a experimentar os efeitos de um sistema político que trazia nas desigualdades a sua condição de existir, percebia-se que o embate entre classes não seria uma mera reformulação pela luta de ocupação de territórios ou contra majoração de tributos, tinha na essência uma conscientização de que o problema não seria apenas circunstancial, estava constituído e iria se consolidar por toda a ideia da sociedade industrial.

Interessante apontamento acerca do tema faz Fernando A. Novais:

A expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo constituem de fato um dos traços marcantes da história dos séculos XVI e XVIII. Contemporaneamente, assiste-se ao predomínio das formas políticas do absolutismo, no plano político, e, no social, a persistência da sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos, como elemento diferenciador.

⁷⁴ BERKMAN, Alexander. **What is Anarchism?** Oakland: AK Press. 2003 AK Press, 2003. p. 40.

⁷⁵ HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**. Tradução para o espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 1943. p. 17-29.

⁷⁶ VERLINDEN, Charles. **Les Origines de la civilisation atlantique**. Neuchâtel: La Baconnière, 1966. p. 129 ss.

⁷⁷ LUZZATTO, Gino. **Storia Economica dell'età moderna e contemporânea**. Padua, CEDAM, 1955. 2 v. p. 37-47; LACOUR-GAYET, Jaques (dir.). **História Del Comércio**. Tradução para o espanhol. Barcelona: Vergara, 1958. 3 v. p. 16 segs.

No universo da vida econômica, entre a dissolução paulatina da estrutura feudal e a eclosão da produção capitalista, com persistências da primeira e elementos peculiares da segunda, configura-se a etapa intermediária que já se vai tornando usual chamar-se capitalismo mercantil, pois é o capital comercial, gerado mais diretamente na circulação de mercadorias, que anima toda a vida econômica. Estado absolutista, com extrema centralização do poder real, que de certa forma unifica e disciplina uma sociedade organizada em “ordens”, e executa uma política mercantilista de fomento do desenvolvimento da economia de mercado, interna e externamente – no plano externo pela exploração ultramarina, tais são as peças do todo, que convém articular. O seu simples enunciado já nos abre caminho neste sentido.⁷⁸

O novo paradigma que se constituía na Europa Central de tão potente iria se espalhar mundo afora. Como uma nova fase da colonização, o capitalismo precisava de mercado, de consumo. Novas fronteiras e trincheiras seriam necessárias. A mão de obra, embora assalariada, permitia uma inserção no consumo parcial. Era a criação da reserva do mercado. Começou-se a perceber também que o desemprego no capitalismo não seria um desequilíbrio, mas um equilíbrio do próprio sistema, ou seja, tinha uma função de existir.

Nesse quesito interessante analogia faz Keynes:

[...] o desemprego prospera porque os homens querem a lua; os homens não podem conseguir emprego quando o objeto dos seus desejos (ou seja, o dinheiro) é algo que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que lua e queijo são praticamente a mesma coisa, e a fazer funcionar uma fábrica de queijo (que é o mesmo que dizer um banco central) sob a direção do poder público.⁷⁹

Se o desemprego seria estrutural, o acesso ao consumo seria para uns de certa forma limitada. Mas qual seria a lógica de um mesmo sistema que teria como principal requisito o consumo e ter no desemprego também uma estratégia estruturante? Era exatamente para criar uma necessidade de trabalho em que aqueles que estivessem trabalhando se sentissem pressionados e não criassem uma cultura de crítica às condições laborais. Já os desempregados pela necessidade de trabalharem se sentirem subservientes a qualquer condição de trabalho oferecida. Nada seria por acaso e tudo seria pela exploração.

Sob o prisma de Montañó e Duriguetto,

se em sociedades pré-capitalistas o desemprego e a pauperização são o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo ou da

⁷⁸ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 79.

⁷⁹ KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970. p. 227.

escassez de produtos [...], contrariamente no modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais valia), na relação entre capital e trabalho, donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho.⁸⁰

A classe trabalhadora percebia cada vez mais que a sua miserabilidade consentida pelo capitalismo era a mais-valia de quem até do seu desemprego lucrava. Era um sistema pautado na objetificação humana, na tentativa de persuadi-lo a não se perceber enquanto ser, mas apenas alguém que estaria inserido no objetivo único de trabalho que seria, aliás, a sua dignidade. Segundo Herbert Marcuse,

o princípio de desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo de constante expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controle sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições progressivas. Durante uma considerável parte dessa evolução, os interesses de dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos. Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho pra uma engrenagem que ela não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos tem de submeter-se se querem viver. E torna-se tanto mais estranho quando mais especializada se torna a divisão do trabalho. Os homens não vivem sua própria vida, mas desempenham tão só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação.⁸¹

A classe trabalhadora percebia que teria apenas a função de um comporta diante da necessidade da demanda de produzir e consumir. A sua identidade enquanto pessoa, indivíduo, era moldada pelo chão de fábrica. Era lá que estaria a sua finalidade de existir. No entanto, o existencialismo concreto, guiado pelas necessidades, fazia o proletário e proletárias adquirirem um sentimento de pertencimento a uma causa. Se a religião não amparava e até consentia com a exploração, seria na materialidade da luta que as teorias e doutrinas políticas iriam ganhar um efeito prático.

Com o entendimento de que o sistema capitalista tinha na exploração um efeito prático da sua concertação e orientação de mundo, não haveria possibilidade de qualquer melhora se não fosse pelo confronto. A narrativa de que o trabalho assalariado seria um patamar civilizatório que demonstrava as boas intenções dos donos do capital esbarrava nos efeitos

⁸⁰ MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 81.

⁸¹ MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução: Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 58.

práticos que a sociedade precificada cobrava. Viver era caro para quem trabalhava e era explorado. Na concepção de Marcuse:

A particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação – libertação também do que é tolerável e compensador e confortável – enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluyente. Aqui, os controles sociais extorquem a necessidade irresistível para a produção e o consumo do desperdício; a necessidade de trabalho estupefaciente onde não mais existe necessidade real; a necessidade de modos de descanso que mitigam e prolongam essa estupefação; a necessidade de manter liberdades decepcionantes como as de livre competição a preços administrados, uma imprensa livre que se autocensura, a livre escolha entre marcas e engenhocas.⁸²

A pretensa igualdade dita pela burguesia acontecia no plano e manutenção das propriedades. O trabalho assalariado foi uma necessidade do mercado, não um direito da classe proletária. O liberalismo, que tinha na livre iniciativa e na competitividade entre os donos dos meios de produção o seu modelo econômico, percebia na mão de obra paga um estímulo mais eficiente do que o açoite.

No entanto, essa efetividade e encorajamento do trabalho assalariado era conflituoso e sempre relativizado pelo medo que também deveria estar presente nas novas condições de relações de trabalho as quais se apresentavam. Se a escravidão era a certeza de que o ser humano seria um objeto, uma propriedade, no trabalho assalariado, a classe trabalhadora continuava a ser uma propriedade, pois o medo do desemprego codificava muitas vezes uma aceitação e subserviência nas condições laborais que se tornava tão nocivo e sub-humano quanto a senzala.

Logo ficou evidente de que o liberalismo não chegou para mudar as relações de trabalho no tocante à dominante e dominado. O simples fato de conceder um salário pelo serviço prestado não era na prática um reconhecimento nas condições de igualdade, até porque para a teoria liberal não houve qualquer constrangimento quando lhe foi conveniente compactuar com o trabalho escravo.

1.4 O mundo pelo retrovisor e a luta de classes como caminho e destino

A escravidão nas colônias do continente americano e africano foi um mercado importante e estratégico nas relações entre colonos e colonizados. Sua utilização atendia a

⁸² MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 28.

uma deliberação de necessidade mão de obra, mas também a um projeto econômico. E muitos podem se questionar o motivo em período praticamente concomitante, sob o mesmo liberalismo, nas cidades europeias fabris o trabalho assalariado ser uma realidade. Diferentemente nas suas colônias, a prática escravagista ainda vigorava.

Enquanto nas cidades fabris europeias as indústrias deliberavam uma necessidade de consumo que possibilitasse a economia fazer a circulação de mercadorias no mercado, nas colônias era inexistente um consumo local. A sua vocação seria exportar recursos naturais e mão de obra escrava.

Os sucessos iniciais do mercado e do sistema capitalista fizeram nascer uma ambiência moral positiva, favorável ao florescimento tanto de uma sociedade ordenada quanto do próprio mercado. No entanto, em todo momento haverá não apenas lutas e conflito, mas também perda de algum terreno já conquistado.⁸³

A lógica do liberalismo não era civilizar as relações de trabalho, pois se assim o fosse, a escravidão nas colônias não seria tolerada, o que se visava era a uma economia guiada pelo mercado, sem qualquer interferência do Estado. As pautas trabalhistas para a doutrina liberal deveriam obedecer a um interesse da produção e do consumo, pois quanto mais mercadorias em circulação, maior geração de riqueza.

O capital organiza o excedente da força de trabalho por medidas econômicas que não valorizam os salários, ou seja, os mantêm baixos. Os modos de produção pré-capitalistas não são destruídos, mas sim transformados e submetidos ao modo de produção dominante em escala mundial e local: o modo de produção capitalista.⁸⁴

O modo de produção industrial não se desenvolveu pelo trabalho assalariado, mas por contar com um trabalho escravo nas colônias produtoras dos recursos naturais que serviam de insumos para os produtos industrializados. A lógica da espoliação e exploração continuava a ser a regra, a mão de obra escrava também fazia parte da lógica da mão invisível do mercado.

É bem verdade que em um determinado período houve um direcionamento dos países colonizadores industriais de se acabar com a mão de obra escrava nas colônias, fato que também estaria atrelado mais a um interesse do mercado na expansão do modelo do modo de produção industrial do que qualquer peso na consciência. A sociedade industrial veio para ser uma nova concepção cultural.

⁸³ HIRSCHMAN, 1984, p. 44.

⁸⁴ PALLOIX, Christian; AMIN, Samir; BETTELHEIM, Charles; ARGHIRI, Emmanuel. **Imperialismo e comércio internacional**. Tradução: Aton Fon Filho. São Paulo: Global, 1981. p. 17.

Essa nova concepção cultural, inclusive, era a que possibilitaria a formação de classes. Para a burguesia industrial dominante, defender valores como propriedade privada não poderia atender apenas a um panorama econômico, teria de ser um fenômeno cultural, pois o mundo deveria ser pautado pela lógica de consumo e acúmulo. Tais fatores, como já dito, não se balizariam pela preocupação de igualdade, até porque a partir do momento que o ter se tornaria um *status*, o fenômeno de classe também seria um diferencial.

O processo de acumulação financeira significa, apenas, uma modificação dos estados patrimoniais das distintas unidades econômicas e das suas relações de participação no excedente econômico efetivo gerado pela economia. O capital financeiro não representa, pois, o resultado de produção e acumulação do excedente econômico, mas sim da geração e acumulação de direitos de propriedade.⁸⁵

Mas a partir do momento que um modelo econômico defende o acúmulo sob um modo de produção industrial alicerçado na exploração de riquezas naturais finitas, a matemática simples indica que para alguém vai faltar.

Foi essa dinâmica de sociedade que se consolidou como modelo a ser seguido nos últimos duzentos anos. A estética de consumo prevalece sobre paradigmas econômicos mais sustentáveis.

O desemprego estrutural não impacta apenas a redução de postos de trabalho formal, autua consubstancialmente no receio de que a classe trabalhadora se filie, faça parte da entidade sindical da sua categoria. É como se existisse uma prática antissindical já preconcebida pela própria estruturação das relações de trabalho no capitalismo, pois a reserva de mercado de quem precisa do emprego para sobreviver faz com quem está empregado uma censura implícita e forçada para não ter o desemprego como destino. Ocorre uma inevitável desarticulação de desmobilização. Além disso, as pautas reivindicatórias segregadas e internalizadas aos dilemas de cada categoria diminuem e arrefecem uma maior homogeneidade nas necessidades muitas vezes coletivas.⁸⁶

A desigualdade explica muito mais os preceitos liberais burgueses do que a igualdade, ocorre que admitir ou colocar a premissa verdadeira de que um mundo desigual é necessário para a manutenção ao privilégio do consumo seria ferir de certo modo o ideal do sentimento cristão ocidental o qual pautava a cultura comportamental dessa sociedade industrial vigente.

⁸⁵ TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 234.

⁸⁶ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de Andrade; LIRA, Fernanda Barreto; D'ÂNGELO, Isabele Bandeira de Moraes. A História da Formação Operária e do Sindicalismo Brasileiro: Da Experiência Anarquista ao Sindicalismo Pós Constituinte; Dos Novos Movimentos Sociais às Teorias dos Movimentos Sociais. **Revista do Direito do Trabalho**. RDT, 163, p. 73-104, 2015.

A burguesia liberal, industrial na senda de garantir o ideal da propriedade privada, transformaria a igualdade como algo atingível no imaginário de quem se sabia jamais ter condições de chegar ao padrão de vida facilmente percebido nas classes dominantes. Por isso foi até lógico identificar a propriedade dos meios de produção como principal fator da desigualdade percebida.

Por mais que tivesse disposição de se pagar um salário mais justo, jamais se teria uma igualdade de fato nas condições de consumo, pois quem controlava a oferta e demanda de produtos seriam os donos dos meios de produção. E os proprietários, os patrões seguiriam uma lógica protecionista ao seu lucro, a sua mais-valia. Isso se explica porque a mão invisível do mercado, mesmo com o aumento da riqueza, não atenuava a desigualdade.

Para tudo isso, Nassim Nicholas Taleb, na sua obra, “A Lógica do Cisne Negro, o impacto do altamente improvável”, esmiuça a lógica do capitalismo fiador da desigualdade:

Se os livres mercados têm feito sucesso, é precisamente porque permitem o processo de tentativa e erro que chamo de “ajustes e experimentações estocásticas” por parte de operadores individuais concorrentes que caem no engodo da falácia narrativa – mas que na prática estão participando coletivamente de um grandioso projeto. Cada vez mais aprendemos a praticar ajustes e experimentações estocásticas sem saber disso – graças a empreendedores superconfiantes, investidores ingênuos, banqueiros de investimentos gananciosos e capitalistas de risco agressivos reunidos pelos sistema de livre mercado.⁸⁷

A luta de classes então seria uma consequência natural, como a lei da gravidade, desse tensionamento social criado pelo acúmulo e não preocupação com a distribuição de riqueza. O que se dizia como igualdade era apenas a possibilidade de se adquirir um salário, sem qualquer garantia de acesso ao consumo do que se produzia. E esse fator em um ambiente cada vez mais tomado pela frustração da miséria como destino seria uma combustão de teorias políticas a disputarem a narrativa de domínio de poder do Estado.

A manifestação do capitalismo em construção pela dimensão dinâmica mundial, antecipada pelo mercantilismo das grandes navegações e descobrimentos, oportunizou a difusão da motivação pelo enriquecimento pessoal, empresarial e governamental. Assim, o trabalho humano, até então associado à sobrevivência, sofreu aguda inflexão imposta pela ascensão generalizada e predominante da propriedade privada.⁸⁸

⁸⁷ TALEB, Nassim Nicholas. **A Lógica do Cisne Negro: O Impacto do altamente improvável**. Tradução: Renato Marques de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021. p. 275.

⁸⁸ POCHMANN, Marcio. **O Neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021. p. 13.

O Estado liberal burguês apresentava fragilidades e cada vez mais o que se dizia ser ajustável pela mão invisível de mercado, começava-se a perceber que o interesse era exatamente deixar tudo como estava, ou seja, perpetuar a desigualdade, como garantidor de um modelo econômico não muito diferente do feudalismo no tocante à manutenção dos privilégios. Todo esse ambiente fez da luta de classes mais do que uma necessidade, uma identidade do próprio sistema político e econômico vigente.

Na visão de José Oiticica,

luta de classe é precisamente a não admissão dos fatos consumados. Fato consumado desde séculos é a propriedade particular, é o capital explorador, era sua majestade o rei, é sua santidade o papa, e todos esses fatos consumados vão sendo repelidos, denunciados, desfeitos e depostos.⁸⁹

Nesse ínterim se fortalecem as teorias que confrontavam o poder político dominante do Estado Liberal Burguês. As realidades diferentes e colidentes entre os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora, por óbvio, acarretavam interpretações dissonantes quanto ao liberalismo. Enquanto os proprietários industriais percebiam a não interferência estatal na economia como uma vantagem e um distanciamento dos tempos absolutistas, um legado iluminista, a classe proletária percebia que essa narrativa era na verdade uma nova ascensão de um grupo minoritário ao controle do Estado, no caso a burguesia, para controlar a maioria, a classe proletária.

Foi a disputa da narrativa econômica que definiu matrizes ideológicas diferentes na disputa do poder político do Estado. As condições de vida da classe proletária demonstravam que o liberalismo em efeitos materiais não seria muito diferente do que já se vivia no feudalismo. Com relação às diferenças trazidas pelo capitalismo, como o trabalho assalariado, começava a se perceber que se situava mais como uma dinâmica das novas relações de trabalho da sociedade industrial que se formava do que como uma conquista enquanto classe.

É preciso compreender que o capital é uma relação social, no entanto vai mais além, constitui-se uma forma social de expressão da riqueza produzida e acumulada pela sociedade. Na própria relação social, é o resultado da relação contratual entre as classes fundamentais de capitalistas e de trabalhadores; e como expressão do produzido, é o resultado acumulado da riqueza produzida pela força de trabalho. Entretanto, o capital é também uma abstração, mas tem uma existência real e só se consolida em movimento.⁹⁰

⁸⁹ OITICICA, José. **Ação Direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** – meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970. p. 123.

⁹⁰ NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O Capitalismo em Crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 13-14.

O trabalho assalariado antes de que se pense como um direito social alcançado, atendia a uma demanda meramente econômica de novos modos de produção da cultura industrial. O capitalismo mesmo não podendo possibilitar as condições concretas do acesso ao material, capturava a subjetividade de que o “livre mercado” traria uma possibilidade de igualdade nas condições de possibilidade.

Christophe Dejours relata que:

O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar.⁹¹

As transformações históricas as quais ameaçam a ordem natural e social geram oposições, conflitos, podendo agir e impactar a própria manutenção da comunidade. O rito é capaz de operar, então, não como simples reação conservadora e autoritária em defesa da antiga ordem, como se verá mais adiante a propósito da cerimonialidade tradicionalista, mas como movimento através do qual a sociedade controla o risco de mudança. As ações rituais básicas são tidas como transgressões denegadas. Assim, o rito deve resolver, mediante uma operação socialmente aprovada e coletivamente assumida, a contradição estabelecida ao fomentar como heterogêneos e diferentes princípios os quais devem ser reunidos para assegurar a reprodução do grupo.⁹²

As novas ideologias que surgiam questionavam e atacavam exatamente a contradição: como o liberalismo pode se pautar em liberdade e igualdade quando condições tão adversas separam os donos do meio de produção da classe proletária? Na verdade, o mundo dividido em classes também se colocava na prática liberal, em nada se diferenciando da época feudal. A diferença é que se antes o simples fato de nascer definia a classe à qual se pertencia; no liberalismo, o ter importava mais, a disparidade se colocava entre quem tinha ou não o capital.

Doutrinas justapostas ao liberalismo questionavam exatamente essa liberdade e igualdade que não chegavam à classe proletária. A lógica econômica liberal de um mercado autorregulado pelas suas próprias necessidades encontrava-se diante de uma grande aporia, pois como o mercado iria se colocar diante de necessidades conflitantes? Como autorregular vontades colidentes? O interesse dos donos dos meios de produção estava prontamente atendido quando a mais-valia estava estabelecida.

⁹¹ DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v.14, n.3, p.30, set./dez. 2004.

⁹² BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris, Minuit, 1980. p. 381

O advento do capitalismo resultou no alongamento das jornadas até alcançarem seu ápice durante a Revolução Industrial. O auge das horas laborais feriu a consciência moral da sociedade, razão pela qual se originaram movimentos políticos de setores progressistas que apoiaram reivindicações e organizaram resistências e greves operárias pelo controle da exploração de força de trabalho, qualquer que fosse, masculina, feminina, infantil, juvenil, das cargas laborais excessivamente longas.⁹³

Como preconizava Robert Linhart em sua obra *Greve na Fábrica*, “o direito de greve existe. Entrar em greve é uma questão de consciência, é um direito individual”.⁹⁴

Aliás, importante notar e anotar que a exploração e a diminuição das mulheres na sociedade estão intrinsecamente atreladas à própria história do capitalismo e liberalismo já percebidos e criticados por Mary Wollstonecraft:

Todo o sistema de representação neste país é somente uma confortável ocasião de despotismo; as mulheres não deveriam queixar-se por serem representadas na mesma medida em que é representada a numerosa classe de operários, trabalhadores empedernidos que pagam para sustentar a família real, ao passo que mal conseguem satisfazer com pão a boca dos filhos.⁹⁵

Toda essa situação elencada demonstrava um choque civilizatório de interesses. Enquanto uns defendiam um modelo econômico que se pautava na exploração para atingir a mais-valia, outros percebiam que a igualdade somente seria viável quando a mão de obra assalariada deixasse de ter como principal função e condição a mais-valia para alguns.

As formas políticas e jurídicas que possibilitem, ordenem e estimulem o modo de produção o qual passam a dominar a economia tornam-se as dominantes e são projetadas para tal. As forças extraeconômicas compõem o capitalismo tanto quanto a mudança de produção ou do fluxo financeiro. No entanto, o capital parece se corporificar e torna-se sujeito da sua produção. Mesmo com os dominantes e dominados, os burgueses e proletários (e a pequena burguesia) ocorre, de alguma forma, a escravização por todos do processo de produção de capital.⁹⁶

⁹³ ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 22.

⁹⁴ LINHART, Robert. **Greve na Fábrica**. Trad: Miguel Arraes, Lydia H.Caldas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 85.

⁹⁵ Original: “*L'intero sistema di rappresentanza in questo paese è solo una comoda occasione per il dispotismo; le donne non dovrebbero lamentarsi di essere rappresentate nella stessa misura in cui è rappresentata la numerosa classe di lavoratori, lavoratori laboriosi che pagano per mantenere la famiglia reale, mentre riescono a malapena a saziare la bocca dei loro figli con il pane.*” Tradução do autor. WOLLSTONECRAFT, Mary. **Sui diritti delle donne (1792)**. B. Antonucci (org). Milão: Bur, 2008. p. 30.

⁹⁶ MAESO, Benito Eduardo Araújo. **As diferenças em comum**: Deleuze, Marx e o agora. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 74-75.

O que poderia ser uma nova utopia para a classe proletária se tornaria uma distopia que somente novas ideologias poderiam pautar e trazer um real significado para o sentido liberal da palavra igualdade. Nas condições econômicas postas pelo liberalismo, a preocupação do capitalismo em gerar riqueza não se refletia na preocupação de reparti-la. A capacidade produtiva foi potencializada significativamente na sociedade industrial, a relação exploratória dos recursos naturais atendia a um interesse de sobrevivência do capitalismo, não da espécie humana.

O dinheiro existe desde as civilizações mais antigas, como a Mesopotâmia, entretanto é nas economias de mercado capitalistas que a sociabilidade é construída e ajustada sob os moldes monetários. É sabido que nas economias capitalistas, os bens e serviços os quais satisfazem e alimentam o mercado não são lançados das mãos de quem os produzem sem o valor monetário, o preço. Tudo isso atende à lógica da apropriação privada do bem monetizado acrescentado do lucro.⁹⁷

O capitalismo fazia crer que a economia era uma ciência tão natural quanto a Lei da Gravidade. Ao mesmo tempo em que ingenuamente criava essa suposição em forma de evidência, parecia não se atentar que bastavam os donos de produção voluntariamente diminuir a capacidade produtiva que toda a equação da oferta e demanda seria afetada.

A classe proletária logo perceberia que não existe ciência ou economia que seja neutra. Atenderá sempre ao interesse de quem manuseia o poder político do Estado e no capitalismo qualquer outra condição que não fosse o lucro seria ignorada, mesmo que toda essa redenção econômica fosse circunscrita sem distribuir a riqueza de maneira devida. Era exatamente esse o principal ponto questionador das correntes políticas antagônicas.

Na definição de Proudhon,

a riqueza como uma massa mantida por uma força química em estado permanente de composição e na qual novos elementos entram em cessar e se combinam em proporções diferentes, mas segundo uma lei certa: o valor é a razão proporcional (a medida) segundo a qual cada um desses elementos faz parte do todo. [...] É o trabalho, enfim, que, como um princípio de vida, agita, mens agitat (a mente agita), a matéria, molem, da riqueza e que a proporciona.⁹⁸

A tecnologia utilizada como trunfo para aumentar a capacidade produtiva industrial em nada tinha como compromisso atenuar o trabalho braçal e mecânico da classe proletária. A

⁹⁷ BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Dinheiro: o poder da abstração real**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021. p. 36.

⁹⁸ PROUDHON, Pierre-Joseph. **Filosofia da Miséria**, Tomo I. Tradução: Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2007a. p. 85.

invasão tecnológica nos chãos de fábricas atendia aos interesses ideológicos do liberalismo, logo se iria perceber que não seria o incremento da tecnologia que iria mudar o método de exploração.

A exploração como seio do desenvolvimento capitalista industrial não iria arrefecer o trabalho mecanizado e braçal humano. O fato de explorar a mão de obra não tem a ver com uma condicionante ainda primária dos meios de produção e sim com uma concepção ideológica de perceber o lucro, a mais-valia, como premissa maior ao seu interesse.

Nesse caso o custo é o que define. Se as contas demonstrarem que vale a pena explorar para lucrar, não há qualquer constrangimento em se manter a narrativa ideológica do convencimento e necessidade econômica de se adotar tais práticas exploratórias. Ainda ocorre um convencimento de que o trabalho assalariado é a prova concreta de que a relação não é de exploração, mas apenas a compra consentida e justa da mão de obra.

No liberalismo, o fato de a sociedade industrial ter desenvolvido o trabalho assalariado não necessariamente significa que as relações foram humanizadas. O salário nada mais indica de que houve uma monetização, uma precificação da mão de obra. O simples fato de se receber por um serviço prestado não elide que as condições de trabalho continuaram a obedecer a um modo de exploração.

Esse foi o grande trunfo liberal. Ao transformar o trabalho assalariado em ascensão civilizatória das relações laborais, a exploração disfarçou a condição de dominação entre os donos dos meios de produção e a classe proletária. Entretanto, o salário nada mais servia como um pacto de que o capitalismo, sob a tutela liberal, iria suavizar o que poderia ser notado como exploração, pois era necessário demonstrar que quem trabalhava em chão de fábrica também seria inserido e teria acesso ao consumo.

O mercado como uma espécie de hipnose monetizante fazia do salário a sua carta de apresentação de boas intenções. O liberalismo ao combater o trabalho escravo parecia querer se desvencilhar de qualquer método exploratório, quando na verdade estaria apenas mudando o método da exploração. O capitalismo logo percebe que para ampliar a circulação da moeda não poderia excluir toda uma parcela de pessoas que bem ou mal iriam consumir. O problema é que essa possibilidade de consumo nada tinha a ver com dignidade. A escravidão não era mais um modelo de relações laborais oficial e amplamente aceito, mas o trabalho assalariado não se afastava da percepção mais original escravocrata: explorar para lucrar.

O capitalismo, maliciosamente, se movimenta na busca do equilíbrio, na igualdade protocolar entre capital e trabalho, bem como na liberdade de liames de exploração a partir da

autonomia da vontade a qual se manifesta uma instância política segregada das partes, justamente para poder servir de garante e vinculador imparcial dessa mesma relação.⁹⁹

A tecnologia que emergia com a sociedade industrial não libertava, prendia uma liberdade, não chegava para a classe proletária que agonizava num mundo novo dos velhos paradigmas de submeter e subjugar pessoas em classes que quem produzia não consumia. O liberalismo se colocava como um caminho proibido de utopia para os despossuídos. A narrativa de igualdade de oportunidade esbarrava na lógica e ideologia do acúmulo.

Ao longo do século XIX, a tecnologia se tornou cada vez mais capaz de economizar mão de obra. Esse cenário se deu nos mais diferentes ramos industriais e, mais ainda, nas economias industriais como um todo no tocante à participação crescente de indústrias, o progresso tecnológico levou a aumentos particularmente rápidos da relação capital/trabalho.¹⁰⁰

Aos poucos se percebia uma nova divisão de classes pautada também numa desigualdade. Nesse ponto surgiam os questionamentos sobre se a pobreza e as realidades desiguais seriam consequência do capitalismo ou percepção de evolução de espécie humana, novamente tocada por rigores biológicos, pois o feudalismo também era pautado em exploração e em uma inamovibilidade de classes ainda mais forte do que o capitalismo, visto que os estamentos não eram definidos somente por rigores econômicos, mas por uma percepção de superioridade como castas.

Na análise de Inácio Rangel sobre o modo de produção feudal,

o feudalismo, apesar de ser uma estrutura social incontestavelmente superior ao escravismo, jamais criou um edifício como o Império Romano. A razão disso já foi apontada, e consiste em que o fator decisivo no controle da produção é essencialmente móvel na escravidão e essencialmente imóvel no feudalismo. A escravidão, em qualquer de suas formas, mistura os povos, transfere facilmente os fatores de riqueza de um lado para outro, soldando tudo numa peça única, ao passo que o feudalismo, também em qualquer de suas formas, tende a imobilizar esses fatores, ao prendê-los à terra. No primeiro caso, temos a tendência ao universalismo; no segundo, ao exclusivismo regional.¹⁰¹

Então como condenar o capitalismo, o modelo econômico liberal, se o próprio feudalismo já trazia uma exclusão, uma diferenciação entre classes? Como não perceber que a

⁹⁹ MASCARO, 2013, p. 45.

¹⁰⁰ GERSHENKRON, Alexandre. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaios**. Cesar Benjamim (org.). Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015. p. 131.

¹⁰¹ RANGEL, Inácio. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. p. 62.

burguesia seria uma classe mais fluida e permissiva no toque entre as classes do que os rigores feudais permitiam? Todas essas considerações pareciam trazer ao liberalismo uma nova possibilidade de integração social, em que o modo de produção, a sociedade industrial, não iria simplesmente definir qual seria o espaço de cada um na sociedade.

A interseccionalidade do tecido social no modo de produção capitalista, no modelo econômico liberal, dava um indicativo, parecia ser mais aberto do que na sociedade feudal, entretanto logo se perceberia que não seriam tão diferentes. Poderiam até divergir na forma, mas o conteúdo exploratório e as estruturas sociais seriam tão engessadas quanto.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve todo um controle social tanto das capacidades físicas quanto mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham uma função importante e estão presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte de quem desempenha o trabalho.¹⁰²

Logo se viu que o liberalismo se utilizava de uma narrativa apenas percebida no campo teórico. O modo de produção capitalista, diferentemente do feudalismo, se dividia pelo dote econômico e não pelo status social ao qual pertencia. Ser nobre ainda importava, mas não definia, sob o prisma da economia, que realmente detinha o poder político do Estado e isso fazia toda a diferença.

O liberalismo se mostrou mais atraente à classe trabalhadora pelo discurso pautado na liberdade, na igualdade e em valores como o trabalho assalariado. A sociedade industrial se consolidaria como estrutura ideológica dominante, pois atrairia para o chão de fábrica uma narrativa em que o acesso aos bens materiais e ao acúmulo seria possível para quem produzisse. Entretanto, logo se percebeu que essa produção não era quem estava na condição de proletário, mas de patrão. E nesse ponto, o capitalismo e o liberalismo, não se diferenciavam do feudalismo.

Aliás, toda a primazia da Europa Ocidental no desenvolvimento econômico moderno é o resultado de um longo processo de aprendizagem com seus vizinhos mais adiantados do Oriente Médio e do Extremo Oriente. A transição do feudalismo para o capitalismo, o

¹⁰² HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2016. p. 118.

cercamento, teve, nas revoluções intelectual, política e geográfica ocorridas na Europa entre os séculos XIII e XVI, antecedentes importantes e indispensáveis à expansão econômica subsequente.¹⁰³

Étienne de La Boétie aduz:

Incrível coisa é ver o povo, uma vez subjugado, cair em tão profundo esquecimento da liberdade que não desperta nem a recupera. Antes começa a servir com tanta prontidão e boa vontade que parece ter perdido não liberdade, mas a servidão. É verdade que, a princípio, serve com constrangimento e pela força, mas os que vêm depois, como não conhecem a liberdade nem sabem o que ela seja, servem sem esforço e fazem de boamente o que os seus antepassados tinham feito por obrigação. Assim é: os homens nascidos sob o jugo e depois criados na servidão, sem olharem para lá dela, limitam-se a viver tal como nasceram, nunca pensam ter outro direito nem outro bem senão o que encontraram ao nascer, aceitando como natural o estado que acharam à nascença.¹⁰⁴

O capitalismo ressignificou o conceito de nobreza, os suseranos e vassalos, caracterizadores do sistema feudal, passaram a ser os ricos e pobres do capitalismo. Essa diferenciação não é um mero trocadilho. Pode-se até indagar que a riqueza e a pobreza também estavam presentes no feudalismo, não passavam apenas de uma conceituação, implicitamente ser nobre significava ser rico, entretanto o valor atribuído não era uma condição de acumular para ter. E isso faz toda a diferença na percepção de lutas de classes surgida no capitalismo, no modelo econômico liberal.

Pode surgir o questionamento sobre se a mão de obra vendida seria consentida, no entanto esse ilusionismo logo se desfaz quando a realidade se mostra como uma necessidade real de subsistência. Não há escolha ou alternativa. A exploração adquire um contorno muito mais perverso exatamente pelo sentido de posse e propriedade de um “homem pelo outro homem” ser muito mais monetizada no capitalismo do que no feudalismo. A compra da mão de obra significava a compra do tempo daquele trabalhador ou trabalhadora.

Durante aquele período de trabalho prestado existia uma total dominação e subjugação. Se o proletário ou proletária não eram donos do seu tempo, não eram donos de si. A percepção da escravidão subliminarmente estaria muito mais arraigada e atrelada à condição de trabalho paga do que a uma mera troca de mão de obra por subsistência, pois na relação em que envolvia a compra do tempo de cada trabalhador ou trabalhadora para se

¹⁰³ AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Tradução Maria Celina Whatley. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 167.

¹⁰⁴ LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução: Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1997. p. 33.

executar o serviço, estava se comprando não o trabalho, mas o próprio trabalhador ou trabalhadora por aquele período.

Na visão de Thomas Piketty,

a desigualdade entre capital e trabalho é extremamente violenta. Ele bate de frente com as concepções mais comuns do que é justo e do que não é, e, portanto, não surpreende que o assunto às vezes acabe deflagrando agressões físicas. Para todos aqueles que nada possuem além de sua força de trabalho e que, frequentemente, vivem em condições modestas, para não dizer miseráveis, como no caso dos camponeses do século XVIII ou dos mineiros de Marikana¹⁰⁵, é difícil aceitar que os detentores do capital – alguns dos quais, ao menos em parte, herdaram essa condição – possam se apropriar de um montante significativo da riqueza produzida sem que tenham trabalhado para isso [...].¹⁰⁶

Essa relação de trabalho instituída pelo liberalismo e capitalismo trouxe, de certo modo, a percepção dos homens como mercadorias, como objetos. Se no regime escravagista existia concretamente a compra de um ser humano como um produto, agora esse produto estaria sendo pago, mas continuaria sendo uma mercadoria, pois abriria mão da propriedade do seu tempo naquelas horas em que empenhava a sua mão de obra no lucro alheio, independentemente de sua subsistência.

Na verdade, as revoluções liberais do século XVIII e XIX não eram propriamente signatárias ou preocupadas com o fator da emancipação social. Apenas serviram para reestruturar as relações de poder no sistema vigente cogente já existente, libertando as instituições da sociedade de trabalho dos interesses dinásticos obsoletos e impulsionando a respectiva coisificação e despersonalização.¹⁰⁷

Muitas vezes, mesmo com a venda dessa mão de obra, as condições de adquirir os bens que se produziam eram impossíveis ou muito improváveis, diferença, aliás, fundamental para se entender as nuances dos regimes feudal e capitalista. Naquele, o que se produzia era a sua subsistência, ou seja, se consumia. Neste, o que se produzia era transformado em produto, iria para o mercado, o trabalhador ou trabalhadora era remunerado, mas muitas vezes essa remuneração não dava a condição de se adquirir ou consumir.

¹⁰⁵ Mina platina, perto de Joanesburgo. Em 16 de agosto de 2012, a polícia sul-africana interveio num conflito entre os trabalhadores e os responsáveis pela exploração dos recursos, os acionistas da companhia Lonmin, cuja sede fica em Londres. Trinta e quatro mineradores foram mortos pelos policiais. Os mineiros queriam um aumento na sua remuneração de 500 para 1000 euros por mês. Depois dos trágicos acontecimentos, a empresa propôs, por fim, um aumento de 75 euros mensais. PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 45.

¹⁰⁶ Ibid., p. 46.

¹⁰⁷ GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o Trabalho**. Lisboa: Atígona, 2003. p. 49.

Essa lógica, da não capacidade de consumir a sua própria subsistência pelo que se produzia, criava uma percepção de diferenciação muito mais aguda e concretamente uma exclusão também pensada pelo que o modelo liberal denominava de reserva de mercado. Toda essa construção enquanto modelo societário que legava a uns a busca da mais-valia e do lucro, aliada à lógica da alienação para manter uma classe trabalhadora obediente aos seus interesses, resultou em desdobramentos de questionamentos de teorias políticas ao sistema vigente. A luta de classes estava posta como condição postulatória por parte de quem se sentia excluído, se inserir numa economia em que o acúmulo não poderia ser a condenação da miséria dos muitos outros, a classe trabalhadora.

1.5 O anarquismo como grito incendiário do movimento operário

O movimento operário ganhou impulso exatamente quando a economia liberal legou à classe trabalhadora apenas o papel da força de trabalho espoliada e explorada. A incompreensão, como se as escolhas econômicas fossem uma lei da natureza, começou a dar lugar à razão de compreender que a injustiça seria o seu destino caso não reivindicasse e lutasse pela sua inclusão também na possibilidade de consumir o que produzia.

Desses movimentos surgiu a voluntariedade de entender a importância dos pensamentos que percebiam na economia mais um meio e não o único fim que justificasse a desigualdade e a injustiça social como uma ciência natural. O pedágio começou a ser cobrado, não se admitia que somente o lucro importasse, as pessoas também deveriam ter o seu valor reconhecido, algo que as revoluções liberais apenas diziam, mas estavam longe de praticar.

Para Hobsbawm,

a realidade operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bares e líderes, os níveis sócio – econômico, político, cultural, ideológico e ‘histórico’ – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas.¹⁰⁸

Todo esse manancial de incertezas que cercava a classe proletária semeou ideias contrapostas aos dogmas liberais estabelecidos. Os poderes políticos e econômicos constituídos já não mais convenciam quem vivia à margem das condições tidas como dignas. A concentração de trabalhadores e trabalhadoras ecoava em gritos de ordem contestatórios não apenas à economia, mas à própria capacidade e manutenção do Estado.

¹⁰⁸ HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 29-30.

Apesar das escolas da Grécia Antiga serem consideradas a sua base como pensamento filosófico e concepção ideológica, o anarquismo se deu por existir como doutrina na Alemanha, sob a regência de Proudhon e Hegel, em 1840.¹⁰⁹ Para Proudhon,

do ponto de vista moral e intelectual, a sociedade, ou o homem coletivo, se distingue do indivíduo sobretudo pela espontaneidade de ação, ou seja pelo instinto. Enquanto que o indivíduo não obedece ou imagina não obedecer senão a motivos dos quais tem plena consciência e aos quais é dono de recusar ou conceder sua adesão; enquanto que, numa palavra, se julga livre, e tanto mais livre quanto mais se achar raciocinador e melhor instruído, a sociedade está sujeita a impulsos em que nada, à primeira vista, deixa perceber deliberação e projeto, mas que aos poucos parecem dirigidos por um conselho superior que existe fora da sociedade e que a impele com força irresistível para um desconhecido. O estabelecimento das monarquias e das repúblicas, a distinção das castas, as instituições judiciárias, etc., são algumas das manifestações dessa espontaneidade social, da qual é muito mais fácil notar os efeitos do que indicar o princípio ou dar a razão.¹¹⁰

Já Hegel, percebia a sociedade burguesa ancorada no aspecto negativo da propriedade privada, mas ia além disso. Ele analisava essa construção como uma privação de cada indivíduo ao compartilhamento dos bens os quais possuem. Dizia todos serem proprietários de si mesmos, servindo esse aspecto como o elemento distintivo da sociedade burguesa. Segundo Hegel, “a reconciliação só pode ser alcançada pelo conhecimento do afirmativo no qual cada negativo desaparece como um subordinado e um superado”¹¹¹. Hegel aduz que a representação ainda está presa em uma duplicação não reconciliada entre um aqui e um além, com uma transcendência autônoma do imanente.¹¹²

O conceito da palavra anarquismo envolve uma origem grega, pois *archon* significa governante, e o prefixo *na* significa sem. Assim, anarquia significa nada menos do que viver sem governo. Por conseguinte, anarquismo é a doutrina fiadora do Estado como matriz dos problemas sociais existentes e defende forma de organizações sociais voluntárias, ou seja, o anarquista seria o indivíduo defensor da sociedade de Estado.¹¹³ Apregoa a liberdade em sua plenitude, o anarquismo é contrário a qualquer tipo de preconceito e padrão comportamental concebido. É um grito constante de protesto contra toda forma de opressão.

No entender de Woodcock,

¹⁰⁹ WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006. v. 2. p. 212.

¹¹⁰ PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**, Tomo I. Tradução: Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2007b. p. 14.

¹¹¹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão da História**. Trad: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 46.

¹¹² HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Trad: Paulo Meneses. 9. ed. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Edusf, 2014. p. 408.

¹¹³ WOODCOCK, George. Anarquismo: introdução histórica. In: **Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: LP&M, 1998. p. 11.

do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão de sociedade ideal do futuro e os meios para passar de uma pra outra. [...] O anarquismo preocupa-se, basicamente, com o homem e sua relação com a sociedade. Seu objetivo final é sempre a transformação da sociedade; sua atitude no presente é sempre de condenação a essa sociedade, mesmo que essa condenação tenha origem numa visão individualista sobre a natureza do homem; seu método é sempre de revolta social, seja ela violenta ou não.¹¹⁴

A fé religiosa e a filosofia racional perfazem a centralidade da ideia e conceito do anarquismo: de um lado, o caráter incidentalmente religioso da crença na revolução como solução para os problemas mundanos perpetrados pelas instituições, por exemplo, do outro, viria a racionalidade adimplida pela persuasão nas pessoas por um novo ideal guarnece nas teorias anárquicas. O anarquismo se coloca entre uma instigante dicotomia, a razão e a emoção, a partir da busca da transformação social e simplesmente crer na racionalidade humana e na possibilidade do aperfeiçoamento humano.

Na definição de Guérin,

o anarquismo é, com efeito, antes de tudo, sinônimo do socialismo. O anarquismo é, em primeiro lugar, um socialista que visa abolir a exploração do homem pelo homem. O anarquismo é um dos ramos do pensamento socialista, onde (sic) predominam, fundamentalmente, o culto da liberdade e a vontade de abolir o Estado.¹¹⁵

O anarquismo é visto como uma filosofia antidogmática, fundamentada e estruturada na crítica da dominação por estruturas como a hierarquia, a autoridade, o governo e o Estado. Tem como foco uma sociedade libertária e igualitária, que acarreta descentralização, autorregulação e a federação das associações voluntárias.

Segundo Marshall, os anarquistas possuem

uma visão particular da natureza humana, uma crítica da ordem existente, um projeto de uma sociedade livre e um meio para atingi-la. Todos os anarquistas rejeitam a legitimidade do governo exterior e do Estado e condenam a autoridade política, a hierarquia e a dominação impostas. Buscam estabelecer as condições de anarquia, ou seja, uma sociedade descentralizada e auto-regulada fundamentada em uma federação de associações voluntárias de indivíduos livres e iguais. O objetivo último do anarquismo é criar uma sociedade livre que permita todos os seres humanos realizar completamente seu potencial.¹¹⁶

¹¹⁴ WOODCOOK, George. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Porto Alegre: LP&M, 2002. 2 v. p. 7.

¹¹⁵ GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo**: da doutrina à ação. Rio de Janeiro: Garamond, 1968. p. 20.

¹¹⁶ MARSHALL, Peter. **Demanding the Impossible**: a history of anarchism. Oakland: PM Press, 2010. p. 3.

Interessante se faz notar que o anarquismo suscitava não apenas questionamentos no tocante à doutrina política, mas até uma análise comportamental de quem seguia as diretrizes do anarquismo. As ideias anarquistas de confrontar a ordem posta muitas vezes eram interpretadas como um indício patológico de desequilíbrio ou alguém que possuía desvio de caráter.

Na definição de César Lombroso, o anarquismo constituía-se um “enorme retrocesso”. O médico e criminologista italiano asseverou que, com raras exceções, os autores mais ativos das ideias anárquicas eram loucos e criminosos, quando não muitas vezes ambos.¹¹⁷ Já Gustave Le Bon, psicólogo e sociólogo francês,

percebia o anarquismo não como uma doutrina política, mas um estado mental, especial a variedades bem definidas de degenerados, que os patologistas há muito tempo catalogaram; seria, enfim, uma moléstia essencialmente contagiosa. Os anarquistas seriam alucinados pelos seus impulsos mórbidos e possuíam o intuito de destruir a sociedade, eram inimigos de qualquer forma de organização social.¹¹⁸

Por mais que tais considerações, com o passar do tempo, possam parecer absurdas e infundadas, o fato é que contribuíram para uma estereotipação de que quem seguia os ideais anarquistas fosse alguém à margem da sociedade, quando na verdade só acreditavam e queriam uma nova organização do tecido social, em nada essa questão depunha ou poderia diminuir a capacidade psíquica de ninguém.

O fato é que o anarquismo se caracteriza como um produto do século XIX, embora se tenham elementos do seu surgimento já no século XVIII, é resultado direto do impacto da maquinaria e da indústria na sociedade artesã e camponesa, ou seja, ocorreu toda uma circunstância histórica para a sua consolidação.¹¹⁹ Para Mckay,

o anarquismo é uma expressão de luta contra a opressão e a exploração, uma generalização das experiências e análises do povo trabalhador daquilo que estava errado no sistema vigente e uma expressão de esperanças e sonhos de um futuro melhor. Essa luta existia antes de se chamar anarquismo, mas o movimento anarquista histórico [...] é essencialmente um produto das lutas de classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado, contra a opressão e a exploração, e por uma sociedade de indivíduos livres e iguais.¹²⁰

Embora seja conhecido um passado de lutas contra dominações, o século XIX propiciou algumas situações peculiares ao surgimento do anarquismo, dentre os quais o próprio surgimento do capitalismo, do Estado Moderno e as mudanças sociais, a urbanização

¹¹⁷ LOMBROSO, Cesare. **Los Anarquistas**. Barcelona: Jucar, 1977. p. 15-25.

¹¹⁸ LE BON, Gustave. **A Psicologia Política**. Rio de Janeiro: Garnier, 1921, p. 268-270.

¹¹⁹ JOLL, James. **Anarquistas e Anarquismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

¹²⁰ MCKAY, Iain. **An Anarchist FAQ**. Oakland: AK Press, 2008. v. I. p. 26.

marcando o tom da sociedade industrial que se formava e uma migração do campo para as cidades.

Kropotkin afirmou em 1887:

O anarquismo, o sistema não governamental do socialismo, tem uma dupla origem. Constitui um amadurecimento dos dois grandes movimentos de pensamento nos campos político e econômico que caracterizam o século XIX, especialmente sua segunda metade. Em comum com todos os socialistas, os anarquistas sustentam que a propriedade privada da terra, do capital e das máquinas já teve o seu tempo, e que está condenada a desaparecer, sustentam também que tudo o que for necessário para a produção deve tornar-se propriedade comum da sociedade, e assim o serão; a propriedade comum deve ser gerida em comum por aqueles que produzem a riqueza. Em comum com os mais avançados representantes do radicalismo político, eles sustentam que a organização política ideal da sociedade exige que se reduzam as funções governamentais do mínimo e que o indivíduo retome sua liberdade completa de iniciativa e de ação para satisfazer – por meio de grupos e federações livres – todas as necessidades infinitamente variadas dos seres humanos.¹²¹

O anarquismo é oriundo do que se converteu adotar como radicalismo político, uma espécie de federalismo de base democrática e libertária, advindo do próprio socialismo, com a união das duas correntes a partir da segunda metade do século XIX, assim não restam dúvidas tratar-se de uma corrente socialista. As ideias anarquistas são estimuladas pela formação da classe trabalhadora e o aparecimento do capitalismo industrial, ou seja, o surgimento da sociedade industrial está por deveras atrelado ao nascimento do anarquismo.

O entrelaçamento do anarquismo com o século XIX, em grande medida, deve-se a um contexto histórico favorável ao seu surgimento, mas dois fatores apresentam-se como protagonistas: o termo “anarquia” e as suas derivações utilizadas de maneira positiva e a própria autoidentificação dos anarquistas, ambos fenômenos caracterizadores do século XIX. Para ilustrar tal posição, diz Enckell:

Bakunin, quatro anos antes (1872), saiu do Congresso da Paz dizendo aos amedrontados burgueses: Sou anarquista, retomando a afirmação provocativa de Proudhon. Em seu relato do Congresso da Basiléia da AIT, em 1869, James Guillaume fala de coletivismo anarquista, mas ele nunca utilizará a palavra anarquista isoladamente, por razão de sua aparência negativa. Nos programas da Aliança [da Democracia Socialista], das seções ou mesmo dos círculos mais revolucionários, esse termo jamais aparece durante os primeiros anos da AIT.¹²²

¹²¹ KROPOTKIN, Piotr. Anarchist Communism: its basis principles. In: **Kropotkin's Revolutionary Pamphlets**. Whitefish: Kessinger, 2005a. p. 46.

¹²² ENCKELL, Marianne. **La Fédération Jurassienne**: les origines de l'anarchisme em Suisse.Saint – Imier:Canevas, 1991. p. 199.

A terminologia do anarquismo no século XIX encontrou resistências, mesmo por parte de quem propagou as suas ideias desde o primeiro momento. Por isso até esse receio fez outras variantes do termo surgirem como “socialismo libertário”, “comunismo libertário”, “socialismo antiautoritário”, “comunismo antiautoritário”, ou seja, mesmo não considerando tais termos sinônimos, essas variações tentavam emprestar algum sentido ao que se definia como anarquismo.

Todas essas considerações sobre o anarquismo levam a um debate ainda mais amplo sobre se a sua teoria seria exatamente a antítese da teoria marxista. Como o marxismo desenvolve não necessariamente um conceito que rejeita o Estado e a teoria anarquista se baseia no antiestatismo, chocar-se-iam nas origens mais genuínas das suas doutrinas.

Já Horowitz, faz análise comparativa de que o anarquismo se constituía uma alternativa ao marxismo. Conforme se pode asseverar,

A diferença entre o socialismo e o anarquismo é fundamentalmente uma diferença entre aqueles que pretendem abolir as formas de relações sociais tais como existem atualmente e aqueles que tentam abolir o conteúdo de toda a sociedade de classes existentes até o presente. O socialista vê a sociedade futura a partir da perspectiva de redistribuição do poder, da propriedade, etc. O anarquismo vê em um compromisso desse tipo uma realização abortada e predestinada a perpetuar, sob uma forma nova, as mesmas divisões que vêm cindindo historicamente a sociedade. Para o anarquista, a raiz do problema se encontra nas classes sociais.¹²³

Kropotkin¹²⁴ defendia que o desenvolvimento da humanidade se dá por duas vertentes, uma delas, autoritária, caracterizada pelas tentativas de dominação e pelo estabelecimento de hierarquias na sociedade; a outra, exatamente o contrário, antiautoritária, luta e resiste contra os mais diversos sentidos de dominação. Essas duas tendências definiriam, respectivamente, o marxismo e o anarquismo.

Ditas essas diferenças, faz-se importante anotar que o anarquismo não se desenvolveu apenas por militantes tidos como anarquistas, ou por grupos e organizações específicas anarquistas. O desenvolvimento do anarquismo se deu por intermédio dos seus vetores sociais, dentre os quais está o sindicalismo de viés revolucionário, abrangendo exatamente o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo.¹²⁵

Nesse aspecto, há uma certa resistência às ideias do sindicalismo revolucionário como um vetor do anarquismo a qual não se encontra com o anarcossindicalismo. Tal fato pode se

¹²³ HOROWITZ, Irving. **Los Anarquistas**. La Teoria. Madri: Alianza, 1982. v. I. p. 23.

¹²⁴ KROPOTKIN, Peter Alexeyevich. **Biblioteca Anarquista, textos escolhidos**. Trad.: Maurício Tragtenberg. São Paulo: LPM Editores, 1987. p. 68-88.

¹²⁵ CORRÊA, Felipe. **Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Faísca, 2011.

constituir um crasso equívoco, pois este faz tão parte da árvore genealógica anarquista quanto aquele. O sindicalismo revolucionário se coloca também como uma estratégia anarquista e não pode ser colocado à sua margem.

Nesse aspecto, dizem Schmidt e Van Der Walt:

A ampla tradição anarquista [...] esteve centrada em uma política internacionalista que buscou tratar de uma ampla gama de questões sociais, a partir de uma perspectiva classista, e foi, em termos históricos, principalmente, um movimento da classe trabalhadora, sendo que os camponeses também tiveram um papel fundamental. Se damos muita atenção ao sindicalismo em nosso trabalho, é justamente porque o sindicalismo é central para a história da ampla tradição anarquista.¹²⁶

Os anarquistas e o anarquismo têm uma forte vinculação com as lutas populares, principalmente o segundo, quando se trata do peso que representa como expressões históricas. No entanto, vários desses movimentos populares evitam se alinhar, ou até mesmo ter qualquer afinidade, com as concepções do anarquismo, por isso é importante uma investigação criteriosa, blindada de passionalidades que dificultem a análise da influência anarquista nos movimentos populares.

Do ponto de vista histórico, o anarquismo sempre teve como principal vocação o sindicalismo revolucionário, pois ambos se confundem no percurso com as lutas e reivindicações da classe trabalhadora. No mesmo sentido se pode falar do anarquismo e do anarcossindicalismo, bem como de outras expressões que realçam com insurreições, levantes e revoluções.

Uma consideração importante a ser pautada é que a crise econômica do anarquismo não se limita ao capitalismo. Modos de produção, vistos como pré-capitalistas, permanecendo em sociedades modernas por razões de distintos níveis de desenvolvimento econômico também são considerados. Os anarquistas chegam a sustentar a possibilidade de impulsionar, com êxito, dentro de modos de produção pré-capitalistas, processos de lutas pelo socialismo, sem necessariamente perpassar por uma fase capitalista por não sustentar exatamente um modo de produção para se atingir o socialismo.

Schmidt e Van Der Walt comentam a respeito:

Para os anarquistas, os capitalistas ou a burguesia eram poderosos no mundo moderno, mas, quando as economias eram menos desenvolvidas, antigas elites pré-capitalistas, proprietárias de terra (geralmente aristocracias ou nobrezas hereditárias) também possuíam um importante papel. Não se pode

¹²⁶ SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: AK Press, 2009. p. 9.

compreender a posição anarquista em relação ao campesinato, a não ser que se observe que impulso socialista no anarquismo não era simplesmente anticapitalista, mas que ele também implica uma crítica da riqueza provinda da propriedade fundiária.¹²⁷

Assim, se o capitalismo fomentado na sociedade industrial teve como marca a apropriação dos meios de produção e da condição de exploração da classe proletária pela burguesia emergente, também mantinham os latifundiários como agentes protagônicos das grandes extensões de terras que dominavam o então povo do campo, o campesinato.

Na visão dos anarquistas, o Estado tem uma característica leviatânica¹²⁸, pois pela sua condição de hipertrofia em relação à sociedade desenvolve uma condição que oficializa e consente a exploração e a coação por intermédio da dominação política – burocrática, ou seja, para os anarquistas o Estado se impõe pelo monopólio da força e pela capacidade das suas decisões assumirem um caráter de imposição aos indivíduos.

Para Bakunin,

nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo pra cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima pra baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo.¹²⁹

Segundo a crítica anarquista ao Estado, existem duas perspectivas: uma conexão entre Estado e as classes sociais e uma oposição a uma hierarquia, pois são exatamente esses fatores a balança, o equilíbrio o qual permite a governança de uma maioria por uma minoria. Nesse caso, os anarquistas consideram e percebem a figura estatal como um elemento fundamental na estrutura social caracterizadora dos sistemas de dominação.

Nas palavras de Kropotkin,

o Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada -, produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus

¹²⁷ SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 49.

¹²⁸ Expressão oriunda da obra *Leviatã*, ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil, de Tomas Hobbes, é considerado um dos primeiros e mais influentes tratados acerca do contrato social. HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad.: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2015.

¹²⁹ BAKUNIN, Mikhail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003a. p. 47.

braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço a sua emancipação.¹³⁰

O Estado não é um mero reflexo das relações econômicas e desempenha um papel fundamental como fiador dos sistemas de dominação, pois em conjunto com outros atores - elemento central - corporifica o domínio político das classes sociais vergastadas. Assim, os anarquistas padecem da dificuldade de perceberem a efetiva ou a tomada das instâncias do Estado de poderes apenas de autogestão, pois seria reproduzir uma lógica burguesa de ocupação.

Nesse caso, os anarquistas não consideram a tomada do Estado por eleições, a denominada democracia representativa, como uma alternativa viável, tendo em vista que as eleições trariam um debate por dentro do *status quo*, ou seja, as pretensas mudanças que estariam se discutindo esbarrariam no próprio limite institucional chancelador eleitoral.

Na visão dos anarquistas, o socialismo de Estado não resolveria, pois mesmo a economia sendo modificada, sendo controlada pela lógica estatal, seja por reforma eleitoral ou até revolução, não modifica o modelo dominante vigente, constituindo no máximo uma reforma social, mas não uma transformação social de fato revolucionária.

Schmidt e Van der Walt arremetam que:

A abordagem da ampla tradição anarquista em relação a opressão de raça, de nacionalidade, do imperialismo e de gênero foi estruturada por uma perspectiva de classe, que buscou fundir várias lutas em um movimento internacional e internacionalista das classes populares na busca do mundo de igualdade e solidariedade. Em vez de adiar a resolução dessas opressões para um futuro pós-capitalista, o movimento esforçou-se por construir um movimento de classe trabalhadora e dos camponeses, forjado na luta por relações igualitárias entre nacionalidades, raças e gêneros, dentro da ordem presente, para prefigurar o mundo.¹³¹

Os anarquistas sempre tiveram como trincheira inegociável a crítica à dominação de classes, porém, dentro dessa luta, percebia a necessidade de envolver bandeiras dominadoras multifacetadas, em proposta de um movimento e que abrangesse uma luta generalizada, inclusive, porque não houve um embate hierarquizado entre os meios de dominação, ou seja, contra todos os meios dominadores.

O anarquismo é forjado na perspectiva classista, por isso tem no revolucionário ou revolucionária sujeitos catalizadores e modificadores de mudanças profundas na sociedade como agentes sociais comprometidos em não se conformar com o status de poder e modos de

¹³⁰ KROPOTKIN, Piotr. A Decomposição dos Estados. In: **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: 2005b. p.30.

¹³¹ SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 334-335.

produção, ambos excludentes. É imbuído da ideia de que ações humanas transformam as estruturas sociais.

Para os anarquistas, os sujeitos seriam revolucionários quando percebem e compreendem os interesses contraditórios existentes na sociedade, alimentados e estimulados pela lógica da dominação a qual se impõe. Dessa reflexão, formam-se a compreensão e a consciência de lutas de classe.

Os anarquistas consideram que o sistema de dominação é uma resultante da perversa lógica de dominação por parte das classes dominantes. Por isso, o anarquismo conta com a ideologização de sujeitos revolucionários, advindos exatamente das classes dominadas, para modificarem a correlação das forças políticas da sociedade. Nesse caso, Malatesta afirma:

Não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios não são arbitrários; derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades frequentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária aos métodos que empregamos.¹³²

Com a ascensão da sociedade industrial, a esfera ideológica/cultural do anarquismo desenvolveu lutas das questões diversas e isso se dá a começar pela consciência da classe quando estimularam permanentemente quesitos e critérios pela propaganda, educação e pelas mobilizações populares, com o objetivo de fortalecer uma identidade coletiva em princípios que se conectem com as necessidades da massa proletária.

Nesse sentido, Berkman pregava que o desenvolvimento da consciência da identidade de classe deve-se fundamentar em um conglomerado de preceitos:

A revolução social significa muito mais do que apenas reorganizar as condições: ela significa o estabelecimento de novos valores humanos e relações sociais, uma atitude modificada de um homem com o outro, como a de alguém livre e independente com seu semelhante; ela significa um espírito diferente na vida individual e coletiva, e esse espírito que deve ser cultivado, criado e construído, assim como é a mais delicada de flores, pois, na realidade, ele é a flor de uma nova e linda existência.¹³³

O anarquismo surge com a vocação para erradicar as classes sociais, logo é alinhada ao interesse das classes dominadas com o intuito de arregimentar o socialismo por intermédio de uma revolução social. No entanto, não são apenas as dominações de classe que devem ser enfrentadas, pois se entende a importância da atuação dentro de uma interseccionalidade,

¹³² MALATESTA, Errico. Programa Anarquista. In: **Escritos Revolucionários**. São Paulo: 2000. p. 11.

¹³³ BERKMAN, 2003, p. 185.

visto que a tradicional luta de classes implicitamente insere também questões de gênero e raciais.

Importante perceber uma elevação na gradação do apoio social quando a atuação se baliza por questões de raça e gênero, por exemplo, pois se construirá uma transformação social inserida e constituída na intervenção na correlação de forças as quais constituem e impactam as relações de poder vigentes.

Aliás, é sabida a necessidade de o projeto anarquista atuar por uma internacionalização da revolução, de maneira a propiciar as condições do espalhamento da ideologia anarquista e de um maior protagonismo das classes dominadas, não se restringindo a meras fronteiras nacionais, mirando sempre a internacionalização.

Além disso, a busca por uma revolução social inevitavelmente acarretará um processo violento, situação esta vista pelos anarquistas como uma consequência natural, pois se buscarão mudanças profundas em esferas estruturantes da sociedade industrial, que sejam o capitalismo, o Estado e as instituições dominadoras.

Dentro desse critério, faz-se importante a defesa de que o anarquismo seria uma corrente socialista, praticamente constituída no século XVIII, na projeção e avanço do socialismo na Europa, levando em consideração o movimento da classe trabalhadora emergente no continente europeu. Nesse ponto, analisa Pianciola:

O socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras, que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob a classe trabalhadora; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade racial (e não somente jurídica e política, através da intervenção dos poderes públicos).¹³⁴

O socialismo se sintoniza como um movimento da classe proletária na tentativa de humanizar o capitalismo, tentando frear a lógica da propriedade privada como indutor da desigualdade econômica e refratário à distribuição das riquezas produzidas. As ideias socialistas surgidas na primeira metade do século XIX trouxeram, por deveras, consequências à assimilação dos preceitos anarquistas. Com as premissas socialistas indicando um reformismo no Estado, já não se convenciam os explorados e exploradas de que a abolição estatal seria o caminho. Para Capeletti,

¹³⁴ PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: Norberto Bobbio *et al.* **Dicionário da Política**. Brasília: UNB, 2004. p. 1196-1197.

enquanto os socialistas utópicos (e não todos igualmente) são indiferentes à política e não fazem distinção entre os governos, os anarquistas se propõem a abolir o Estado e todo governo propriamente dito. Enquanto os primeiros são apolíticos os segundos são antipolíticos (que é uma maneira de serem políticos). [...] É por isso que os socialistas utópicos abominam a revolução e aspiram à harmonia entre as classes, enquanto a maioria dos anarquistas é revolucionária e deseja acabar com toda a diferença de castas, de classes e estamentos, junto com a divisão entre governantes e governados.¹³⁵

Os socialistas utópicos não visualizavam o rompimento com a ordem estabelecida do poder político como uma necessidade de real solução. Viam a possibilidade de reformar para transformar um caminho político a ser seguido, pois se conseguiria uma harmonia entre os interesses dos indivíduos, algo impensável para anarquistas devido aos interesses colidentes. Por isso, defendiam a supressão do Estado e a extinção da divisão de classes.

Em todo esse debate entre anarquistas e socialistas, a condução da política econômica também foi objeto de disputa e divergência. No entanto, na visão dos anarquistas fatos sociais que se sucedem não são explicados por bases teóricas da economia. Nesse sentido, os anarquistas se filiavam ao argumento da busca pelo poder, o controle cultural/ideológico como determinantes na condução econômica e não o contrário. A política sempre viria à frente.¹³⁶

Um processo revolucionário somente se desencadeia quando as condições da teoria se encontram com uma assimilação do povo, muitas vezes empurrado pela condição econômica, pois somente assim se dará uma possibilidade de ruptura com a respectiva estrutura do poder vigente, não prescindindo do uso da violência diante das necessidades aviltadas.

Nesse sentido, a violência pode funcionar como um gatilho na fomentação de movimentos revolucionários, criando um ambiente para os povos oprimidos e explorados em um processo radicalizado de luta, quanto à utilizada por movimentos populares previamente estabelecidos, melhorando a correlação no processo de lutas de classes.

Maitron apregoava que

é estritamente necessário fazer todos os esforços possíveis para propagar por atos a ideia revolucionária e o espírito de revolta junto dessa grande fração da massa popular que não toma ainda parte ativa no movimento e que alimenta ainda ilusões sobre a moralidade e a eficácia de meios legais.¹³⁷

¹³⁵ CAPPELLETTI, Angel. **La Ideologia Anarquista**. Buenos Aires: Araucária, 2006. p.125.

¹³⁶ ROCKER, Rudolf. **A Insuficiência do Materialismo Histórico**: Religião e Política. Rio de Janeiro: Simões, 1956. p. 11-24.

¹³⁷ RAVACHON. “Memórias de Ravachol”. In: MAITRON, Jean. **Ravachol e os Anarquistas**. Lisboa: Antígona, 1981.

Todas essas situações culminaram com as várias facetas do anarquismo que foram se dividindo com o tempo, atendendo às características da sociedade, mas principalmente dos teóricos que absorviam os ideais anarquistas e procuravam aplicar considerando o trinômio realidade, necessidade e possibilidade, tal como se deu com o anarquismo, anarcomunismo e anarcossindicalismo.

O anarquismo, como substrato das ideias e ideais libertários, nas contradições e antagonismos da sociedade e do multifacetário capitalismo, tem nessas divisões correntes não caprichos acadêmicos desnecessários, mas interpretações vivas e ativas da necessidade de vencer o mesmo mal com o mesmo sentimento, porém com sentidos diferentes.

O contexto de debates e necessidades de se garantir direitos sociais no século XIX atuou como catalisador a fomentar o ambiente para o surgimento do anarquismo como caminho a ser difundido pelas classes trabalhadoras. Na visão de Silva,

os próprios circuitos e centros do imperialismo, do capitalismo industrial, e das formações do Estado [moderno] proporcionaram os vínculos em que esses inimigos, anarquistas e sindicalistas, surgiram. As primeiras mobilizações da globalização para o trabalho na indústria e para as guerras espalharam o radicalismo e conectaram os radicais, suas comunicações baratas por meio de navios a vapor, telégrafos, sua imprensa a preços populares provieram os meios para um contato contínuo e seus novos centros industriais ofereceram as possibilidades para os recrutamentos sindicais em massa.¹³⁸

O panorama que começava a se firmar no mundo ocidental era pautado pela sociedade industrial. As condições de trabalho insalubres, longas jornadas de trabalho extenuantes e remunerações aquém impulsionaram as ideais anarquistas para dentro dos chãos das fábricas. O Estado estava adestrado pelos interesses dos donos do capital.

Cada vez mais havia a necessidade de um projeto político que trouxesse a classe trabalhadora como protagonista e criasse uma cisão com as ideias dominantes as quais ecoavam nos salões do baronato. O capital seguia a lógica da concentração e do acúmulo, o capitalismo servia aos que muito já possuíam e legava a miséria aos despossuídos.

Segundo Corrêa,

os amplos fluxos migratórios e o desenvolvimento das comunicações permitiram a conexão permanente entre militantes e o fortalecimento do internacionalismo; processo que se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos transportes, dos correios e da comunicação. Esse avanço tecnológico permitiu que os anarquistas entrassem em contato, se

¹³⁸ HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). **Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870 – 1940**. Leiden: Koninklijke NV, 2010. p. 34-35.

comunicassem, trocassem publicações, em um processo que possibilitou a rápida difusão e a generalização do anarquismo.¹³⁹

Importante assentar que toda essa preparação de ambiente para o anarquismo se desenvolver, e em consequência as suas correntes, teve na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, por trabalhadores franceses e ingleses, o momento de inflexão para que os paradigmas da sociedade industrial fossem questionados.

A AIT teve um papel fundamental no ajuntamento da classe trabalhadora. A ideologia liberal e o culto ao individualismo sintonizavam o chão de fábrica ao egoísmo do consumo. A exploração era a tônica de quem teria como destino servir como mão de obra a garantir a mais-valia de uma minoria dominante. A organização em associação acendia o paiol que iria incendiar a consciência das massas despossuídas. Para Schmidt,

a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou Primeira Internacional, proporcionou todas as pré-condições para que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária [sindicalismo revolucionário e anarco – sindicalismo] se consolidassem: importantes setores do operariado e do campesinato haviam adquirido uma consciência revolucionária, internacionalista e tinham criado uma federação internacional de suas próprias organizações, baseada fundamentalmente nos trabalhadores organizados.¹⁴⁰

Não há como ignorar ou pormenorizar a influência da AIT, pois foi o momento de radicalização propiciada pela sua atuação nos chãos de fábricas europeus que afetou a correlação de forças entre o mutualismo e coletivismo. A articulação da classe trabalhadora e movimentos classistas começaram a adquirir uma musculatura internacional, não questionando um governo de determinado país, mas o modelo político e econômico o qual se colocava a pautar o mundo.

Outro fator importante para o fortalecimento do anarquismo foi o surgimento da Aliança da Democracia Socialista (ADS), formada por setores heterogêneos, por vanguardistas oniscientes simpáticos à doutrina socialista e operários envolvidos com as primeiras formações sindicais e mobilizados na organização da classe proletária. Nos dizeres de Bakunin, a ADS se caracterizaria por:

Propagar entre as massas populares de todos os países as verdadeiras ideias sobre a política, sobre a economia política e sobre a economia social e sobre todas as questões filosóficas. Ela fará uma ativa propaganda por meio de jornais, das brochuras e dos livros, assim por meio da fundação de associações públicas. Buscará filiar todos os homens inteligentes, enérgicos,

¹³⁹ CORRÊA, Felipe Pedro. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2012. p. 208-209.

¹⁴⁰ SCHMIDT, Michael. **Breve Histoire de L' Anarchism**. Quebec: Lux, 2012. p. 54.

discretos e de boa vontade, sinceramente devotados a nossos ideais – a fim de formar em toda a Europa e em todas as localidades possíveis, incluindo a América, uma rede invisível de revolucionários devotados e empoderados por essa própria aliança.¹⁴¹

A ADS exerceu uma função estratégica na disseminação das ideias anarquistas, seja pela expansão da Associação Internacional dos Trabalhadores ou até mesmo pela sua criação nos locais em que ainda não existiam. A ideia era propagar e alastrar a capacidade de mobilização da classe proletária no afã de se insurgir em lutas para garantir direitos imediatos às classes dominadas pela dinâmica da sociedade industrial, os donos dos meios de produção e proprietários de terras.

Consideração importante a ser notada é a vocação dos anarquistas em garantir uma organização das massas com uma articulação política propriamente dita. O sindicalismo, por exemplo, foi muito mais priorizado como método revolucionário do que a simples fomentação das organizações anarquistas específicas.

Essa dinâmica de avançar as ideias anarquistas perseveraram e deram a tônica também no século XX, com os anarquistas, em sua maioria, optando pela preferência da quotização na classe proletária organizada, embora uma minoria dos anarquistas percebia e defendia a organização política das bases proletárias como prioridades.

O anarquismo se estrutura por duas vertentes com um maior protagonismo, anarcocomunistas e anarcossindicalistas, e as suas diferenças residem exatamente como enxergam o papel dos sindicatos nas pautas emancipatórias da classe trabalhadora. A julgar o caráter individualista muitas vezes visto por quem acompanha a doutrina anarquista, a construção da base sindical passou a identificar diferenças na forma como se iria confrontar a luta de classes. Segundo Sferra,

os anarcossindicalistas buscam um tipo de sociedade que se constituiria na base de cooperação natural, esperando realizar isso mediante a expropriação da burguesia, tornando comum os meios de produção e os produtos do trabalho, reorganizando a sociedade e constituindo-a sob a livre fé dos grupos de produtores e consumidores, sob o impulso da solidariedade, das necessidades naturais e sociais do indivíduo livre no grupo, o grupo autônomo na federação, a federação livre na humanidade.¹⁴²

No tocante aos anarquistas ou anarcocomunistas, a educação e a conscientização política se desdobrariam em processo revolucionário. Já os anarcossindicalistas percebem a necessidade de uma organização, perpassando pelo dispositivo da greve geral, até se alcançar

¹⁴¹ BAKUNIN, Mikhail. “Status Secrets de l’Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste”. Variante. In: CD – ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000.

¹⁴² SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossindicalismo**. São Paulo: Ática, 1987. p. 18.

a pretendida expropriação dos meios de produção da burguesia. Essa diferença é vista da seguinte forma por Sferra:

Os anarquistas negam a greve parcial como meio de se chegar a greve geral; embora a primeira seja justificável, não conduz à revolução, permitindo apenas minorar as condições da classe trabalhadora. A única greve destinada à conquista de seus direitos é a greve geral revolucionária e expropriadora. Assim, a greve geral é entendida como uma “insurreição popular”, rebelião aberta e constante de todos os oprimidos - da massa trabalhadora contra todas as formas de dominação e escravidão, isto é, rebelião contra as correntes que os prendem à moral, à religião, ao capitalismo.¹⁴³

Algo sensível e notável se dá na visão de um sindicalismo revolucionário em que não haja apenas uma pauta corporativa e limitada a categorias, mas uma interação larga com as bandeiras trabalhistas consonantes em qualquer chão de fábrica. Edelman sinalizava para essa interação, no tocante à greve, percebia os sindicatos como fundamental na sociedade industrial,

[...] o ‘abuso’ consiste precisamente em fazer funcionar a greve, isto é, a violência de classe dentro das obrigações contratuais, para, no fim das contas, desviá-las de seu objeto. E, se a jurisprudência resiste estruturalmente a essa confusão, é porque a violência de classe não deve entrar o bom funcionamento da empresa. A partir do momento que essa violência passa para o contrato, ela revela a ‘ilusão’ deste, torna visível que os operários, de fato, são os verdadeiros ‘senhores’ da empresa. E as obrigações contratuais apresentam-se, então, como a última trincheira do direito de propriedade. Assim o que se esconde sob a noção de greve abusiva é a violência de classe; e o direito a apreende a sua maneira, isto é, traçando uma linha de demarcação; de um lado, a greve, e outro, o contrato. Do contrário, a própria noção de empresa seria questionada, já que a empresa realiza juridicamente a separação entre o trabalhador e os meios de produção.¹⁴⁴

O surgimento da sociedade industrial agudizou o conflito de interesse entre os donos dos meios de produção e a classe operária. Diante de tantas teorias díspares e colidentes, tornou-se muitas vezes um ambiente de desconfiança com o sindicalismo e a sua real função.

No entanto, o sindicalismo procurava exercer o papel de ponte, de mediação entre a classe proletária e os movimentos libertários, pois o anarquismo somente seria possível, segundo os sindicalistas, caso houvesse uma transição e preparação principalmente na concepção de como a classe trabalhadora perceberia o seu protagonismo no seio da sociedade. Segundo Boris Fausto,

¹⁴³ SFERRA, 1987, p. 27-30.

¹⁴⁴ EDELMAN, 2016, p. 47.

os comunistas colocam no horizonte a sociedade capitalista, mas distinguem-se dos anarquistas em pontos fundamentais. Em primeiro lugar, valorizam o papel do Estado. Não só defendem a necessidade de ganhar posições no Estado, antes da conquista do poder como, após essa conquista, sustentam a necessidade de estabelecer um período de transição por tempo indefinido - ditadura do proletariado -, onde o Estado é reforçado antes do perecer. Enquanto os anarquistas veem a política e os partidos como campo de emergência de novas desigualdades, a questão política é básica para os comunistas. Sua atuação se dá nesse terreno de várias formas, com primazia para o papel do partido, autodefinido como representante do proletariado.¹⁴⁵

Diante das discordâncias de conceitos, o efeito de se pensar a classe trabalhadora como uma prioridade emancipatória uníssona se perdia nos projetos políticos de poder que cada doutrina política priorizava ou colocava como alternativa mais sensata. Nessas diferenças transformam o que seria pequeno em distâncias intransponíveis de se fazer valer a verdadeira pauta da luta de classes que não apenas ocupar o poder, mas trazer e fazer uma mudança comportamental e cultural de quem produz riqueza ter acesso e fazer uso dela.

E todas as matrizes anárquicas e revolucionárias se encontrariam, não apenas em uma ideologia, mas em um sentimento que realmente empoderasse e libertasse a classe trabalhadora da exploração. Essa seria a verdadeira revolução.

¹⁴⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 303.

2 ECONOMIA E POLÍTICA

Economia e política, na dinâmica da lógica do poder, colocam-se como siameses, quem seria mais importante? O fato é que a ordem dos fatores, nesse caso, altera o produto: se a política preceder a economia, será um resultado; se a economia preceder a política, será outro. Em um mundo capitalista parece que o fator econômico se impõe diante do fator político, mas para o objeto de estudo da presente pesquisa, é fundamental entender a importância dos freios e contrapesos possibilitados pelo poder político na economia, pois ao se tratar de direitos trabalhistas e do sindicalismo, na democracia liberal burguesa, caso não seja confrontada e tensionada, pouco valorizará a luta da classe trabalhadora.

2.1 Economia e a política: contradições e convergências em prol da classe trabalhadora

Este tópico irá se debruçar sobre aspectos econômicos e políticos, as suas contradições e a necessidade de convergirem pautas em prol da classe trabalhadora. Será debatido o impacto da política econômica no destino de quem produz no mundo do trabalho, bem como o processo de fragmentação vivenciado em maior grau a partir da década de 1970 do século XX, seguindo as diretrizes da cartilha neoliberal.

Com o avanço do neoliberalismo e a retirada dos direitos sociais, a economia seguiu deliberadamente a cartilha dos donos do capital e potentados econômicos. A política aceitava a sua captura pela visão gerencial do Estado. Nesse ínterim, restou à classe trabalhadora quedar-se a reboque dos interesses privados.

A manifestação do capitalismo em construção pela dimensão dinâmica mundial, ciceroneado pelo mercantilismo e os acontecimentos históricos das navegações e descobrimentos, deu causa ao enriquecimento governamental, empresarial e pessoal. Nesse momento, o trabalho humano sai de atividade de subsistência e assume uma influência definidora da propriedade privada e da predileção pelo lucro.¹⁴⁶

O que se tensionou em praticamente duzentos anos de sociedade industrial, nos últimos trinta anos do século XX, tornou-se um pensamento monoglota, só o capital falava, enquanto a classe trabalhadora silenciava. O contraponto foi asfixiado pela lógica dominante do individualismo, acumulação e concentração de riqueza, enquanto a pobreza era condicionada quase como um problema natural e não social.

¹⁴⁶ POCHMANN, 2021, p. 12-13.

A classe dominante, inclusive, utiliza como recurso bem difundido a responsabilização das próprias classes subalternas pelo seu desemprego ou pobreza. Traz para os excluídos e excluídas a culpa pelo seu insucesso, fórmula tipicamente neoliberal que cria o estereótipo de bem-sucedido como uma condição que independe da participação do Estado como se o mercado e o seu próprio esforço pessoal bastassem. Tal alcunha recai sob medida para individualizar cada vez mais os indivíduos, algo que começa com a consolidação da sociedade industrial.¹⁴⁷

A partir da Revolução Industrial e o crescimento entre a classe trabalhadora das doutrinas socialistas, houve uma disputa mesmo por dentro do capitalismo de uma tônica mais humanizada entre o capital e o trabalho. O lucro não poderia pactuar com o vale tudo da mais-valia, como se a vida fosse apenas uma engrenagem mecânica em que um coração por dentro daquele corpo não batia.

Aliás, a Revolução Industrial foi uma ruptura radical com o passado, pois focava a transformação dos métodos de produção e o aproveitamento das fontes de energia inanimada. As próprias reservas de carvão foram determinantes para a consolidação da manufatura inglesa em comparação com os seus competidores. O aperfeiçoamento com a finalidade comercial da máquina a vapor de Newcomen por James Watt e a edição do livro “A Riqueza das Nações, em 1776, fornecem testemunhos irreprensíveis sobre a drástica rotura nos modos de produzir: o emprego de energia, a divisão do trabalho e as novas organizações de regulação da vida econômica e social.¹⁴⁸

A cada avanço enquanto concepção cultural da sociedade industrial mais se consolidava a luta de classes e, mais precisamente, esse ponto torna-se interessante pois agora com o capitalismo patrocinando a fase do consumo, um padrão normativo econômico se impunha como um pensamento hegemônico na forma de pensar a economia.

Observa-se de que a escola liberal econômica se baseava no consumo como dinâmica empírica para pensar e fomentar as matrizes da economia. Um dos pilares do indicativo da crise econômica seria exatamente a queda no consumo, ora, logo se percebe que o não consumir se tornava um problema central no liberalismo econômico.

Tal modelo, no entanto, de início já tinha como premissa a exploração da mão de obra para a partir daí gerar e girar uma classe social impossibilitada de consumir, ou seja, não é o fato de estarem excluídos, na verdade, estão incluídos, mas como partícipe menor e com a

¹⁴⁷ FISHER, 2020, p. 140.

¹⁴⁸ BELLUZZO, 2016, p. 15.

função de serem mão de obra disponível e barata para possibilitar o acúmulo de riqueza por alguns. O que alguém acha ser falha do sistema, não é. É o conceito do próprio sistema.

Aliás, na análise histórica econômica europeia no século XIX, percebe-se uma forte inclinação de que o desenvolvimento industrial se deu apenas quando o tensionamento entre as condições pré-industriais e os ganhos pretendidos pela industrialização tornou-se suficientemente intensa para alavancar os obstáculos existentes e liberar as forças geradoras do progresso e processo industrializante.¹⁴⁹

A economia liberal tem na desigualdade o seu ponto de corte econômico de sucesso. Não incluir é uma condição de como se percebe quase como uma ciência natural, a lei do mais forte, a seleção natural, pois se admite a sociedade humana como um espelho da natureza em que a competição impõe a prevalência de uns em detrimento de outros.

Entretanto, na natureza a seletividade é pelo instinto da sobrevivência, na sociedade humana com o capitalismo e a corrente do liberalismo econômico, busca-se o acúmulo, a exploração de uns pelos outros. No sistema natural, dois animais disputam a sobrevivência pelo alimento, na sociedade humana há a exploração para que um acumule em detrimento de quem é explorado ou explorada, ou seja, se não fosse a lógica do acúmulo, poder-se-ia pensar em uma coletividade humana em que todos poderiam comer, sem necessariamente matar outro semelhante.

Os adeptos da doutrina liberal econômica asseveravam que a simetria com a seleção natural seria condizente, pois o mundo poderia não suportar a demanda de alimentos para toda a humanidade, logo tal qual a teoria Darwiniana¹⁵⁰, imaginar-se-ia uma sociedade que duelasse os semelhantes para sobreviverem, como se a capacidade cognitiva humana fosse um trunfo civilizatório.

Nesse sentido, os liberais econômicos quase que instintivamente, com o objetivo de se construir uma evidência científica para a economia, quase desprezavam a evolução humana também como ciência a ser observada. Aliás, não seria só no capitalismo que tal exploração humana seria observada, visto que no feudalismo existiam relações de dominação.

¹⁴⁹ GERSCHENKEON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórico e outros ensaios**. Organização Cesar Benjamin. Trad.: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015. p. 73.

¹⁵⁰ A supracitada teoria do Cientista Charles Darwin (1809-1882) de que o ambiente, por intermédio da seleção natural, determinava a importância da característica do indivíduo ou de suas variações, determinando um maior número de descendentes ou não. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 166.

No entanto, foi no capitalismo que se desenvolveu o *homo oeconomicus*¹⁵¹, ou seja, a economia passou a exercer um papel tão representativo para ilustrar o progresso humano que tipificou uma própria categoria de evolução, e por quê? Porque no cerne capitalista o dinheiro, o ter e a propriedade privada passaram a ser mais importantes do que o ser.

O *homo economicus* representava a economia como força motriz humana, a riqueza adquiria condição de virtude e transformava os pobres em seres inferiores, daí, inclusive, começa a se desenvolver a aporofobia tão presente na característica da sociedade capitalista. A partir do protagonismo das ciências econômicas, a luta de classes reafirmava a sua condição social de mazela e não simplesmente natural.

A política mais do que nunca se colocava como necessária para persuadir a economia como condição protagônica a estruturar o tecido social humano. Seria das diretrizes políticas que a economia deveria atuar, aliás, a própria economia atendia a uma ideologia de poder, pois quanto mais se consolidasse esse ideal, mais fáceis seriam a alienação e a dominação por parte de quem explorado estava.

Com a afirmação da sociedade industrial como modelo social a ser seguido, percebeu-se na política um contraponto fundamental aos desvarios e desmantelamentos nos direitos sociais propiciados pelo liberalismo econômico. A selvageria do mercado achacava qualquer possibilidade de diálogo por um equilíbrio civilizatório e isolar a barbárie.

Na análise de Albert O. Hirschman,

[...] os sucessos iniciais do mercado e do sistema capitalista fizeram nascer uma ambiência moral positiva, favorável ao florescimento tanto de uma sociedade ordenada quanto do próprio mercado. Mas cedo surge, em contraponto, a tese da autodestruição, que afirma, ao contrário, que o mercado – dando prioridade ao interesse pessoal – solapa o conjunto dos valores tradicionais, inclusive os que constituem sua própria base de funcionamento. Depois, surge a tese dos entraves feudais, que demonstra, também ela, que o capitalismo não é viável, dessa feita não em razão de seu excesso de energia, mas sim da força dos resíduos herdados da era pré-capitalista.¹⁵²

¹⁵¹ Aqui se tomará como parâmetro o conceito de *homo oeconomicus* definido por Michael Foucault: “O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade. Seria possível dizer com maior precisão: é aquele que se adapta à realidade para maximizar seus ganhos. De um lado, o ordoliberalismo visa explicitamente a instalação de um mercado ao qual o sujeito econômico deverá se adaptar. De outro, o neoliberalismo estadunidense considera que o *Homo oeconomicus* tem uma capacidade de adaptação e de reação supostamente “racional” às variáveis de mercado. Se o sujeito é posto nesses termos, como integralmente econômico em todas as suas escolhas, então se tem o direito de estender o mercado a múltiplos domínios, tais como os da educação, da droga, da justiça, etc.” LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad.: Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020. p. 80-81.

¹⁵² HIRSCHMAN, 1984, p. 44.

O liberalismo adornava a política com o discurso da eficiência do mercado privado *versus* a ineficiência do Estado. A economia se guiava pelo consumo do produto, não pela preocupação com a subsistência de quem produzia. A força do trabalho era vista como indispensável, porém nunca como valorizável.

Não se tinha qualquer diálogo acalentador que desse à massa proletária um sentimento de prioridade na roda econômica que girava. O tensionamento se colocava como uma consequência de uma relação unilateral de vantagem, o pensamento liberal amordaçava o grito silencioso da opressão em versos tristes de fome, jornadas de trabalho extenuantes e insalubridade que minava a vida e tinha como destino produzir a mais-valia.

Perceber ou entender a economia sem a política era uma imposição da alienação que o liberalismo econômico patrocinava a classe trabalhadora. Pensar não era preciso, apenas trabalhar. No chão da fábrica, testemunhava-se um sistema que seguia por um caminho incerto da paz e certo de revolta. A corda esticava, o capitalismo dobrava a aposta.

Isso se dava também nas diferenças de acesso que a classe dominante impunha, seja pelo capital possuído ou pela simples assimetria de patrimônio cultural as quais marcam as similitudes e discrepâncias entre as classes.¹⁵³

O capitalismo se sobrepunha aos receios de revolta, não se intimidava pela aurora prestes a chegar a qualquer hora. A política tentava contornar e controlar a economia, para isso o pensamento unilateral liberal se confrontava muito mais do que ideais econômicas, doutrinas políticas rivais as quais disputavam o imaginário da classe trabalhadora por um sentimento libertário, além do chão de fábrica injusto.

A política tentava trazer um limite ao capitalismo revoltado disposto a não reconhecer qualquer limite, a serviço dos donos dos meios de produção, o sistema se dava por satisfeito como se funcionasse para atender ao interesse de todas e todos, quando na verdade obedecia à vontade de quem acumulava riqueza, já a massa proletária legava a incerteza de uma vida sem expectativa e pautada em um fim sempre próximo como resultante da exploração.

A diferença existente entre a doutrina liberal e as doutrinas socialistas se faz perceber no trato, na relação com a política. Enquanto o liberalismo usa a política como um instrumento de dominação e alienação, de fetichização da mercadoria, o socialismo a tem como mecanismo de libertação.

Deleuze e Guattari, inclusive, percebiam esse fetichismo da mercadoria e a alienação como

¹⁵³ BOURDIEU, 1967, p. 67.

a arte de uma classe dominante, prática do vazio como economia de mercado: organizar a falta na abundância da produção, despejar todo desejo no grande medo da falta, fazê-lo depender do objeto de uma produção real que se supõe exterior ao desejo (as exigências da racionalidade), enquanto a produção do desejo é vinculada ao fantasma.¹⁵⁴

Não é sem motivo, a sociedade industrial aprofunda a narrativa liberal da circulação de mercadoria como trunfo do mercado. O acesso ao material se torna o fetiche do acúmulo e o lucro é colocado como principal marco divisório a compreender quem explora de quem é explorado. A economia se balizava por um crescimento o qual não significava um maior equilíbrio entre as relações humanas, pois separava a humanidade, inclusive, na possibilidade de comer ou não. Aliás, mensagem bem-sucedida, pois foi-se normalizado falar em progresso econômico enquanto parcela considerável da população não poderia se alimentar.

Nesse sentido, importante ponderação trazem Paulo Nakatani e Rosa Maria Marques:

O capital é o grande fetiche da era moderna: mesmo não tendo superado todos os deuses, continua a compartilhar o comando da vida das pessoas com as diversas seitas, religiões e igrejas presentes na sociedade atual. Entretanto, é o senhor principal das vidas de todas as pessoas, ricas ou pobres, religiosas ou não. Nessa condição, o comando sobre nossas vidas é mediado particularmente pela forma dinheiro que tem uma existência concreta e formas históricas particulares. Assim, o dinheiro aparece como o principal fetiche, escondendo e escamoteando o próprio capital e a relação de exploração do trabalho de capital.¹⁵⁵

No pensamento socialista a economia tinha como norte o desenvolvimento social, pautado na produção e no acesso ao consumo, respeitando de maneira mais equilibrada as relações humanas. A economia não obedecia à lógica meramente do lucro, mas sim a uma capacidade produtiva que permitisse o acesso e consumo de quem produzia, no caso, a força de trabalho.

Essas colocações são importantes serem pontuadas, pois marcam toda uma disputa de narrativa desde o advento da Revolução Industrial, e na verdade o próprio socialismo, apesar de querer romper com o capitalismo, não necessariamente quer modificar a dinâmica produtiva industrial, apenas a lógica de produzir para lucrar e acumular em detrimento de um acesso mais equânime e justo.

¹⁵⁴ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 35-36.

¹⁵⁵ NAKATANI; MARQUES, 2020. p. 56-57.

Para Marcuse, “a sociedade industrial que faz suas a tecnologia e a ciência é organizada para a dominação cada vez mais eficaz do homem e da natureza para a utilização cada vez mais eficaz de seus recursos.”¹⁵⁶

Residem exatamente na questão da concepção da economia as naturais divergências enfrentadas entre o socialismo e o capitalismo. A ideia é tão difundida e propagada de uma pauta econômica fincada nos ideais capitalistas que se constrói uma falsa premissa de aversão à economia pela doutrina socialista, quando na verdade a real discussão passa pelo controle dos meios e modos de produção.

Na corrente socialista a economia iria adquirir outro formato de controle, e pode-se dizer até de finalidade, porém iria continuar a existir, mas por que a lógica capitalista faz pensar que a economia somente seria viável sob a batuta liberal? Porque no liberalismo é exatamente a impressão de que a economia controla a política que faz com que não se percebe que o livre mercado é uma política vantajosa aos donos dos meios e modos de produção e a quem mantém também o controle da circulação das moedas.

No tocante à circulação de moedas, a criação monetária efetivada pelos bancos sob o gerenciamento do Estado corrobora as relações de propriedade.¹⁵⁷

Tal presságio não elide o fato de que a falsa percepção de uma economia no controle do *modus operandi* do capitalismo é apenas uma faceta liberal da política na permissividade do controle econômico. No socialismo, como a premissa ideológica não perpassa diretamente pelo acúmulo de riqueza e lucro, resta evidente que a economia perpassa intrinsecamente por um direcionamento político do Estado se fazer mais presente, já que não há o interesse de alienar, muito pelo contrário, mas o de conscientizar pela pauta de construção coletiva da humanidade nos valores sociais.

No entanto, nos dizeres de Alysson Mascaro,

[...] o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtos diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessário de trabalho assalariado.¹⁵⁸

No pêndulo delicado entre a economia e a política importante atestar que a luta de classes se faz cada vez mais presente não pelas discordâncias entre visões de mundo, mas quando essas visões produzem uma desigualdade que impossibilita um convívio entre os

¹⁵⁶ MARCUSE, 1979, p. 36.

¹⁵⁷ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2021, p. 38.

¹⁵⁸ MASCARO, 2013, p. 18.

dissonantes. No liberalismo a disposição do livre mercado inevitavelmente impende para uma concentração de riqueza, contudo não é um fato ou fator imutável. O Estado de Bem-Estar Social que o diga.

Sem adentrar em mérito de predileções de correntes políticas e econômicas, no capitalismo há como a luta de classes ser adestrada, porém sempre persistirá. No socialismo existirá uma luta de classes subliminar, pois a captura estética da propriedade privada influencia inevitavelmente os Estados do Ocidente na sua própria formação.

A Revolução Industrial, importante ressaltar, agiu como condicionante a instituir um sistema mercantil em que os homens devem conceber-se sob o crivo da fome, como vendedores de serviços para poder adquirir recursos vitais para a troca monetária. Entretanto, é vital que os recursos naturais e o trabalho se tornem mercadorias, ou seja, as relações que o homem mantém com seus semelhantes e com a natureza tomem a forma da relação mercantil.¹⁵⁹

Nesse aspecto, a luta de classes não é um produto meramente econômico e patrocinado pelo viés liberal, mas sim é consequência da cultura da propriedade, e por mais que se possa imaginar uma condição estéril dela se fazer existir na economia socialista pelo controle dos meios de produção estarem sob a guarda do Estado, caso permaneça a propriedade, a posse de terras, o embate classista persistirá.

Tanto que se pode atestar essa condição no próprio feudalismo, antes do capitalismo se impor como política econômica. No regime feudal em que as relações de trabalho não se baseavam pelo lucro ou mais-valia, a luta de classes já se fazia premente exatamente pela possibilidade de propriedade em detrimento dos que trocavam a sua força de trabalho pela subsistência.

Segundo John C. Calhoun, “penso que nunca existiu uma sociedade rica e civilizada na qual uma parte da comunidade não vive do trabalho da outra [...]. Há e sempre houve, em um estado avançado de riqueza e de civilização entre trabalho e capital.”¹⁶⁰

O capitalismo não marca o início da luta de classes, apenas traz uma nova fase dela e talvez mais agudizada por uma desigualdade causada que em alguns casos a exploração da força de trabalho não permitia sequer a garantia da subsistência pela classe proletária. Foi exatamente nesse ponto que a economia se revestiu de uma importância em discurso mais empoderada do que a própria política.

¹⁵⁹ DARDOT; LAVAL, 2016, p. 63.

¹⁶⁰ CALHOUN, John. **Union and Liberty**. Org. R. M. Lence. Indianapolis: Liberty Classics, 1992. p. 474-475.

O liberalismo colocava no palco principal das discussões a economia como viga mantenedora do que na verdade era a política propositadamente cedendo espaço para o “economês” ditar o ambiente de dominação como se a política deixasse de conduzir o Estado nas escolhas econômicas a serem pautadas.

O livre mercado, política sob medida ao capitalismo que priorizava uma ingerência mínima do Estado, parecia fazer crer que a riqueza virtuosa teria como único caminho a sua concentração e a luta de classes surgiria como um fenômeno natural de quem não se dava por predileções ou escolhas políticas, mas sim de matrizes econômicas comprovadas pelas forças naturais dos mercados.

Foi a partir preponderantemente do século XVIII que o dito sucesso industrial do *laissez-faire* na Grã-Bretanha impôs a superioridade das políticas de mercado e de livre comércio. Foi com essa interação prática e empreendedora que os ingleses superaram à época os franceses intervencionistas, alçando-se à maior potência econômica do mundo. Mas, além disso, assumiram o protagonismo de nação supremacista da nova ordem econômica “liberal” mundial, mormente a partir de 1846, quando abdicaram o protecionismo agrícola (Corn Laws) e demais medidas remanescentes do arcaico protecionismo mercantilista.¹⁶¹

No afã dessa ordem liberal mundial, a Grã-Bretanha teve a redenção econômica alicerçada no sistema mercado livre/livre comércio; isso trouxe para os demais países a percepção das limitações da política mercantilista e passaram a adotar, na medida do possível, o comércio livre a partir de 1860. No entanto, faz-se justo apontar a influência dos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo para o projeto inglês despontar, pois atestaram a superioridade da política do *laissez-faire* concernente ao livre comércio.¹⁶²

O liberalismo e o socialismo, por dentro de um Estado garantidor da premissa cultural da propriedade, inevitavelmente irão chancelar e patrocinar a luta de classes. Mesmo com o controle dos meios de produção pelo Estado, caso persista o ideário da propriedade privada, o sentimento do acúmulo irá brotar na sociedade, mesmo com a classe trabalhadora tendo como padrão a figura estatal.

Interessante que a publicização da ordem privada, buscando ajustar fatores e se comportando substitutivamente em relação ao automatismo do ultrapassado mercado liberal, guarnecendo-o pela ação inteligente do Estado, sem solucionar as incongruências existentes na sociedade civil, repassa seu campo de influência para as dimensões pública, política, estatal. O privado, para prosseguir enquanto tal, necessita efetivar funções de interesse

¹⁶¹ CHANG, 2004, p. 30.

¹⁶² Ibid., p. 30.

público. A propriedade, ungida como um direito natural a todo e qualquer indivíduo, agora necessita ser consagrada por uma função supraindividual, social.¹⁶³

O liberalismo político, nos países de capitalismo originário, dependeu da subordinação real do trabalhador à fábrica. Esse condicionante de regime encontra-se enlaçado à realização da primazia do capital industrial, não somente sobrepostos às demais formas de existência do capital, bem como sobre os fatores necessários à produção acometidas a um mercado livre, principalmente a força de trabalho.¹⁶⁴

Não é apenas seguir o modelo de corrente socialista que irá imunizar a possibilidade de existir a luta de classes, mas sim a perspectiva cultural de que a sociedade não irá diferenciar pelo acúmulo de riqueza. Por isso, a disputa da narrativa de controle da economia pela política se faz fundamental para se avançar em pautas além da desejada pela sociedade industrial.

Para o socialismo de fato estatizar os meios de produção não basta, pois aponta apenas um caminho econômico. Será fundamental estar no controle político da economia perpassar pelo Estado não para garantir ou pacificar as relações sociais já existentes, mas cravar uma nova órbita de desenvolvimento social em que a perspectiva de propriedade seja revista para além dos limites socialistas e capitalistas.

Para isso, a política é fundamental para ressignificar a economia, pois mesmo que o capitalismo esteja culturalmente disseminado na sociedade, trazer tensionamentos que constrem o pensamento liberal já permite um novo realimento de forças entre teorias difundidas em um campo prático sem um enfrentamento maior.

Dentro desse panorama recorrentemente está a relação do capitalismo com os recursos naturais. O próprio século XX foi definido como a era automotiva. Os modos de produção não à toa se baseiam no modelo produtivo de carros. Aliás, na indústria automotiva, a classe operária passou de classe sujeito para classe objeto. A cartilha liberal rezava como compromisso o desmantelamento organizacional e da capacidade mobilizadora do movimento operário, esvaziando um outrora sentimento de orgulho em pertencer ao movimento operário a sentir e desabrochar um sentimento de vergonha.¹⁶⁵

Difícilmente a sociedade industrial poderia assumir uma dianteira no cenário político econômico sem um triunfo cultural do liberalismo no Ocidente. Independentemente do

¹⁶³ VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. p. 20.

¹⁶⁴ Ibid., p. 117.

¹⁶⁵ BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à Condição Operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 1.

manuseio exploratório dos recursos naturais, a finitude de tais recursos demonstra uma lógica econômica avessa a valores fundamentais à manutenção da vida.

Na verdade, a visão mecanicista da propriedade e da soberania é responsável pela situação dramática em que se encontra o planeta. Os debates políticos são majoritariamente alicerçados na influente disciplina acadêmica da economia liberal, que muito bem-sucedida na sua apresentação como ciência exata, determina fortemente os rumos da política não somente em suas ações, bem como na fomentação das legislações favoráveis ao modelo de mundo triunfante da sociedade industrial.¹⁶⁶

A sociedade industrial tem como característica a finitude e o imediatismo e não se entenda por isso um sentimento de *carpe diem*. A economia acontecia sem a preocupação da inclusão ou de como os recursos naturais iriam se fazer substituir. O agora era a tônica do lucro, a alienação, a anunciação de que o mundo teria prazo de validade. Como seguir um modelo econômico que ignorava a próxima geração?

O liberalismo avançava no caminho de normalizar a desigualdade. Fazia dessa situação uma análise fática como se realmente o processo de exploração das riquezas naturais do planeta, sendo finitas, apenas ratificava a condição *darwiniana* na tentativa de aproximar as ciências econômicas das ciências naturais.

Ocorre que quando essa desigualdade é posta em prova pela classe menos favorecida, logo o Estado mínimo surge e se torna máximo. Ou seja, não há neutralidade ou um abrir mão da política, na verdade, a economia assume um impulso próprio para exatamente trazer uma conotação de que os resultados econômicos são processos naturais, não teria interferências políticas. Se existe o rico, existirá o pobre, se existe a fartura, existirá a fome.

Na visão de Petty,

permitir que alguém esmore é uma maneira mais onerosa de sustentar aqueles que a lei natural não tolerará que morram de fome onde possa haver comida. Além disso, é injusto deixar que alguém morra de fome se julgamos justo que se limite a remuneração dos pobres, de modo a nada poderem armazenar para suas fases de incapacidade e falta de trabalho.¹⁶⁷

As estruturas sociais do capitalismo não permitem, pela sua própria lógica da acumulação, produzir um estatismo que de fato interfira na reprodução social patologicamente marcada pelas características liberais. O Estado absolutista dos primórdios da época moderna não inventou a política econômica nem a economia política da riqueza abstrata, “sem

¹⁶⁶ CAPRA, Fritjof. **A Revolução Ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. Trad.: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018. p. 34-35.

¹⁶⁷ PETTY, William. **Obras Econômicas**. Trad.: Luiz Henrique Lopes dos Santos e Paulo de Almeida. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 16.

sentido”, para manter em condições de funcionamento um sistema replicador de mercadorias em estágio embrionário. Muito pelo contrário, queria subjugar a “economia” como suposta serviçal, e somente por esse esforço surgiu a economia política moderna.¹⁶⁸

O liberalismo era a não política, sendo a política. Fazia da sua negação a sua presença na intenção de que a economia produzisse os efeitos para uma minoria sem ser incomodada. Além disso, encontrou na religião uma aliada que a fé confortava e conformava a quem na Terra passava fome, esperando a redenção no Reino dos Céus.

O liberalismo buscava neutralizar a sua nocividade perante considerável parcela da sociedade, escorando-se na fé como manto apaziguador de um modelo econômico desigual e a todo custo tentava se utilizar de subterfúgios para justificar a não distribuição da riqueza que beneficiasse também a quem a produzia.

David Ricardo mencionava, por exemplo, que os produtores rurais, mais que qualquer outra classe social, se beneficiavam, por exemplo, com a inflação e padeciam com o enfraquecimento no padrão de preços, pois se vinculavam ao pagamento de hipotecas e outros compromissos fixados em termos nominais.¹⁶⁹

Esse ponto seria exatamente o mais perverso do liberalismo, a não distribuição da riqueza, pois se era possível produzir e consequentemente com a evolução tecnológica aumentá-la, por que mesmo aumentando os níveis produtivos industriais, continuava a existir uma concentração de riqueza para o uso de uma minoria? Por que não democratizar o alcance dos bens materiais produzidos?

Ora, porque essa seria a chave do liberalismo e da sua necessidade de afastar a política do campo econômico, pois a sua intenção, além de não democratizar os bens produzidos, seria alienar quem produzia e não tinha alcance aos bens por si mesmo produzidos. A economia não estava por fora do controle estatal, mas sim tão interligada que blindava nas mãos de um *status quo* de poder político atento às vontades de quem controlava o capital e utilizava o Estado para protegê-lo.

No predomínio e no monopólio das ideias liberais, surge um contraponto teórico econômico que não tenta invisibilizar a política e coloca o Estado sem demagogia como operador e garantidor de uma economia que não altere ou interrompa o processo produtivo industrial, nem sequer estagne a evolução tecnológica, mas que traga como condição fundamental a distribuição da riqueza produzida: o marxismo.

¹⁶⁸ KURZ, 1992, p. 28-29.

¹⁶⁹ RICARDO, David. “Three Letters on the Bullion Report” (1810). In: **Pamphlets and Papers 1809-1811**, Cambridge University Press, 1951. v. 3. p. 136-137.

O marxismo enquanto corrente política já se apresenta com um grande desafio, pois a dinâmica da sociedade industrial foi pensada sobre a lógica burguesa, dos donos dos meios de produção. Nesse caso, o ordenamento jurídico burguês não está preocupado com o acesso irrestrito às riquezas produzidas, mas sim em garantir a propriedade privada e a circulação das mercadorias sem “intromissão” do Estado. Para Marx,

a sociedade não está baseada no Direito; essa é uma ficção jurídica. Ao contrário, o Direito tem de repousar sobre a sociedade. Ele tem de ser a expressão de seus interesses e necessidades comuns provenientes dos métodos efetivos da produção material contra os caprichos do indivíduo isolado.¹⁷⁰

Segundo Marx, a identificação da realidade social intrinsecamente entrelaçada com a economia é o bojo de sua interpretação econômica da sociedade, rompendo em imediato para que as “ideologias” sejam genuinamente reconhecidas como realidades.¹⁷¹

Marx percebia o Direito como uma expressão ideológica da realidade econômica, mas iria além, deduzia uma indubitável teoria do Direito em mente. O Direito e a moral são expressões ideológicas das relações de produção as quais se colocam como condições de existência da classe dominante, pois os ideólogos adeptos dessa classe apresentam o Direito à moral à classe dominante como norma da vida.¹⁷²

Na concepção de Marx,

as relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relações de produção desse tipo, e cada uma delas caracteriza, ao mesmo tempo, um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade.¹⁷³

Essa tentativa de afastar o Estado dos interesses do mercado nada mais era do que garantir ao mercado o controle do Estado para preservar os interesses de quem eram os donos do capital e por conseguinte tinham o poder político burguês. O liberalismo condescendia em frear qualquer ímpeto de discórdia desse modelo econômico excludente.

¹⁷⁰ ENGELS, Friedrich; BEBEL, August; KALER, Emil; LASSALLE, Ferdinand; LAFARGUE, Paul; SCHWEITZER, Johann Baptist von; WALFF, W., DIETZGEN, Josef. MARX, Karl. BERNSTEIN, Eduard. LIEBKNECHT, Wilhelm. *Sozialdemokratische Bibliothek: Karl Marx vor den Kolner Geschworenen*. Berlin: Verlag, 1985. p. 15.

¹⁷¹ Kelsen, Hans. *A Teoria Comunista do Direito*. Trad.: Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021. p. 28.

¹⁷² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad.: Rubes Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 405.

¹⁷³ MARX, Karl. *“Trabalho assalariado e capital”*. São João del Rei: Estudos Vermelhos, 2009.

Já a política econômica marxista, iria no sentido inverso, não negava a riqueza produzida, mas questionava a proposital concentração e a tentativa de impedir o acesso a quem a produzia, no caso, a classe trabalhadora. Por indagar a lógica do modelo econômico liberal, logo se percebia de que por conseguinte se provocava também o poder político estabelecido, caindo por terra toda a narrativa liberal de que a política estaria segregada da economia.

O Estado não é apenas uma configuração ideológica, mas também e preponderantemente uma existência social. O caráter ideológico do conceito não elide a realidade e a materialidade das relações nas quais se expressa de quem ocupa o poder político estatal. A economia política marxista preceitua que o capital é uma relação social. Na esfera do pensamento marxista, as experiências na seara econômica não se exaurem nos empirismos, ideologias ou processos subjetivos inerentes a traços psicanalíticos humanos. É necessariamente uma relação social objetiva.¹⁷⁴

Para Marx, “o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social”.¹⁷⁵

A política econômica marxista iria atingir o poder político liberal quando questionou a propriedade privada dos meios de produção pelo mercado para construir a lógica de democratizá-lo trazendo o seu controle para o Estado. O incômodo foi exatamente por se descortinar que nada se tinha de mão invisível do mercado. Na verdade, tudo não passava de a riqueza produzida, propositadamente, ficar à mercê de quem espoliava a força de trabalho alheia sem qualquer compromisso em repartir, mas sim gerar a mais-valia. Estava formado um confronto ideológico.

O marxismo aprofundava as contradições de um liberalismo com um Estado Mínimo apenas na teoria, pois na prática se fazia forte e ativo na manutenção dos privilégios de poucos controladores do Estado. Fazia uma inflexão e trazia para o centro do debate quem sempre ficava à margem de qualquer prioridade: a classe trabalhadora.

Para Engels, o Estado seria diretamente o reflexo de que a sociedade está irremediavelmente intrincada nas contraposições de classes, para que estas com interesses econômicos conflitantes não se destruam e não esfaleçam a sociedade em um conflito estéril.

¹⁷⁴ PACHUKANIS, Evugeni. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo e Ensaio Escolhidos (1921-1929)**. Coord: Marcus Orione. Trad.: Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017. p. 100-102.

¹⁷⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad.: Álvaro Pina, Ivana Jinkings. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 72.

Posto isso, faz-se imprescindível um poder necessariamente hipertrofiado em relação à sociedade, com o intuito de amordaçar os ímpetus contrários e manter a ordem posta. Essa força é exatamente o Estado.¹⁷⁶

Dentro do capitalismo, o marxismo era visto como um algoz. Na verdade, Marx dissecou o conceito capitalista, tendo como premissa de análise a classe trabalhadora. Decifrava como o liberalismo trazia uma pseudoliberalidade, com uma massa proletária à margem de qualquer inclusão no Estado burguês.

Para conter essas forças tão antagônicas, a veia racionalista reverberava para a sociedade produtora de mercadorias o arremate supremo e mais valioso bem cultural. Para ilustrar esse ideal, pensadores como Kant faziam uso de ideias que alicerçavam a ideologia da ética capitalista: “Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração sempre nova e crescente, quanto mais frequente e persistentemente a reflexão se ocupa com elas: o céu acima de mim e a lei moral em mim”.¹⁷⁷

A estatização dos meios de produção foi recepcionada pelos seus donos como uma afronta ao capitalismo, quando na verdade antes de discutir qualquer outro modelo político como o comunismo, apenas tentava distribuir a riqueza, tanto que o modo de produção fabril não foi confrontado como um equívoco a ser descartado. Em consideração aos comunistas, Durkheim aponta:

Sua ideia fundamental, que é a mesma por toda parte, com formas que diferem pouco entre si, é que a propriedade privada é fonte de egoísmo, e do egoísmo decorre a imoralidade. Ora, essa proposição não visa a nenhuma organização social em particular. Se é verdadeira, aplica-se a todos os tempos e a todos os países; convém tanto ao regime da grande indústria como ao da pequena. E não visa a nenhum fato econômico, pois a instituição da propriedade é um fato jurídico e moral que afeta a vida econômico, mas não faz parte dela. Em resumo, o comunismo cabe inteiro em um lugar comum de moral abstrata, que não é de nenhum tempo nem de nenhum país.¹⁷⁸

O capitalismo e o comunismo se confrontam pelas suas prioridades. Enquanto um advoga pela mais-valia, o outro tem na força de trabalho a sua prioridade, o seu marco empírico para se desenvolver uma política econômica estatal. Não fazia do Estado um quintal de poderosos, enquanto uma massa proletária agonizava sem qualquer atenção que lhes trouxessem para a cidadania.

¹⁷⁶ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Lisboa: Presença, s/d. p. 225.

¹⁷⁷ KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 620.

¹⁷⁸ DURKHEIM, Émile. **Socialismo**. Trad.: Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

A percepção conflitiva estava posta entre os interesses cada vez mais individuais da burguesia e de quem pensava o Estado de maneira mais plural, sob o viés da classe trabalhadora. Na perspectiva de Léon Michoud, “a teoria jurídica permite entender corretamente que o poder do Estado não é um simples fato, um simples fenômeno de força, que ele se realiza por força do direito nas pessoas físicas não por sua própria conta, mas por conta do coletivo”.¹⁷⁹

O marxismo não fazia do consumo a lógica da economia, mas sim a possibilidade da classe trabalhadora ter acesso e de fazer parte de um plano econômico que não os vissem apenas como uma força de trabalho a produzir uma riqueza inalcançável. Diferentemente do liberalismo, a política seria colocada como protagonista, pois entendiam e percebiam na economia um *modus operandi* político de libertação e não de alienação.

Nessa luta emancipatória da classe trabalhadora da exploração da sua força de trabalho, a função do próprio Estado era colocada em prova como se pode atestar nos dizeres de Lênin: “Quanto mais completa for a democracia, mas próximo está o momento em que se tornará desnecessária. Quanto mais democrático for o ‘Estado’ constituído pelos operários armados, e que ‘já não é um Estado no sentido próprio da palavra’, mais depressa começará a extinguir-se todo o Estado”.¹⁸⁰

O marxismo, mesmo sendo uma teoria com enfoque econômico, desnudou uma sistemática de apropriação ideológica pelo liberalismo em que a negação da interferência política na economia se tornava a interferência política mais sofisticada do capitalismo. Batia na classe trabalhadora e dizia que alisava. Na visão de Piketty,

[...] de que servem todas essas inovações tecnológicas, todo esse esforço, todos esses deslocamentos populacionais, se, ao cabo de meio século de crescimento da indústria, a situação das massas continua tão miserável quanto antes e se tudo que o Estado pode fazer é proibir que crianças menores de oito anos trabalhem nas fábricas? O fracasso do sistema econômico e político parecia evidente. As pessoas, portanto, se perguntavam: o que temos a dizer sobre a evolução, no longo prazo, de um sistema como esse?¹⁸¹

Foi a partir da teoria marxista que a sociedade industrial passou a conhecer e a conviver com novas doutrinas políticas que percebiam a classe trabalhadora não apenas como força de trabalho produtiva. As fraturas sociais causadas pelo liberalismo foram expostas e o

¹⁷⁹ MICHOD, Léon. **La Théorie de la personnalité morale**. Paris: 2-me éd, I. p. 47.

¹⁸⁰ LÉNINE, Vladimir Ilyich. O Estado e a Revolução. In: Lénine, V.I. **Obras escolhidas em três tomos**, t.2, Moscou/Lisboa: Progresso/“Avante!”, 1981. p. 96 (N.da E.B.).

¹⁸¹ PIKETTY, 2014, p. 16.

que era colocado como eficiente demonstrou-se ineficiente para evitar uma desigualdade causada por interesses sociais e não por causas naturais. Na análise de Lukács,

não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’. De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do ‘darwinismo social’. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais.¹⁸²

Na verdade, dentro das duas linhas de pensamento político econômico, o liberalismo e o marxismo disputavam uma narrativa não apenas de ocupação, mas de função do Estado. Enquanto o primeiro tentava desatrelá-lo da economia, mas subliminarmente obedecendo às vontades expressas de uma classe dominante, o segundo percebia nele a possibilidade de tratar a economia como pauta de finalidade mais ampla, no entanto com o risco de sua ideologia ser fígada por uma burocracia estatal.

Não que a iniciativa privada no marxismo não pudesse se fazer presente, aliás, é um grande equívoco de pensamento, mas tudo o que fosse essencial para o desenvolvimento estatal e social teria ou seria socializado. Na visão de Marx, como o Estado não deveria se basear pelo lucro, teria uma condição muito mais isenta de pensar uma política econômica em que não se ficasse refém de interesses privados.

2.2 O Estado de Bem-Estar social, o capitalismo de boutique e o capitalismo selvagem: nuances e dosimetrias de uma economia para exploração e espoliação

A exclusão da classe trabalhadora da propriedade dos meios de produção que o capital reduz a vendedor de sua força de trabalho pode, desse modo, inseri-lo como capital variável. A desigualdade social se opõe à igualdade de contrato, mas a circunscreve. Por outro lado, essa igualdade contradita à desigualdade social, mas a alimenta. A propriedade dos meios de produção, sob o viés privatista, corrobora pelo monopólio crescente do capital, pela concentração e expropriação até de alguns capitalistas por outros, no entanto se efetiva como atributo dos meios de consumo estendidos de maneira geral, em especial à massa proletária.

¹⁸² LUKÁCS, 2018b. p. 286-287.

Algo interessante ocorre, pois o reforço da igualdade na percepção da circulação encobre o seu oposto, o reforço da desigualdade no círculo da produção.¹⁸³

Inclusive, essa seria uma importante diferença entre o liberalismo e marxismo, pois como o primeiro tinha no lucro, na mais-valia, a sua finalidade, utilizava-se do Estado para tentar proteger esse objetivo, enquanto propagava o ilusório discurso de mão invisível, quando na verdade a mão existia, era visível e atuava a favor das classes dominantes.

Já no marxismo, imbuído do propósito de fazer da economia uma política de justiça social, o lucro poderia até existir não como política de Estado, mas sim como parte de uma estratégia em que o Estado se faria presente nos planos econômicos os quais almejassem equidade social entre as classes as quais o compunham.

Após a primeira Revolução Industrial, o modo de produção ganhou ainda mais impulso e praticamente mudou o panorama das relações sociais no Ocidente. O conceito desenvolvido pelos pensadores contratualistas foi ainda mais aprofundado no Estado e o capitalismo se desenvolveu como identidade desse novo modelo de produção que surgia.

Porque na verdade o que diferencia o socialismo e do liberalismo não é simplesmente a sociedade industrial em si, pois tanto um quanto outro discutem e debatem o seu uso e desenvolvimento, mas não o rechaçam. A própria luta de classes depõe nesse sentido, pois se debatia o seu controle, se seria pelo mercado, pela burguesia ou pela massa proletária, mas em momento algum lutavam para extirpar o modo de produção fabril.

Essa visão era compartilhada por Michael Löwy:

É verdade que uma dimensão romântico-nostálgica está presente em todo o pensamento revolucionário anticapitalista – aí incluído o marxismo, contrariamente ao que se costuma pensar. Mas, enquanto em Marx e seus discípulos essa dimensão é relativizada por sua admiração pela indústria e pelo progresso econômico trazido pelo capital, entre os anarquistas (que de maneira alguma simpatizam com o industrialismo) ela se manifesta com uma intensidade e um clamor particulares, e mesmo únicos. O anarquismo é sem dúvida (juntamente com o populismo russo), de todas as correntes revolucionárias modernas, aquela que contém a carga romântica e restitucionista mais poderosa.¹⁸⁴

Esse ponto de vista se faz importante, pois o debate da luta de classes se dá como se o proletariado quisesse erradicar a sociedade industrial por preconizar uma estrutura de meios de produção fadada ao capitalismo, quando na verdade é exatamente essa disputa pelo controle dos meios de produção que traz o debate político para dentro da economia.

¹⁸³ GRESPAN, 2019, p. 83.

¹⁸⁴ LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 21-22.

A sociedade industrial se forma entre a dicotomia socialista e capitalista, essas duas doutrinas políticas vão se pautar, respectivamente, pelas correntes econômicas marxistas e liberais. O Estado em disputa, independentemente do viés político, terá uma economia pautada na produção, a dúvida apenas será se inclusivo ou excludente.

A narrativa ideológica, no entanto, no tocante à exclusão apresenta o seu sintoma, no bojo de uma realidade capitalista e excludente, o indício se revela no trabalho. Quanto mais se acha que o trabalho perde valor, mais ele ganha valor para os donos do capital que padronizam uma massa proletária refém de um discurso de fim do trabalho, mas dependente em ascensão dos salários achatados e desvalorizados.¹⁸⁵

Na seara econômica, a ideologia não pautará necessariamente a sua capacidade produtiva, apenas para quem vai funcionar a produção, e neste aspecto, entender por quem politicamente o Estado será gerido é muito mais do que compreender ideologicamente como o modo de produção irá atuar, mas como e para quais forças políticas a máquina estatal irá funcionar. E o Direito irá exercer um papel fundamental na legitimação da constituição do Estado Burguês.

Lukács seria contundente ao afirmar que “no caráter de emancipação política, que evidentemente engloba a religião, expressa-se ao mesmo tempo aquela oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado”¹⁸⁶. Seguindo esse horizonte Marx vaticina que “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”.¹⁸⁷

Até o modo de produção feudal a economia de subsistência se preocupava mais em manter as castas em seus devidos lugares do que necessariamente fomentar e pensar no lucro como instrumento norteador ideológico para fazer do Estado um poder de barganha pelos donos do capital, pois até então títulos honoríficos valiam mais do que necessariamente pertencer à burguesia.

Nesse desiderato, a economia não tinha o peso político de interferência na política, aliás, atuava como coadjuvante, no entanto, com o advento da sociedade industrial e o incremento da burguesia no centro do poder, a dinâmica econômica foi totalmente alterada e com isso a lógica do poder político passou a ser orientada sobre como o Estado poderia servir

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **Passagem na neblina: Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 14.

¹⁸⁶ LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 167.

¹⁸⁷ MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad.: Nélío Schneider e Wanda Caldeira Brant. 1ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41.

a essa emergente força que surgia. Os interesses sociais se colidiam. O capitalismo e socialismo ascendiam, a luta de classes se firmava.

No capitalismo, o ambiente da política guarda, pelo menos teoricamente, um certo afastamento de quem se coloca imbricado com as mercadorias, seja o capital ou o trabalho assalariado. A transcendência dos encadeamentos sociais individualizados entre exploradores e explorados necessita das instituições políticas uma distinção entre os indivíduos ou classes.¹⁸⁸

Interessante consideração nesse aspecto faz Pachukanis:

Se a coisa se sobrepõe economicamente ao homem, uma vez que, como mercadoria, coisifica uma relação social que não está subordinada ao homem, ele, em contrapartida, reina juridicamente sobre a coisa, porque, ele mesmo, na qualidade de possuidor e de proprietário, não é senão uma simples encarnação do sujeito jurídico abstrato, impessoal, um puro produto das relações sociais.¹⁸⁹

A força gravitacional na qual a política e a economia se atraíam no capitalismo, de certo modo também existiria no socialismo, apenas se diferenciava como esse vínculo, quase como um mutualismo, se caracterizava. Nas hostes capitalistas dominar a economia seria escravizar a classe trabalhadora, já para as ideias socialistas seria exatamente o contrário, funcionaria para libertá-la.

O século XIX se preconizava como o período não apenas de um embate ideológico e teórico, mas de efeito prático dentro das disputas de narrativas que a luta de classes propiciava. Até então os confrontos se davam por uma ideia de superioridade de pertencimento de classes, do ser, com a ascensão do capitalismo, o ter passou a ser um referencial que impactou por inteiro teorias políticas que influenciaram a economia.

Não é à toa que os conceitos econômicos surgidos na Revolução Industrial se davam pela riqueza, pela posse em detrimento da pobreza e miséria de quem não tinha acesso quase ao necessário para sobreviver. A miséria antes do período industrial existia, mas a aceitação se dava nos termos existenciais de pertencimento de classe, tanto que a escravidão foi uma força de trabalho oficializada pelo Estado, por leis, sem um nível de tensionamento maior.

A *performance* da luta de classes, grupos e indivíduos se coloca politicamente no capitalismo, alicerçado na forma estatal. Importante ponderar que se a luta de classes é talhada pelo Estado, este se encontra também enraizado nos antagonismos e embates diversos das sociedades capitalistas. Inclusive, nestas, perpassadas pela atuação da forma-valor, a

¹⁸⁸ MASCARO, 2013. p. 60.

¹⁸⁹ PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Trad.: Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988. p. 72.

configuração política estatal depõe como derivação necessária das suas relações sociais e, além disso, a luta de classes ultrapassa o ponto nevrálgico da força de trabalho pelo capital quanto à própria vida política.¹⁹⁰

A escravidão, por sinal abertamente usada nos meios de produção rurais, poderia ser utilizada também sob a perspectiva industrial, e por que não foi? Porque a construção das novas relações de forças de trabalho se dava sob o viés da produção, para se consumir e lucrar. O mercado começou a aparecer de maneira protagônica, inaugurando uma percepção capitalista de influência em todos os matizes da sociedade.

A perspectiva da vida sob a ótica fabril influenciava, inclusive, a forma como se começou a educar a sociedade. As escolas passaram a ter uma identificação e similitude com o ambiente das fábricas, pelo trato que imprimia aos estudantes. A vida começou a ser repartida em turno e a hora de vida passou a significar a hora trabalhada.

A força de trabalho vendida determinava o que de mais-valia se tinha para a classe trabalhadora, o seu tempo. A partir do momento em que um trabalhador ou trabalhadora ingressava em um chão de fábrica, o seu tempo, a sua vida, naquele turno ou período, passava a não ser sua. O seu destino e a sua consciência passavam a ser a vontade expressa do patrão.

Marx sinalizava que,

com o aumento da força produtiva de trabalho, o preço da força de trabalho poderia cair continuamente, acompanhado de um crescimento simultâneo e contínuo da massa dos meios de subsistência do trabalhador. Relativamente, porém, isto é, comparado com o mais valor, o valor da força de trabalho diminuiria continuamente, ampliando, assim, o abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista. [...] A jornada de trabalho mais intensiva de igual número de horas. Com uma força produtiva aumentada, a mesma jornada de trabalho fornece mais produtos. [...] O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho [...].¹⁹¹

Diferentemente do açoite, a venda da força de trabalho trazia uma pretensa urbanidade que a busca pelo lucro, pela mais-valia, logo afastava. Por quê? Porque o trabalhador ou trabalhadora poderia até vender a sua força de trabalho, mas o preço o qual vendia não era proporcional à necessidade do que se produzia.

A exploração continuava e se tinha a falsa ideia de que o pagamento pela mão de obra prestada daria todo o significado de justiça, quando na verdade camuflava uma relação de que

¹⁹⁰ MASCARO, 2013. p. 60.

¹⁹¹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção de capital. Edição Friedrich Enegeles. Trad.: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 626-636.

no fundo continuava a ser escrava, pois a mais-valia viria exatamente do excesso de trabalho que o pagamento não compensava.

Ademais, o assalariamento, a venda da força de trabalho é uma imposição do sistema capitalista, conforme se pode atestar nos dizeres de Paul Singer:

A solução encontrada pelos governos da época para essa situação foi naturalmente usar a força para induzir o proletariado recém-constituído a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Nesse sentido, numerosas leis foram feitas, na Inglaterra, na França e em outros países, do século XVI ao século XVIII, estabelecendo punições exemplares – que iam desde o trabalho forçado até o açoitamento, o corte de metade da orelha, a marcação a ferro em brasa, a escravização e o enforcamento – para qualquer pessoa válida que, sem possuir meios próprios de vida, fosse encontrada sem emprego regular. O trabalho assalariado nasce, portanto, nos albores do capitalismo como trabalho forçado, isto é, não livre.¹⁹²

A força de trabalho, pedagiada pela necessidade da sobrevivência, expunha toda uma sofisticação de doutrina ideológica para a aceitação à exploração. O salário não teria para o patrão um sentido de justiça, apenas de uma nova condição de capturar a mão de obra obreira pelo mantra do capitalista, logo se tornou e se espalhou como uma padronização do mundo, a precificação de todo bem-produzida, a troca da sobrevivência por dinheiro.

Engels arrematava que,

o operário é escravo do patrão sob muitos aspectos. Se ao rico senhor lhe agrada a mulher ou a filha do operário, basta-lhe um aceno para constrangê-la a sacrificar seus encantos. Se o industrial deseja encher de assinaturas uma petição inspirada nos interesses da burguesia, é suficiente fazê-la correr nas seções da fábrica. Se quer decidir uma eleição parlamentar, obriga os operários que são eleitores a comparecer às urnas para votar a favor do burguês, de boa ou má vontade.¹⁹³

A economia dava o tom da política poque no capitalismo o mercado se tornava parte da sociedade pela pedagogia que trazia do dinheiro. Se na senzala o prato de comida seria uma justa troca pela exploração sofrida, no chão de fábrica, o salário trocado pela força de trabalho trazia uma ideia de avanço civilizatório que na verdade pouco mudou a exploração sofrida.

E mesmo na sociedade industrial a exploração, embora no formato oficial não era mão de obra escrava, o valor econômico extraído vem de um tempo de trabalho médio e “socialmente necessário” condicionado na produção das mercadorias. Toda essa construção

¹⁹² SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 1994. p. 26.

¹⁹³ ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 216.

de trabalho difundida foi gestada ainda na história antiga, medieval¹⁹⁴ e ampliada na política inglesa industrial.¹⁹⁵

Apenas trazia uma sensação de menos dor do que o chicote, quando na verdade o salário indicava uma submissão e subserviência aos ditos capitalistas, uma nova roupa para a exploração. Essa seria a principal aporia entre a economia e a política.

A sociedade industrial se pautava e se caracterizava por um mundo que, economicamente, trazia a sua cota de desenvolvimento à profissionalização nas relações de trabalho, institucionalizando a força de trabalho e para isso romantizando a atividade laboral, na tentativa de desconstituir um tratamento de exploração. Condição ao máximo o trabalho humano ao conteúdo econômico, como se pensar fosse dispensável. Apenas produzir fosse permitido e necessário.

Antônio Gramsci, em pensamento arrebatador, critica essa condição:

[...] não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo faber não pode ser separado do Homo Sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um ‘filósofo’, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.¹⁹⁶

No mesmo diapasão de outros seres vivos, os seres humanos estão fundamentalmente mancomunados por leis naturais e sujeitos a ciclos fisiológicos de produção. No entanto, Marx aponta diferenças dos seres humanos com os outros seres vivos devido à sua atividade produtiva peculiar e singular, o trabalho. Esta situação permite uma interação “consciente” e “intencional” com o mundo sensível externo, possibilitando ao homem interferir e transformar a natureza livremente.¹⁹⁷ Marx ainda aduz:

Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do

¹⁹⁴ MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. **O Trabalho na História do Pensamento Ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹⁹⁵ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura, 1985; RICARDO, David. **Princípios da política econômica e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

¹⁹⁶ GRAMSCI, Antonio. **The Formation of intellectuals**. The Modern Prince and Other Writings. Londres: Lawrence and Wishart, 1957. p. 121.

¹⁹⁷ SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Trad.: Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 96.

indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria.¹⁹⁸

O salário como contraprestação e aceite na venda da força de trabalho não seria apenas um quesito da doutrina capitalista, também no socialismo o salário seria visto como condicionante na venda da força de trabalho, no entanto, enquanto no capitalismo seria interpretado como condição meramente de mercado, na ideia socialista seria visto como uma condição de direito.

Há uma contundente discrepância histórica do capitalismo entre elevação das potencialidades humanas, por um lado, e a criação de sempre novos potenciais de pobreza e crise. Na verdade, o desenvolvimento das forças mecânicas não conduziu, como seria razoável, uma comunicação prévia de antigos produtores artesanais sobre o controle conjunto da própria produção em rede, mas, contrariamente, a comunicação a posteriori deveria ser erradicada sem substituição.¹⁹⁹

Não foi a questão moral ou ética que fez o capitalismo abandonar uma força de trabalho escrava, por esses valores a escravidão não teria sido varrida das relações de trabalho. O salário apenas se moldava a uma necessidade de mercado, da economia, enquanto intenção para se atingir uma maior dinâmica produtiva e gerar o consumo.

Na visão de Hilferding, o cálculo era simples:

Os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho aos capitalistas no condizente aos meios de produção e à existência de uma classe trabalhadora assalariada livre. Os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho ao capitalista; o valor desta equivale ao valor dos alimentos necessários ao sustento e à reprodução da classe operária. Seu trabalho cria um novo valor, parte do qual restitui ao capitalista a parte do capital que ele adianta para a aquisição da força de trabalho – Marx a denomina parte variável do capital -, enquanto a outra parte caberá ao capitalista como mais-valia. Como no processo de trabalho o valor dos meios de produção – o capital constante – é transferido para o produto, o valor adiantado pelo capitalista à produção torna-se valor acumulado e se viabiliza como capital.²⁰⁰

Para a doutrina socialista o salário estaria atrelado à dignidade. Seria uma forma de não mais aceitar os termos de barbárie firmados com o trabalho escravo. Seria um avanço em

¹⁹⁸ MARX, Karl. **Grundise**. Manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. Trad.: Mario Duayer e Nélcio Schneirder, São Paulo: Boitempo, 2011a. p. 588.

¹⁹⁹ KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: um canto de despedida da economia de mercado. Eichborn Verlag. Trad.: Boaventura Antunes e André Villar Gomez. Frankfurt: Eichorn Verlag, 2009. p. 91.

²⁰⁰ HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Trad.: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 72.

um processo civilizatório, no entanto não se percebia que embora a venda da força de trabalho por uma pecúnia a ser paga fosse reconhecido como um direito, não se rompia a lógica econômica produtiva.

Seria como se a simples venda da força de trabalho oportunizasse uma justiça maior pela exploração que continuava a existir. Esse foi o grande trunfo do capitalismo sobre o socialismo. Como a lógica econômica produtiva foi aceita, não se modificou a regra do jogo, ou seja, por mais que socialistas questionassem e lutassem por direitos, seria sempre na lógica de subliminarmente se satisfazerem com o que o capitalismo assentia.

Para Marx,

o capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente, uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento.²⁰¹

A cartilha capitalista tem como premissa não permitir o desenvolvimento equânime de todas as sociedades, da mesma forma que faz da classe trabalhadora partícipe do sistema, porém nunca como agente principal. Na verdade, é estrutural do modo de produção a disparidade entre formações sociais díspares. O subdesenvolvimento em algumas regiões das ditas franjas do capitalismo não é falha, mas uma regra, um padrão a ser seguido.²⁰²

O capitalismo seria ameaçado a partir do questionamento da sociedade industrial, no entanto todos os questionamentos e buscas por melhores condições por mais que sejam concretas e em medida real melhorem as relações de trabalho, sem romper com os paradigmas capitalistas postos e constituídos como padrão real e inquestionável, serão sempre elucubrações na economia com ideologia capitalista.

Já no final do século XIX, os estudiosos da economia começaram a perceber que os efeitos do capitalismo não seriam todos compreendidos apenas no ato de comprar e vender. O entorno do ambiente fabril estava rodeado por um processo de favelização e contaminação do

²⁰¹ MARX, 2011a, p. 590.

²⁰² BERCOVICI, Gilberto; SICSU, João; AGUIAR, Renan (coords). Utopias para reconstruir o Brasil. In: MASCARO, Alysson Mascaro. **Tese sobre Desenvolvimento e Capitalismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2020. p. 46.

meio ambiente, consequências bem além dos mercados, os quais denunciavam a que preço a economia capitalista agia e cobrava.²⁰³

No entender de Manuel Castells,

o processo de urbanização torna-se a expressão, em nível do espaço, dinâmica social, isto é, da penetração, pelo modo de produção capitalista historicamente formado nos países ocidentais do resto das formações sociais existentes, situadas em níveis diferentes do ponto de vista técnico, econômico e social.²⁰⁴

Essa urbanização dependente, na verdade, exprime como essas relações econômicas e políticas decantam nas mais diversas esferas da organização social. Por isso, diretrizes da economia capitalista ou socialista impactavam também sob a ótica do espaço urbano e meio ambiente. A sociedade industrial, nesse caso, demonstrava uma relação conflituosa com os recursos naturais e adensamento urbano, algo que se esperaria diferente das doutrinas socialistas.

O pensamento político socialista foi domesticado pelo pensamento econômico capitalista e nesse caso a dominação política liberal iria se impor diante de inclinações e uma possível influência do marxismo na efetivação da sociedade constituída pós Revolução Industrial. Esse seria um trunfo que demonstrava, consentida ou não, uma aceitação da massa proletária pela lógica do seu dominador.

Nesse diapasão, Domenico Losurdo é taxativo quando explicita:

O dirigente sindical, que não possui uma autêntica consciência de classe, ao ‘tribuno popular’ protagonista da luta de classes revolucionária. Concentrando-se exclusivamente sobre a ‘concretude’ do aumento salarial ou da melhora das condições de trabalho, o primeiro fecha os olhos sobre a opressão contra os povos coloniais, aliás, não poucas vezes, acaba participando da arrogância chauvinista da burguesia da metrópole capitalista; continua dando prova de subalternidade também no curso da luta pela hegemonia entre as grandes potências e na mesma guerra imperialista. A conclamada ‘concretude’ acaba assim revelando um abissal caráter abstrato, que comporta às vezes o sacrifício da vida das massas populares no altar dos interesses e das ambições da classe dominante.²⁰⁵

O salário e todas as outras garantias conquistadas pela classe trabalhadora traziam uma diferença quanto ao trabalho escravo, consabidamente no gênero, mas não necessariamente na espécie, ou seja, realmente se teria uma nova tratativa nas relações laborais, mas a exploração continuava a existir.

²⁰³ MASON, Paul. **Pós Capitalismo**: um guia para o nosso futuro. Trad.: Jose Geraldo Couto. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 203.

²⁰⁴ CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad.: Arlete Caetano. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 85.

²⁰⁵ LOSURDO, 2015, p. 166.

O socialismo, por mais que melhorias trouxesse à classe trabalhadora, estava condicionado a se subjugar pelas regras do sistema contra o qual lutava, pois ao se colocar como domesticado e admitir a economia liberal, tudo o que conquistasse enquanto direito iria encontrar um limite na melhoria, mas não alcançaria a libertação.

Por isso, mesmo com salário, a massa proletária continuava a não ter acesso ou garantia dos mantimentos básicos para a subsistência e o requinte da ideologia capitalista se faz exatamente hegemônico nesse aspecto, pois mesmo a quem é negada a possibilidade de se alimentar, a percepção do salário faz a ilusão de que esse direito lhe concede uma dignidade a qual o sistema continua a negar.

Todo esse cenário se agudiza, o individualismo como característica da doutrina liberal ganha cada vez mais espaço na sociedade industrial pela identificação absorvida com os processos de gestão do modo de produção fabril. O operário ou operária se torna refém do sistema e da lógica da competição intraclasse, acarretando a ruptura da solidariedade e esfacelamento da consciência de classe, pilar fundamental da luta coletiva. A barbárie toma para si o mundo real, ocultado pela massificação do proselitismo alinhavado para tergiversar a razão e erigir um ambiente de desapego de classe, com um adesismo acrítico pela classe trabalhadora à ideologia opressora.²⁰⁶

Toda essa situação posta realça a captura ideológica do capitalismo imposta à sociedade como um manual da sociedade industrial e que se replica como norte a ser seguido como receita certa e acabada de um único caminho e condição a ser traçada para se chegar a um processo impossível de retrocesso na civilização, excluindo-se atributos como a solidariedade em uma estrutura social cada vez mais individualizada.

Castel afirmava:

O exercício da solidariedade se reduza a ‘despesas de solidariedade’ dispensadas sob a condição de recursos e com uma exigência de contrapartida por parte dos beneficiários, com o caráter cada vez mais estigmatizante que tem hoje estes recursos à assistência, que não se enunciam mais sob a forma de direitos verdadeiros.²⁰⁷

A ilusão do consumo em sociedades desiguais retrata como o capitalismo alcançou um discurso de eficiência econômica, sem na prática de fato se efetivar. Como garantir um aceite

²⁰⁶ FROTA, Francisco Luciano de Azevedo. Trabalhadores do mundo, Uni-vos! In: ALVARENGA, Ana Paula et al. **Trabalho Além da Barbárie**. 1. ed. Campinas: Lacier, 2022. p. 27-29.

²⁰⁷ No original: *L'exercice de solidarité se réduit à des dépenses de solidarité dispensées sous conditions de ressources et avec une exigence de contrepartie du côté des bénéficiaires, avec le caractère de 'lus stigmatisant que prennent aujourd'hui ces recours à l'assistance qui ne s'enoncent même plus sous la forme de droits véritables*. CASTEL, Robert. De la protection sociale comme droit. In: CASTEL, Robert; DUVOUX, Nicolas (orgs.). **L'avenir de la solidarité**. Paris: PUF, 2013. p. 20-21.

teórico se a vida real trazia uma condição aquém da possibilidade de acesso ao que seria o padrão do que se imaginaria de dignidade?! É exatamente esse o sucesso da doutrina liberal.

Na visão de Hayek,

talvez nada tenha sido mais prejudicial à causa liberal do que a obstinada insistência de alguns liberais em certas regras gerais primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*. Contudo, de certa maneira, essa insistência era necessária e inevitável. Diante dos inumeráveis interesses a demonstrar que certas medidas trariam benefícios óbvios e imediatos a alguns, ao passo que o mal por elas causado era muito mais indireto e difícil de perceber, apenas regras fixas e imutáveis teriam sido eficazes. E como se firmara uma forte convicção de que era imprescindível haver liberdade na área industrial, a tentação de apresentá-la como uma regra sem exceções foi grande demais para ser evitada. No entanto, essa atitude assumida por muitos vulgarizadores da doutrina liberal tornava quase inevitável que, uma vez abalados alguns de seus pontos, logo toda ela desmoronasse. A impaciência crescente em face do lento progresso da política liberal, a justa irritação com aqueles que empregavam a fraseologia liberal em defesa de privilégios antissociais, e a ilimitada ambição aparentemente justificada pela melhoria material já conquistada fizeram com que, ao aproximar-se o final do século, a crença nos princípios básicos do liberalismo fosse aos poucos abandonada.²⁰⁸

No liberalismo inevitavelmente não se teria um acesso equânime e irrestrito a tudo o que seria produzido. A desigualdade, como marca do próprio desenvolvimento da política liberal, teria a igualdade apenas no discurso, mas longe de ser uma possibilidade real de ideia econômica a ser implementada. Aliás, basta lembrar que a convivência com a mão de obra escrava nunca lhe foi constrangimento.

Tudo isso levar a crer que se o liberalismo condizia com o que de maior retrocesso existiu nas relações de trabalho, a escravidão, não teria uma rigidez ou uma busca sincera da inclusão social como prioridade econômica. Aliás, a desigualdade seria exatamente o que iria garantir a concentração de riqueza para uma minoria.

Keynes assinala em comentário contundente que:

devemos abandonar os falsos princípios morais que nos conduziram nos últimos dois séculos. Eles colocaram as características humanas mais desagradáveis na posição das mais elevadas virtudes. Não há nenhuma país, nenhum povo, que possa vislumbrar a era do tempo livre e da abundância sem um calafrio [...], pois fomos educados para o esforço aquisitivo e não para fruir [...]. Se avaliarmos o comportamento e as realizações das classes abastadas de hoje, as perspectivas são deprimentes [...] Os que dispõem de rendimentos diferenciados, mas não têm deveres ou laços, falharam, em sua

²⁰⁸ HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 42-44.

maioria, de forma desastrosa no encaminhamento dos problemas que lhes foram apresentados.²⁰⁹

E quando se pensa em Estado de Bem-Estar Social, é importante frisar de que tal experiência se deu por uma inclinação e visitação do liberalismo às bases teóricas do marxismo com o intuito de resguardar o domínio econômico do mercado, porém repartindo com o Estado não os lucros, mas a possibilidade por intermédio das intervenções estatais alcançarem as políticas sociais.

Se o liberalismo carregava, como uma das suas principais propagandas econômicas, a possibilidade de ficar rico, com recursos naturais de exploração sendo finitos, logo estaria confirmando essa possibilidade em detrimento da pobreza de alguém, pois até no Estado Bem-Estar Social, mesmo que em um menor grau, iria existir a pobreza.

Aliás, a hipocrisia se despe nas palavras Bernard Shaw:

Temos que admitir: a humanidade capitalista, uma massa informe, é detestável. Tanto os ricos quanto os pobres são verdadeiramente odiosos em si mesmos. De minha parte, odeio os pobres e espero ansiosamente seu extermínio. Compadeço-me um pouco dos ricos, mas me sinto igualmente inclinado a seu extermínio. As classes trabalhadoras, as classes empresariais, as classes profissionais, as classes dirigentes, são cada uma mais aborrecida que a outra: não têm direito a viver e eu me desesperaria se não soubesse que todas vão perecer logo, e não há qualquer necessidade de que sejam substituídas por gente como elas. Não obstante isso, não me considero um misantropo, mas uma pessoa de atos normais.²¹⁰

A grande experimentação liberal seria exatamente em cima de fazer valer o discurso da meritocracia e da possibilidade de que todas e todos poderiam ter as mesmas chances. Acontece que é justamente em cima de uma mão de obra precarizada e subserviente que se poderia fazer e acumular fortuna.

Contraditoriamente ao discurso da trajetória meritocrática e individual, o efeito da trajetória coletiva fica ameaçado de não ser percebido, visto que é exercida sobre um conluio de uma classe ou apenas uma fração de classe, ante um conjunto de indivíduos os quais consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem inseridos na mesma trajetória coletiva.²¹¹

O próprio trabalho doméstico, em menor ou maior grau, nas sociedades capitalistas representa essa característica e praticamente uma analogia à escravidão, que seria uma

²⁰⁹ KEYNES; MOGGRIDGE, 1972, v. IX, p. 329.

²¹⁰ SHAW, Bernard. **The Intelligent Woman's Guide to Socialism and Capitalism**. Nova York: Brentano's Publishers, 1928.

²¹¹ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad.: Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 106.

possibilidade de se repassar um trabalho inerente a qualquer pessoa, o que seria o trabalho reprodutivo, para otimizar tempo e se permitir dedicar ao trabalho produtivo.

Marx apontava que:

Somente a estreiteza burguesa, que considera a forma capitalista de produção sua forma absoluta e, portanto, a única forma natural de produção, pode confundir a questão do que são trabalho produtivo e realmente o trabalho produtivo e, assim, contenta-se com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, que resulta em um produto, em qualquer valor de uso, em qualquer resultado.²¹²

Aliás, a definição e a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo indicam um corte liberal de diferenciações de trabalho em escala de valores que já não permitem as mesmas oportunidades tidas no falso discurso meritocrático liberal, pois como seria possível alguém que desempenhasse a função de trabalho doméstico acumular riqueza? Certamente não se precisa aprofundar tanto a teoria liberal para se perceber a inconsistência da sua argumentação.

Nessa toada, Christophe Dejours assinala:

Assim, o real do trabalho não é apenas o real cumprimento de uma tarefa, ou seja, o que, pela experiência do corpo a corpo com a matéria e os objetos técnicos, faz-se conhecer pelo sujeito a partir de sua resistência do mundo social e mais precisamente, das relações sociais na implantação da inteligência e da subjetividade. O real trabalho não é apenas o mundo real objetivo, é ainda o real do mundo objetivo.²¹³

No entanto, mesmo com toda essa inconsistência, percebia-se um nível de convencimento satisfatório na grande massa da classe trabalhadora que embora aliados de galgarem algum dia a possibilidade de riqueza, se sentiam amparados por essa estética do consumo e realçavam simpatia a um sistema que lhes excluía.

Toda essa narrativa liberal hegemônica encontrava domínio político das instituições e no controle do Estado o ambiente para impor a pauta economia necessária a garantir os privilégios. A burguesia fazia do seu *status quo* não um privilégio, mas um justo direito conseguido amparado pela meritocracia, fazendo crer de que toda a sua conquista não seria consequência de uma política de dominação no refreamento da grande massa proletária refém do discurso da propaganda de produtos e por mais que houvesse ainda uma mínima condição de consumo, não seria à altura ou proporcional ao real acúmulo dos privilégios da classe dominante.

²¹² MARX, Karl. **O capital**, Livro I. Manuscritos de 1863 – 1867. Trad.: Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. Capítulo VI (inédito). p. 109.

²¹³ DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012. v. 2. p. 36.

Considerações acerca dessa situação faz Jean Lacroix: “[...] embora saído da natureza, o ser humano é o único que a ela se opõe. Seguidor de Hegel neste ponto, Marx julga o trabalho a atividade negadora por excelência, pois, por ela dirige-a, domini-a e a coloca pouco a pouco a seu serviço.”²¹⁴

Todo esse panorama trazia um cenário de que a sociedade industrial, margeada nas ideias liberais, traria ao mundo uma dominação de que a desigualdade seria colocada como uma verdade ou condição que poderia ser superada pelo dinamismo do mercado e na dedicação ao trabalho. Ocorre que o próprio pêndulo da ascensão de classes esbarrava na lógica excludente e social da necessidade de mão de obra precária a garantir a mais-valia de quem abastado se fazia.

Nos dizeres de Vânia Bambirra:

A distribuição equitativa do trabalho, e portanto uma parte maior de tempo ‘dedicada à livre atividade espiritual e social dos indivíduos’ somente pode ser o resultado de uma sociedade regida pelo princípio do planejamento social, onde o trabalho possa adquirir um sentido qualitativamente diverso daquele que o orienta sob o regime capitalista.²¹⁵

Não era de se imaginar que mesmo reféns de um salário aquém das necessidades do consumo, a classe trabalhadora se visse por satisfeita ou fosse tocada pela ingenuidade da alienação em achar que a ascensão social seria possível. Essa face cruel liberal se explicava pela disseminação de uma política pautada na produção e no total descarte da formação humanística e intelectual da massa proletária.

Aliás, tal intento se tornou uma espécie de política de controle social por parte de quem fazia parte da classe dominante, sem qualquer interesse em projeto emancipatório, ou seja, até por esse aspecto se percebia que a política contra o trabalho escravo se colocava mais no plano de interesse meramente econômico, sem qualquer desenlace social, fazendo da possibilidade da ascensão um jogo de retórica em que não se tinha qualquer perspectiva empírica liberal que de fato se concretizasse.

Em contextualização histórica Everaldo Gaspar arremata:

A doutrina liberal consolidou, há mais de duzentos anos, o conceito de trabalho livre como sendo uma vitória política das lutas sociais, para resgatar o gênero humano do trabalho escravo e do trabalho servil. Esqueceu-se de contar, de revelar que a ruína da aristocracia rural foi desencadeada pela burguesia moderna; que a Revolução Francesa aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade capitalista; que as aristocracias francesa e

²¹⁴ LACROIX, Jean. **Marxismo, Existencialismo, Personalismo, presença da eternidade no tempo**. Trad.: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962. p. 44.

²¹⁵ BAMBIRRA, 1993, p. 29.

inglesa, aparentando defender os interesses da classe operária explorada, estavam defendendo os seus próprios interesses fracassados, para impedir a consolidação de uma nova classe dominante.²¹⁶

A política na sociedade industrial perfazia toda a dialética da economia liberal, inclusive quando esse modo produção industrial foi replicado em um panorama econômico marxista já no século XX, pós-Revolução Russa de 1917. Uma classe dirigente burocrata estatal, mesmo no Estado regido pela teoria socialista, na prática se fazia por privilégio e mantinha a lógica de desigualdade da dinâmica liberal capitalista. Tanto que as consequências eram as mesmas, conforme pode se ler na análise de Gregory Grossman:

A economia – sombra da URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] e o resto de seu subcomando – dilapidação, corrupção, crime organizado – acabaram por contribuir para o colapso do sistema...[ela] culminou no suborno de grande parte do aparelho formal de governo e controle no interior da hierarquia partidária – estatal, no corte ou desgaste das linhas verticais de comunicação e autoridade, enquanto reorientava os interesses privados (ou de grupo) e as alianças da nomenclatura para com as novas fontes não oficiais de riqueza e poder – com consequências terríveis para o império, a união, o sistema e a economia.²¹⁷

A política e a economia, a partir da Revolução Industrial, por mais que obedecessem a métodos diferentes, teriam uma lógica voltada e especificada para alinhar uma perspectiva produtiva com uma necessidade de acumulação capitalista, não dando margem para que de fato uma nova premissa teórica se formasse para quebrar o que de mais genuíno iria guarnecer essa estrutura social adiante: o consumo e a desigualdade.

Os meios de produção e modos de produção no sistema capitalista sabidamente são os mecanismos que simbolizam a disputa de narrativa com a corrente socialista. O controle privado dos meios de produção e as fases tayloristas, fordistas e toyotistas dos modos de produção representam a síntese da dinâmica liberal. Nesse panorama se deu a construção do mercado, regendo a economia dos interesses privados.

Os interesses privados, impulsionados pelo lucro, agem invariavelmente com uma despreocupação ao acúmulo de concentração de riqueza, repelindo a maioria a possibilidade de um consumo padrão proporcional, pois o acesso restrito à produção de bens duráveis e não duráveis coloca a força de trabalho marginalizada na possibilidade de adquirir o que produz,

²¹⁶ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. São Paulo: LTr, 2014. p. 97.

²¹⁷ GROSSMAN, Gregory. Subverted Sovereignty: Historical Role of the Soviet Underground. In: COHEN, Stephen S. et al. (eds.). **The tunnel at the end of the light**. Berkeley: University of California, 1988. p. 24-25.

trazendo ao sistema econômico capitalista o gargalo entre produção de riqueza e a geração de desigualdade.

Nessa acepção de controle econômico, a lógica da produção regida pelo consumo trouxe uma pedagogia do consumir muitas vezes sem observar a necessidade. Tal presságio se faz importante mencionar, pois a economia, para funcionar, impõe uma exploração aos recursos naturais insustentáveis devido à sua finitude. Esse modelo é conhecido como economia linear.

A economia linear é a síntese da política econômica pautada no consumo e exploração dos recursos naturais de maneira desequilibrada e que se firmou pós-Revolução Industrial nos últimos duzentos anos. O meio de produção dirigido no âmbito privado e os modos de produção capitalistas formam um binômio que traz a insensatez do não se pensar no amanhã.

Na visão de André Gorz,

[...] hoje, a falta de realismo não consiste mais em defender um maior bem-estar através da inversão do crescimento e da subversão do modo de vida prevalente. A falta de realismo consiste em imaginar que o crescimento econômico ainda pode trazer maior bem-estar humano e, de fato, que ainda é fisicamente possível.²¹⁸

A economia linear, como ambiente de desenvolvimento do capitalismo, produto da Revolução Industrial, tem demonstrado que não mais atende às demandas do século XXI. A pauta ambiental saiu de posição coadjuvante para ocupar o palco principal dos debates globais entre as nações. Não há como pensar na manutenção da vida sem rezar por cartilhas em que o meio ambiente seja prioridade.

Não há como pensar em largo espaço de tempo, dialogar com o futuro sem atentar para as necessidades climáticas e ambientais. E dentro do capitalismo, uma das alternativas que se apresentam é então denominada economia circular, que na última década aparece como um conceito difundido no discurso empresarial e político ao redor do mundo, substituindo o jargão amplamente conhecido como “desenvolvimento sustentável”.

Embora o termo Economia Circular tenha surgido no ambiente acadêmico, com o passar do tempo adquiriu um sentido mais amplo, abrigando diferentes significados. Saiu de um prisma mais ecológico industrial e entrou num campo de disputa por diversas agendas de ideologias concorrentes.²¹⁹ A economia circular seria uma nova maneira de propagar a cultura

²¹⁸ GORZ, André. **Ecologia como política**. Boston: South End Press, 1980.

²¹⁹ RIP, Arie; VOß, Jan-Peter. Umbrella Terms as Mediators in the Governance of emerging Science and Technology. **Science, Technology and Inovador Studies**, 9, p. 39-59, 2013.

da sustentabilidade ambiental na dicotomia entre sistemas ecológicos e as atividades econômicas.²²⁰

É dentro desse panorama que se tem de entender a necessidade de não simplesmente replicar esse modo de produção industrial linear, pautado num consumo que tanto dano provoca ao meio ambiente. Não parece crível acreditar que toda uma lógica de demanda industrial em larga escala refreará e buscará uma economia que dialogue mais com as necessidades ambientais.

No cenário apresentado, pelas preocupações e políticas públicas para conter os danos ambientais já implementadas, não é difícil imaginar um ambiente favorável para a economia circular disputar espaço com a economia linear. Contudo, pela alta efetividade da indústria chinesa, seja na automotiva, da tecnologia ou de baixo valor agregado, o desafio será estancar alguma possível perda na capacidade produtiva, ou seja, a preocupação não pode ser atingir um mesmo patamar de produtividade, mas sim, mesmo com uma perda produtiva, priorizar mudar a cultura de consumo.

Não é colocar na mesma situação de produtividade a economia circular e linear, mas sim optar pela forma que agrida menos o meio ambiente, priorize a sustentabilidade, pela preservação do planeta. Nesse caso, ao que parece seria a economia circular, porém existem controvérsias nesse modelo de produtividade econômica.

Na sua teoria monetarista, Marx afirmava que a transformação de mercadorias em dinheiro e novamente a mudança do dinheiro em mercadoria é a forma mais simples de circulação de mercadorias. Segundo Marx,

a simples circulação de mercadorias - vender para comprar - é um meio de realizar um propósito não ligado à circulação, a saber, a apropriação de valores de uso, a satisfação de desejos. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesma, pois a expansão do valor só ocorre dentro deste movimento constantemente renovado. A circulação de capital, portanto, não tem limites.²²¹

Marx ainda continua a sua explanação ao sintetizar que o dinheiro é apenas o ponto de troca. Como um carro precisa de combustível, o capitalismo acelera o processo metabólico da sociedade, o rápido desaparecimento de mercadorias da esfera de circulação, e sua substituição igualmente rápida por mercadorias da esfera de circulação e sua substituição igualmente rápida por mercadorias frescas, por servir ao incessante movimento de obtenção

²²⁰ GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. Uma revisão sobre economia circular: a transição esperada para uma interação equilibrada dos sistemas ambientais e econômicos. **J. Limpeza. Prod.**, v. 114, p. 11-32, 2016. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2015.09.007>.

²²¹ MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018a. p. 252.

de lucro.²²² Nesse cenário definido há duzentos anos e que ainda se impõe, a economia circular teria como modificar esse panorama tão inerentemente atrelado à lógica do capitalismo?

A fenda metabólica, também apregoadada por Marx, conceituava uma fratura irremediável na marcha, independentemente do metabolismo social, criando uma hermenêutica quase exata da relação de crise ecológica com o capitalismo.²²³

De acordo com o que foi dito, há uma relação intrínseca entre o capitalismo e a produção de resíduos, ou seja, aumento do lixo e a exploração de recursos naturais. No entanto, há uma evidente impossibilidade de o planeta aguentar esse nível de exploração nos termos afiançados pós-Revolução Industrial. A economia circular, com todas as suas incongruências e limitações, por não romper com o sistema, somente adequar-se, parece não ser o caminho salvador, mas um caminho a ser tentado.

O neoliberalismo não se coloca a negar o Estado, apenas traz o Estado para os interesses dos grandes grupos econômicos e multinacionais, e o financiamento do setor público geralmente acaba fazendo muito mais do que corrigir falhas do mercado. Por estar mais disposto a se engajar no mundo da Incerteza Knightiana, investindo em desenvolvimento de tecnologia na etapa inicial, por exemplo, o setor público pode de fato criar novos produtos e os mercados correspondentes.²²⁴

Tal presságio não é desprezível, pois num período em que a globalização aproxima os Estados-nação, as divisões geográficas já não são suficientes para captar as divisões globais e distribuição de produção, acumulação e formas sociais, pois o fluxograma de trabalho e capital se alteraram fortemente, de maneira que já não é possível demarcar as zonas geográficas Norte e Sul. Os níveis de produção podem existir simultaneamente, dos mais complexos níveis de tecnologia, produtividade e acumulação aos mais baixos, diferenciando-se apenas pelo mecanismo social de controle de cada localidade.²²⁵

Na avaliação de Landislau Dowbor,

faz parte também desta crise civilizatória o desajuste nos espaços. A economia se globalizou, com corporações transnacionais e gigantes financeiros operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo em grande parte nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes. Os instrumentos políticos de regulação permanecem fragmentados em cerca de 200 países que constituem o nosso planeta

²²² MARX, 2018a, p. 253.

²²³ FOSTER, John Bellamy. A teoria de Marx sobre a fissura metabólica: Fundamentos clássicos da sociologia ambiental. **Revista Americana de Sociologia**, v. 105, n. 2, p. 366-340, 1999.

²²⁴ MAZZUCATO, 2014, p. 91.

²²⁵ HARDT; NEGRI, 2012. p. 356.

político realmente existente. Com a desorganização que disso resulta, populações inseguras buscam soluções migrando ou apoiando movimentos reacionários que julgávamos ultrapassados.²²⁶

Nesse aspecto, percebia-se o motivo da economia e a política se colocaram como fenômenos complementares, mas tão interligados que pareciam se complementarem como uma necessidade estrutural impossível de serem separados. Padeciam de uma espécie de autofagia. E a sociedade industrial teria na economia liberal o seu ambiente político protagônico, o qual traria às ideais marxistas e socialistas uma necessidade de ressignificação para contrapor a humanidade à real necessidade do consumo, tido quase como uma ideologia desse maniqueísmo fabril que iria de certo ponto dominar o mundo.

²²⁶ DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**: a Nova Arquitetura do Poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2018. p. 10.

3 A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E OS DIREITOS SOCIAIS EM DEBACLE

Neste capítulo, serão debatidas as características fundantes da crise da democracia representativa liberal nesse início de século XXI e as suas consequências no esfacelamento dos direitos sociais, dentre eles, os direitos trabalhistas. Analisar-se-á como o modelo econômico neoliberal tem consonância com a descrença e desapego das pessoas com a cultura democrática, tendo em vista que algumas das características mais acesas do neoliberalismo são exatamente o individualismo e o egoísmo como condicionante social.

3.1 O neoliberalismo e a democracia representativa, inconciliáveis vontades e visões de mundo

Desde a década de 1970, vem se desenvolvendo uma etapa na curvatura da parábola do destino jurídico-político, inspirada em aspirações de pensadores econômicos neoclássicos, alinhadas ao ultraliberalismo, denominada *neoliberalismo*. A ideia neoliberal tem como principal matriz econômica o regramento do livre comércio, mercado globalizado, um Estado em presença minoritária nas problemáticas sociais e nas relações propriamente ditas entre o trabalho e o capital, bem como ver emergir uma tomada neoconservadora no controle social e penal.

Não há como descolar a economia do momento de baixa adesão aos valores democráticos em boa parte do mundo contemporâneo. O neoliberalismo é benevolente ao fenômeno da necropolítica²²⁷ e a barbárie pode se tornar o seu *status quo* de normalidade. O Estado de Bem-Estar Social deixa de existir e o liberalismo domesticado reverte-se na selvageria do capital especulativo. Para Peters,

o neoliberalismo é baseado na liberdade e na propriedade privada de indivíduos que procuram maximizar suas preferências. Este comportamento, aparentemente naturalístico e aistórico, é particularmente importante de um ponto de vista econômico porque leva à liberdade política. Assim, a liberdade econômica do indivíduo constitui a base para qualquer sociedade

²²⁷ Na definição de Achille Mbembe é a política de Estado que subjuga a vida ao poder da morte, ditar quem pode viver e quem deve morrer, a implantação no interesse de destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos da morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas às condições de vida que lhe conferem o status de “mortos – vivos”. MBEMBE, Achille. Necropolítica, biopoder soberania, estado de exceção política da morte. **Artes & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32. dez. 2016. p. 25.

civilizada e é uma resposta direta ao totalitarismo ou a qualquer forma de planejamento econômico.²²⁸

Com a globalização o neoliberalismo encontra um caminho fértil para desenvolver uma espécie de neocolonialismo.²²⁹ Países tidos como periféricos servem de adubo financeiro para os grandes potentados econômicos e a mão de obra precária se coloca como um método de exploração muito além de atenuar custos e majorar lucro, reproduz o pensamento divisório geopolítico ao mundo dividido em hemisférios desenvolvidos e subdesenvolvidos. Peter continua e arregimenta que,

para o neoliberalismo, o mercado é a principal instituição econômica e social, por meio da qual os indivíduos ajustam suas preferências de acordo com os sinais dos preços, a despeito das restrições nas informações disponíveis. [...] Deste ponto de vista há uma diferença significativa entre o neoliberalismo e a estratégia de liberalização. Ao lado das diferenças históricas significativas nos contextos nos quais ambas as estratégias foram desenvolvidas e implementadas, a estratégia de liberalização é caracterizada por um reducionismo econômico e rudimentar, que não requer a violenta postura política que o neoliberalismo teve de adotar contra o totalitarismo, sustentando o autoritarismo.²³⁰

Não à toa o modelo neoliberal aprofunda a pedagogia opressora da sociedade industrial, acorrenta ainda mais valores humanísticos inerentes à liberdade e justiça social. Flerta com regimes autoritários, fazendo da democracia um valor menor e trazendo a pós democracia como uma possibilidade inerente aos caprichos de um mercado pouco atento a qualquer compromisso civilizatório.

Esse pensamento é iniciado ainda por doutrinadores como Hayek, conforme se assevera:

A democracia exige que as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que existe verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso: este é o seu preço. Mas numa sociedade cujo funcionamento está subordinado ao planejamento central não se pode fazer com que esse controle dependa da possibilidade de um acordo de maioria; muitas vezes será necessário impor ao povo a vontade de uma pequena minoria, porque esta constitui o grupo mais numeroso capaz de chegar a um acordo sobre a questão em debate.²³¹

²²⁸ PETERS, Enrique Dussel. Mexico's Liberalization Strategy, 10 Years On. **Journal of Economics Issues**, v. XXXII, n.2, June, 1998. p. 352.

²²⁹ Conceito cravado pelo professor Marcio Pochmann em que o antecipado desprezo do projeto da industrialização nacional poderia conduzir o país a um retrocesso neocolonial. A arcaica lógica colonial retornaria na figura de negociar as riquezas nacionais a contragosto de compromissos de longo prazo como investimentos em educação, tecnologia e infraestrutura. POCHMANN, 2021, p. 8-9.

²³⁰ PETERS, op. cit., p. 353-354.

²³¹ HAYEK, 2010, p. 85.

A desigualdade e o crescimento da concentração de renda em um mundo com uma capacidade produtiva cada vez maior, mas que não se reverte em uma capacidade equânime distributiva, traz um descompasso legítimo entre representados, representadas e representantes. O capitalismo se molda ao sistema e o neoliberalismo faz da democracia um conceito menor.

O fascismo dialoga com o populismo, a negação da política como mote dominante do neoliberalismo cria um caldo de intolerância e ódio, ancorado em um apoio popular que se vira contra o ambiente político sem se dar conta da orquestração do mercado para que a sociedade seja cada vez mais controlada pela lógica de quem a manuseia ao interesse de uma minoria. No entanto, faz-se importante tecer considerações acerca das diferenças conceituais entre o populismo e o fascismo.

Na visão de Federico Finchelstein,

enquanto o fascismo enaltece a ditadura, o populismo nunca o faz. O fascismo idealiza e pratica formas cruas de violência política que o populismo rejeita em teoria e, quase sempre, na prática. Por isso, falar do populismo e do fascismo como se fossem a mesma coisa é problemático, uma vez que os dois são bastante diferentes. O populismo é uma forma de democracia autoritária, enquanto o fascismo é uma ditadura ultraviolenta. Os termos estão ligados genealogicamente, mas não conceitual ou contextualmente. Devidamente historicizado, o populismo não é o fascismo. Nesse contexto, quando confrontados com seus inimigos neoliberais, setores da sociedade (da esquerda à direita) que se consideram esquecidos pelas elites tecnocratas acham populismo ainda mais atraente. O populismo e o neoliberalismo podem ser acusados de diminuir igualmente a diversidade e a igualdade democráticas, mas nenhum constitui uma forma de fascismo. O populismo e o neoliberalismo não permitem grande poder de decisão dos cidadãos.²³²

A ideologia neoliberal, além de dispensar a democracia, constitui -se como uma antítese de qualquer conscientização coletiva, o culto ao individualismo imperava, a cultura do empreendedorismo rivalizava com atributos civilizatórios do Estado do Bem-Estar Social, os direitos trabalhistas, por exemplo, passavam a ser combatidos, pois significava uma sociedade paternalista e pouco promissora. O espírito da meritocracia predominava, ser dono ou dona de si fazia parte da captura ideológica e todo trabalhador ou trabalhadora deveria virar um empreendedor ou empreendedora. O movimento operário amparado no ideal marxista entra em crise.

Para Gorz,

²³² FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Trad.: Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019. p. 26-27.

o marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições capitalistas. [...] Na verdade, o desenvolvimento do capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona dos meios de produção e cujos interesses diretamente conscientes não estão de acordo com uma racionalidade socialista. É esse o ponto em que estamos. O capitalismo deu nascimento a uma classe operária (mais amplamente: um salariado) cujos interesses, capacidades e qualificações estão na dependência de forças produtivas e das mesmas funcionais apenas com relação à racionalidade capitalista.²³³

O pós-Segunda Guerra Mundial, que legou ao mundo o denominado período de ouro do capitalismo (1945 – 1975)²³⁴, caracterizou-se por um forte incremento de participação do Estado em políticas sociais, o pleno emprego caracterizava o período em que o Estado de Bem-Estar Social trazia para os textos constitucionais os direitos e garantias fundamentais.

O mundo ocidental respirava os ares do neoconstitucionalismo²³⁵, escola jurídica que fazia frente ao positivismo jurídico dominante da primeira metade do século XX e fiador dos horrores dos regimes nazista alemão e fascista italiano. A economia capitalista aparentava se encontrar com valores humanitários conciliáveis e que dessa harmonia a dicotomia capital e trabalho conviveriam em harmonia.

Aliás, no tocante ao positivismo e à sua influência na naturalização das práticas sociais, Löwi afirmava:

A sua hipótese fundamental é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que têm todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade ou do movimento da terra em torno do sol: pode-se até procurar criar uma situação que bloqueie a lei da gravidade, mas isso se faz partindo de que essa lei é totalmente objetiva, independente da vontade e da ação humana. Deste modo, a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural.²³⁶

²³³ GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 25-26.

²³⁴ Período também conhecido na França como os “Trinta anos Gloriosos” em que o Estado de Bem-Estar Social na história recente mundial trouxe patamares civilizatórios aliando crescimento econômico e social em alguns países da Europa Ocidental. PIKETTY, 2014, p. 18.

²³⁵ Segundo Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmiento, “neoconstitucionalismo é um fenômeno pós-Segunda Guerra Mundial que impregna as constituições contemporâneas de elevado teor axiológico, as quais apresentam importantes decisões substantivas e se debruçam sobre uma ampla variedade de temas que outrora não eram tratados em sede constitucional. Competem, lado a lado, tradicionais direitos individuais, políticos e direitos sociais de natureza prestacional. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional**: teoria, história e métodos de trabalho. 2. ed. 7ª reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 200.

²³⁶ LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 38.

O sentimento de prosperidade que habitava o pós-guerra na Europa central parecia indicar uma fórmula eficiente do capitalismo aliar lucro com distribuição de renda. Os tempos de *laissez-faire* estavam supostamente apenas garantidos nos antigos livros dos economistas clássicos liberais. Surgia um Estado fiador de direitos sociais de que a iniquidade do mercado não irá mais ser seguida.

Escolas econômicas, como o Keynesianismo, traziam a oportunidade para o Direito da democracia liberal burguesa garantir a livre iniciativa e a propriedade privada sem requintes de injustiça social e visando à segurança jurídica. A propriedade estaria garantida, mas com ela as relações laborais seriam exercidas dentro de um arbitramento e reconhecimento de direitos que afastaria o trabalho das lembranças escravagistas que permaneciam na sociedade industrial. Aliás, Keynes desmistifica sua teoria e exemplifica do ponto de vista prático:

Em 1870, a Alemanha tinha uma população de aproximadamente 40 milhões. Por volta de 1892, esse número subira para 50 milhões. Em 30 de junho de 1914, para aproximadamente 68 milhões. Nos anos que imediatamente precederam a guerra, o crescimento anual era próximo de 850.000 indivíduos, dos quais apenas uma insignificante proporção emigrava. Esse grande crescimento só foi possível por conta de uma transformação de longo alcance na estrutura econômica do país. De uma situação agrícola e em geral autossustentável, a Alemanha se transformou numa vasta e complexa máquina industrial, cujo funcionamento dependia do contrapeso de muitos fatores fora e dentro do país. Apenas operando essa máquina continuamente e a todo vapor, ela poderia encontrar ocupação para sua crescente população e os recursos necessários para comprar sua subsistência no estrangeiro. A máquina alemã era como um pião que, para manter seu equilíbrio, precisa rodar cada vez mais rápido.²³⁷

O capitalismo teve desde o início um sistema global, haja vista o colonialismo ter sido uma condição fundamental para o seu surgimento e desenvolvimento. A premissa do novo regime de acumulação não é a “globalização” em si, mas a efetivação de uma forma de internacionalização da produção tornou-se possível pela liberalização dos mercados de mercadorias, financeiro e de capital, principalmente pelo surgimento de tecnologias de comunicação e transporte. Tudo isso é inegociável para compreender uma divisão internacional que irá superar a anterior, fincada na exportação de capital e no comércio de mercadorias.²³⁸

²³⁷ KEYNES, John Maynard; MOGGRIDGE, Donald. “The Economic Consequences of the Peace”. In: MOGGRIDGE, D. (Org.). **The Collected Writing of John Maynard Keynes**. Londres: Macmillan, 1971. v. II. p.7-8. (Tradução nossa).

²³⁸ HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Trad.: Luciano Cavini Martorano. 1. ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 159-160.

A economia linear, como ambiente de desenvolvimento do capitalismo, produto da Revolução Industrial, tem demonstrado que não mais atende às demandas do século XXI. A pauta ambiental saiu de posição coadjuvante para ocupar o palco principal dos debates globais entre as nações. Não há como pensar na manutenção da vida sem rezar por cartilhas em que o meio ambiente seja prioridade.

Nesse sentido, Peter Weingart aduz:

Muito pelo contrário, as demandas relevantes são fundadas no melhor e no mais recente que a física, a química, a biologia, a teoria dos sistemas e as simulações por computador podem oferecer. Os conceitos com os quais a pesquisa de ecossistemas opera são extremamente modernos e estão voltados para compreender a natureza não apenas em suas partes (com o risco de causar danos e consequências de segunda ou enésima ordem em razão do desconhecimento que é sistematicamente gerado dessa forma), mas na totalidade [...] Cereais matinais e sacolas recicláveis são na verdade os mandamentos de uma nova modernidade, cujos símbolos serão a cientificização e a tecnicização muito mais aperfeiçoadas e eficientes, e, sobretudo, mais abrangente.²³⁹

No entanto, todo esse contexto não encontrará solução em um capitalismo de mercado, protetor dos interesses de 1%, em um governo eleito exatamente pelo capital desse mesmo 1%. Para se superar esse cenário é necessária uma ampla visão sistêmica do interesse público com alicerces em uma proteção legal aos bens e recursos comuns – perpassando um confucionismo ideológico entre o interesse público e o governo.²⁴⁰

Interessante se faz notar que o neoliberalismo tem como característica de modelo econômico ter uma relação nociva com a democracia liberal burguesa nos países em desenvolvimento. Como a política neoliberal é regida pelos interesses dos potentados econômicos privados, o Estado passa a ser guiado exatamente por esses interesses, assim a democracia em alguns casos passa a ser um empecilho à economia. Tais interesses se colocam sem compromisso com o Estado de Bem-Estar Social, atacando, com isso, os direitos prestacionais.

²³⁹ Original: “Ganz im Gegenteil, die entsprechenden Anforderungen basieren auf dem Neuesten und Besten, was Physik, Chemie, Biologie, Systemtheorie und Computersimulationen zu bieten haben. Die Konzepte, mit denen die Ökosystemforschung operiert, sind hochmodern und zielen darauf ab, die Natur nicht nur in ihren Teilen zu verstehen (mit dem Risiko, Schäden mit Folgen zweiter oder n-ter Ordnung aufgrund des so systematisch generierten Wissensmangels zu verursachen), sondern in total [...] Frühstückscerealien und recycelbare Tüten sind eigentlich die Gebote einer neuen Moderne, deren Symbole viel perfektionierter und effizienter Verwissenschaftlichung und Technisierung und vor allem umfassender sein werden.” Tradução do autor. WEINGART, Peter. **Das “Harrisburg – Syndrom” oder die De – Professionalisierung der Experten**, 1979. p. 74.

²⁴⁰ CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. Trad: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018. p. 178-179.

Rubens Casara percebe que o Estado Democrático de Direito, quando possui os direitos fundamentais em sua plena atividade, torna-se um inibidor ao aparecimento do autoritarismo. O modelo neoliberal não se comove em erigir uma espécie de Estado Pós Democrático, chancela o autoritarismo necessário para desidratar os direitos fundamentais em obediência às necessidades e vontades do mercado.²⁴¹

Em decorrência dos efeitos da globalização, as condições de trabalho no âmbito internacional cada vez mais têm sido objeto de atenção. Não é incomum que empresas busquem sítios em que legislações trabalhistas sejam mais frouxas, aliás, prática muito recorrente e consequência direta do mercado global. Ulrich faz uma análise da dinâmica das relações de trabalho desenvolvidas na sociedade industrial:

O sistema empregatício surgido no século XX a partir de graves crises e conflitos sociais e políticos se apoia em padronizações intensivas em todas as suas dimensões básicas: do contrato de trabalho, do local de trabalho e da jornada de trabalho. A disposição da força de trabalho segue em sua configuração jurídica modelos contratuais que, em certa medida, são negociados em margens percentuais para setores e categorias profissionais inteiras. Tornou-se óbvio que o trabalho seja realizado de forma espacialmente concentrada, em (grandes) organizações fabris. O sistema empregatício também se assentava – com algumas exceções - até meados dos anos setenta da organização temporal para o planejamento e mobilização de mão de obra na empresa, mas também para definir as circunstâncias biográficas. Esse sistema permite – em princípio – traçar claras delimitações entre trabalho, e ócio, passíveis de fixação no espaço e no tempo, mas também contornos sociais e jurídicos distinguindo desemprego e emprego. Em função das atuais e iminentes ondas de racionalização, esse sistema padronizado de pleno emprego começa a debilitar e carcomer, através de flexibilizações a partir das margens, seus três pilares de sustentação – direito do trabalho, local de trabalho, jornada de trabalho. Com isto, as fronteiras entre trabalho e ócio se tornam fluidas. Formas flexíveis e plurais de subemprego se difundem.²⁴²

Não é absurdo por isso achar que a globalização é uma espécie de nova colonização, pois guiada pela bússola da mais-valia e lucro da iniciativa privada, desenvolve uma relação com o Estado de aproveitamento ao máximo das suas debilidades institucionais e até as fragilizando para fazer da desregulação a sua regra. Todo esse enredo é potencializado ainda mais sob a batuta do neoliberalismo.

Na geopolítica global, o neoliberalismo, para além dos interesses pactuados no Estado de Bem-Estar Social, é concessão civilizatória feita pela burguesia liberal. Há um

²⁴¹ CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático, Neo Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis**. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018. p. 89-90.

²⁴² BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad.: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 207.

desmantelamento por inteiro do tecido social do Estado. A lógica deixa de ser qualquer pacto que envolva as condições de trabalho, por exemplo, para atender aos ditames liderados pelo capital financeiro. Hoje é a lógica da finança globalizada que delimita o território ocupado pelas opções da política democrática.

A identificação entre o poder político e o poder econômico faz do mercado e dos detentores do poder econômico os principais (quando não, únicos) beneficiários das ações políticas. A governabilidade neoliberal não reserva preocupação com o “comum”, incentiva o “cada um por si” e tão somente a busca pelo prazer individual. As pessoas são estimuladas a se perceberem como uma pessoa jurídica, com a simples preocupação de eliminar a concorrência, em detrimento da solidariedade e dos projetos coletivos.²⁴³

Por exemplo, a dificuldade que o mundo enfrenta na geração de empregos não é somente pela reformulação no mercado de trabalho como consequência dos efeitos da tecnologia. É o resultado da lógica neoliberal. A supressão de direitos trabalhistas mundo afora e a redução das vagas de emprego formam o pedágio exigido pelo lucro almejado principalmente no mercado financeiro.

Segundo Belluzzo e Galípolo,

há dicotomia que retrata bem a lógica neoliberal pois enquanto o desemprego global avançou nos países denominados desenvolvidos, o trabalho se intensificou nas regiões receptoras de produção manufatureira. A financeirização em demasia do mercado contribuiu com os conglomerados internacionalizados ante a massa de uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada. A abertura do mercado e o acirramento da concorrência entre empresas de maior e menor porte são requisitos que favorecem o monopólio e debilitam a força das entidades sindicais. Em consequência, os trabalhadores ‘autônomos’ são considerados um obstáculo à operação de leis de concorrência, como reza a cartilha neoliberal.²⁴⁴

A financeirização responde como principal vetor de todo esse colapso que atinge diretamente o mercado de trabalho no mundo. Enquanto o capitalismo dominante busca soluções *strictu sensu* para sair da crise, ou seja, a curto prazo tão somente para reconstituir a dominação dos oligopólios, a classe trabalhadora necessita de um projeto *latu sensu*, que desenvolva uma política de Estado com perspectiva de não somente salvar a economia para o agora, mas garantir emprego para o futuro.

Permitindo-se um recorte da classe trabalhadora contemporânea, a força de trabalho vendida pelo salário sofreu uma abrupta mudança na comparação com a primeira metade do

²⁴³ CASARA, 2018, p. 50-51.

²⁴⁴ BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017. p. 182.

século XX. Se antes os movimentos fabris eram mais setorizados, ou seja, cada categoria lutando pelos seus direitos, atualmente, percebe-se uma necessidade de integração maior nas lutas coletivas.

A financeirização como principal vetor para se fazer o dinheiro circular, além de concentrar mais ainda a riqueza, asfixia o consumo, afeta o capital produtivo e, conseqüentemente, inibe a geração de emprego.

Para István Mészáros, o aprofundamento e inserção da aventura especulativa e financeira, sobretudo nas últimas três ou quatro décadas, tem consequência direta e imediata na crise das cadeias produtivas industriais. Como consequência direta há a expansão em níveis mundiais do desemprego. Talvez a ironia esteja em esperar do próprio Estado a solução para essa desordem econômica que causa a tragédia social do abandono e da miséria, pois a relação predatória da indústria com os recursos naturais não é um mero dado, mas uma evidência empírica desse “desenvolvimento” que depõe contra a própria existência humana.²⁴⁵

A crise atual do sistema capitalista tornou os Estados reféns dos grandes potentados privados devido ao endividamento público, e com isso se tornaram estéreis na capacidade de regular o sistema financeiro em interesse da sociedade. Ou seja, os grandes grupos financeiros do globo terrestre estão avocando para si os instrumentos do controle político. Não são apenas os efeitos de uma simples oligopolização, mas sim uma cadeia estruturada de financeirização global e o seu poderio.

Nesse contexto, as estruturas do Estado são fortemente afetadas, pois o neoliberalismo tem como premissa deslegitimá-lo e tornar não somente as suas instituições, mas sim a política refém do mercado. Aos neoliberais reduzir o tamanho do Estado não interessa, caso não se aprisionem as suas forças políticas para apoiar a propaganda eficiência do mercado em todas as esferas da vida.²⁴⁶

Na análise de Roberth Dahl, não é possível existir no mesmo tempo e espaço, sem colidirem, os interesses de um país democrático e uma economia capitalista de mercado que não haja uma ampliada regulamentação e intervenção do governo visando a estancar os efeitos nocivos. Robert Dahl preceitua:

Sem a intervenção e a regulamentação do governo, uma economia de mercado inevitavelmente inflige sérios danos a algumas pessoas – e os prejudicados ou os que esperam ser prejudicados exigirão a intervenção do governo. Os atores econômicos motivados por interesses egoístas têm pouco incentivo para levar em consideração o bem dos outros; ao contrário,

²⁴⁵ MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 14.

²⁴⁶ BELLUZO; GALÍPOLO, 2017, p. 38.

sentem-se fortemente incentivados a deixar de lado o bem dos outros, se com isso obtiverem ganhos. A consciência é facilmente sossegada pela sedutora justificativa para infligir mal aos outros.²⁴⁷

Ainda segundo Robert Dahl, as instituições políticas democráticas afetam significativamente a existência do capitalismo de mercado, bem como a existência desse tipo de capitalismo afeta o funcionamento das instituições políticas democráticas, ou seja, é um processo de bivalência eliminativa. Ademais, como o capitalismo de mercado inevitavelmente cria desigualdades, há uma limitação do potencial democrático da democracia poliárquica²⁴⁸ ao gerar desigualdades na distribuição dos recursos políticos.²⁴⁹

Os autores Belluzzo e Galípolo diagnosticaram que

a burocracia do Estado passou a adotar a ‘racionalidade’ privada na gestão da coisa pública e isso afetou o comportamento de todos os agentes públicos, desde as empresas até os órgãos encarregados de administrar a justiça, para não falar das políticas de saúde, educação, transporte de massa, entre outros. O projeto ocidental da cidadania democrática e igualitária não ‘cabe’ no espartilho amarrado na ilharga das sociedades pela ‘racionalidade’ do capitalismo contemporâneo.²⁵⁰

Esse complexo cenário narrado leva o jurista Luigi Ferrajoli a desenvolver a sua teoria, fartamente conhecida, “Poderes Selvagens”²⁵¹, em explícita referência aos poderes oriundos do anárquico processo de globalização que ameaça seriamente as democracias constitucionais.

A teoria do mestre italiano comunga e reporta ao delicado momento de desconstitucionalização da política em determinados países de maneira até mais forte, como foi o caso da própria Itália. Esse momento retrata uma predisposição dos governantes, sejam eles do Executivo, Legislativo e Judiciário, em rejeitar os aspectos inerentes aos limites constitucionais firmados às instituições representativas.

²⁴⁷ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Ed. UNB, 2016, p. 38.

²⁴⁸ Poliarquia é um conceito criado por Robert Dahl para designar as características de funcionamento dos regimes democráticos dos países ocidentais desenvolvidos (ou industrializados). A poliarquia, mais precisamente, tem o merecimento de permitir à ciência social efetuar uma crítica mais realística dos regimes democráticos existentes, pois, a partir dessa premissa, estabelecem-se “graus de democratização”, no intuito de avaliar e cotejar os regimes políticos. Ibid., p. 104.

²⁴⁹ Ibid., p. 195.

²⁵⁰ BELLUZO; GALÍPOLO, 2017.

²⁵¹ Expressão que fazia referência aos “*micropoteri e macropetri selvaggi, che sono in realtà le forme di potere più incontrollate e illimitate da cui possono essere pregiudicati e travolti gli stessi poteri giuridici e l' intero assetto dello stato di diritto*”. (Micropoderes e macropicos selvagens, que são na verdade as formas de poder mais descontroladas e ilimitadas a partir das quais os mesmos poderes jurídicos e toda a sede do Estado de direito podem ser prejudicados e subjugados). (Tradução nossa). FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**. Teoria del garantismo penale. ottava edizione. Laterza: Roma – Bari, 2004. p. 976.

Em consequência, tem-se uma transformação do sistema político de uma democracia plebiscitária, ou seja, participativa, para um sistema político de governo de pouco diálogo, emergindo uma onipotência do núcleo governativo, dando azo a uma legitimação de todos os abusos, inibindo qualquer crítica e controle, acarretando um verdadeiro dismantelo constitucional que ocasiona: intolerância relacionada ao pluralismo político e institucional; desvalorização das regras; ataques à Separação de Poderes, às instituições de garantia, à oposição parlamentar, aos sindicatos e à liberdade de imprensa; pela rejeição, em síntese, do paradigma do Estado constitucional de direito como sistema de vínculos impostos a qualquer Poder.²⁵²

A crise da democracia representativa, como consequência alicerçada do neoliberalismo embasado nos poderes selvagens em contraponto ao Estado de Bem-Estar Social, acarreta a asfixia do processo democrático. Inclusive, diante da fissura existente entre o interesse do mercado pelo melhor cenário para aferição de lucros e os do Estado de tentar equalizar o interesse dos ajustes sociais de toda uma população, pode resultar na própria derrubada da democracia sem precisamente um golpe de Estado formal.

No truncado jogo democrático atual, não é absurdo supor que os próprios titulares ocupantes dos Poderes do Estado sejam os responsáveis pelo ataque ou deformação constitucional, utilizando-se, inclusive, dos espaços e propagandas estatais para anestesiar a população quanto às possíveis quebras dos protocolos e sistemas democráticos.

De maneira velada, entre os escombros da tentativa de aparentar uma pretensa normalidade da representação política como diletta expressividade da vontade popular, existe, na mais sensível trama de realidade, uma profunda deformação das instituições representativas, partícipes na intenção não somente do esvaziamento da dimensão constitucional democrática, bem como do intuito da dissolução tendencial do aparato político e representativo.

Na visão de Hirsch,

o sistema de Estados é uma expressão estrutural das relações capitalistas de classe e de concorrência. Elas reproduzem-se nele e determinam seus conflitos e dinâmicas de desenvolvimento. Recordemos mais uma vez: a determinação formal do político expressa na ‘autonomia relativa’ do Estado permite que a sociedade capitalista, caracterizada por contradições e conflitos básicos, possa manter-se. Considerando-se o reverso, a separação do Estado é a base decisiva do ‘fetiche estatal’, ou seja, da representação de

²⁵² FERRAJOLI, Luigi. **Poderes Selvagens: a crise da democracia italiana**. Tradução de Alexander Araujo de Souza. São Paulo: Saraiva, 2014.

que no Estado se corporificaria uma ‘vontade geral’ colocada acima de relações sociais de desigualdade, de exploração e de domínio.²⁵³

Há um evidente compasso harmônico entre o sistema representativo político e a dimensão constitucional democrática, portanto, a crise de um, indubitavelmente, acarreta a crise de outro. Tanto que nos dias atuais se pode mencionar a ocorrência de uma crise da democracia constitucional, como consequência da refração, do declínio do sistema representativo, como também uma crise da democracia política em si, sob a influência dos conflitos de interesse no epicentro do Estado e da fragilização das regras democráticas constitucionais.

Assim, é razoável supor que as forças que operam contrárias à democracia constitucional são as mesmas que atuam na derrocada da democracia representativa. Para que ocorra uma reversão desse efeito, seria importante um novo arquétipo legal de novas garantias dos direitos políticos e da democracia representativa, entretanto, se o foco da crise atinge exatamente o Poder Legislativo, questão indubitável é saber se esse Poder iria *cortar na própria carne*. Posto isso, uma discussão mais aprofundada seria fundamental, ou seja, um debate que envolvesse de plano o Texto Constitucional.

As democracias representativas apresentam um alto grau de personalização, enveredando para uma desnecessária concentração de poderes e de insolvência do espírito público; podem se espalhar, como de fato tem acontecido, na lacuna que se abre de uma maior eficiência de garantias adequadas que assegurem uma maior imunização contra o arbítrio, tanto no Brasil como em outros países.

É importante mencionar que foi exatamente essa fragilização da democracia constitucional que propiciou a fomentação do nazismo e do fascismo em países da Europa. Os regimes totalitários, aproveitando-se de uma concentração de poderes, apropriaram-se do poder por intermédio de formas legais.

Contraditoriamente, exalavam um discurso democrático e constitucional pelo apoio popular que logravam, quando, na verdade, era um rito trágico de um ambiente contaminado por uma propaganda que exibia uma pseudodemocracia, mas se fechava por interesses totalitários e reacionários.

Sem ilusões, pensadores como Adorno concluíam que

há um grande número daquilo que pode ser chamado de constituintes mais formais da ideologia política que parece permear todo o padrão ao contribuir, a partir de sua própria dinâmica, para as persuasões reacionárias e

²⁵³ HIRSCH, 2014, p. 71.

potencialmente fascistas. Aqui pertencem, a ignorância geral e a confusão em questões políticas, os hábitos de ‘pensamento de ticket’ e ‘personalização’, o ressentimento contra os sindicatos, contra a interferência governamental nos negócios, contra as limitações de renda e uma série de outras tendências.²⁵⁴

Essas malogradas experiências para a sociedade, inclusive, foram embasadas e lastreadas por um quadro jurisdicional que legitima todos os arbítrios cometidos em nome do Estado. A nova ordem jurídica constitucional desses estados avalizava todas as arbitrariedades de exceção como um agente do *Estado Democrático de Direito*, onde o Executivo hipertrofiava-se com o Judiciário e Legislativo ao reboque dos seus interesses de ação.

A democracia constitucional tem como características ser um modelo normativo, que, por decorrência de lacunas acarretadas pelo Legislativo, pode comprometer todo o Estado Democrático de Direito por inteiro, provocando ineficiência e ilegitimidade. Entretanto, pelas próprias falhas inerentes à democracia ocidental e herdadas das ideias pretéritas de Montesquieu, a ineficiência e a ilegitimidade são inevitáveis, e até fisiológicas em qualquer democracia constitucional.

No pensamento de Ferrajoli, em crítica abalizada:

O impasse de um processo de desconstitucionalização, quebras de regras e descumprimentos constitucionais teve seu início por intermédio de uma dupla crise destrutiva, ‘do alto’ e ‘de baixo’, da representação política. A crise ‘do alto’ é gerada por quatro fatores, aparentemente opostos, mas na realidade convergentes, ao minar pela raiz a relação de representação. Todos se manifestam na negação de quatro outras idênticas separações entre esferas ou níveis de poder – entre Estado e povo, entre esfera pública e esfera privada, entre forças políticas e instituições políticas, entre poderes midiáticos e liberdade de cultura e de informação – que caracterizam a modernização jurídica. Todas se resolvem, consequentemente, em idênticas regressões pré-modernas e, o que é mais grave, no desenvolvimento de idênticos poderes desregulados e selvagens.²⁵⁵

O Poder Legislativo vive uma real crise de identidade, seja no âmbito do parlamentarismo ou do presidencialismo, enraizada na anomalia no sentido plebiscitário da democracia representativa. Tal conjuntura potencializou-se por situações que vão desde a simples transformação dos partidos em comitês eleitorais ao capricho de líderes, que, por terem o controle institucional partidário, criam canais diretos com a população,

²⁵⁴ ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad: Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo. Ed. Unesp, 2019. (Coleção Adorno). p. 341.

²⁵⁵ FERRAJOLI, 2014, p. 31.

monopolizando até os meios de comunicação, inclusive a banalização dos normativos legais do país, fragilizando o ambiente democrático também nas suas vias institucionais.

Marcelo Neves percebe toda essa fragilização da democracia representativa como um desprestígio global da constitucionalização e da própria precarização pela cultura colonizadora nos países periféricos como é o Brasil, conforme se pode asseverar:

Uma vez que as sociedades nacionais, que se assentam sobre os sistemas político e jurídico, ocupam uma posição subordinada na sociedade mundial, é duvidoso falar de ‘independência nacional’ jurídico-política. ‘Independência nacional’ ou ‘soberania’ pode ser simplesmente a reprodução autopoietica dos respectivos sistemas jurídicos e político regionais, especialmente perante outros sistemas políticos e a economia (mundial).²⁵⁶

Esse presságio encarna a principal dificuldade atual do Poder Legislativo, pois, a começar pelos próprios partidos políticos, há um descompasso entre a vontade dos representados e representantes que, na verdade, nos moldes da estrutura partidária que se observa, é exatamente nela que reside a negação da mediação representativa.

Agora, esses fatores encontram ambiente próspero para se disseminarem justamente no cerne que afeta e fere a vida institucional de qualquer Estado, que consiste nos processos de progressiva confusão, que é exatamente a concentração de poderes. Esse progressivo desaparecimento da limitação entre os poderes, concentrando em um deles uma hipertrofia que não favorece o bom funcionamento e avigoramento democrático, descarrega em outra problemática entre a esfera pública e a esfera privada, representadas nos poderes políticos e poderes econômicos.

O princípio republicano e o regime constitucional do Estado Democrático de Direito assentam-se pelo afastamento de qualquer ato puramente imperiais originados em órgãos ou Poderes de Estado, não regulados pelo regime jurídico vigente, guiando-se apenas na mera vontade autocrática por quem governa.²⁵⁷

O Poder Legislativo, pela desconfiança predominante em camada expressiva da sociedade, fadigada e até certo ponto desencantada com a democracia representativa, percebe que seus interesses confluem para um sistema de poderosos interesses econômicos e financeiros, enxotando o princípio maior da democracia de servir aos interesses da sociedade

²⁵⁶ NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica**: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. Trad: Antônio Luz Costa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018. p. 106.

²⁵⁷ SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **A justiça na sociedade de espetáculo**: reflexões públicas sobre direito, política e cidadania. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015. p. 307.

como um meio de passagem que se demonstra em variadas vezes estéreis na função de representar.

A captação dessa crise por que passa a democracia representativa, com desdobramentos efetivos ao Poder Legislativo, encontra amparo na teoria de Murray Edelman. De acordo com o jurista, a política definir-se-ia por um conluio de ações e vivências simbólicas, pois os atos políticos trariam para os representados sentimentos que poderiam se dizer até antagônicos, como tranquilidade e ameaça. No entanto, raciocinava o autor que a política era dotada de um simbolismo, ou seja, mais uma força abstrata do que necessariamente concreta, e desse viés desenvolver-se-ia uma estabilização social.²⁵⁸

Segundo Benjamin Constant, *“gli uomini del partito, per quanto puri siano le loro intenzioni, sono sempre recalcitranti nella limitazione della sovranità. Si considerano i loro presunti eredi e amministrano la loro futura proprietà, sebbene nelle mani dei loro nemici.”*²⁵⁹

Em posicionamento polêmico, Edelman arremata que se a atividade política se caracteriza como simbólica²⁶⁰, ou seja, seria exatamente essa a problemática de se ter uma legislação deslocada dos reais interesses da sociedade e que, por isso, acarretaria um sentimento de esterilidade na população e desmembraria para uma crise do próprio sistema de democracia representativa.

Nessa política simbólica, no entender de Edelman, haveria os rituais e mitos que adornariam a legislação de significado, porém com pouco efeito prático. Esses dois fatores teriam o efeito de aprisionar os representados tão somente em valores que os impediriam de se colocar como partícipes dos reais problemas camuflados pelos representantes.²⁶¹

Para Marcelo Neves, quando se adentra no significado da hipertrofia simbólica das atividades legislativas, na confecção de leis ou dos próprios discursos que legitimem as opiniões em torno da sua produção, a legislação simbólica, com as suas formas míticas e ritualísticas, atinge também a legislação instrumentiva, ou seja, a força normativa das leis.²⁶²

Portanto, segundo o jurisfilósofo, a distinção entre a legislação simbólica não irá ocorrer do ritualístico ou do místico, mas sim da prevalência do seu significado “político-

²⁵⁸ EDELMAN, Murra. **The Symbolic Uses of Politics**. Urbana/Chicago/Londres: University of Illinois Press, 1967. p. 22-43, 163-165, 170 e ss.

²⁵⁹ CONSTANT, Benjamin. Principes de politique. In: **Cours de politique constitutionnelle**. Principi di Politica, a cura di U. Cerroni. Roma, Editori Riuniti, 1970. p. 54. (Os homens de partido, por mais puros que sejam as suas intenções, são sempre recalcitrantes em limitar a soberania. Eles se consideram os seus herdeiros presumidos e administram a sua propriedade futura, ainda que em mão dos seus inimigos). (Tradução nossa).

²⁶⁰ EDELMAN, op. cit., p. 24.

²⁶¹ EDELMAN, 1967, p. 24.

²⁶² NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ideológico”, evidente e latente no seu sentido funcional normativo-jurídico de se criar um conteúdo legislativo com aderência na sociedade.²⁶³

A democracia representativa dos tempos atuais, inspirada nos ventos soprados pela Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos, assumiu um formato burguês de domínio de poder. Ora, se a democracia trafega dentro dos ideais burgueses, adquire os vícios e as limitações que o ideal burguês impõe. Em países com um alto déficit de desigualdade, por exemplo, torna-se um dificultador para o país alcançar níveis de maior igualdade.

O ideal “liberdade, igualdade e fraternidade”²⁶⁴ tem propagação limitada. Essa é uma das principais amarras do Poder Legislativo e que o deixam sempre refém de uma pauta moderadamente reformista. O resultado é exatamente transformar a política, como foi dito, tão somente em símbolos, ou seja, a Constituição, em alguns casos, indica a necessidade, os problemas, mas o Legislativo omite-se nas discussões.

Na avaliação de Dahl,

a negociação das elites ocorre dentro dos limites impostos pelas instituições e pelos processos democráticos. Em geral, são limites muito amplos, a participação e o controle popular nem sempre são vigorosos, e as elites políticas e burocráticas possuem enorme discernimento. Apesar dos limites para o controle popular, as elites políticas nos países democráticos não são déspotas sem controle. Longe disso. As eleições periódicas obrigam-nos a manter um olho na opinião do povo. Além do mais, quando chegam a decisões, as elites políticas e burocráticas são influenciadas e refreadas umas pelas outras. A negociação das elites tem seus próprios pesos e contrapesos. Os representantes eleitos participam da negociação até o ponto em que são um canal através do qual os desejos, os objetivos e os valores populares entram nas decisões governamentais. As elites políticas e burocráticas nos países democráticos são poderosas, bem mais poderosas do que podem ser os cidadãos comuns – mas elas não são déspotas.²⁶⁵

Diante dos traumas adquiridos pelos regimes totalitários e autoritários, esses governos, como o nacional socialismo alemão, gozaram não somente de um considerável apoio popular como também de eleições democráticas. As democracias constitucionais contemporâneas – aquelas formadas a partir da Lei Fundamental Alemã – caracterizaram-se por um protecionismo maior, um pluralismo limitado, um acentuado antipopulismo e por um desenho institucional em que sobressai o elemento contramajoritário.²⁶⁶

No entendimento de Reinhold Zippelius,

²⁶³ NEVES, 2011.

²⁶⁴ *Liberté, Egalité, Fraternité* foi o lema da Revolução Francesa (1789).

²⁶⁵ DAHL, 2016, p. 129.

²⁶⁶ COUTINHO, Luís Pereira. **Teoria dos Regimes Políticos**. Lisboa: AAFDL, 2015. p. 130.

nos âmbitos onde uma multidão de pessoas tem de tomar decisões, a sua competência converte-se muito facilmente em poder de decisão de personalidades politicamente activas e sugestivas. A democracia directa carece das estruturas organizatórias que constituem o pressuposto de um equilíbrio dos poderes e outros controlos do Estado de Direito. Deste modo concretiza-se facilmente o risco já descrito por Aristóteles de que um governo absoluto da multidão que não encontre limites através das leis (em tempos modernos: através de disposições do Estado de Direito) degenera facilmente num despotismo dirigido por demagogos. Na era da televisão e da imprensa de massas acresce ainda, como factor manipulativo, sobretudo a influência que os meios de comunicação social exercem sobre actos plebiscitários. Em face disso, o sistema representativo restringe desde logo o elemento democrático, assegurando-lhe, contudo, de modo institucionalmente garantido, uma função dirigente.²⁶⁷

Essa característica democrática contemporânea tem no carácter antipopulista um berço, principalmente no sistema parlamentar, que forma um elemento racionalizador e faz do Legislativo um campo sitiado pelo antipovo, preocupado e destinado a promover a moderação e a estabilidade.

A vocação do Poder Legislativo, em dar voz à democracia representativa, tem, na sua essência, a atribuição de garantir a vontade popular, e que nada mais seria do que estimular a criação legislativa, discutindo e deliberando sobre os interesses da população, emitindo concordância ou discordância das funções governativas, no apoio ou censura do Executivo.

Para neutralizar o efeito de um possível debacle da democracia representativa, as eleições são pedras angulares dos esteios democráticos liberais e comungam diretamente com a representação popular. É a forma mais eficaz de se combater qualquer ruído de Estado autoritário, pois com a soberania do sufrágio o Estado Democrático de Direito tem um dos seus principais pilares e possibilita a reoxigenação das instituições.²⁶⁸

Entretanto, um fator que contribuiu sobremaneira para a perda da credibilidade na democracia representativa foi exatamente a perda do papel de mediação representativa dos partidos políticos e a sua desestruturação e desidratação como centros de cooptação social e de discussões de programas pautadas não na ocupação, mas no aparelhamento da máquina estatal, conceituação, aliás, bem diferentes.

No Ocidente, as últimas três décadas, mais precisamente a partir da década de 80, foram marcadas em nível ascendente pelo papel nos tribunais, agências burocráticas, bancos centrais e instituições supranacionais. Concomitantemente, houve um rápido crescimento da influência dos lobistas, com financiamentos de campanhas políticas e um inevitável retrocesso

²⁶⁷ ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 233.

²⁶⁸ DUVERGER, Maurice. **Os Grandes Sistemas Políticos**. Coimbra: Almedina, 1985. p. 61.

entre os representantes políticos e a população, isolando e segregando o sistema política da vontade popular.²⁶⁹

A ocupação da máquina estatal é algo natural e inerente ao processo político representativo democrático. O projeto eleitoral vencedor monta a sua estrutura de governo e ocupa os espaços políticos, no entanto o aparelhamento da máquina estatal é o hiperpovoamento dos espaços políticos transformados em cargos para acomodar apoiadores e apoiadoras.

O aparelhamento da máquina estatal, inclusive, por mais que seja uma prática atrelada ao campo da esquerda, percebe-se também à direita, ou seja, em todos os matizes ideológicos, bem como o enxugamento da máquina pública pode ser visto nas duas concepções de ideologia. O que deve definir os espaços de governo é a responsabilidade de quem foi eleito ou eleita, pois surge exatamente desse compromisso e respaldo o combate à corrupção.

A crise de aderência dos partidos políticos com a sociedade agrava-se consideravelmente nos sistemas eleitorais que permitem um financiamento privado de campanhas, pois o sistema tende a beneficiar os partidos mais moderados e simpáticos ao mercado, elitizando o Parlamento e criando um ambiente antipopular, principalmente em um sistema proporcional.²⁷⁰

A democracia representativa ultrapassa um período apresentando evidentes debilidades, uma crise que aponta para uma grave fissura no Estado Democrático de Direito, com uma simbiose de duas potentes crises: a econômica de 2008 e a da democracia representativa. As duas fortemente impulsionadas pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo opera em favor dos ricos e classes dominantes, não tem interesse em se colocar como neutro ou servir ao interesse de todas as camadas sociais. É mais do que uma escola econômica, é pensado como uma corrente política. Insere na sociedade uma narrativa de rechaço ao Estado de Bem-Estar Social, até se sentirem individualmente culpados pela incapacidade de sobrevivência, visto que a dinâmica neoliberal constrói essa narrativa.²⁷¹

A crise econômica de 2008 revelou ao mundo a mais grave crise econômica desde a quebra da Bolsa de Valores em 1929. Diferentemente desta, em que o mundo ocidental emergia do primeiro conflito mundial e regimes totalitários já adquirindo forma, como na

²⁶⁹ MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad.: Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2019. p. 118.

²⁷⁰ A *representação proporcional* ou *voto proporcional* é um sistema eleitoral de vencedor múltiplo no qual a proporção de cadeiras parlamentares ocupada por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida por ele. SANTOS, Wanderley Guilherme. **A Democracia Impedida**: O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

²⁷¹ BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Contracorrente, 2019. p. 1.3004.

Alemanha e Itália, naquela mais recente, vivia-se a hegemonia unipolar e até democracias constituídas. Ocorre que o domínio neoliberal e a financeirização do capital trouxeram uma condição especulativa geradora de uma bolha imobiliária com consequências planetárias devido à globalização.

Diferentemente de 1929, quando o keynesianismo idealizou o Estado como força motora e indutora para resgatar a economia, alicerçado em uma forte teia protecionista dos direitos sociais, o Estado de Bem-Estar Social, em 2008, o neoliberalismo patrocinado pelos donos do capital, o mercado financeiro, apresentou a conta da crise para o Estado resolver, entretanto sem qualquer contrapartida à classe trabalhadora.

Ou seja, geraram a crise, não se responsabilizaram, foram ressarcidos pelo Estado e o passivo foi repassado à classe trabalhadora com reformas da previdência, trabalhistas e afins. Tanto que se viveu, praticamente concomitantemente nos mais diversos países mundo afora, o mesmo apelo de maior recrudescimento dos direitos sociais. No entanto, como fazer para que essas pautas impopulares ocorram e se consolidem? Com o ataque às instituições democráticas, aos poderes políticos representativos.

Para Bobbio,

A denúncia da ingovernabilidade dos regimes democráticos tende a sugerir soluções autoritárias, que se movem em duas direções: de um lado, em reforçar o Poder Executivo e, assim, dar preferência a sistemas de tipo presidencial ou semipresidencial em detrimento dos sistemas parlamentares clássicos; de outro lado, em antepor sempre novos limites à esfera das decisões que podem ser tomadas com base na regra típica da democracia, a regra da maioria.²⁷²

A democracia representativa liberal passou a ser deslegitimada e regimes democráticos passaram a sofrer por crises estimuladas visando a enfraquecer o ambiente democrático e fazer valer os interesses das instituições financeiras, praticamente alijando do poder político a classe trabalhadora, sob a alegação de pautas como a corrupção, infladas pelos veículos de comunicação para obter o apoio da população.

Interessante que muitos desses canais de comunicação são patrocinados exatamente pelas operadoras do mercado financeiro, dirigindo a opinião da população ao interesse dessas corporações e atuam contra a classe trabalhadora. A necropolítica patrocinada pelo neoliberalismo propicia a ascensão de personagens populistas e autoritários ao cenário político. Não à toa o neoliberalismo gesta o que se denomina de neoconservadorismo.

²⁷² BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017. p. 105.

Para Laval,

os governos neoconservadores ‘compensam os efeitos socialmente destruturantes do neoliberalismo com o recurso a uma teoria racista e identitária e aos métodos políticos autoritários, policiais e repressivos. Não importa qual ideologia conservadora e tradicionalista pode lhe servir de referência última: nacionalismo, catolicismo tradicionalista e islã fundamentalista, ideologia nacionalista da Grande Rússia ou mesmo a ‘tradição republicana’ que se confunde com a ideologia de ordem.’²⁷³

A propósito, a América Latina e a África foram utilizadas como laboratório neoliberal. Para não perder a tradição dos horrores do colonialismo, o Chile, na ditadura de Pinochet, foi o campo prático da implementação das ideias da denominada “Escola de Chicago”. O país chileno, no contexto das nações coirmãs latino-americanas, foi um eficiente e aplicado a seguir a cartilha neoliberal, mas não foi o único.

Os demais países latino-americanos, apenas com diferenças na dosimetria neoliberal, também foram orientados sob o mesmo prisma chileno. Na verdade, com o fim da moeda padrão ouro, ou seja, do próprio Tratado Bretton Woods, em 1971, a dolarização em excesso dos países tidos como periféricos deixaram de ter um câmbio fixo e passaram a se margear pelo câmbio flutuante, deteriorando as moedas locais, atingindo por inteiro a sua soberania no tocante à política econômica desses Estados. Entraria em Estado de Bem-Estar Social.

Na visão de Barry Eichengreen,

o quarto de século que se seguiu ao desmoronamento do Sistema de Bretton Woods trouxe ambições frustradas e concessões penosas. Os esforços para reconstruir um sistema de taxas de câmbio fixas mas ajustáveis fracassaram repetidas vezes. A raiz do fracasso está na inelutável escalada na mobilidade do capital internacional, que fragilizou as âncoras cambiais e dificultou os ajustes periódicos. A mobilidade do capital aumentou a pressão sobre países que procuravam defender suas âncoras. Essa mobilidade intensificou a relutância das nações de moedas fortes em oferecer ajuda, em vista da magnitude sem precedentes das operações de intervenção necessárias. Um número de governos se viu forçado a praticar um câmbio flutuante.²⁷⁴

Não foi à toa que os países da América Latina enfrentaram regimes ditatoriais na mesma época da ascensão neoliberal. Por mais que o mundo pós Segunda Grande Guerra Mundial vivesse o panorama da Guerra Fria, um mundo bipolarizado, os regimes autoritários em países periféricos ocidentais não atendiam apenas a esse interesse geopolítico. Se o neoliberalismo tem como premissa a negativa e a privatização dos direitos sociais, o Estado

²⁷³ LAVAL, 2020, p. 250.

²⁷⁴ EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetária internacional. Trad: Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 246-247.

Democrático de Direito, mesmo uma democracia liberal burguesa passa a ser um inconveniente. E foi exatamente isso que ocorreu.

Nesse ínterim as mais genuínas relações sociais foram afetadas, com a queda do Muro de Berlim, o fim da bipolarização e hegemonia neoliberal, as desigualdades aumentaram, o patrimônio dos mais ricos ampliou-se e a segregação dos espaços urbanos agudizou a especulação imobiliária. A inserção das classes populares foi atingida, bem como as organizações operárias e os partidos de esquerda perderam a condição mediadora, ou seja, a sociedade se polarizou, fragmentou e se despolitizou.²⁷⁵

Sobre o neoliberalismo, há de se pensar contraditório, pois apesar de atuar em uma lógica que faz pensar relativizar a importância do Estado na política econômica, apenas utiliza o controle desse mesmo Estado para desregulamentar o tanto quanto possível a participação estatal nos direitos sociais e se afastar de qualquer compromisso com o capital produtivo. O aceno ao capital especulativo não significa que o Estado não exista, apenas dispõe de uma relação sofisticada e prioritária com o mercado financeiro.

Tal pensamento era defendido por doutrinadores que reforçavam a ideologia neoliberal, conforme se assevera nos dizeres de Gordon Tullock:

Em geral, as exigências que pesam sobre o comportamento de um indivíduo no mercado são mais ‘eficazes’ do que as que os empregados do Estado enfrentam, de modo que os indivíduos no mercado, procurando a satisfação do próprio bem-estar, servem bem melhor ao bem-estar de seus concidadãos do que os homens que trabalham para o governo. Na verdade, um dos objetivos da ‘novidade econômica’ é elevar o coeficiente de ‘eficácia’ do governo por meio de reformas a fim de aproximá-lo do coeficiente de mercado.²⁷⁶

Todo esse arcabouço e projeto econômico atuavam nos países africanos e latino-americanos, porém com um requinte de crueldade e complexidade maior. Diferentemente daqueles, estes ainda viviam um processo de luta para conquistar a sua independência. Vários deles ainda na primeira metade do século XX eram colônias inglesas e francesas, ou seja, lutavam para serem reconhecidos como países independentes, praticamente nas portas de verem a sua soberania econômica ser capturada pelo neoliberalismo.

Tal comentário se faz necessário porque o neoliberalismo é um plano econômico excessivamente colonizador. Em países que tentavam impor a autonomia cultural ante a dominação e cultura estrangeira, vivenciar a ideologia neoliberal praticamente no mesmo

²⁷⁵ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 105.

²⁷⁶ TULLOCK, Gordon. **Le marché politique**: Analyse économique des processus politiques. Paris: Economica, 1978. p. 15.

período é não se desvencilhar da imposição colonizadora. Se antes a colônia indicava uma dominação de Estado para Estado, agora se teria a dominação de Estado para os interesses econômicos privados patrocinados pelos seus Estados de origem.

No entendimento de Danilo Martuccelli,

*con el fin de ejercer este rol arbitral entre distintos operadores privados o públicos, el Estado se volvió un Estado evaluador que privilegió políticas sociales focalizadas, y durante varios lustros un gasto social reducido. Si los regímenes nacional – populares se articularon em torno a la case trabajadora del sector urbano y moderno de la economía, muchos gobiernos neoliberales privilegiaron a los sectores más pobres y menos organizados políticamente. En verdade, luego de una fase em donde el neoliberalismo restringió los derechos sociales limitándolos a ciertos grupos sociales, su consolidación progressiva se apoyó em la expansión, vía una provisión privada, de servicios para los ciudadanos.*²⁷⁷

O neoliberalismo é uma espécie de nova colonização sob o mantra do interesse privado. As empresas substituem os Estados. O Produto Interno Bruto de vários países em muitos casos sequer corresponde ao que algumas multinacionais arrecadam. Nesse enredo, a globalização é uma doutrina ideológica em que devolve ao mundo uma revisitação à colonização dos séculos XVIII e XIX sob a ótica privatista das empresas. E o Direito liberal, colocando a propriedade privada acima de qualquer direito difuso, chancela e protege esse novo panorama da geopolítica internacional.

Essa ortodoxia do pensamento liberal hegemônico, formada no século XIX, faz da expansão de mercado, amparada em eixos capitalistas sob o panorama mundial, um desenvolvimento histórico a atenuar as tensões militares e os conflitos no sistema internacional – em função do aumento da interdependência econômica – e levaria à decomposição dos antigos impérios coloniais, pelo menos sob o ponto de vista teórico do princípio da liberdade econômica.²⁷⁸

Assim como a colonização foi um processo de captura e imposição cultural, a globalização é um processo de neocolonização de captura e imposição também econômica. Os mercados se unificam em torno do dólar, por mais que cada país possa ter a sua moeda local,

²⁷⁷ “Para exercer esse papel arbitral entre diferentes operadores privados ou públicos, o Estado tornou-se um Estado avaliativo que privilegiou políticas sociais focalizadas e, durante várias décadas, reduziu o gasto social. Se os regimes nacional-populares se articulavam em torno da classe trabalhadora do setor urbano e moderno da economia, muitos governos neoliberais privilegiavam os setores mais pobres e menos organizados politicamente. Na verdade, depois de uma fase em que o neoliberalismo restringiu os direitos sociais, limitando-os a determinados grupos sociais, a sua progressiva consolidação apoiou-se na expansão, via prestação privada, de serviços ao cidadão.” (Tradução nossa). MARTUCCELLI, Danilo. **El estallido en clave latinoamericana: la formación de las clases popular – intermediárias**. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones, 2021. p. 95.

²⁷⁸ FERNANDES, Luís. **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. Rio de Janeiro: PUC – Rio. Anita Garibaldi, 2017. p. 18.

a sua economia será pautada pelo dólar. A independência, a autonomia e a soberania encontram dificuldade de se impor.

Importante se faz anotar que no modelo de construção democrática liberal é previsível a captura da política pela economia, tendo em vista a iniciativa privada ser colocada como o lado virtuoso nas relações de poder. Nesse ponto surge um conflito de interesse, pois ao afiançar ao mercado a virtuosidade nas relações, aceita-se o lucro como parte das políticas de Estado e se privatizam as oportunidades, logo se cria um Estado desigual. É aí que a teoria marxista ajusta o tom da sua crítica.

Não à toa a democracia liberal perde força em momentos de crise econômica. Foi assim em 1929, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, foi assim na crise de 2008, na quebra do banco Lemon Brothers. Como a democracia representativa em sua predominância foi absorvida pela cultura neoliberal, o seu valor passou de civilizatório para uma questão meramente de mercado. Ademais, não é mera coincidência que essas duas crises tenham ocorrido nos Estados Unidos, segundo Wolfgang Streeck,

o papel de liderança do maior e mais capitalista de todos os países capitalistas, os Estados Unidos, torna-se particularmente evidente quando observado ao longo do tempo. Os desenvolvimentos que definiram o rumo que o comboio das democracias capitalistas havia de seguir tiveram todos início naquele país: o fim do sistema Bretton Woods e da inflação, o surgimento de déficits orçamentais devido à resistência aos impostos e às reduções destes, o crescente financiamento de dívidas relacionadas a atividades do Estado, a onda de consolidação dos anos 1990, a desregulação dos mercados financeiros privados enquanto parte de uma política de privatização das tarefas do Estado, e, naturalmente, a crise financeira de 2008.²⁷⁹

A democracia, sistema representativo de governo, ainda na Grécia Antiga, pluralizando a participação dos indivíduos na institucionalidade governamental, independentemente de definições étnicas, sociais e econômicas abraçava uma importante horizontalidade nas relações que deveriam reger a sociedade, encontrava no neoliberalismo uma diminuição de todos esses valores para tê-la apenas como um mero capricho a ser concedido ou não pelo mercado. O processo civilizatório e emancipatório para confrontar teocracias, autocracias e autoritarismos estava ameaçado.

Nesse ínterim a economia pode ser um ativo importante ao processo democrático. Aliás, a transformação de um projeto econômico de propriedade privada para propriedade

²⁷⁹ STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Trad.: Marian Toddy, Teresa Toddy. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 43-44.

pública ou social poderia elidir os conflitos dos interesses do capitalismo que atentam contra a democracia, pois seria mais abrangente convergir em torno do bem público ou comum.²⁸⁰

Nesse quesito reside uma das diferenças entre o liberalismo e o neoliberalismo, enquanto o primeiro se adapta a uma democracia burguesa, em que o poder econômico se impõe e interfere no processo eleitoral, principalmente nos países muito desiguais, o segundo ignora, inclusive esse controle democrático pela burguesia, considera ainda pouco. Não faz qualquer concessão na procura de atenuar desigualdades, pois faz exatamente dessa desigualdade um mercado promissor e cada vez mais lucrativo.

O liberalismo ainda tenta compor, vide o Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo aprofunda as mazelas sociais como uma reserva de mercado para avançar nas ideias privatistas da água, do mar e do ar. Não atribui importância ao salário mínimo, à previdência, não porque somente ache um alto encargo para o Estado, mas por perceber toda essa teia protetiva social como um alvo para desregulamentá-la e transformá-la em lucro, ou seja, monetizar a tragédia social.

O mercado, por mais que tente convencer na publicidade, na prática procura ter um certo afastamento e recato no tocante aos direitos sociais. Na visão de Ha-Joon Chang,

[...] a ausência de bem-estar social e de regulamentações trabalhistas são os exemplos mais óbvios, porém muitas instituições de governança e finanças empresariais também ficaram sem efeito nos primeiros tempos, porque não havia recursos suficientes para administrá-las e impô-las. Em muitos casos, as instituições não foram aceitas, mesmo depois de terem se tornado ‘sustentáveis’, em virtude da resistência daqueles que (pelo menos a curto prazo) saíam perdendo com a sua introdução. Provavelmente, o melhor exemplo é a resistência das classes abastadas à democracia, à regulamentação do trabalho e ao imposto de renda.²⁸¹

O neoliberalismo é a antítese do acordo, não se constrange em confraternizar com o sistema morto, se comporta como um bacharel em busca da primeira oportunidade, sempre disposto a qualquer risco, não se intimida que a sua construção seja uma destruição. A economia é apenas a porta de acesso para que o seu metaverso real seja sempre o retrocesso. O reacionarismo é o seu argumento mais estridente, foge e ataca qualquer plano de razão, medievaliza o debate. E por quê?

Porque o neoliberalismo não é um mero sistema econômico, é uma ideologia que aprofunda o liberalismo, flerta com o ultraliberalismo, produzindo a necropolítica. Por isso não há interesse em fomentar pensamento crítico, muito pelo contrário, pensar significa se

²⁸⁰ DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2012. p. 482.

²⁸¹ CHANG, 2004, p. 196.

contrapor à barbárie, refutar justificativas inquisitoriais em que revigoram as fogueiras que queimavam livros e cultuavam a ignorância. A política neoliberal é exatamente cultivar e valorizar a ignorância.

A democracia representativa liberal oferece resultados diferentes na sua efetivação. Em países com uma menor desigualdade social, caso principalmente dos poucos países da Europa Escandinava, parece haver uma maior estabilidade democrática e uma blindagem ao “canto e encanto” neoliberal. Já os países tidos como periféricos à imunidade democrática parecem não resistir e se deixam corroer pelo neoliberalismo.

As democracias ruíram nos países em que as economias estavam estagnadas, ou seja, possuíam uma distribuição de renda mais desigual, não restando dúvida de que a imunidade democrática responde positivamente a uma melhor distribuição de renda. A economia se coloca como um fator fundamental para alavancar ou desestruturar a democracia liberal, haja vista a relação íntima com os interesses mercadológicos.²⁸²

Essa diferença se dá exatamente porque a democracia representativa liberal é suscetível ao poder econômico e quanto mais desigualdade social, concentração de riqueza e o controle do Estado por oligarquias, algo bem típico dos países latino-americanos e africanos, há uma baixa percepção de cidadania entre as camadas menos favorecidas da sociedade, favorecendo a captura da política pelo capital. Esse caso é que se convencionou chamar de compra de votos, mas será que realmente se faz justo assim se denominar essa prática? Na visão deste autor, não, e irá se detalhar o motivo.

Em um Estado abissalmente desigual, como é o caso do Brasil e demais países latino-americanos, a camada da população que vive à margem do conceito de cidadania tem uma percepção bem diferente das classes dominantes do papel estatal. Enquanto as oligarquias controlam e se ramificam por todas as instituições e instâncias dos Poderes constituídos, os pobres recebem a efetivação das políticas e direitos sociais, muitos dos quais previstos constitucionalmente apenas no plano simbólico.

Para Fábio Konder Comparato,

ao contrário, pois, do que comumente se pensa e divulga, o sistema capitalista, pela sua própria natureza, é visceralmente adverso ao funcionamento de um autêntico regime democrático, dado que a soberania do povo representa, em si mesma, a dispersão do poder político, inclusive e

²⁸² PRZEWORKY, Adam. **Crises da democracia**. Trad: Berilo Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 62-64.

notadamente o de regulação das atividades econômicas no seio da coletividade.²⁸³

Com a democracia representativa liberal burguesa não há preocupação em integrá-las ao convívio da cidadania, pois a exclusão gera o privilégio de explorar a necessidade da maioria. É nesse ponto que o poder econômico se faz atuante. O conceito de compra de voto é uma percepção de quem enxerga a democracia como valor pronto, acabado e definido sob a ótica da burguesia, mas e quem não tem acesso ao Estado burguês, como classificar dessa forma?

O que se denomina de compra de votos para a classe mais abastada, para a menos favorecida é apenas como o Estado funciona. Não fazem juízo de valor moral porque é assim que a democracia representativa liberal se apresenta desde sempre. Atribuem à essa condição a regra do jogo. Não conhecem outra linguagem democrática. Consideram o período eleitoral como o momento em que o sistema os enxerga, diferentemente da burguesia, que tem acesso às normas constitucionais e às instituições de poder o tempo todo.

Luís Felipe Miguel anota:

Torna-se imperativo, assim, investigar o paradoxo inicial das democracias atuais, que é a convivência entre a igualdade política formal e profundas desigualdades sociais. Estas últimas refletem sobre a capacidade que agentes situados em diferentes posições do espaço social têm tanto de participar dos processos de tomada de decisão coletiva quanto de definir autonomamente a própria vida. A inclusão formal, própria dos regimes democráticos, convive com a exclusão efetiva de indivíduos, grupos, perspectivas sociais e interesses. [...] O próprio mecanismo eleitoral é uma instância de seletividade, na medida em que, como buscaram demonstrar Offe e Wiesenthal, ele privilegia a expressão de interesses individuais, em vez daqueles ligados às identidades coletivas.²⁸⁴

A ideia de como a compra de votos é interpretada pelas elites demonstra uma forma preconceituosa e de certa forma hipócrita, por cobrarem um juízo de valor à democracia representativa pelas classes menos favorecidas que o próprio negócio atribuído ao pleito eleitoral não permite. Na verdade, as classes dominantes pagam pelo voto por quererem um Estado exclusivista e de acesso controlado ao poder.

Essa lógica é semelhante à extraída por Bourdieu em sua definição de campo político:

Como um lugar que se engendram, na concorrência entre os agentes que nele se encontram envolvidos, produtos políticos, problemas, programas,

²⁸³ COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017. p. 47.

²⁸⁴ MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 45-46.

análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos à condição de ‘consumidores’, devem escolher.²⁸⁵

Para quem está na espera de uma política social que de fato resolva os seus problemas na ponta, o mercado do voto é um consolo e uma forma de se imaginar lembrado pelo Sistema, pois é nessa hora que o Estado aparece com as boas intenções as quais são suprimidas por toda uma narrativa histórica. Não adianta romantizar uma consciência que a realidade lhes nega.

Em uma luta de classes tão desigual, a maioria oprimida, dirigida por um Estado servil aos interesses da iniciativa privada, tem no sufrágio universal a oportunidade de ser percebida e alcançar, em certa medida, um espectro de cidadania, se fazer representar no processo democrático. Tentar deslegitimar o pleito eleitoral, para o mercado, não é apenas deixar o voto mais barato, é necessariamente precificá-lo a qualquer valor que a sua consciência consinta, para que os detentores de privilégios tenham um Estado virado para os seus interesses.²⁸⁶

Aliás, vender um voto em uma sociedade mercantilizada e desigual, por que seria menos digno do que comercializar qualquer outro produto? O processo eleitoral é um produto. A consciência é diretamente proporcional à dignidade que o Estado lhe confere. No final das contas o que seria uma falha do sistema, para a burguesia é o principal acerto, mantém o controle do poder político por um preço ajustado e pago.

Luís Felipe Miguel arremata:

A democracia clássica, da qual retiramos o nome e boa parte do imaginário associado a nossa própria democracia contemporânea, era entendida abertamente como governo dos pobres. Ou seja: era um arranjo destinado a contrabalançar a influência desproporcional que os ricos exerciam por outros meios. No mundo contemporâneo, as lutas por democratização tiveram essa marca; foram lutas empreendidas pelos dominados, lutas contra a oposição dos dominantes. É o casamento da democracia com o liberalismo que a leva a ser, cada vez mais, percebida como uma espécie de terreno neutro para a expressão dos interesses em conflito, visão que atinge sua forma mais acabada no pluralismo liberal da segunda metade do século XX. É claro que o ‘terreno neutro’ é o terreno em que as múltiplas desigualdades sociais se manifestam, operando, portanto, em favor daqueles que ocupam os polos privilegiados de cada uma delas. Mas, como a democracia permanece vinculada a seu sentido original, seus valores igualitários sempre podem ser mobilizados para denunciar as imperfeições da institucionalidade que se apresenta como democrática. Há uma contradição latente entre a democracia vigente, acomodada às desigualdades e reprodutora da dominação, e a

²⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. La Représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 36-37, 1981. p. 3-4.

²⁸⁶ SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. p. 127.

democracia ideal, radicalmente igualitária e voltada ao combate às dominações.²⁸⁷

A indignação das camadas populares pode surgir, e se rebelarem contra o arbítrio aos seus direitos, mas para isso a consciência teria de se atuar, no entanto como achar disso uma certeza em uma sociedade industrial totalmente precificada? Se quem já tem vários pares de sapatos é capturado pelo fetiche do consumo, se permite alienar e comprar mais um, não há o que questionar a quem são negados direitos elementares como a alimentação.

Marcuse faz uma narrativa contundente nesse aspecto:

Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, por que deveriam eles insistir em instituições diferentes para a produção diferente de mercadorias e serviços diferentes? E se os indivíduos estão condicionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar, pensar, sentir e imaginar por si mesmos? É bem verdade que as mercadorias materiais e mentais oferecidas podem ser ruins, extravagantes, imprestáveis – mas *Geist* e conhecimento não são argumentos contra a satisfação das necessidades.²⁸⁸

Exigir “consciência” no voto de quem tem a fome como destino é não respeitar a principal consciência de qualquer cidadão e cidadã, o acesso à alimentação. Na verdade, é enxergar de forma enviesada o conceito de consciência na métrica dos seus privilégios. A compreensão do sistema pelos renegados e renegadas é tão aguçada e cirúrgica que aproveitam a oportunidade de serem lembrados por uma necessidade muito mais fundamental do que os favores licitatórios aos quais a burguesia tem acesso. Todo esse conjunto se torna uma combustão para o neoliberalismo, sempre pronto a derreter valores democráticos mais praticados pela falsa moral do que por preocupação de conceito civilizatório.

Aliás, essa preocupação já era notada por Francisco Weffort:

Se o conceito liberal sobre o homem livre recobria, em essência, o conceito do proprietário, se o conceito da liberdade se ligava, em essência, à noção da propriedade privada, se o liberalismo político não se dissociava do liberalismo econômico, que podia ser a democracia dos liberais senão a democracia dos burgueses? Marx, que lia os liberais – aliás, outro hábito salutar que muitos de seus discípulos perderam –, ia mais fundo e tirava as consequências. A democracia burguesa era a ditadura da burguesia sobre o proletariado. Era a forma, por excelência, da dominação burguesa.²⁸⁹

²⁸⁷ MIGUEL, 2018, p. 9.

²⁸⁸ MARCUSE, 1979, p. 63-64.

²⁸⁹ WEFFORT, Francisco C. **Por que Democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 38.

Aliás, se para o neoliberalismo o Estado é uma empresa, a democracia é dispensável e irrelevante, pois por mais que o modelo de gestão seja compartilhado, o gerenciamento atende a uma verticalização dos investidores, credores, ou seja, a preocupação é o lucro. Eis o grave problema. Por isso que a palavra cidadania não importa, torna-se incipiente, pois não é apenas a divisão da sociedade em camadas sociais, é muito mais profundo, é dividir literalmente a sociedade em pessoas descartáveis ou não, o importante são apenas consumidores e consumidoras.

Entoa nesse espectro o pensamento de Maria Sylvia de Carvalho:

Em tais condições, o caminho do homem pobre foi, o mais das vezes, o de reafirmar sua submissão. Sua inexistência como ser social permitiu uma única escapatória nos momentos em que as forças constritivas se faziam sentir mais duramente: a revolta de cada indivíduo, solitário em seu desafio à ordem estabelecida, entregue às suas próprias forças para afirmar-se.²⁹⁰

Toda essa narrativa depõe a favor, não à toa, ao culto do empreendedorismo, tudo está interligado. A transformação de todo indivíduo em uma sociedade anônima é a prova de que o Estado deixa de existir como garantidor de direitos e se torna apenas regulador de direitos estabelecidos pelo interesse privado. Por isso os direitos sociais são tão combatidos, se perde a percepção de classe, o individualismo é a síntese de um mundo em crise, que desidrata a capacidade de se indignar coletivamente.

Fernando Henrique Cardoso, em sua obra *Autoritarismo e Democratização*, ponderava:

[...] Se não houver a reativação da sociedade por meio de vigorosos movimentos sociais forçando a participação política e a definição de novas formas de controle de empresas, das cidades, do estado e das instituições sociais básicas, há o risco da criação de um horroroso mundo novo que substituirá a cidade – antigo foro da liberdade – por Alphavilles plenamente aparelhados, através da tecnologia das comunicações de massa e da apatia, para reproduzir um estilo de ‘sociedade congelada’.²⁹¹

A classe trabalhadora passa a não mais se entender enquanto classe, tornam-se personagens individuais, robotizados por um mercado cada vez mais agressivo que usurpa a sua própria capacidade de se perceber enquanto ser. A meritocracia em mundo desigual passa a ser uma ideologia difundida, o conceito de ser bem-sucedido se torna mais importante do que a própria felicidade, e o fracasso, em um mundo precificado e atormentado, está

²⁹⁰ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 110.

²⁹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1975. p. 163.

intrinsecamente atrelado ao retorno financeiro das suas ocupações. As profissões deixam de ser realizações, são apenas atividades bem-remuneradas ou não.

Ora, se a democracia é o regime que se baliza pela igualdade, maioria e minorias com os mesmos direitos, torna-se razoável e crível que o neoliberalismo flerte com o regime autoritário. Se a ideologia neoliberal abstrai o indivíduo da sua condição de cidadão e cidadã em qualquer outra condição comparativa em sociedade coletiva, e o transforma em uma sociedade anônima, há uma total subjugação e perda das percepções humanísticas de se perceber enquanto ser.

Na contramão desse pensamento, Marx apregoa:

Bem entendido, o interesse do indivíduo é, ao mesmo tempo, o interesse social. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com os outros que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo – astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral.²⁹²

A necropolítica é um produto neoliberal, pois calibra e alicerça o autoritarismo para ser aceito pela sociedade não como um vilanismo, mas um regime de salvação em que existe a captura da capacidade reflexiva humana, consequentemente, a alienação é cada vez mais estimulada, o ódio e a intolerância são relativizados, deixam de ser sentimentos malévolos para se abrigarem em discursos que culpam a política por problemas políticos.

Uma relação desigual é tipificada e atrelada à desigualdade do poder sobre a vida. É exatamente esse poder sobre a vida do outro que assume uma forma de mercantilização, a humanidade de uma pessoa é dissolvida até se tornar possível caracterizar a vida do escravo como propriedade do seu dominador.²⁹³

A política é vista pelo neoliberalismo como obstáculo e não como mediação aos antagônicos, pois diferentemente do liberalismo clássico, que enxergava na democracia um valor que ajudava a distensionar a ideia de luta de classes e construir um Estado de Bem-Estar Social, o propósito neoliberal não é ter apenas um controle econômico de uma classe por outra classe, é introduzir uma dominação ideológica de total destruição do conceito formador de classe trabalhadora.

A lógica da mercadoria irá reger as relações interpessoais, o consumo será o relógio, o espírito do tempo irá se arvorar do neoliberalismo. O motor da produção não é só físico, é imaterial e especulativo. As pessoas reduzem-se a “empresárias de si”, todos concorrem

²⁹² MARX, 2014, p. 281.

²⁹³ BUCK-MORSS, Susan. Hegel and Haiti. **Critical**, v. 26, p. 821-866, 2000.

contra todos, a pessoa física é abduzida pela racionalidade da pessoa jurídica, a vida vira um mercado, por isso valores como a democracia são relativizados.²⁹⁴

Enquanto o liberalismo clássico assente e percebe a luta de classes como um produto inexorável do capitalismo, perpetrando a ideia da livre circulação de mercadoria como ponto central do fazimento de riqueza e desenvolvimento econômico, não negando a existência da classe trabalhadora como agente cíclico e pertencente da dinâmica de tensionamento do acúmulo do capital, o neoliberalismo tenta desfazer tal conceito pela individualização do processo produtivo.

Na definição de Bob Aubrey,

hoje, uma nova ideia está surgindo: somos confrontados com escolhas, possibilidades, oportunidades cada vez mais numerosas, cada vez mais rápidas. Portanto, o domínio de si mesmo não consiste mais em levar a vida de forma linear, rígida e dentro de certos limites, mas, sim, em se mostrar capaz de flexibilidade, de empreendedorismo.²⁹⁵

A classe trabalhadora não é atacada apenas na forma, é também atacada no conteúdo pelo neoliberalismo, ou seja, esvaziar o conceito de luta de classes é diminuir um conceito que vem se formando desde a Revolução Industrial e é marca dessa sociedade. E tudo isso se faz importante perceber, porque a democracia liberal cresce exatamente sob a perspectiva de luta de classes.

Alysson Mascaro assente que:

a luta histórica pela ampliação dos espaços democráticos é feita não pela burguesia, mas pelos trabalhadores e grupos sociais minoritários. Ocorre que os termos formais dessa luta reiteram as próprias estruturas que armam a reprodução geral da exploração social. A forma política estatal e a forma jurídica, dando ossatura à democracia contemporânea sustentam uma sociabilidade de separação dos trabalhadores dos meios de produção, concentrando estes em mãos burguesas. O Estado e o direito, ainda que alargados pelas lutas dos trabalhadores, operam pela manutenção dessas mesmas estruturas sociais. Se é verdade que a democracia foi mais empreendida pela luta dos explorados do que propriamente por derivação lógica ou concessão dos exploradores, é também verdade que reforça as formas sociais que dão base a essa mesma exploração.²⁹⁶

Ora, pensar em luta de classes, antes de mais nada, é desenvolver a ideia de ocupar em um determinado momento da história o lugar na esfera de quem ocupa o poder dominante, não necessariamente transformar em maioria quem é minoria ou vice-versa, mas imaginar que quem é dominado também pode dominar.

²⁹⁴ MAESO, 2020, p. 168.

²⁹⁵ AUBREY, Bob. **L'enterprise de soi**. Paris: Flammarion, 2000. p. 101.

²⁹⁶ MASCARO, 2013, p. 88.

Essa alquimia ilusionista bem executada pela democracia liberal e patenteada no Estado de Bem-Estar Social vende uma premissa equivocada de que realmente essa alternância de poder é possível. No entanto, a conciliação pelo reconhecimento de direitos sociais atua como um mediador para o poder não mudar o seu eixo de orientação que é da livre circulação de mercadorias para os meios de produção, a mais-valia e exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

Mas é inequívoco que, partindo do ponto material, a democracia liberal, alicerçada no Estado de Bem-Estar Social, suplanta em termos a necessidade da classe trabalhadora, pois a reconhece como agente legítima na concessão de direitos sociais e com isso se instrumentaliza nessa faixa de sociedade a noção de cidadania e ascensão civilizatória. A luta de classes continua a existir e a produzir objetivos dissonantes, porém vontades conflitantes se tornam tolerantes.

Para Talcott Parsons,

um sistema social – reduzido aos termos mais simples – consiste, então, em uma pluralidade de atores individuais que interagem entre si em uma situação que tem, ao menos, um aspecto físico ou de meio ambiente, atores motivados por uma tendência a ‘obter um resultado ótimo’ e cujas relações com suas situações – incluindo os demais atores – estão mediadas e definidas por um sistema de símbolos estruturados e compartilhados.²⁹⁷

O neoliberalismo expurga esse pensamento, pois não há interesse em pacto conciliatório ou civilizatório, mas em uma premissa de imposição ideológica de uma releitura da sociedade industrial formada desde o século XIX. Não há interesse em perpetuar uma luta de classes quando o interesse é a subsunção do homem a um conceito meramente econômico, condicionando-o pela lógica da concentração de riqueza para uma minoria. E a democracia é um valor civilizatório que atrapalha esse processo, pois desenvolve um quesito pouco interessante ao neoliberalismo: a cidadania.

Tornar a democracia um sistema de crises é de interesse do neoliberalismo, pois cada vez mais torna menos visíveis pretensas ameaças às liberdades até então constituídas e dificulta a mobilização em tempo hábil para a devida resistência pelos valores democráticos.²⁹⁸

Os direitos sociais apresentam como condicionante um ambiente propenso a aceitar as divergências, determinados setores da sociedade que muitas vezes vivem à margem da dignidade não encontram eco de amparo em regimes autoritários exatamente por ignorarem a

²⁹⁷ PARSONS, Talcott. **O sistema social**. Ediciones de la Revista de Occidente, Madrid, 1966. p. 25.

²⁹⁸ RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Trad.: Sérgio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2019. p. 8-32 ss.

necessidade democrática de inclusão às minorias as quais nada mais são do que as majorias invisibilizadas.

Na doutrina liberal a defesa do livre mercado traz o tom de como a economia se coloca à margem de qualquer preocupação com inclusão e equilíbrio social, pois ao perceber o Estado como um intruso nas relações econômicas, subliminarmente compromete o capitalismo como uma corrente protagonizada apenas pela geração de lucro e acúmulo de riqueza, tanto é verdade que a propagação de pobreza não entra como preocupação a ser combatida e toda essa lógica convive muito com o autoritarismo. Os problemas sociais encontram como solução as repreensões policiais. Nesse instante o pobre passa a ser de responsabilidade do Estado.

O fenômeno de uma globalização caracteriza-se como assimétrica não apenas por beneficiar diferentes estratos sociais de forma distinta, ocasionando desigualdade, fome e exclusão, mas porque há uma discrepância entre a globalização econômica efetivamente existente, liderada pelo neoliberalismo hostil ao Estado de Bem-Estar Social, e pela omissão de uma ética e de uma política igualmente globalizada as quais consintam alocar os bens da globalização a serviço das pessoas.²⁹⁹

O Estado de Bem-Estar Social em momento algum foi um recado do capitalismo a reconhecer a importância da pobreza, mas certa tentativa de conciliar para não ter ameaçada a acumulação de riqueza. Aceitariam um Estado protetor, mas jamais inibidor da ideologia liberal em que a propriedade privada fosse a lógica central econômica, atrelada ainda a dogmas da liberdade e igualdade não vistos na prática.

As lutas políticas e sociais que culminaram com a formação do Estado de Bem-Estar Social democrático foram o período até a Era de Ouro (1945-1975), perpassando questões fundamentais como classe e gênero. *A posteriori*, os excluídos começavam a selar e tensionar por conquistas de acessos à cidadania e de certa forma desidratar a luta de classes. Ao mesmo tempo deram uma condição para a implantação de uma hegemonia de classes.³⁰⁰

A abordagem economicista tornou-se menos incisiva frente à pacificação dos conflitos de classes e aos êxitos alcançados inerentes e consequência do próprio reformismo nos países europeus desde a Segunda Guerra Mundial, sob a bandeira do programa social – democrático, em sentido amplo.³⁰¹

²⁹⁹ CORTINA, 2020, p. 165.

³⁰⁰ JESSOP, Bob; POULANTZAS, Nicos. **Marxist theory and political strategy**. Macmillan, 1985. p. 87.

³⁰¹ ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 153.

Nesse sentido, a democracia passou a ser incorporada como um princípio aceitável a partir da concessão de direitos sociais ao Estado, porém não significaria uma visão heterodoxa ao extremo da economia, muito pelo contrário, apenas um consenso de que o livre mercado em sua totalidade poderia servir mais a efeitos práticos ao anarquismo do que ao capitalismo.

Porém, o capitalismo não existe sem Estado, pois até para se legitimar e normalizar a desigualdade como um mero instrumento econômico quase como natural, seria necessário um Estado protetor da propriedade privada e dos privilégios. É exatamente nesse ponto que a luta de classes desmistifica o liberalismo como avesso à figura estatal.

Para o liberalismo negar o Estado teria de negar a proteção à propriedade privada, e quem garantiria que quem não teria acesso, aceitaria continuar nessa condição? Nesse aspecto, a lógica liberal se encontra com a feudal, pois se esta caracterizava a sociedade por castas, aquela sinalizava normalizar a pobreza como uma consequência do desenvolvimento da sociedade humana, introjetando nos excluídos a aceitação do não ter em uma sociedade em que o acúmulo de riqueza seria a marca mais forte.

Adam Smith apontava que “a riqueza e a grandeza costumam ser contempladas com o respeito e a admiração que só seriam devidas à sabedoria e a à virtude; e que o menosprezo, que com propriedade deve ser dirigido ao vício e à estupidez, é, de forma muito injusta, dirigido à pobreza e à fraqueza”.³⁰²

O Estado de Bem-Estar Social é um liberalismo mais sensível, no entanto não adormeceu ou adestrou as ideais originais liberais. Tanto que se fosse realmente a solução, evitaria as críticas cíclicas inerentes ao capitalismo, pois após 1929, houve as crises que desencadearam o maio de 68 e, em seguida, e a Crise do Petróleo de 1973. Incluir os direitos sociais e a participação do Estado poderá atenuar, mas não elidirá o caráter mais intrínseco do liberalismo, que é a pacífica convivência com a pobreza.

Para modificar de fato essa condição de desigualdade será necessário produzir um novo modelo democrático, interligado com um compromisso de constituir uma relação com o meio ambiente fora dos padrões da sociedade industrial, pautar a geração de empregos dentro de um contexto não apenas de concorrência ou competição, mas de coexistência mutualista de

³⁰² SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 138.

cooperação.³⁰³ Gerar uma convergência entre o setor social e o econômico para empoderar um enfrentamento às desigualdades que geram pobreza.³⁰⁴

Por isso que nesse aspecto a democracia passa a ser um regime de presa fácil para o mercado. Não é um valor de participação e ascensão civilizatória, apenas perpassa a falsa ideia de uma participação popular precificada. E como um mero produto, quanto maior o fosso em sociedades desiguais, a democracia se veste da esterilidade para realmente mudar a correlação de forças entre quem explora e quem é explorado.

Os direitos sociais padecem de ampliação e até de maiores garantias da sua efetividade. Apenas positivá-los em regras jurídicas e constitucionalizá-los não garantem que serão de fato concretizados. Aliás, transformá-los em direitos e garantias fundamentais ou até mesmo em cláusula pétrea em um Direito controlado pela ideologia burguesa é tamponá-lo no sentido de sempre colocá-lo refém dos interesses econômicos. Com o neoliberalismo esse cenário ainda é piorado.

A partir do final da década de 1980, a diversidade e o pluralismo foram se esvaindo, e o debate de ideais, ou até o não debate, teve como cerne central a democracia liberal que a passos largos rumava e se metamorfoseava na “democracia” neoliberal.³⁰⁵ O debate democrático da última década do século XX modificou os termos do debate democrático do pós-guerra. A democracia neoliberal traz como prioridade o mercado dos valores econômicos, asfixia o mercado dos valores políticos que funcionam como se fosse um mercado de ativos econômicos.³⁰⁶

Hobsbawm apregoava que:

o capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente [...] um sistema reformado a ponto de ficar irreconhecível [...] Essencialmente foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia liberal [...], com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico. Homens como Friedrich von Hayek [...] tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo [...] tornava a florescer com base na mistura

³⁰³ MORENO, José Angel. “Semillas de economia alternativa” *apud* CORTINA, Adela (coord). “La responsabilidad ética de la sociedade civil”. **Mediterráneo Económico**, n. 26, 2014. p. 294.

³⁰⁴ GARCÍA DELGADO, José Luis; TRIGUERO, Ángela; JIMÉNEZ, Juan Carlos. “Emprendedor social como punto de encuentro entre el tercer sector y la sociedade civil”. **Mediterráneo Económico**, n. 26. p. 275-290, 2014.

³⁰⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 13.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 22.

de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais velhos crentes.³⁰⁷

Nos países da periferia capitalista, os grandes conglomerados econômicos utilizam-se muitas vezes da sua fragilidade democrática e institucional para fazer experimentações em que os direitos sociais sejam relativizados e em muitos casos extirpados. O sistema democrático de baixa intensidade favorece que os menos favorecidos se coloquem numa situação de maior vulnerabilidade às falsas premissas neoliberais. A meritocracia produz uma espécie de feudalismo neoliberal.

Aliás, Michael J. Sandel diz:

O mérito tecnocrático não só fracassou como modo de governança, mas também restringiu o projeto cívico. Hoje, o bem comum é compreendido, sobretudo, em termos econômicos. Tem menos relação com o cultivo de solidariedade ou aprofundamento dos laços de cidadania do que com a satisfação das preferências do consumidor quando medida pelo Produto Interno Bruto. Isso contribui para um discurso público empobrecido.³⁰⁸

Imaginar qualquer traço de igualdade de condições em uma sociedade que disponibiliza não apenas oportunidades precificadas, mas negadas, é aceitar uma espécie de lógica feudal. O feudalismo se sustentava na ideia de castas, em que as condições sociais estariam previamente definidas, demarcando o que deveria ser visto como oportunidade, como privilégio que passaria a ser destino.

A meritocracia é uma patologia neoliberal. Aceitar que uma sociedade estruturada na desigualdade possa produzir equivalentes condições de oportunidade é uma abstração da realidade e a construção de um realismo pautado no metaverso. A permissividade e a normalização da falta de dignidade humana para um expressivo contingente populacional mundial significam reproduzir a lógica da divisão em castas presentes e caracterizadoras do feudalismo.

Para Dobb,

se falarmos do Capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema a partir dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em larga escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de ‘Capitalismo Mercantil’, como fizeram muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas

³⁰⁷ HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 465-466.

³⁰⁸ SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum. Trad: Bhuvli Liabanio. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 42-43.

quando as mudanças no modo de produção ocorrerem, no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista.³⁰⁹

O pensamento meritocrático em Estados desiguais é uma camisa de força, uma imposição neoliberal a caracterizar o fracasso como um problema exclusivamente individual e pessoal. Enquanto isso, a democracia representativa assume um papel de preposta dos interesses do grande capital. O mercado é praticamente o seu voto, a sua urna, aumentando a fissura entre representantes e representados.

Sandel aduz:

A conversa economista ideologicamente evasiva que emana das elites meritocráticas coincidiu com um tempo em que o discurso público cada vez mais é rude e estridente, com partidários gritando e tuitando uns para os outros. O que o discurso tecnocrático e as discussões aos gritos têm em comum é que não conseguem se envolver de forma substancial com as convicções morais que animam os cidadãos democráticos; e também não cultivam o hábito de refletir juntos sobre conceitos concorrentes de justiça e bem comum.³¹⁰

O fato é que este modelo democrático distribuído aos sistemas de governo do Ocidente como um produtivo civilizatório de prosperidade e progresso foi pautado exatamente nos valores liberais da iniciativa privada e livre mercado, sendo assim, pode-se falar em crise da democracia representativa ou está a ocorrer apenas o desmembramento lógico de um modelo que funciona precisamente da maneira para a qual foi criado?

Na verdade, pode-se até atestar que a democracia representativa liberal experimenta vivências diferentes em diversos países. Há uma abissal diferença entre as conduções democráticas nos países escandinavos e nos países latino-americanos e africanos, e isso não se deve apenas aos sistemas e formas de governos, tem a ver com a igualdade na sociedade. Significa que existem nações melhores ou piores do que outras? Na visão da presente pesquisa, não.

O que se observa são nações com construções dissonantes e o enredo histórico demonstra de que as nações colonizadoras, em sua grande totalidade, apresentam uma condição de desenvolvimento democrático representativo liberal mais estável inclusiva do que as nações as quais foram colonizadas. Isso se deve exatamente pelo liberalismo ascender como teoria política e econômica chanceladora de todo o *modus operandi* exploratório e escravocrata que a sociedade industrial consentiu.

Nos dizeres de Pachukanis,

³⁰⁹ DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 31.

³¹⁰ SANDEL, 2020, p. 153-154.

[...] é apenas na sociedade burguesa capitalista, em que o proletário surge como sujeito que dispõe de sua força de trabalho como mercadoria, que a relação econômica da exploração é juridicamente mediatizada sob a forma de contrato. É justamente por isso que na sociedade burguesa a forma jurídica, em oposição ao que acontece nas sociedades edificadas sobre a escravidão e a servidão, adquire uma significação universal.³¹¹

Como o liberalismo se baseia pelo mercado, os Estados que possuíam o controle e largaram na frente no processo de industrialização fizeram dos países colonizadores fornecedores dos recursos naturais e mão de obra escrava. Nessa toada, a democracia liberal representativa se molda aos mercados mais desenvolvidos, ou seja, apenas prospera em iniciativas privadas que também são fortes.

O neoliberalismo, como podem pensar, não é a atualização ou renovação do liberalismo. A política neoliberal advoga por um Estado forte voltado aos interesses das classes dominantes, dos ricos, sem tergiversar ou fingir do seu real posicionamento e subserviência. Esse formato permitiu se fazer em forma de controle da sociedade e da vida humana e encontrou a sua epifania exatamente nas mudanças tecnológicas e no controle dos mercados pelas grandes empresas.³¹²

Nesse cenário, o que muitas vezes é tratado como crise é a própria consequência de como a dinâmica liberal, potencializada com o neoliberalismo, se move no mundo. A crise de valores humanísticos existe. A desvalorização dos direitos sociais comprova, no entanto, que tal situação não implique um desprestígio das concepções democráticas, mas apenas o que o mundo ocidental idealiza do sentido de democracia; o liberalismo e agora o neoliberalismo nunca estiveram e estarão dispostos a compactuar.

A democracia, no sentido *latu sensu*, significa participação e oportunidade, algo que o neoliberalismo interpreta como direitos de poucos. O que se vende como crise da democracia representativa é a venda nos olhos para não se perceber que o verdadeiro problema está em uma “democracia” fabricada para funcionar e produzir, enquanto o mercado governa e arrebenta com a vida humana, com a negativa dos direitos sociais.

³¹¹ PACHUKANIS, Evugeni. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Coimbra: Centelha, 1977. p. 14.

³¹² BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 3008.

4 SINDICATOS SEM SINDICALISMO

Neste capítulo, abordar-se-á a crise do sindicalismo e do movimento sindical como um aspecto global. Compreender como os sindicatos perderam força principalmente após a ascensão do neoliberalismo, a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, fatos ocorridos praticamente no mesmo bloco histórico e que trouxeram profundos impactos nas dinâmicas das relações econômicas, vide a globalização, e o discurso ainda mais agressivo a tentar deslegitimar a luta de classes e a importância da massa proletária organizada.

O desafio do século XXI será reestruturar a capacidade de organização da classe trabalhadora em um período em que qualquer menção a “sindicatos” é recebida com desconfiança e descrédito. Com o surgimento de novas categorias, como os entregadores de plataforma, a precarização se dá de forma ainda mais aguda, com isso se percebe a necessidade de um reencantamento conscientizar uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras os quais já nasceram sob a lógica neoliberal.

4.1 Sindicatos sem sindicalismo

De todas as formações de enfrentamento histórico, a organização da classe trabalhadora desempenhou um importante papel na correlação de disputa política na sociedade pós-feudal. A Revolução Industrial impôs uma nova demanda de trabalho e com ela, para além da tecnologia, uma realidade fabril de produção que tinha no lucro mais do que a sua finalidade, a sua identidade.

Harry Braverman faz importante síntese sobre esse período histórico:

A época do avanço científico durante os séculos XVI e XVII ofereceu algumas das condições para a Revolução Industrial, mas a conexão era indireta, geral e difusa – não apenas porque a ciência não estava ainda estruturada diretamente pelo capitalismo nem dominada pelas instituições capitalistas, mas também devido ao importante fato histórico de que a técnica desenvolveu-se antes e como um requisito prévio para a ciência.³¹³

O mundo do trabalho se apresentava sob um novo panorama em que a força de trabalho era precificada e a busca pela mais-valia ressignifica o labor, menos pelo que se produzia e mais pelo que se lucrava. O Estado aparecia como fiador do liberalismo em que a

³¹³ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Trad: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 138.

burguesia detinha os meios de produção e a propriedade privada era o seu libelo de libertação de um sistema que explorava.

Para Marx e Engels, “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.”³¹⁴

Diferentemente da sociedade feudal, a sociedade industrial tinha no trabalho um aliado do desenvolvimento capitalista e a principal propagação da reverberação da ideologia dignificante da atividade laboral. A ideologização da classe trabalhadora como massa de manobra ao interesse servil da classe dominante tinha na alienação e na objetificação humana o rito de passagem em que a subsistência deu lugar ao instinto de sobrevivência na relação entre patrão e empregado.

Essa mudança se torna importante de ser anotada porque o próprio capitalismo flertou com o trabalho escravo, mas não se tinha a ideia de sobrevivência difundida entre os escravizados, e por quê? Porque, assim como também ocorria na sociedade feudal, havia uma troca entre a força de trabalho e a subsistência, ou seja, era uma percepção mais de propriedade, certamente romantizada.

Por óbvio a escravidão, mais até que na sociedade feudal, se tratava de uma evidente exploração, mas a dinâmica de se trocar a força de trabalho pela alimentação e a moradia era considerada como uma relação natural, em que não havia o lucro como produto dessa relação, mas sim dentro da própria relação, ou seja, o escravo já era o produto. Os senhores de escravo não faziam dessa relação uma troca de força de trabalho/salário, porque o escravo era uma propriedade sua.

Isabel Wilkerson, por sinal, apontava que “desumanizar outro ser humano não é apenas declarar que alguém não é humano, e não acontece por acaso. É um processo, uma programação. Negar o que é evidente em outro ser da mesma espécie requer energia e reforço”.³¹⁵

Nesse caso, diferentemente da relação de trabalho da sociedade industrial, na escravidão não era necessário envolver uma espécie de alienação, porque essa condição pouco importava para a relação envolvida, já que existia uma condição de propriedade. O que o escravo pensava pouco importava, pois a sua objetificação era explícita como produto

³¹⁴ MARX; ENGELS, 2021. p. 54.

³¹⁵ WILKERSON, Isabel. **Casta**: as origens de nosso mal-estar. Trad: Denise Bottman e Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 150.

comprado, não à toa uma das expressões que se convencionou no Brasil a um tipo de móvel foi o criado-mudo, estereotipando toda uma construção escravocrata para a própria língua local.

Já na relação de trabalho da sociedade industrial, existia uma necessidade de uma alienação ao trabalhador e trabalhadora porque, ao convencionar a troca da força de trabalho por um salário, a objetificação restou-se implícita, pois não se percebiam mais como objetos ou propriedades dos seus patrões. No entanto, por mais que não vislumbrassem essa condição a necessidade de vender a sua força de trabalho era inerente a sua própria condição de existência. Estava posta a luta pela sobrevivência.

Silvio Almeida aduz:

A sociedade capitalista marcada por intensos conflitos, é comum que grupos isolados queiram fazer prevalecer interesses específicos e, para isso, tentem dirigir o Estado e seus aparelhos de força. Nesse momento em que os conflitos entre os diversos grupos integrantes da sociedade capitalista tornam-se mais agudos, a ponto de comprometer a própria reprodução da sociedade, é que a autonomia relativa do Estado se comprova nas suas intervenções.³¹⁶

O capitalismo mercantilizado da sociedade industrial, ao se indispor por um interesse meramente de mercado com escravidão, fez da troca de força de trabalho/salário a sua relação laboral dita e tida como civilizada. Ora, ao encampar essa condição, involuntariamente rendeu à classe trabalhadora o acesso a direitos, e nesse ponto começaram a surgir os entraves: como se falar em direitos e continuar a exploração?

Para isso a exploração não poderia ter o mesmo formato da escravidão, em que a própria condição de propriedade dos escravos já denunciava uma objetificação concreta existente. O escravo, a partir do momento da venda, já não importava para quem o adquiria o que de fato pensasse, pois estava posto como um objeto. Não se considerava mais como um ser humano, era apenas mais uma posse.

Para Marx, o capital mercantil historicamente se caracterizava da seguinte forma:

Quando o capital mercantil agencia a troca de produtos de sociedades pouco desenvolvidas, o logro e a trapaça aparecem no lucro comercial, que deles deriva em grande parte. Há aí aspectos a considerar, além da circunstância de o capital mercantil explorar a diferença entre os preços de produção dos diferentes países (e então atua nivelando e determinando os valores das mercadorias). Aqueles modos de produção possibilitam ao capitalismo mercantil apoderar-se da parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre sociedades com produção essencialmente voltadas para o valor de uso [...] seja porque, naqueles

³¹⁶ ALMEIDA, Silvio Liz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro - Editora Jandaíra, 2021. p. 95.

antigos modos de produção, os possuidores principais do produto excedente com os quais lida o comerciante, notadamente o proprietário de escravos, o senhor feudal e o Estado (por exemplo, o déspota oriental) representam a riqueza a fruir.³¹⁷

Na relação de troca de força de trabalho/salário o capitalismo passou a ter nas relações laborais uma percepção mais “humanizada”, a ruptura com a escravidão trouxe uma necessidade para que esses trabalhadores e trabalhadoras continuassem a não perceber a exploração e agora também pelo vulto concreto assumido pela sociedade industrial do lucro.

Esse panorama das novas relações exploratórias da classe trabalhadora, formadas na sociedade industrial, foi percebida por Engels, que dentre outras, vaticinou esta afirmação:

Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado.³¹⁸

A forma da exploração capitalista tinha se transformado, mas o conteúdo não. E agora com o lucro, a compra da força de trabalho pelos donos dos meios de produção se colocaria como uma etapa na busca da mais-valia, e tal como na escravidão, o sentido do capitalismo continuava o mesmo, no entanto seria necessário fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras não sentissem que mesmo com a venda da sua mão de obra, a sua condição ainda era de explorado e por isso a sua objetificação viria por uma alienação implícita na própria dinâmica laboral da sociedade industrial.

Segundo John Atkinson Hobson,

toda a base econômica da exploração industrial das raças inferiores se alterou com as condições modernas de vida e indústria. A mudança se dá em dois sentidos: o status legal do escravo foi substituído pelo do trabalhador assalariado, e passou a ser mais lucrativo empregar o trabalho assalariado das raças inferiores para desenvolver os recursos das suas próprias terras, sob o controle dos brancos e para o lucro do homem branco.³¹⁹

Essa alienação atuava na compreensão desses trabalhadores e trabalhadoras se perceberem enquanto classe, os tornava peças, ao invés de pessoas, objetificadas de si mesmas, não percebiam ou deixavam de se pertencerem enquanto classe, algo, inclusive, que

³¹⁷ MARX, 2018b. p. 507.

³¹⁸ ENGELS, 2010, p. 247.

³¹⁹ HOBSON, John Atkinson. **Imperialism: a study**. University of Michigan Press, 1985. p. 81.

até na escravidão, mesmo no sentido mais intenso da objetificação, essa quebra de pertencimento não foi condição preponderante.

Na escravidão, embora ocorressem revoltas contra as condições desumanas de invisibilidade humana e algumas organizações coletivas contra o presságio escravocrata, não se formava uma coletividade na perspectiva de os escravos se organizarem, mas de enfrentarem e lutarem contra essa mazela. Esse recorte é fundamental ser compreendido, porque é exatamente o que irá caracterizar a sociedade industrial.

Na sociedade industrial surgia a noção de organização coletiva, porque começa a surgir a luta de classe. Antes, no período da escravidão, os escravos eram considerados uma simples propriedade. A luta não seria pela condição de trabalho, mas, antes de tudo, pelo reconhecimento de seres tratados como seres humanos. Os quilombos, por exemplo, podem ser os primórdios da origem da luta de classe, pois atuavam coletivamente como dinâmica de trabalho e nos enfrentamentos para deixar simples propriedades.

Para identificar essa característica quilombola, Waldemar de Almeida Barbosa descreve como funcionou a organização coletiva do Quilombo do Ambrósio, no Brasil escravocrata:

Foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário. Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade. Havia os excursionistas ou exploradores, que saíam em grupos de trinta, mais ou menos, assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; havia os campeiros ou criadores, que cuidavam do gado, havia os caçadores ou magarefes; os agricultores que cuidavam das roças e plantações; os que tratavam dos engenhos, fabricação do açúcar, aguardente, azeite, farinha etc. Todos trabalhavam nas suas funções [...].³²⁰

A noção de classe trabalhadora surgiu quando se venceu a etapa da escravidão. Com a sociedade industrial e o surgimento do chão de fábrica, deu-se início a um novo modo de relação laboral que sucedeu o trabalho escravo. Surge o movimento operário. Interessante anotar que toda essa transição se deu ao interesse do capitalismo, pois o modo de produção recebia o incremento das máquinas e o panorama econômico do lucro ascendia em escala e até em performance.

O trabalho fabril afetou a forma como esse trabalhador ou trabalhadora era percebido(a). A escravidão passou a ser combatida, dava-se início ao trabalho assalariado e a todos os sobressaltos que estavam por vir desta relação. O chão de fábrica se apresentava

³²⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e quilombolas em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 1972. p. 31.

como um mundo novo que iria legar o que demarcaria as relações pelo controle dos meios de produção: a luta de classes.

Esse marco histórico possibilitou uma definição de classes sociais na premissa marxista-leninista, como:

grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção [...], pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, consequentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social.³²¹

O sentido de classe passou a ser compreendido, porque por mais que o trabalho assumisse um novo contorno, até compreendido como mais civilizado, a exploração continuava, não cessava. A ruptura de deixar de ser propriedade possibilitou uma consciência de que a objetificação deixou de ser percebida apenas individualmente para ser percebida coletivamente.

Esse processo de amadurecimento e da percepção da sociedade em classes era visto da seguinte forma por Plekhanov:

As forças produtivas à disposição dos homens determinam todas as suas relações sociais. Em primeiro lugar, o estado de forças produtivas determina as relações nas quais os homens se encontram confrontados no processo social da produção, que são as suas relações econômicas [...] O desenvolvimento das forças produtivas divide a sociedade em classes, cujos interesses são não apenas diferentes, mas em muitos - e, além disso, essenciais - aspectos são diametralmente antagônicos. Esse antagonismo de interesses desperta os conflitos, para uma luta entre as classes sociais. [...] Finalmente, relações sociais, determinadas pelo estágio das forças produtivas, despertam a moralidade comum, a moralidade que orienta o povo em sua vida cotidiana.³²²

A classe trabalhadora percebia que a sua força de trabalho, no Estado burguês, mesmo não sendo escrava, continuava a ser explorada para favorecer a um sistema que tinha como objetivo sempre colocá-la dentro de um limite subserviente na sociedade. O capitalismo entrava em uma nova fase. A alienação passava a ser combatida e percebida pela massa proletária. Se antes a organização coletiva se baseou no que de mais inicial existia, deixar de

³²¹ LENIN, Vladimir Ilyich. “Una Gran Iniciativa”. In: **Obras escogidas**. Moscou: Progreso, s.d. Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia. Moscou: Edições Progreso, 1984. (1. ed. 1975) em Obras completas (Moscou, Progreso, 1966, v. 31). p. 504.

³²² PLEKHANOV, Georgi Valentinovitch. **The Materialist Conception of History**. 1891. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/plekhanov/1897/history/part1.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ser propriedade e a própria condição de ser humano reconhecida, no momento subsequente, a luta seria por direitos e a disputa do poder político. Acontece a tomada de consciência de classe, os sindicatos surgem. Gramsci define esse momento da seguinte forma:

O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico – corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político – jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.³²³

Os sindicatos, mais do que institucionais, é importante frisar que se iniciaram enquanto movimento e organização de classe para combater a norma jurídica do Estado burguês. Esse ponto é de fundamental importância ser compreendido, porque as análises e críticas trazidas aos sindicatos se verificam mais pelo que se tornaram do que propriamente se iniciaram, e neste ponto reside o equívoco a impedir o seu real significado.

Na colisão de uma sociedade contraposta por colisões ideológicas entre o capitalismo e o socialismo surgiram os sindicatos. O Estado era disputado por ideias materializadas na luta de classes e esta se colocava como uma diferença crucial para o período da escravidão oficializada, pois neste não existia um confronto para amealhar o controle estatal, apenas para elidir normas jurídicas fiadoras da escravidão. A burguesia fazia uso da ideologia do progresso.

Gilberto Dupas aduz que:

O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um

³²³ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Caderno 13), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. p. 41.

destino certo – e glorioso – que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais.³²⁴

A partir desse pensamento se chega ao entendimento de que a luta pela abolição não tinha como espeque a extinção do Estado burguês, mas apenas uma nova forma de capitalismo. E tal afirmação se confirmava exatamente na relação de trabalho da qual passou a vigorar, a pretexto de ser mais civilizada, um progresso, porém mantendo a exploração e preservando a centralidade capitalista. Para Adorno,

enquanto a classe burguesa se via oprimida, pelo menos quanto às formas políticas, ela se opunha à condição estacionária vigente com a palavra de ordem do progresso: disso seu *pathos* era o eco. Foi apenas quando a classe ocupou as posições de poder decisivas que o conceito progresso degenerou na ideologia da qual depois a vacuidade ideológica acusaria o século dezoito. O século dezenove atingiu o limite da sociedade burguesa; ela não podia realizar sua própria razão, seus próprios ideais de liberdade, de justiça e de imediaticidade humana sem que sua ordem fosse suprimida. Isso a obrigou a falsamente contabilizar as oportunidades perdidas como realizações. A acusação de mentira que os burgueses cultivados lançavam contra a crença no progresso dos incultos ou dos dirigentes operários era expressão da apologética burguesa. Verdade que, quando o imperialismo lançou suas sombras, a burguesia depressa desistiu daquela ideologia e a substituiu pela outra, desesperada, que fraudava a negatividade, rejeitada pela crença no progresso, ao atribuir-lhe substância.³²⁵

A abolição da escravatura foi executada por dentro do capitalismo, logo não é difícil supor que não estava a ser produzida por dramas de consciência, mas simplesmente por necessidades econômicas. Posto isso, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, mais do que direitos sociais, seria uma concessão e uma nova etapa da economia capitalista.

Não existia, de fato, uma disposição de ruptura com o Estado burguês estabelecido, mas apenas uma reparação por dentro de normas jurídicas que até então validavam a escravidão. Assim, o que parecia como libertador foi apenas uma etapa econômica no novo modo de produção industrial, foi um apaziguador ao interesse da burguesia, diga-se de passagem, tanto que os então ex-escravos não recebem qualquer proteção ou sinalização de um direito includente que os fizesse sentir-se cidadãos.

O Estado burguês não entendia a escravidão como um processo social superado, mas apenas uma virada econômica nas tratativas de como as relações de trabalho iriam se constituir. Não existia uma tomada de consciência, tanto que a pretensão de escravizar continuou a existir e a se fazer presente principalmente nos países colonizados que, mesmo

³²⁴ DUPAS, Gilberto. “O mito do progresso”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 77, mar. 2007. p. 89.

³²⁵ ADORNO, Theodor W. Progresso. Trad.: Gabriel Cohn. **Lua Nova**, São Paulo, n. 27, dez. 1992. p. 228-229.

depois de deixar essa condição, constituindo-se em nações soberanas, reproduziam a vilania dos costumes escravocratas no seu tecido institucional.

Inegável é que a Revolução Industrial flertou em harmonia com o Estado burguês e, conjuntamente, produziram uma norma jurídica protetora dos interesses da burguesia. A luta de classes passava ao largo dos interesses de quem detinha o controle do poder político. Se entendia que, diferentemente da escravidão e até da sociedade feudal, a concentração da classe trabalhadora nos chãos de fábricas provocava um efeito de empatia entre os iguais, mas, nesse caso, já influenciados também pelas doutrinas que sabiam convergir esse sentimento para uma indignação coletiva e dirigida.

Na visão de Thompson,

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é uma forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.³²⁶

Nessa nova fase do capitalismo, a busca pela mais-valia revelava não uma questão meramente econômica, mas uma estruturação social que era indiferente à desigualdade, já que a burguesia era nutrida exatamente pelos estertores do liberalismo e tinha na propriedade privada o seu salvo conduto para utilizar o discurso da liberdade como uma premissa alinhada aos interesses dos donos dos meios de produção que na verdade detinham o controle da ordem vigente estatal.

Bensaid ensina que a “relação de classe apareceu como relação de exploração antagônica entre o operário como produtor e o capitalista como capitalista industrial, na forma de divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente”.³²⁷

O capitalismo encontrou na democracia liberal burguesa, após o nefasto período da escravidão, a sua oportunidade de tentar se desvencilhar do pesado fardo de subjugar homens como produtos cuja data de validade era a própria vida, em detrimento da exploração do trabalho forçado. Surgia a oportunidade de um acerto de contas como se esse novo momento fosse a verdadeira vocação capitalista.

³²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988. 3 v. (1ª ed. inglesa - *The Making of the English Working Class*). p. 10.

³²⁷ BENSaid, Daniel. **Marx o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 156-157.

No entanto, logo se percebeu que poderia até haver um capitalismo disruptivo com a escravidão, mas jamais com a exploração, pois a sua constituição genotípica enquanto sistema se impõe exatamente pela capacidade de explorar. A democracia liberal burguesa apenas tentava disfarçar, amparada por teorias econômicas, uma vocação capitalista, pois no reconhecimento de direitos à classe trabalhadora tentava pormenorizar o seu viés exploratório, quando na verdade, como um camaleão, se camuflava à necessidade do ambiente.

Marx dizia que:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.³²⁸

O capitalismo tentava se fazer perceber como uma etapa civilizatória e não como uma escolha a ser seguida por quem detinha o controle do poder político. Colocava-se como uma consequência indelével da Revolução Industrial e ao Estado não caberia outra alternativa. Era um curso natural da história civilizatória, tal qual um fenômeno da natureza, e não uma construção social ao interesse de determinado grupo.

Stalin convergia com esse pensamento, pois preceituava: “Se a passagem das lentas mudanças quantitativas para as rápidas e abruptas mudanças qualitativas é uma lei do desenvolvimento, então está claro que as revoluções feitas pelas classes oprimidas são fenômenos absolutamente naturais e inevitáveis.”³²⁹

Esse contexto é importante ser percebido, porque a democracia liberal burguesa faz da luta de classes uma narrativa quase como uma tentativa de ir ao encontro do percurso natural da história, tratando-a como uma ofensa, já que direitos foram reconhecidos e não se teria motivo e motivação para irromper com uma ordem estabelecida a qual respeitava as heterogeneidades sociais.

Aliás, esse foi um ponto a criar um ilusionismo com a democracia liberal burguesa, pois como o seu parâmetro comparativo estava afiançado à escravidão e à sociedade feudal, de fato, parecia ser um processo civilizatório ascendente e não uma opção de direcionamento político por quem detinha o poder do Estado. Na verdade, a teoria liberal encontrava um

³²⁸ MARX, 2018a, p. 862.

³²⁹ STALIN, Josef V. **Dialectical and Historical Materialism**. 1. ed. 1938. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

capitalismo não domesticado, mas adestrado em perceber que para produzir desigualdade, ter-se-ia de parecer que se fazia igualdade.

Segundo Marx,

enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder de Estado [...] Para nós, não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.³³⁰

Posto isso, a luta de classes não só evidenciaria o que o liberalismo tentava ocultar, mas trazia um perigo real contestatório de permitir a ascensão de uma nova ordem que surgiria exatamente para findar a desigualdade e assim potencializar dificuldades para a exploração de produzir lucro. A propriedade privada, patrocinada pelas normas jurídicas de um Estado condescendente, seria suprimida, dando fim à hegemonia burguesa.

Para Marx, o fim da hegemonia burguesa significaria o fim da influência do dinheiro como peso preponderante nos rumos da sociedade, conforme está demonstrado em seu pensamento:

Como o dinheiro se converte em poder para seus possuidores, como a propriedade se transporta (umschlägt) ao domínio político [...], pode se convencer facilmente, se vir como o servo vendeu sua liberdade, a cidade vendeu os direitos municipais, o burguês (o habitante da cidade) fez evaporar a propriedade do senhor feudal, e o monarca absolutista comprou seus privilégios.³³¹

As instituições seriam de fato imbricadas a agirem por uma ordem social que a afastaria dos privilégios de uma minoria e constituiria um Estado pelo tônica social da maioria. E não existe liberalismo que se mantenha sem uma classe dominante a conferir o confisco do Estado para fazer da desigualdade o seu *status quo* de construção social. A normatização jurídica atuaria, além da proteção, seria uma demarcação civilizatória a normalizar a exploração.

Assim, Engel fazia crer a importância da classe proletária também valorizar as reivindicações como pauta de luta, conforme se pode asseverar:

³³⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa – Ômega, [195?]. v. 1. p. 86-87.

³³¹ MARX, Karl. “La crítica moralizante o la moral crítica”. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **La sagrada família**: a crítica de la crítica contra Bruno Bauer y consortes. 2. ed. Trad. Carlos Liacho. Buenos Aires: Claridade, 1971. p. 243-244.

Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor determinadas reivindicações jurídicas. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral. As reivindicações (Ansprüche) resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas.³³²

A luta de classes, mais do que um conflito, seria um grito em um mundo até então surdo para valores como a igualdade e que se curvava à voz suave da iniquidade exploratória que se fazia presente em categorizações de pessoas não tão agressivas como no período da escravidão, mas com o mesmo teor permissivo ao abuso da objetificação humana, em que a simples compra da força de trabalho parecia tamponar as injustiças as quais ainda se mostravam vivas.

Não havia uma pretensão de expurgo por parte de quem lucrava em detrimento do suor explorado daqueles e daquelas que padeciam por um sistema o qual se apresentava como garantidor de direitos, mas, na verdade, apenas simulava o açoite pelo pagamento que ainda estribilhava na sua alma vendida, a injustiça ardida em uma democracia silente aos que dela apenas eram reboque de um Estado dominado por uma classe dominante vocacionada em sua minoria. Piotr Stutchka percebia os interesses da classe dominante e vaticinava:

O período do direito burguês é o da sociedade puramente capitalista. O desejo incondicional de sua forma concreta, o capitalismo, é o de se tornar onicompreensivo, mas essa estrutura caracterizada intrinsecamente pelo dualismo, a hipocrisia. A burguesia tomou poder em nome do povo, declarou o seu direito natural na ideia como sendo o direito positivo ideal de toda a humanidade. No início, a própria burguesia não estava consciente, mas, depois, começou a esconder conscientemente que o seu direito é apenas um direito de classe. Eis por que nessa época, por mais estranho que pareça, depois da vitória da burguesia, a forma concreta cada vez mais se diferencia.³³³

A luta de classes era uma composição de palavras que significava desigualdade, exclusão e exploração. A razão em aviltar um sistema que na teoria não era uma etapa a caminho da civilização, mas uma repaginação de uma lógica de dominação ainda cedente aos caprichos de um capitalismo obediente a não fazer ou tecer censura ao acúmulo de riqueza, em detrimento do espalhamento da pobreza, como se fora uma ordem da natureza.

³³² ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Trad. Livia Contrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 47.

³³³ STUTCHKA, Piotr. **O papel revolucionário do direito e do Estado**: teoria geral do direito. Orgs.: Ricardo Prestes Pazello, Moisés Alves Soares. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. p. 192-193.

Friedrich Müller percebia essa nuance como uma característica e consequência do sistema capitalista a reproduzir uma exclusão social assim conceituada:

O conceito ‘exclusão social’ não diz apenas respeito à pobreza ou marginalização, mas à conhecida e fatal ‘reação em cadeia de exclusão’ que se estende da exclusão econômica/financeira até a exclusão jurídica (negação da proteção jurídica e dos direitos humanos etc.), passando pela exclusão social, sociocultural e política.³³⁴

A Casa Grande e Senzala apenas se deslocou para o chão de fábrica. A exploração continuava e se colocava como o mercado demandava. O lucro acompanhava as necessidades da sociedade industrial de se perpetuar também pela cultura capitalista, sem se fazer incomodar por nuances históricas a questionar uma ordem que se apresentava como proprietária do Estado.

Aliás, essa ordem proprietária do Estado seria a própria identidade da democracia liberal burguesa, quando escolheu um tripé de ideário que apenas parecia ser genérica, quando na verdade, a liberdade, a igualdade e propriedade privada seriam balizas de um sistema impenetrável e impermeável a mudanças que trouxessem desses valores uma realidade inclusiva para quem se colocava no destino como excluídos. Percebendo toda essa limitação, Engels analisava com contundência:

A democracia é no fundo, como considero todas as formas de governo, uma contradição em si mesma, uma inverdade, nada além de hipocrisia ou teologia, como nós, alemães a chamamos. Liberdade política é liberdade simulada da pior escravidão possível; a aparência da liberdade e, portanto, a realidade da servidão. A igualdade política é o mesmo; portanto, a democracia, assim como todas as outras formas de governo, deve fundamentalmente despedaçar-se: a hipocrisia não pode substituir, a contradição nela oculta deve aparecer; em vez de uma escravidão regular – isto é, um despotismo indistinto –, devemos ter a liberdade real e igualdade real, isto é, o comunismo.³³⁵

Nessa perspectiva, a Revolução Industrial legou uma sociedade industrial mantenedora de uma cultura majoritária capitalista. Sob esse prisma, uma mudança tendo como cenário o capitalismo como protagonista na democracia liberal burguesa pujante, fazia da luta de classes uma necessidade de confrontar não apenas um sistema econômico, mas um teor comportamental de que a classe trabalhadora teria de se desvencilhar como opressão ideológica.

³³⁴ MÜLLER, Friedrich. Democracia e exclusão social em face da globalização. **Revista Jurídica da Presidência da República**, Brasília, v. 7, n. 72, p. 01-10, 10 maio 2005. p. 8.

³³⁵ ENGELS, Friedrich. “Progresso da reforma social no continente”. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, UFJF, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020. p. 643-660.

A organização do Estado se fazia pela lógica capitalista, logo, se antes a dominação era subjugada à disputa territorial, no capitalismo se fazia pela bússola do lucro. As grandes navegações desenvolveram a mercantilização de especiarias e o começo da exploração das matérias primas, mas dentro de um espectro em que não existia uma quebra de dominação do poder político por parte de quem estava na operação dessas realizações.

A mudança de paradigma surge quando o poder econômico começa a influenciar o poder político, algo com que a sociedade pré-capitalista até então não se misturava. A nobreza não detinha o controle do Estado por possuir riqueza. A lógica poderia até ocorrer inversamente, mas o fato é que a cultura política não se fazia com o referencial econômico, atribuíam mais importância ao caráter territorial e expansionista de dominação.

O panorama da sociedade capitalista se colocava por uma lógica absolutamente reversa da então pré-capitalista, ou seja, a dominação econômica estaria na linha de frente, o domínio territorial expansionista não atenderia apenas a uma necessidade de imposição e submissão de um povo, mas a uma estratégia em observância ao interesse do mercado, que já se demonstrava a rivalizar com o Estado.

Uma das grandes facetas da formação da sociedade capitalista foi exatamente gerar um mercado que rivalizasse com o Estado. Até a tomada de protagonismo do capitalismo não se tinha uma organização em que o seu controle não partisse de uma norma jurídica, mas, além disso, não se vislumbrava uma construção de qualquer esfera de poder, além da constituída pela vigilância estatal.

O capitalismo instituiu uma nova capitulação de poder, em que o Estado produzia uma norma jurídica instituidora de um ente, no caso o mercado, que passaria a dominar e aferir controle sobre o seu próprio criador, ou seja, a lógica se inverteria. Isso foi possível justamente pela ascensão de uma classe que não apenas representava um vetor econômico da sociedade, mas que entrava também no panteão da disputa do poder política: a burguesia.

A burguesia ressignificou o papel do mercado enquanto relação de poder político com Estado. Saiu de um observatório econômico para constar e reafirmar uma nova ordem que surgia com o capitalismo se colocando como artífice da então democracia liberal burguesa que praticamente soterrou uma política encastelada em nobrezas afeitas a títulos e pouco traquejo de como a economia capitalista modificaria a concepção nas relações até então estabelecidas.

A democracia liberal burguesa reluzia uma disputa de poder político na aparência, mas na prática a democracia era uma porta fechada para quem não fazia parte da classe controladora do capital. Nesse sistema de governo, o mercado se impunha na correlação de

forças com o Estado e a luta de classes surgia forte, pois diferentemente de outrora, a disputa na política se dava eminentemente no campo da economia.

Ter uma economia mais benevolente ou mais independente do Estado cingia a real importância da democracia liberal burguesa e com isso as relações de trabalho pós-Revolução Industrial seriam atingidas pela disputa ideológica entre correntes que traziam para o ambiente da política um peso econômico que até não era intromissivo. Agora a mão de obra deixava de ser uma propriedade para adentrar como um custo que poderia se desdobrar em consequências para o lucro.

A classe trabalhadora era atraída por uma falsa percepção de participação, porque o que se pensava como ganho na política a democracia liberal burguesa limitava pela economia. A porta para quem pertencia ao chão de fábrica continuava fechada. A sociedade industrial constituída de tão sedimentada ainda parecia dividida em estamentos, aliás, era exatamente esse o ponto do poder político sob a batuta da burguesia, tornar as estruturas sociais sedimentadas praticamente castas econômicas. Era a luta de classes.

A luta de classes seria preponderantemente demarcada por uma disputa mais sutil do que os entraves sociais até então apontavam. A economia seria o campo de batalha em que se daria o embate. Mais ideológico, porém não menos bélico. A burguesia contava com um exército invisível, o mercado, detentor de um campo de atração que impunha uma camisa de força imaginária em quem no chão de fábrica estava, exigia uma organização da classe trabalhadora para além contestações das condições de trabalho. O questionamento se daria ao próprio sistema.

Os sindicatos, mais do que organizações classistas, ante o dito, nasciam com a vocação não apenas de ser um defensor da classe trabalhadora, mas questionar a democracia liberal burguesa enquanto uma nova ordem que mais do que equilíbrio, sugeria, na verdade, um desequilíbrio entre as classes e a favor da burguesia. A economia tentava empurrar o mercado para um protagonismo político, como se a política fosse acéfala.

Os sindicatos ascendiam a uma quadra histórica que a luta de classes definia como uma disputa ideológica que marcaria mais do que uma visão do mundo, uma nova condição de exploração que caracterizava a sociedade industrial, tendo como campo de batalha o chão de fábrica. Não se teria paz social enquanto a economia sinalizasse para o mercado como uma imposição natural de um fenômeno social.

A democracia liberal burguesa logo foi percebida pela classe trabalhadora como um sistema de governo que, mais do que assentir liberdade, a restringia, em detrimento de uma alforria econômica tendenciosa a quem os meios de produção pertenciam e, fora dos castelos,

controlavam o poder político, inaugurando uma nova fase de que ter dinheiro seria o novo título de nobreza.

Marx, com profunda nitidez desse processo histórico, vaticinou:

É possível que os indivíduos isolados nem ‘sempre’ são determinados por interesses da classe à qual pertencem, mas isto nunca pode ser em relação à classe como um todo, cuja existência baseia-se em condições econômicas independentes de sua vontade e que, graças a essas condições, colocam-nos de sua vontade e que, graças a essas condições, colocam-nos em relações hostis uns contra os outros. [...] Uma vez que, por exemplo, a propriedade privada não é uma simples relação ou mesmo um princípio abstrato, mas se encerra no conjunto das relações de produção burguesas são uma relação de classe integral [...], a mudança ou mesmo a eliminação (*Abschaffung*) dessas relações pode ter sua fonte apenas na mudança dessas classes e de suas inter-relações, mas a mudança das inter-relações de classes é uma viragem histórica, um produto da atividade da sociedade em todo o seu conjunto, um produto de determinado movimento histórico. [...] Proletariado e riqueza estão em contradição, como tais, constituem um todo único. Eles formam a estrutura (*Gestaltuugen*) do mundo da propriedade privada. A propriedade privada, como propriedade privada, como riqueza, é obrada a se conservar na integridade e, com isso, também o seu oposto, o proletariado. Ela é o lado positivo da oposição, a propriedade privada autossuficiente. O proletariado, ao contrário, é obrigado a se anular e, com isso, o oposto que o condiciona, que faz dele justamente o proletariado, ou seja, o direito à propriedade privada. Ele é o lado negativo da contradição [...]. Se o proletariado vencer, isto não o fará de modo algum o lado absoluto da sociedade, pois ele vencerá apenas na medida em que anula a si mesmo e o seu oposto.³³⁶

Os sindicatos surgiram como consequência da democracia liberal burguesa. A luta de classes fomentava a representação e a organização. Se a economia começaria a pautar a política, as tensões se dariam por quem é explorado e lucraria exatamente pela exploração. Não era um simples embate entre classes, entre castas, mas sim uma colisão entre capital e trabalho, as duas estruturas caracterizadoras da sociedade industrial.

O século XIX apresentava um panorama político fortemente influenciado pelas revoluções liberais. A sociedade industrial se desenhava fiadora dos valores da igualdade, liberdade e propriedade, logo as relações de trabalho pinçaram uma vocação que rompia com um legado introjetado por séculos. Agora, existiria toda uma cultura para ressignificar e dignificar a atividade laboral como uma virtude e engrandecimento humano.

Dentro desse panorama, os tempos que se anunciavam traziam uma nova conjuntura de que a classe trabalhadora passava a ser explorada com a imposição cultural de sentir prazer na atividade desempenhada. Tal argumentação tentava encontrar amparo pelo fato da

³³⁶ MARX, 1971, p. 253 e ss.

atividade ser remunerada. Atribuía-se a essa condição um progresso como se fora uma catarse civilizatória a invisibilizar toda a exploração ainda presente. O capitalismo atuava.

Nessa tentativa de idealizar o mundo laboral, Adam Smith, embora um liberal convicto, se contrapunha a essa visão:

No progresso da divisão do trabalho o emprego da parte muito maior daqueles que vivem do trabalho [...] passa a limitar-se a umas poucas operações muito simples, frequentemente uma ou duas [...]. O homem que passa a vida realizando umas poucas operações simples [...] em geral se torna tão estúpido e ignorante quanto é possível tornar-se uma criatura humana.³³⁷

A busca do prazer e satisfação pessoal na atividade laboral era um dos fetiches mais caracterizadores da dinâmica capitalista e que permearam também a sociedade industrial. Como no capitalismo não existiria lucro sem exploração, o que seria ofensivo à condição de bem-estar humano não poderia impedir a lógica do mercado se fazer. Tertulian percebia que esse processo alienante fazia de uma possível subjetividade,

uma transformação em um objeto, em um ‘sujeito – objeto’, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. O indivíduo que chega a autoalienar suas possibilidades mais próprias, vendendo, por exemplo, sua força de trabalho sob condições que lhe são impostas, ou aquele que, em outro plano, sacrifica-se ao ‘consumo de prestígio’, imposto pela lei de mercado.³³⁸

A condição humana passou a ser tão precificada quanto se denunciava no período da escravidão legalizada. Não seriam mais propriedade, mas continuavam a ser objetos e dessa vez do sistema. Não conseguiam se desvencilhar da necessidade que o mercado trazia de dignificar o que sentia como exploração. O mercado, agora porque pagava, fazia do Estado uma democracia imaginária em que afiançava dignidade a quem controlava o capital.

Na sociedade industrial, à classe trabalhadora não restava alternativa a compreender esse novo ambiente de correlações de forças como favorável ao mercado, na verdade se fazia um sistema de governo hipotecado à economia, deixando à deriva qualquer tentativa de inclusão de que se faria pensar existir em um ambiente democrático.

³³⁷ SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**. 1976, Londres: Methuen, 1961, I. p. 1302-1303.

³³⁸ Original: “Une transformation en objet, en « sujet-objet », qui travaille à l’affirmation de soi et à la reproduction d’une force aliénée. L’individu qui parvient à s’aliéner ses propres possibilités, en vendant par exemple sa main-d’œuvre dans des conditions qui lui sont imposées, ou celui qui, à un autre niveau, se sacrifie à la ‘consommation de prestige’, imposée par la loi de le marché. » Tradução do autor. TERTULIAN, Nicolas. Le concept d’aliénation chez Heidegger et Lukács. In: **Archives de Philosophie Reserches et Documentation**. Paris, n. 56, jul./set. 1993. p. 441.

As relações de trabalho, logo se perceberia, entrariam em uma nova fase, não só pelos termos que constituíam pela remuneração, mas pela condição criada de reivindicação. A democracia liberal burguesa assentia não uma mudança na correlação de forças entre classes dominante e trabalhadora, mas possibilitaria uma captura diferente entre o que seria de fato liberdade e exploração.

Marcuse apontava que:

A eleição livre dos senhores não abole os senhores ou os escravos. A livre escolha entre mais ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentam alienação. E a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles.³³⁹

O mundo entoado pela liberdade, na verdade, ainda se preenchia em tonalidades de exploração que o liberalismo apenas atenuava a forma como se percebia o que antes era percebido de forma clara como escravidão. A propriedade já não mais existia, mas o mercado também não os libertava e fazia desse sistema um reduto de poder da burguesia, que se libertava para fazer da economia o seu poder político. Faz coro a esse pensamento Adolphe Thiers:

Assim, à medida que se desenvolve, o homem se torna mais apegado ao que possui, mais proprietário, em suma. Em estado bárbaro, dificilmente é proprietário; em estado civilizado, é proprietário com paixão. Disseram que a ideia da propriedade estava perdendo força no mundo. Isso é um erro de fato. Ela está se regando, especializando e afirmando, em vez de enfraquecer.³⁴⁰

A democracia liberal burguesa poderia apenas aparentar, mas não era menos violenta à classe trabalhadora. Alienava e fazia da remuneração uma senzala monetária. Distorcia o sentido de ser livre para impulsionar a sociedade industrial a caminho do capitalismo que iria fomentar uma luta de classes e demonstrar a massa proletária que o chão de fábrica, mais do que um campo de ofício, se transformaria em um palanque de luta. Mauss percebia esse momento como

³³⁹ MARCUSE, 1979, p. 28.

³⁴⁰ Original: “Ainsi, à mesure qu’il se développe, l’homme devient plus attaché à ce qu’il a, plus propriétaire, en somme. Dans un état barbare, c’est à peine un propriétaire ; dans un état civilisé, il possède avec passion. Ils ont dit que l’idée de propriété perdait du terrain dans le monde. Il s’agit bien d’une erreur. Elle recadre, se spécialise et s’affirme plutôt qu’elle ne s’affaiblit.” THIERS, Adolphe. **De la propriété**. Paris: Paulin, Lheureux et Cie, 1848. p. 28.

o despertar de uma nova forma de consciência social na organização sindical; o surgimento de um novo órgão jurídico, de novos princípios de ação, de novos motivos de sacrifício e solidariedade, de novos meios de crescer e conquistar. O que fica mais evidente é a criação de um direito novo, de um direito operário, o nascimento de uma nova personalidade moral, o sindicato. O sindicato não serve só para melhorar a condição do indivíduo: ele pede subordinação e sacrifício a cada um, faz sentir o que é coletividade. Nele se produz uma forma de agir e pensar.³⁴¹

Diferentemente de qualquer outra organização reivindicatória, os sindicatos surgiam como consequência de uma democracia que não garantia o verdadeiro acesso que a liberdade poderia proporcionar, à igualdade. A propriedade privada, a começar pelos meios de produção, realçava com o liberalismo que ignorava uma distribuição das riquezas para quem produzia. Léon Duguit fazia um contraponto e preconizava um século XIX vocacionado pelo cooperativismo:

A sociedade é uma grande cooperativa em que cada um tira proveito de certas vantagens garantidas pela divisão do trabalho. Mas, em troca, se alguns sofrem prejuízo, se a cooperativa funciona mal ou se as circunstâncias são tais que as perdas atingem uns e poupam outros, toda a coletividade precisa intervir para reparar o prejuízo sofrido por aqueles. A caixa do Estado é, de certo modo, uma caixa mútua de assistência em benefício dos membros da sociedade.³⁴²

O século XIX foi a quadra histórica introdutória a uma disputa de poder político que concentrava, pela parte da classe trabalhadora, os sindicatos, uma entidade que, além da representação, seria a personificação da luta de classes e que simbolizaria, antes de tudo, um fundamental tensionamento à formação de um novo bloco de poder que deixava de atentar para aspectos mais políticos e se colocar a atuar pelo radar econômico. Seria o que Proudhon denominava de “democracia industrial”:

Pela participação em encargos e benefícios, pela escala salarial e pelas promoções sucessivas a todos os graus e funções, a força coletiva, produto da comunidade, deixa de favorecer um pequeno número de diplomados e especuladores e torna-se propriedade de todos os operários. Ao mesmo

³⁴¹ Original: “L'éveil d'une nouvelle forme de conscience sociale dans l'organisation syndicale; l'émergence d'un nouveau corps juridique, de nouveaux principes d'action, de nouvelles raisons de sacrifice et de solidarité, de nouveaux moyens de grandir et de conquérir. Ce qui est le plus évident, c'est la création d'un nouveau droit, un droit ouvrier, la naissance d'une nouvelle personnalité morale, le syndicat. L'union ne sert pas seulement à améliorer la condition de l'individu: elle demande à chacun subordination et sacrifice, elle fait sentir ce qu'est la collectivité. Il produit une façon d'agir et de penser.” MAUSS, Marcel. *L'Action socialiste*. In: MAUSS, Marcel. *Écrits politiques*. Paris: Fayard, 1997. p. 187.

³⁴² Original: “La société est une grande coopérative dans laquelle chacun jouit de certains avantages garantis par la division du travail. Mais, d'autre part, si certains subissent des pertes, si la coopérative fonctionne mal ou si les circonstances sont telles que des pertes affectent certains et souvent d'autres, toute la communauté doit intervenir pour réparer les dommages subis par ceux-ci. La caisse d'État est, en quelque sorte, une caisse d'assistance mutuelle au profit des membres de la société.” Tradução do autor. DUGUIT, Léon. *Souveraineté et liberté*. Imprensa: Paris, F.Alcan, 1922. p. 167-168.

tempo, pela educação enciclopédica, pela obrigação de aprender e cooperar em todas as partes do trabalho coletivo, a divisão do trabalho não pode ser motivo de degradação para o operário: ao contrário, torna-se instrumento de sua educação e garantia de sua segurança.³⁴³

O sindicalismo ascendia como uma reação à ação econômica capitalista em chãos de fábricas remunerados, agitados e temperados pelo histriônico estribilho das máquinas que, diferentemente do que diziam, maltratavam, não emancipavam, garroteavam como quem invertia os papéis, quase como um avatar, subordinava a classe trabalhadora ao desalinho de graxa que, diversamente de um coração, não pulsava, mas controlava o que fato importava, a produção. Proudhon afirmava:

Onde a produção exige grande divisão do trabalho e uma força coletiva considerável, há necessidade de uma Associação entre os agentes dessa indústria, porque, sem ela, eles permaneceriam subalternos uns aos outros e, assim, em virtude da indústria, haveria duas castas: a dos donos e a dos assalariados, coisa inadmissível numa sociedade democrática e livre.³⁴⁴

Há uma remissiva ironia em ter os movimentos da classe trabalhadora em um momento em que a alienação era um projeto político de dominação e a conscientização aflorava como quem tem o destino selado pela dor, não seria difícil perceber o ilusionismo de um capitalismo que tem na sua essência não o multiplicar para dividir, mas concentrar e desigualdade criar. A liberdade do liberalismo cada vez mais se percebia como um calabouço abstrato que só prendia.

Não havia como enfrentar uma lógica cultural patrocinaada pela sanha capitalista, sem capitular uma compreensão da luta de classes por quem seria marcado como um gado a fazer do chão da fábrica mais um arado em que se adubava com o suor do explorado. O sindicalismo surgia como um movimento a enfrentar e não capitular ante as injustiças sociais características da massa operária.

4.2 A sociedade industrial, berço do chão de fábrica e da luta sindical

A classe trabalhadora percebia que a sociedade industrial se consolidava como um projeto do capital em que pouca diferença ou nenhuma faria o discurso da democracia liberal enquanto o injusto se lastreava pela ideologização dominante do que fazia sofrer e ainda se queria convencer que dignificava.

³⁴³ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Idée Générale de la révolution au XIX siècle*. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Oeuvres complètes*. Genebra: Slatkine, 1982. v. 2. p. 282.

³⁴⁴ PROUDHON, 1982, p. 276.

Os sindicatos, por mais contraditório que possa parecer, contribuíram para a consolidação do liberalismo enquanto doutrina dominante na sociedade industrial. Ao fazerem da luta de classes um campo de disputa política, mas dentro da institucionalidade, consentiram no padrão liberal de organização social. Ao negociar pelas normas jurídicas da democracia liberal burguesa, legalizaram as suas reivindicações pelos direitos almejados e conquistados.

Proudhon percebia e comentava sobre a necessidade em fomentar uma ordem jurídica da vida em comum, com o intuito de regar as relações entre os indivíduos sociais:

Abaixo do aparelho governamental, à sombra das instituições políticas, longe dos olhares dos homens de Estado e dos sacerdotes, a sociedade produzia lentamente, e em silêncio, seu próprio organismo; criava uma ordem nova, expressão de sua vitalidade e autonomia, e negação da antiga política e da antiga redigi-lo.³⁴⁵

Diferentemente seria se a luta de classes propiciasse uma ruptura em que não se discutissem apenas melhorais legais, mas o próprio sistema mesmo consentindo direitos. A encruzilhada sindical se deu exatamente porque não se pode negociar com o que não se acredita. Se para vencer a escravidão, a luta seria para derrubar o sistema, se a exploração permanecia, o tensionamento continuaria a ser contra a ordem estabelecida e não a fracionar por vantagens justas, porém incapazes de alternar a realidade como um todo.

O sindicalismo surgido no século XIX e as suas várias vertentes foram resultantes diretos e diletos da luta de classes. Embora tenha se institucionalizado enquanto ferramenta organizativa proletária, constituiu-se de toda forma, mesmo com todas as limitações, uma frente com vocação revolucionária. Tal afirmação não é exagero ou sequer desarrazoada. Concatenar meios de institucionalizar o enfrentamento por dentro da matriz ideológica dominante não foi uma escolha e sim uma circunstância histórica.

Mesmo o socialismo não era discutido ou pensado à margem do capitalismo, mas por dentro, ou seja, existia subliminarmente um reconhecimento de que a corrente capitalista seria dominante, logo a luta de classes se baseava objetivamente na melhoria do sistema. Não havia uma alternativa real de comparação, apenas uma expectativa teórica do que se poderia seguir, porém, enquanto a economia precificasse a sobrevivência, o alcance revolucionário já se bastaria pelas melhoras e conquistas de direitos, mesmo no Estado liberal.

Os sindicatos, mais do que uma formação teórica, seriam uma organização de ação e isso faz toda diferença. Nas organizações religiosas, por exemplo, o que se propõe é sempre

³⁴⁵ Original: “*Sous l'appareil gouvernemental, à l'ombre des institutions politiques, loin des yeux des hommes d'État et des prêtres, la société a lentement et silencieusement produit son propre organisme; il a créé un nouvel ordre, expression de sa vitalité et de son autonomie, et négation de l'ancienne politique et de l'ancienne écriture.*” Tradução do autor. PROUDHON, 1982, v.2, p. 300.

algo subjetivo. A melhora depende de acreditar, de cultivar a fé. Não se trabalha com o materialismo. Já o sindicalismo, atuava para extirpar a injustiça, a exploração, não por uma justiça divina, prestes a corrigir as imperfeições mundanas por um novo plano espiritual, mas como um movimento de conscientização a enfrentar inclusive a subserviência religiosa aos estamentos de poder político vigente, no caso, o liberalismo.

O sindicalismo, por mais que fosse influenciado por correntes como o socialismo utópico, atuava na práxis da correlação de forças e como movimento coletivo se insurgia dentro da realidade posta por quem sofria as incompreensões do sistema capitalista. O que seria considerado revolução para quem escrevia, para quem estava no chão de fábrica era diferente. A mudança passava pelas melhoras. Para a massa proletária, a utopia para quem sente, não permite que a filosofia se sobreponha à realidade.

Por isso o movimento sindical trouxe e executou a revolução possível, mesmo por dentro do liberalismo. A luta de classes se fazia em ringue capitalista, ignorar tal condição se tornava para a massa proletária proselitismo de quem não compreendia quão duras as condições e relações de trabalho se davam. O próprio Estado surgido pós-revoluções liberais foi pesado sob a ótica liberal. Segundo Ulrich,

as chances de poder dos excluídos – ao contrário do proletariado do final do século XIX e do início do século XX – foi reduzida, uma vez que eles se tornaram inúteis. Resta-lhes apenas a alternativa da violência para tornar pública sua escandalosa situação. Os diversos subcompartimentos da pobreza se dividem ainda em uma ‘dupla relatividade’. ‘A relatividade simples’ da pobreza é a relatividade de sua medição, ou seja: não há medidas absolutas, apenas medidas relativas da pobreza, que são válidas para apenas suas respectivas regiões – por exemplo, África, Ásia e Europa.³⁴⁶

A luta de classes ascendia dentro de um Estado liberal e culturalmente, até pela influência contratualista, pactuada com as estruturas dominantes. Ao mesmo tempo que se colocava como um movimento de tensionamento de quase autoexclusão, se prostava como de negociação, pois o que a fazia existir era exatamente a democracia liberal burguesa alicerçada no capitalismo fomentador de desigualdades sociais.

Aliás, no panorama do início do século XXI, Ulrich Beck destrincha uma realidade que levará a um aumento da desigualdade social:

O capitalismo global dependerá cada vez menos da força de trabalho humana para desvendar os novos rumos da produção e lucro. E com isso a força de trabalho humano e organizações coletivas que o representam – partidos trabalhistas e sindicatos – perdem significativamente seu poder de

³⁴⁶ PROUDHON, 1982, p. 173-174.

negociação e sua influência social. Ao mesmo tempo cresce o número daqueles que são excluídos do mercado de trabalho e das oportunidades da integração e da garantia social e material, que são aqui distribuídas e negociadas. Com a consequência: não apenas crescem as desigualdades como também se altera drasticamente a qualidade das desigualdades sociais na medida em que vão sendo excluídas parcelas cada vez maiores da população, consideradas por princípio ‘economicamente inativa’.³⁴⁷

Diferentemente de outros movimentos e organizações pretéritas, como o abolicionismo, a luta de classes fomentada no capitalismo da sociedade industrial assumia uma coexistência de ideias dissonantes a serem albergadas, por exemplo, pela mesma norma jurídica. Não necessariamente a conquista de uma anularia o *status quo* da outra. Essa situação se dava porque o mundo se encontrava em um momento histórico de mudanças profundas na relação e divisão de trabalho propiciada pela Revolução Industrial.

Aliás, não à toa o próprio socialismo se fortaleceu como possibilidade de sistema de governo e não apenas retórica. Por meio da democracia liberal burguesa, seria possível desenvolver um capitalismo em que o Estado permitisse a luta de classes como um ambiente legítimo, questionado pela figura dos sindicatos. Esse presságio indicava que a possível superação de uma corrente política poderia ser exercida pelo diálogo. Assim, inclusive, surgiram os primeiros direitos sociais no final do século XIX na Alemanha.

Os sindicatos não deixariam de ser um instrumento revolucionário pelo fato de a mudança acontecer por dentro do sistema de governo que se combatia. A democracia liberal burguesa não se colocava como uma caixa hermeticamente fechada. No consentimento em alguns direitos sociais, vazava a possibilidade de conscientização e aos que tinham responsabilidades com a causa prática do chão de fábrica, não se poderia por teorias ainda estéreis, deixar de se conflagnar uma conquista por talvez não ser o método o qual se julgava ideal.

A correlação de forças da disputa política também seria reequilibrada em cada avanço que se produzia em conquista à classe trabalhadora. Os sindicatos atuavam contra um sistema de governo que bem ou mal tensionou com o absolutismo e, pelos motivos certos ou não, enfrentou a escravidão. A democracia liberal burguesa ascendia como uma oportunidade do capitalismo se mostrar como uma corrente aplacada no sentimento de justiça.

Losurdo percebe uma movimentação interessante no tocante ao movimento sindical no ambiente do liberalismo, conforme se confere em suas próprias palavras:

³⁴⁷ BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Trad.: André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 173.

Uma dialética análoga também se desenvolve no que diz respeito ao sindicato. Obviamente, os capitalistas – como já o notava Adam Smith – não têm necessidade deles; entretanto, aos sindicatos inspirados do marxismo ou aos movimentos de oposição mais ou menos radical opõem-se sindicatos inspirados da Igreja e, mais tarde, outros ainda inspirados do movimento fascista e nazista; enfim, vêm à luz os ‘sindicatos’ do capital.³⁴⁸

O movimento sindical não surgia apenas pela insurgência de quem no chão de fábrica estava à margem dessa justiça, mas dialética de que a simples remuneração já condicionava à classe trabalhadora, e essa era a intenção do capitalismo, de um traço de civilização. Não se falava mais a grosso modo em liberdade porque se pensava jamais existir o sentimento de propriedade. Como proletários e proletárias, capturados pela ideologia capitalista da sociedade industrial, mudar por dentro também poderia ser o começo ou até a própria Revolução.

Essa mudança por dentro seria, para Alain Bihr, a diferença substancial entre o sindicalismo revolucionário e o social – democrata, pois a autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos reconhecidos no primeiro e negados pelo segundo, em último caso, reduzia os sindicatos à função de simples “correia de transmissão” do partido, de acordo com a fórmula reconhecida por Lênin, mas que a social-democracia até antes de 1914 já conseguira pôr em prática.³⁴⁹

Na verdade, independentemente de julgamentos como reformistas ou revolucionários, os sindicatos desempenharam um papel de talvez compreender a democracia liberal burguesa mais do que a própria classe dominante. Enquanto a burguesia percebia esse sistema de governo como um ganho meramente econômico, sem atentar para o seu efeito duradouro, o movimento sindical o interpretava como uma consolidação da cultura capitalista e por isso enfrentá-lo seria fundamental.

Nesse sentido, reside exatamente o ponto de não ser razoável julgar o movimento sindical como reformista ou revolucionário. As condições históricas simplesmente poderiam relativizar esses conceitos pelas questões fáticas apresentadas. A sociedade industrial, constituída sob os dogmas capitalistas, influenciou as relações e a própria divisão do trabalho. Se antes um escravo tinha certeza de que era explorado, o capitalismo fincado na relação salarial camuflava essa condição, dificultando a percepção de necessidade da ruptura do *status quo* político vigente.

³⁴⁸ LOSURDO, Domenico. **Artigos Crítica Marxista**. 04/07/06. p. 21.

³⁴⁹ BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Trad.: Wanda Caldeira Brant. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 29.

A classe trabalhadora percebia a exploração, mas ao mesmo tempo era anestesiada pelo trabalho, para cada função desempenhada, havia um valor precificado. Ou seja, a democracia liberal burguesa reconhecia o trabalhador e trabalhadora como agentes ativos da capacidade de gerar a mais-valia, atribuindo-os a condição de participar do sistema político a partir do momento em que a luta de classes é oficialmente institucionalizada pela criação dos sindicatos.

Quando se fala em institucionalização da luta de classes pelos sindicatos, significa empoderar uma representatividade disposta a também negociar nas regras jurídicas postas. Interessante que os sindicatos entravam em um conflito existencial por ter a sua efetivação oportunizada enquanto prática de movimento pelo capitalismo. O socialismo, as demais correntes comunistas e anarquistas articulavam na teoria uma sociedade controlada pelo poder político proletário, mas em momento posterior à luta de classes.

Para se falar preponderantemente em luta de classes e o movimento sindical, necessariamente é preciso aceitar uma sociedade dividida em privilégios. No caso, os sindicatos buscam as ideias do socialismo, mas as suas influências de origens são fincadas no capitalismo.

Como aponta Ricardo Antunes, para superar essas barreiras atreladas ao próprio contexto histórico fortemente influenciado pelo capitalismo, é necessário um movimento sindical, social e político com participação na construção de uma sociedade para além do capital.³⁵⁰

A massa proletária que ansiava com o socialismo, mesmo que ignorasse tal condição, foi formada estruturalmente enquanto sociedade por uma visão de mundo capitalista. Não havia como tais reminiscências do capitalismo deixarem de ser presentes e até certo ponto atuarem enquanto referência prática do que poderia ser uma atuação, por isso é errôneo, desde o início, traçar graus comparativos entre políticas reformadoras e revolucionárias, quando o objetivo é eminentemente influenciado pela ideia inicial.

Harry Braverman, ao perceber toda essa nuance, preconizava que:

A habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida de trabalho, mas jogadas no trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência durante a qual são mantidas na reserva. A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não

³⁵⁰ ANTUNES, 2009, p. 244-245.

termina com a ‘organização científica do trabalho’, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista.³⁵¹

A sociedade industrial, alicerçada no *modus operandi* capitalista, produziu uma luta de classes exatamente pautada nas complexidades e incongruência da sociedade real em que se vivia. Não teria como atuar sem tentar transformar, levando em consideração toda a carga de construção social dentro do seio capitalista. O sindicalismo nascia com a vocação entre superar o que lhe deu origem e se firmar em uma teoria que até não se comportaria culturalmente com as necessidades mercadológicas postas pós-Revolução Industrial.

O século XIX foi uma consolidação da sociedade industrial como ventríloquo do capitalismo, a sua estruturação foi moldada sob um processo econômico de mercado alinhado às diretrizes capitalistas. A produção fabril não se baseava pela necessidade, mas pelo consumo desenfreado, alçando a compreensão humana a racionalizar um processo que se poderia dizer irracional.

Em alusão à crítica perpetrada à dinâmica industrial por Adam Smith, Richard Sennett aduz que a própria necessidade desenfreada de consumo acarreta uma perspectiva nociva ao fomento do pensamento humano:

O trabalhador industrial, assim, nada conhece do autodomínio e da plástica expressividade do ator que memorizou mil falas; a comparação de Diderot, do ator com o trabalhador, é falsa, porque este último não controla seu trabalho. O fazedor de alfinetes torna-se uma criatura ‘estúpida e ignorante’ no correr da divisão do trabalho; a natureza repetitiva de seu trabalho o apaziguou. Por esses motivos, a rotina industrial ameaça degradar o caráter humano em suas próprias profundezas.³⁵²

A partir do momento que se consegue conscientizar a sociedade de que o consumo seria necessário para a economia o que seria irracional foi racionalizado. Não se questionava o porquê da necessidade do ter, mas imprescindibilidade do querer. O desejo era a chave do capitalismo. A demanda não poderia ser regulada pelo pensamento racional de somente adquirir o que precisar.

Na dinâmica de produção da sociedade industrial, a corrente liberal atraía o Estado para as vontades do mercado. As normas estatais apenas estariam a serviço dos donos dos meios de produção, logo quem controlava o pensamento econômico, detinha o poder político na sua diretriz. Aliás, uma das diferenças entre as teorias comunistas e capitalistas seria

³⁵¹ BRAVERMAN, 1981, p. 124.

³⁵² SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Trad.: Marcos Santarrita. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012. p. 41.

exatamente essa, no comunismo a economia estaria atrelada ao projeto do Estado, no capitalismo apenas existia a vontade do mercado.

A sociedade industrial, na verdade, inauguraria uma concepção de que facilitaria a objetificação das pessoas. Ao afastar o Estado da economia, o precedente reinante seria uma visão privatista do que seria coletivo e não se está a falar dos meios de produção, mas dos projetos políticos a envolver o coletivo, que pelo liberalismo, voltava o exclusivismo, com exceção do momento de se virar consumidores, a luta de classes se esvaia por um mundo unificado no consumo.

No tocante à objetificação humana, Axel Honneth faz importantes considerações na sua teoria da reificação mundialmente conhecida, conforme se pode asseverar:

A reificação abarca não somente o fato de um sujeito tratar os seres humanos como objetos, em que os objetos são entendidos a partir do modelo da mercadoria, mas de os próprios sujeitos considerarem a si mesmos de maneira reificadora. Segundo Lukács, no comportamento dos sujeitos também ocorrem, sob a coerção da troca de mercadorias, transformações que se referem à relação total com a realidade circundante.³⁵³

O Estado capitalista seria, em certa medida, absolutista e exclusivista. Pode até se questionar e afirmar que é uma característica de qualquer projeto, mas, certamente, há de se considerar as diferenças existentes entre os que desenvolvem uma política estatal abrangente em direitos para uns e restritivas para outros, daqueles que não percebem e não dividem a sociedade em classes ou estamentos.

O liberalismo atravessou, por intermédio de seus representantes dos pensamentos liberais, pontos de vistas diversos que contribuíram para o capitalismo se estruturar, ora negando, ora reconhecendo a importância do Estado ao passar do tempo, e com isso engendrou características as quais influenciaram por deveras a sociedade industrial, conforme se pode conferir nas palavras de Mark Blyth:

Um lado do liberalismo, como vimos com Locke e Hume, nega um papel ao Estado e depois, em Smith, reconhece a sua existência. Ricardo exemplificou esta tradição em que o mercado é colocado como o oposto do Estado. Os escritos de Mill mostram-nos outro lado do liberalismo do século XIX que se adapta ao crescimento do Estado e à sua exigência de receitas. A tensão entre Ricardo e Mill relativamente ao papel do Estado não era única. Antes, era e continua a ser endêmica no liberalismo econômico. O resultado foi fazer o pensamento liberal seguir dois caminhos muito diferentes durante o fim do século XIX e o início do século XX. Um caminho levou ao novo liberalismo, movimento inicialmente britânico que conduziu o liberalismo

³⁵³ HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Trad.: Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018. p. 134.

para além de Ricardo e de Mill, em uma direção mais intervencionista. O outro caminho levou à Áustria, onde o liberalismo fez uma virada mais fundamentalista.³⁵⁴

Não seria difícil supor que na sociedade industrial o que poderia ser visto como injusto, logo o mercado tentaria suavizar as impressões das desigualdades e equalizar as dissonâncias em quase invisíveis discrepâncias e vender um eldorado enquanto as distorções agonizavam em forma de salários e explorações romantizadas como uma dignidade que só existia na visão de quem dela lucrava.

Peters percebia todo esse jogo de ilusionismo do mercado, essa virada fundamentalista do liberalismo, patrocinada por autores cortejados, e cravava:

Von Hayek e Friedman estavam a par das limitações do mercado, uma vez que a concorrência perfeita, a liberdade individual e a propriedade privada, bem como os ajustes instantâneos de preços dependem de informação perfeita. O conceito de ‘mercado’ transforma-se então numa utopia e, ainda assim, ele é dogmaticamente defendido pelo neoliberalismo contra qualquer forma de planejamento e de intervenção estatal.³⁵⁵

A divisão de trabalho seria colocada como uma forma padrão, quando na verdade seria apenas uma das balizas estéticas do capitalismo a fundir produção com exploração e esse ser exatamente o ponto da colisão entre uma sociedade industrial voltada para o interesse privado e a outra direcionada ao desenvolvimento. A coletivização não seria contrária à industrialização, apenas a diferença iria se concentrar em como a economia seria gestada e as relações de trabalho administradas.

Estaria o sindicalismo como a outra face da mesma moeda se isso fosse verdade. Na verdade, enfrentar os males da sociedade industrial de maneira compartimentada, sem entendê-la como um mal único, seria uma necessidade estrutural do sindicalismo para não romper com a quadra histórica à qual pertencia.

Os sindicatos emergem exatamente em um momento de propagação das ideias da sociedade industrial e que o seu chão de fábrica fundante, antes de tentar aplacar uma disputa pelo poder político, teria como tarefa hercúlea conscientizar a classe trabalhadora de que a exploração não necessariamente seria objeto da condição industrial, mas sim do modelo a ser seguido. Desvencilhar da objetificação uma massa proletária codificada a normalizar a

³⁵⁴ BLYTH, 2020, p. 174.

³⁵⁵ Original: “Von Hayek and Friedman were aware of the limitations of the market, since perfect competition, individual freedom and private property, as well as instantaneous price adjustments depend on perfect information. The concept of “market” then becomes a utopia and, even so, it is dogmatically defended by neoliberalism against any form of planning and state intervention.” (Tradução do autor). PETERS, Enrique Dussel. Mexico’s Liberalization Strategy, 10 Years On. **Journal of Economic Issues**, v. XXXII, n. 2, June 1998. p. 352.

precarização das condições humanas de trabalho como um processo do próprio trabalho e de forma justa como contrapartida ocorreria o pagamento do salário, seria duelar com o capitalismo em ambiente natural de proliferação.

Na visão de Luiz Werneck Vianna,

a classe trabalhadora, ao se organizar e reivindicar por direitos sociais, denuncia a forma mercantil do modo de produção capitalista. Sua ação torna evidente o caráter falacioso do contratualismo liberal, determinando o desmascaramento da sua expressão mercantil e jurídica e revelando seu conteúdo de relação de exploração. O mercado não consiste apenas numa arena mercantil, mas política e social, onde a classe operária busca forçar a ampliação dos seus direitos. Nessa medida, desprende-se da ideologia do indivíduo, e o direito que emerge como fruto da sua ação parte dos postulados antitéticos ao liberalismo, afirmando-se desde logo como de natureza pública.³⁵⁶

A luta de classes para emergir consciência teria de reverberar o contraponto trazido pelos sindicatos dentro do próprio sistema. Seria avançar no sentido de desincumbir antes de tudo, de tratar a sociedade industrial como uma etapa de um processo civilizatório, quando na verdade foi uma consequência de um processo econômico ao qual o capitalismo na exploração dos recursos naturais, juntamente com o avanço tecnológico, se aliou aos preceitos liberais e apresentou ao mundo.

Os sindicatos não haveriam de conflitar uma repulsa ao sistema, sem primeiro disputar a narrativa de entendimento da sociedade industrial a fim de não se misturar todo o processo histórico como se fosse apenas um só. O capitalismo não poderia ser confundido com revolução industrial, bem como com as liberais. Entender o seu protagonismo como inerente a esses processos é uma premissa, englobar tudo em um único contraponto é outro totalmente diferente.

O movimento sindical teria de se valer dessa percepção estratégica por um motivo simples e certo, o seu surgimento está intrinsecamente atrelado a toda essa narrativa histórica. Não poderia se equivocar e simplesmente ignorar compreender a responsabilidade não apenas em dar voz aos oprimidos e oprimidas, mas se colocar como indutor de um projeto de poder político antagônico e que tivesse como protagonista exatamente a classe trabalhadora.

Para Lukács,

somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo. Enquanto não existir essa consciência, a crise será permanente, retornará ao seu ponto de partida, repetirá essa situação até que, finalmente, após infinitos sofrimentos e terríveis atalhos, a lição pedagógica da história

³⁵⁶ VIANNA, 1978, p. 23.

conclui o processo da consciência no proletariado e coloca-lhe nas mãos a condução da história. Nesse momento, o proletariado não tem escolha.³⁵⁷

A luta de classes demarcaria não apenas um meio ou um fim, mas uma condição do capitalismo industrial a produzir um falso reconhecimento à massa proletária como agente de direitos pela compra da força de trabalho, quando esse fato seria apenas um maniqueísmo ideológico a tentar encobrir uma dominação profunda e que atuaria precisamente para transformar a sociedade industrial como indissolúvel ao capitalismo.

No entender de Engels,

os operários, devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procurar escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado. O operário compreende, a cada instante, que o burguês o trata como uma coisa, como propriedade sua, e já essa razão basta para que ele assuma uma posição hostil à burguesia.³⁵⁸

Estaria o sindicalismo como a outra face da mesma moeda se isso fosse verdade. Participar, ser agente ou até produto de um mesmo momento histórico não significa fazer ou ser a mesma coisa. Na verdade, apenas resultaram de uma mesma variante, mas por possuírem interesses diferentes, a partir do momento que a classe trabalhadora formada no chão de fábrica tomasse consciência de si e reconhecesse a importância dos sindicatos, não poderia ser considerada como indissolúvel aos meios de produção liberais fabris.

Para deslegitimar os sindicatos, a narrativa dos liberais seria exatamente apresentar o liberalismo e o controle do poder político pela burguesia como uma evolução civilizatória e o movimento sindical seria uma espécie de filho indesejado do sistema que questionava e reivindicava o que naturalmente iria paulatinamente estabilizar.

No entanto, mais do que um ciclo natural do liberalismo, os sindicatos seriam um marco da luta de classes, pois para Cava,

na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade [...]. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e

³⁵⁷ LUKÁCS, 2018a, p. 184-185.

³⁵⁸ ENGELS, 2010, p. 247.

espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, ao contrário seu ser social é que determina a sua consciência.³⁵⁹

Como o liberalismo apresentava e defendia a ideia de que o trabalho dignificava o homem, o fato de na sociedade industrial se pagar pela força de trabalho e não mais garantir o trabalho escravo como modelo-padrão, fazia crer de que a relação *per capita*/trabalho, naturalmente, estaria estabilizada. Contudo, o trabalho remunerado foi consequência de um fenômeno de tensionamento social contra a escravidão e a servidão voluntária.

Aliás, Ana Magnólia, no tocante à servidão voluntária, arremata:

Que demonstra a radicalização dos modos de organização do trabalho, baseado nos princípios da racionalidade econômica, da flexibilização do capital, o que pressupõe a submissão consentida e legitimada pela naturalização e banalização do sofrimento, das injustiças e do mal, como modo de garantir a produtividade da organização do trabalho.³⁶⁰

O movimento sindical invocava o reverso da sociedade industrial. Não era porque se passou a remunerar a classe trabalhadora de que a sua condição humana seria ou estaria valorizada. O preço por si só da força de trabalho expressava a ideia de que o valor pago compensaria também as condições de exploração, emergindo para a realidade o limite liberal de ir além da capacidade de enxergar o lucro e os interesses do mercado. Marx interpretava essa condição da seguinte forma:

Parece, portanto, que o capitalista compra o trabalho dos operários com dinheiro. Eles vendem-lhe o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas é só na aparência que isso acontece. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês etc. E, depois, de comprá-la, utiliza-a fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado. Com essa mesma quantia com que o capitalista comprou a força de trabalho dos operários – os 2 marcos, por exemplo – ele poderia ter comprado 2 libras de açúcar ou uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria. Os 2 marcos com os quais ele comprou a utilização da força de trabalho são o preço trabalho das 12 horas de trabalho. A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança.³⁶¹

No fundo, não se tratava de sistema que cessaria a exploração, não dialogaria com questões caras aos valores humanísticos por priorizar a condição humana, mas por um mero

³⁵⁹ CAVA, Bruno. **Quando Deleuze encontra Marx**. Resenha online. Disponível em: outraspalavras.net/posts/quando-deleuze-encontra-marx/ 2011. Acesso em: 01 mar. 2023. p. 2.

³⁶⁰ MENDES, Ana Magnólia. Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: MENDES, Ana Magnólia (org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 56-57.

³⁶¹ MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 35.

cálculo de interesse do mercado e do próprio capital. Quem estava no chão de fábrica compreendia que os direitos trabalhistas não poderiam ser uma conveniência de quem controlava a economia, mas uma conquista emancipatória de toda uma classe subjugada, que o destino parecia um holerite sem valor. Mario de La Cueva assinalava que:

*El derecho del trabajo está progresando, pues los pueblos y los hombres han comprendido que la seguridad en la vida humana, entendida como em derecho a conducir una existência em armonia com la dignidade de la persona humana, es la misión fundamental de nuestro siglo [XX, G.S] y no porque los valores materiales sean los supremos, sino porque la justicia reclama que el hombre este em condiciones de desarrollar plena y libremente su espíritu.*³⁶²

Os sindicatos se tornaram o que de mais antagônico remanescia no liberalismo, a luta pela dignidade da pessoa humana e o trabalho não ser transformado em culto alienado da exploração ao qual se denominava de dignificante. Por isso destituir o movimento sindical de importância era garantir ao liberalismo hegemonia no pensamento dominante político e esvaziar a luta de classes de conteúdo formador de consciência e a resistência ao projeto liberal de perpetuação de poder. Julio Bernardo do Carmo exprime:

Se se observar sua criação e evolução nos diversos países do mundo, constata-se, de fato, que os sindicatos desenvolveram-se progressivamente em exato compasso com as alterações da economia mundial, tudo provocado e tendo como epicentro a Revolução Industrial, de cujo seio surgiram paulatinamente grandes conglomerados industriais.³⁶³

Impende notar que o trabalho assalariado por vias indiretas trouxe ao movimento sindical uma percepção de classe e autorreconhecimento superior a qualquer teoria majoritariamente defensora da classe trabalhadora. Isso porque despertou um sentido de que no trabalho realmente existe um valor para além de qualquer exploração afeita a somente divisão de classes.

Kropotkin, em definição histórica, afirmava:

A maior parte dos coletivistas, fiéis à distinção estabelecida pelos economistas burgueses (e por Marx) entre o trabalho ‘qualificado’ e o trabalho ‘simples’, dizem além disso que o trabalho qualificado ou profissional deverá ser pago umas tantas vezes mais que o trabalho ‘simples’. Assim, uma hora de trabalho do médico será equivalente a duas ou três horas do trabalho da enfermeira ou a três horas do mineiro. ‘O

³⁶² DE LA CUEVA, Mario. **Derecho mexicano del trabajo**. T.II, 10. ed. México: Porruá, 1967. p. 59.

³⁶³ CARMO, Júlio Bernardo do. “Liberdade sindical e diálogo social”. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 58, n. 89, jan./jun. 2014. p. 94.

trabalho profissional será um múltiplo do trabalho simples’, diz o coletivista Groenlund, porque demanda uma aprendizagem mais ou menos longa.³⁶⁴

Desse ponto se começou a pensar que ao remunerar por um trabalho, por mais que os conceitos de classes ainda estejam bem definidos, começou-se a se difundir a ideia de que os estamentos sociais, como foram na sociedade feudal, não estariam por si só definidos por ascendência e descendência. A força de trabalho remunerada, aliciada pelo pensamento liberal, traria um pretensão ideal de liberdade, e por mais que a realidade apontasse o contrário, o ambiente de reivindicação pelo menos parecia ser mais receptivo.

Os sindicatos nasceram pela disposição do liberalismo em fazer da sociedade industrial uma cisão com a até então estrutura trabalhista feudal e escravocrata vindouras e puderam até contribuir para uma dinâmica de produção desatrelada da engenharia liberal clássica de funcionamento econômico, mas certamente encontrariam limitações pelo caráter consumerista dessa nova fase do mercado mundial.

O movimento sindical percebia o chão de fábrica como um elo entre o passado, pela exploração ainda vista, e o futuro, em que as relações laborais cada vez mais reorientadas pelo mercado e as tecnologias. Nesse contexto, bradavam por um Estado participativo e insurgente aos ditames de quem fazia do controle das fábricas um poder político alinhavado ao cifrão, sem perspectiva de tamponar qualquer possibilidade da mais-valia prevalecer.

Palomeque López percebia esse alinhamento do poder Estatal aos direitos sociais e vaticinava:

A intervenção do Estado nas relações de produção, através da promulgação de ‘normas protectoras’ das condições de vida e de trabalho do proletariado industrial e limitadoras da até então absoluta vontade do empresário na fixação do conteúdo do contrato de trabalho, responde historicamente, como se viu, à necessidade social de integrar e canalizar o ‘conflito social’ surgido entre novos antagonistas sociais. O novo corpo normativo integrador haveria de cumprir, pois, a transcendental missão de impor ao conflito um canal de desenvolvimento compatível com a permanência e progresso do modo de produção capitalista e as paredes mestras da sociedade burguesa.³⁶⁵

Os chãos de fábricas, na verdade, propiciaram características históricas muito mais do que simples processos físicos de organização e ajuntamento coletivo. Com o mercado a assumir o protagonismo político da economia liberal, os sindicatos naturalmente assumiam uma condição de, mais do que pela simples institucionalidade, fomentar uma construção política, patrocinada por uma teoria colidente com o liberalismo.

³⁶⁴ KROPOTKIN, 1987, p. 123.

³⁶⁵ PALOMEQUE LÓPEZ, Manuel Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Trad.: Antonio Moreira. Coimbra: Almeida, 2001. p. 30-33.

As ideias marxistas pensaram o sindicato, antes de mais nada, por ser uma profunda digressão da análise do capitalismo, logo, por mais que considerassem o movimento sindical um dispositivo de luta e enfrentamento mancomunado com as ideias socialistas, comunistas e anarquistas, por exemplo, tinham a compreensão histórica de perceber a luta de classes como uma consequência capitalista e por isso o sindicalismo seria um vocativo desse momento histórico liberal.

A complexidade de como se deu a imbricação histórica entre o capital e o trabalho seria fundamental para que se analisassem os sindicatos não como um instrumento meramente de classe, mas um processo que estaria a demarcar por motivos diferentes as teorias e ideias mais clássicas colidentes, o socialismo e o capitalismo.

Na visão de Luiz Werneck Vianna,

no que se refere ao direito do trabalho, o objeto do bem público está na procura da harmonia entre o capital e o trabalho, da chamada paz social. Disso decorre sua aberta rutura com o contratualismo liberal clássico, dado que é da sua essência se opor a um mercado composto de sujeitos formalmente iguais. Ao fundar, como ente jurídico particular, a existência de um ‘parceiro economicamente mais fraco’ – o vendedor da força de trabalho – faz prevalecer a substância sobre a forma. Isto é, reconhece a desigualdade real entre os compradores e os vendedores dessa mercadoria, rejeitando a igualdade legal como pressuposto único para a celebração de contratos de venda da força de trabalho.³⁶⁶

Enquanto os sindicatos se colocariam como um movimento de confronto às ideias liberais postas e com uma afeição às teorias marxistas e socialistas, como se fora a sua identidade, por outro lado, foram social e temporalmente gestados exatamente na ascensão capitalista de dominação pensante a partir do século XIX como prática de poder político real. Tais considerações os colocam como um instrumento poderoso pois o seu genótipo ligaria polos políticos opostos dentro de um mesmo corpo.

Para Alysson Mascaro,

na sociabilidade capitalista, a democracia abre um espaço da deliberação assentado na ausência dos mesmos termos para o plano econômico. A democracia política se faz necessariamente a par de seu afastamento do nível das relações econômicas e sociais. O capitalismo concentra os meios de produção, separando-os dos trabalhadores, impelindo à exploração e impedindo a deliberação autônoma no perfazimento das relações de produção. Somente nessa separação, que guarda para si o fundamental da sociabilidade da exploração, é possível então democratizar o nível político.³⁶⁷

³⁶⁶ VIANNA, 1978, p. 20.

³⁶⁷ MASCARO, 2013, p. 90.

Não à toa o arquétipo jurídico que moldurou a sociedade industrial, muito além de pautas meramente corporativistas e trabalhistas, foram os sindicatos como símbolo de um novo tempo em que a classe trabalhadora começaria a ser agente de teorias colidentes, mas que teria de condensar essas diferenças em práticas políticas condizentes a sua responsabilidade histórica e se colocar como indutor de Estado consciente não do trabalho como fenômeno social, mas como pauta de poder político.

Nesse caso, se reveste de total prioridade os sindicatos organizarem e conscientizarem a classe trabalhadora em sua totalidade ou restarão cada vez mais com limitações e restritos a um contingente reduzido e parcial da massa proletária.³⁶⁸

O trabalho, na sociedade industrial, mais do que em qualquer outra época, assumiria um papel estratégico na identificação desse período histórico. Definir-se-ia o próprio existencialismo humano, atraindo o quesito de ser dignificante e afastando qualquer ressalva positiva acerca do ócio, teria um protagonismo fundamental na matriz econômica, principalmente por sua condição assalariada.

Na concepção de Marcuse,

o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e tem nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Essa identificação não é uma ilusão, mas uma realidade. Contudo, a realidade constitui uma etapa mais progressiva de alienação. Esta se tornou inteiramente objetiva. O sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada. Há apenas uma dimensão, que está em toda parte e tem todas as suas formas. As conquistas do progresso desafiam tanto a condenação como a justificação ideológicas; perante o tribunal dessas conquistas, a falsa consciência, a ‘falsa consciência’ de sua racionalidade se torna a verdadeira consciência.³⁶⁹

Logo, os sindicatos não passariam a ser importantes por representarem uma classe, mas por inevitavelmente atuarem diretamente na realidade econômica da sociedade industrial, na verdade, fazendo parte desse processo, muito além da luta de classe. Trariam o tensionamento de que colocariam o capital sob a baliza do limite em prol de que a importância de produzir encontrasse um freio, pois o homem, além de trabalhar, tem de existir.

Diferentemente de outros processos revolucionários e históricos, a Revolução Industrial demarcou tanto um período que não à toa emprestou a sua denominação a definir a própria sociedade como industrial. O trabalho assumiria um relevo de influência cultural a definir uma pessoa pela sua própria atividade.

³⁶⁸ ANTUNES, 2009. p. 230.

³⁶⁹ MARCUSE, 1979, p. 31.

Pois bem, como se chega a um nível de interseção profunda entre o ser humano e o trabalho e não taxar de importância o sindicato? Dispensar o movimento sindical de relevância é subverter a própria lógica que o liberalismo impõe ao trabalho, mas que se torna compreensível a perceber o real enfoque liberal, uma capacidade produtiva a serviço da mais-valia, com a classe trabalhadora apenas sendo mais um meio, nunca nenhum fim o qual merecesse uma consideração de destaque.

Os sindicatos, no modelo liberal vigente da sociedade industrial capitalista, têm como principal enfoque romper a barreira social a qual segrega os trabalhadores tidos como legalmente reconhecidos e os subproletarizados que já não podem mais ser considerados “franjas” do sistema capitalista, mas a sua própria ou principal consequência no tocante à precarização da classe trabalhadora.³⁷⁰

Tornar o trabalho dignificante não necessariamente trará dignidade à classe trabalhadora. Porém, a sociedade industrial construiu uma eficiente doutrinação em que o trabalho recompensaria quem produzisse e trabalhasse. No entanto, a realidade seria demarcada por jornadas extensas e salários que pouco garantiam a sobrevivência. Marx apontava que:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador.³⁷¹

Ser dignificante trabalhar se colocaria como uma etapa na construção do *homo economicus*, afastado de valores humanísticos e da sua própria condução humana. Seria o começo de uma sociedade pautada em rendimento e produtividade, a indústria passaria a ser um padrão comportamental e afetaria as relações interpessoais e aspectos contemplativos como se a arte e a reflexão crítica do mundo fossem dispensáveis e menos importantes.

H. Kern e M. Schumann afirmavam:

³⁷⁰ ANTUNES, 2009, p. 230.

³⁷¹ MARX, 2018a, p. 849.

Acontece diante de nossos olhos uma mudança fundamental no emprego das forças de trabalho residuais em setores-chave da indústria, que seria compreendida demasiado estreita e unilateralmente pela fórmula da crise do taylorismo. Pode-se chegar mesmo a falar de uma mudança de paradigma de política trabalhista nas empresas dos setores-chave.³⁷²

O trabalho tido como importante para a sociedade industrial seria o que afastasse uma capacidade cognitiva do mundo e tudo pudesse ser pensado apenas pela economia. O liberalismo ao eleger como meta o individualismo e o sucesso pessoal, tirava o homem da sua condição de coletividade. Ser coletivo importaria apenas para produzir, jamais para reivindicar.

Toda essa construção atraía para os sindicatos um ambiente naturalmente de hostilidade para a sua valorização. O liberalismo e a sociedade industrial foram agentes da sua criação, porém advogavam pela sua destruição ou impossibilidade de atuação. Como pautar uma coletividade em desigualdade e tentar colocá-la como virtude da igualdade? Essa seria a dinâmica liberal e a aceitação da subserviência seria alcançada pelo cabresto cultural.

Essas reminiscências e desajustes entre o indivíduo, as necessidades sociais e a estrutura cultural da sociedade industrial foram interpretadas François Perroux da seguinte forma:

Acreditam estar morrendo pela Classe, morrem pelos rapazes do Partido. Acreditam estar morrendo pela Pátria, morrem pelos industriais. Acreditam estar morrendo pela liberdade da pessoa, morrem pela liberdade dos dividendos. Acreditam estar morrendo pelo proletariado, morrem por sua burocracia. Acreditam estar morrendo por ordens de um Estado, morrem pelo dinheiro que mantém o Estado. Acreditam estar morrendo por uma nação, morrem pelos bandidos que a amordaçam. Acreditam – mas por que se deveria acreditar, em tal escuridão? Acreditar – morrer? – quando se trata de aprender e viver?³⁷³

Os sindicatos se colocavam pelo liberalismo como a contradição de um sistema a ter na luta de classes o espaço a servir como exposição de uma condição desumana de trabalho,

³⁷² Original: “Vor unseren Augen vollzieht sich ein grundlegender Wandel in der Beschäftigung von Restarbeitskräften in Schlüsselsektoren der Industrie, der mit der Formel der Krise des Taylorismus zu eng und einseitig zu verstehen wäre. In Schlüsselbranchen kann sogar von einem arbeitspolitischen Paradigmenwechsel in Unternehmen gesprochen werden.” Tradução do autor. KERN, Horst; SCHUMANN, Michael. **Ende der Arbeitsteilung?** Munique, 1984. p. 149.

³⁷³ Original: “Ils croient qu'ils meurent pour la Classe, ils meurent pour les garçons du Parti, Ils croient qu'ils meurent pour la Patrie, ils meurent pour les industriels. Ils croient mourir pour la liberté de la personne, ils meurent pour la liberté des dividendes. Ils croient qu'ils meurent pour le prolétariat, ils meurent pour leur bureaucratie. Ils croient qu'ils meurent sur les ordres d'un État, ils meurent pour l'argent que l'État entretient. Ils croient mourir pour une nation, ils meurent pour les bandits qui la musellent. Ils croient – mais pourquoi croire, dans de telles ténèbres? Croire – mourir? – quand il s'agit d'apprendre et de vivre?” (Tradução do autor). PERROUX, François. **La Coexistence pacifique**. Paris: Presses Universitaires, 1958. v. III. p. 631.

mas que a sociedade industrial teria exatamente como projeto normalizar a capacidade reflexiva da massa proletária e não permitir um protagonismo dentro do próprio conjunto de trabalhadores, o que seria o esperado.

Dotar os sindicatos de legitimidade não seria o mesmo que lhes oportunizar condições de fazer da luta de classes um avanço real na narrativa de disputa de poder político ao ponto de tamponar a influência dominante liberal na sociedade industrial. Talvez se tenha uma equivocada impressão pelo enfrentamento oriundo das teorias políticas colidentes com o liberalismo que o sindicalismo guarnecia de um equilíbrio de forças na luta de classes.

Os sindicatos, pautados e vocacionados pelas lutas coletivas, para equilibrar a lógica do individualismo liberal, teriam de avançar no reexame da real força do sindicalismo enquanto ambiente representativo e se colocar institucionalmente nos espaços de disputas políticas do Estado, sem, contudo, se inserir sob a tutela do postulatário estatal³⁷⁴.

No entanto, por mais que o liberalismo tenha atuado e de certa maneira produzido reflexões na classe trabalhadora, a sociedade industrial continuaria a ser demandada pela costela do pensamento dominante liberal. A sucção cultural produzida pelo liberalismo trouxe ao sindicato um raso espaço de atuação que a própria necessidade de sobrevivência de quem labutava no chão de fábrica limitava a sua compreensão do sindicalismo como atributo libertador.

Na verdade, ao incorporar as teorias contrárias do liberalismo como as suas bandeiras, os sindicatos entendiam que a própria luta de classes seria apenas uma etapa, mas enquanto a ideia de divisão social fenecesse na sociedade industrial como algo natural, as ideias liberais estariam conseguindo se impor e manter a captura ideológica e cultural da classe trabalhadora.

Por mais paradoxal que possa parecer, a ideia de luta de classes favorecia apenas à hegemonia liberal, pois o que as teorias como as socialistas, as anarquistas e as comunistas apregoavam seria exatamente uma sociedade livre das setorizações sociais. Aos sindicatos, insculpidos precisamente na acepção liberal, seria necessário criar a compreensão de que a divisão do trabalho não necessariamente estaria fincada na exploração e na reprodução de uma casta social em postos de trabalho mais e menos valorizados.

As conformações das classes sociais cada vez mais fluidas pela medição do consumo, tem-se alterado, oportunizando consequências e desdobramento no contorno de como a luta de classes foi estruturada. Contudo, apesar dessas transformações sociais, ainda há uma impossibilidade de alterar a hegemonia do capital. Para Lessa, “nas novas condições

³⁷⁴ LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 8.

históricas de esgotamento do padrão de acumulação fordista/welfare state, o novo patamar de extração da mais-valia, as novas tecnologias e formas de gerenciamento são tudo que o capital tem a oferecer para o futuro”.³⁷⁵

Sair da utopia para a prática obrigaria os sindicatos a refrearem o pensamento da sociedade industrial de que os privilégios seriam admitidos e normalizados. A burguesia, fiadora da propriedade privada, patenteava pela luta de classes exatamente a normalidade de uma construção social pautada em escalonamentos econômicos a criar os abismos entre ricos e pobres.

4.3 A luta de classes como sentido da verdade para a existência sindical

Ellen Meisinks Wood afirmava que a globalização tanto econômica quanto política estaria inserida na tradição marxista do século XIX e o Estado já era visto como o grande receptor de ideias. Esse panorama do globalismo influenciou a política da classe trabalhadora para uma política dirigida ao Estado e ao poder da classe concentrada.³⁷⁶

A luta de classes, mais do que uma porta autêntica de demonstração de força dos sindicatos, talvez os colocasse apenas como a voz legitimadora a confirmar que a sociedade industrial, afincada no liberalismo, seria uma construção justa exatamente por tudo isso ocorrer em uma democracia liberal burguesa que começava a ascender e incorporar um discurso quase como condição-padrão entre a mais nova relação entre Estados e mercados.

Os sindicatos, por intermédio dos seus representantes e representados logo perceberam que as correntes socialistas e comunistas demandariam uma disposição até então desconhecida da sociedade industrial de continuar a industrialização e incentivar à tecnologia, porém sem necessariamente fazer desse processo fabril uma finalidade produtiva para a mais-valia, não atentando para uma demanda de exploração na mão de obra.

Nesse tensionamento existente entre correntes políticas, os sindicatos partiriam como um ponto futuro, embora fosse imbricado na sua própria construção histórica como um produto ideologicamente composto por insumos teóricos e práticos liberais. Do ponto de vista histórico, com ascensão e consolidação do capitalismo na sociedade industrial, o desafio posto seria trazer para o sindicalismo condições reais de enfrentarem ideologicamente a captura cultural da classe trabalhadora pelo pensamento liberal.

³⁷⁵ LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** Crítica da Teoria Imaterial. São Paulo: Xamã, 2005. p. 71.

³⁷⁶ WOOD, 2005, p.104.

No entanto, como uma metamorfose o capitalismo, para frear a insurreição da classe trabalhadora com o avançar da sociedade industrial, fazia da divisão social do trabalho e a consequente descentralização, flexibilização e instabilidade de emprego uma incompatibilidade com o compromisso da luta de classes. O capital atuará, subjetivamente, na captura da estética da massa proletária.³⁷⁷

Saber que o movimento sindical estaria propenso a abraçar as teorias socialistas e comunistas não seria de maior dificuldade, tendo em vista a afinidade premente com a causa proletária, porém o que essas correntes políticas não trariam seria justamente uma instantânea decantação de uma classe trabalhadora, pelo menos na sociedade industrial, formada sob a égide liberal.

Para a classe trabalhadora, o enfrentamento da sociedade industrial capitalista passaria por um fortalecimento de um sindicalismo engendrado em novas estratégias, atrelado às novas formas de mobilização coletiva que ressignificassem os métodos para conseguir perpassar movimentos sociais e econômicos espaçados pelos modos de produção fabris já conhecidos.³⁷⁸

A classe trabalhadora, erigida na sociedade industrial, estaria culturalmente impingida a compreender a luta de classes como uma paisagem fixa da correlação de disputa política, existindo como uma mediação necessária a um processo similar de sístole e diástole dentro de uma mesma norma jurídica, ou seja, haveria um enfrentamento na sobreposição de ideais, mas sempre sob premissa liberal.

Para a classe trabalhadora, alçada na sociedade industrial, a luta de classe validaria um acesso a mais direitos, porém sem necessariamente romper com a ordem política vigente. Dentro do liberalismo seria possível garantir a cultura da produtividade e do consumo e, modularmente, atingir parâmetros satisfatórios nas demandas aferidas por quem ocupava o chão de fábrica. Havia uma disposição de endogenia política liberal.

Todo processo histórico estaria condicionado às condições fáticas e o movimento sindical não seria diferente. O avançar das ideias socialistas e comunistas se daria de forma natural nos meandros dos chãos de fábrica, no entanto sua referência, quando não utilizada

³⁷⁷ PINTO, Jailda Eulidia da. **O direito ambiental do trabalho no contexto das relações individuais, sindicais e internacionais**: para além da dogmática jurídica, da doutrina da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do direito comunitário. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 168.

³⁷⁸ LIRA, Fernanda Barreto. **Meio ambiente do trabalho e enfermidades profissionais**: os rituais do sofrimento e a morte lenta no contexto do trabalho livre/subordinado. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 130.

como uma teoria, vide o socialismo utópico, seria obstruída pela cultura dominante liberal de que havia um processo civilizatório em ascensão.

O professor Michel Zaidan arremata:

A luta de classes, no interior de cada modo de produção, é o motor da história humana. É o que faz ela caminhar. A afirmação da prioridade do conflito entre o homem e a natureza, através do trabalho, ao longo da história, subestimaria a importância do estatuto essencial da contradição social entre as classes e camadas sociais. A questão que se põe, então, é se a ênfase maior na crítica à racionalidade instrumental (moderna), como um meio de dominação da natureza e sua sujeição às necessidades humanas não desviaria a atenção da história como a história da luta de classes, desde a antiguidade até o capitalismo (como está no Manifesto Comunista) pondo a ênfase no conflito homem versus natureza (razão instrumental versus razão substantiva) (ciência e técnica versus magia e mimesis) ou se se poderia pensar o materialismo dialético como o conflito homem e natureza mediado pelo trabalho, mesmo a partir de uma segunda natureza (alienação social)!³⁷⁹

As correntes socialistas comunistas e anarquistas seriam sopesadas sob uma carga ideológica não que confrontasse alguma corrente oponente, mas um próprio processo de se opor a uma evolução civilizatória. Esse passo, aliás, indicava um ilusionismo que marcaria a sociedade industrial, o liberalismo praticamente não seria considerado uma ideologia, mas um curso natural evolutivo social, o que sobremaneira dificultou para a classe trabalhadora fenecer real sentido político prático às teorias as quais lhes eram favoráveis.

A sociedade industrial, juntamente com o capitalismo e o liberalismo, comporia uma espécie de redoma reparatória contra o período absolutista mais pretérito. Nesse caso tudo que confrontasse essa nova ordem política encontraria dificuldades em se firmar. Como questionar uma quadra histórica que rompia legalmente com a escravidão e começava a reconhecer direitos trabalhistas?

Tudo indicava como um processo contínuo e que se revestia de um cunho evolutivo para além do ideológico. Como não aceitar como naturais desigualdades sociais se a própria natureza, a teoria da seleção natural, preconizava a competitividade pela sobrevivência como algo inato? Nesse caso, o liberalismo e o discurso do livre mercado, mais que fatores de afirmação política, encontravam um ambiente histórico favorável, quase chancelador da narrativa do liberalismo, inclusive, amparado pelo controle da estética artística.

Lipovetsky apregoava que “enquanto se deflagra a concorrência econômica, o capitalismo trabalha para construir e difundir uma imagem artística de seus atores, para

³⁷⁹ ZAIDAN FILHO, Michel. **A doença como metáfora social**: política e sensibilidade em tempos de pandemia. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 74.

realizar as atividades econômicas. A arte se tornou um instrumento de legitimação das marcas e das empresas do capitalismo”.³⁸⁰

A teoria liberal se encontrava praticamente blindada de questionamentos práticos em que demonstrasse um regime tão alinhado com a narrativa das próprias ciências naturais, parecia mais apenas reproduzir sob o âmbito dos fenômenos sociais. Assim, a luta de classes enfrentava um cabresto, uma censura na possibilidade de avançar e repercutir as ideias comunistas, socialistas e anarquistas como objetos de deliberação de eminente tomada de poder político.

Porto percebeu toda essa construção do liberalismo e cravou: “De fato, a liberdade econômica sem limites conduziu à opressão dos mais fracos, gerando, segundo alguns autores, uma nova forma (talvez mais perversa) de escravidão.”³⁸¹

Em um mundo que começava a ser tingido também por um processo tecnológico a impactar as relações humanas e os destinos do ambiente do trabalho, é preciso compreender talvez que se esteja diante do principal processo histórico da humanidade desde o período mais primitivo. Importante ser dito, porque não foi mera coincidência ou força do destino o período da sociedade industrial desembocar também em um momento de maior valorização da classe trabalhadora e começar a ter sua força de trabalho comprada.

Os sindicatos se colocariam dentro desse momento histórico a trazer uma compreensão para a classe trabalhadora de que todo o ocorrido e os caminhos a serem colocados pela sociedade industrial estariam sendo direcionados pelos interesses da burguesia, logo as suas conquistas atenderiam a uma demanda de mercado, afastada de uma perspectiva inclusiva, mas apenas considerativa do seu papel frente à necessidade produtiva.

Imaginar uma ofensiva em que se desconsiderasse esse período histórico de, independentemente do motivo alinhado, reconhecimento para a classe trabalhadora na condição de mínima valorização da sua força de trabalho traria inevitavelmente um esgarçamento entre a ideologia dominante liberal e a real função da luta de classes.

Os modos de produção desenvolvidos na sociedade industrial capitalista agem para se engendrarem em qualquer esteio da sociedade no afã de rejeitar a narrativa da luta de classes e incrementar, estimular e reforçar a valorização do ser enquanto fenômeno individual, a alcançar e ser dotado de capacidade para alcançar as suas realizações individuais.³⁸²

³⁸⁰ LIPOVETSKY, 2015, p. 29.

³⁸¹ PORTO, Lorena Vasconcelos. **A subordinação jurídica no contrato de trabalho**: uma releitura necessária. São Paulo: LTR, 2009. p. 23.

³⁸² BOLTANSKI, Lue; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2009. p. 423.

Estaria colocada uma condição em que a burguesia dominante trabalharia como um desfazimento e ameaça a um processo histórico de ganho geral por se tratar de um amparo civilizatório. No entanto, a sua própria subserviência ao conceito de luta de classes deixaria exposto que a sua compreensão do que seria processo de civilização estaria acorrentada naquilo que tanto negaria, uma premissa ideológica.

A burguesia utilizava como escudo ideológico a democracia liberal burguesa, pois se valia do valor emprestado à democracia como anterior inclusive ao capitalismo e ao próprio liberalismo, traria mais ainda um realce civilizatório acima de qualquer disputa a ser entrelaçada pela luta de classes. Ademais, fazia do mercado uma entidade avessa à ideologia exatamente por estar supostamente à margem do controle estatal.

Na visão do professor Everaldo Gaspar, “a coerção que suportam os agentes, no estado inicial, é uma coerção cujo poder ou objetividade derivam-se do fato de os agentes não perceberem que é autoimposta”.³⁸³

Os sindicatos, enquanto agentes atuantes a tensionar e publicizar o mundo real da sociedade industrial do chão de fábrica, inevitavelmente trariam para a luta de classes uma concepção mais abrangente do que o próprio liberalismo sugeriria. Com a ascensão das teorias políticas contrárias às premissas liberais, também começava a se questionar o sistema de governo manejado pela burguesia.

Aliás, a classe trabalhadora começava a perceber que a luta de classes por dentro do liberalismo teria um alcance reduzido em patentear mudanças na estrutura sociológica da sociedade para além do reconhecimento de direitos. Nesse caso, é importante anotar que interessaria ao liberalismo ter uma classe trabalhadora minimamente inserida em condições de dignidade, porém longe do preconizado por Morelly:

O mundo é uma mesa suficientemente abastecida para todos os convivas, e suas iguarias ora pertencem a todos, porque todos têm fome, ora apenas a alguns, porque os outros estão saciados; desse modo, ninguém é seu dono absoluto nem tem o direito de pretender sê-lo.³⁸⁴

No entanto, esse reconhecimento na concessão de determinados direitos não seria uma mudança efetiva sociológica de perceber a classe trabalhadora como pessoas dotadas da mesma capacidade. Logo, se existia uma visão preconceituosa e sectária até pelo caráter

³⁸³ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do trabalho e pós-modernidade**: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTR, 2005. p. 319.

³⁸⁴ MORELLY, Étienne-Gabriel. **Código da natureza**. Tradução: Denise Botmann. São Paulo: Unicamp, 2013. p. 44.

separatista e pautado no privilégio do liberalismo, a luta de classes seria um fenômeno sem interesse em ser superado.

Para o liberalismo, a luta de classes, nada mais seria do que os desdobramentos de uma sociedade industrial em que se tinha na produção e no consumo o fluxo de interesse do capitalismo e dependente de uma força de trabalho assalariada induzida à alienação, cada vez mais contando com níveis de atuação laboral especificados.

A sociologia liberal na sociedade industrial faria da classe trabalhadora um estamento de controle tal qual se percebia no feudalismo ou no trabalho escravo. A diferença seria que a luta de classes seria tratada como um instrumento que demandaria mecanismos de controle a não permitir a mudança do controle do poder político pela burguesia. Não à toa a concessão de alguns direitos no final do século XIX se deu, na verdade, também já pela pressão exercida por teorias políticas antagônicas.

Aliás, Jean Lacroix apontava que:

O século XIX descobriu o que se poderia denominar os condicionamentos. O personalismo não estes condicionamentos. Acha mesmo que ignorá-los é tarefa do idealismo bem como do liberalismo, e conhecê-los é o único meio de se libertar deles. Mas é preciso acrescentar que, para ele, as condições não são causas suficientes, que há uma transcendência da reflexão em relação a esses condicionamentos.³⁸⁵

Mesmo em um cenário favorável traçado e estimulado por correntes políticas antagônicas, perceber-se-ia que a classe trabalhadora não colocaria um tensionamento pelo menos no primeiro momento a ameaçar o poder político vigente pela burguesia. A sociedade industrial já se constituía uma própria ideologia e por isso fazia do chão de fábrica uma massa de manobra exatamente por estarem inseridos quase como máquinas no sistema liberal.

Louis Rougier percebia as reais intenções do liberalismo e afirmava contundentemente:

O dirigismo do Estado liberal implica que ele seja exercido de maneira que a liberdade seja protegida, não subjugada; de maneira que a conquista do benefício seja o resultado da vitória dos mais aptos numa competição leal, não o privilégio dos mais protegidos ou dos mais ricos, em consequência do apoio hipócrita do Estado.³⁸⁶

Na verdade, a luta de classes ocorria sob a percepção praticamente apenas de uma classe quanto ao reconhecimento de existir enquanto agente político. A classe trabalhadora

³⁸⁵ LACROIX, 1967, p. 89.

³⁸⁶ ROUGIER, Louis. **Les Mystiques Économiques**: comment l'on passe des démocraties libérales aux États totalitaires. Paris: Librairie de Médicis, 1938. p. 84.

atuava, mas não se empoderava, até perceber que as correntes políticas antagônicas ao liberalismo se colocavam além de uma outra perspectiva sociológica de compreender a classe trabalhadora. A partir desse ponto tudo mudaria.

Walter Lippmann faz uma severa análise de como o liberalismo se comporta na prática:

As consequências desse erro foram catastróficas. Porque, imaginando esse domínio da liberdade inteiramente hipotético e ilusório, em que os homens supostamente trabalham, compram e vendem, fazem contratos e possuem bens, os liberais renunciaram a qualquer crítica e tornaram-se defensores do direito que reinava nesse domínio. Tornaram-se, assim, apologistas reconhecidos de todos os abusos e de todas as misérias que ele continha. Tendo admitido que não existiam leis, mas uma ordem natural vinda de Deus, só podiam ensinar a alegre adesão ou a resignação estoica. Na realidade, defendiam um sistema composto de vestígios jurídicos do passado e inovações interesseiras, introduzidas pelas classes mais afortunadas e poderosas da sociedade. Além do mais, tendo presumido a não existência de uma lei humana regendo os direitos de propriedade, os contratos e as sociedades, naturalmente não puderam interessar-se em saber se essa lei era boa ou ruim nem se podia ser reformada ou melhorada. Foi com toda razão que se ridicularizou o conformismo desses liberais. Eles tinham provavelmente tanta sensibilidade quanto aos outros, mas o cérebro deles parava de funcionar. Afirmando em bloco que a economia de troca era ‘livre’, isto é, situada fora da alçada da jurisdição do Estado, meteram-se num impasse. [...] É por isso que perderam o domínio intelectual das grandes nações. E o movimento progressista virou as costas para o liberalismo.³⁸⁷

Se a luta de classes pelo liberalismo seria não avançar na relação entre os donos dos meios de produção e o chão de fábrica, o socialismo e o comunismo a veria como uma etapa na tomada de consciência da massa proletária. Os sindicatos teriam a função de, mais do que avançar nas conquistas de direitos trabalhistas, ir além de convencionar e entender a democracia liberal burguesa como uma limitadora e, portanto, não um regime político regulamentador de direitos iguais.

André Barreto faz uma astuta análise em esmiuçar o equívoco da luta de classes aceitar a “ilusão jurídica” como modo operacional da democracia liberal burguesa, conforme se observa em suas palavras:

Desse modo, a partir da ótica obreira, a regulação havida inicialmente na segunda metade do Século XIX e sistematicamente nas primeiras décadas do Século XX seria fruto da luta sindical e classista, concretizações jurídicas resultados da luta contra o trabalho assalariado e subordinado, contra as suas formas estranhas. Entretanto, a validade dessas conquistas não tiraria do direito o fato de ele ser também uma forma de exploração – a total alienação do direito (aí incluído o Direito do Trabalho) em relação à luta de classes é

³⁸⁷ LIPPMANN, Walter. **La cité libre**. Trad.: Georges Blumberg. Paris: Librairie de Médicis, 1938. p. 234-235.

apenas mais uma face da acima já falada ‘ilusão jurídica’, da inversão da realidade material operada pela forma jurídica, de sua especificidade no capitalismo.³⁸⁸

Os sindicatos, ao mesmo tempo que impulsionaram a democracia liberal burguesa como sistema de governo supostamente aberto ao debate pela representatividade exercida pela classe trabalhadora, mostraram que essa disposição de diálogo estaria franqueada ao interesse da burguesia. Ora, se em qualquer regime existir uma imposição de vontade, mesmo que subliminar, haverá sumariamente uma relação de força por parte de um dos lados. Era assim com a burguesia.

A democracia liberal burguesa permitia ou consentia a existência de Sindicatos, mas o poder político seria da burguesia. A percepção não foi instantânea até pela luta de classes passar uma ideia de real possibilidade de alternância de poder, quando na verdade paradoxalmente faz uma pacificação quando coloca forças antagônicas para conviverem sem uma condição de igualdade entre ambas.

Os sindicatos seriam o reflexo no espelho por imagens diferentes. Estariam tensionando por dentro do sistema, no caso, o liberalismo, mas de maneira estéril. Produziriam melhoras, mas não mudanças, exatamente por terem a regulação jurídica da relação laboral como ponto de atenuação dos conflitos de classe, fato este que, inclusive, obrigou o capitalismo a se revestir de um caráter mais social.

André Barreto, em análise desse quadro histórico, aponta:

[...] nasce o Direito do Trabalho já com a função jurídica de legitimação e, ao mesmo tempo, imposição de limites à exploração capitalista da força de trabalho, esta na qualidade de mercadoria em circulação no mercado e essencial à valorização do capital e acumulação capitalista. Vem a surgir esse ramo jurídico a fim de garantir as condições mínimas para que os trabalhadores sejam livres – no seu duplo sentido de serem capazes de vender a sua força de trabalho para quem quiserem, ao mesmo tempo que sejam obrigados a vender essa força de trabalho para viver (porque estão eles ‘libertados’ de todo e qualquer controle sobre os meios de trabalho/produção). Diante dos levantes operários, garantir a reprodução da força de trabalho e os patamares mínimos de dignidade em sua exploração passou a ser parte da tônica da ‘ampliação democrática’, da jurisdicação de direitos ao trabalho, portanto, nesse momento, de impor uma contratendência de ‘tomada do poder político’ pelo povo, desde a crescente vinda da luta de classes.³⁸⁹

³⁸⁸ BARRETO, André. **Advocacia, trabalho e classe social: uma crítica do trabalho livre/subordinado nas firmas jurídicas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 42.

³⁸⁹ BARRETO, André. Para seguir “mantendo o povo na linha”: acumulação de riquezas, desigualdade e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (UFPE)**, Recife, v. 92, n. 2, p. 96-113, 2020. p. 107.

Esse processo se deu de maneira exógena, ou seja, de fora para dentro, diferentemente do controle político exercido pela burguesia, as nuances de conscientização da classe trabalhadora foram sendo expostas paulatinamente e não cessou mesmo quando a democracia liberal burguesa assentiu em prestigiar o chão de fábricas com o tecido protetivo social mais amplo.

Everaldo Gaspar de Andrade aduz que a teoria política liberal afiançou o conceito do trabalho livre/subordinado como uma vitória política propiciada pelas lutas sociais ancoradas na doutrina liberal.³⁹⁰

Os sindicatos romperiam com a narrativa liberal de apenas garantia de direitos para compreender que a subserviência e o fato de vender a sua força de trabalho não seria um destino traçado como uma ordem posta a qual teria como vocação organizar a sociedade em classes. Na verdade, a divisão do trabalho fabril se dava pela necessidade capitalista de produção e foi exatamente esse despertar que se disseminou no chão de fábrica.

Nesse âmbito, opinião polêmica traz Rudolf Hilderfing no tocante à atuação dos sindicatos:

A luta sindical é uma luta pela taxa de lucro, do ponto de vista do empresário e pelo nível do salário (no que está incluída a redução da jornada de trabalho), do ponto de vista dos operários. Jamais poderá ser uma luta pela abolição da própria relação do capital, isto é, da exploração da força de trabalho, pois semelhante luta estaria sempre decidida de antemão. Como o objetivo da produção capitalista é a produção de lucro pela exploração do operário, a abolição da exploração tornaria a empresa sem sentido para o empresário. Portanto, ele paralisaria a produção; pois fosse qual fosse sua situação pessoal. Ela não poderia ser melhorada com a abertura de uma empresa; em tal caso, arriscar-se-ia a levar seus operários a morrerem de fome. Se somente sua área estivesse ameaçada, procuraria salvar pelo menos uma parte de seu capital, transferindo-o para outra área. A luta pela completa extinção da exploração sai assim do quadro das tarefas puramente sindicais; é uma luta que de modo algum pode ser decidida pelos métodos de lutas sindicais, como quer fazer crer a ‘teoria’ sindicalista. Mesmo quando imita a forma dos métodos sindicais de luta – como, por exemplo, em uma greve geral -, não se trata de uma luta contra a posição econômica do empresário, mas de uma luta pelo poder da classe operária como um todo, contra a organização do poder da burguesia, o Estado. O prejuízo econômico dos empresários sempre é apenas um recurso na luta pela desorganização dos meios estatais do poder. Essa tarefa política não poderá ser jamais a tarefa dos sindicatos como tais, mas somente pode colocar a forma de organização sindical a serviço das lutas políticas do proletariado.³⁹¹

A classe trabalhadora permaneceu alocada à democracia liberal burguesa, porém restava evidente de que valores como liberdade e dignidade se resumiam a narrativas como a

³⁹⁰ ANDRADE, 2014, p. 97.

³⁹¹ HILFERDING, 1985, p. 332.

abolição da escravidão, mas jamais sem contrapor a dinâmica de produção. Enquanto existisse a permissividade da exploração romantizada na força de trabalho assalariada, o liberalismo estaria ideologicamente cooptando o chão de fábrica para ser o pano de chão do sistema.

O professor Everaldo Gaspar atesta sobre a ideologia da classe dominante:

[...] O conceito de ideologia dominante se institui da seguinte maneira: na sociedade dividida em classes o poder político encontra-se nas mãos da classe dominante. Mas, essa mesma classe dominante, para tornar o poder duradouro, necessita fazer com que o poder, pela violência, se transforme em poder político consentido. Para conseguir esse objetivo ela precisa, ainda, obter dos seus súditos, mediante um consentimento livre e consuetudinário, a sua obediência. Obediência que não pode ser conseguida, apenas, pela força. É exatamente para isso que o sistema contraditório serve. Nesse sentido, invoca Gramsci, para falar em Aparelhos Ideológicos do Estado, caracterizados por um conjunto de instituições ideológicas, religiosas, morais, jurídicas, políticas e estéticas, dentre outras. A partir desse conjunto de instituições, essa forma política de existência se unifica para impor às massas exploradas a sua ideologia peculiar exatamente para que as massas a incorporem como sua própria ideologia.³⁹²

A insurreição da classe trabalhadora se deu justamente quando paulatinamente o véu do liberalismo já não mais cobria o seu interesse prevalente pela burguesia e as teorias as quais refugavam a pauta liberal cada vez mais alocavam na consciência de quem estava no chão de fábrica e anunciava o caminho a ser pautado pelos sindicatos na disputa política.

Para Marx e Engels,

o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social.³⁹³

Os sindicatos se empoderavam do seu poder de atuação por fora dos muros e limitações liberais, exatamente por perceber que as teorias socialistas e comunistas, mais do que visões de mundo, seriam plano de ações. Mais do que manuscritos de intelectuais, seriam ferramentas de transformações sociais nas mãos calejadas da classe trabalhadora. Não atuariam apenas por melhorias nos chãos de fábricas, mas por uma transformação no mundo de verdadeira justiça social.

De acordo com Mauss,

[...] O socialismo pretende agir sobre o conjunto dos fatos sociais. Estes são de natureza psíquica; logo a ação socialista será psíquica por natureza. Será um esforço psicológico. Tenderá a fazer nascer no espírito dos indivíduos e

³⁹² ANDRADE, 2014, p. 62.

³⁹³ MARX; ENGELS, 2021, p. 73.

em todo o grupo social uma nova maneira de ver, pensar e agir. Criará uma nova atitude mental e, conseqüentemente, uma nova prática dos homens. A ação socialista deve substituir pela consciência socialista aquilo que não é ela. Deve suscitar no indivíduo e no grupo essas novas formas de vida que serão as da sociedade futura: uma nova forma de se comportar diante dos fatos; um novo sistema moral de penas e recompensas, castigando o ocioso que a sociedade atual faz prosperar. Em resumo, a ação socialista forja, desde já, o arcabouço, a arrojada forma metálica da sociedade do amanhã.³⁹⁴

Os sindicatos, principalmente a partir do final do século XIX, se tornaram um objeto de transformar em ação o que teorias como as socialista e comunista se restringiam aos cafés europeus e motins logo conspurcados. Mauss apontava que:

Os sindicatos não são caixas mútuas ou organismos de egoísmo corporativo, e sim meios de luta, instituições de direito operário, órgãos da futura sociedade³⁹⁵. [...] O que fica mais evidente é a criação de um direito novo, de um direito operário, o nascimento de uma nova personalidade moral, o sindicato. O sindicato não serve só para melhorar a condição do indivíduo: ele pede subordinação e sacrifício a cada um, faz sentir o que é coletividade. Nele se produz uma forma nova de agir e pensar.³⁹⁶

Com a classe trabalhadora amotinada em espaços urbanos e no cotidiano do chão de fábricas, novos aspectos culturais surgiam. A convivência diária no sofrimento e longe das benesses liberais do livre mercado demonstravam que a percepção absolutista do privilégio permanecia inalterada, quem detinha o controle do poder político fazia um Estado sob medida aos seus interesses.

O liberalismo não diferiria do absolutismo por inteiro. Na verdade, a sua essência trazia uma mesma leitura de privilégio da sociedade, aliás, esse seria o ponto a convergir à democracia liberal burguesa com os regimes monarquistas absolutistas, estratificações sociais seriam normalizadas exatamente pela visão natural que seria atribuída inclusive à

³⁹⁴ Original: “[...] *Le socialisme entend agir sur l'ensemble des faits sociaux. Ceux-ci sont de nature psychique; bientôt l'action socialiste sera de nature psychique. Ce sera un effort psychologique. Elle tendra à faire émerger une nouvelle façon de voir, de penser et d'agir dans l'esprit des individus et dans l'ensemble du groupe social. Cela créera une nouvelle attitude mentale et par conséquent une nouvelle pratique chez les hommes. L'action socialiste doit substituer la conscience socialiste à ce qu'elle n'est pas. Elle doit éveiller chez l'individu et dans le groupe ces nouvelles formes de vie qui seront celles de la société future : une nouvelle façon de se comporter face aux faits ; un nouveau système moral de sanctions et de récompenses, punissant l'oisif que la société d'aujourd'hui prospère. En résumé, l'action socialiste forge désormais l'ossature, la forme métallique audacieuse de la société de demain.*” Tradução do autor. MAUSS, Marcel. **L'Action socialiste**. Le Mouvement Socialiste. 15 out.1899, em *Écrits politiques*. Paris: Fayard, 1997. p. 76-77.

³⁹⁵ Original: “*Les syndicats ne sont pas des fonds mutuels ou des organes d'égoïsme corporatiste, mais des moyens de lutte, des institutions de droit ouvrier, des organes de la société future.*” Tradução do autor. MAUSS, loc. cit.

³⁹⁶ Original: “*Ce qui est le plus évident, c'est la création d'un nouveau droit, un droit ouvrier, la naissance d'une nouvelle personnalité morale, le syndicat. L'union ne sert pas seulement à améliorer la condition de l'individu : elle demande à chacun subordination et sacrifice, elle fait sentir ce qu'est la collectivité, elle produit une nouvelle façon d'agir et de penser.*” Tradução do autor. Ibid., p. 78.

desigualdade. As teorias contrárias ao liberalismo refutavam não apenas aspectos econômicos, mas a própria lógica que a sociedade industrial se difundia em perpetuar cadeias sociais dominantes sobre outras.

Para Ulrich Beck,

no modelo da sociedade industrial, de formas diversas – como no esquema de ‘classes’, ‘família nuclear’, ‘trabalho assalariado’, na compreensão de ‘ciência’, ‘progresso’, ‘democracia’ -, elementos constitutivos de uma tradicionalidade industrial imanente são incorporados, seus fundamentos fragilizados e suspensos pela reflexividade das modernizações. Por mais estranho que possa parecer: as irritações de época assim desencadeadas são em todos os sentidos resultados do êxito das modernizações, que atualmente já não ocorrem nos, e sim contra os trilhos e categorias da sociedade industrial. Vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação. Para poder chegar a conceber isso é pressuposto que a imagem da sociedade industrial seja revista. Segundo seu plano geral, ela é uma sociedade semimoderna, cuja conjugada contramodernidade não é algo ou tradicional, mas construto e produto socioindustriais.³⁹⁷

Os sindicatos agiriam exatamente por uma tomada de consciência muito além dos chãos de fábricas, iriam se constituir como o principal contraponto a uma organização social, insuflada no liberalismo, e formariam uma insurgência à ordem posta por disseminar as teorias que na prática bradariam por uma nova dinâmica na disputa do poder político a qual afetaria a divisão do trabalho.

Leroy assentia, “é pelo sindicato que o operário toma consciência de si mesmo; é lá que ele reflete sobre a sua condição, procura melhorá-la, aprende a resolver pela reflexão e pela ação o problema de sua inferioridade, ignorância e obediência”.³⁹⁸

Os sindicatos passaram a ser uma voz pulsante não apenas em incomodar o liberalismo, mas trazer um tensionamento até então não imaginado pelos donos dos meios de produção da real possibilidade de tomada de poder. A classe trabalhadora passava a ter uma unidade que iria demonstrar que toda a riqueza produzida seria fruto da sua força de trabalho e a mais-valia do patrão teria o custo da sua exploração.

Dardot e Laval preconizavam que “o movimento operário é um fato institucional: é constituído não somente de recordações e referências comuns, como também, e sobretudo, de

³⁹⁷ BECK, 2011, p. 17-78.

³⁹⁸ Original: “c’est par le syndicat que le travailleur prend conscience de lui-même; c’est là qu’il réfléchit sur sa condition, Cherche à l’améliorer, apprend à résoudre par la réflexion et l’action le problème de son infériorité, de son ignorance et de son obéissance.” Tradução do autor. LEROY, Maxime. **La Coutume ouvrière**: syndicats, bourses, fédérations professionnelles, coopératives, doctrines et institutions. Paris: CNT – RP, 2007 [2013]. 2 v. p. 26.

regras comuns. Sua força e sua posição na sociedade não se devem apenas a um impulso colérico, ao instinto de classe, ao ódio ao burguês”.³⁹⁹

Os sindicatos passaram a possuir não apenas uma identidade de defesa da classe trabalhadora, mas também um alinhamento ideológico contrário ao liberalismo posto fiador da sociedade industrial. Estava claro que a Revolução Industrial não seria uma etapa liberal, mas economicamente se assemelhava essa corrente, assumindo o que seria, algo mais amplo, a atingir a própria dinâmica do Estado e todas as nuances a envolver a relações de trabalho foram capturadas pelas esquadrias da burguesia e da democracia liberal burguesa.

Nesse cenário, tornou-se praticamente impossível os sindicatos não adotarem uma pauta alinhada às teorias comunistas e socialistas, por defenderem um Estado além dos privilégios burgueses e identificado com as premissas da classe trabalhadora. Interessante que a crítica liberal às correntes opostas partiria exatamente da estatização dos meios de produção e de um pretenso cerceamento na liberdade de propriedade.

No entanto, a classe burguesa só não se apercebia de que a proteção da propriedade privada na democracia liberal burguesa; - toda uma norma jurídica a proteger o Estado burguês e uma subjugação à classe trabalhadora como estamento social inferior; - seria também uma forma de controle estatal, porém à sua medida. Na verdade, o que se dizia liberdade no liberalismo seria um conceito mitigado para quem detinha a proa do poder político, no caso, a burguesia.

Podosetnik e Yakhot, ao perceberem essa liberdade condicionada ao sistema liberal burguês, vaticinavam:

Na sociedade burguesa, todo o mundo parece ser livre. Ninguém força o operário a trabalhar, ou o capitalista a oferecer-lhe trabalho. O operário pode ou não procurar o capitalista. Isto é com ele. Os ideólogos do imperialismo chegaram a inventar uma expressão especial, ‘mundo livre’, para denominar o mundo capitalista. Examinemos em que consiste na realidade de fato tal liberdade no chamado mundo livre. Para que o homem seja livre, ele deve ser capaz de dominar as condições da vida social. Pode ele fazer tal coisa na sociedade capitalista, que se baseia na exploração e na opressão? A história mostra que a liberdade não passa de uma ilusão, um engodo para as massas, em uma sociedade onde existem a exploração do homem pelo homem e a opressão colonial. Onde existe a propriedade privada dos meios de produção - e sua consequência: a exploração do homem pelo homem - não há liberdade para os operários, porque, sob tais condições, a liberdade para o povo não tem uma base objetiva, mas apenas uma significação formal. O povo não pode gozar a liberdade, mas apenas os exploradores. A liberdade sem base material, a liberdade pura e simples, a liberdade como ideia, é semelhante a uma flor sem raízes plantadas no solo. Por mais bela que seja, inevitavelmente murcha e morre. Em uma sociedade baseada no poderio do

³⁹⁹ DARDOT; LAVAL 2017, p. 413.

dinheiro, onde as massas trabalhadoras são empobrecidas e um punhado de milionários vive como parasitas, não pode haver, como ensinou Lenin, a liberdade real, verdadeira. Os trabalhadores só gozam de liberdade política e social depois de terem tomado o poder com as suas próprias mãos e construído uma nova sociedade, sem exploradores e opressores.⁴⁰⁰

Aliás, a classe trabalhadora teria nos sindicatos uma possibilidade de refletir exatamente o seu papel na sociedade industrial, ou seria uma força de trabalho meramente para garantir privilégios da classe dominante, sem ambições a disputar e a refazer a narrativa econômica imposta por quem estava à frente do poder político do Estado?

A democracia liberal burguesa era tão estatizante quanto o apregoado pelas teorias comunistas e socialistas. Qual seria a diferença estrutural dos meios de produção controlados pelo Estado burguês do que seriam controlados por um Estado proletário? Marx ia além e questionava:

Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão de cada dia? Investigar esse problema seria investigar o que os economistas chamam de acumulação prévia ou original, mas que deveria ser chamada acumulação original não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade original existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho.⁴⁰¹

Os sindicatos perceberam que o liberalismo seria a teoria da burguesia e o comunismo e o socialismo, as suas. Não havia neutralidade quando se tratava de propriedade dos meios de produção e a concentração da riqueza. Engels anotava que:

O proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis por que o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um ‘equivalente’ – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino. Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo ‘equivoco’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às ‘justas’ propostas dos burgueses, seus ‘superiores naturais’?

⁴⁰⁰ PODOSETNIK, V.; YAKHOT, O. **Pequeno Manual do Materialismo Dialético**. Trad.: Daniel Campos. São Paulo: Argumentos, 1967. p. 93-94.

⁴⁰¹ MARX, 2006b, p. 111.

Ora, é fácil encontrar um outro que as aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida.⁴⁰²

Ora, sendo assim, os sindicatos exerceriam um papel fundamental e por óbvio seriam rechaçados pela burguesia exatamente por trazerem à tona uma reflexão de que a interpretação de liberdade ou até totalitarismo poderia ser enviesada pelo interesse do controle político, no caso da burguesia, o direito de propriedade lhe garantiria o acúmulo do produzido nos meios de produção, a mais-valia. Já a classe trabalhadora, despertava para compreender essas normas jurídicas, advogando por um Estado controlador dos meios de produção precisamente para conter a exploração e distribuir as riquezas por quem a produzia.

Para a classe trabalhadora, restava cada vez mais compreensível que a democracia apregoada pelo liberalismo padecia de um relativismo, pois era norteadada por um sentido econômico que a colocava a reboque dos interesses da burguesia, esta por sua vez detinha o poder político do Estado. Sendo assim, quais e como se diferenciariam atributos democráticos liberais das monarquias absolutistas de outrora?

Marx e Engels dissecaram esse domínio do Estado burguês com contundência:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.⁴⁰³

Os sindicatos viriam exatamente para se consolidar como uma ferramenta de luta a serviço da classe trabalhadora que teriam o potencial de refutar toda essa teoria liberal de igualdade e democracia a partir das linhas de pensamentos socialistas e comunistas. Marx começaria a ficar mais presente como ideário de quem interpretou o capitalismo pela exploração da força de trabalho envolvida e como o liberalismo estaria a reboque do projeto político de poder da burguesia.

Na verdade, a classe trabalhadora percebeu que não havia diferença substancial no tocante ao cunho exploratório de uma classe sobre a outra nas passagens históricas. A diferença se daria apenas nas mudanças econômicas produzidas pela dinâmica capitalista de produção e do mercado. Por isso, Bakunin, direcionado pelo ideal anarquista, propagava:

⁴⁰² ENGELS, 2010, p. 118.

⁴⁰³ MARX; ENGELS, 2021, p. 56.

É necessária a abolição do Estado, que nunca teve outra missão a não ser a de regularizar, sancionar e proteger, com a bênção da Igreja, a dominação das classes privilegiadas e a exploração do trabalho popular em proveito dos ricos [...] É preciso: a reorganização da sociedade, de baixo pra cima, pela formação livre e pela livre federação das associações operárias, tanto industriais e agrícolas como científicas e artísticas.⁴⁰⁴

Os sindicatos, porém, para se impor ante toda a condição das ideias liberais as quais fazem parte da sua origem, teriam nas teorias socialistas, comunistas e anarquistas o indicativo de como se poderia construir um poder político favorável às necessidades da classe trabalhadora. No entanto, de certa forma, romper com a divisão de trabalho da sociedade industrial não seria um processo de assimilação fácil, já que o momento histórico tratava do liberalismo como um destino histórico imutável e não como uma escolha da classe dirigente.

Os sindicatos estariam ungidos a trazer para si a representação da luta contra o poder político burguês. Iriam enfrentar as premissas liberais e a influência do capital que fazia da classe trabalhadora apenas uma força de trabalho⁴⁰⁵ aliada do poder político, condenada a entender a luta de classes apenas sob a ótica liberal, ou seja, por melhorias nas condições de trabalho, mas sem alterar a dinâmica de subserviência à burguesia.

Como pontuou Everaldo Gaspar, “o sindicalismo firmou suas bases sobre o chão da fábrica, fincando alicerces na medida em que reuniam toda a classe proletária na luta por uma emancipação e reivindicação de melhores condições de trabalho”.⁴⁰⁶

O sindicalismo avançava na conscientização da classe trabalhadora, saía da teoria, entrava para a prática, inundava o chão de fábrica de vistas para um mundo em que a classe trabalhadora teria voz dissonante, quiçá triunfante, a não ser abafada pela exploração que a silenciava. O patrão não seria mais patrão porque não teria a propriedade dos meios de produção. A igualdade estaria, de fato, irmanada com a liberdade.

O Estado teria como silhueta bem-formada na economia uma sociedade industrial que se colocaria a produzir, porém dividir a riqueza por quem de fato a produzia. As normas jurídicas poderiam validar a propriedade, porém não iriam consentir com os meios de produção ao benefício do patrão, enquanto o operário agonizaria pelo seu salário em um chão de fábrica em que o seu dono não seria a classe trabalhadora.

⁴⁰⁴ BAKUNIN, 2003a, p. 157.

⁴⁰⁵ COSTA, Ariston Flávio Freitas da. **Anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro: o resgate do anarcossindicalismo e as tendências contemporâneas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Recife. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 92.

⁴⁰⁶ ANDRADE, 2005, p. 80.

Montaño e Duriguetto sintetizavam que Estado, sociedade civil e mercado (produtivo e comercial) estão imbricados sob o mesmo costado social e histórico, estando suscetíveis aos conflitos e disputas inerentes aos espaços de lutas e demandas sociais.⁴⁰⁷

O sindicalismo avançaria exatamente na percepção de que a disputa política também faria parte da classe trabalhadora e a correlação de forças estaria justamente no controle do Estado. O comunismo e o socialismo defendiam exatamente a expropriação dos meios de produção não como método a desestruturar toda a sociedade industrial e a sua condução econômica, mas indicar uma nova possibilidade de cadeia produtiva que não fosse o capitalismo com a sua lógica de exploração. Até porque, como bem pontuou Wilson Ramos Filho,

a elaboração desta ética do trabalho pela sua transformação em atividade moral permite a introjeção de valores que interessam ao capitalismo, uma vez que se estabelece uma diferenciação entre o trabalho e os frutos do trabalho. A ética capitalista impõe o dever moral de trabalhar, silenciando quanto à repartição ética dos frutos do trabalho.⁴⁰⁸

Os sindicatos fariam da luta de classes uma contraposição de teorias políticas para a disputa de poder político. Não seria apenas ocupar o Estado, mas reestruturá-lo como mantenedor de normas jurídicas para rifar garantias de privilégios, entretanto aqui se residiria uma polêmica: será que um simples normativo jurídico seria capaz de coibir tal prática independente do *stablismen*?

A indagação parecer correr à margem, mas faz todo sentido. O privilégio, enquanto prática capitalista, tendenciava e parecia apenas ser objeto de quem ditava o controle da economia, no caso, a burguesia, mas quando a pauta econômica fosse revertida para os interesses da classe trabalhadora, por fora do liberalismo e das predileções do mercado, o perigo seria o poder político não extirpar o dote das benesses de quem detinha o controle do poder político e continuar com proveitos econômicos por parte de quem detinha o mandonismo estatal.

Os sindicatos não poderiam simplesmente inverter a teoria, mas reverter a prática. A possível ocupação do *status quo* político, mesmo com uma norma jurídica favorável a não proteger ou permitir a propriedade privada dos meios de produção, não impediria que se fizesse do Estado uma propriedade por parte de quem o controlasse, ou seja, seria uma elite por dentro da classe trabalhadora.

⁴⁰⁷ MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 325.

⁴⁰⁸ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012. p. 19.

Summer compreendia a dinâmica de dominação do Estado liberal burguês amparada na dicotomia propriedade/liberdade e assinalava:

A propriedade privada, que como vimos é característica de uma sociedade organizada segundo as condições naturais da luta pela existência, também produz desigualdades entre os homens. A luta pela existência é dirigida contra a natureza. Devemos conseguir os meios de satisfazer nossas necessidades a despeito de sua avareza, mas nossos companheiros são nossos competidores no dispor dos poucos recursos que ela nos oferece. A competição, por consequência, é uma lei da natureza. A natureza é inteiramente neutra, submete-se àquele que a ataca de forma mais enérgica e resoluta. Ela concede suas recompensas aos mais aptos, logo, sem atentar para outras considerações de qualquer espécie que sejam. Portanto, se existe liberdade, o que os homens obtêm dela está na exata proporção do que são e fazem. Tal é o sistema da natureza. Se não a amamos e se tentamos corrigi-la, existe apenas um meio de fazê-lo. Podemos tomar do melhor e dar ao pior. Podemos tomar as recompensas dos que fizeram bem e dá-las aos que fizeram menos bem. Desse modo, diminuiremos as desigualdades. Favoreceremos a sobrevivência dos mais inaptos [the survival of the unfittest] e faremos isso destruindo a liberdade. É preciso compreender que não podemos escapar da alternativa: liberdade, igualdade, sobrevivência dos mais aptos [survival of the fittest]; não liberdade, igualdade, sobrevivência dos mais inaptos [survival of the unfittest]. O primeiro caminho leva a sociedade para a frente e favorece seus melhores membros. O segundo caminho leva a sociedade para trás e favorece seus piores membros.⁴⁰⁹

A preocupação se fazia pertinente porque a lógica da sociedade industrial atribuía um quesito cultural e até comportamental de consumir, e como seria produzir em uma outra lógica que não fosse o consumo? A luta de classes pela economia estaria caracterizada exatamente na barricada entre o consumo e a necessidade. Conduzir ideias colidentes e conflitantes no tocante à contribuição do Estado em repactuar essas normas costumeiras se apresentaria como um dever tão quanto uma revolução. A burguesia não era apenas um modo de vida, mas sim um segmento da sociedade independente de ter ou não a propriedade dos meios de produção.

⁴⁰⁹ Original: “Private property, which as we have seen is characteristic of a society organized according to the natural conditions of the struggle for existence, also produces inequalities among men. The struggle for existence is directed against nature. We must get the means to satisfy our needs in spite of its avarice, but our companions are our competitors in disposing of the meager resources that it offers us. Competition, therefore, is a law of nature. Nature is entirely neutral, it submits to whoever attacks it most energetically and resolutely. It bestows its rewards on the fittest, therefore, without regard to other considerations of any kind whatsoever. Therefore, if there is freedom, what men get from it is in exact proportion to what they are and what they do. Such is the system of nature. If we don't love it and if we try to correct it, there is only one way to do it. We can take the best and give the worst. We can take the rewards of those who did well and give them to those who did less well. In this way, we will reduce inequalities. We will favor the survival of the unfittest and we will do this by destroying freedom. You have to understand that we cannot escape the alternative: freedom, equality, survival of the fittest; not liberty, equality, survival of the unfittest. The first path takes society forward and favors its best members. The second path takes society backwards and favors its worst members.” SUMMER, William Graham. **The Challenge of Facts and Order Essays**. Org. Albert Galloway Keller. New Haven: Yale University Press, 1914.

Para a burguesia ir mais além do que um mero modo de vida e se tornar um poder político a influenciar culturalmente a classe trabalhadora e facilitar a exploração, Everaldo Gaspar mencionava que:

[...] os engenheiros convocados para executar a tarefa seriam de duas espécies: a) os legisladores, que se encarregavam de produzir e sancionar as leis do país, com o objetivo de coibir aqueles que tentarem buscar egoisticamente a felicidade e consideram a felicidade dos que o cercam; b) os pensadores morais, a quem cabeira uma dupla tarefa: de um lado, aconselhar os legisladores, indicando-lhes a maneira como deveria ser socialmente manipulada a distribuição social dos prazeres e das dores. O objetivo era tornar mais provável a submissão. A segunda tarefa se voltaria para convencer os coagidos de que eles fazem justiça a seu impulso de busca de felicidade se se sujeitarem à coerção sem resistir.⁴¹⁰

Verticalizar uma ideia de que a classe trabalhadora estaria no poder político não seria de todas as condições a mais difícil. Frear o ímpeto econômico para o mercado se mostraria árduo inclusive dentro do próprio chão de fábrica. A desconfiança pelo *establishment* não cessaria e a impressão de favorecimento econômico por quem estivesse no controle do Estado não iria se dissipar apenas pela norma jurídica ser comunista ou socialista.

Aos sindicatos restaria uma pedagogização profunda na classe trabalhadora para que a difusão cultural de como se percebia o poder fosse revertida para uma ideia de Estado de fato comunista ou socialista. Fomentar a compreensão de que o privilégio estaria atrelado à burguesia e iniciar um processo da tomada do poder político. Fazer valer a luta de classes e tentar superar a pseudoliberalidade estabelecida. Márcio Tulio Viana arrematava que:

Na verdade desde o nascimento do sistema capitalista, os modos de oprimir e resistir foram se racionalizando – e até se institucionalizaram, como no caso do sindicato. E assim passaram a compor a própria estrutura das relações de produção. A explicação pode ser encontrada nos paradoxos do sistema. Ao contratar com o patrão, o trabalhador cede o domínio de seus gestos: é como se usasse a sua própria liberdade para perdê-la. No entanto, mesmo antes do contrato a liberdade tem algo de ficção: não detendo em suas mãos o capital e a matéria-prima, quem nasceu para ser empregado simplesmente não tem como escolher a autonomia, vale dizer, o seu contrário, Ainda assim – ou talvez por isso – o contrato é peça-chave do sistema, posto que o legitima. De fato, se fosse realmente livre para vender (ou não) a sua liberdade, o trabalhador a manteria – e o sistema seria outro. Desse modo, para que as relações de produção se perpetuem, é preciso não só que haja liberdade formal para contratar, mas que falte liberdade real para não contratar.⁴¹¹

⁴¹⁰ ANDRADE, 2014, p. 61.

⁴¹¹ VIANA, Márcio Túlio. **Da greve ao boicote e outros pequenos estudos**. Belo Horizonte: RTM, 2017. (Coleção Resistência). p. 10-11.

Ao movimento sindical estaria a incumbência de deslegitimar o discurso liberal no chão de fábrica, seria fazer perceber o salário não apenas como uma conquista, mas também como uma subserviência, menos agressiva que o açoite, porém um mecanismo também de controle e de certa forma divinizar o trabalho, como bem aponta Diego Nieto:

[...] a inserção da obrigação do trabalho como algo divino, necessário, e realizador à esfera de Deus, projeta, com requintes de perfeição, o ser – operário subjugado como algo sublime para viabilizar o projeto capitalista. É uma cortina de fumaça apta à sujeição e à viabilização do projeto de exploração a partir do trabalho.⁴¹²

E o salário como esse mecanismo de controle teria de ser sempre valorizado, não apenas por incluir ou garantir poder de compra na economia, mas fazer entender que se a alienação daquela força de trabalho seria a venda do seu tempo e do próprio trabalhador ou trabalhadora durante um determinado período, a mais-valia dos donos dos meios de produção representava a própria vida de quem a produzia, pois neste momento se vivia para produzir. O sentido do existir era diminuído a uma produção. Daniela Muradas apontava:

Certo é que os primeiros debates mais consistentes relativos à internacionalização da proteção aos trabalhadores, com a realização dos primeiros congressos internacionais, sucedem à materialização das primeiras políticas nacionais de proteção jurídica ao emprego, com superação das resistências próprias do ideário e a difusão do ideário marxiano.⁴¹³

Por essas questões o sindicato teria uma compreensão de não apenas existir como uma entidade questionadora das condições de trabalho, jornada extenuante ou aumento de salário, mas trazer à tona em um mundo ocidental liberal e apreciador do labor como algo dignificante, desconstruir o *homos econimucus* e o conectar a aspectos que o permitissem, antes de tudo, ter a sua condição de dignidade humana preservada e valorizada.

4.4 Os sindicatos como paradoxo da sociedade industrial e do *homos economicus*

A sociedade industrial não poderia se tornar uma linha demarcatória em que impingisse ao termo civilização praticamente uma equiparação do homem a uma máquina. Haveria um descompasso que traria o sindicato, mesmo fomentado em ambiente liberal, para as ideias socialistas e comunistas.

⁴¹² ALBUQUERQUE, Diego Nieto. **A greve e os novos movimentos sociais na crise do sistema capitalista:** abrindo caminhos para uma economia moral. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 69.

⁴¹³ REIS, Daniela Muradas. **O Princípio da Vedação ao Retrocesso no Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2010. p. 32.

Os sindicatos ascendiam como uma possibilidade de as ideias socialistas adentrarem no chão de fábrica mesmo em um ambiente liberal. Isso colocaria a sociedade industrial e o próprio liberalismo, questionado pelos instrumentos de livres iniciativas teorizadas, em choque com os interesses da burguesia. Everaldo Gaspar leciona:

Se o Direito do Trabalho é um produto cultural das lutas operárias, do seu poder e de sua capacidade organizativa, as relações sindicais sobrepõem-se às relações individuais. Estas decorrem daquelas, e não o inverso. Acontece que os princípios escritos pela teoria tradicional, por um erro epistemológico ou por razões ideológicas, elegeram as relações individuais como objeto do Direito do Trabalho, quando são elas meras consequências das relações coletivas ou sindicais.⁴¹⁴

A sociedade industrial estaria diante, mais do que da luta de classes, de questionamentos profundos da própria sustentabilidade e viabilidade do sistema, já que os sindicatos demonstravam de que pacificar as desigualdades simplesmente pela compra da força de trabalho, poderia até legitimar uma relação laboral, mas jamais iria pacificar um sistema que foi objetivamente condicionado a excluir e a explorar quem o fazia funcionar.

Vania Bambirra mencionava que:

Todo o aparelho produtivo industrial – que, mesmo precariamente, consolida as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se desenvolve para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais empregados em serviços etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora – tende a se expandir acentuadamente para satisfazer as novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso.⁴¹⁵

Os sindicatos trouxeram um amadurecimento ao Estado liberal no tocante à luta de classes. Aos poucos a burguesia foi sentindo que não seria apenas a compra da força de trabalho que faria da classe trabalhadora um apêndice aos interesses liberais. Cada vez mais o movimento sindical avançava em pautas que a sociedade industrial recebia como uma crítica direta ao modo produtivo.

Na verdade, os sindicatos se colocariam como um agente modificador da dinâmica produtiva da sociedade industrial. A tentativa de maquinizar o subjetivo humano e fazer da capacidade humana de trabalho uma etapa da robotização produtiva seria o enlace a depor

⁴¹⁴ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O Direito do Trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. Princípios de Direito do trabalho: fundamentos teóricos-filosóficos. São Paulo: LTR, 2008. p. 196.

⁴¹⁵ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019. p. 74.

contra o que se poderia considerar civilizatório. Aliás, a tecnologia parecia pouco fazer diferença nas condições laborais no chão de fábrica.

Bambirra complementava que:

a burguesia industrial necessita, para poder alcançar um maior nível de acumulação de capitais, que se promova uma política econômica de arrocho salarial e de restrição do crédito às pequenas indústrias. Historicamente, esta necessidade se manifestou em várias oportunidades em todos esses países. A implementação desse tipo de política econômica repressiva requer um enfrentamento, por parte do Estado, a todas essas classes, e uma ruptura de seu caráter ‘amalgamado’.⁴¹⁶

À medida que o tempo passava, as teorias contrárias ao liberalismo ganhavam relevância para a massa proletária e fortalecia a ideia de que a disputa pelo poder político iria muito além de garantir melhorias em suas condições de trabalho e de vida, mas questionar o porquê de o liberalismo dotar determinado segmento social das benesses da riqueza e a grande maioria, o contentamento da venda de sua força de trabalho.

Do final do século XIX até a primeira metade do século XX, a sociedade industrial sofreu um impulso de fatos históricos ao ponto de abalar a ordem mundial vigente. Em um período de pouco mais de cinquenta anos, duas grandes guerras mundiais, uma revolução, uma grave crise no capitalismo e a ascensão de regimes totalitários influenciaram a dinâmica produtiva e os meios e modos de produção. Westphal apontava:

No final do século XIX, a ‘política social’, tinha três significados que foram incorporados pelo Estado Social. Ou seja, tratava-se de uma política que exigia a integração entre a economia, a sociedade e a política. Além disso, devido ao conflito que caracteriza as relações de trabalho e capital, pretende fazer do Estado um mediador das tensões dele decorrentes. Para tanto, era necessário ao Estado promulgar leis de proteção aos trabalhadores assalariados, além de criar outras instituições de proteção a tal grupo.⁴¹⁷

Com a necessidade produtiva cada vez mais sendo ditada por uma dinâmica de consumo crescente, as novas organizações e divisões de trabalho surgiam, fazendo dos sindicatos uma estrutura ainda mais necessária na defesa da classe trabalhadora, porém com algumas nuances contraditórias, como bem aponta Bernard Edelman:

É por isso também que a tática da burguesia é contraditória: de um lado, ela trabalha para um sindicato forte, unido, rico, apolítico, enquadrando uma

⁴¹⁶ BAMBIRRA, 2019, p. 196.

⁴¹⁷ WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálysis**, v.11, 2008. p. 48.

classe operária sóbria e sabedora de seus interesses; de outro, ela teme essa organização na qual trabalha clandestinamente a ‘liberdade’ das massas.⁴¹⁸

No entanto, todo esse cenário começava a ser mais sentido exatamente por um fato que trouxe à classe trabalhadora ao poder e a necessidade de se industrializar uma economia eminentemente rural: a Revolução Russa. Tal fato consegue unir um debate exaustivamente traçado no começo do século XX, pois era impensável imaginar a revolução industrial, uma experiência acima de tudo liberal, ser tocada em um extenso e atrasado país europeu pela classe trabalhadora, legando ao país russo um salto tecnológico reconhecidamente confiável, ao ponto de 40 anos depois estarem participando da corrida especial.

Nenhum outro fato trouxe tanto impacto para a consolidação e visibilidade dos sindicatos do que a Revolução Russa. Marcou a disputa de narrativa de poder político no século XX. Alterou profundamente inclusive o sistema político liberal, as democracias liberais burguesas. Modificou a fauna política por inteiro e redimensionou novamente a disputa entre Estado e mercado, ou uma disputa colocada como fria, mas esteve durante todo o período que durou na mais alta temperatura com o outro vencedor da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América. Para Luís Fernandes,

o triunfo da revolução soviética se deu na sequência do agravamento das contradições do desenvolvimento capitalista tardio na Rússia, em meio à destruição humana e material causada pelo seu envolvimento na Primeira Guerra Mundial. A ‘dualidade’ do desenvolvimento anterior determinou uma natureza igualmente ‘dual’ para a própria Revolução de Outubro: do ponto de vista das suas bases sociais, esta havia assumido um caráter eminentemente socialista nas cidades (sustentada pelo forte movimento operário que se formou nos grandes centros industriais) e essencialmente democrático no campo (sustentada pelos setores camponeses mais radicalizados na luta pela terra).⁴¹⁹

Todo esse acontecimento se faz importante ilustrar para a devida compreensão de como os sindicatos começaram a ser vistos não apenas como uma entidade à defesa da classe trabalhadora, mas como um conjunto organizativo de disputa do poder político. Não à toa, o sindicalismo passou ter uma visibilidade mais expressiva pós-Revolução Russa. Até então se vivia uma consolidação da sociedade industrial que como diria John Atkinson Hobson,

toda a base econômica da exploração industrial das raças inferiores se alterou com as condições modernas de vida e de indústria. A mudança se dá

⁴¹⁸ EDELMAN, 2016, p. 112.

⁴¹⁹ FERNANDES, 2017, p. 77.

em dois sentidos: o status legal do escravo foi substituído pelo do trabalhador assalariado, e passou a ser mais lucrativo empregar o trabalho assalariado das raças inferiores para desenvolver os recursos das suas próprias terras, sob o controle dos brancos e para o lucro do homem branco.⁴²⁰

O mundo ocidental começava a se eclipsar em forças contra-hegemônicas que submergiam da luta de classes e dos antagonismos trazidos por uma sociedade industrial desigual. O movimento sindical, se antes era visto como um poder pouco institucional, em que os questionamentos pareciam não ter a força de compreender a realidade dos fatos, com a Revolução Russa se vocalizou como uma voz possível de ser alcançada e principalmente ser uma possibilidade real da classe trabalhadora ser protagonista no poder político.

No entanto, os caminhos para a classe trabalhadora no manuseio da sociedade industrial iriam se demonstrar tortuosos, como bem ensina Nicolai Bukharin:

Sendo o capitalismo de Estado a coalizão do Estado burguês com os trustes capitalistas, é óbvio que não se pode conceber qualquer ‘capitalismo de Estado’ sob a ditadura do proletariado, que por princípio exclui essa possibilidade. [...] Tal forma é impossível, pois sua premissa se apoia na ilusão de que o proletariado possa supostamente ‘se apoderar’ dos aparatos capitalistas sem afetar a sua virgindade capitalista e que os senhores capitalistas se submeterão com prazer às ordens do poder proletário.⁴²¹

Os sindicatos perceberam que o que os separavam do poder político não era uma condição imexível da sociedade industrial como se lógica de organização somente pudesse ser efetivada por uma estrutura capitalista. Com a tomada de poder na Rússia pela classe trabalhadora ocorreu um corte profundo na interpretação de como se veriam os meios e os modos de produção. O primeiro porque passaria a ser referendado à necessidade de expropriar e o Estado estar à frente, o segundo por entender que a força de trabalho deveria ser protagonista e não massa de exploração em benefício da mais-valia da burguesia.

Esse ponto seria de extrema sutileza, pois como foi pensado por Robert Gilpin, o mercado mundial não seria coincidente com o capitalismo, seria mais amplo. Porém também

⁴²⁰ HOBSON, John Atkinson. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril, 1993. (Coleção Os pensadores). p. 249.

⁴²¹ Original: “*State capitalism being the coalition of the bourgeois state with the capitalist trusts, it is obvious that no “state capitalism” can be conceived under the dictatorship of the proletariat, which in principle excludes this possibility. [...] Such a form is impossible, since its premise rests on the illusion that the proletariat can supposedly “take hold” of the capitalist apparatuses without affecting its capitalist virginity and that the capitalist lords will gladly submit to the orders of the proletarian power.*” Tradução do autor. BUKHARIN, Nicolai. The Economics of the Transition Period. In: **The Politics and Economics of the Transition Period**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 133-134.

alude que o mercado mundial contemporâneo e a sua própria divisão internacional do trabalho foram historicamente forjados pelo capitalismo nos últimos seis séculos.⁴²²

A ordem vigente foi abalada pelo contraponto trazido por uma Revolução em que não apenas a classe trabalhadora estava à frente, mas as ideias socialistas e comunistas como guias desse novo poder político que se formava. O interessante foi esse contexto surgir em uma quadra histórica que parecia ser sob medida pelo ideal capitalista. A sociedade industrial até então era pautada por uma narrativa de que não existiria caminho fora do liberalismo, a dinâmica fabril se equilibrava exatamente entre uma força de trabalho proletária e uma burguesia detentora dos meios de produção.

Na análise da geopolítica internacional no começo do século XX, Luís Fernandes vaticinava que:

[...] Já estava claro que as revoluções socialistas não triunfariam tão cedo quanto se havia esperado no Ocidente. A política da ‘coexistência pacífica’, fundamentada no raciocínio da citação anterior, tinha de ser transformada em opção estratégica de longo prazo pelo poder soviético. Na base dessa proposição estava uma reavaliação da evolução do quadro de forças no sistema internacional. Era fato que esse sistema era dominado por potências capitalistas mais poderosas e estava estruturado sobre princípios econômicos, políticos e sociais antagônicos à orientação socialista da revolução soviética. Esse sistema reagiu à ‘ameaça’ soviética de forma análoga àquela que, em outros tempos, havia reagido à Revolução Francesa: buscando cercar, conter, isolar, minar e, por fim, derruir o foco que ameaçava a continuidade das suas normas dominantes. Mas essa intervenção contrarrevolucionária unificada das potências dominantes era minada pelo agravamento das contradições e disputas entre os próprios países capitalistas centrais. Isso conferia margem de manobra variável para o poder soviético explorar os antagonismos e diferenças entre as potências capitalistas, de forma a cindir a sua reação unificada e enfraquecer o cerco hostil, prolongando a sua convivência com o sistema internacional. Com a intensificação das contradições entre as potências capitalistas vencedoras e perdedoras da Primeira Guerra, a avaliação predominante na liderança soviética em meados dos anos 1920 – consubstanciada no informe apresentado por Stálin ao XIV Congresso do PC soviético em 1925 – era de que havia se formado um ‘equilíbrio temporário de forças’ permitindo ‘um período de convivência pacífica entre o Estado soviético e os capitalistas’.⁴²³

A força de trabalho assalariada emprestava uma legitimidade civilizatória ao processo político liberal que afastava qualquer ruído mais forte a apontar exploração. No entanto, a cada avanço da cultura liberal se percebia que não seria apenas o salário ou alguns outros direitos sociais a render uma justiça social enquanto triunfasse a diferença de classes. Leandro Konder expressava que:

⁴²² GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987. p. 16-17.

⁴²³ FERNANDES, 2017, p. 104-105.

Com a divisão social do trabalho é que a situação muda. A divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu semelhante, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque, com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido. Como é que um aristocrata proprietário de escravos, desfrutando o ócio que lhe proporciona a exploração do trabalho alheio, poderia ver com clareza e concretamente no escravo que lhe está subjugado um ser igual?⁴²⁴

A classe trabalhadora percebia que por mais que avançasse nas pautas reformistas, enquanto não se mudasse a lógica de poder, pouco se poderia fazer ante a efetiva melhora do chão de fábrica. Por isso, disputar a economia para além do prisma capitalista seria de fato resgatar culturalmente uma massa proletária praticamente catequizada a permitir a exploração. Adelmy Acioli preconizava:

Todas as opressões parciais que ocorrem na sociedade capitalista – dos trabalhadores com emprego permanente, dos subproletários temporários, dos não empregáveis, da mulher, dos negros, dos homoafetivos, dos imigrantes, da intolerância religiosa, dos sem-terra, dos sem-teto, dos indígenas etc. – devem ser identificadas, inclusive quanto às suas eventuais contradições, e se reencontrarem na totalidade social através do filamento identitário comum a todos que há a exploração do trabalho alienado. Sozinhas tais identidades finitas jamais terão condições hegemônicas de vencer a tarefa revolucionária da sociedade, à medida que a criação do ato fundante lhe ultrapassa quanto aos seus escopos teleológicos particulares. A universalidade representativa das interações entre esses particularismos forja concretamente a identidade a ser emancipada e funda a existência de novos discursos libertadores que deverão guiar a ação do movimento operário e legitimá-lo na luta pela emancipação de toda a humanidade e a instituição de uma nova ordem social.⁴²⁵

Os sindicatos atuariam na dispersão das ideias comunistas e socialistas não apenas como teorias, mas como guias práticos de empoderamento aos chãos de fábricas como um movimento de emancipação, como foram outrora os quilombos, agora não como inteiramente uma propriedade dos patrões, mas contra um sistema que os colocaria sempre na condição de exceções para privilégios ou até mesmo a dignidade e regra para a exploração.

Nesse sentido, Mann faz uma crítica da divinização do trabalho que cerceia a sociedade industrial do capitalismo ao socialismo:

⁴²⁴ KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 64-65.

⁴²⁵ ACIOLI, José Adelmy da Silva. **Fundamentos teórico-dogmáticos do princípio da proteção social**: a busca de sua efetivação a partir da economia social e solidária, de uma renda universal garantida e das teorias dos movimentos sociais. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 230.

Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado do que o do trabalho, e este princípio econômico e critério político e humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria esta dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não. O trabalho é uma fé, é algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino.⁴²⁶

A economia passou a ser o alvo de disputa política, em que o liberalismo foi percebido pela classe trabalhadora como um propagador do livre mercado, mas com uma intenção de submetê-la ao crivo da burguesia. Não havia qualquer neutralidade, o Estado se pautava pela democracia liberal burguesa e suas instâncias de poder replicavam a cultura dos donos dos meios de produção, a burguesia.

Os Estados reproduzem uma expressão estrutural das relações capitalistas de classe e de concorrência. Há uma autorreprodução desses interesses que determinam os embates e as suas dinâmicas de desenvolvimento.⁴²⁷

A economia entraria na roda de interesse da classe trabalhadora porque foi sendo percebido que no liberalismo o poder político controlado pela burguesia teria na ideologia do livre mercado a edificação de um projeto de poder em que a teoria liberal estrearía uma pacificação em que não existiriam dominantes e dominados, mas estamentos a serem organizados economicamente, cada um tendo a sua importância no processo produtivo.

O monopólio da força estatal se impõe exatamente para garantir que a reprodução e a regulação das relações capitalistas de classe se estruturarem. Por esse contexto, o Estado é percebido como um administrador neutro do “bem-estar” comum. Nas condições democrático – burguesas esse contexto de legitimação se insere e revela uma eficácia especial.⁴²⁸

Porém, a importância da classe trabalhadora no processo produtivo seria vital e o seu reconhecimento muito aquém do merecido e valorizado. Se houve alguma mudança estrutural considerável do trabalho escravo para a força de trabalho assalariada, a percepção comportamental e cultural de quem detinha o poder político ainda se colocava como de total subserviência, a não restar outra alternativa à massa proletária que não fosse fazer da luta de

⁴²⁶ MANN, Thomas. **Tagebücher 1918-1921**. Frankfurt/Main, 2003. p. 268.

⁴²⁷ HIRSCH, 2014, p. 71.

⁴²⁸ HIRSCH, 2014, p. 111.

classes uma tomada de consciência a dinamitar pressupostos liberais apenas a servir à burguesia. Para Hirsch,

a estabilidade das sociedades capitalistas depende fundamentalmente de que cada contexto de acumulação e regulação se acople aos processos do mercado mundial e se incorpore na divisão internacional do trabalho de maneira tal que dentro do marco nacional estatal sejam garantidas uma acumulação do capital relativamente livre de interferências e também um crescimento econômico.⁴²⁹

Os sindicatos despontavam como um ponto de inflexão fundamental a fazer do século XX, mais do que um campo de laboratório, uma experiência prática a impulsionar o socialismo e o comunismo como práxis revolucionárias a patrocinar a causa proletária e mesmo na sociedade industrial ressignificar conceitos e argumentos preestabelecidos que ruíam como muros a proteger privilégios ao custo de um chão de fábrica sedento por justiça social, negado pelo liberalismo de mercado.

Os sindicatos foram avançando, percebiam que a liberdade entoada pelo liberalismo seria uma cara fiança ou até mesmo inafiançável para a classe trabalhadora. Por isso passaram a entender como instrumento necessário e fundamental encampar as ideias socialistas e comunistas. Tal pensamento pode parecer comum se deslocado e guardado um devido distanciamento do momento histórico, porém nunca é demais recordar a origem dos movimentos de trabalhadores imbricado aos conceitos liberais.

Recordar tal feito torna-se necessário exatamente para compreender que o papel atribuído aos sindicatos pelo liberalismo não foi o caminho seguido ao se enveredarem pelas teorias diametralmente opostas, o comunismo e socialismo. Esse fato em específico não afetou apenas as relações de trabalho, foi bem mais além, atingiu o próprio modelo político liberal, em proporções sequer imaginadas pelos defensores do liberalismo clássico. Aliás, no tocante a mudanças, Mill faz uma premonitória colocação:

Se todos os recursos da ciência não são suficientes para nos tornar capazes de calcular a priori e com completa precisão a ação mútua de três corpos gravitando em torno de um outro, pode-se por aí imaginar com que perspectivas de sucesso nós devemos nos empenhar para calcular o resultado de tendências conflitantes que estão agindo em mil direções diferentes e promovendo mil mudanças num determinado momento numa dada sociedade.⁴³⁰

⁴²⁹ HIRSCH, 2014, p. 123.

⁴³⁰ MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. (1836). In: **Bentham/Mill**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores). p. 84.

A atuação dos sindicatos começou a enfrentar as suas primeiras resistências e demonstrações de duros enfretamentos aos dogmas liberais praticamente difundidos como uma ciência natural. O livre mercado cada vez mais combatido e a sua lógica de autorregulação só fazia sentido para os donos dos meios de produção. Para Leda Paulani,

o personagem principal dessa nova sociedade é evidentemente o indivíduo, e seu funcionamento dentro da nova engrenagem é caracterizado por um duplo posicionamento. De um lado, pela própria complexidade da nova ordem social que ele protagoniza, sua relação com seu outro, que é a sociedade, é uma relação contraditória, de atração e repulsa, de necessidade e indiferença. Ele precisa dela para realizar seus fins particulares, mas não pode abrir mão de seu autocentrimento. Sua participação na ‘sociedade’ é apenas formal: ele faz parte dela, mas não se sente organicamente a ela ligado. É determinado por ela, mas a forma dessa determinação o faz cultivar a sensação contrária pura e total autodeterminação. No mais das vezes, portanto, age como um solipsista, para quem a existência do mundo externo é vista e sentida como uma ficção. E, no entanto, nunca na história humana, o funcionamento do que quando vestiu a pele do indivíduo.⁴³¹

Ao importunar o livre mercado, os sindicatos atingiam por inteiro o liberalismo. Colocavam à tona de que a autorregulação seria uma ideologia preconcebida a servir à burguesia. Reivindicavam que toda a mais-valia seria consequência direta da exploração da força de trabalho e por isso entendiam que aquela lógica capitalista seria contra a classe trabalhadora, pelo lucro diretamente ligado a um baixo custo de produção, o qual incidia principalmente na mão de obra.

Jorge Grespan apontava que:

O capital deve comprar força de trabalho e, para tanto, sabemos, supõe-se a situação histórica que a transforma em mercadoria, cindida da propriedade dos meios de produção e apta a valorizar valor. O capital produtivo consiste justamente nestes dois valores de uso: força de trabalho e meios de produção, a partir dos quais se esclarece o outro aspecto da relação entre quantidade e qualidade.⁴³²

O liberalismo, corrente política fiadora da sociedade industrial, ideologia dominante da burguesia, teria nos sindicatos um algoz, mais do que estruturado em teorias contrárias, um campo de representação no chão de fábrica disposto a reverter toda uma narrativa alienante a qual se contentaria com a força de trabalho assalariada como um destino justo. Não seria o questionamento ao salário ou as condições de trabalho que amedrontavam o poder político burguês, mas o pulso firme da classe trabalhadora em perceber a mais-valia como o calvário da sua exploração. Mark Fisher, em comentário direto, resume essa realidade capitalista:

⁴³¹ PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 79-80.

⁴³² GRESPAN, 2019, p. 133.

Trabalho e vida tornam-se inseparáveis. O capital te acompanha até nos sonhos. O tempo para de ser linear, torna-se caótico, fragmentado em divisões puntiformes. Na medida em que a produção e a distribuição são reestruturadas, também é reestruturado o sistema nervoso. Para funcionar com eficiência como um componente do modo de produção just-in-time [por demanda], é necessário desenvolver uma capacidade de responder a eventos imprevisíveis, é preciso aprender a viver em condições de total instabilidade, de ‘precariedade’, para usar um neologismo horroroso. Períodos de trabalho alternam-se com dias de desemprego. De repente, você se vê preso em uma série de empregos de curto prazo, impossibilitado de planejar o futuro.⁴³³

A luta de classes instigava uma percepção repaginada pela classe trabalhadora a partir da imersão nas ideias socialistas e comunistas. O chão de fábrica deixou de ser apenas um local de trabalho para ser um campo de interpretação da sociedade industrial e o lugar de cada um naquele mundo até então construído pelo liberalismo. Insatisfações não seriam circunstanciais apenas ao reducionismo em sua volta, mas algo com dimensão bem maior, sem falsas ilusões de como aquele ambiente fabril seria uma releitura de um mundo das verdadeiras liberdades silenciadas pelo capitalismo. Com a tomada de consciência pela massa proletária, o liberalismo viveria um prenúncio de que conceitos como democracia seriam postos à prova por quem veria a disputa política como também um lugar seu.

Entram em desprestígio teorias que o individualismo preponderava, como se pode perceber nesta colocação de Von Mises:

Na economia de mercado, o indivíduo é livre para agir dentro da órbita da propriedade privada e do mercado. Suas escolhas são inapeláveis. Para seus semelhantes, suas ações são fatos que devem ser levados em consideração por eles em sua própria atividade. A coordenação das ações autônomas de todos os indivíduos é assegurada pelo funcionamento do mercado. A sociedade não diz a alguém o que devo fazer. Não há necessidade de tornar a cooperação obrigatória por ordens e proibições. A não cooperação penaliza a si mesma. O ajustamento às exigências do esforço produtivo na sociedade e a busca dos objetivos próprios do indivíduo não conflitam. Isso, portanto, não requer arbitragem. O sistema pode funcionar e desempenhar seu papel sem intervenção de uma autoridade que emite ordens e interdições e pune os recalcitrantes.⁴³⁴

Os sindicatos avançariam sob todas as frentes na luta de classes. Independentemente de como fossem vistos por qualquer vertente, comunistas, anarcomunistas, anarquistas, se colocavam sempre na denúncia do Estado democrático burguês como uma construção liberal das classes dominantes. Para a classe trabalhadora o chão de fábrica significaria a preparação para a disputa real do poder político do Estado Moderno.

⁴³³ FISHER, 2020, p. 62-63.

⁴³⁴ MISES, Ludwig Von. **A ação humana**: um tratado de economia. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. p. 762.

Para Luiz Werneck Vianna,

o liberalismo político de cidadania irrestrita dependeu, nos países de capitalismo originário, da subordinação real do trabalhador à fábrica. Esse tipo de regime se encontra vinculado à realização da hegemonia do capital industrial, não só sobre as demais formas de existência do capital, como sobre todos os fatores necessários à produção e que acorrem a um mercado livre, principalmente a força do trabalho.⁴³⁵

A urbanização propiciada pela Revolução Industrial trouxe conglomerados fabris urbanos que contribuíram para uma conscientização coletiva a causar levante nos chãos de fabricas em favor de uma nova estruturação civilizatória. Os meios de produção estatizados trariam mais do que um reequilíbrio na correlação de força política, atingiram uma profunda mudança de como o Estado agiria.

Para Walter Lippmann,

o liberalismo não é, como o coletivismo, uma reação à Revolução Industrial; ele é a própria filosofia dessa Revolução Industrial. O caráter necessário do liberalismo, sua inserção no movimento das sociedades, acaba aparecendo como o correspondente da tese marxiana que faz do socialismo outra necessidade da história.⁴³⁶

O Estado passaria de protetor da propriedade privada a uma norma jurídica em que convalidasse a classe trabalhadora como poder político dominante, sem, contudo, romper com a lógica produtiva da sociedade industrial. A produção não visaria ao lucro ou mais-valia da burguesia, mas ao fortalecimento estatal com o intuito de garantir uma igualdade de fato, sem diferenças ou estamentos sociais segmentados.

Na verdade, estaria posta uma nova reinterpretação da democracia. Até a Revolução Russa, os sindicatos ocupavam uma faixa na sociedade de cobranças setorizadas sem irromper o conceito padrão de liberdade liberal. Para a burguesia, ser livre seria uma condição determinada por fatores econômicos de dominação. A sociedade industrial dependeria do sindicalismo para emoldurar uma luta de classes por dentro do liberalismo, mas o que recebeu foi uma classe trabalhadora urbanizada e compreensiva de como a fábrica já seria entendida como um projeto cultural e de alienação. Louis Rougier vaticinava:

Quem quiser retornar ao liberalismo terá de dar autoridade suficiente aos governos para que resistam à ascensão dos interesses privados sindicalizados, e essa autoridade lhes será dada por meio de reformas constitucionais apenas na medida em que o espírito público for reerguido através da denúncia dos malefícios do intervencionismo, do dirigismo e do

⁴³⁵ VIANNA, 1978, p. 117.

⁴³⁶ LIPPMANN, 1938, p. 209.

planismo, que em geral são apenas a arte de desregular sistematicamente o equilíbrio econômico em detrimento da grande massa dos cidadãos – consumidores para o benefício momentâneo de um pequeno número de privilegiados, como se vê com extrema abundância na experiência russa.⁴³⁷

Alienação porque a classe trabalhadora no liberalismo, do ponto de vista de valor humano, não seria diferente de um escravo. A diferença se dava apenas no interesse econômico e não no reconhecimento da dignidade humana. Toda essa conscientização possibilitou ao sindicato um corte sociológico mais profundo que o liberalismo permitia. Perceber-se como classe trabalhadora seria entender o seu papel, mais do que na cadeia produtiva, como agente ativo da sociedade industrial.

A classe trabalhadora como agente produtiva da sociedade industrial seria uma espécie de barricada e ao mesmo tempo a ação que impulsionaria os sindicatos a reconhecerem a sua identidade na luta de classes como resistência das teorias libertárias socialistas e comunistas. Não haveria contradição entre o chão de fábrica e os sindicatos a partir do momento em que ambos se reconhecessem como uma única célula, operariam uma insurreição por normas jurídicas garantidoras de um Estado proletário. Lippmann afirmava que:

Apenas reconhecendo que os direitos são proclamados e aplicados pelo Estado é que se pode submeter a um exame racional o valor de um direito particular. Os últimos liberais não se deram conta disso. Cometeram o grave erro de não ver que a propriedade, os contratos, as sociedades, assim como os governos, os parlamentos e os tribunais, são criaturas da lei e existem apenas enquanto uma pilha de direitos e deveres cuja aplicação pode ser exigida.⁴³⁸

Não haveria como a propriedade privada coexistir dentro da mesma performance em um estado tingido pelos ideais socialistas e comunistas. O Estado ocuparia uma etapa para além da luta de classes, seria uma reorientação em um mundo sendo praticamente um estopim de contradições, exatamente pela economia se sobrepor à democracia e trazer a lei dos mais fortes economicamente para deixar reclusa toda uma massa proletária. Nesse raciocínio, Lippmann percebia a propriedade privada como

toda propriedade, todo contrato e toda sociedade existem somente porque existem direitos e o título de propriedade é uma criação da lei. Os contratos são instrumentos jurídicos. As sociedades são criaturas do direito. Consequentemente, comete-se um erro quando se considera que elas possuem existência fora da lei e depois se pergunta se é lícito ‘intervir’ nelas [...]. garantias cuja aplicação pode ser assegurada, quando são sancionados

⁴³⁷ ROUGIER, 1938, p. 84.

⁴³⁸ LIPPMANN, Walter. **Lé cité libre**. Trad.: Georges Blumberg. Paris: Librairie de Médicis, 1938. p. 230.

pela lei, apelando para o poder de coerção do Estado. Quando se fala em não mexer em nada, fala-se para não dizer nada.⁴³⁹

Os sindicatos no século XX deixaram de ser uma trincheira para potencializar a luta de classes como foi no século XIX, para realocar a classe trabalhadora em um patamar de disputa real de poder político. A Revolução Russa expôs a fragilidade das políticas sociais do liberalismo. A autorregulação da economia não equacionaria o abismo social que o capitalismo propiciava entre o chão de fábrica e as instâncias de poder político controlado pela burguesia. Aliás, Ernst Bloch mencionava que,

em sua maioria, a revolução burguesa de 1789 foi inquestionavelmente mais burguesa que revolução [...], mas ainda assim contém a forma utópica concreta da promessa a que a revolução real pode se apegar. Esse é o soldo dos direitos humanos, antecipação da humanidade e apontando para muito além dos horizontes do mundo burguês.⁴⁴⁰

O liberalismo adentrava o século XX com as pautas sociais em caráter de urgência a serem cobradas pela classe trabalhadora. Quem vivenciava o chão de fábrica fomentado na Revolução Industrial possuía a exata noção de como o capitalismo precisaria reestruturar o liberalismo e a autorregulação econômica passaria a ser combatida pelos sindicatos a apontar o desprezo do dito mercado pela situação operária.

O mercado, aliás, restava evidente para a classe trabalhadora que seria um empecilho, mais do que econômico, político, nas prioridades a serem elencadas pela democracia liberal burguesa. Os regimes democráticos europeus entre o final do século XIX e começo do XX, com as tensões desdobrando-se em levantes possíveis revoluções, atentavam para os direitos sociais como a trégua necessária para pacificar o projeto de sociedade industrial liberal. Fernando Atria assevera que:

O poder do Estado precisa ser articulado de maneira que tanto sua organização quanto seu exercício derivem da vontade ou possam ser atribuídos a ela. O fato de as regras de atribuição serem parte do que deve ser atribuído ao povo sugere que o povo tem dois modos de ação, que há, podemos dizer, dois conceitos de povo: um conceito institucional e um conceito pré-institucional. Institucionalmente falando, o povo é o que age por meio da operação de normas de atribuição. E pré-institucionalmente falando, o ‘povo’ é o que deseja essas regras de atribuição.⁴⁴¹

No entanto, a normatização jurídica liberal, pacificada em terras europeias na consolidação da Revolução Industrial, demonstrava que poder político pactuado com a

⁴³⁹ LIPPMANN, 1938, p. 252.

⁴⁴⁰ BLOCH, Ernst. **Natural law and human dignity**. Cambridge: MIT Press, 1986. p. 174.

⁴⁴¹ ATRIA, Ferdinando. “Living under dead ideas: law as the will of the people”. In: DEL MAR, Maksymilian; MICHELON, Claudio (Coord.). **The Anxiety of the Jurist**. Londres: Routledge, 2013. p. 103.

burguesia seria e teria como redenção o capitalismo aplacado em uma estabilidade necessária a unir tecnologia, mercado e lucro. À classe trabalhadora restariam os ditos lampejos de civilização pagos exatamente pela força de trabalho assalariada.

Alain Supiot apontava que “o Estado Social é simplesmente um momento na história das solidariedades humanas, que assumiram múltiplas formas, nenhuma delas definitiva ou garantida”.⁴⁴²

Os sindicatos com a propagação das suas ideias pelos chãos de fábricas abriam um clarão na possibilidade de enfrentar a norma jurídica liberal posta e fazer a classe trabalhadora perceber que o Estado seria um produto muito mais imediato do que uma construção histórica com um enredo praticamente pronto e sem rotas de mudanças. A sociedade industrial só foi possível por uma burguesia que ascendeu das revoluções liberais. E se tal situação foi possível com os burgueses, por que não poderia ocorrer com a classe trabalhadora?

Uma nova ordem jurídica poderia surgir e da luta de classes um Estado não apenas equilibrado, mas ajustado pelas demandas do chão de fábricas a fazerem da classe trabalhadora um elo que colocaria o progresso como uma égide da força de trabalho, a fazer da sociedade industrial uma construção por uma ótica proletária de igualdade, e para isso o lucro poderia existir, mas não ser a principal finalidade.

Esse novo momento em que a classe trabalhadora tentaria equilibrar e se inserir no poder político do Estado liberal foi anotado por Leroy da seguinte forma:

A burguesia, muito antes dos decretos régios, elaborou empiricamente regras que, aplicáveis a seus interesses distintos, eram opostas às do feudalismo. A Revolução as tomou e transformou em leis; o Império, em códigos. [...] Assistimos hoje a um fenômeno análogo. Mais uma vez, ele é obra da classe fisicamente mais próxima do trabalho. Outrora, era a burguesia; hoje, são os operários.⁴⁴³

A luta de classes contribuiu de maneira preponderante para ir muito além de abarcar estruturas sociais colidentes, para demarcar trincheiras de ideias antagônicas que sobremaneira influenciaram o século XX pelos desdobramentos que ao ponto de revestir as ideias capitalistas de quase uma nova originalidade.

Não é porque se fala no Estado de Bem-Estar Social como um formato capitalista que não se poderá reconhecer uma vocação revolucionária nessa mudança, migrou-se de um

⁴⁴² SUPIOT, Alain. Grandeur and misery of the social state. **New Left Review**, v. 82, 2013.

⁴⁴³ Original: “*La bourgeoisie, bien avant les décrets royaux, a élaboré empiriquement des règles qui, applicables à ses intérêts distincts, s'opposaient à celles de la féodalité. La Révolution les a pris et en a fait des lois ; l'Empire, en codes. [...] Nous assistons aujourd'hui à un phénomène analogue. Encore une fois, il est l'œuvre de la classe physiquement la plus proche de l'emploi. Autrefois, c'était la bourgeoisie ; aujourd'hui, ce sont les ouvriers.*” Tradução do autor. LEROY, 2007 [2013], v.1, p. 26.

panorama de autorregulação de mercado para o reconhecimento do papel estatal nos direitos social e isso denota uma mutação profunda em seus valores. Emílios Christodoulidis faz interessante análise na formação desse Estado de Bem-Estar Social:

Na Europa, esses experimentos com o constitucionalismo democrático tipicamente procuraram internalizar, e internalizar para aplacar, antagonismos de classe que ocorriam sem controle, com a Revolução Russa projetando sua grande sombra e com a democratização de massa representando um desafio à ordem constitucional estabelecida e à estabilidade do poder do sistema político.⁴⁴⁴

O capitalismo reconhecia a força das ideias socialistas e comunistas por dentro do próprio sistema. Ao mesmo tempo que não esboçava rompimento com a burguesia, colocaria a classe trabalhadora no mesmo plano de igualdade no ordenamento jurídico quanto às questões centrais e basilares para os direitos sociais. Aceitar o chão da fábrica também como agente importante nos rumos econômicos trazia o que a classe dominante burguesa menos queria. Nesse sentido, crítica pertinente traz Postone:

Longe de considerar que o trabalho seja o princípio da constituição social e a fonte de riqueza em todas as sociedades, a teoria de Marx propõe que o traço distintivo que caracteriza o capitalismo é precisamente o fato de suas relações sociais básicas serem constituídas pelo trabalho e, portanto, serem de uma espécie fundamentalmente diferente das que caracterizam as sociedades não capitalistas. Embora inclua de fato uma crítica da exploração, desigualdade social e dominação de classe, sua análise crítica do capitalismo vai além: busca elucidar o tecido mesmo das relações sociais na sociedade moderna e a forma abstrata de dominação social intrínseca a elas, por meio de uma teoria que baseia a constituição social de tais relações em formas de práticas determinadas e estruturadas.⁴⁴⁵

O Estado de Bem-Estar Social foi consequência direta da luta de classes canalizada pelos sindicatos e um passo a mais na direção das ideias socialistas e comunistas do que se tinha o liberalismo e sua atuação pautada a garantir o acúmulo de riqueza da burguesia. Agora deu-se por uma lógica diversa, o poder político burguês entendia o recado da correlação de força política no mundo.

Ademais, não custa refletir que o ambiente hostil aos direitos sociais acarreta a “desestruturação da classe operária e a cooptação dos trabalhadores para mascarar o conflito entre o capital e o trabalho.”⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ CHRISTODOULIDIS, Emílios. **Constitucionalismo político e a ameaça do “mercado total”**. Trad.: Pedro Canário. São Paulo, SP: Contracorrente, 2019. p. 78.

⁴⁴⁵ POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 20-21.

⁴⁴⁶ COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Revista, Direito e Democracia**, v. 1, p. 163-176, 2000. p. 171.

Mesmo por dentro do capitalismo, não há nenhum fato histórico que desabone o Estado de Bem-Estar Social como uma fonte primária de revolução capitalista, isso porque, apesar da norma jurídica garantir os valores burgueses, como a igualdade relativizada e um direito à propriedade, ainda protagoniza em um mundo o qual começaria a sentir os efeitos do socialismo e comunismo como uma espécie de pressão aos poderes políticos do liberalismo. Para Sussekind, Maranhão e Vianna:

O homem tornava-se livre, ‘o cidadão como categoria racional na ordenação política da sociedade’; na outra, transformava-se a liberdade em mera abstração, com a concentração das massas operárias sob o jugo do capital empregado nas grandes explorações com unidade de comando. Acentuava-se, rapidamente, a afirmação de Ripert de que ‘a experiência demonstra que a liberdade não basta para assegurar a igualdade, pois os mais fortes depressa se tornam opressores.’⁴⁴⁷

Os sindicatos, mais do que em Estados a serem eivados por um processo revolucionário, legaram à sociedade industrial uma profusão de realismo a chamar a atenção para uma realidade de desigualdade que indubitavelmente acarretaria, em um curto espaço de tempo, quase que involuntariamente, a conflitos para além de classes e se tornariam questões fundamentais para o destino do próprio planeta e das necessidades a serem abraçadas pelo modelo de sociedade vigente.

Os sindicatos, mais do que avalistas do discurso da revolução e quando não na prática, como foi na Rússia, trouxeram para o capitalismo influência do socialismo e do comunismo, em que legislações que externalizaram e abriram a guarda capitalista para uma catequização dos direitos sociais a ser importante no conceito da sociedade industrial a ser adimplida em uma lógica de consumo que demarcaria uma nova disposição de dialogar com o capital.

As mudanças do liberalismo da autorregulação de mercado para um capitalismo atento e respeitoso à importância da dignidade humana redefiniram também a historiografia do século XX. E algo que talvez só impusesse maiores mudanças às relações laborais afetou todo um organograma em que as classes sociais, por mais diferentes que fossem, começaram a ser albergadas dentro de uma normatização jurídica ao mesmo tempo reconhecedora das diferenças, responsável pela implementação da garantia social.

O Estado de Bem-Estar Social demonstrava que as teorias revolucionárias não deveriam ser uma fórmula hermeticamente fechada como se apenas pudesse ocorrer de uma única forma. Na análise do que seria o capitalismo imaginar, por dentro do regime, uma

⁴⁴⁷ SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2005. v. I. p. 33.

importância a ser dada ao social, quando a sociedade industrial desenvolvia uma cultura de valorização de autorregulação própria do mercado e uma economia voltada aos interesses da burguesia, seria, em certa medida, um ato revolucionário.

Carlo Cosentino na análise do panorama econômico liberal, arremata:

O sujeito deixava a condição de escravo ou servo para exercer a sua liberdade através da sua sujeição ao capital, já que não dispunha de outra alternativa em um modelo de produção que se impunha a todos, em um período histórico em que as condições de trabalho assemelhavam-se àquelas próprias dos regimes escravocratas, com jornadas extenuantes, salários baixíssimos e ausência de qualquer tipo de preocupação com a higiene e a segurança no trabalho.⁴⁴⁸

Supiot, porém, percebia a possibilidade do Estado Social, no tocante à liberdade e à justiça social, ser surrupiado pela exploração do trabalho assalariado:

No sentido preciso do termo, o direito do trabalho é aquele que rege o intercâmbio de trabalho e dinheiro. Entendido dessa maneira, ele nasceu na França com a Revolução Francesa e a adoção, em 1791, do decreto de Allarde e da Lei Le Chapelier. O primeiro afirma que ‘toda pessoa deve ser livre para realizar tais negócios ou exercer tal profissão, arte ou comércio que pareça bom’, e a segunda proclamou ‘a aniquilação de todos os tipos de corporações de cidadãos do mesmo estado e profissão’. Desta forma, tendo uma ardósia limpa com a organização corporativa, a Revolução Francesa abre o caminho para a contratualização das relações trabalhistas que serão consagradas em 1804 pelo Código Civil.⁴⁴⁹

Em determinado grau, a sociedade industrial seria uma realidade mais complexa do que uma simples padronização do termo revolução a uma ruptura de regime. A introjeção da cultura liberal do consumo em uma estrutura social moldada pelo capitalismo seria muito mais complexa e profunda do que um regime de governo. Constituir-se-ia uma verdadeira construção cultural a medir um comportamento interligando padrões econômicos, jurídicos, filosóficos, sociológicos e comportamentais de desenvolvimento.

Everaldo Gaspar arremata:

Se edifica uma superestrutura - Estado e Direito, por um lado, e as ideologias, por outro - que faz a formação social reproduzir-se e reproduzir as suas próprias condições de existência - condições econômicas e políticas de reprodução legitimadas pelo Direito e pelo Estado. As ideologias - jurídica, política, moral, religiosa, filosófica -, por outro lado, quando participam das relações de produção e no conjunto das relações sociais, servem para assegurar a hegemonia e o ideal ou a cultura da classe dominante. Para ele, o conjunto das ideologias recebe da filosofia, sob as

⁴⁴⁸ COSENTINO, Carlo. **Direito do Trabalho, Tecnologias da Informação e da Comunicação**: impactos nas relações individuais, sindicais e internacionais de trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 1001.

⁴⁴⁹ SUPIOT, Alain. **El derecho del trabajo**. Buenos Aires: Heliasta, 2008. p. 18.

categorias de Verdade, essa unidade e a sua orientação, ou seja, a forma política da existência das ideologias, no conjunto das práticas sociais.⁴⁵⁰

O capitalismo desenvolveria um padrão cultural em que a democracia liberal burguesa aprofundaria, ainda mais na sociedade industrial, o consumo como um indicativo comportamental determinante a ser difundido entre as pessoas. O simples fato de consumir era pontuado como uma forma de inclusão e de oportunidade democrática. Essa simbiose de tão consolidada não se constituiria um elo mais consolidado ante outros momentos históricos já vivenciados. Aliás, Marx e Engels anotavam que

a burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas como piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio, fez seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias. A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países... e invade todo o globo. Foi a primeira a provar o que pode realizar a atividade humana: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas. A burguesia durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza; as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?⁴⁵¹

4.5 No neoliberalismo, os sindicatos como o grito de suspiro da classe trabalhadora

O sistema capitalista integralizou o capital na dinâmica de poder político e influenciou o comportamento das pessoas. Antes, no feudalismo, por exemplo, o regime de poder não era direcionado pela disposição econômica porque a ideia de classe naturalmente superior era bem difundida. Com a ascensão da burguesia a superioridade advém exatamente da economia, logo se integraria e praticamente fundiria a economia com a política.

O liberalismo ascenderia como uma ideologia quase que incontestável perante a profundidade sociológica e comportamental atrelada à sociedade industrial. Nesse ponto, não há como desconsiderar que, mesmo sem alterar o posicionamento ideológico e o eixo de poder do regime político, para não ser rifado da burguesia houve uma inversão de valores ao

⁴⁵⁰ ANDRADE, 2014, p. 128.

⁴⁵¹ MARX; ENGELS, 2021, p. 57-58.

trazer pautas e demandas sociais para dentro de um sistema que antes apenas repelia. Marx e Engels fazem uma cirúrgica análise acerca desses aspectos:

Nem haverá na ordem política uma revolução burguesa em que o proletariado revolucionário possa, de repente, montar; nem haverá na ordem econômica um cataclismo, uma catástrofe que, nas ruínas do capitalismo destruído, suscite um dia a dominação de classe do proletariado comunista e um novo sistema de produção. Essas hipóteses não foram vãs. Se o proletariado não pôde se apropriar de alguma das revoluções burguesas, no entanto, ele avançou há 120 anos por meio das agitações da burguesia revolucionária e ainda continuará a tirar partido dos inevitáveis conflitos internos da burguesia, sob as novas formas que a democracia desenvolve. Mesmo não havendo uma reação total e revolucionária do instinto vital do capitalismo, tem havido inúmeras crises que, ao confirmarem a profunda desordem da produção capitalista, naturalmente excitaram os proletários a prepararem uma nova ordem. Mas o erro começa quando se espera, de fato, a queda repentina do capitalismo e o advento repentino do proletariado, seja a partir de um grande abalo político da sociedade burguesa ou de um grande abalo econômico da produção burguesa.⁴⁵²

A concordância pela democracia liberal burguesa, diga-se a burguesia, em afluir para dentro do regime conceitos os quais refutava, invariavelmente, seria ou reposicionar o próprio conceito liberal por outros dogmas ou aceitar que na correlação de forças políticas, houve uma interferência ideológica de teorias concorrentes a minar o seu regime político até então impenetrável. Para Fernanda Lira,

Como aliados nesse processo de captação heterônoma dos sujeitos, o capitalismo contava com a doutrinação religiosa – a força do pensamento reformista justificava o sacrifício da subordinação como um agrado a um deus e uma forma de redenção do sofrimento –, mais a difusão da utopia da ascensão social pela entrega da energia produtiva ao capital.⁴⁵³

Por dentro do regime liberal, as teorias socialistas e comunistas fincavam posições e traziam posicionamentos ideológicos os quais se desdobravam inclusive em normativos jurídicos a serem referendados em favor da classe trabalhadora. Há uma subversão e uma tomada não apenas subjetiva, mas objetiva de emparelhar teorias concorrentes dentro de um mesmo regime político.

Nesse sentido, ainda que se mantenha o mesmo regime político, mas a orientação teórica se modificando na prática, há, em certa medida, uma ruptura. Essa mudança indica uma invasão no campo territorial do inimigo de valores até então excluídos da democracia liberal burguesa. O Estado burguês absorve valores de um Estado comunista.

⁴⁵² MARX; ENGELS, 2021, p. 220-221.

⁴⁵³ LIRA, 2016, p. 153.

O Estado de Bem-Estar Social não ocorre por deliberação voluntária da burguesia. A sociedade industrial apresentava um rito de desenvolvimento que pouco tinha a ver com as demandas e reclames sociais. A consolidação dessas pautas demonstrou uma vitória importante da classe trabalhadora frente liberalismo, representado na mão invisível do mercado. Para Coutinho, havia

uma desestruturação da classe operária e a cooptação dos trabalhadores para mascarar o conflito entre capital e trabalho. A crescente desestruturação da classe operária e sua substituição pela noção de ‘mercado’ de trabalho, determinando uma única preocupação, com a adaptabilidade e produtividade do trabalhador, descurando qualquer indagação a respeito da sua qualidade de vida.⁴⁵⁴

Ao analisar o contexto histórico da época, pode-se mencionar, sem exageros, que se assistiu, com o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social a uma revolução por dentro do sistema capitalista. A democracia liberal burguesa, o liberalismo em si, foi freado em seu processo de ascensão impulsionado pela sociedade industrial. Independentemente da forma que se deu, o conteúdo produzido foi revolucionário, pois a classe trabalhadora ascendeu em direitos dentro de um sistema o qual se hipertrofiava exatamente pela mais-valia e exploração da sua força de trabalho. Para Sérgio Lessa,

o proletariado é a única classe do sistema capitalista que vive da riqueza produzida pelo seu trabalho, e, portanto a única que não tem nada a perder com a superação do sistema do capital. Todas as outras classes, inclusive a pequena burguesia vive da exploração do trabalho operário, e, por isso teria algo ou no caso da burguesia a perder com a revolução que superasse o capital. Por isso a ruptura superadora do capital é cientificamente denominada da revolução proletária.⁴⁵⁵

Esse dado é importante a ser levantado porque demonstra a capacidade política da classe trabalhadora, ao impor à burguesia, dentro do seu próprio regime político, um limite ao que lhe era de mais caracterizador: o lucro. Analisar sob a ótica prática da conquista demonstra um efeito pedagógico concreto diante do que realmente representou para a luta de classes uma socialização do Estado liberal.

Para Engels, no entanto, parâmetros burgueses de controle estatal não interessavam. O pensador marxiano percebia o Estado como

um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta

⁴⁵⁴ COUTINHO, 2000, p. 172.

⁴⁵⁵ LESSA, 2005, p. 32.

infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da 'ordem', e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado.⁴⁵⁶

Para a classe trabalhadora, cuja luta de classes se dava no chão de fábrica, restabelecer um novo pacto, mais do que estratégico, trouxe o sentimento de revolução exatamente por propiciar à massa proletária não um ganho apenas em direitos, mas em narrativas das bandeiras as quais empunhavam, a reoxigenar, mais do que na teoria, trazer efeito prático e começar a minar o discurso de implementação cultural do fenômeno liberal como uma etapa natural quase darwiniana da sociedade industrial.

Para a burguesia, o Estado de Bem-Estar Social seria ceder território cultural para continuar a dominar o poder político. Entendiam que a ruptura do regime político seria de fato uma revolução indesejada. Nesse sentido, percebiam apenas como concessões controladas, mas que na verdade, involuntariamente, levavam a luta de classes para uma redoma não mais apenas liberal, dando impulso à disputa ideológica com o comunismo e socialismo pelo século XX. Havia, assim, uma mudança de correlação de forças que obrigariam uma nova performance da sociedade industrial no trato com a classe trabalhadora. Para Laura Carvalho,

o conjunto de intervenções estatais que visam garantir a provisão de um sistema de proteção social para a população constitui o Estado de bem-estar social – uma forma de organização cujas origens podem ser encontradas ao menos desde o fim do século XIX na Alemanha, mas que só se tornou generalizada na Europa após a Segunda Guerra. [...] o chanceler Otto Von Bismarck introduziu primeiro, em 1883, um seguro-doença; depois, em 1884, um seguro contra acidentes e, por fim, em 1889, um seguro de aposentadoria e invalidez. O financiamento desses seguros sociais era paritário, pago pelo trabalhador, como aliás continua a ser na Alemanha de hoje.⁴⁵⁷

O século XX alargou essa disputa exatamente pelo Estado de Bem-Estar Social ser a via comprobatória de que o liberalismo sentia e admitia que o socialismo e comunismo teriam um efeito prático para além da teoria. A adequação das normas jurídicas burguesas à recepção de direitos sociais demonstrava que a classe dominante reconhecia a luta de classes como um reposicionamento histórico de como a sociedade industrial iria culturalmente ser influenciada e afetada.

Considerações acerca do comunismo e do socialismo são importantes para pontuar a influência na fomentação do Estado de Bem-Estar Social. Para Marx e Engels,

⁴⁵⁶ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 157.

⁴⁵⁷ CARVALHO, Laura. **Curto-Circuito, o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020. p. 49-50.

o comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados.⁴⁵⁸

No tocante ao socialismo, Pierre Ansart cravava:

Para Saint-Simon, como para Marx e Proudhon, a tarefa da revolução será libertar as forças sociais anteriormente oprimidas, destruir os poderes de alienação e exteriorização e tornar possível o livre desenvolvimento da atividade social. Não se trata apenas de aumentar as possibilidades de realização social dos indivíduos ou de permitir um melhor desenvolvimento das forças produtivas, mas também de devolver aos membros da sociedade a liberdade de qualquer obstáculo interno, uma sociedade ‘em ato’, segundo marcaria a passagem de uma sociedade regida por relações políticas de obediência para uma sociedade inteiramente dedicada à atividade administrativa, atividade voltada para as coisas, na qual as relações de dominação não poderiam intervir. A classe dos industriários, ou proletários, anteriormente dominada pelo poder da política ou do capital, realizaria um movimento de reapropriação que a tornaria dona de si mesma e de seu agir. Ela substituiria a autonomização das instituições pela dinâmica de suas forças e pela imediatidade de suas necessidades.⁴⁵⁹

Nessa fauna social que se apresentava no século XX, os sindicatos sintetizavam e apareciam como uma das forças a liderarem o enfrentamento à teoria liberal que praticamente quedou-se hegemônica nos últimos cento e cinquenta anos no tocante ao poder político. A Revolução Russa preconizava a rendição de um discurso quase absolutista que foi o liberalismo burguês amparado pelo sistema capitalista.

Os sindicatos deixavam de ser um objeto de lugar de fala apenas de chão de fábrica para ter um palco de poder político real que os redimensionava no tensionamento político. Deixavam de ser um apêndice do liberalismo para constar e se transformavam em ponta de lança do comunismo e socialismo como Estado viável a ser implementado pela classe trabalhadora. A flexibilização e relativização das normas jurídicas, apesar de guardar alguns

⁴⁵⁸ MARX; ENGELS, 2007, p. 67.

⁴⁵⁹ Original: “Pour Saint-Simon, comme pour Marx et Proudhon, la tâche de la révolution sera de libérer des forces sociales jusque-là opprimées, de détruire les puissances d’aliénation et d’extériorisation et de rendre possible le libre développement de l’activité sociale. Il ne s’agit pas seulement d’augmenter les possibilités de réalisation sociale des individus ou de permettre un meilleur développement des forces productives, mais aussi de rendre aux membres de la société la liberté de tout obstacle interne, une société « en acte », comme marquerait le passage d’une société régie par des rapports politiques d’obéissance à une société entièrement vouée à l’activité administrative, une activité centrée sur les choses, dans laquelle les rapports de domination ne pourraient intervenir. La classe des industriels, ou prolétaires, jadis dominée par le pouvoir du politique ou du capital, mènerait un mouvement de réappropriation qui la rendrait propriétaire d’elle-même et de son action. Elle substituerait à l’autonomie des institutions la dynamique de leurs forces et l’immédiateté de leurs besoins.” Tradução do autor. ANSART, Pierre. **Marx et l’anarchisme**. Paris: PUF, 1969. p. 525-526.

aspectos de ganho revolucionário, não exibiam uma total possibilidade na tomada do poder político.

Por outro lado, a sociedade industrial demonstrava uma significativa mudança no tocante ao modo de produção, impulsionada exatamente pelo ininterrupto avanço tecnológico a possibilitar uma capacidade produtiva cada vez maior e, por conseguinte, a cada etapa de progresso da tecnologia, uma nova relação com a classe trabalhadora, no chão de fábrica se consolidava. Lojkine realçava essa condição elencando uma digressão histórica:

Na sociedade rural e feudal, o crescimento dos ‘serviços’ corresponde ao desenvolvimento de ‘serviços pessoais’ (tais como os fornecidos pelos domésticos); na sociedade industrial, ele resulta de ‘necessidades subsidiárias ligadas à produção (tais como transporte e ou a distribuição)’; mas, na sociedade pós-industrial, é a expansão de atividades de saúde, de ensino, de pesquisa e de administração que desempenha o papel decisivo – ‘ora, é nestes domínios que cresce a nova inteligência (nas universidades, nas instituições de pesquisa, nas profissões liberais e similares, mas administrações)’.⁴⁶⁰

Os sindicatos, mais do que intermediários do condomínio liberal, assumiriam um protagonismo exatamente por também confrontar os modos de produção. Mesmo que a cultura da força de trabalho não alterasse tanto, existiriam perceptíveis diferenças de como um novo conceito produtivo impactava a percepção de como o trabalhador e a trabalhadora seriam notados. Para Ricardo Antunes,

Os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital.⁴⁶¹

Isso porque, nas diferenciações entre os modos de produção adimplidos pela sociedade industrial, eram perceptíveis não apenas mudanças de funções da classe trabalhadora no chão de fábrica, mas o próprio conceito de trabalho a sofrer constantes modificações, como a diferenciação e o impacto tecnológico na mecanização laboral. Com todas essas alterações, o interesse à mais-valia se colocava cada vez mais condicionado às condições de trabalho. E essa situação tinha uma razão de ser.

⁴⁶⁰ LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 240-241.

⁴⁶¹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre a metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 43.

Os sindicatos atuavam e percebiam que a própria mudança dos modos de produção indicava praticamente uma metamorfose do liberalismo e do sistema capitalista para arrancar do Estado de Bem-Estar Social uma condição e posição na busca pela mais-valia que os condicionantes sociais não o impedissem de frear a construção histórica da sociedade industrial baseada na mão invisível do mercado, principal fetiche da burguesia, mantenedor não apenas de projeto econômico, mas de poder político.

Após a Revolução Russa e a consolidação de um Estado comunista, a sociedade industrial sofre no século XX, desde a primeira Revolução Industrial, o seu principal contraponto e que iria criar uma narrativa anticapitalista em uma mesma correlação de força política, geográfica, bélica e militar até então nunca vista. Desde o século XVIII, a ofensiva capitalista, chancelada na ideologia liberal, teve um impacto significativo como projeto de poder político que moldou culturalmente a época pós-feudal. Marcio Pochmann, em um apanhado histórico, aduz que:

Na transição das formas de trabalhos herdadas dos modos de produção pré-capitalistas (servidão, escravidão e outros), emergiu a forma do sindicato de ofício voltado à defesa da valorização do trabalho livre e à resistência diante da exploração capitalista. Naquela época, o sindicato atuava como instituição de multifuncionalidade nas áreas da formação (escolas de artes de ofício), saúde, previdência (fundos de ajuda mútua), cultura (saraus e centro de convivência) e política.⁴⁶²

Os sindicatos no século XX incorporaram toda uma narrativa de enfrentamento ao reacionarismo pregado e aplicado pelo sistema capitalista. O capitalismo em si é reacionário porque assente em culturalmente moldar a sociedade em se acomodar pelo materialismo, a apegar às coisas. Possuir bens materiais passava a trazer um comodismo e sentido para a vida que impediriam saltos para transformações maiores. Belluzzo e Galípolo afirmam:

A frugalidade capitalista não se opõe apenas à indisciplina dos pobres, mas também é contrastada à prodigalidade da aristocracia opulenta e predadora que acumula seus cabedais sob a velha ordem do privilégio e das paixões violentas. [...] o desmascaramento das ilusões necessárias que impregnam a sociabilidade capitalista: onde se apregoa a liberdade, a igualdade, e autonomia do indivíduo reinam, sob o regime despótico do capital, o fetichismo, a subordinação a dependência. A realização dos ideais do Iluminismo depende da força de transformação dos mais fracos.⁴⁶³

Os próprios sindicatos, fomentados no liberalismo, antes de encamparem a luta de classes como ruptura de projeto de mundo, dariam sentido ao enfrentamento dos trabalhadores

⁴⁶² POCHMANN, 2021, p. 23.

⁴⁶³ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 433-901.

e trabalhadoras exatamente pela possibilidade de conquista e acesso a bens materiais. A captura da estética e o modo de vida capitalista tornavam-se uma imposição cultural que atuaria no subjetivo no chão de fábrica e toda a dignidade possível seria por dentro do capitalismo.

A objetificação da vida, aliás, seria pelo capitalismo uma das suas narrativas com um maior impacto no projeto de poder político. Uma criança na sociedade industrial é influenciada, e por que não dizer educada, sob uma perspectiva fabril tanto laboral quanto de consumo. Para a classe trabalhadora o chão de fábrica muitas vezes não seria uma imposição de dominação a subjugá-la em detrimento da outra, mas uma condição inata e já atenuada pela força de trabalho assalariada. Sentia-se incluída.

No tocante à objetificação da vida, sensível posicionamento traz Morelly:

O homem não possui ideias nem tendências inatas. O primeiro instante de sua vida encontra-o envolto numa indiferença total, mesmo em relação à sua própria existência. Um sentimento cego, que em nada difere do dos animais, é o primeiro motor que põe fim a essa indiferença. Sem entrar nos detalhes dos primeiros objetos que levam o homem a sair de tal embotamento, nem da maneira como isso se opera, digo que suas necessidades o despertam gradualmente, tornam-se atento à sua conservação, e dos primeiros objetos dessa atenção ele extrai suas primeiras ideias. A natureza estabeleceu com sabedoria nossas forças, depois, ao fixar o número dessas necessidades pelo resto de nossa vida, fez com que sempre excedessem em certa medida aos limites de nosso poder. Iremos ver as razões dessa disposição. Se o homem não encontrasse nenhum obstáculo à satisfação de suas necessidades, iria recair, a cada vez que atendessem a elas, em sua indiferença inicial, tornando a sair dela apenas quando fosse tomado pelo sentimento dessas necessidades renascentes; a facilidade de atendê-las não demandaria luzes superiores ao instinto do animal, e o homem não seria mais sociável do que ele.⁴⁶⁴

Seria esse trabalho fundamental dos sindicatos no século XX, desconstruir uma cultura de dominação capitalista estruturada em mais de um século e que condicionou a classe trabalhadora a pensar com o muro liberal como limite, ou seja, a luta de classes não iria avançar para além de ganhos materiais, pois com a chegada de comunistas ao poder político na Rússia, iria se disputar o chão de fábrica por novos parâmetros ideológicos trazidos pelo comunismo. Ruy Mauro Marini investigava essa situação da seguinte forma:

O desenvolvimento da acumulação baseada na produtividade do trabalho tem como resultado o aumento da mais-valia e, em consequência, da demanda criada pela parte desta que não se acumula. Em outras palavras,

⁴⁶⁴ MORELLY, 2013, p. 27.

cresce o consumo individual das classes não produtoras, com o que se amplia a esfera da circulação que lhes corresponde.⁴⁶⁵

Algo importante a ser anotado vem de um certo confucionismo entre o comunismo e o ascetismo cristão. Talvez esse tenha sido o ponto a trazer uma maior dificuldade aos sindicatos para quebrar a cultura liberal impregnada no chão de fábrica. Se existia toda uma construção de ideário do que seria bem viver na sociedade industrial, no caso, o acesso a bens materiais, a expropriação da propriedade privada traria uma ideia de que não seria permitido se ter mais nada. Nessa entoada, Sérgio Lessa faz importantes considerações:

O projeto comunista deve ser substituído pelo ideal democrático e a classe operária deve ser substituída pelos ‘trabalhadores’, ou pela classe-que-vive-do-trabalho. Esta substituição gera enormes problemas teóricos e abre amplas perspectivas para as ideologias conservadoras. Pois, cancelar o solo ontológico na análise do trabalho e das classes sociais significa imediatamente cancelar o solo ontológico das possibilidades da revolução proletária. Se os autores pretendem permanecer no terreno marxista, apenas atualizando pontualmente as categorias marxianas, terminam produzindo teorizações frágeis, permeadas por contradições internas e que são facilmente apropriadas pelo amedrontado ‘espírito do nosso tempo’. Na maior parte das vezes, contudo, os autores que trilham este percurso terminam em um terreno mais propriamente liberal do que marxista. Assumem a impossibilidade da superação da propriedade privada e fazem o elogio da humanização do capital: elogio da distribuição de renda.⁴⁶⁶

Na verdade, o comunismo não prega o voto de pobreza, algo que vem do ascetismo cristão e nada tem a ver com a luta comunista por um bem viver mais digno e com acesso a bens materiais à classe trabalhadora. O problema estaria exatamente na própria concepção da sociedade industrial fomentada pelo liberalismo, em culturalmente diminuir a capacidade das pessoas a entender o prazer como praticamente atrelado à condição de consumo, algo que por óbvio trouxe uma dificuldade dos sindicatos em avançar nas conquistas de convencimento no chão de fábrica, principalmente em um século no qual já se apontava um acirramento ideológico a ser comprovado pela história.

Os sindicatos teriam no século XX um ambiente político em que a luta de classes deixaria de ter qualquer fio originário mais liberal e assumiria uma característica preponderantemente comunista-marxista. Tal consideração se faz importante anotar, porque havia uma disputa pelo controle político mundial que tensionava ainda mais a narrativa entre o chão de fábrica e os donos dos meios de produção.

⁴⁶⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 138.

⁴⁶⁶ LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 333-334.

Para Rudolf Hilferding:

O poder econômico da classe dominante significa sempre, ao mesmo tempo, poder sobre os homens e disponibilidade de força de trabalho humano. Mas, com isso, o dominador econômico sempre depende do poder dos dominados. Pois, ao aumentar seu próprio poder, ele fortalece ao mesmo tempo o poder daqueles que o defrontam como inimigos de classe. Mas que parecem impotentes enquanto dominados. Seu poder – que somente pode manifestar-se na luta, na derrubada do poder da classe dominante – é latente, enquanto o poder dos dominadores é o único que salta aos olhos. O poder real dos submetidos só se manifesta no choque dos dois poderes, isto é, no período revolucionário.⁴⁶⁷

Os sindicatos, no epicentro do mundo capitalista, como na Europa ocidental e nos Estados Unidos da América, importavam-se com a teoria comunista, agora não mais de livros ou intelectuais a debatê-los em cafés europeus, mas de uma experiência real de poder político. O Estado de Bem-Estar social logo foi impulsionado ainda com mais força para demonstrar o lado social do capitalismo quase como um anticorpo ou propriamente uma vacina contra o comunismo.

No entanto, importante anotar que a própria aceitação da divisão de trabalho capitalista pelo regime comunista é um ponto a ser refletido e indagado, como bem percebe Armando Boito:

Por isso, a defesa da manutenção de desigualdades no mundo do trabalho, desigualdade de participação no processo de tomada de decisão no interior das unidades produtivas e no processo de planificação global da economia, desigualdade à qual deveriam corresponder outras tantas desigualdades nos planos salarial e de condições de trabalho, essa defesa constitui oposição ao processo de socialização.⁴⁶⁸

O capitalismo passou a identificar o Estado de Bem-Estar Social como o seu salvo conduto para avançar na disputa ideológica e manter o que de fato interessaria: os meios de produção e a propriedade privada. Como o comunismo sairia de uma órbita teórica para adquirir um efeito político prático pós-Revolução Russa, o sistema capitalista relativizaria conceitos econômicos como autorregulação do mercado e tentaria equilibrar a narrativa no chão de fábrica.

Diferentemente do século XIX, em que a força de trabalho assalariada convencia que a dignidade ascendia para um critério civilizatório a margear a sociedade industrial capitalista, o século XX desconstruía essa dita consciência para instigar e trazer para o chão de fábrica não conquistas de salários como a finalidade máxima da luta de classes, mas a disputa da narrativa

⁴⁶⁷ HILFERDING, 1985, p. 345.

⁴⁶⁸ BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. p. 270.

econômica de dominação a qual permitia o consenso do poder político pela burguesia, os donos dos meios de produção. Armando Boito apontava:

As revoluções do século XX estiveram, todas elas, ligadas a esse quadro geral: o desenvolvimento desigual do capitalismo, o sistema imperialista e o pré-capitalismo ainda prevalecente em grande parte dos países periféricos. A Revolução Russa de 1917 e, mais tarde, a Revolução Chinesa de 1949 e a bipolarização da política internacional entre Estados Unidos e União Soviética geraram novas contradições e estimularam os movimentos revolucionários em escala internacional.⁴⁶⁹

Para a classe trabalhadora, já não mais bastaria compreender que a força de trabalho seria uma grande conquista, porque a chegada ao poder político pós-Revolução Russa pela classe trabalhadora ungiria uma possibilidade real de ressignificar toda a narrativa da sociedade industrial pautada no liberalismo como caminho unilateral capitalista. Na economia capitalista, a produção fabril também existiria, porém pautada em outra lógica e que faria a economia ter como referência a força de trabalho produtiva e não donos dos meios de produção a se enriquecer por essa exploração e obter a mais-valia.

A partir desse prisma, perceber-se-ia que não seria propriamente a sociedade industrial a ser posta à prova, mas sim um processo econômico exploratório a estimular a alienação da força de trabalho produtiva e fazer do chão de fábrica uma tomada de narrativa capitalista como se não fosse possível uma sociedade industrial comunista, pautada pela classe trabalhadora, com outra lógica de exploração dos recursos naturais e uma dinâmica de consumo mais pautado pelo bem viver do que apenas pelo acúmulo do ter.

O século XX trazia uma condição totalmente nova à sociedade industrial, marcada não apenas pelo avanço em larga escala da tecnologia, mas também por um período de cento e cinquenta anos de hegemonia capitalista. Esse período foi caracterizado por um projeto político pautando ciência e que até então iria atuar economicamente para acabar com a naturalização das desigualdades e de um novo mote produtivo advindo exatamente da expropriação dos meios de produção.

Esses sintomas de inquietação social frente à mão invisível do mercado já ressoavam e desencastelavam um mundo ocidental até então liberal a se confrontar com uma realidade sob a ótica da classe trabalhadora. E essa nova reconfiguração na correlação de força política teria nos sindicatos uma voz não como propagadora apenas das teorias favoráveis ao chão de fábrica, mas uma organização em que atuaria não para reverter e sim inverter a lógica da sociedade industrial.

⁴⁶⁹ BOITO JUNIOR, 2017, p. 255-256.

Os sindicatos atuariam na confabulação e estruturação de um Estado em que o mercado não fosse simplesmente elidido, mas tivesse uma importância, um protagonismo que não fosse maior à classe trabalhadora. O chão de fábrica seria mais do que um setor produtivo, a essencialidade da sociedade industrial no tocante a fazer parte como vetor ativo da economia. Na visão de Boito Junior,

o sindicalismo é uma forma de resistência do produtor direto possibilitada pela estrutura do modo de produção capitalista. A infraestrutura econômica desse modo de produção facilita a organização coletiva dos trabalhadores. A sua superestrutura jurídico-política, ao contrário, estimula o individualismo e permite, também, a negociação, no plano individual, das condições e da taxa de exploração do trabalho. A ação coletiva dos trabalhadores, induzida pela própria produção capitalista, pode, na defesa de seus interesses imediatos, explorar, a despeito da resistência da burguesia, o próprio direito burguês, transformando-o dentro dos limites que lhe são próprios. Uma vez que não há exploração de classe, mas apenas uma relação contratual de venda, trata-se de negociar, para um segmento qualquer da classe trabalhadora, as condições da venda dessa mercadoria que é a força de trabalho.⁴⁷⁰

A partir da Revolução Russa, a sociedade industrial passaria a sofrer uma quebra no paradigma do consumo pautado na economia liberal. Se o liberalismo convivia com uma parcela minoritária em que era farto o acesso aos bens industrialmente, em detrimento da inacessibilidade de uma maioria, a economia faria parte de um poder político pautado em fazer do produtor ou produtora, consumidor ou consumidora.

Em tempos de uma sociedade industrial impregnada por dogmas liberais, como foram os primeiros cento e cinquenta anos após a primeira Revolução Industrial, trazer a base da pirâmide social para o consumo deveria ser caracterizado como uma tratativa capitalista, e por que não seria? Porque o capitalismo para exercer o domínio do poder político fazia da economia um ambiente exclusivista. Não interessava criar uma condição de acesso em que o privilégio fosse abonado, porque seria exatamente a possibilidade ou não de possuir determinado produto que o faria mais caro.

E por isso essa condição do capitalismo só foi pretensamente mais branda exatamente quando houve uma política do Estado de Bem-Estar Social incrementada pelo tensionamento já existente com as correntes sabidamente de preocupações sociais, assimiladas cada vez com mais força pelos sindicatos. Mais do que os direitos sociais, esse novo momento do capitalismo possibilitou uma economia repaginada exatamente pelo indicativo de aumento do poder de consumo da classe trabalhadora. Porém, para Rudolf Hilderfing ainda não bastaria:

⁴⁷⁰ BOITO JUNIOR, 2017, p. 214-215.

A classe capitalista usurpa a organização estatal de modo direto, descarado e palpável e a converte em instrumento de seus interesses de exploração de modo inclusive perceptível até para o último proletário, que deve reconhecer, pois, que a conquista do poder político pelo proletariado é seu próximo interesse pessoal. A evidente tomada do Estado pela classe capitalista impõe necessariamente a todo proletário a aspiração da conquista do poder estatal como o único meio de acabar com sua exploração.⁴⁷¹

Os sindicatos, se chegavam ao século XX ocupando um lugar de poder político real, teriam de adotar toda cautela para não se equivocar e achar o Estado de Bem-Estar Social mais uma vitória sua do que do próprio capitalismo em reestruturar e admitir novas matrizes econômicas, por poder ser facilmente cooptado e adestrado pelo ideal liberal de existir para perquirir algumas melhoras corporativistas e não assuntar por um projeto real de tomada de poder.

Toda essa narrativa se colocaria como acertada, porque no meio do ocorrido da Revolução Russa estava a acontecer a Primeira Guerra Mundial, fato que impactou profundamente a geopolítica internacional, inclusive, demonstrou não haver coincidência nas principais potências militares serem exatamente as potências industriais, tudo obedecia a um critério ritualístico de poder. Na contramão da economia ocidental, mas seguindo a cartilha armamentista industrial viria exatamente a União Soviética.

Aliás, a sociedade industrial pós-Primeira Guerra Mundial trazia um cenário político econômico complexo. Havia uma condição cada vez mais expressa da necessidade do capitalismo se revestir do Estado de Bem-Estar Social, ao mesmo tempo que parecia recrudescer e compreender a necessidade das garantias sociais, politicamente, em pleno apogeu positivista, viriam a se fortalecer o nazismo e o fascismo.

No entanto, o fato consumado do positivismo como fiador dos regimes totalitários encontra uma eficiente contradita nas reflexões do Rodrigo Borges Valadão:

Novos estudos começavam a demonstrar que a narrativa apresentada pelo pensamento jurídico do pós-guerra, em que o Positivismo Jurídico era apontado como corresponsável pelo surgimento ou mesmo identificado com o pensamento jurídico nacional-socialista, simplesmente não correspondia aos fatos. [...] E realmente não poderia ter sido diferente. Os juspositivistas, em sua maioria judeus, repudiavam a ideologia política totalitária do nacional-socialismo e, exatamente por isso, foram privados das suas cátedras e cargos públicos ou expulsos da Alemanha. A Filosofia do Direito do Nazismo era, por assim dizer, ‘ariana’, uma mistura de Direito Natural com elementos do Idealismo alemão. Hegel, e não Kant, era a principal referência filosófica. Também no que diz respeito à metodologia jurídica, a jurisprudência do Reichsgericht já havia adotado desde o período de Weimar

⁴⁷¹ BOITO JUNIOR, 2017, p. 344.

um afastamento da letra da lei, sempre que necessário.⁴⁷² Durante o regime nazista, o império da lei foi ainda mais enfraquecido diante dos objetivos políticos totalitários.⁴⁷³

Os sindicatos, ao mesmo tempo que se fortaleciam como entidades organizativas da classe trabalhadora, viveriam essa quadra histórica tentando não se burocratizar e ser apenas um aparelho estatal, mais a serviço de governos do que do chão de fábrica. Tanto nos Estados capitalista e comunista, haveria uma disputa do poder político por esses espaços de poder e representatividade perante a massa proletária.

No Estado comunista, a identidade de pautas significava que a classe trabalhadora teria chegado ao poder, mas como fazer com que essa tomada de poder não burocratizasse o movimento ao ponto de perder o sentido na crítica e ser uma entidade para além de adesista, apenas uma figura de retórica tal qual também seria caracterizada no liberalismo?

O Estado de Bem-Estar Social aparecia como pêndulo capitalista, mas não só isso. Os sindicatos, entendendo a dinâmica de correlação de forças, tentariam se colocar politicamente como uma força de natureza social, uma fotografia da luta de classes, porém sem afiançar sua originalidade com a burocratização da máquina de funcionamento, simplesmente pelo aproveitamento dos seus quadros a projetos políticos do governo.

Os sindicatos não poderiam se confundir com o Estado, não por serem impedidos de reconhecer melhorias e conquistas à classe trabalhadora, mas pelo papel o qual lhes cabia, de não serem entidades institucionalizadas ou oficiosas de qualquer governo. Com os direitos sociais adimplidos pelo capitalismo, tornar-se-ia natural que o reconhecimento às conquistas se revertesse em possibilidade de governança.

No entanto, seria essa linha tênue em continuar o embate e a fiscalização frente à política majoritariamente favorável ao mercado e se colocar como partícipe de governo, que traria uma desidratação do papel do sindicato no panorama da historiografia do século XX. Além disso, nos regimes comunistas, a classe trabalhadora à frente do poder político deu a entender uma impossibilidade de os sindicatos continuarem a confrontar o Estado.

Para Hans Kelsen,

[...] Na medida em que a autoridade do grupo, representada por seu líder, absorve toda a individualidade de seus membros, eles perdem todo impulso para desenvolver sentimentos pessoais de responsabilidade; essa circunstância também leva à já mencionada responsabilidade coletiva,

⁴⁷² VALADÃO, Rodrigo Borges. **Positivismo jurídico e nazismo**: formação, refutação e superação da lenda do positivismo. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 425-426.

⁴⁷³ HILGENDORF, Eric. **Die Renaissance der Rechtstheorie zwischen 1965 und 1985**. Würzburg: Ergon – Verl, 2005. p. 24.

peculiar à moralidade primitiva, isto é, à ideia, autoevidente para o homem primitivo, mas repugnante para o homem civilizado, de que um ato certo ou errado de um membro deve ser atribuído ao grupo e que, portanto, não apenas o membro, mas todo o grupo deve suportar as consequências.⁴⁷⁴

O tempo demonstrou que as assertivas acima marcariam a vida sindical no século XX. Por situações diferentes, até pelos regimes políticos díspares, houve, por motivos distintos, tanto no Estado comunista quanto capitalista, uma tentativa de locupletar os sindicatos para a estrutura estatal. Interessante que as duas situações em modelos de poder político dissonantes tentaram imprimir uma tutela em que inevitavelmente atingiria uma fundamental autonomia para a sua atuação sem qualquer tipo de cabresto.

Ambos por motivos diversos, mas com o mesmo potencial de fragilizar a atuação dos sindicatos em um século que apresentava dinâmicas e agudas mudanças nas relações de trabalho no chão de fábrica. A sociedade industrial, tanto na esfera comunista quanto na capitalista, apontava desafios como a mecanização do trabalho e uma atenção global em demarcações civilizatórias em um século que assistiu aos seus primeiros cinquenta anos serem marcados por duas guerras mundiais e regimes totalitários. As condições laborais estavam na proa dos direitos sociais.

Um período, demarcado por visões ufanistas, triunfantes e pretensamente liberais, no pós-guerra tentava se impor na cultura acadêmica, como se observa nas ideias de Popper:

A ideologia ocidental [...] era a verdade. O Ocidente lutava pela paz: conquistou-a naquela Europa que, desde o início da história humana, sempre foi atormentada pelas guerras, e a conquistou quase em todos os lugares em que os europeus ocidentais tinham tido uma influência.⁴⁷⁵

No regime comunista os sindicatos, por serem valorizados, capciosamente eram esvaziados exatamente pelo regime ser concebido por ideias marxistas e favoráveis à não exploração da força de trabalho, sem uma burguesia proprietária dos meios de produção. As normas jurídicas fora da redoma iluminista liberal traziam normas protetivas e valorização da classe trabalhadora enquanto agente fundamental do Estado.

No entanto, mesmo com essas condições favoráveis, a pauta sindical não se esvaía, pois a sociedade industrial, mesmo por outra concepção ideológica, guarnecia de atenção. O *modus operandi* seria diferente do regime capitalista, não existiria uma semântica sociológica

⁴⁷⁴ KELSSEN, Hans. **Sociedade e natureza**: uma investigação sociológica. Trad.: Pedro Davoglio. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022. p. 85-86.

⁴⁷⁵ POPPER, Karl R. **La lezione di questo secolo** (A lição deste século). Editado por G. Bosetti. Veneza: Marsilio, 1992. p. 94.

da exploração, mas a divisão do trabalho persistia. Somente por isso já se justificaria o fortalecimento dos sindicatos.

Na análise de Armando Boito,

os sindicatos de orientação ideológica capitalista podem funcionar como meros negociadores da mercadoria força de trabalho graças à figura jurídica do contrato de trabalho criada e mantida pelo Estado Capitalista. [...] Os centros de poder que existem na sociedade capitalista, embora tenham a sua eficácia e sua importância próprias, gravitam em torno de um centro institucional que é o Estado capitalista.⁴⁷⁶

No regime capitalista, as necessidades talvez sejam mais óbvias pela querência do Estado em aparelhar o sindicato. A partir do momento em que houve uma adesão por lideranças e pelo próprio meio sindical às ideias socialistas e comunistas, o liberalismo logo percebeu que a sua pauta econômica em ter a burguesia como prioridade talvez impingisse atrapalhos na manutenção do poder político por um período estendido. E não é desarrazoado supor, dentro de uma narrativa de total controle desde a primeira Revolução Industrial, que se poderia imaginar alguma mudança no prumo do pensamento dominante liberal.

Ocorre que, com o esgarçar do liberalismo no final do século XIX, a burguesia percebeu que acenderia dos sindicatos o relance de clareza do projeto político burguês de poder. Deixar o movimento sindical hipertrofiar e ramificar ideias nos chãos de fábricas seria romper a estrutura de dominação social replicada da sociedade feudal e escravidão. Por isso seria fundamental manter a premissa liberal, trazer a narrativa do Estado de Bem-Estar Social e atrair os representantes sindicais como se o Estado fosse uma pacificação e a luta de classes cessasse. Como se tudo fosse mais um mercado a ser conquistado, precificado.

Os sindicatos inegavelmente se constituíram uma entidade que acompanhou um processo de evolução da sociedade industrial e as demandas de um maior equilíbrio entre quem estava no chão de fábrica e quem ocupava o poder político, tanto no regime capitalista quanto no regime comunista. Cada um ao seu modo, a dinâmica produtiva deveria estar atenta à condição e dignidade da classe trabalhadora.

Do ponto de vista histórico:

As duas experiências que despontavam como paradigmas do que havia de mais avançado no desenvolvimento capitalista no início do século XX eram as da Alemanha (baseada em investimentos concentrados na indústria pesada e num papel de muito ativo do Estado no planejamento e direção das

⁴⁷⁶ BOITO JUNIOR, 2017, p. 270.

atividades econômicas) e dos Estados Unidos (baseada em um padrão manufatureiro estruturado sobre princípios tayloristas e fordistas).⁴⁷⁷

Na verdade, a própria norma jurídica do século XX no tocante aos direitos sociais teve nos sindicatos o seu ponto de apoio mais forte a equilibrar o reconhecimento da classe trabalhadora como a agente fundamental da sociedade industrial. Em um mundo bipolarizado, porém dentro de uma mesma dinâmica produtiva da sociedade industrial, explica-se o motivo de regimes antagônicas produzirem condições de trabalho contestatórias.

O capitalismo global se esmera em conjunturas complexas que se entrelaçam em vários personagens em luta.⁴⁷⁸ A estratégia aplicada se dá exatamente pela atuação das classes dominantes, reposicionadas dentro de uma relação de concorrência global. Isso ocorre tanto nas forças internas no campo político e social quanto na forma como esses interesses se constroem por personagens que tensionam com as classes dominadas a padronizarem uma divisão internacional do trabalho.

Se no capitalismo existiria toda a estratificação social e concentração da mais-valia, do lucro para a burguesia, no regime comunista existiria um Estado burocratizado, uma elite política dominante que faria da divisão do trabalho praticamente um estamento social. A diferença de um regime para o outro, para quem atuava no chão de fábrica, praticamente não era notada, pois a ideologia não afetava o conceito produtivo da sociedade industrial.

Porém, para alguns pensadores, a divisão do trabalho industrial apresentava nuances e diferenças entre a capitalista e a socialista. Paillox, Amin, Bettelheim e Emmanuel as percebiam da seguinte forma:

A divisão capitalista internacional do trabalho conduz, regra geral, ao agravamento das desigualdades entre os países, a uma tendência ao desenvolvimento unilateral de cada um dos países participantes, tendência tanto mais clara para um país determinado quanto mais baixo seja seu nível de desenvolvimento. Esta tendência se liga à estagnação ou a um crescimento muito fraco do mercado interno dos países menos desenvolvidos. Já a divisão socialista internacional do trabalho se desenvolve nas condições de uma redução crescente das desigualdades econômicas. Caracteriza-se, pois, por uma taxa de crescimento sensivelmente mais rápido nos países menos avançados. Desemboca num desenvolvimento conjunto de todos os países.⁴⁷⁹

Com o capitalismo se metamorfoseando no Estado de Bem-Estar Social, praticamente admitindo a importância dos direitos sociais, a problemática, não sob o prisma geral ideológico, mas no tocante ao chão de fábrica, acarretou para os sindicatos, mesmo em

⁴⁷⁷ NOVE, Alec. **An Economic History of the USSR**. Harmondsworth: Penguin Books, 1984. p. 89.

⁴⁷⁸ LIPIETZ, Alain. **Mirages and Miracles**. Londres, 1987. p. 25.

⁴⁷⁹ PALLOIX; AMIN; BETTELHEIM; ARGHIRI, 1981, p. 79-80.

regimes tão diferentes, um panorama de atuação para quem fazia parte da massa proletária muito semelhante.

O capitalismo utiliza como principal mecanismo de métodos hegemônicos o dito regime democrático representativo, que escamoteia uma realidade como se dissolvesse as diferenças sociais na igualdade política formal; no entanto, essa existência embarga à classe operária o socialismo como uma possibilidade diferente de Estado.⁴⁸⁰

Os sindicatos, tanto no regime comunista quanto no capitalista, faziam-se exigir uma demanda de classe trabalhadora urbanizada e industrial ciente dos seus direitos, independentemente da norma jurídica liberal ou marxista, se perfaziam pela mesma orientação do chão de fábrica que mais do que uma disputa hegemônica de narrativas, percebia que ambos os campos ideológicos não conseguiriam perpassar os entraves da sociedade industrial nascente ainda no século XVIII.

Ademais, existia o adendo de que a velocidade das mudanças tecnológicas era disputada por ambos os regimes como prova de superioridade sem atentar para as condições, não mais só na garantia de direitos sociais, mas na percepção psicológica da constituição humana de uma massa de trabalhadores cada vez mais afetada por uma evolução vista no chão de fábrica, que impactaria a relação da classe trabalhadora com a sociedade. Para Dobb,

Se falarmos do Capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema a partir dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em larga escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de ‘Capitalismo Mercantil’, como fizeram muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando as mudanças no modo de produção ocorrerem, no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista.⁴⁸¹

Os modos de produção passaram por intensas transformações no século XX. Em cada fase, taylorista, fordista e toyotista, os sindicatos exerceram um papel de vanguarda na compreensão dessas e os reais impactos na vida laboral da classe trabalhadora. Interessante ressaltar que, em cada uma dessas etapas de mudanças produtivas, o eixo central girava em torno da obtenção de mais-valia, do lucro. A força de trabalho era impactada e acarretava novos panoramas com as relações tecnológicas surgidas no chão de fábrica. Na visão de Nascimento,

⁴⁸⁰ ANDERSON, Perry. **As antinomias e Gramsci, em Afinidades seletivas**. Trad.: Juarez Guimarães e Feliz Sanchez. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 40.

⁴⁸¹ DOBB, 1997, p. 31.

a tecnologia mostrou o seu lado cruel: a substituição dos empregados e a desnecessidade, cada vez maior, de um quadro numeroso de empregados para que a empresa consiga mesma produção. Com autorização da alta tecnologia, o trabalho humano passou a ser sistematicamente eliminado para ceder lugar às máquinas inteligentes, que assumiram com maior velocidade essas tarefas, nos mais diferentes setores.⁴⁸²

Assim, as mudanças tecnológicas, em que a mecanização do trabalho humano impactava a própria dinâmica fabril, foram percebidas por ângulos diferentes nos regimes comunistas e capitalistas. Levando em consideração a bipolaridade e o tensionamento ideológico que cercava a quadra histórica durante boa parte do século XX, a divisão do trabalho, mesmo para a produção dos mesmos bens, obedecia não apenas a objetivos diferentes, mas critérios de como a classe trabalhadora operava e sentia a cada mudança.

Na divisão de trabalho do sistema capitalista, cada modo de produção guardava um requisito específico adimplir uma melhor mais-valia. O processo em si, se seria mais alienante ou não para a classe trabalhadora, pouco importava. O Toyotismo criava uma pseudovalorização do trabalhador ou trabalhadora, atribuindo-lhes uma importância sabidamente maquiada para agudizar ainda mais a captura cultural da classe trabalhadora.

O Toyotismo trazia o modelo “just in time” de produção, a fabricação sob demanda, que equalizava os custos e otimizava a produtividade. A doutrinação do funcionário como parte da empresa seria quase uma hipnose capitalista, extraía da classe trabalhadora a percepção de identificar o opressor e não se sentisse mais um oprimido. Contribuiu não apenas para o esvaziamento do sindicato, difundiu a individualização como pensamento dominante na massa operária. Atingiu a noção de classe. Carlo Cosentino comenta o assunto com autoridade:

A partir da segunda metade do século XX, o Japão, no esforço de se reerguer da segunda guerra, desenvolveu novo modelo de divisão do trabalho que buscava maximizar ainda mais a produção e reduzir ainda mais os seus custos. Neste modelo, a tecnologia passou a desempenhar um papel ainda mais preponderante. A evolução dos meios de comunicação e da logística já permitiam o aperfeiçoamento da produção no sentido de minimizar cada vez mais os custos, especialmente no manejo dos estoques, que passaram a ser drasticamente reduzidos. O just-in-time, também utilizado pela administração científica para o Toyotismo, implementou um modelo de produção do estritamente necessário para o abastecimento do mercado, com a reposição dos estoques de matéria-prima limitados à produção imediata. O sistema se adequava perfeitamente à economia e à geografia japonesa, territorialmente restrita e isolada do resto do mundo. O Toyotismo viabilizou a produção, variável, sensível às oscilações do mercado, que se expandia globalmente. [...] Utilizou-se, como em nenhum outro método da

⁴⁸² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais e coletiva do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 78.

administração científica, da tecnologia para o aperfeiçoamento dos seus processos. A subjetividade do trabalhador passou a ser mais exigida. Consequentemente a demanda por pessoal com níveis educacionais mais altos tornou-se prioritária, já que agora eles deveriam ser capazes de entender o processo produtivo conglobadamente e não sob a perspectiva fragmentada dos modelos anteriores.⁴⁸³

No regime comunista, os sindicatos perderam representatividade exatamente pelos problemas econômicos apresentados e pela dificuldade de fazer uma sociedade industrial em que a igualdade fosse traduzida em oportunidade de consumo. Os bens produzidos na indústria comunista não encontravam competitividade com os concorrentes ocidentais, e a classe trabalhadora, além da baixa capacidade de consumir, enfrentava condições de vida aquém do esperado em um mundo há cento e cinquenta anos talhados na objetificação e no fetiche do ter. Vânia Bambirra aduz que:

As transformações modernizadoras se manifestam na organização social da produção, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias. Elas passam, assim, a serem predominantes, através da compra da força de trabalho mediante o pagamento de salário e, consequentemente, através da formação de um mercado livre de trabalho.⁴⁸⁴

A cisão ideológica do mundo, por motivos e motivações distintas, curiosamente, atingiu o sindicato sob os dois planos, à esquerda e à direita. Pelo lado conservador, o já esperado ataque não surpreende e a economia, movida gravitacionalmente pela prioridade da circulação de mercadorias, tem como objetivo, por vocação liberal, fustigar ao máximo as condições de trabalho, na tentativa da precarização gerar uma maior capacidade de lucro. A lógica quanto a esse aspecto não mudou desde a escravidão, apenas ficou mais sofisticada e prendada. Eva Kittay analisa que:

Enquanto os laços da justiça forem estabelecidos com base em relações recíprocas entre pessoas livres e iguais, os dependentes continuarão a ser privados de seus direitos de representação. E ainda: os que trabalham no campo da dependência – que são de outra forma plenamente capazes – e os colaboradores também continuarão a partilhar dos diferentes graus de não representação dos dependentes.⁴⁸⁵

⁴⁸³ COSENTINO, 2018, p. 3935-3955.

⁴⁸⁴ BAMBIRRA, 2019, p. 67.

⁴⁸⁵ Original: “As long as the bonds of justice are established on the basis of reciprocal relations between free and equal persons, dependents will continue to be deprived of their rights of representation. And yet: those working in the field of addiction – who are otherwise fully capable – and collaborators will also continue to share in the different degrees of non-representation of addicts.” Tradução do autor. KITTAY, Eva F. **Love’s labor**: essas on women, equality and dependency. Nova York: Routledge, 1999. p. 76-77.

No campo da esquerda, a derrocada dos regimes comunistas contribuiu em demasia para que o neoliberalismo avançasse ainda com mais desenvoltura na captura da classe trabalhadora e a fizesse perder o referencial quanto ao lado pertencente. A escala produtiva, dentro de uma mesma divisão de trabalho praticamente capitalista, fez eclodir um sentimento de teorias fracassadas para quem vendia a sua força de trabalho.

Os sindicatos, por outro lado, se quedam por uma burocratização e afastamento das demandas da base, tanto por disputas de poder interno quanto por confucionismo, principalmente de tendência progressista, dificultando a compreensão da classe trabalhadora em se ver representada na luta pelos seus direitos. A impressão é de cooptação e aceitação das regras econômicas liberais, incompatibilizando a percepção de luta de classes. Criminaliza-se a identificação enquanto trabalhador e trabalhadora e abre-se o flanco para a cultura do empreendedorismo.

Coutinho sinaliza que:

A crescente desestruturação da classe operária e sua substituição pela noção de ‘mercado’ de trabalho, determinado uma única preocupação, com a adaptabilidade e produtividade do trabalhador, descurando qualquer indagação a respeito da sua qualidade de vida. A constante fragmentação das relações jurídicas determina uma preponderância da variabilidade do trabalho sobre unicidade do emprego, com o esvaziamento do próprio Direito do Trabalho. Tudo isso acentuado pelo discurso proselitista do fim da sociedade de trabalho, e assim, os discursos são engendrados para incentivar o empreendedorismo. O processo de desestruturação do trabalho, aliado a ideias como a remuneração flexível, promovem o dismantelo dos vínculos de solidariedade entre os trabalhadores. Incentiva-se a competitividade interna, sob a ‘roupagem das emergências da globalização’. O sindicalismo está debilitado pelo modelo contemporâneo de divisão do trabalho. Conclui que essa fragilidade coletiva tem permitido a cooptação dos trabalhadores pelo processo da globalização, viabilizando-se, conseqüentemente, as alterações do Direito do Trabalho.⁴⁸⁶

Com a hegemonia do neoliberalismo passando a vigorar no final da década de 1980 do século passado, os sindicatos se transformam em contemporizadores de perdas de direitos da classe trabalhadora, agem mais no sentido de estancar a sangria. Não conseguem imprimir uma agenda de convencimento, nem tampouco reeditar o conceito da luta de classes para tentar resgatar o referencial de campo ideológico para se sobrepôr a cultura dominante neoliberal.

Não há renovação geracional das lideranças sindicais e tampouco uma reorientação de como entender o sindicato sem o chão de fábrica que demarcou a sua luta até meados do século XX. A estrutura de produção fabril é totalmente diferente da que forjou a compreensão

⁴⁸⁶ COUTINHO, 2000, p. 172-174.

de luta de classes. O século XXI desponta com empresas de plataformas, o chão de fábrica se teletransporta para a tela de aparelhos celulares e o mundo do trabalho é drasticamente modificado pelos intentos e insumos tecnológicos. Carlo Cosentino faz uma análise segura e vaticina:

O desemprego estrutural, no contexto da crise do sindicalismo, tem no desenvolvimento tecnológico um estímulo a um grande aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, um considerável aumento dos índices de desocupação. Consequentemente, tem-se gerado uma massa de trabalhadores excluídos do mundo do trabalho por não dominarem as tecnologias da informação. Esses fatores enfraqueceram o movimento sindical. Demonstra-se o descompasso do velho modelo sindical, em relação à sociedade pós-fordista, mas indica que a tecnologia da informação impacta o movimento sindical e traz novas possibilidades de ação coletiva.⁴⁸⁷

O que não muda são as práticas de precarização a apenas obedecer a um novo rito de ação em detrimento das tecnologias, sempre orientadas pelos mesmos donos dos meios de produção, a escamotear a classe trabalhadora e atuar pelo triunfo do mantra capitalista, a mais-valia e o lucro, acompanhado de um êxodo empresarial por países com legislações trabalhistas mais frágeis ou corruptíveis e pessoas desempregadas a migrarem para centros com uma maior ofertabilidade de trabalho. Além disso, Melhado preceituava que:

O operário tornou-se um autêntico acompanhante de viagem da maquinaria, limitando-se a ministrar-lhe certas informações, acionar um par de dispositivos ou prover-se de certos materiais fungíveis. O trabalhador do século XX alcança o ideal sonhado pelo capitalista da chamada Segunda Revolução Industrial: subordina-se por completo à disciplina da máquina, identifica-se com a imutável e indeclinável rotina do que era um simples ferramental e agora adquire a alma do complexo automático. O operário, progressivamente, é submetido à regularidade da máquina, que ‘supõe já, pela sua regularidade e funcionamento, a introdução no número na fábrica. Os movimentos humanos são determinados abstrata e logicamente pela cadência das coisas: tornam-se regulares e constantes, concretizando postulação quimérica e Ure.⁴⁸⁸

Em pleno século XXI, a sociedade continua culturalmente tão influenciada pelo trabalho que ainda se coloca como principal causa e consequência de êxodo. O mundo, mais do que em ideologias, se divide em oportunidade laboral, seja no Ocidente ou no Oriente.

Cada vez mais, as relações de trabalho enfrentam debates sob um panorama global para tentar estancar problemas civilizatórios como trabalho escravo.

⁴⁸⁷ COSENTINO, 2018, p. 643-651.

⁴⁸⁸ MELHADO, Reginaldo. **Poder e Sujeição**: Os Fundamentos da Relação de Poder entre Capital e Trabalho e o Conceito de Subordinação, 2003. p. 171.

E os sindicatos assistem a todas essas mudanças sem de fato conseguir representar a maior parte da sociedade mundial, a classe trabalhadora. O mundo avançou e os movimentos sindicais parecem não terem conseguido acompanhar as demandas e os novos marcos do trabalho, tornando-se reféns de uma incompreensão cada vez mais presente em quem não consegue desenvolver o pertencimento de classe.

Com a precarização das relações de trabalho se agravando, surge no século XXI uma valorização dos sindicatos, inclusive, por líderes estatais dos mais diversos matizes ideológicos. A falta de representatividade impõe à classe trabalhadora um ambiente cada vez mais similar ao período pré-Revolução Industrial. E para um mundo a se gabar de demarcações evolutivas civilizatórias, o fardo das semelhanças com o período ou condições análogas à escravidão faz a sociedade industrial caminhar no sentido do passado.

Marcio Pochmann alude que:

A tendência geral de precarização da classe trabalhadora e de esvaziamento dos sindicatos encontra pelo menos duas dimensões distintas, porém convergentes historicamente. A primeira relacionada à constituição e desenvolvimento da ordem hierárquica de funcionamento do capitalismo desde o século XVIII sob a hegemonia inglesa. A partir disso, a estrutura técnico-produtiva estabeleceu os parâmetros pelos quais isoladamente a competição intercapitalista definiria dada quantidade de uso da força de trabalho. A segunda dimensão histórica abrange o papel da luta de classe e instituições, assim como a atuação do Estado, com suas políticas públicas, a determinar o limite máximo ao qual o capital estabeleceria o grau de exploração do trabalho. Enquanto a rigidez no uso da força de trabalho encontra-se associada à estrutura técnico – produtiva, a flexibilidade assenta-se no modo de regulação das condições e uso e não uso do trabalho.⁴⁸⁹

Aos sindicatos surge um importante marco temporal de ressignificar a luta de classes exatamente por mazelas que pareciam já estarem superadas e demonstrar que a sua atuação foi e continuará sendo a trincheira a compreender os anseios da classe trabalhadora e transformá-los em necessidade de luta e proteção. Enquanto houver quaisquer normas jurídicas a permitir a divisão do trabalho subserviente ao princípio da subordinação, haverá uma possibilidade de exploração e o papel dos sindicatos, independentemente da época, se fará imprescindível. Seja no século XX ou no século XXI, o movimento sindical será sempre imprescindível.

⁴⁸⁹ POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. p. 43.

5 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO GRANDE DESAFIO PARA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O presente capítulo irá se debruçar sobre a crescente precarização nos postos de trabalho em âmbito mundial e o consequente esvaziamento dos sindicatos enquanto entidade representativa da classe trabalhadora. Com a escalada tecnológica, a desestruturação do chão de fábrica e uma nova dinâmica industrial, o movimento sindical perdeu a sua identidade forjada durante boa parte do século XX.

Ao não acompanhar as mudanças nas relações de trabalho, como nos modos de produção fabris, os sindicatos relativizaram uma forma de comunicação surgida na base da classe trabalhadora e se desconectaram, seja por excesso de burocratização ou inaptidão de se fazer acompanhar nas novas formas de linguagem do mundo proletário, o que acarretou uma demanda de trabalhadores e trabalhadoras acéfalos(as) em compreender o seu lado na disputa política, não apenas sem traquejo para organizar movimentos paredistas obreiros, mas obedientes a uma lógica individualizada neoliberal de resolução de problemas.

Neste tópico, tratar-se-á das nuances delicadas e uma crise desde o século XX, a qual adentra no novo século, principalmente por novas categorias de trabalhadores e trabalhadoras que rechaçam em tom até discriminatório o nome “sindicato”. Serão abordados os aspectos globais e locais, aqui no Brasil, por uma perspectiva histórica, do real panorama em que se encontram os sindicatos e a sua capacidade de mobilização. Investigar-se-á o porquê de mesmo em um período com uma aguda precarização nas relações laborais, o movimento sindical permanece inerte frente à ofensiva neoliberal da retirada de direitos sociais.

5.1 O sindicato necessário no mundo insistente em trabalho precarizado

A segunda metade do século XX demonstrou uma pretensa mudança no mundo do trabalho, o incremento tecnológico a nortear cada vez mais o modo de produção, chãos de fábricas robotizados recepcionavam uma tendência econômica de releitura liberal ainda mais agressiva e uma compactuação por inteiro com o desmantelamento das políticas sociais e principalmente de proteção laboral trazida pelo Estado de Bem-Estar Social e vista também no já desgastado regime comunista soviético.

A dita releitura liberal era na verdade, por assim dizer, uma nova escola econômica, em que mais do que a autorregulação do mercado e a mão invisível do mercado apregoavam uma total captura ideológica do Estado pela visão privatista, em que o mercado deveria ser o

provedor de qualquer política social. O neoliberalismo se apresentava e rapidamente trazia o capitalismo para uma nova reorientação, que, segundo Proya:

O afrouxamento progressivo das barreiras legais para proteger os mercados nacionais, juntamente com os avanços científicos e tecnológicos que facilitam a superação de barreiras geográficas, criaram um mercado global efetivo que, graças à liberdade de movimento assegurada aos bens, aos serviços e ao capital, escapa às leis trabalhistas nacionais.⁴⁹⁰

O neoliberalismo, mais do que um conceito econômico a privilegiar o mercado e a burguesia, trazia a característica de se valer do desprezo à democracia liberal burguesa. Não interessava tecer qualquer política de boa convivência como um Estado garantidor dos direitos sociais, ou até mesmo um civilizado convívio com a classe trabalhadora. Noam Chomsky, no tocante à definição e ao histórico do neoliberalismo, diz:

O termo neoliberalismo sugere um sistema de princípios que, ao mesmo tempo que é novo, baseia-se em idéias liberais clássicas: Adam Smith é o seu reverenciado santo padroeiro. Esse sistema doutrinário é também conhecido como Consenso de Washington, expressão que sugere algo a respeito da ordem global. Essas doutrinas não são novas, e seus pressupostos básicos estão muito distantes daqueles que animaram a tradição liberal desde o Iluminismo. O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural.⁴⁹¹

Diferentemente do liberalismo originário, o neoliberalismo compreendia a luta de classes como algo a ser extirpado e a prevalência das suas ideias sem qualquer intermediação com a classe trabalhadora. Para isso, o Estado democrático burguês poderia ser facilmente desconsiderado e o aval a um regime de viés totalitário poderia galgar sem maiores remorsos o apoio da classe dominante, firme em manter os seus privilégios.

Não à toa o recrudescimento dos direitos sociais seria construído por uma norma jurídica a dismantelar o Estado de Bem-Estar Social, sem qualquer preocupação com a estabilidade democrática ou o tensionamento a ser provocado com as forças dissonantes da sociedade, diga-se a classe trabalhadora. Diferentemente do liberalismo keynesiano, a democracia passaria a ser não um valor, mas uma circunstância a qual poderia ser elidida, caso atrapalhasse a total captura ideológica estatal pelo neoliberalismo. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira aduz:

⁴⁹⁰ PROIA, Giampiero. **Manuale di Diritto del lavoro**. Padova: Cedam, 2016. p. 5.

⁴⁹¹ CHOMSKY, 2020, p. 21-22.

As transformações apresentadas tiveram um importante impacto sobre o Estado-nação. A globalização, associada ao neoliberalismo e à financeirização, apontam para uma redução da relevância do Estado enquanto agente econômico e social, dentro da proposta de não intervenção (apenas para garantir o livre mercado) e de menor importância frente aos movimentos comerciais e financeiros sobre as quais eles teriam cada vez menos controle.⁴⁹²

A classe trabalhadora, impactada pelas mudanças no mundo do trabalho não compreendeu que todo esse novo panorama não seria um panorama isolado desse novo momento econômico neoliberal. Os constantes ataques ideológicos desferidos pelos neoliberais ao tecido protetivo laboral exibiam uma visão de mundo totalmente desconectada com o vivenciado pela sociedade industrial nos últimos cento e cinquenta anos. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira complementa:

O neoliberalismo não deve ser confundido como uma simples replicação do liberalismo clássico ou dos princípios do *laissez-faire*. Nele, o mercado não é uma formação natural, mas fruto de um processo histórico, isto é, forjado pelos homens, e de determinadas circunstâncias históricas. Além disso, o neoliberalismo, diferentemente do liberalismo clássico, não nega toda e qualquer forma de interferência estatal, ela pode (e mesmo deve) ocorrer em circunstâncias em que a livre concorrência estiver ameaçada. Nesse sentido, caberia ao Estado garantir o pleno funcionamento do livre mercado.⁴⁹³

O neoliberalismo ascendia não como adversário da sociedade industrial, mas desenvolveria uma visão própria de que ter o controle político do Estado não bastaria se o ente estatal não fosse totalmente abduzido e transformado em uma visão empresarial de controle, desmerecendo os indivíduos enquanto cidadãos e os percebendo apenas como consumidores ou mão de obra dispensável como qualquer outro objeto. Nessa difícil quadra histórica, Nancy Fraser analisa que:

A virada em direção ao reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social. O resultado foi uma trágica ironia da história. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto redistribuição quanto reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro – um economicismo por um culturalismo truncado.⁴⁹⁴

⁴⁹² LACÊRDA, Antonio Corrêa de *et al.* O mito da austeridade. In: FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **Políticas Sociais Frente à Austeridade Econômica Brasileira**. Local 1213 – 1681. São Paulo: Contracorrente, 2019. Local 1347.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 1255.

⁴⁹⁴ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15. n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007. p. 297.

Os sindicatos passariam a ser hostilizados e se tornariam objeto de um discurso de desconstrução frente à classe trabalhadora, na tentativa de dissuadi-la da compreensão de organização e aliená-la ao ponto de transformá-la em um conceito de individualização, a abolir qualquer senso de luta coletiva. A divisão do trabalho passaria a ser regida por uma lógica de exploração em que o neoliberalismo moldaria a sociedade industrial às necessidades de um capitalismo cada vez mais financeirizado. A somatória de um mercado mais propenso ao capital especulativo e uma classe trabalhadora fragmentada propiciaria uma concepção cultural de compreensão capitalista. Sadi Dal Rosso leciona:

Entre os fatores econômicos que constroem a liberdade do capital, a teoria neoliberal inclui o Estado e os sindicatos. O Estado por seu papel condutor da economia, cuja interferência poderia impedir o funcionamento perfeito do mercado. Pela mesma razão, sobra ao sindicato idêntico destino. Nas proposições mais extremas, o sindicato é um elemento externo à liberdade plena dos negócios e, assim como o Estado, seu papel também deve ser diminuído ou inteiramente extirpado. Os direitos do trabalho que se consagraram no período subsequente à Segunda Guerra Mundial não são inteligíveis sem a presença do Estado, dos sindicatos e dos movimentos sociais. As propostas neoliberais destinam-se a reduzir custos para as empresas, em relação ao que sacrificam direitos.⁴⁹⁵

No entanto, questionamentos podem surgir a contento sob a ótica de como a lógica capitalista pode ter sido alterada, como o processo histórico descreve, se a necessidade de produção e até a cultura do consumo teve continuidade. Como pode ter ocorrido uma migração do capitalismo produtivo para o financeirizado se a sociedade industrial continuou a ter necessidade de consumir? O lucro da classe dominante certamente estaria garantido sob a forma de manuseio do capital, na especulação, mas como garantir uma capacidade produtiva se a industrialização não mais era motivo de protagonismo no sistema?

Na verdade, o neoliberalismo passou a se valer de um desmembramento fabril, os produtos eram produzidos segregadamente, atentos aos custos produtivos baixos, atuando da seguinte forma: em produtos de baixo valor agregado, como a produção não envolvia um alto investimento na mão de obra, a segregação industrial se dava na periferia do capitalismo, em países de legislações trabalhistas flexíveis.

Já na produção dos produtos tidos como de alto valor agregado, que envolvia uma mão de obra qualificada e um custo produtivo mais elevado, houve uma concentração industrial em países que coincidentemente tiveram um desenvolvimento de Estado de Bem-Estar Social favorável, não compartilhando com o restante do mundo, no mercado global, o conhecimento

⁴⁹⁵ ROSSO, 2017, p. 101.

produtivo, concentrando riquezas e praticamente refazendo o mesmo mapa do período histórico colonial entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Paulo Gala aponta que,

Não é difícil perceber que o desenvolvimento econômico pode ser tratado como o domínio de técnicas produtivas mais sofisticadas, que em geral levam à produção de maior valor adicionado por trabalhador, como defendiam os clássicos. O indicador de complexidade econômica captura isso, de forma engenhosa, a partir de medidas de ubiquidade e diversidade da pauta exportadora dos diversos países⁴⁹⁶.

Essa dinâmica neoliberal protegeu não apenas a capacidade produtiva e a possibilidade de consumo mundial, mas os Estados pautados nos privilégios desde a política de expansão colonial. A novidade residia no fato de que nos países da periferia, como, por exemplo, o Brasil, os quais começavam a se organizar em bases do capitalismo produtivo e fomentar um parque industrial considerável, a desindustrialização acarretou uma interrupção na capacitação da mão de obra local e com isso uma ruptura, uma dificuldade na compreensão da luta de classes, uma quebra na identificação da organização proletária da sociedade. O papel do neoliberalismo cada vez mais se confundia com o colonialismo.

A junção dos vetores, colonialismo, desindustrialização e fragmentação da classe trabalhadora fez do neoliberalismo a síntese da aversão aos sindicatos. Não à toa governos neoliberais constituídos instituíram uma política de confronto a essas entidades, produzindo-se, diga-se, assertividade na fragilização sindical e um ambiente praticamente hegemônico de repulsa ao sindicalismo.

Todo esse cenário foi potencializado por outra consequência direta da política neoliberal, a globalização. É preciso interpretar o mercado como um cercamento econômico global de conglomerados empresariais a fatiar os seus interesses em detrimento de uma população mundial em que se percebia o papel do Estado cada vez mais pormenorizado na dialética do público *versus* o privado.

Para Boaventura de Souza Santos,

a globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social [...]. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela

⁴⁹⁶ GALA, Paulo. **Complexidade Econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017. p. 25.

globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobre e entre ricos e pobres no interior do mesmo país.⁴⁹⁷

Além disso, a globalização como fator neoliberal propagado no século XX tem originado um conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes, como consequência da transnacionalização da economia, reterritorialização e desterritorialização da força de trabalho, o qual tem minado o movimento sindical.⁴⁹⁸

Os sindicatos encontrariam, mais do que em outros momentos angulares da história e consolidação da luta de classes, uma ofensiva e consequente perda do sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, por um mercado que instituiu o mito do empreendedorismo, alicerçado talvez em um dos maiores produtos do neoliberalismo, o mito da meritocracia.

Belluzzo e Galípolo vão direto ao cerne central e pontuam:

O neoliberalismo pressupõe um Estado forte, operando exclusivamente em benefício dos ricos e poderosos, sem qualquer pretensão de neutralidade e universalidade. O capitalismo como forma de controle da sociedade e da vida humana encontrou sua epifania nas mudanças tecnológicas, no controle dos mercados globais pelas grandes empresas. Convencidos de sua liberdade, os indivíduos livres entregam seu destino aos grilhões da concorrência e às ilusões da meritocracia. Transtornados por suas culpas, os perdedores acomodam-se aos suplícios da exclusão e desigualdade.⁴⁹⁹

Se na sociedade industrial consolidada no ambiente da fábrica estaria materializada a desigualdade por quem vendia a sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, clarificando a luta de classes como um conceito de ciência social, o neoliberalismo atuava com meritocracia servindo de argumento para eclipsar as diferenças entre os indivíduos e apontar a superação individual como marca de sucesso.

Essa ideologia neoliberal produziu um efeito tão nocivo que desestruturou a percepção da classe trabalhadora da necessidade da venda da força de trabalho para a sobrevivência e a fez perder o senso referencial do que seria de fato empreender, e desempenhar uma atividade precarizada não permitiria obter uma dignidade ou um acesso aos bens materiais colocados como sonhos de consumo.

A partir do momento em que um trabalhador se percebia empreendedor em atividades informais as quais permitiam pouca possibilidade de progressão, houve uma captura

⁴⁹⁷ SANTOS, Boaventura Souza de. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 85.

⁴⁹⁸ ANTUNES, 2009, p. 116.

⁴⁹⁹ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 3014.

ideológica de entender a dinâmica laboral sob o viés liberal que impedia a continuidade do processo da tomada de consciência de classe. Os casos de sucesso que, diga-se, são poucos, e por motivos às vezes muito peculiares, transformaram-se em regras e não em exceção. Para Lenin,

a consciência de classe operária não pode ser verdadeira consciência política se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo absurdo, contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, de violência e de ultraje, quaisquer que sejam as classes atingidas, e a reagir de um ponto de vista da social-democracia, e não de um ponto de vista qualquer. A consciência das massas operárias não pode ser verdadeira consciência de classes se os operários não aprenderem, com base nos fatos e nos acontecimentos políticos concretos e atuais, a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise e o critério materialista a todas as formas de atividade e de vida de todas as classes, camadas e grupos da população. Quem induz a classe operária a voltar a sua atenção, seu espírito de observação e sua consciência exclusiva ou principalmente para si mesma não é um social-democrata, porque, para a classe operária, a consciência de si está indissolivelmente ligada ao conhecimento exato das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, e conhecimento não apenas teórico, aliás, menos teórico do que adquirido por meio da experiência da vida política [...]. O único terreno do qual é possível atingir essa consciência [política de classe] é o terreno das relações de todas as classes e de todas as camadas da população com o Estado e com o governo, é o campo das relações recíprocas de todas as classes.⁵⁰⁰

Foi exatamente essa capacidade de transformar a exceção em regra que fez do neoliberalismo uma cultura ideológica a incutir na classe trabalhadora o desprezo pelos direitos sociais e uma verdadeira adoração à possibilidade de enriquecer, fazendo desse ilusionismo uma fuga da realidade a contribuir ainda mais para quem de fato detinha o controle do poder econômico e político a acumularem riqueza em detrimento de quem estaria e seria sempre a base da pirâmide social.

⁵⁰⁰ Original: “La coscienza operaia non può essere vera coscienza politica se i lavoratori non sono abituati a reagire contro ogni sopruso, contro ogni manifestazione di arbitrarietà e oppressione, di violenza e oltraggio, qualunque essa sia di arbitrarietà e oppressione, di violenza e di oltraggio, qualunque sia le classi interessate, e reagire da un punto di vista sociale – democrazia, e non da nessun punto di vista. La coscienza delle masse lavoratrici non può essere vera coscienza di classe se i lavoratori non imparano, sulla base dei fatti e degli avvenimenti politici concreti e attuali, a osservare ciascuna delle altre classi sociali in tutte le manifestazioni della vita morale, intellettuale e politica; se non imparano ad applicare nella pratica l'analisi e i criteri materialistici a tutte le forme di attività e di vita di tutte le classi, strati e gruppi della popolazione. Non è socialdemocratico chi induce la classe operaia a rivolgere la sua attenzione, il suo spirito di osservazione e la sua coscienza esclusivamente o principalmente a se stessa, perché per la classe operaia l'autocoscienza è indissolubilmente legata alla conoscenza esatta delle relazioni scambi reciproci di tutte le classi della società contemporanea, e non solo conoscenze teoriche, anzi, meno teoriche di quelle acquisite attraverso l'esperienza della vita politica [...]. L'unico terreno dal quale è possibile raggiungere questa coscienza [la politica di classe] è il terreno dei rapporti di tutte le classi e di tutti gli strati della popolazione con lo Stato e il governo, è il terreno dei rapporti reciproci di tutte le classi.” Tradução do autor. LENIN, Vladimir Ilyich. **Opere complete**. Roma: Editori Riuniti, 1955-1970. v. 5. p. 381 e 389-390, p. 446.

Por não perceber que o jogo neoliberal seria exatamente aliená-lo da sua condição e colocá-lo como um indivíduo sem compreensão de classe, individualizado e uma mão de obra cada vez mais previsível a ser precarizada, o trabalhador e trabalhadora se tornaram subservientes à lógica neoliberal do fracasso como algo individualizado e uma cultura do remorso ou culpa em se permitir atividades contemplativas e qualquer atividade que remeta ao lazer.

Érico Andrade destrincha como aspectos subjetivos da culpa podem ser direcionados pela captura ideológica com essência liberal:

A culpa como fenômeno egóico ganha contornos de efetividade quando ela se reifica num suposto mau gerenciamento dos afetos, em particular dos desejos, que tem como consequência mais forte ao capitalismo; o fracasso profissional. [...] Só o indivíduo controla a si mesmo e apenas ele pode ser responsabilizado pela sua própria falta de controle. Por isso, o sistema não pode assumir a culpa no lugar dos indivíduos [...]. Nesses termos, o aparelho ideológico do capitalismo, movido pela tese liberal de que podemos nos controlar, vai recompensar na forma da publicidade quem consegue vestir a fantasia do controle de si. Assim, valem aqueles que têm mérito. Os que começaram de ‘baixo’. Esses são notícias porque as suas vidas se convertem em propaganda ideológica do sistema, uma vez que eles demonstram a capacidade de mobilidade social do sistema. A mídia (sobre a qual não posso discorrer longamente aqui e me restrinjo a algumas poucas linhas) funciona como um aparelho ideológico do sistema, cumpre o seu papel publicitário de vender desejos, veicula o ideal liberal do esforço individual como o meio privilegiado de reconhecimento social (o cinema americano é o arquétipo disso com os seus inúmeros filmes em que depois de uma longa jornada de sofrimento se tem o acesso à ascese ou à vitória).⁵⁰¹

Atribuir ao indivíduo toda uma culpa pelo que a sociedade caracteriza como fracasso e condicionar um determinado grau de sacrifício à prescindibilidade de atividades como o lazer contribui para normalizar o vício no trabalho como uma virtude. Esse comportamento obedece a uma padronização que se alinha mais ao mercado do que propriamente ao trabalhador e trabalhadora.

Na visão de Russel, o trabalho assalariado, inclusive, contribui para essa visão da classe trabalhadora como uma espécie de sacerdócio e o tom moralista atribuída à atividade laboral, conforme se pode asseverar em seu texto:

A moderna técnica trouxe consigo a possibilidade de que o lazer, dentro de certos limites, deixe de ser uma prerrogativa das minorias privilegiadas e se torne um direito a ser distribuído de maneira equânime por toda coletividade.

⁵⁰¹ ANDRADE, Érico. **Sobre losers**: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo. Curitiba: CRV, 2019. p. 81-82.

A moral do trabalho é uma mora de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão.⁵⁰²

A meritocracia se torna um falso mantra a desenvolver uma teoria que em sua largada já parte de premissa equivocada ou mal-intencionada. O oferecimento generalizado no capitalismo não quer dizer que esteja de fato sendo oferecido para todos e todas. Um trabalhador ou trabalhadora assalariada não pode adquirir um produto que esteja em uma prateleira com um preço acima das suas condições.

Não há em momento algum uma preocupação com aspectos inerentes à cidadania. Há um afastamento até filosófico de qualquer ideia questionadora do regime e o conformismo é revertido em *status quo* neoliberal. A classe trabalhadora, desestruturada, agora já se mostra ainda mais alinhada ao fetiche neoliberal do consumo, embora a sua participação no dito mercado geralmente se restringia aos utensílios de sobrevivência. Para Boltansky e Chiapello,

o capitalismo coopta, pela instauração de novas modalidades de controle, a autonomia consentida; mas essas novas formas de opressão revelam-se progressivamente e tornam-se alvo de crítica, de tal modo que o capitalismo é levado a transformar seus modos de funcionamento para oferecer uma libertação redefinida sob os golpes do trabalho crítico. Mas a ‘libertação’ assim obtida encerra, por sua vez, novos dispositivos opressivos que, no contexto do capitalismo, possibilitam um novo controle do processo de acumulação. As alças da cooptação, portanto, criam uma sucessão de períodos de libertação pelo capitalismo e de libertação do capitalismo.⁵⁰³

No panorama geopolítico, o mundo unipolar do final do século XX trazia uma narrativa praticamente impositiva do neoliberalismo e apresentada como vencedora. A partir do final da década de 70, as formas de se gerar riqueza pela financeirização expeliram ao capitalismo uma faceta que sairia da questão de estimular a exploração da classe trabalhadora para a sua precarização.

No primeiro momento pode até parecer a mesma coisa, mas não é. A exploração pode e deve gerar a uma precarização, mas não necessariamente. Um operário de fábrica poderia até ser intensamente explorado, mas atendendo a todos os requisitos legais protetivos laborais e ainda com um reconhecimento salarial satisfatório. Essa, aliás, seria uma das políticas notabilizada no modo de produção toyotista. Aliás, segundo Thomas Gounet,

o Toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para ‘satisfazer’ a equipe que vem

⁵⁰² RUSSELL, Bertrand. **Elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 27.

⁵⁰³ BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 424.

depois da sua na cadeia. Em suma, o Toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito do controle de qualidade.⁵⁰⁴

O capitalismo tentou, pelo Estado de Bem-Estar Social, exatamente harmonizar essas duas situações, de suavizar a exploração em contrapartida pelas condições e contrapartidas oferecidas no trabalho. Um exemplo poderia ser dado no tocante ao adicional de insalubridade ou periculosidade, um acréscimo salarial por um risco assumido pelo trabalhador ou trabalhadora na atividade desempenhada, é como se esse percentual trouxesse uma legitimidade pelo mal causado à sua saúde, como se assim compensasse. Seria uma espécie de capitalismo humanizado. O neoliberalismo rompia fundamentalmente com esse cuidado do capitalismo em não precarizar. Fabienne Brugère atribui ao neoliberalismo uma nova ética do cuidado:

Se o ‘cuidar’ designa um agir em direção a um outro ou a alguma coisa que precisamos proteger, reparar, manter em vida ou guiar em seu desenvolvimento, não podemos esquecer que sua noção se torna complexa e até mesmo ambígua quando a confrontamos com seus usos contemporâneos. Existe um ‘cuidar’ que não tem especificamente a ver com uma ética e que pode ser caracterizado por um modo neoliberal e não democrático. O neoliberalismo não consiste somente na implantação de um mundo das finanças oligárquicas, frequentemente masculino; expansionista, implanta táticas políticas que adicionam, à implacável racionalidade mercantil, um estadismo autoritário alimentado por valores conservadores impostos como normas de comportamentos para os cidadãos comuns. Penetra nos indivíduos através de seus corpos e mentes para produzir sujeitos, modos de cidadania e de comportamento, assim como uma nova organização social.⁵⁰⁵

A financeirização do capitalismo e a espetacularização do fim do trabalho não foram dois eventos que por circunstâncias do destino ocorreram no mesmo espaço de tempo, foram uma consequência da política neoliberal. Ressignificar a história recente capitalista pós-Revolução Industrial para o mercado financeiro foi uma sinalização das classes dominantes de que, com oligopólios industriais formados, as grandes empresas iriam absorver qualquer concorrente menor, seja no setor do petróleo, minérios ou energia.

O capitalismo passa a viver a oligopolização da era industrial. A concorrência, característica tão afamada na teoria capitalista, abre passagem para a concentração das empresas no controle de poucos grupos privados ao redor do mundo, com Estados nacionais, (excluir) independentes entre si, porém permitindo as mesmas práticas em seus territórios, ou

⁵⁰⁴ GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 33.

⁵⁰⁵ BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. Trad.: Ercilene Vita. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. p. 90-92.

seja, para esses grandes conglomerados empresariais, a globalização fazia do mundo um país único do lucro. Belluzzo e Galípolo apontavam para

a concentração do capital nos grandes oligopólios que dominam todos os setores da indústria e dos serviços na arena global. As transformações ocorridas no sistema financeiro desataram a livre e brutal concorrência no capitalismo da grande empresa e das grandes instituições financeiras.⁵⁰⁶

Esse novo momento coincidiu com uma crescente tecnologização no ambiente de trabalho, a robotização cada vez mais ocupando o ambiente fabril produtivo. Logo, não tardaram para surgir teorias que confluíam ao interesse neoliberal, prevendo como consequência do alto avanço tecnológico o fim do trabalho. Em um mundo que assumia a linguagem do mercado financeiro como nova trincheira principal do lucro, as relações laborais até então existentes passaram a ser mais atacadas.

O neoliberalismo trouxe a precarização como fator ainda mais forte do que a exploração. Vale apontar que a própria desindustrialização em países até então tidos como emergentes contribuiu e muito para uma demanda precarizada de postos de trabalho. Contudo, como se sabe, o fim do trabalho não se consumou, como de fato não irá se consumir.

Postos de trabalho, como ocorreu durante todo o percurso histórico da formação e consolidação da sociedade industrial, se modificaram e alguns até se extinguiram, mas nada indica que o trabalho em si irá se encerrar, e por quê? Porque a ideia neoliberal nunca foi extingui-lo, mas precarizá-lo.

Aliás, essa ideia do final do trabalho humano remonta já ao século XIX, nos dizeres de Hegel, ao vaticinar para mais adiante que “a abstração da produção leva a mecanizar cada vez mais o trabalho e, por fim, é possível que o homem seja excluído e a máquina o substitua”.⁵⁰⁷ Já no século XX, Jeremy Rifkin aponta que “a mercadoria valor trabalho humano está se tornando cada vez mais tangencial e irrelevante”.⁵⁰⁸ E Habermas, na mesma toada, preconiza que “a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva [...]. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato”.⁵⁰⁹

Ulrich Beck apregoa:

⁵⁰⁶ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 2735.

⁵⁰⁷ HEGEL, Georg Wilíelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad.: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 178.

⁵⁰⁸ RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996. p. 20.

⁵⁰⁹ HABERMAS, Jürgen. A nova transparência: a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.18, p.113-114, set. 1987. p. 47.

A sociedade do trabalho, agora vista pela perspectiva do indivíduo, converte-se em uma sociedade do risco. Enquanto a sociedade do pleno emprego era um risco calculável para o indivíduo isolado, o trabalho flexível torna-se um risco calculável para o indivíduo isolado, o trabalho flexível torna-se um risco mais ou menos incalculável. Pois não se sabe até que ponto o indivíduo ainda pode contar com as bases da existência em uma perspectiva de médio a longo prazo. Verifica-se, desse modo, a transição da biografia de risco para a potencial biografia de ruptura. Não faltam exemplos. O desemprego já não se apresenta como possível destino coletivo. O desemprego em massa é fragmentado, individualizado. Pode-se dizer: ele se distribui conforme a fase da vida. De uma parte, surge uma democratização de baixo para cima, pois a tendência é de que cada qual seja atingido por sua vez. De outra, também no meio da sociedade a imprevisibilidade da própria existência se transforma em um problema permanente.⁵¹⁰

No entanto, foi nesse ponto que Axel Honneth atenta para uma descontextualização do pensado com a realidade posta, pois, ao contrário do aludido, “não se verificou uma perda da relevância do trabalho no mundo socialmente vivido: a maioria da população segue derivando primariamente sua identidade do seu papel no processo organizado do trabalho”.⁵¹¹

Para Dela Garza Toledo, a previsão de fim do trabalho se frustrou porque “não é a sociedade do não trabalho, mas da polarização entre as ocupações modernas bem remuneradas com altas e novas qualificações e as precárias, inseguras e majoritárias no mundo”.⁵¹² Na verdade, existe razão em Nun ao afirmar que o levante produzido de fim do trabalho serviu como “radicalização de uma ideia para torná-la mais provocativa”.⁵¹³

Todas essas provocações encontraram no modelo econômico neoliberal senão uma sobrevida, um ambiente teórico que mantinha o debate em atividade. O neoliberalismo percebia a precarização não como um mero estágio da exploração, mas uma etapa fundamental do aprofundamento das ideias neoliberais. O simples fato de explorar não significava dizer que não se valorizava aquele trabalho desempenhado, apenas se tentava extrair o máximo possível de mais-valia, porém, principalmente no período do Estado de Bem-Estar Social, denominado da “era de ouro” (1945-1975), a atividade laboral era altamente valorizada, tanto nas condições para desempenhar quanto no reconhecimento aos direitos sociais.

⁵¹⁰ BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. Trad.: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 168-169.

⁵¹¹ HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. Trad: Sobottka e Saavedra, Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-47, jan./abr. 2008. p. 47.

⁵¹² No original: “No es la sociedad del no trabajo, sino la de la polarización entre las ocupaciones modernas bien remuneradas con altas y nuevas calificaciones, y las precarias, inseguras, y mayoritarias en el mundo.” Tradução do autor. TOLEDO, Enrique de la Garza. Del concepto ampliado de trabajo al de sujeto laboral ampliado. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (org.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 14.

⁵¹³ NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa original. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 56, p. 43-62, 2000. p. 52.

Já a precarização, se daria na ideia de desvalorizar a atividade como totalmente substituível pela máquina ou dispensável nesse novo momento histórico da sociedade industrial. Se a lógica do liberalismo clássico seria no sentido de atuar no subjetivo para relativizar a exploração, o neoliberalismo iria atuar, sem qualquer vocação de mensagem subliminar, de maneira ostensiva no íntimo das pessoas a se colocarem como responsáveis de si mesmas.

Ao impregnar na percepção humana o ímpeto do individualismo e da cultura do empregado de si mesmo, a ideia da precarização foi normalizada facilmente. Ser explorado não seria mais a condição padrão a levar a mais-valia. A sociedade deixaria de ser industrial para se tornar empreendedora. Para isso, uma classe trabalhadora mais do que precarizada, foi idiotizada ao ponto de se colocar contrário a direitos sociais os quais lhe garantiriam dignidade.

Com uma classe trabalhadora idiotizada no sentido de não perceber o quanto foi manipulada a rechaçar um Estado intermediador a afiançar políticas protecionistas e regular a relação entre capital e trabalho, a precarização trazida pelo neoliberalismo comprovou que o interessante para o modelo neoliberal seria exatamente manter uma mão de obra precarizada, mesmo com toda a tecnologia disponível.

André Gorz vai mais além, analisa a narrativa que atua no subjetivo do indivíduo em deixar de ser perceber enquanto trabalhador ou trabalhadora e passar a aceitar ser visto(a) como uma S/A:

O capital consegue exercer poder sobre os homens é capaz de mobilizar todos: os empregados têm de se tornar empresas que, mesmo no interior de grandes estabelecimentos industriais (p.ex. na Volkswagen e na Daimler – Chrysler), devem responder pela rentabilidade de seu trabalho. Na briga com a concorrência, eles serão forçados a internalizar a pressão trazida pela lógica da obtenção do máximo de proveito possível. No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força do trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde, etc. A pessoa é uma empresa. No lugar da exploração entram a auto – exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A, que rendem lucros às grandes empresas, que são clientes do auto empresário’.⁵¹⁴

Para o neoliberalismo o fim do trabalho não seria interessante e até mesmo uma situação pretendida, pois ao concentrar a capacidade industrial em oligopólios geralmente distribuídos no hemisfério norte e parte da Ásia, restariam para a outra parte, menos favorecida mundialmente, postos de trabalhos precarizados com baixo custo de valor

⁵¹⁴ GORZ, André. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. p. 10.

agregado e úteis por um preço muito mais acessível, por um preço de mão de obra permissivo à majoração de lucro e mais-valia.

Na verdade, para o neoliberalismo avançar e superar a narrativa do Estado do Bem-Estar Social, as ações políticas e econômicas teriam de ser harmonizadas, por isso conceitos que antes imprimiam um determinado valor na teoria liberal, como a democracia, passaram a ser pormenorizados e ditaduras em países da África e América Latina foram fortemente estimuladas principalmente a partir do final década de 70 do século XX.

Não à toa esse desprezo pela democracia foi consequência de um modelo neoliberal a ser disseminado nos tidos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Havia uma espécie de nova diáspora, capitaneada pelos Estados Unidos, do neoliberalismo, uma porta de acesso à financeirização e ao banimento dos direitos sociais como uma pauta global a serviço do mercado.

Países que então eram disputados como aliados nos estertores da Guerra Fria foram paulatinamente sendo drenados por essa nova maquete de poder político, inclusive a produzir controvérsias, pois o fato de taxar o Estado comunista soviético de totalitário não gerou embaraço em financiar ditaduras em países latino-americanos e africanos, como foi o caso dos Estados Unidos.

Essa controvérsia, na verdade, muito mais do que um simples argumento estratégico político-militar, já era contaminada por toda uma narrativa neoliberal, ao transcender o discurso pós-Segunda Guerra da democracia como bem supremo e se render ao pragmatismo econômico que já aportava diante dessa nova reorientação do capitalismo produtivo para o financeiro.

E se até meados da década de 70 havia um mundo bipolarizado para frear a globalização, a partir desse período o mundo unipolar praticamente sacramentou uma agenda única a pautar os Estados. A soberania econômica na prática deixou de existir e as vontades do dólar se impuseram a qualquer outro devaneio de moeda estrangeira.

Esse período foi definido da seguinte forma por Jessen:

Com um olhar em retrospectiva, talvez se possa dizer que foi o ocaso do socialismo que desinibiu o capitalismo e fez com que seus ideólogos passassem dos belos discursos a uma retórica mais dura. A concorrência dos sistemas foi dissipada e o capitalismo decidiu que não mais devia se preocupar com a sua aceitação.⁵¹⁵

⁵¹⁵ JESSEN, Jens von. Unterwegs zur plutokratie (Rumo à plutocracia). **Die Ziet**, 1º set. 2011. p. 49.

Essa mudança econômica trouxe uma realidade para o mundo laboral e consequentemente para os sindicatos. Não se tratava de fim do trabalho, mas sim de uma nova ordem econômica que teria nas relações constituídas no Estado de Bem-Estar Social um entrave a garantir uma maior dominação dos conglomerados empresariais em um mundo globalizado, a praticamente seguir as vontades das poucas pessoas jurídicas que o controlavam.

Diferentemente do início da Revolução Industrial, no século XVIII, o que se percebia na segunda metade do século XX não seria simplesmente uma condição de trabalho hostil à dignidade da classe trabalhadora na tentativa de ser aferir o lucro e mais-valia, mas uma desvalorização na forma e modo de desenvolvimento do próprio capitalismo produtivo. O desprezo acontecia por um desapego conceitual.

Até então, o capitalismo produtivo feneceu sempre entre o tensionamento das relações de trabalho, mas sem nunca deixar de reconhecer a sua importância no próprio desenvolvimento do processo capitalista. Com o neoliberalismo, desconstituiu-se o labor como até tinha sido apresentado em uma sociedade que não à toa se caracterizou como industrial.

O modelo fabril de sociedade estava a ser revisionado. Se antes, o capitalismo produtivo fazia do operário alguém que percebia finalidade na sua condição, com o neoliberalismo, sai de cena esse perfil de trabalhador e trabalhadora e entra o empreendedor como uma nova referência de trabalhador, e busca praticamente reestruturar a relação do capitalismo com a força de trabalho.

O neoliberalismo retiraria a luta de classes do seu *front* habitual de batalha. Ao impulsionar uma condição de trabalho que não se reconhecia como trabalhador e trabalhadora, seria como todos e todas passassem a ocupar o mesmo lado, e esse confucionismo, na verdade, foi exatamente o grande trunfo neoliberal.

Na verdade, o neoliberalismo aventa um debate mais profundo no sentido de algumas posições a respeito do próprio fim das classes. Como diria Atkinson, “o presente é simplesmente muito fluido, muito transitório e também inundado com escapes, mobilidades ou redes globais turbulentas para ser compreendido com as categorias ontológicas estáticas e desajeitadas do passado.”⁵¹⁶

⁵¹⁶ No original: “*the present is simply too fluid, too transient and too awash with turbulent global scapes, mobilities or networks to be comprehended with the static and clunky ontological categories of the past.*” Tradução do autor. ATKINSON, Will. Beck, individualization and the death of class: a critique. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 58, n. 3, p. 349-366, 2007. p. 363.

Toda essa discussão encontra amparo nas ideias praticamente pioneiras de Ulrich Beck ao teorizar que o tempo presente não é um tempo de classes. Segundo o autor, em uma sociedade de riscos, a expansão e a própria globalização das muitas ameaças civilizatórias atentam contra caminhos de fuga a serem utilizados pelas classes dominantes, pois “a miséria é hierárquica, [mas] o smog é democrático”.⁵¹⁷

Para Beck, mazelas como poluição, risco ambiental, dentre outros, não se limita ou contemporiza em determinados atores classistas. Ademais, ao se configurar um processo de individualização já oriundo dos arroubos neoliberais, o autor arremata que, “as sociedades de riscos não são sociedade classes.”⁵¹⁸

Beck sinaliza que o conceito de classe pode não mais se adequar à sociedade, mesmo sobrevivendo alguns liames de conflitos sociais. Na visão do autor, ter-se-ia uma espécie de capitalismo sem classes⁵¹⁹, em que os riscos se moviam indistintamente, individual e coletivamente, sem engessamento com estruturas sociais definidas⁵²⁰.

Não só apenas se colocaria a classe trabalhadora em total desconhecimento do seu lugar de pertencimento, bem como a faria ignorar a sua condição, ao repelir, inclusive, ser caracterizada como tal. O neoliberalismo teria como objetivo fazer com que a classe dominante vencesse sem ter de lutar. Não haveria mais contraponto entre classes, apenas abismos financeiros entre pessoas.

Esse pensamento encontrava convergência nas ideias de Étienne Balibar, que afirmava que as classes perderam a sua identidade perceptível.⁵²¹ A autora ainda acrescenta que a classe “seria reabsorvida no tecido conflitivo multiforme da sociedade, e a ubiquidade do conflito não seria acompanhada de nenhuma hierarquização, nenhuma divisão visível da sociedade em ‘dois tempos’”.⁵²² Balibar complementaria que a necessidade de luta de classes se esvaía pela edificação de pontes por intermédio de classes e não classes separadas por muros.⁵²³

⁵¹⁷ BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad.: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. p. 43.

⁵¹⁸ Ibidem, p. 43

⁵¹⁹ BECK, Ulrich. Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalization world. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 58, n. 4, p. 679-705, 2007. p. 686.

⁵²⁰ BECK, Ulrich. Why ‘class’ is too soft a category to capture the explosiveness of social inequality at the beginning of the Twenty-first century. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 64, n. 1, p. 63-74, 2013.

⁵²¹ No original em língua inglesa: “classes themselves have lost their visible identity”. Tradução do autor. BALIBAR, Étienne. From class struggle to classless struggle? In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN. **Race, nation, class**: ambiguous identities. Trad.: Chris Turner. Londres: Verso, 1991. p. 156.

⁵²² No original em língua inglesa: “would be reabsorbed into the multiforme conflictual fabric of society, and the ubiquity, and the ubiquity of conflict would be accompanied by no hierarchization, no visible Division of society into ‘two camps’”. Tradução do autor. Ibid., p. 158.

⁵²³ Ibid., p. 171.

O neoliberalismo desidratava a luta de classes por criar um pensamento hegemônico de que não existiria conflito de classes, mas sim um descompasso entre os que mais se dedicavam por uma concepção totalmente meritocrática de outra não tão bem-sucedida nas suas escolhas profissionais. Havia mais do que um querer estar do lado, ou seja, por parte da classe dominante havia uma necessidade de composição, de integração, como se o mundo laboral fosse um bloco hegemônico.⁵²⁴

5.2 O trabalho precarizado, o mundo unipolar e a retórica liberal alienante

Ao atingir a luta de classes no objeto referencial fundamental de identificar e pertencer de que lado se faria parte, a classe trabalhadora, mais do que uma mudança de discurso pela alteração da lógica do mundo com a queda do Muro de Berlim, adotou as ideais vencedoras que foram justamente de quem sempre se questionou durante a construção da sociedade industrial, ou seja, com isso também deslegitimava todo o processo até então construído de luta de classe pela sociedade industrial liberal. Porém, todo esse cenário aponta para uma consequência conjectural histórica.

Essa condição é minuciosamente interpretada por Balibar, a apontar a não rigidez total nas separações entre polos antagônicos, as classes estariam confinadas a se misturarem, no mínimo, de forma relativa, acarretando como consequência “proletários aburguesados” e “burgueses proletarizados” nas condições de divisão de trabalho constituídas principalmente no neoliberalismo.⁵²⁵

Assevera-se, contudo, que a tentativa neoliberal de hegemonizar e pormenorizar as colisões entre classes não inibirá por completo os antagonismos, pois ao tentar superar o dualismo classista, na visão de Vasapallo, surgem amortizadores de conflito social, “através das altas remunerações dos operários especializados, e desenvolve[-se] uma aristocracia assalariada que participa e se converte em sujeito co-gestor”.⁵²⁶

⁵²⁴ Essa consideração dialoga com interessante posicionamento de Schwartz: “Entre uma grande empresa com múltiplos estabelecimentos, ‘microempresas’ de alta tecnologia, uma administração pública, formas associativas híbridas como no terciário e o trabalho dito ‘social’, quantas diferenças! Visam-se aproximações, sinergias, relações de trabalho? Mas entre um maquinista da SNCF [Companhia Ferroviária Nacional Francesa], um consultor independente, um operário de linha e montagem, um empregado de comissão local para o emprego..., aqui também quantas formas diversas de ‘laço social’”. SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. **Tempo Social: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996. p. 150.

⁵²⁵ BALIBAR, 1991, p. 179.

⁵²⁶ VASAPALLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2 (28), p. 368-386, 2005. p. 381.

O neoliberalismo trazia para a classe trabalhadora, desde a primeira Revolução Industrial, o maior dos desafios que era se manter unificada na luta de classes quando já supostamente não se tinham dois lados. A economia avançava em verdades absolutas que praticamente estancava qualquer entendimento no sentido de refutar as teorias neoliberais. E quando isso ocorria, logo aparecia a pecha de que o Estado soviético não deu certo, descreditando um intento questionador de quem formava o chão de fábrica.

A ideia, defendida como verdade absoluta do banimento do cenário político da luta de classes, guardaria duas características, por mais antagônicas que sejam, pois apontaria como uma realidade, haja vista a diluição dos antagonismos das classes homogêneas e também um devaneio, vez que a identidade substancial estaria submetida a um pertencimento de classes, subjetivamente e objetivamente, bem consolidada.⁵²⁷

Para Balibar, “a luta de classes pode e deve ser entendida como uma estrutura determinante a afetar todas as práticas sociais, sem, contudo, ser a única. Redescobrir sua autonomia ao mesmo tempo em que se libera do mimetismo”.⁵²⁸

Os sindicatos novamente voltavam aos seus desafios de origem, atuar por dentro de uma teoria contrária às suas necessidades, porém dessa vez, diferentemente, do liberalismo clássico, muito mais agressivo. Se nos idos dos primeiros passos pós-Revolução Industrial, o sindicalismo foi formado pela concepção do diálogo, até resultar no Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo intercedia contra qualquer possibilidade de diálogo e reconhecimento da importância dos direitos sociais.

Com a queda do muro do Berlim, toda a teoria econômica neoliberal absorve um forte argumento de convencimento político a trazer para o mundo, com o adendo da globalização, uma plataforma de narrativa imune a contestações as quais questionassem os seus feitos. Todo o processo de desmembramento da economia soviética foi canalizado para o mérito de descritivas neoliberais, sem levar ao conteúdo os próprios equívocos e erros das suas até então planificações econômicas.

A classe trabalhadora ficou-se inerte às desinformações aventadas pelos defensores do neoliberalismo. Houve um processo de desestruturação em que toda uma teia de autoestima por quem defendia teorias socialistas e comunistas foi afetada, atraindo, inclusive para o ambiente acadêmico ocidental, uma interdição ao debate que afetou, diluiu a luta de classes a um momento histórico específico e não a um processo histórico oriundo das próprias contradições capitalistas.

⁵²⁷ BALIBAR, 1991, p. 180.

⁵²⁸ Ibid., p. 181-182.

Para Therborn, poderia ocorrer um “retorno da classe como um determinante cada vez mais poderoso da desigualdade”.⁵²⁹ Já segundo Dejours e Gernet, “as novas formas de gerenciamento e notadamente a avaliação individualizada de performances, casada à qualidade total, têm por consequência de divisão, de fato a desestruturação dos coletivos do trabalho”.⁵³⁰

A releitura dos fatos políticos da segunda metade do século XX, apenas sob a ótica neoliberal, trouxe à classe trabalhadora um entrave geracional na percepção do que na verdade seria a luta de classes. A sensação produzida foi um apagar da história e um deslocamento histórico, sem levar em consideração, por exemplo, o período soviético e a disputa de narrativas entre o capitalismo e o socialismo. Luís Fernandes fazia uma aguda análise histórica:

No plano político-ideológico, a dupla Reagan – Thatcher fomentou e respaldou uma ampla e sustentada campanha contra as práticas de intervenção e regulação estatal que marcavam tanto as experiências socialistas quanto as dos Estados de bem-estar social na Europa Ocidental, as de desenvolvimento capitalista tardio na Ásia, bem como as nacional-desenvolvimentistas de maneira geral. Essa campanha assumiu proporções avassaladoras nos anos 1980 e 1990, nos marcos da chamada ‘ofensiva neoliberal’.⁵³¹

Com isso, o movimento sindical passou a começar praticamente um enfrentamento do início, sem se atentar para todo um acúmulo já produzido nos últimos cento e cinquenta anos da sociedade industrial. O capitalismo fora colocado como um sistema hegemônico, sem, por exemplo, levar-se em consideração que crises, como a de 1929, se superaram em ideias a reconhecer a importância do Estado.

O neoliberalismo, em uma economia globalizada, rezava pela importância de se ter uma percepção empresarial dos Estados. Como todo oligopólio, alinhava as políticas públicas a uma mera pretensão ou necessidade da iniciativa privada. Em uma realidade capitalista, pautada por desigualdades que resultavam em riqueza e pobreza extremas, o resultado propiciado atingiria por óbvio os mais necessitados.

Não à toa, Therborn argumenta que:

⁵²⁹ No original: “the return of class as an ever more powerful determinant of inequality. Tradução do autor. THERBORN, Göran. Class in the 21 century. **New Left Review**, Londres, n. 78, p. 5-29, nov./dez. 2012. p. 13.

⁵³⁰ No original: “Les nouvelles formes de management et notamment l’évaluation individualisée des performances, coupée à sa qualité totale, ont peu de conséquence la Division, voire la déstructuration des collectifs de travail”. Tradução do autor. GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christophe. Évaluation du travail et reconnaissance. **Nouvelle revue de psychosociologie**, Paris, n. 8, p. 27-36, 2009. p. 33.

⁵³¹ FERNANDES, 2017, p. 198.

O momento em que a classe trabalhadora foi vista como o futuro do desenvolvimento social pode parecer tão perto quanto ontem, mas é improvável de retornar. [...] As economias desenvolvidas estão se desindustrializando, e suas classes trabalhadoras foram divididas, derrotadas e desmoralizadas.⁵³²

Os Estados mais pobres eram vistos como meras filiais ao interesse econômico dos Estados-matrizes. Pouco importavam o seu índice de desenvolvimento humano se a sua contribuição para os grupos econômicos patronos do mercado mundial estivesse sendo efetivada. Qualquer ação de natureza social seria solenemente ignorada, pois o neoliberalismo se caracterizaria em transformar qualquer tipo de serviço em produto, ou seja, não haveria interesse pelo humano, ao menos que rendesse lucro para o privado. Leda Paulani aduz:

Muito mais incisivo, por isso, do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso. Confirmando sua natureza de puro receituário econômico destinado a recolocar o mercado no lugar que de direito lhe pertence, essa característica onipresente do neoliberalismo tem levado, no limite, a transformar o processo politicamente moderno de nossas sociedades em meros rituais vazios, sem nenhuma, processos que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica.⁵³³

Ao reger os Estados pela lógica de empresas, o neoliberalismo orientava o mundo em uma lógica de mercado concorrencial a fazer as vontades dos oligopólios estatais mais ricos. Por isso, não haveria sentido em ressignificar ou orientar qualquer pauta reivindicatória das populações mais necessitadas, porque esta situação não seria do interesse específico de determinado país, mas de quem detinha o controle do mercado global.

Laval aponta que:

A política neoliberal consiste, então, em criar e sustentar uma ordem concorrencial na qual os sujeitos serão colocados e à qual devem se adaptar, funcionando como empresas, ou seja, como unidades de capitalização privada. O mercado não é mais um dado natural sobre o qual o indivíduo não pode agir, não é mais um meio natural; é um espaço normativo que uma política econômica e uma ação legisladora permitem emergir, apoiar, corrigir e estender. Essa racionalidade, no entanto, tem duas faces: a ideologia que continua a naturalizar o mercado, e a política ativa que cria as condições econômicas, jurídicas e políticas para que esse mercado funcione de maneira utilizada.⁵³⁴

⁵³² No original: “*The time when the working class was seen as the future of social development may feel as close as Yesterday, but it is unlikely to return. [...] The developed economies are de – industrializing and their working classes have been divided, defeated and demoralized.*” Tradução do autor. THERBORN, 2012, p. 21.

⁵³³ PAULANI, 2005, p. 126.

⁵³⁴ LAVAL, 2020, p. 80.

A globalização e o neoliberalismo estavam intrinsecamente amalgamados como uma necessidade umbilical de coexistência. As trincheiras físicas entre os Estados já não serviriam como baliza a definir o conceito de soberania. As economias estariam interligadas a tal ponto que a subserviência à matriz a qual exercia o controle econômico global atuaria para inibir e em muitos casos aniquilar governos a desafiar a cartilha neoliberal. A própria cultura local seria sufocada em detrimento de uma padronização a se inserir nos lampejos dominantes do mercado.

Esse processo de controle e da imposição de Estado sobre outros não era por si uma novidade, a colonização dos povos originários em terras recém ocupadas por colonizadores seguia um viés de imposição econômica e cultural. No entanto, o neoliberalismo se caracterizava por uma ocupação sob a batuta do interesse privado, não se orientava pelo jugo de nações, mas de compadrios empresariais a fazer da monetização a verdadeira norma jurídica a qual se impunha ao mundo.

Mark Blyth, de maneira cirúrgica, elenca que:

As ideais monetaristas não só reduziram o atrativo do manual de instruções keynesiano, especialmente no contexto da década inflacionária de 1970, mas também ajudaram a viabilizar os argumentos da austeridade quarenta anos mais tarde. Ao dar-nos um novo conjunto de razões pelas quais a intervenção do Estado para compensar depressões econômicas só pode acabar por produzir inflação, o monetarismo ajudou a naturalizar as ideias austríacas e ordoliberais, tirando-as da marginalidade e dando-lhes aceitação pela corrente predominante.⁵³⁵

A partir do momento em que o Estado deixa de ter sentido enquanto nação e se aquiesce apenas pela ocupação e lógica de mercado, pode-se chegar ao que Ellen Meiksins Wood define como imperialismo do capital:

[...] O papel da força extraeconômica o imperialismo capitalista, bem como na dominação de classe capitalista, é opaco, porque em geral ela opera não pela intervenção direta na relação entre capital e trabalho, ou entre Estados imperiais e subordinados, mas de forma mais indireta pela sustentação do sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade (e do de não propriedade) e da operação de mercados.⁵³⁶

Toda essa interpretação ficaria e restaria a atingir a ideia de luta de classes e em grande medida a classe trabalhadora. Se ocorresse uma deslegitimação do conceito de Estado, seria apenas uma disputa entre patrões e empregados. Anulava-se a ideia de disputa de poder

⁵³⁵ BLYTH, 2020, p. 225.

⁵³⁶ WOOD, 2015, p. 17.

político, dificulta-se o plano de sobrepor direitos sociais a simples monetização e interesses privados do mercado.

No ambiente neoliberal, a contenda se colocava a lutar pela própria existência do Estado no tocante à soberania, segregado de uma visão empresarial, em que simplesmente se ignoravam demarcações históricas civilizatórias como a origem e o conceito de nação. O Estado não poderia ser apenas uma sociedade anônima.

O neoliberalismo, na verdade, praticou uma espécie de novo cercamento. Ressignificou o capitalismo por não favorecer a iniciativa privada, ao mercado, algo que a teoria liberal já fazia, mas por retirar qualquer importância do Estado na concepção mais fidedigna da palavra soberania. Segundo Belluzzo,

as políticas neoliberais revelam as contradições cada vez mais aguçadas entre a econômica fundada na lógica e no predomínio da acumulação sem fim de riqueza monetária e o atendimento das necessidades concretas dos homens e mulheres que só podem sobreviver civilizadamente em uma sociedade guiada pelo reconhecimento das incompletudes da sociabilidade forjada em um sistema de relações sociais em que a busca do dinheiro como finalidade da produção suscita a ambição por mais dinheiro.⁵³⁷

Se antes existia um mundo bipolarizado a reverberar as ideologias dissonantes, com o fim da União Soviética, toda a carga negativa de insucesso foi canalizada aos países signatários das ideias socialistas e comunistas. Porém, o que se viu no final do século XX foi o neoliberalismo aprofundar ainda mais as disparidades entre países ricos e pobres sob a ótica de Carlos Fuentes:

Há uma evidente crise universal da civilização urbana. Hoje, os países do Primeiro Mundo têm o seu Terceiro Mundo dentro. E países do Terceiro Mundo têm o seu Primeiro Mundo embutido... A novidade é que existem mais terceiros mundos dentro dos primeiros. É o mundo dos guetos, do descuido com a velhice, da misoginia, da homofobia, dos preconceitos, da falta de infraestrutura, da educação em declive, do crime, da insegurança, da droga.⁵³⁸

O neoliberalismo funcionou como uma espécie de novo cercamento exatamente por imprimir à sociedade industrial um panorama genuíno e próprio na relação entre o público e o privado, ressignificando como o Estado seria percebido. Houve, pelo modelo neoliberal interferências muito além da econômica, mas preponderantemente cultural. Símbolos próprios de países, como a língua e outros costumes foram relativizados, tal qual uma colonização, mas

⁵³⁷ BELLUZZO, 2016, p. 103.

⁵³⁸ FUENTES, Carlos. **Os anos com Laura Díaz**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

agora não por nações colonizadoras, mas por empresas que mantinham influência e até domínio sobre o fluxo financeiro global.

O neoliberalismo atuava por uma lógica até então não vista, de ignorar o equilíbrio mundial pelas forças dos Estados e priorizar no domínio empresarial da política econômica global. Por isso, fazia todo o sentido apontar que a democracia representativa não se tornaria relevante para as pretensões neoliberais. A trincheira não estaria ou seria um empecilho para uma captura do mercado de determinado Estado se tornar uma intromissão direta na política dos países alvos. Para Mark Blyth,

Em vez de considerarem que os políticos conduziam de modo neutro a economia segundo os caprichos do ciclo econômico político, em que a despesa do Estado coincidia com o calendário eleitoral para produzir crescimentos e recessões que eram o preço dos dirigentes eleitos à procura de maximizar os votos. Este argumento conjugou-se com o monetarismo para produzir uma interpretação nova, ou neoliberal, da política econômica apropriada.⁵³⁹

E essa lógica se tornava ainda mais evidente ao se tratar de recursos naturais estratégicos, como é o caso do petróleo. A cadeia petroquímica pela visão privada deixava de ser um assunto estratégico de interesse nacional para servir à cobiça produtiva industrial de quem dominava o mercado. Tornou-se comum países detentores de reservas petrolíferas serem arrastados por crises políticas e a sua soberania mitigada a uma legislação favorável aos interesses do modelo neoliberal. Aliás, o petróleo se reveste de importância fundamental na globalização econômica e na geopolítica internacional que caracteriza as primeiras décadas do século XXI.⁵⁴⁰

Todo esse panorama traria e causaria um impacto nas relações globais que praticamente suplantaria toda uma forma histórica de lidar com as diferenças culturais existentes no mundo. O Ocidente e o Oriente, por exemplo, nunca estiveram tão próximos e padronizados por valores e costumes. Por mais que mantivessem reminiscências culturais, houve uma captura de tudo o que poderia ser peculiar e separado por trincheiras geográficas, a serem igualizados como um único mercado de consumo.

Ao se inferir como um grande e único mercado de consumo, tudo o que poderia ser diferente culturalmente começou a absorver padrões comportamentais indiferentes às diferenças estruturantes de povos e raças. Havia nesse contexto um cercamento a contrariar

⁵³⁹ BLYTH, 2020, p. 226.

⁵⁴⁰ YERGIN, Daniel. **O petróleo**: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Trad.: Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Christina L. de Góes; edição Max Altman. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 13.

uma lógica primária de divisão geográfica entre nações e um novo reagrupamento, não das placas tectônicas, mas do mundo economicamente. Para Piketty:

Neste início do século XXI, estamos na mesma situação que os observadores do século XIX; somos testemunhas de transformações impressionantes, e é muito difícil saber até onde elas podem ir e qual rumo à distribuição da riqueza nas próximas décadas, tanto em escala internacional quanto dentro de cada país.⁵⁴¹

Por óbvio, os resultados econômicos não eram percebidos ou sentidos de forma hegemônica globalmente. Havia ainda uma evidente cisão entre pobreza e riqueza. Isso também se deve ao fato de que o neoliberalismo também seria um produto do capitalismo, logo, alguns resultados obedeceriam a características próprias de uma sociedade industrial desenvolvida no cerne das ideias capitalistas. Luciano Coutinho faz uma interessante análise histórica acerca dos rumos econômicos e do neoliberalismo:

No século XX, as tendências dominantes da ciência e do ensino de economia também estiveram condicionadas pelas ordens dominantes sociopolíticas. A grande crise mundial de 1929 abriu espaço para o fortalecimento de interpretações menos ortodoxas e ao surgimento da ‘gestão keynesiana’ e do Welfare State nas economias desenvolvidas, e do desenvolvimentismo para os países subdesenvolvidos. A ascensão do neoliberalismo, que se consagra a partir dos anos 1980, consolida de vez, dentro da academia e nas propostas de política econômica, análises que refletem mais os fundamentos do marginalismo, e que já vinham ganhando espaço desde o final dos anos 1950, com o ataque do monetarismo friedmaniano à, então dominante, Síntese Neoclássica e também ao intervencionismo desenvolvimentista.⁵⁴²

Não haveria uma segregação total para a ideia de dominação liberal para a neoliberal, mas pontos fundamentalmente diferentes em eixos de atuação importantes. Mesmo sob a orientação capitalista, as duas escolas encontrariam maneiras próprias de lidarem com a construção da riqueza no mundo. Enquanto o liberalismo assentia um diálogo com o Estado, concordando ou não, o neoliberalismo se colocava sobre o Estado.

A luta de classes seria um exemplo. O liberalismo seria um mediador, um intermediador de pautas conflitantes a serem controladas pelo capitalismo. Já o neoliberalismo, não negociava, se impunha como objeto central a favorecer uma ideia capitalista, independentemente de como as representações da sociedade se colocassem ou fossem atingidas.

⁵⁴¹ PIKETTY, 2014, p. 22-23.

⁵⁴² BASTOS, Carlos Pinkusfeld; OLIVEIRA, Bruno Rodas. Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista – A contribuição de Carlos Lessa ao ensino de Economia no Brasil. In: LESSA, Carlos. **O passado e o futuro do Brasil**. 1. ed. Brasília: ABED: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 165-188. p. 187.

André Araújo faz um certo diagnóstico desse cenário:

O neoliberalismo, pelos próprios fatores de sucesso econômico, não tem solução para a crise social, para os graves problemas do cidadão de hoje. A classe política dos governos neoliberais, acreditando que essas são as ideias do futuro, abandonou a defesa da sociedade e principalmente dos excluídos. [...] As promissórias do neoliberalismo estão vencendo, e seus arautos não têm outro mapa para escolher a rota do desenvolvimento e inclusão social.⁵⁴³

E tal condição se explicita na total irrelevância na produção de quaisquer direitos sociais pelo Estado. Ao prescindir dessa mediação estatal, assumia não apenas um risco, mas um modelo de sociedade que não se fazia necessário dialogar. E como se estava a atuar pelas ideias capitalistas, a produção de desigualdade seria inevitável, e como se resolveriam concepções de classe desiguais sem diálogos? Por isso o neoliberalismo demonstrava-se ser mais do que um modelo econômico, seria um novo panorama de vida coletiva em comunidade. André Araújo ainda em análise histórica aduz que:

A globalização foi apresentada como movimento histórico com força própria, mas na realidade é um movimento comprometido com o benefício das grandes corporações e não com o bem-estar das populações. O capitalismo que impulsionou o início do século XX tinha contida em si a noção de progresso, uma palavra síntese de um sentido humanista. Já o capitalismo do século XXI não tem essa veleidade. O capitalismo financeiro de nossos dias não tem outro objeto que não o lucro de curto prazo. Esse capitalismo financeiro, que é o filho único do neoliberalismo, não produz, portanto, o bem coletivo que Adam Smith imaginava ao criar o conceito de mão invisível.⁵⁴⁴

O indicativo de um neoliberalismo determinado a modificar o panorama do Estado construído no pós-Revolução Industrial realçava a ideia de que a conciliação não estaria no horizonte. Não se enfileirava nas bandeiras anarquistas, mas a sua releitura em determinado ponto se fazia tão contundente quanto, pois ao tomar para si o ente estatal e o dotar oficialmente por uma natureza de privilégio, estaria a convalidar uma política excludente como pauta real a ser efetivada.

O cercamento apareceria exatamente nessa vocação explícita de excluir como política abertamente a ser praticada pelos controladores do Estado. Cercavam o que seria público, transformando em privado não uma gleba, mas a consciência até destituir a capacidade de perceberem como cidadãos, cidadãs e estarem vulneráveis às vontades direcionadas pela

⁵⁴³ ARAÚJO, André. **Moeda & Prosperidade**: o impasse do crescimento na política de estabilização. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 127-128.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 345-346.

demanda privada de auferir lucro no que antes poderia ser considerado como direito adquirido. Silvia Federici em análise do tema aduz:

Os novos cercamentos representam uma reorganização em larga escala do processo de acumulação em andamento desde meados da década de 1970, [...] fazem prevalecer o trabalho móvel e imigrante. Somos hoje a força de trabalho mais geograficamente móvel desde o advento do capitalismo. O capital nos mantém em constante movimento, separando-nos e nossos países, fazendas, jardins, casas e locais de trabalho, porque isso garante salários baixos, desorganização comunitária e alta vulnerabilidade perante a lei, os tribunais e a polícia. Outra consequência dos novos cercamentos é um aumento dramático da competição internacional entre trabalhadores e uma enorme expansão do mercado de trabalho mundial. Os trabalhadores socialistas - um terço da força de trabalho global – serão agora forçados a competir com o restante do proletariado internacional, em troca de um acesso há muito tempo proibido ao mercado mundial de commodities.⁵⁴⁵

O neoliberalismo, para rifar qualquer possibilidade de percepção crítica da sociedade, questiona e aceita a retirada de direitos sociais em um Estado de Bem-Estar Social, atua na desconstrução de valores civilizatórios como a democracia. Por mais que se possa mencionar que países neoliberais vivenciam experiências de poder político democrático, na verdade, caso se analise criteriosamente o funcionamento desses, se perceberá um aumento evidente na intolerância entre as diversas camadas étnicas e sociais existentes.

Esse fato não seria uma consequência acidental do neoliberalismo, mas parte fundamental do seu processo de aprofundamento no projeto de poder. A partir do momento em que o Estado é fragilizado, há praticamente um chamamento à barbárie, uma reedição do código de Hamurabi, “olho por olho e dente por dente”.

Para as ideias neoliberais se aprofundarem, inevitavelmente, seria necessária uma acentuação das diferenças como problema e não uma pauta civilizatória de se respeitar os diferentes e os divergentes. Na ótica similar e utilizada em regimes totalitários, começa-se a vivenciar uma naturalização de ódio ou do outro como problema e esmagamento de capacidade intermediadora do Estado.

Não à toa a xenofobia se caracteriza como uma marca tão presente nas sociedades neoliberais exatamente por exprimir ódio como naturalização a determinado grupo. Essa política facilita ainda mais o cercamento e constrói uma narrativa de culpabilização dos problemas a possibilitar um enaltecimento e naturalização da cultura privatista do Estado como solução a substituir as políticas públicas.

⁵⁴⁵ FEDERICI, 2022, p. 66-67.

Tal condição de atuação neoliberal impacta profundamente o mundo do trabalho e como a luta de classes será dissolvida não por consciência de classes, mas por reconhecer na iniciativa privada alguém superior ao Estado e que trará uma resposta para além do paternalismo estatal, uma visão de que a meritocracia superará os vícios existentes na sociedade, como se esses problemas da contemporaneidade do século XX não fossem causados exatamente pelas pautas neoliberais.

Na verdade, o neoliberalismo cria o problema para apresentar uma falsa solução. Ao atribuir à meritocracia e à iniciativa privada caminhos a propiciarem uma escalada no dito progresso do mercado, simplesmente alija da sociedade toda uma construção de integração que, por mais tumultuada que ocorresse nos idos liberais, o próprio reconhecimento da luta de classes como um expediente de demarcação e disputa do Estado apontava para obrigatoriamente um diálogo a produzir marcas civilizatórias nas diferenças existentes.

Para Adorno,

aqueles que com palavras novas sempre querem o mesmo – que não haja progresso – encontram nisso seu pretexto mais perigoso. Ele se nutre do sofisma de que, como até hoje não teria havido progresso, não haveria por que havê-lo. O triste retorno do sempre igual é apresentado como se fora uma mensagem do Ser, a ser captada e obedecida, quando na realidade o próprio ser ao qual se atribui essa mensagem é um criptograma do mito, do qual o ato de livrar-se seria um passo na liberdade.⁵⁴⁶

A classe trabalhadora logo sentiria o neoliberalismo como um modelo político e econômico a expulsá-la inclusive da sua trincheira na luta de classes. Ao capturar a ideia de pertencimento de classe, produziria um esvaziamento na cidadania e um estímulo à intolerância que teria na economia o seu argumento de convencimento a encontrar os culpados como um alibi a fazer da pobreza a causadora das mazelas do mundo e não a vítima do sistema.

Nesse sentido, ao analisar o escopo de quem fazia parte da considerada massa empobrecida do mundo, percebia-se uma característica de estereótipo de países do hemisfério sul, América Central e África. Da mesma forma, etnicamente a pobreza aparecia com a população negra como etnia predominante dos excluídos produzidos por uma concepção empresarial de compreender a sociedade.

Isabel Wilkerson traz uma criativa e oportuna e faz um comparativo:

⁵⁴⁶ ADORNO, 1992, p. 227.

Dia após dia, ergue-se a cortina num palco de proporções colossais, para uma peça que é encenada há séculos. Os atores usam os trajes de seus antecessores e interpretam os papéis outrora atribuídos a eles. As pessoas nesses papéis não são os personagens que interpretam esses papéis há tanto tempo que acabaram por incorporá-los a seu próprio ser, por fundi-los com a sua própria identidade e com a imagem que apresentam ao mundo. [...] A pirâmide social conhecida como sistema de castas [caste] não é igual ao elenco [cast] de uma peça, mas a semelhança entre as duas palavras sugere um entrecruzamento interessante. Quando somos escalados para um papel, não somos nós mesmos. Não devemos ser nós mesmos. Estamos atuando conforme nosso lugar dentro da peça, e não necessariamente como somos em nosso íntimo. Somos todos atores num palco construído muito antes que nossos antepassados chegassem a essa terra. Somos o elenco mais recente de um drama longeva que estreou nesse solo no começo do século XVII.⁵⁴⁷

Em toda essa construção, a classe trabalhadora, já abduzida pela percepção de consumo e não de cidadania, colocava-se a normalizar e estruturar a realidade como neoliberal como uma produção natural do capitalismo, sem atentar que essa agudização rompia exatamente com um direcionamento até então disposto a dialogar com pautas civilizatórias sob a condição de se manter a mais-valia e o lucro.

Na verdade, não seria o neoliberalismo uma agudização natural do capitalismo, mas um processo além de um sistema capitalista disposto a dialogar com pautas civilizatórias e dotadas de capacidade a reconhecer no sistema democrático de governo um regime de intermediação entre um tensionamento produzido pelas consequências divergentes e antagônicas pretendidas pela classe trabalhadora e as dominantes, os donos dos meios de produção.

A classe trabalhadora teria no neoliberalismo um processo histórico em que o próprio capitalismo desde a primeira Revolução Industrial seria modificado. A ideia neoliberal, na verdade, quase que refundou o sistema capitalista para um patamar de subversão ao sistema produtivo. Se antes a produção na indústria apontava para caminhar ao lado da tecnologia, aumentar o potencial do consumo e dessa forma impulsionar o ciclo a fomentar mais emprego, na tônica desse modelo econômico restará um desprezo ao que até então caracterizou a sociedade industrial.

Tudo o que se define como modernidade e conquistas da sociedade industrial revela uma condição distante da qual poderia reconhecer o homem como um integrante harmônico da própria natureza. No entanto, a organização social priorizada pelo homem foi o aspecto egoísta, como se somente ele por si bastasse para viver.⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ WILKERSON, 2021, p. 51-52.

⁵⁴⁸ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 274.

A mudança dos rumos do capitalismo alterou por inteiro as relações e o modo de se perceber o trabalho na sociedade industrial. No sistema capitalista, não que o trabalhador ou trabalhadora fosse valorizado(a) pelo reconhecimento à dignidade como direito de qualquer pessoa, mas pelo interesse de aferir lucro. Inclusive o próprio Estado de Bem-Estar Social não contraria, muito pelo contrário, chancela toda essa construção da relação capital/trabalho. Segundo Althusser,

pois quando se parte do homem não se pode evitar a tentação idealista da onipotência da liberdade ou do trabalho criador, ou seja, não se faz mais que suportar, com toda liberdade, a onipotência da ideologia burguesa dominante, que tem por função mascarar e impor, sob a forma ilusória do livre poder do homem, um outro poder, muito mais real e poderoso, o do capitalismo.⁵⁴⁹

O Estado de Bem-Estar Social surgiu como uma necessidade, não como uma oportunidade com o objetivo de melhorar as relações dos meios e modos de produção com a classe trabalhadora. Como se sabe, o conflito entre as influências socialistas e capitalistas tornou, no final do século XIX a trazer para a sociedade industrial uma necessidade não de valorização reversa, mas um equilíbrio de como a classe trabalhadora deveria ser considerada pelo sistema.

Essa valorização reversa seria caracterizada se a dinâmica capitalista produtiva da sociedade industrial fosse invertida em relação ao sentido de que primeiro se trabalha para posteriormente se pago. Percebe-se que a ideia da contraprestação pelo trabalho atendia a um critério ainda com reminiscência escravocrata. O estímulo para desempenhar a atividade laboral não seria condicionada a primeiro desempenhar a função.

O risco incidiria ainda na classe trabalhadora. A lógica de primeiro se trabalhar para depois receber não foi à toa. Atendia subliminarmente a um princípio próprio e exploratório do capitalismo. Colocar-se-ia o trabalho à frente da valorização humana, ou seja, seria mais “prudente” ao mercado a possibilidade de se prestar o serviço e não receber do que ao contrário.

Tal consideração pode parecer apenas um detalhe, mas é consequência de uma construção cultural do capitalismo extremamente latente, em que o trabalho estaria subserviente ao poder econômico, arrastando para essa concepção a própria valorização da dignidade da pessoa humana. Não se daria para o trabalhador ou trabalhadora a condição de se sentirem mais importantes no processo de produtivo industrial capitalista, apenas o/a

⁵⁴⁹ ALTHUSSER, Louis. **Posições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 166.

colocando como uma engrenagem a ser reconhecido pontualmente o seu valor enquanto parte da dinâmica da produção e não agente ativo e de prioritária importância.

Antônio Gramsci, em sensível reflexão, apontava:

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo faber não pode ser separado do Homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um ‘filósofo’, um artista, um homem como sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.⁵⁵⁰

O salário pago *a posteriori* seguia a lógica do capitalismo. Se o pagamento trazia uma cisão entre o trabalho escravo e o remunerado, a forma de valorização da classe trabalhadora continuava limitada e condicionada ao poder econômico. E quando surge o questionamento – como seria a motivação de alguém que receberia antes de prestar o serviço –, percebe-se a captura cultural capitalista introjetada do ter de servir para receber e não o inverso.

Essa imposição cultural capitalista, inevitavelmente, afiança uma ideia de que o pagamento é um prêmio pelo esforço ou trabalho realizado e não um reconhecimento pelo esforço a ser realizado e por isso o prévio e justo pagamento. O salário *a posteriori* seria mais o cumprimento de um acordo firmado em um período mais civilizado do que necessariamente reconhecer o labor desempenhado.

Porque, na verdade, servia ainda como uma imposição patriarcal e estrutural do poder econômico. Em um mundo precificado, trabalhar seria uma necessidade e dentro dessa realidade o capitalismo, mesmo em condições superiores à escravidão, se utilizava exatamente da mesma concepção cultural do trabalho ser considerado uma dominação de classe e por isso ser tratado, ao mesmo modo do período escravocrata, como uma condição de subordinação. Apesar de toda a complacência com o sistema capitalista, Adam Smith faz importante apontamento e não deixava de indicar o efeito negativo para a classe trabalhadora:

Na situação em que a divisão do trabalho é levada até à perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples para realizar; a isso se limita toda a sua atenção, e poucas ideias passam pela sua cabeça, com exceção daquelas que com ela têm ligação imediata. Quando a mente é empregada numa diversidade de assuntos, ela é de certa forma ampliada e aumentada, e

⁵⁵⁰ Original: “There is no human activity from which any intellectual intervention can be excluded – Homo faber cannot be separated from Homo sapiens. Besides, outside of work, Every man engages in some intellectual activity; he is, in Other words, a “philosopher”, an artist, a man with sensibility; he shares a conception of the world, has a conscious line of moral conduct, and therefore contributes to maintaining or changing the conception of the world, that is, to stimulating new forms of thought.” GRAMSCI, Antonio. **The Formation of Intellectuals**: The Modern Prince and Other Writings. Londres, Lawrence and Wishart, 1957. p. 121.

devido a isso geralmente se reconhecer que um artista do campo tem uma variedade de pensamentos bastante superior à de um cidadão. Aquele talvez seja simultaneamente um carpinteiro e um marceneiro; esse tipo específico de trabalho ocupa todos os seus pensamentos, e como ele não teve a oportunidade de comparar vários objetos sua visão das coisas que não estejam relacionadas com seu trabalho jamais será tão ampla como a do artista. Deverá ser esse o caso sobretudo quando toda a atenção de uma pessoa é dedicada a uma dentre dezessete partes de um alfinete ou a uma dentre oitenta partes de um botão, de tão dividida que está a fabricação de tais produtos. [...] Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam limitadas, tornam-se incapazes de se elevar. A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada, e o espírito heroico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto digno de uma séria atenção.⁵⁵¹

A subordinação, inclusive, explicitaria essa dominação de classes como uma marca do liberalismo. A igualdade entoada pela doutrina liberal teria uma clássica e evidente limitação, exatamente no tocante à estruturação da mão de obra produtiva. A prevalência dos donos dos meios de produção se tornaria evidente ao tratar os trabalhadores e trabalhadoras com condições minimalistas de dignidade sem alterar a possibilidade do lucro e mais-valia.

Tanto é assim que a dignidade não foi um valor concedido de forma absoluta. Mesmo as condições claramente insalubres e sem atenção a respeitos básicos como a crianças e mulheres gestantes, não foi concedido a reboque do trabalho assalariado para todas e todos a partir da percepção de que a escravidão não mais se sustentaria.

Ora, se a dignidade estivesse na ordem do dia do liberalismo, essa condição de faticamento dos direitos sociais reconhecidos à classe trabalhadora seria reconhecida em sua totalidade a partir do momento da condenação da prática do trabalho escravo. O sistema liberal procurou entender como a sociedade industrial, o capitalismo, funcionaria aos poucos, sem abrir mão da exploração, e por quê?

Porque os donos dos meios de produção já sabiam que a mais-valia seria consequência da exploração nas relações laborais e quanto menos reconhecimento de direitos à classe

⁵⁵¹ Original: “In the situation where the division of labor is carried to perfection, every man has but one simple operation to perform; to this his whole attention is confined, and few ideas pass through his head, with the exception of those which have an immediate connection with it. When the mind is employed on a variety of subjects, it is somewhat enlarged and enlarged, and because of this it is generally recognized that a country artist has a far greater variety of thoughts than a townsman. That one is perhaps both a carpenter and a joiner; this particular type of work occupies all his thoughts, and as he has not had the opportunity to compare various objects his view of things unrelated to his work will never be as wide as that of the artist. This must be especially the case when all a person's attention is devoted to one out of seventeen parts of a pin or one out of eighty parts of a button, so divided is the making of such products. [...] These are the disadvantages of a commercial spirit. Men's minds are limited, they are unable to rise. Education is despised, or at least neglected, and the heroic spirit is almost wholly extinguished. Correcting these defects should be a subject worthy of serious attention.” Tradução do autor. SMITH, Adam. *Lectures on justice, police, revenue, and Arms* (1763). In: SCHNEIDER, Herbert W. **Adam Smith's moral and political philosophy**. Nova York: Hafner, 1948. p. 318-321.

trabalhadora, mais se teria a condição de garantir o lucro sem dismantelar a estruturação produtiva da sociedade industrial. Na realidade liberal a dignidade seria apenas uma questão de conveniência quando não se chocasse diretamente com a possibilidade de barganhar uma majoração no lucro e mais-valia.

A doutrina liberal não se alterou do trabalho escravo para o assalariado no tocante à convivência com a exploração, apenas se buscou uma reorientação para atender a uma necessidade do próprio mercado, tanto que a concessão do salário somente após o serviço prestado continuou a apontar para uma confirmação da sociedade industrial pautada na desidratação do valor da dignidade ante a mais-valia e ao lucro.

A força de trabalho, embora assalariada, se assemelharia em muito à escravocrata exatamente por obedecer a um critério econômico sem se dar conta como objeto pensante e fundamental na relação com o capital. Os donos dos meios de produção auferiram lucro e mais-valia na relação desigual desempenhada com a classe trabalhadora. A igualdade seria exatamente evitada pela disseminação de que a estratificação social seria uma dinâmica natural à própria sociedade. Valdete Souto Severo sinaliza que:

O trabalhador assalariado é livre, dispõe de sua vontade; trabalha para quem quiser, pelo tempo que quiser. Ajusta livremente as condições de seu trabalho. Tem, portanto, liberdade de escolha. Essa é a grande conquista da modernidade. Contudo, o homem não tem todo o resto: não tem a garantia de casa e comida; não tem os meios para a produção, não permanece com os frutos do seu trabalho. Não sabe como será o dia de amanhã: só dele mesmo depende seu sucesso ou seu fracasso. E mesmo a liberdade de escolha, sua única conquista, se traduz como uma possibilidade limitada: a escolha entre as oportunidades reduzidas (nem sempre disponíveis) de inserção no sistema.⁵⁵²

No liberalismo se refutaria a ideia de igualdade exatamente por atentar contra uma condição praticamente natural da estratificação social, da desigualdade, o que seria na verdade um mito, comprovado pela ciência marxista ao demonstrar o ciclo do capitalismo como uma cinética econômica proporcionada pelo homem a cultivar o acúmulo de riqueza como modo operacional do desenvolvimento da sociedade industrial. Mészáros apontava que:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como ‘reificação’) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em

⁵⁵² SEVERO, Valdete Souto. **Elementos para o uso transgressor do direito do trabalho**: compreendendo as relações sociais de trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2016. p. 29.

todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social.⁵⁵³

Não estaria a contento do capitalismo horizontalizar o lucro e a mais-valia, porque assim procedendo se teria uma possibilidade de se fissurar um arcabouço cultural da naturalização da desigualdade como padrão involuntário da mão invisível do mercado e não uma construção social a deformar o raciocínio de quem na base piramidal não percebe que o seu trabalho mais que a si mesmo. Importava a todo um sistema a extrair dessa incapacidade de se perceber como explorado, o trunfo de quem se beneficiava dessa inercia proletária, os donos dos meios de produção. Erich Fromm leciona:

O sentimento de isolamento e incapacidade do homem moderno é ainda reforçado pelo caráter assumido por todas as relações humanas. O relacionamento concreto de um indivíduo com outro perdeu seu caráter direto e humano, assumindo um espírito de manipulação e instrumentalidade.⁵⁵⁴

O liberalismo trouxe essa normalização da exploração da classe trabalhadora pelo salário como condicionante pela atividade prestada, o neoliberalismo aprofundou e aproximou ainda mais o trabalhador do século XX ao escravo, exatamente por fazê-lo se esvair, o que até então o colocaria numa condição civilizatória da sociedade industrial, o rito assalariado como conquista.

A doutrina neoliberal demonstrou por si só que o salário não seria uma conquista civilizatória, mas uma etapa da sociedade industrial mais disposta a conter as ideias socialistas e comunistas do que de fato defender uma ruptura com a prática exploratória. Desnudava a real intenção do capitalismo de não se preocupar em atentar para as necessidades da classe trabalhadora e vivenciar dentro das suas próprias necessidades de sustentar a defesa da ideologia do lucro e da mais-valia. Kashiura Jr. sinaliza que:

A sociedade capitalista efetivamente se apresenta como somatória de átomos, como sociedade na qual todos valem como cada um. É, portanto a efetiva atomização da sociedade que apresenta esse ‘cada um’ sob a pura forma idêntica do sujeito de direito, como figuração parcial porque abstratamente desconectada da totalidade a qual pertence. Essa atomização é o resultado de um longo processo histórico.⁵⁵⁵

⁵⁵³ MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 59.

⁵⁵⁴ FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 101.

⁵⁵⁵ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões. Dobra Universitário, 2014. p. 89-93.

A partir do momento em que a classe trabalhadora rompe com o reconhecimento do Estado social como conquista das lutas proletárias pretéritas indolentes à subserviência exploratória principalmente no liberalismo sem freio, como se insinuou estar a postos à a partir da primeira Revolução Industrial, o neoliberalismo demonstrava ser a etapa do capitalismo mais nociva ao interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, pela capacidade de os/as abduzir de quem realmente eram.

5.3 A classe trabalhadora precarizada, a luta de classes desidratada e o neoliberalismo como paradigma ideológico triunfante

Ao compreender o salário como algo dispensável, mesmo em uma condição desigual com quem detinha o controle do poder econômico e político, seria criar praticamente uma realidade paralela de ser perceber em igualdade com quem o explorava. Diferentemente de qualquer outro período histórico do ciclo econômico liberal, o neoliberalismo conseguia fazer com que a classe trabalhadora aceitasse a perda direitos sociais conquistados, por simplesmente se desconectar da sua condição enquanto trabalhador ou trabalhadora.

A sistemática neoliberal se caracteriza em desidratar a luta de classes por exatamente trazer a classe trabalhadora para o lado da classe dominante, ou seja, anula a percepção de quem tem a sua força de trabalho espoliada e explorada, criando uma conciliação inexistente, quando quem concilia é apenas um lado. Segundo Maurizio Lazzarato,

a ideia de que o novo espírito do capitalismo teria tido a capacidade de integrar as críticas feitas a sua organização, incorporando a autonomia, a independência, a autoafirmação e a liberdade reivindicadas pelas lutas de 1960 numa nova organização de trabalho [...] Na realidade, trata-se de um enorme erro de perspectiva, já que se aplica o neoliberalismo à lógica da dialética reformista dos ‘trinta anos gloriosos’, quando seu projeto é totalmente diferente: negação radical de qualquer reformismo, imposição das relações sociais sem relações e intensificação da secessão política do capital e de sua propriedade.⁵⁵⁶

Essa falsa conciliação fica à mostra pela realidade dos lucros que só crescem para quem de fato detém a influência e em alguns termos o controle do poder político e econômico, em detrimento da força de trabalho, deslocada de uma consciência da exploração e capturada pelo discurso, dentre outros, meritocrático, em que absorve toda uma capacidade reivindicatória e o devolve em aceitação das regras do jogo, em que ser explorado, mais do que imutável, torna-se imperceptível no sentido de pertencimento de classe.

⁵⁵⁶ LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. 1. ed. São Paulo: N-1 edições.org, 2019. p. 2620.

O neoliberalismo praticamente produz uma espécie de hipnose, retirando da classe trabalhadora um acúmulo histórico e o colocando em um imediatismo factual, típico, inclusive, do capitalismo financeiro, protagonista do modelo econômico neoliberal. Cria um ambiente em que toda conquista foi ignorada, deslegitimando um processo do próprio sistema capitalista.

Para fazer a classe trabalhadora não perceber o quão retrocesso se submete em abdicar dos direitos sociais historicamente conquistados, o neoliberalismo deslegitima e demoniza o que trouxe todo o sentido e reconhecimento de pertencimento à classe trabalhadora: os sindicatos. Não há como pensar em avanço das políticas neoliberais sem perceber como tudo está interligado e entrelaçado ao declínio da representatividade da base sindical.

Cada vez mais, principalmente a partir da década de 70, os sindicatos, com a mudança no mundo do trabalho e um novo redirecionamento do capitalismo produtivo para o financeiro, mais do que representatividade, perdeu identidade, espaço com quem representava, exatamente por não mais se sentirem representados.

A crise do sindicalismo se dá pelo cenário de profunda degradação do trabalho produzido pelo protagonismo do capitalismo financeiro, acarretando uma colisão com a cultura de organização da sociedade industrial dos últimos cento e cinquenta anos e seus modos de produção quase obsoletos, por novas realidades de organizações sociais que se impõem. Há uma evidente desmobilização das categorias profissionais até então estabelecidas, criando um amontoado de formas díspares de trabalho recém-criadas.⁵⁵⁷

Em um mundo do trabalho seriamente impactado pela globalização, no pensamento protagonista de quem ainda servia como força de trabalho, a tônica do individualismo fazia sem sentido uma luta coletiva. Negri e Hardt asseveram:

Com relação ao sistema em geral, capitalistas individuais são conservadores. Eles se concentram, basicamente, em maximizar seus lucros individuais a curto prazo, mesmo quando isso representa um caminho funesto para o capital coletivo a longo prazo. A crise econômica pode vencer essas resistências, destruir setores não lucrativos, reestruturar a organização da produção e renovar suas tecnologias. Em outras palavras, a crise econômica pode levar a uma transformação que restabeleça uma alta taxa de lucro geral, reagindo dessa maneira com eficácia no próprio terreno definido pelo ataque operário. A desvalorização geral do capital e seus esforços para destruir a organização operária servem para transformar a substância da crise – os desequilíbrios de circulação e superprodução – num aparelho reorganizado de comando que rearticula a relação entre desenvolvimento e exploração.⁵⁵⁸

⁵⁵⁷ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁵⁵⁸ NEGRI; HARDT, 2012, p. 287-288.

Os sindicatos mais do que uma desidratação, passaram a ser alvo de uma forte marginalização da atividade, como se apenas fossem uma plataforma política amorfa e sem ligação com a realidade do mundo laboral que apresentava, um pretenso engano, diga-se de passagem, pois se continuarem a existir desigualdade e força de trabalho explorada, os sindicatos mais do que atuais, serão fundamentais. Para Melhado,

nascer mecanismos de solução concertada das crises permanentes em uma atmosfera de cooperação entre capital e trabalho, cuja premissa fundamental é a reprodução social do sistema capitalista. O sindicato tem sua representatividade transbordando os marcos da categoria profissional e, abandonando ‘muitas de suas posições reivindicativas e sua posição negativa da ordem econômica e social’, passa a falar em nome de segmentos sociais muito mais amplos, apresentando-se como um interlocutor de um diálogo em que os dois outros parceiros são as organizações patronais e o Estado.⁵⁵⁹

Diferentemente do liberalismo em que os sindicatos sofriam enfrentamentos pela causa que lutavam, algo tipicamente aceitável e característico da luta de classes, no neoliberalismo o ataque seria pelo que representavam, pois com a desconstrução da ideia e conceito objetivo do que seria o trabalhador ou trabalhadora, tentava-se fazer crer a desnecessidade de se ter uma estrutura política em que sua plataforma já não mais existia. Para Armando Boito Jr.,

a ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês. Gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas. Esse deslocamento histórico introduz uma cisão na ideologia neoliberal, instaurando uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios. No discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma ideologia teórica, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma ideologia prática que, como veremos, corresponde à fase do capitalismo dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo.⁵⁶⁰

A política econômica neoliberal fez a força de trabalho explorada acreditar que não era espoliada porque a sua condição de precarização não atendia a uma consequência de sistema e modelo da economia global disseminada pelo Ocidente, mas a uma simples questão de mérito o qual separava dois tipos de situações percebidas no mercado, o profissional bem-sucedido e o malsucedido.

Essa ideologização meritocrática em larga escala, em atuação conjunta com o capitalismo financeiro, criou as bases para uma alienação em grande medida na classe

⁵⁵⁹ MELHADO, 2003, p. 74.

⁵⁶⁰ BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1999. p. 23.

trabalhadora de que a falsa liberdade da prestação de serviço é na verdade uma senzala sem porteira do século XX e que encontra nas normas jurídicas o amparo legal para servir como açoite em que as marcas invisíveis deixam as marcas das injustiças ceifadas na alma como as de outrora deixavam nas carnes.

O capitalismo financeiro, na verdade, pouco se comenta, mas atende historicamente à lógica imperialista que muito se assemelha às práticas neoliberais, como se pode perceber em pensamento de Kautsky:

Creio que temos toda a razão em manter esta distinção entre o capital financeiro, como causa, e o imperialismo, como efeito. Isto corresponde à utilização linguística que compreende o imperialismo como um sistema particular de políticas. Os vários autores que lidam com o imperialismo divergem em relação a detalhes desta política, mas quase todos concordam em tratá-lo como sistema político, e não como ‘fase econômica’; não o ‘estágio superior do capitalismo avançado’, e sim a política da camada capitalista dominante.⁵⁶¹

A dominação neoliberal e a desconstrução da classe trabalhadora coincidiram com as crises financeiras eclodidas no final do século XX e vistas como as prévias da hecatombe do mercado imobiliário de 2008, e nada disso é por acaso. O capitalismo se retroalimenta do *crash* cíclico, porém com saídas pelo próprio sistema capitalista em se reinventar com a presença do Estado.

Acontece que, diferentemente de 1929, em que a saída foi pela política keynesiana do Estado de Bem-Estar Social, em 2008, embora também se tenha recorrido às mesmas necessidades de amparo econômico estatal, a ideologização neoliberal, de tão forte e impregnada na economia global, não permitiu que se superasse a sua cartilha. Ainda que o diagnóstico fosse perceptível de que existia um exaurimento do neoliberalismo, havia uma manifestação da política como um grande oligopólio que, inclusive, enfrentaria e rechaçaria a própria democracia.

O neoliberalismo ascendia ao seu máximo controle político dos Estados pós crise de 2008, ao restar patenteado que diferentemente de 1929, o capitalismo se curvou a olhar doutrinas políticas contrárias ao seu convencimento de atuação, adotar e mesclar às suas necessidades de lucro e mais-valia, alguns ingredientes doutrinários os quais lhe seriam

⁵⁶¹ Original: “I believe we are quite right to maintain this distinction between finance capital as a cause and imperialism as an effect. This corresponds to the linguistic usage that understands imperialism as a particular policy system. The various authors who deal with imperialism differ in relation to the details of this policy, but almost all agree in treating it as a political system, and not as an “economic phase”; not the ‘upper stage of advanced capitalism’, but the policy of the ruling capitalist stratum.” Tradução do autor. KAUTSKY, Karl. Accumulation and imperialism. In: **Selected political writings**. Londres: Mcmillan Press, 1983. p. 90-91.

estranhos, porém necessários para equilibrar tanto o tensionamento político quanto econômico. Isso porque, como bem apontava, Armando Boito Jr.,

o neoliberalismo é avesso à imposição de uma legislação protetiva do trabalho. O cenário ideal composto por essa ideologia, que é também um cenário utópico e reacionário nas democracias burguesas modernas, coloca, frente a frente, o trabalhador individual, sem proteção legal e sem organização coletiva, e a empresa, dentro dos mesmos parâmetros do liberalismo econômico e da infância da democracia burguesa no século XIX.⁵⁶²

Nessa toada, o neoliberalismo, mesmo comprovada a incapacidade para superar uma séria crise, demonstrou uma resiliência a superar o próprio liberalismo mais clássico e, como quem dobra uma aposta, não se desfez de dogmas os quais se não respondiam mais satisfatória e economicamente, politicamente mantinham intacto o seu respaldo. Essa característica se verificava fortemente em algumas parcelas da classe trabalhadora.

Esse cenário de apoio político das classes trabalhadoras ao modelo neoliberal, mesmo em crise econômica, seria identificado por Thomas Piketty como sofisticadas práticas da manipulação da informação, pelos veículos de comunicação a justificar e a endossar a desigualdade como consequência dos ricos terem trabalhado mais, por competência meritocrática, ou até mesmo, a própria inibição das classes privilegiadas auferirem um maior lucro prejudicaria a oportunidade de emprego dos mais pobres.⁵⁶³

A classe trabalhadora desenvolvia uma defesa do neoliberalismo exatamente pelo lado mais perverso aos seus interesses, que foi a perda de direitos sociais. Mesmo em período de crise como se apresenta no começo do século XIX, mais precisamente desde o 2008, ao redobrar os mantras liberais como donos de si mesmo, o empreendedorismo e a meritocracia, se afastam do que poderiam fortalecer a luta de classes e desmascarar a política neoliberal como a mais nociva aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

E quando se diz a mais nociva não se reveste de uma simples retórica, mas de uma evidência empírica do que se sinaliza pela captura cultural sofrida pela classe trabalhadora em sequer reconhecer a sua condição de força de trabalho explorada. Ao praticamente alijar do campo de disputa política, a luta de classes como referência a depurar as diferenças existentes entre dominantes e dominados, o neoliberalismo foi mais além e eficiente do que o liberalismo clássico. Marx e Engels sinalizavam que, de modo que a ela estão submetidos, aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideais dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas

⁵⁶² BOITO JR., 1999, p. 157.

⁵⁶³ PIKETTY, 2014, p. 258.

como ideias; portanto são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes.⁵⁶⁴

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual

Nesse novo panorama econômico neoliberal, a crise econômica já não bastaria para sinalizar uma necessidade de se reinventar do próprio capitalismo. O neoliberalismo fazia valer que grandes potentados privados se colocavam superiores a Estados nações. Para esses conglomerados ocorria uma inversão desde os primeiros ensaios dos cercamentos ingleses, em querer fazer das estruturas estatais apenas aportes financeiros para os seus interesses.

Ocorria uma inversão de valores, os Estados estariam submissos aos interesses privados. Os grandes conglomerados empresariais a produzirem oligopólios, sob as condições da globalização, refaziam as trincheiras geográficas mundiais e principalmente no modelo Ocidental de governança, tratavam a democracia representativa como departamentos das suas empresas, em que se tornariam dispensáveis caso restasse necessária uma repactuação para aferir lucros e mais-valia.

A classe trabalhadora, mais do que uma massa de manobra acéfala, seria colocada como dispensável por uma política de meta inflacionária neoliberal em que o pleno emprego deixou de ser primordial. Esse é o ponto nevrálgico. E isso passa exatamente pelo protagonismo do capitalismo financeiro em detrimento do produtivo. Para Suzanne de Brunhoff,

os regimes de câmbio em vigor respondem a regras ou convenções internacionais que codificam as relações entre as moedas nacionais. Assumindo diversas formas, desde o século XIX, eles foram constantemente estruturados pelas principais potências capitalistas, que emitem as moedas mais importantes para o comércio, os créditos e a finança internacionais, e em torno de um país centro, emissor de uma divisa de referência mundial.⁵⁶⁵

⁵⁶⁴ MARX; ENGELS, 2007, p. 47.

⁵⁶⁵ BRUNHOFF, Suzanne de. A Instabilidade Monetária Internacional. In: CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 69-70.

Não haveria um interesse em manter as mesmas diretrizes que impulsionaram o sistema capitalista pós-Revolução Industrial e tal assertiva se demonstrava não pelas teorias de como manter a mais-valia e o lucro a serviço de uma classe dominante, mas nos momentos das crises cíclicas do capitalismo insistir em políticas econômicas que se preocupem mais em blindar os causadores do que enfrentar as suas causas.

A economia neoliberal, ao priorizar metas inflacionárias em detrimento de estímulos ao mundo do trabalho, apresentou o tom que marcaria o neoliberalismo e a escola desenvolvimentista econômica. Difundiam o nem sempre verdadeiro argumento da inflação como a principal inimiga da classe trabalhadora. Viviane Forrester comenta essa situação:

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremissível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados – e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano – a procura ‘efetiva e permanente’ desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo o dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas.⁵⁶⁶

No entanto, a capacidade de investimento e de endividamento do Estado é o que definiria uma economia direcionada ao desenvolvimentismo e a geração de empregos, até porque nada adiantaria obedecer a uma meta inflacionária para alimentar o capital financeiro, gerando renda para uma minoria, enquanto uma camada espessa da população se coloca como agente passivo a sofrer as consequências da retração social e da falta de oportunidade

A meritocracia demonstrava-se uma ideologia fundamental para a consolidação neoliberal, pois atraía para o polo da classe dominante uma vantagem pela sua origem que tornava praticamente impossível uma competição com pessoas advindas de classes menos abastadas. Contudo, sem a luta de classes e um real pertencimento à sua condição operária, as desigualdades do capitalismo seriam mais ainda naturalizadas e o núcleo do poder político e econômico mais facilmente concentrado.

Se além da crise de 1929, o que fez impulsionar o Estado de Bem-Estar Social foi o receio de governos com tendências comunistas e socialistas, no final do século XX, o destino de um mundo unipolar contribuiu para o capitalismo financeiro, o qual não demanda preocupações com taxas de investimentos e endividamento, passa a ter na meta inflacionária uma política econômica pautada no terrorismo, facilitando a subserviência, principalmente por tornar as moedas de países com menor peso nas rodas de negociações praticamente alinhadas a um conceito econômico que estava em descompasso com as necessidades do

⁵⁶⁶ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo: Unicamp, 1997. p. 14.

próprio capitalismo em movimento: o poder e o mercado, exatamente por negar o que poderia ir de encontro ao seu lucro fácil. Carlos Montaña e Maria Lucia Duriguetto assentiam que:

O projeto/processo neoliberal constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘(contra)’ reforma do Estado.⁵⁶⁷

Em uma sociedade globalizada, os efeitos de qualquer crise seriam usufruídos e diluídos pelos países, porém de maneira desproporcional. Com essa desigualdade o neoliberalismo demonstrava a sua nocividade, pois os países com uma estrutura financeira privilegiada submetiam os mais fragilizados a escudos involuntários e os utilizavam como centro de força de trabalho precário a padronizar o receio da inflação enquanto sequer se tinha uma demanda de consumo pulverizada na maioria da sua população.

A política dos direitos sociais foi praticamente trocada pela cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a dolarização dos pobres promoveu a nova colonização por afetar e causar a perda de soberania. Havia praticamente um planejamento econômico a ser imposto sem qualquer mecanismo de refutação mais forte. Estados que sequer passaram por uma experiência do Estado de Bem-Estar Social consolidado assistiam a uma recolonização ainda mais vigorosa, pois atingia um dos símbolos nacionais, a moeda. O Grupo Krisis apontava que:

Quanto mais se aproxima do estado de emergência financeira, mais se reduz ao seu núcleo repressivo. As infraestruturas são orientadas segundo as necessidades do capital transnacional. Como outrora nos territórios coloniais, a logística social restringe-se cada vez mais a um número restrito de centros econômicos, enquanto o resto fica abandonado. Privatiza-se o que pode ser privatizado, mesmo que com isso cada vez mais pessoas fiquem excluídas das mais elementares formas de abastecimento.⁵⁶⁸

Com a perda de oportunidades no mundo do trabalho perpetrada pelo modelo neoliberal, nada mais justificável do que os países assim considerados lesados se colocarem contrários às práticas neoliberais, exatamente, por serem um campo prático experimental a manter a grande maioria da população longe de questões fundamentais a ilustrar os direitos sociais. Eric Hobsbawm assinalava que:

⁵⁶⁷ MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 193.

⁵⁶⁸ GRUPO KRISIS, 2003, p. 67.

Os direitos humanos podem se tornar operacionais até certo ponto. Conceitos, tais como o direito de viver uma vida decente, somente podem se tornar operacionais numa sociedade construída de forma a torná-los possíveis. [...] O ponto central [...] não reside no fato dos homens terem direitos econômicos e sociais, e sim nas políticas de cobrar impostos aos ricos para criar um fundo para pagamento aos pobres, aos desempregados e aos velhos, bem como para custear a educação popular. Sem essas políticas, estes direitos humanos são totalmente inúteis.⁵⁶⁹

As metas inflacionárias serviram como mordalha à classe trabalhadora. Se os escravos possuíam os capitães do mato, o neoliberalismo trazia posicionamentos acadêmicos como ajuda substancial em um mundo fortemente influenciado pelos liberais clássicos a fazerem das suas teorias verdades absolutas a refutar, por exemplo, o que de fato importaria em uma sociedade industrial, a geração de emprego para expandir a demanda de consumo.

Todo esse panorama fez surgir uma nova discussão da importância dos sindicatos, exatamente, por restar evidente que sem uma convergência nas ideias e uma rediscussão do que seria mais importante - metas da inflação ou geração de emprego - em países com uma população desempregada, porém com considerável capacidade de investimento, trazia na realidade os termos adequados para um fundamental debate sobre até em que medida o neoliberalismo seria viável.

O neoliberalismo atendia por um critério negativo no tocante a políticas de pleno emprego justamente por trabalhar com a desigualdade como mote de validação das suas políticas públicas. A classe trabalhadora seria precarizada, porque a sua desorganização enquanto capacidade pensante iria de encontro a uma ideologia que tem como condão atuar contra os Estados-nações e provocar um esvaziamento do debate público para uma tônica meramente corporativa do que seria esse novo modelo de sociedade. Segundo Alliez e Lazzaratto,

o neoliberalismo se vale dessa tecno-lógica para tornar os dispositivos do welfare compatíveis com as regras da empresa financeirizada ('accountability'). Contribui assim para redefinir a forma e as funções do Estado, alimentando uma nova burocratização cuja denúncia permitirá privatizar novos setores [...].⁵⁷⁰

Com o protagonismo do neoliberalismo na ascensão do mundo unipolar, os sindicatos passaram a enfrentar uma dificuldade cada vez mais evidente na sua atuação da defesa da classe trabalhadora. As legislações pátrias de vocações liberais assumiam um perfil neoliberal

⁵⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. **Mundo do Trabalho**. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 508.

⁵⁷⁰ ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Trad.: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021. p. 261.

e relativizavam a figura do direito sindical, valorizando ainda mais o direito individual como saída aos litígios trabalhistas, a favorecer os ricos. Como diz Joseph Stiglitz,

“Os ricos não precisam do Estado de Direito; eles podem, e de facto fazem, moldar os processos económicos e políticos em seu proveito”.⁵⁷¹

No entanto, não seria apenas uma simples contenda entre o direito individual e o direito coletivo a trazer para os sindicatos um ambiente de desprestígio junto à classe trabalhadora. Na verdade, esse fato seria apenas uma consequência, pois a precarização do trabalho como até então se conhecia e se definia pós-Revolução Industrial foi um veredicto de que a cultura fabril seria resignificada.

A cultura fabril, em que a massa proletária desenvolvia um pertencimento de classe por encontrar naquela atividade um sentido, foi pretensamente modificada pelas ideias neoliberais. O neoliberalismo continuou a depender e a explorar uma força de trabalho, porém cada vez mais, sob o processo da globalização, desindustrializava países, a criar ilhas de mão de obra qualificada em regiões pontuais em detrimento de outras a se colocarem apenas no setor de serviços.

No liberalismo clássico a atividade laboral como algo dignificante contribuiu para o imaginário da classe trabalhadora fortalecer a conscientização coletiva e a luta sindical. Por mais que a luta de classes trouxesse uma tensão e classe dominante se valesse de uma sociedade industrial precificada para se impor na valorização do lucro e mais-valia em detrimento da força de trabalho, ser empregado poderia trazer ou muitas vezes exprimir a injustiça, porém não era visto como algo indigno.

O neoliberalismo fomentou uma condição contrária ao próprio capitalismo ao desenvolver um sentimento de indignidade em ser empregado ou empregada. Isso até demonstra uma vocação neoliberal de flertar com os extremos, e com essa negativa, similarmente, contribuir na desestruturação da organização do Estado consolidada na sociedade industrial. Para Marx:

A cisão da sociedade numa pequena classe excessivamente rica e numa grande classe de operários assalariados não proprietários faz com que essa sociedade se asfixie no próprio excedente, enquanto a grande maioria dos seus membros dificilmente ou nunca estará protegida da mais extrema miséria.⁵⁷²

O neoliberalismo, ao dismantelar em certa medida a divisão do trabalho, atuaria com um sentido extremista da obtenção de mais-valia e lucro máximo pela ordem agora do

⁵⁷¹ STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand, 2014. p. 208.

⁵⁷² MARX, 2009, p. 209.

capitalismo financeiro e não produtivo. A precarização do trabalho não poderia ter outro motivo que não fosse a acumulação de riqueza pretendida pelo neoliberalismo. Além disso, Juliana Teixeira Esteves acertadamente aponta:

O capitalismo financeirizado, a tecnologia, as máquinas inteligentes e a internet transformaram o dinheiro em algo virtual; transformaram a economia mundial e a vida de seus habitantes tornando alguns milionários e outros paupérrimos. Permitiu que o dinheiro pudesse agora circular na esfera global sem quaisquer limites físicos e que transitam nos mercados financeiros em minutos, segundos, em prol da melhor valorização do capital investido.⁵⁷³

Os direitos trabalhistas não eram debatidos e rebatidos por uma questão ideológica ou simplesmente moral, mas por uma questão de custo para a obtenção de lucro. O instinto neoliberal, ao se virar para o capitalismo financeiro como um girassol em busca do sol, procurou demonstrar que todo aquele debate entre meios e modos de produção seria secundário em detrimento do que é realmente importante, a emissão de dinheiro.

A industrialização concentraria a produção em países de um custo-benefício mais vantajoso, a distribuição não poderia ser efetivada da mesma forma. O sistema capitalista, pela própria cadeia econômica global, poderia fazer uma integração rentista, sem a necessidade de fomentar e movimentar uma classe trabalhadora, mas continuar a acumular riqueza. Belluzzo e Galípolo sinalizam:

O Regime de capital engendra simultaneamente o avanço do rentismo, a subjugação consumista nas algemas do endividamento e a concentração de renda e riqueza, criaturas das formas produtivas e financeiras que assumiram o comando das economias contemporâneas. [...] O rentismo exercita seus propósitos ao se beneficiar de um ativo já existente e gerador de renda monopolista, criado com dinheiro público. A onda de privatizações obedece à lógica patrimonialista e rentista do moderno capital financeiro, em seu furor de aquisições de ativos já existentes.⁵⁷⁴

A dolarização do mundo e o capitalismo financeiro agiram como ocupações a trincar a soberania dos países, escorrer o dinheiro - por consequência a riqueza mundial para algumas esquinas da Ilha Manhattan - e apresentar para o planeta um sério entrave ao qual o sistema capitalista teria de resolver: como distribuir a riqueza se capacidade de consumo estaria cada vez mais restrita?

⁵⁷³ ESTEVES, Juliana Teixeira. **O direito da seguridade social e da previdência social** – a renda universal garantida, a taxação dos fluxos financeiros internacionais e a nova proteção social. Recife: Editora UFPE, 2015. p. 162.

⁵⁷⁴ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 1537.

O capitalismo produtivo, mesmo não se diferenciando em totalidade na concepção de acúmulo de riqueza, ao apresentar a alternativa do Estado de Bem-Estar Social, acenava para uma tentativa de pela política do pleno emprego procurar aumentar o poder aquisitivo da população e, por conseguinte, oportunizar uma maior equidade de acesso aos bens de consumo.

Essa busca, não por acaso, feneceu com uma luta reivindicatória da classe trabalhadora por intermédio dos sindicatos, talvez um dos poucos momentos em que o capitalismo sinalizou no mesmo tom para a economia e a política com o intuito de produzir uma conciliação entre o capital e o trabalho, sem, contudo, alterar e continuar a beneficiar e priorizar o benefício do lucro e da mais-valia.

Com esse marco histórico, mais do que analisar o resultado, deve-se analisar a intenção. Ao reconhecer o trabalho como parte importante a serem, inclusive, reconhecidos alguns direitos sociais, o capitalismo produtivo sinalizou que o acúmulo de riqueza para continuar a ser possibilitado, em certa medida, deveria ceder em alguns pontos como estratégia para se continuar a avançar. O capitalismo financeiro desprestigia e nega todo esse acúmulo histórico. Aposto na riqueza predatória sem qualquer conciliação com a força de trabalho.

O neoliberalismo e a precarização do trabalho são o resultado do protagonismo do capitalismo financeiro, mas que abre espaço, para além das próprias crises cíclicas capitalistas, se gerar crises muito além da economia, para atingir concepções de valores humanísticas. É por isso que o conceito neoliberal flerta com regimes autoritários, totalitários como se fossem condições de normalidade.

A partir do final do século XX, a crise nas relações de trabalho e nas ditas democracias representativas se sintonizam para entregar um pacote de retrocesso que, como pode ser visto e sentido, vai além de questões resolvíveis pela economia. Não à toa a sociedade industrial sucumbe a governantes populistas em que o extremismo é dado como solução e aceito como uma sensata razão. Maurizio Lazzarato aponta que:

As guerras totais da primeira metade do século XX transformaram a guerra em industrial e o fascismo em organização de massa da contrarrevolução. Agora temos um século atrás de nós que nos permite afirmar que a guerra e o fascismo são, ao mesmo tempo, forças políticas e econômicas necessárias à conversão da acumulação do capital, o que não era evidente no tempo de Marx.⁵⁷⁵

⁵⁷⁵ LAZZARATO, 2019, p. 302.

Esse cenário não livra países ricos ou pobres, muito pelo contrário, são vistos nos dois hemisférios, sul e norte, pois a globalização como siamesa do neoliberalismo, reproduz por necessidade um método de superação de crises em que se valores humanísticos forem separados e alguns Estados encontrarem soluções mais civilizadas, haverá uma saída não para a crise, mas para as próprias ideias neoliberais. Nesse cenário, traz Bauman importantes apontamentos:

Os medos, as ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa ‘causa comum’, não têm endereço específico, e muito menos óbvio. Isso priva as posições de solidariedade de seus status antigos de táticas racionais e sugere uma estratégia de vida muito diferente da que levou ao estabelecimento das organizações militantes em defesa da classe trabalhadora. Ao falar com pessoas já atingidas ou que temiam vir a ser atingidas pelas mudanças correntes nas condições de emprego, Pierre Bourdieu ouviu vezes sem conta que ‘em face das novas formas de exploração, notavelmente favorecidas pela desregulação do trabalho e pelo desenvolvimento do emprego temporário, as formas tradicionais de ação sindical são consideradas inadequadas’. Bourdieu conclui que fatos recentes ‘quebram os fundamentos das solidariedades passadas’ e que o resultante ‘desencantamento vai de mãos dadas com o desaparecimento do espírito de militância e participação política’. Num mundo em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, porém mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não parece uma proposição atraente razoável.⁵⁷⁶

O *modus operandi* há de ser reproduzido indiscriminadamente, pois como o mundo segue uma padronização cultural neoliberal, inclusive os países aparentemente diferentes, como a China, de alguma forma sofrerão os impactos em alguma medida. Tanto que as relações de trabalho são difundidas e sofrem uma ofensiva homogênea, pois com as produções industriais cada vez mais concentradas em poucos países, o capitalismo financeiro assume o formato bursátil e empurra como uma legislação única as mazelas sociais a impactarem a sociedade sob o aspecto humanitário.

O neoliberalismo desperta uma espécie de esquizofrenia. A classe trabalhadora, alijada de autorreconhecimento enquanto própria classe, se permite a identificar com extremismos a alimentar xenofobia que na verdade atentam contra elas mesmas. A riqueza continuará a ser pautada pela necessidade de acúmulo dos mais abastados, essa prioridade será exatamente a encruzilhada da força de trabalho explorada, pois se antes poderiam se reconhecer na exploração e tentar encontrar pelo menos um termo de conciliação, agora não conseguirão frear as ideias separatistas das construções de muros entre países como solução para proteger

⁵⁷⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 170, 186-187.

uma divisão de trabalho local que já não faz frente aos potentados e interesses do mercado financeiro.

Na subida de muros entre países, o discurso de ódio contra etnias é visto também no liberalismo clássico, mas é potencializado no neoliberalismo por um motivo óbvio. A mão invisível do mercado encontra um limite de atuação pela necessidade de encontrar meios e mecanismos para se aumentar a produção. Em algum momento a racionalidade que emana de fazer a produção industrial funcionar, inibe uma exasperação do capitalismo em manter ritmos de exploração que violem pactos civilizatórios.

Já o neoliberalismo, se afasta de qualquer princípio civilizatório exatamente por crescer e se expandir na falta de necessidade de observar qualquer limite humanitário. Não à toa seu lugar de desenvolvimento é o mercado financeiro, em que a preocupação em especular dinheiro é muito diferente da necessidade de fazê-lo circular por iniciativa da produção industrial. No capitalismo a forma do acúmulo da riqueza resulta em consequências diametralmente opostas.

O neoliberalismo ascende como uma doutrina política econômica a tornar o capitalismo financeiro independente da necessidade de acumular riqueza pela produção, arrefecendo consequentemente a obrigação de quem detém os meios de produção, por exemplo, de atentar para demarcações civilizatórias e que gerem apelo como meio ambiente e condições de trabalho.

Aliás, nesse começo de século XXI, desponta uma conscientização ambiental que inevitavelmente dialoga com condições de trabalho a impactar as questões humanitárias. O neoliberalismo se afugenta de qualquer limite em que sua cruzada pelo mercado financeiro permita angariar lucro sem necessariamente ceder às imposições do que se espera de normas jurídicas produzidas pelo Estado. Armando Boito Jr. sinaliza que:

O discurso neoliberal apresenta o espaço econômico internacional como um grande mercado homogêneo, ou ao menos tendencialmente homogêneo e livre da intervenção estatal; espaço esse que seria produzido pela existência e atuação das firmas ditas globais e pelo suposto declínio do Estado nação. Essas empresas apátridas generalizariam os produtos e os processos de produção globais, tornando superada toda forma de nacionalismo econômico. Esse processo de internacionalização de novo tipo é apresentado como um caminho inevitável para as economias nacionais. Essa imagem ideológica serve aos interesses das firmas multinacionais. Ela propaga a ideia de que a abertura das economias é inevitável, e que as multinacionais, que sejam empresas globais, poderiam transplantar sua produção a qualquer momento para qualquer país, induzindo as populações a acreditar que é

necessário todo tipo de concessão de vantagens fiscais, creditícias e de custos aos capitais imperialistas.⁵⁷⁷

A globalização se coloca cada vez mais refém na encruzilhada entre propagar o neoliberalismo e arrefecer por caminhos que, apesar de inserido dentro do capitalismo, acenam para pautas civilizatórias que interligam e revestem o planeta da mesma necessidade. Organismos internacionais já atentos às consequências neoliberais reforçam as tratativas de discutir novas demarcações para uma interseccionalidade entre pautas humanitárias, pois já foi comprovado que não tem como desenvolver condições de trabalho dignas sem alavancar percepções as quais despertem atenção para compromissos ambientais.

Não que o capitalismo produtivo tenha ou demonstre uma responsabilidade humanitária, mas se colocava como mais previsível em demonstrar as suas falhas para que a própria sociedade industrial apontasse soluções. Ao competir e praticamente tamponar o papel do Estado, o neoliberalismo trata dos assuntos de interesse global como uma pauta da iniciativa privada.

A precarização do trabalho aventa para consequência que afetou seriamente o papel dos sindicatos. Refazer a importância do movimento sindical é, antes de mais nada, determinar um limite em que, caso seja ultrapassado, não haverá apenas um enfrentamento, mas uma tomada no nível de conscientização da classe trabalhadora a trazer para o Estado uma necessidade de mediação e proteção que não crie retrocessos em pautas além das reminiscências doutrinárias políticas. Ulrich Beck enfrenta o tema e aponta:

O capitalismo global dependerá cada vez menos da força de trabalho humana para desvendar os novos rumos da produção de lucro. E com isso a força de trabalho humana e organizações coletivas que o representam – partidos trabalhistas e sindicatos – perdem significativamente seu poder de negociação e sua influência social. Ao mesmo tempo cresce o número daqueles que são excluídos do mercado de trabalho e das oportunidades da integração e da garantia social e material, que são aqui distribuídas e negociadas. Com a consequência: não apenas crescem as desigualdades como também se altera drasticamente a qualidade das desigualdades sociais na medida em que vão sendo excluídas parcelas cada vez maiores da população, consideradas por princípio ‘economicamente inativa’.⁵⁷⁸

Nas novas relações de trabalho amparadas e impulsionadas por fatores tecnológicos a tentar disfarçar o óbvio nas relações de trabalho liberais, a subordinação surge como forma de exercer uma certa propriedade em determinado horário e tempo específico na venda da força

⁵⁷⁷ BOITO JR., 1999, p. 31-32.

⁵⁷⁸ BECK, 1999, p. 173.

de trabalho. Tudo isso tem um porquê, quanto mais se camufla a subordinação, a mais-valia fica rentável e menos custosa.

O que se vive da precarização de trabalho em pleno XXI não é diferente do visto e vivenciado no século XIX. A diferença é que, na contemporaneidade, o neoliberalismo apresenta a força de trabalho explorada diante de uma captura cultural neoliberal em que a riqueza continua a ser gerada e produzida, fazendo acreditar na falsa percepção do empreendedorismo e meritocracia. Segundo Palloix, Amin, Bettelheim e Emmanuel,

a divisão capitalista internacional do trabalho conduz, regra geral, ao agravamento das desigualdades entre os países, a uma tendência ao desenvolvimento unilateral de cada um dos países participantes, tendência tanto mais clara para um país determinado quanto mais baixo seja seu nível de desenvolvimento.⁵⁷⁹

Essa falta de referencial permite perceber o porquê de os sindicatos serem tão atacados pelo neoliberalismo, pois representam uma possibilidade de alforria da classe trabalhadora não contra um mundo precificado e detentor de regras não tão mutáveis, mas que ao ter consciência de como as relações de trabalho funcionam, criam mecanismos de defesa eficazes a ao menos compreender que não podem estar do mesmo lado de quem os explora. Armando Boito Jr. sinaliza que:

Como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também para a restrição à organização e à luta sindical. O neoliberalismo opera com a velha concepção liberal da sociedade como um agregado de indivíduos livres e iguais, e faz a apologia da liberdade de mercado, inclusive, portanto, do mercado de trabalho. Sustenta que o nível de remuneração dos trabalhadores depende das condições de mercado, e não da ação sindical ou da intervenção estatal – salvo nos setores em que se criam privilégios disfuncionais para o funcionamento da economia.⁵⁸⁰

Os sindicatos, mais do que dominar uma tecnologia, têm como desafio se reinventar não nas bandeiras de combate ao capitalismo, mas entender que o próprio sistema capitalista exige mudanças na forma de atuação exatamente por não atuar de maneira inerte, e a prova é exatamente o neoliberalismo que tenta ressignificar o panorama da sociedade industrial pelo mercado financeiro.

O referencial do chão de fábricas é desafiado por uma classe trabalhadora conectada em tecnologias dispostas a não fazerem compreender o quanto são escravos em relação ao tempo, sem se atentar que a subordinação persiste e torna-se ainda mais pesada a acompanhá-

⁵⁷⁹ PALLOIX; AMIN; BETTELHEIM; ARGHIRI, 1981, p. 77.

⁵⁸⁰ BOITO JR., 1999, p. 157.

los ininterruptamente, pois a faceta neoliberal não é fazer com que a classe trabalhadora pense que pode sempre ganhar mais dinheiro, mas pensar que não é necessário descansar. O modelo neoliberal desenvolve uma espécie de mais-valia infinita.

Vânia Bambirra preconizava que:

O socialismo não é um sonho que se transforma em realidade por decreto de um demiurgo. Ele é uma prática resultante de muitas lutas e da abertura de novas. É um conhecimento científico que orienta a experiência concreta, redefinindo-se em função desta mesma. É uma criação e um invento de formas de organização e de vida, novas e dinâmicas, por parte do povo. Nesse sentido, os ‘soviets’, como sinônimo de poder popular, formam um dos componentes essenciais da nova sociedade no período de transição.⁵⁸¹

A necessidade dos sindicatos se mostra cada vez mais necessária e a sua interseccionalidade com pautas como o meio ambiente é apenas umas das demonstrações de que a classe trabalhadora se coloca como agente de mudanças profundas não enquanto classe a desempenhar as mesmas funções e exigir melhoras, mas ressignificar a utopia por uma sociedade que se oriente por necessidades compartilhadas de humanismo, a comprovar um socialismo científico como possível.

⁵⁸¹ BAMBIRRA, 1993, p. 145.

6 O GOVERNO LULA (2003 – 2010): A CLASSE TRABALHADORA NO PODER POLÍTICO BURGUEÊS, CONTRADIÇÕES, VIABILIDADE E REALIDADE

Neste capítulo, chegar-se-á ao cerne objeto principal do trabalho, investigar-se-á amiúde o primeiro e segundo governo Lula (2003-2010), a chegada, pela primeira vez, ao poder de um operário, com todos os seus estereótipos, mas com todo o simbolismo que representava, em um país calcado em uma formação social escravagista e solenemente erigido em concentrações de terras e desigualdades sociais.

Um país que desde a instituição da República convive com instabilidades ao que se pode denominar de Estado Democrático de Direito. Somente no período republicado são seis textos constitucionais, um termômetro real a apontar a turbulenta vida política brasileira. Nesse cenário, no complexo século XXI que se iniciava, chega à presidência da República, um metalúrgico, representante e liderança sindical de um período da sociedade industrial já em crise e um capitalismo rendido aos ditames neoliberais.

A classe trabalhadora, conhecida e organizada durante o século XX, atravessava reais mudanças na sua compreensão de um mundo do trabalho que mudava a passos largos a não mais se caracterizar pelo chão de fábrica. Todos esses ingredientes históricos servirão como um piso a pavimentar toda a análise desse período recente brasileiro que influenciou concepções sociológicas, políticas e econômicas na sociedade brasileira, sobremaneira na classe trabalhadora e a famosa denominação “nova classe média”.

Aliás, a influência foi tamanha que, no decorrer desta pesquisa, o capitalismo, virado para a sua vocação mais fascista, aporta no Brasil, mais precisamente a partir de 2013, golpeia uma presidenta legitimamente eleita, prende o então ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, elege em 2018 um candidato de extrema direita e em outubro de 2022 reelege para um terceiro mandato o presidente Lula.

A história e a roda viva trarão para essas linhas uma análise ainda mais desafiadora. Já em pleno terceiro mandato, estar-se-á avaliando os dois primeiros e todas as suas consequências, influências e legado para a classe trabalhadora, quiçá mundial.

6.1 O Partido dos Trabalhadores e a democracia liberal burguesa: convergências mais do que divergências

No final da década de 90, com o mundo unipolar em vigência, o neoliberalismo, inserido com mais protagonismo desde o final da década 70, apresenta as suas consequências. As desigualdades sociais aumentam, inclusive nos países tidos como ricos, as crises econômicas se avolumam, o individualismo cada vez mais presente a reger as relações sociais e o mundo do trabalho em intensa mudança. Os chãos de fábricas, os modos de produção industrial, tão caracterizadores do século XX, são cada vez mais questionados.

Já no começo da década de 90, o Partido dos Trabalhadores (PT), em análise de conjuntura, apontava para as novas dinâmicas das relações de trabalho:

Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Este novo sistema de produção da riqueza mundial apoia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui, progressivamente, operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para desmaterializar a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas. No processo de trabalho, a mão-de-obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional, com o que os países do Terceiro Mundo perdem uma de suas ‘vantagens comparativas’. Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria, investe sobre as conquistas sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho, reforçando a centralização do controle da economia mundial nos pólos norteamericano, europeu e japonês, amplificando, em escala planetária, a destruição ambiental.⁵⁸²

O socialismo real, com a queda do Muro de Berlim e o debacle da União Soviética, entra em cheque e parece só se sustentar em debates acadêmicos. O mundo do trabalho se vê descrente das ideais que um dia foram ecoadas como uma possibilidade de igualdade e de repulsa à exploração. O movimento sindical enfrentava uma onda ainda mais forte de marginalização.

⁵⁸² DOCUMENTO “Socialismo”, publicado no 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), São Bernardo do Campo (SP), 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. Acervo: CSBH/FPA. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-adendo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Por sua vez, a classe trabalhadora, carente de representatividade, percebe em novas representações da sociedade civil e suas pautas interseccionalizadas, uma releitura atual de novas representações e maneiras de se ecoar as vozes dos oprimidos e oprimidas. O sindicalismo, erigido do século XX, não respondia a esses novos ditames do ambiente laboral do século XXI, potencializado ainda mais pelo neoliberalismo.

Para Gallino, ao fazer uma análise da situação da classe trabalhadora, vaticina:

As vítimas de hoje são em grande parte filhos e netos dos membros da classe operária e da classe média que foram afetadas, principalmente nos EUA, pela estagnação dos salários ocorrida, desde os anos 1970 [...]. Em outras palavras, a crise quando chega não apenas sempre toca duas vezes, mas quando retorna fica bem atenta para todas as vezes tocar à mesma porta de antes.⁵⁸³

Esse foi o cenário que se apresentava ao então recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003 e que revestia não apenas o Brasil, mas o mundo de interrogações. Aliás, quadra histórica fértil no que ficou conhecido como governos progressistas espalhados por toda a América Latina (Argentina, Paraguai, Equador, Uruguai, Chile, Bolívia).⁵⁸⁴

No tocante ao Brasil, apesar da estabilidade da moeda e do controle inflacionário desde 1994, as crises econômicas do final da década de 90 e a desvalorização do Real culminaram com as atribulações no setor energético e uma abissal desigualdade social. Num cenário ainda recente do período da redemocratização e de não efetivação da Carta Magna de 1988, ocorreu a possibilidade de a população brasileira eleger o então candidato do Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva. Carlos Furtado, no final da década arrematava:

Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão de obra subutilizadas, elementos que dificilmente se encontram reunidos em outras partes do planeta. Por outro lado, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e

⁵⁸³ GALLINO, Luciano. **Il copo di Stato di banche e governi. L'attacco alla democrazia in Europa** (O golpe de Estado de bancos e governos. O ataque à democracia na Europa). Torino: Einaudi, 2013. p. 11.

⁵⁸⁴ Esse período restou marcado por movimento jurídico-político, sob o plano constitucional, de fundamental importância para o soerguimento e autonomia de países do continente latino-americano frente aos interesses imperialistas. Para Antonio Carlos Wolkmer, “o novo constitucionalismo – constitucionalismo pluralista – que se instaurou na América Latina a partir de mudanças políticas e novos processos de lutas na região, nas duas últimas décadas, tem, principalmente nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), o espaço estratégico de inspiração e legitimação para impulsionar o desenvolvimento de paradigmas de vanguardas no âmbito das novas sociabilidades coletivas (povos originários, indígenas e afrodescendentes) e dos direitos aos bens comuns naturais (recursos naturais, os direitos humanos, a água, e ecossistema equilibrado) e culturais (Estado pluricultural, diversidade e interculturalidade)”. WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo crítico e perspectivas para um constitucionalismo na América Latina. In: WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters (Orgs.). **Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas**. Curitiba, Juruá, 2013. p. 19-42. p. 38-39.

mesmo famintas [...]. O cerne da questão é definir que modelo de desenvolvimento vai se propor ao Brasil para os próximos anos. É fundamental solucionar o problema da criação de empregos.⁵⁸⁵

A aposta no candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, trazia aflição e apreensão não apenas para parte dos setores médios e à alta elite brasileira, mas para o mundo de maneira geral. Em uma economia globalizada, os rumos políticos de um país extenso em território, um dos mais populosos, com uma das maiores economias e um parque industrial que apresenta um dos maiores saltos de crescimento entres as décadas de 40 e 80 do século XX, inevitavelmente seriam objeto de atenção por personagens políticos globais das mais diversas matizes. Na visão de Carlos Pinkusfeld Bastos e Pedro de Vasconcellos Costa,

no Brasil, o fortalecimento do projeto desenvolvimentista se deu como fruto da convergência de elementos institucionais, com a formação de um consenso político e a consolidação de um conjunto de planos e programas que dariam coerência e factibilidade aos objetivos de promoção do crescimento acelerado do país. O processo de construção da figura do Estado – Empresário e Estado – Indutor do desenvolvimento ocorre pela criação de órgãos, impostos vinculados, empresas públicas, agências de fomento ao desenvolvimento, formação de conselhos, grupos de estudo e executivo. Tais medidas viabilizaram a capacitação do Estado como produtor, especialmente de insumos, e a ampliação de seu quadro técnico.⁵⁸⁶

Na disputa e no aprofundamento do domínio neoliberal, ter um político, em um país de certo protagonismo, que flertava com pensamentos socialistas, tidos como ultrapassados, trazia inquietação para o dito mercado. Importante entender também que o próprio Estado de Bem-Estar Social se encontrava em crise. A classe trabalhadora mundial enfrentava uma escassez de utopia.

Como compatibilizar esse momento histórico com uma política de governo que refutava e apontava para o que dava como novo panorama global de sociedade o epicentro dos problemas? Desde a Carta ao Povo Brasileiro⁵⁸⁷, compromisso ainda na campanha de que iria cumprir os acordos e contratos internacionais, até a forma de branda de enfrentar a cartilha neoliberal, o governo Lula demonstrou que seria capitalista e no máximo reformista. Porém,

⁵⁸⁵ FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 32 e 102.

⁵⁸⁶ ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs). A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma. In: BASTOS, Carlos Pinkusfeld; COSTA, Pedro de Vasconcellos. **O Período JK e o Plano de Metas**. 1. ed. São Paulo: Hucites, 2021a. p. 183-220. p. 183.

⁵⁸⁷ Movimento político adotado pelo ainda então candidato Lula, em 2002, garantindo que, além de cumprir rigorosamente os contratos internacionais, não iria adotar qualquer margem de manobra econômica a trazer insegurança ou receio aos defensores da economia ortodoxa e aos setores mais conservadores da sociedade. BRASIL. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

foram exatamente essas reformas em políticas sociais que propiciaram uma base eleitoral considerável, que mais adiante se veria não traduzir em base de sustentação política.

Favorecido também por um cenário econômico internacional nas altas das *commodities*, o governo Lula pôde implementar algumas políticas sociais que trouxeram um reconhecimento e de fato uma mudança efetiva mais aguda para o povo dos tempos getulistas. Houve a sensação de ascensão social. O acesso ao consumo foi possibilitado. Itens como o automóvel e estilo de vida, como viagens e restaurantes, foram democratizados.

No 4º Congresso Nacional do PT, em 2011, foram ressaltados e tratados como grande legado político, segundo a Resolução política extraída do encontro, conforme se pode conferir em trecho abaixo:

Desde a vitória do presidente Lula, medidas inovadoras passaram a ser adotadas, graças à nova compreensão do governo federal com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, com inclusão social, com ampliação da participação popular e com uma política externa soberana, que priorizou a América do Sul, tendo o País participação criativa na Unasul, com a valorização dos chamados BRICs, reconhecidos o multilateralismo e um novo protagonismo nos fóruns internacionais. Um dos resultados da nova política foi o crescimento com a redução das desigualdades sociais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,5% ao ano entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2006 e 2010; e alcançou 7,5% em 2010. Ao longo destes oito anos, mais de 30 milhões de pessoas deixaram a pobreza e ascenderam socialmente.⁵⁸⁸

Além disso, houve uma democratização do acesso ao ensino superior. As universidades deixaram de ser reserva de mercado dos mais abastados. A educação passou a fazer parte não de um sonho distante, mas de uma oportunidade real dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Porém, com todos esses fatores positivos, por que a classe trabalhadora não reconhece, por exemplo, na representação sindical algo importante?

Foi exatamente um representante do movimento sindical, um operário a ascender ao posto máximo do Poder Político e implementar toda essa valorização na classe trabalhadora e, mesmo assim, os sindicatos continuam a ser marginalizados. Essa situação se dá por contextos até maiores, de panoramas como a própria captura estética e do pensamento dominante capitalista, porém de como o Governo Lula escolheu enfrentar esses desafios, algo que será pontuado nesta pesquisa.

⁵⁸⁸ BRASIL. **Resolução política do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)**. Brasília (DF), 4 de setembro de 2011. Acervo: CSBH/FPA. https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/RESOLUCAO_POLITICA4CONGRESSO_versao_final_2.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

Ter se adequado ao neoliberalismo e não o enfrentar demonstrou-se uma opção com certo sucesso eleitoral, mas sob o prisma de projeto de poder político evidenciou uma escolha equivocada, ao se perceber que o mero controle da economia, a inclusão e até a ascensão social fizeram dos governos Lula um caso do sucesso, porém, na própria esfera capitalista, o que de certa maneira trazia, além de uma conciliação, um aceite tácito às próprias regras vigentes na economia desde o final da década de 70.

André Singer analisa o fato com propriedade e arremata:

Se existe um momento específico que simboliza a irrupção da segunda alma do PT, acredito ter sido o da divulgação da ‘Carta ao Povo Brasileiro’, em 22 de junho de 2002. Quando o comitê de Lula decidiu comprometer-se com as exigências do capital, cujo pavor de suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava à instabilidade nos mercados financeiros, foi dado o sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido, no mínimo, suspenso. Mas poucos foram os que entenderam o simbolismo do gesto. De início, pareceu apenas uma decisão de campanha, mesmo que um mês depois o Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo, tenha aprovado, contra o despejo de parcelas da esquerda partidária, as propostas antecipadas pela carta, transformando-as em orientações oficiais.⁵⁸⁹

Um operário forjado no chão de fábrica e oriundo do movimento sindical que atravessou o modo de produção toyotista tinha a exata noção de que as mudanças nas relações de trabalho seriam apenas uma etapa da real mudança que estava a se consolidar, de que seria a concepção de pertencimento à classe trabalhadora. Essa transformação incluía a captura da estética da alienação, o cultivo do conceito de empreendedorismo, individualismo, de ser o dono de si, bem como as flexibilizações das legislações protecionistas trabalhistas.

A governabilidade para o governo Lula afastou a percepção de que base de apoio não se constrói pelas circunstâncias da economia, mas por projeto político confluyente a longo prazo. É inegável o acesso a bem de consumo durável pela classe trabalhadora, entretanto a linguagem neoliberal transformou essa nova realidade da massa operária brasileira em um estilo de vida a minar a consciência de classe.

Um governo trabalhista que pormenoriza os efeitos da luta de classes, no mundo que naturalmente estimula as divisões sociais, fatalmente será tragado pela lógica da mesmice capitalista. Não haveria como relativizar os efeitos da ideologia neoliberal na classe trabalhadora apenas pelo implemento econômico. O Estado protetor, contra todas essas desregulações do neoliberalismo, seria fundamental. Por isso, inclusive, para André Barreto:

⁵⁸⁹ SINGER, André Victor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras. 1. ed. 2012. p. 95-96.

[...] nasce o Direito do Trabalho já com a função jurídica de legitimação e, ao mesmo tempo, imposição de limites à exploração capitalista da força de trabalho, esta na qualidade de mercadoria em circulação no mercado e essencial à valorização do capital e acumulação capitalista. Vem a surgir esse ramo jurídico a fim de garantir as condições mínimas para que os trabalhadores sejam livres – no seu duplo sentido de serem capazes de vender a sua força de trabalho para quem quiserem, ao mesmo tempo que sejam obrigados a vender essa força de trabalho para viver (porque estão eles ‘libertados’ de todo e qualquer controle sobre os meios de trabalho/produção). Diante dos levantes operários, garantir a reprodução da força de trabalho e os patamares mínimos de dignidade em sua exploração passou a ser parte da tônica da ‘ampliação democrática’, da jurisdicialização de direitos ao trabalho, portanto, nesse momento, de impor uma contratendência de ‘tomada do poder político’ pelo povo, desde a crescente vinda da luta de classes.⁵⁹⁰

O fato é que essa própria melhora econômica para a classe trabalhadora nos termos que ocorreu deve-se a uma concessão do sistema, não na condição do Estado de Bem-Estar Social, mas de incremento do poder de compra. Agora, não se teria o Estado preocupado com políticas protecionistas, legislações sociais, mas uma comunicação apenas mantenedora de condutas, pelo interesse do mercado supranacional.

Este ponto, característico do mercado supranacional, é uma característica neoliberal: trocar a soberania por interesses econômicos, como se recompensasse. O primeiro e o segundo governos Lula, basicamente, reproduziram a lógica do capitalismo financeiro, em que a classe trabalhadora se comporta como um movimento amorfo e marginalizado. Para Anibal Quijano:

[...] o modo de produção capitalista não foi nunca transportado de maneira completa, sistemática e homogênea para as regiões e países submetidos à dominação. O que, pelo contrário, ocorreu e segue ocorrendo é que as estruturas produtivas prévias foram reorganizadas em função das necessidades dos dominantes do sistema, por novas formas de utilização de instituições econômicas pré-capitalistas a serviço do capitalismo, e pela penetração de fragmentos estruturais do modo de produção capitalismo em casa uma das etapas e com cada uma das modalidades que lhes correspondiam no processo de desenvolvimento metropolitano.⁵⁹¹

O neoliberalismo, como um paciente terminal, tem como linha ofensiva de ação, até para ampliar o seu domínio de poderio econômico, se fazer conciliatório com o ambiente democrático; no entanto, não passa de um movimento necessário para se aplicar uma anestesia nas instituições e capturar o poder político. O bom momento econômico vivido nos

⁵⁹⁰ BARRETO, 2020, p. 107.

⁵⁹¹ QUIJANO, Anibal. **Redefinición de la dependencia y marginalización em America Latina**. Mimeo. CEPAL, 1970. p. 28.

dois primeiros governos Lula passou pela complacência neoliberal, ou seja, pelos interesses do mercado.

Segundo Darcy Ribeiro,

não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força.⁵⁹²

A primeira década do século XXI se apresentava como portadora de mudanças profundas na dinâmica das relações humanas. Os meios digitais se consolidavam em encurtar distâncias e fazer do ambiente virtual a nova sala de convívio da sociedade. Novos atores globais começavam a despontar. O capitalismo financeiro se colocava na dianteira ante o capitalismo produtivo. As dinâmicas laborais já não mais atendiam pela cultura da sociedade industrial.

O Partido dos Trabalhadores, na ascensão ao poder, teria o Estado de Bem-Social já em crise no panorama mundial. A linguagem econômica mundial era predominantemente neoliberal. Importante assentir também que a democracia liberal burguesa adimplida no Brasil é majoritariamente capturada pelos interesses do mercado, a eleição de um operário teria mais um plano simbólico do que objetivamente prático na mudança governativa que poderia ser impingida.

Para André Singer:

O lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige sobretudo aos ‘pobres’. Ao fazê-lo, abriu mão do avanço representado pela orientação de classe, mas tocou em um nervo da formação periférica. O lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo.⁵⁹³

O governo Lula inevitavelmente teria pouca possibilidade de manobrar políticas que colidissem com a cartilha neoliberal exatamente por ter jogado dentro das regras da democracia liberal burguesa e objetivamente ter como destino exercer um reformismo limitado, pactuar com o *establishment*.

⁵⁹² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. p. 22.

⁵⁹³ SINGER, André Victor. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 18.

Essas limitações reformistas assumidas por Lula como necessidade de governabilidade, segundo Luís Felipe Miguel, podem ser explicadas da seguinte forma:

A democracia clássica, da qual retiramos o nome e boa parte do imaginário associado a nossa própria democracia contemporânea, era entendida abertamente como governo dos pobres. Ou seja: era um arranjo destinado a contrabalançar a influência desproporcional que os ricos exerciam por outros meios. No mundo contemporâneo, as lutas por democratização tiveram essa marca; foram lutas e empreendidas pelos dominados, lutas contra a oposição dos dominantes. É o casamento da democracia com o liberalismo que a leva a ser, cada vez mais, percebida com uma espécie de terreno neutro para a expressão dos interesses em conflito, visão que atinge sua forma mais acabada no pluralismo liberal da segunda metade do século XX. É claro que o ‘terreno neutro’ é o terreno em que as múltiplas desigualdades sociais se manifestam, operando, portanto, em favor daqueles que ocupam os polos privilegiados de cada uma delas. Mas, como a democracia permanece vinculada a seu sentido original, seus valores igualitários sempre podem ser mobilizados para denunciar as imperfeições da institucionalidade que se apresenta como democrático. Há uma contradição latente entre a democracia vigente, acomodada às desigualdades e reprodutora da dominação, e a democracia ideal, radicalmente igualitária e voltada ao combate às dominações.⁵⁹⁴

Por isso as reformas sociais não atingiram um desdobramento de conscientização política. Aos que supõem ou acham que foi uma falha dos dois primeiros governos Lula em não conscientizar, na verdade, foi uma limitação de ação. Como a prioridade se daria em cumprir os acordos econômicos de manutenção das políticas neoliberais, por mais que houvesse diagnóstico da necessidade de se atentar para aspectos da formação política, não havia ambiente e correlação de forças políticas para implementá-las.

E quando se diz correlação de forças, não necessariamente significa ter uma base de apoio de governo, pois não implica automaticamente apoio a um projeto de poder político. Constituir maioria em votações no Congresso Nacional não necessariamente significava para o governo Lula relações sólidas e concordância com a posição ideológica governista, mas um fisiologismo por esses espaços de poder.

Os dois primeiros governos Lula sentiram fortemente os efeitos da formação política elitista, escravagista e oligárquica do Estado brasileiro. Se a dificuldade para se constituir base de governo é premente devido à própria complexidade na representatividade que envolve o Brasil, um candidato eleito que tem a sua origem exatamente no país que a classe dominante menospreza é, mesmo dentro de qualquer limite e respeito às regras econômicas constituídas, considerado um intruso. Fábio Konder Comparato percebe essa nuance e aponta:

⁵⁹⁴ MIGUEL, 2018, p. 9.

Lula foi, efetivamente, o único Chefe de Estado no Brasil, escolhido fora do esquema oligárquico. Foi esta a única vez em que coligação oligárquica, notadamente o empresariado e os principais agentes políticos, utilizando-se largamente do seu oligopólio dos meios de comunicação de massa, não souberam manipular o processo eleitoral em favor do candidato que haviam escolhido.⁵⁹⁵

O Partido dos Trabalhadores, quando fundado⁵⁹⁶, certamente foi aceito como uma tentativa de criar uma pluralização partidária a caminhar no sentido de permitir a propagação de vozes, já na iminência do final da Ditadura Militar, porém sem nunca imaginar, em efeitos práticos, a chegada ao poder. E caso alçasse a essa condição, inimaginável seria alterar a rota do projeto político da classe dominante.

Ao se colocar como intruso, entender as regras do jogo eleitoral da democracia liberal burguesa, aceitar concessões na prática de alianças e relativizar princípios, o Partido dos Trabalhadores se colocava como um partido político disposto, mesmo em um ambiente inóspito aos princípios aventados e valorizados na sua fundação, a ter um projeto de poder nas condições que o ambiente institucional possibilitasse.

Em um país vocacionado ainda pelas vozes patronais, ter um metalúrgico no posto máximo da nação seria uma reviravolta sociológica a impactar profundamente a vida institucional brasileira. Se antes, ser uma oposição consentida seria o destino previsto no começo dos anos 80 pela classe dominante, ao Partido dos Trabalhadores, adentrar nos salões da burguesia seria quase uma revolução para quem detinha o monopólio já há séculos dos destinos do país. Nas palavras de Celso Rocha de Barros:

Foi a primeira e, até hoje, a única transferência de poder pacífica entre a direita e a esquerda no Brasil. O Partido Comunista era ilegal durante a República de 1945 – 64. O PTB de Jango foi derrubado por um golpe assim que começou a ganhar protagonismo. Em um dos países mais desiguais do mundo, a bandeira da redistribuição de renda foi proibida de disputar o poder a sério. Em 2002, a esquerda pôde concorrer, ganhou e levou. Um filho de

⁵⁹⁵ COMPARATO, 2017, p. 215.

⁵⁹⁶ No final da década 70, o sentimento que deu origem ao PT, foi bem condensado no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, então sociólogo afamado do campo da esquerda: “Eu acho que é possível pensar um horizonte socialista para os partidos dos assalariados, e não numa social – democracia. Mas acho também que a social democracia é parte constitutiva deste horizonte [...], seriam confederações de movimentos sociais, relativamente independentes, enraizados em suas bases. Os movimentos das comunidades de base das igrejas, as associações de bairro, os sindicatos autênticos, a imprensa alternativa, quem sabe jornalistas da outra também, os centros de pesquisa e trabalho, o movimento estudantil, as associações de empregados, de professores, de mães, os clubes ecológicos, os movimentos das minorias etc., formariam o tecido vivo destes partidos [...] Estes antecipariam na sua vida interna o tipo de Estado e de sociedade democrático, participatório e socialmente igualitário e constitui o modelo a ser construído. E muito antiburocrático.” FAERMAN, Marcos. Um olhar sobre a América Latina. **Jornal Versus**. Disponível em: <http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

imigrantes nordestinos pobres se elegeu presidente da República por um partido de massas que ele mesmo ajudou a fundar, por fora do Estado.⁵⁹⁷

A figura do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, com as limitações e complexidades inerentes a qualquer ser humano, passaria a transpor o imaginário popular de que um filho do povo poderia chegar ao poder. Independentemente de diploma ou origem nos berços dos privilégios, a classe trabalhadora brasileira passou a sedimentar uma ponte direta de um filho seu com o Brasil oficial que teimava em desmerecer e até não reconhecer o Brasil real.

Não haveria mais prepostos, a chegada de Lula ao cargo de presidente da República seria o poder político do voto, saindo do cabresto e encontrando o sentido de representação não em discursos de empatia, de representantes que, apesar da boa intenção, nunca viveu nesse Brasil carrasco com a maioria da sua população. Agora seria alguém que compactuava das mesmas dores por experiência própria de vida. E isso seria, para a classe dominante, um rompimento com o que parecia ter modificado apenas um pouco, mas que permaneceriam fortes, a Casa Grande e a Senzala.

José de Souza Martins analisava da seguinte a chegada de Lula à presidência República:⁵⁹⁸

A eleição presidencial de 2002 despertou admiração e euforia dentro e fora do Brasil. É notável e insólito que um ex-operário metalúrgico, apoiado em votação consagradora, chegue à presidência da república. Apesar de Lula, o torneiro mecânico, estar longe dos tornos há umas três décadas, isso de modo nenhum anula o fato de que estamos em face do mais espetacular caso de ascensão social em toda a história do Brasil.

Importante mencionar que, em 2003, se vivia um período ainda extremamente recente da instauração do Estado Democrático de Direito pela Constituição Federal de 1988. Uma nova norma constitucional não condiciona uma mudança histórica e cultural instantaneamente. Por mais que o Texto Magno trouxesse uma legislação avançada no tocante aos direitos sociais e das minorias, seria apenas um indicativo, mas nada estaria garantido ou efetivado.

E muito disso se dava exatamente pelos espaços de poder institucionais no Brasil refletirem ainda mais composição oligárquica dos tempos pré-república. Havia pouca representatividade para o que de fato realçava a sociedade brasileira, seja étnico, social ou econômico. O racismo estrutural remanesceu, pois por mais que tenha ocorrido a abolição, a percepção escravagista permanecia no pensamento da classe dominante. O exemplo mais

⁵⁹⁷ BARROS, Celso Rocha de. **PT**, uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 320.

⁵⁹⁸ MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 344.

evidente disso fora exatamente a não inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos⁵⁹⁹ na totalidade dos direitos trabalhistas garantidos na Constituição Federal de 1988. Os espaços de subalternidade obedeciam a uma característica bem definida. Inclusive, esse traço foi percebido por Manoel Correia de Andrade, que faz um certo registro da situação pós-abolição no Nordeste o qual se perdura no tempo:

A Abolição, apesar de ter sido uma medida revolucionária, de vez que atingiu em cheio o direito de propriedade, negando indenização aos desapropriados, não tendo sido complementada por medidas que democratizassem o acesso à propriedade da terra, não provocou modificações substanciais nas estruturas existentes. As mesmas famílias, ou mesmo grupo dominantes continuaram a dirigir a economia da área açucareira, apenas substituindo o que em parte já haviam feito, o uso da mão de obra escrava pelo uso da mão de obra assalariada.⁶⁰⁰

Negros e negras, no país mais afrodescendente fora do continente africano, eram maioria nos espaços de serviços domésticos⁶⁰¹ e nos postos de trabalho de baixa instrução. As mulheres atendiam ainda a um padrão do lar, com pouca equidade no reconhecimento profissional e nas oportunidades de emprego, bem como nos espaços de poder político. Havia uma reserva de mercado ainda mais acentuada no ambiente acadêmico e em Poderes como o Judiciário⁶⁰² e Ministério Público⁶⁰³ do que após os dois primeiros governos Lula.

⁵⁹⁹ Somente após a Emenda Constitucional nº 72, promulgada em 02 de abril de 2013, que os trabalhadores e trabalhadoras domésticas conseguiram adimplir o limite da jornada de trabalho semanal, adicional noturno, remuneração por hora extra, recolhimento do FGTS, proteção contra demissão sem justa causa, reconhecimento de acordos coletivos, dentre outros. LIAZIBRA, Luiz Felipe. Especial: 10 anos depois da PEC, domésticas têm reconhecimento mas novos desafios se apresentam. **Rádiosenado**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 10 jun. 2023. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

⁶⁰⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. **Escravidão e Trabalho “Livre” no Nordeste Açucareiro**. Recife: ASA, 1985. p. 39-40.

⁶⁰¹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as mulheres ocupam 92% das vagas de trabalho doméstico no Brasil e 65% são negras. As trabalhadoras sem carteira assinada ganham 40% a menos do que as com carteira assinada. Além disso, 76% dessas profissionais não possuem carteira assinada, ou seja, numa proporção de 3 em cada 4 trabalhadoras domésticas. LIAZIBRA, loc. cit.

⁶⁰² Segundo o Perfil Sociodemográfico dos Magistrados, as mulheres representam 38% da magistratura brasileira. No tocante ao perfil étnico-racial, 18,1% se declaram negros (16,5% pardos e 1,6% pretos). Entre os que ingressaram entre 1991 – 2000 82% se classificam como brancos, reduzindo para 81% entre os que ingressaram entre 2001-2010 e 76% os quais adentraram a partir de 2011. CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros**. 2018. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a18da313c6fdcb6f364789672b64fcef_c948e694435a52768cbc00bda11979a3.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁰³ No concernente ao Ministério Público, 39% das mulheres e 61% dos homens. CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Cenários: reflexão, pesquisa e realidade**. 2018. Disponível em:

Todo esse panorama histórico, visto sob o privilégio do tempo, traz uma reflexão de que as condições reais impunham uma dificuldade de transformar a realidade. A análise pede um cuidado em não se considerar o fato de o então candidato Lula ter sido eleito em outubro de 2002 como suficiente para se atestar um ambiente favorável a mudanças. Na verdade, houve a junção da habilidade do Partido dos Trabalhadores em se adequar às regras da democracia liberal burguesa e de um ciclo de crise capitalista que acarretava recessão, desemprego e baixas de oportunidade no mercado de trabalho.

Segundo Fabio dos Santos,

o plano real apoiou-se em uma âncora cambial, em que a apreciação do real em relação ao dólar foi mantida às expensas dos altos juros vigentes entre 1994 e 1999. A valorização da moeda barateou as importações, o que impactou a produção nacional e ampliou os déficits comerciais. [...] A ampliação do domínio do capital internacional sobre a economia brasileira agravou a instabilidade estrutural do país, refletida nas tendências à desindustrialização, ao mesmo tempo em que se acentua a dependência da exportação primária para gerar os superávits fiscais, segundo a ortodoxia prevalente. A política de juros alto é antitética com o crescimento econômico, que depende cada vez mais de altas episódicas nos preços internacionais das matérias-primas exportadas pelo país, fenômeno sobre o qual não se tem qualquer controle. A certeza de que o governo de turno jamais cogitará mexer nesta estrutura é chamada de credibilidade, que as agências internacionais de rating se propõem mensurar. O resultado é um país chantageado, uma vez que a elevação do risco-país pode gerar uma fuga de capitais, colocando tudo a perder.⁶⁰⁴

O êxito na redução da inflação trazia para o grosso da população brasileira não a redenção final de um processo pronto e acabado, mas apenas o começo de uma reestruturação institucional no país que já não mais comungava de uma Constituição pouco efetiva e de direitos sociais em que não se sentia contemplado.

Esse, aliás, foi um ponto que contribuiu para o sucesso eleitoral do Partido dos Trabalhadores, pois de toda a coloração partidária vigente no país, seria essa a que mais empunhava com autenticidade e legitimidade tais bandeiras, desde os problemas fundiários, ambientais, moradia, trabalhistas, saúde, educação etc, devido à sua originalidade e formação advinda do movimento sindical, artistas, intelectuais e setores eclesiásticos progressistas.

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/20180622_CEN%C3%81RIOS_DE_G%C3%8ANERO_v.FINAL_2.pdf Acesso em: 16 jun. 2023. Em 2016 foi avaliado que o Ministério Público era composto por 70% de homens, 76% de pessoas brancas e 60% oriundos das classes altas. LEMGRUBER, Julita; RIBEIRO, Ludmila (Coords). **Ministério Público: Guardião da Democracia?** Centro de Estudos de Segurança Pública e Cidadania (CESec). Universidade Cândido Mendes, julho de 2016. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC_MinisterioPublico_Web.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁰⁴ SANTOS, Fabio Luís Barbosa dos. **Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. Editora Elefante, 2016. p. 33-34.

A partir do momento em que todos esses fatos e características do Partido dos Trabalhadores confluíram para o pragmatismo eleitoral, seria como quase a lei da gravidade a população se sentir atraída pelas suas propostas. A pequena burguesia, apesar de conservadora, se move por uma forte propensão econômica.

Os costumes pesam na escolha eleitoral da pequena burguesia, mas só passam a ser preponderantes e inegociáveis quando a economia não vai bem. Por possuírem uma atração e um comprovado encantamento pelos mais privilegiados e, por alguma forma, querer se sentir parte, os setores médios da sociedade brasileira, mesmo em governos que não necessariamente teriam uma pauta econômica do seu interesse, seguiam à vontade do baronato.

Ao avançar nessa camada da sociedade e em regiões até então flagrantemente comprometidas com o conservadorismo, como o Nordeste, o Partido dos Trabalhadores tornou-se um produto eleitoral bem-sucedido. Ocorre que o desafio, para além de vencer eleições, seria ainda maior: governar.

É óbvio que governar não é fácil em qualquer condição ou lugar, especialmente em se tratando de regime democrático. No entanto, em condições como as da América Latina e, mais precisamente do Brasil, esse desafio restaria ainda mais complexificado ante as suas características internas enquanto país e o que representava no tocante ao interesse internacional e às propensões imperialistas.

Para Fabiano Luís,

Existe uma correspondência entre o neodesenvolvimentismo como ideologia da política econômica das gestões presidenciais petistas e a noção de um regionalismo desenvolvimentista, ou pós – neoliberal, como ideologia da política externa praticada por estes governos. A função política em ambos os casos é estabelecer uma clivagem em relação às administrações precedentes, pretendendo diferenciar-se em relação à ortodoxia neoliberal, sem que este movimento corresponda a qualquer mudança substantiva – seja na política macroeconômica fundada pelo Plano Real, seja no projeto de integração regional, que tem como esteio as obras do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).⁶⁰⁵

Os dois primeiros governos de Lula, além de terem uma grande responsabilidade política interna, ascendiam com muita expectativa no cenário internacional por carregar ideias adormecidas desde a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética. Diferentemente de Lech Walesa⁶⁰⁶ na Polônia, o Partido dos Trabalhadores teria como firme

⁶⁰⁵ SANTOS, 2016, p. 67.

⁶⁰⁶ Sindicalista e dirigente do Sindicato Solidariedade na Polônia. Foi eleito presidente. ACKERMAN, Bruce. **Constituições revolucionárias: liderança carismática e Estado de Direito.** Trad.: Pedro Davoglio. São Paulo:

propósito não compactuar com o “peleguismo” e trair as necessidades e anseios da classe trabalhadora. O PT, aliás, segundo Márcia Regina Berbel, constituiria uma boa interlocução com esses setores da política europeia:

E, talvez mais importante, o PT não se definia quanto aos diversos socialismos reais’ que, já em 1980, apresentavam sinais de ferrugem. Esta indefinição permitia o apoio ao sindicato Solidariedade da Polônia, uma política amistosa com os partidos comunistas do Leste Europeu e de Cuba, assim como laços fraternais com os partidos socialistas ocidentais. No seu interior, diferentes setores expressavam filiações ideológicas mais próximas de uma ou outra perspectiva. [...] Longe de se dissociar da trajetória da esquerda brasileira, o PT abrigava, assim, toda a sua crise, inscritas nos dilemas do pensamento socialista contemporâneo. É esta a atualidade do partido e são estes os limites de sua ação.⁶⁰⁷

Em um mundo unipolar, afetado fortemente pelo imperialismo a reboque de guerras e dolarização da finança mundial, o cenário para o Partido dos Trabalhadores se apresentava como um cadafalso que qualquer pisada fora de lugar poderia comprometer por inteiro um projeto político e a expectativa de toda uma classe. O sucesso do governo Lula poderia representar um panorama e uma possibilidade de reeleitura pelo menos em alguns pontos, que foram muito suavizados pela social-democracia e marginalizados pelo comunismo e socialismo.

A classe trabalhadora e o movimento sindical, amordaçados no panorama mundial, poderiam após pouco mais de uma década, em um continente fortemente influenciado pelos interesses norte-americanos, reconstruir utopias e novamente empunhar bandeiras tidas como vencidas, como seria o caso das ideias socialistas. Em pleno apogeu neoliberal grassaria como esperançoso um governo ter um olhar mais sensível e prioritário aos mais necessitados.

As crises cíclicas do capitalismo no final da década de 90 e a que estaria por vir em 2008 demonstrariam que a agenda neoliberal tentaria se impor frente às necessidades cada vez mais prementes no combate à concentração de renda e à desigualdade social, por isso o movimento sindical, novamente, seria fundamental. Na visão de Alexandre Fortes,

Contracorrente, 2022. p. 378. Em alusão ao personagem político polonês, Celso Rocha de Barros narra o primeiro encontro com o então Lula: “[...] a primeira viagem internacional de Lula como líder político aconteceu em 1981. Ficou famosa pelo encontro com o sindicalista polônes Lech Valesa, que, na versão mais conhecido, o teria orientando a não se meter em política. José Alvaro Moisés, que acompanhou Lula em toda a viagem e testemunhou o encontro, conta outra história: Valesa teria só dito que na Polônia não era possível passar da luta sindical para a luta política por causa da repressão do Partido Comunista; Lula teria retrucado que no Brasil a luta sindical já havia nascido como uma luta contra a ditadura. BARROS, 2022, p. 65-66.

⁶⁰⁷ BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 137-138.

se o sindicalismo assegurava aos trabalhadores instrumentos para lutar pela efetivação de seus direitos ele, pelas limitações expostas, estava muito aquém de representar plenamente a dimensão e os potenciais colocados na nova configuração de classe. Por outro lado, sem estar imunes às tensões e contradições apontadas, outras cadeias de representação e canalização de demandas, de maior ou menor organicidade, se articulavam também no universo da participação partidária e eleitoral.⁶⁰⁸

Mais do que uma oportunidade, o governo Lula seria um ponto de resistência aos direitos sociais e um Estado forte faria frente às demagogias do discurso neoliberal a favor do mercado. A virtude do privado poderia ser contraditada e demonstrada a demagogia a serviço de compromissos ideológicos já conhecidos, em menor medida, desde os primórdios da Revolução Industrial.

A sociedade industrial, na estratégia de fazer prevalecer as ideias neoliberais, praticamente exigia uma padronização de modelo de governabilidade, fazia dos Estados uma S/A, alijando qualquer importância à soberania e aos direitos sociais. Contestar esse modelo seria atingir a tônica central de como o neoliberalismo se impunha ao mundo. Para Peters,

deste ponto de vista há uma diferença significativa entre o neoliberalismo e a estratégia de liberalização. Ao lado das diferenças históricas significativas nos contextos nos quais ambas as estratégias foram desenvolvidas e implementadas, a estratégia de liberalização é caracterizada por um reducionismo econômico e rudimentar, que não requer a violenta postura política que o neoliberalismo teve de adotar contra o totalitarismo, sustentando o autoritarismo. Para o neoliberalismo, o mercado é a principal instituição econômica e social, por meio da qual os indivíduos ajustam suas preferências de acordo com os sinais dos preços, a despeito das restrições nas informações disponíveis.⁶⁰⁹

O Partido dos Trabalhadores, nos dois primeiros governos Lula, ciente desse complexo cenário, tentaria adestrar o neoliberalismo, fomentar uma conciliação com o Estado e a inclusão dos pobres no orçamento representaria um alargamento na escala do consumo.

Dentro de uma construção individualista, pautada no modelo de sociedade neoliberal, esse acesso ao consumo passou a ser como um processo natural da dinâmica econômica, residindo, neste ponto, o choque com a classe dominante, pois esta, pautada no exclusivismo, de certa maneira, repelia a democratização do consumo por representar uma equiparação no status social.

O cálculo político nos dois primeiros Lula foi acertado, haja vista o alto índice de aprovação no final dos seus mandatos. No entanto, o indicativo do seu sucesso, pode,

⁶⁰⁸ FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 443.

⁶⁰⁹ PETERS, 1998, p. 352-354.

contraditoriamente, demonstrar o porquê de não conseguirem avançar em pautas emancipatórias para a classe trabalhadora.

Como diria Celso Furtado, o governo parecia conseguir “conciliar o processo de globalização com a criação de emprego, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos”.⁶¹⁰

Ao percorrer uma estratégia de governabilidade em que a opção foi a conciliação, automaticamente se negou uma condição posta da própria construção do Estado brasileiro. Por ser um país erigido no racismo, no escravagismo, no coronelismo, no patriarcado e no oligarquismo, restaria evidente que essas diferenças não seriam tão facilmente diluídas.

Para Mário Theodoro,

a sociedade desigual fez dos negros e dos pobres, mas principalmente dos negros pobres, o objeto de seus desprezo e aviltamento. Não precisa deles. Ao menos não tão perto. A sociedade desigual necessita visceralmente da apartação, do distanciamento entre os grupos. Esse é um dos motores de reprodução da desigualdade, é o que alimenta o medo e aprofunda a ausência e de solidariedade.⁶¹¹

O crescimento econômico, a circulação de dinheiro e a tentativa de uma melhor distribuição de renda trariam a falsa sensação de que os problemas estruturais do Estado brasileiro estariam resolvidos pela economia, o que restaria comprovado, tempos depois, que não. Aliás, o capitalismo tem por natural vocação segregar e não aglutinar, ingênuo se demonstra qualquer pensamento que duvide dessa condição *in natura* capitalista.

Os problemas estruturais do Estado brasileiro não seriam ou estariam simplesmente resolvidos com chegada do Partido dos Trabalhadores e o seu principal personagem, Luiz Inácio Lula da Silva, na presidência da República. Essa vitória eleitoral foi mais uma circunstância de uma quadra histórica marcada pela total saturação dos efeitos do neoliberalismo do que um convencimento de considerável parcela da sociedade em resolver os problemas estruturais brasileiros.

E o equívoco ou a não exata leitura do que representou essa vitória eleitoral influenciou como o governo Lula, em seus dois primeiros mandatos, iria lidar com velhos problemas da vida política e institucional brasileira. Fazer a economia crescer não é o suficiente para formar uma nova compreensão de sociedade e fazer esvaír uma cultura de dominação frente às classes sociais.

⁶¹⁰ FURTADO, 1999, p. 39.

⁶¹¹ THEODORO, Márcio. **A sociedade desigual**: Racismo e branquitude na formação do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 275-276.

Em análise da imbricada necessidade de crescimento econômico, porém com um forte tensionamento entre classes sociais, interessante análise traz Fernando Henrique Cardoso:

Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para se expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. Para assegurar a expansão econômica e tentar o controle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia no futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro.⁶¹²

Além dos aspectos globais, em que o neoliberalismo assume uma releitura de determinados papéis já vistos pelo mecanismo da colonização, internamente, o Brasil, por mais que estivesse sob a égide uma constituição democrática, não significava que os arroubos autoritários teriam sido extirpados.

Os espaços de poder no Brasil continuavam a obedecer a uma lógica, mesmo em 2003, refratárias a mudanças em sua composição de privilégios. O Partido dos Trabalhadores era visto como uma engenharia fora dos padrões do *establishment* nacional. Ter uma liderança oriunda do movimento sindical, em um país penoso em reconhecer direitos trabalhistas e sociais como um todo, trafegava com uma alta demanda de preconceito na burguesia nacional.

Ter como presidente da República alguém que carregasse o estereótipo de que as classes dominantes e dirigentes negavam reconhecimento e direito de espaço seria oficializar a contragosto a necessidade de dialogar com um Brasil pouco afeito e realmente se encontrar com os seus reais problemas.

E para isso não acontecer, a classe dominante apostava nos freios e contrapesos políticos da democracia liberal burguesa. Diferentemente do período em que o Estado de Bem-Estar Social servia como principal baliza dos governos democráticos ocidentais, com o neoliberalismo a democracia e qualquer sensibilidade social restariam mais esvaziadas de importância.

Não à toa o Estado de Bem-Estar Social permitiu em outros países a chegada de agremiações partidárias e partidos políticos, como foi o caso da Polônia de Lech Walesa, no mesmo perfil do presidente Lula.⁶¹³ Isso se deu exatamente em um momento político em que,

⁶¹² CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964. p. 186.

⁶¹³ Segundo Bruce Ackerman: “O caso polonês é de especial interesse, já que a maioria das transições do Leste Europeu foram lideradas por elites políticas provenientes de pequenos grupos dissidentes que não eram apoiados por movimentos de massa organizados. Em contraste, o Solidariedade foi uma das maiores

por mais que o neoliberalismo despontasse, os valores aos direitos sociais ainda se encontravam em efervescência pela lembrança pesada dos regimes totalitários do século XX.

Já deslocado desse marco temporal mais efervescente do Estado de Bem-Estar Social, o presidente Lula chega ao poder em 2023 com o neoliberalismo cobrando um alto pedágio aos Estados não convencidos em encampar as ideias neoliberais. O PT era exatamente uma das agremiações partidárias que se colocava como uma voz de discordância ao predomínio da ideologia do empreendedor de si mesmo.

O PT construiu um sólido caminho de representação da classe trabalhadora, demonstrando compromisso e apoio aos direitos sociais emanados da Constituição Cidadã de 1988. Assim, cumpriu um papel histórico similar ao dos socialistas europeus no tocante a aprofundar, generalizar e sedimentar os atributos e dimensões fundamentais da igualdade. Constitui-se como um partido adepto da participação, em constante crescimento exatamente por manter um forte vínculo com as forças sociais vivas.⁶¹⁴

O governo Lula teria uma complexa operação política a executar, continuar a fazer parte desse mercado global, ou seja, neoliberal, mas sem prescindir das suas bandeiras por justiça social e uma economia mais inclusiva. Além das dificuldades inerentes ao próprio ambiente político, era necessário se utilizar de uma linguagem vista como *démodé*, atrairia antipatia no cenário internacional e apreensão no mercado.

Apesar de todo esse controverso cenário, a chegada de Lula à presidência da República se cercava de expectativas. Fundador do que é considerado o maior partido político de esquerda da América Latina, com relações estabelecidas mundo afora enquanto dirigente sindical, os sindicatos analisavam que a chegada do PT ao poder em um país de relevo como o Brasil poderia ser um ponto de inflexão e o começo de um maior reequilíbrio na correlação de força em algo que há muito estava terrivelmente desproporcional para classe trabalhadora: a luta de classes.

Para compreender o fenômeno e os efeitos da luta de classes em um país com as complexidades de formação política como o Brasil, e até o que desencadeou o Partido dos Trabalhadores, Florestan Fernandes se faz sempre atual na compreensão de todo esse processo:

mobilizações revolucionárias de todos os tempos – e estava profundamente comprometido com o constitucionalismo e a proteção dos direitos fundamentais. [...] Como Mandela, Nehru e De Gasperi, Walesa era proveniente de um lugar diferente na ordem social. Esses outros líderes revolucionários eram membros da elite educada que rejeitaram posições confortáveis para aderir à insurgência. Walesa era um outsider, tanto social quanto politicamente, como trabalhador perseguido, ele personificava de forma única o caráter revolucionário das demandas do Solidariedade. Aqui estava um trabalhador liderando um sindicato de trabalhadores contra o Estado dos Trabalhadores.” ACKERMAN, 2022, p. 382.

⁶¹⁴ SINGER, 2012, p. 91.

A sociedade de classes dependente e subdesenvolvida reflete uma dinâmica e uma história bem diversas. Como se pode exemplificar com o Brasil, no decorrer desta última metade de século, as classes e os estratos de classe burgueses se viram compelidos a enfrentar pressões favoráveis e contrárias à ordem social estabelecida: algumas, nascidas dentro dos setores burgueses ou, pelo menos, manipuladas por eles; outras, de origem especificamente operária ou de cunho ‘popular’. O quadro com que deparamos constitui o reflexo invertido do que acabamos de descrever. As ‘pressões de dentro da ordem’, com frequência incentivadas ou radicalizadas pelos setores intermediários e até pela alta burguesia urbana, eclodiram em um clima histórico negativo. O grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das classes e dos estratos de classes burgueses não era suficientemente alto e complexo para engendrar qualquer modalidade de consenso burguês médio de tipo democrático.⁶¹⁵

A luta de classes em tempos neoliberais foi asfixiada pelo discurso de que haveria uma compreensão única entre patrões e empregados, já que as ideias socialistas foram ultrapassadas com a queda do Muro de Berlim. Somam-se a isso a desconstrução da ideia de pertencimento de classe e a necessidade da utopia coletiva. Com o individualismo como o novo parâmetro de construção de sociedade, ter um espaço de poder político ocupado por quem questiona a nova ordem posta reacende a possibilidade de novamente influenciar na narrativa histórica da sociedade industrial capitalista.

Até porque se na própria sociedade industrial capitalista se deu, por mais que tenha sido uma experiência reduzida a poucos países, houve o fomento do Estado de Bem-Estar Social. Portanto, poderia ser a partir de um governo da América Latina, região tão desigual do globo terrestre, uma nova diáspora que fosse colocar novamente as ideias socialistas no caminho do real, afastando-se apenas do utópico.

Esse, porém, seria um dos principais problemas logo de saída do Governo Lula, controlar a expectativa e não gerar um sentimento de frustração por algumas medidas adotadas que pudessem aparentar uma frouxidão ou até descompromisso com as pautas da classe trabalhadora. Após a queda do Muro de Berlim, não seria exagero afirmar que a ascensão do PT ao poder político no Brasil seria um dos fatos mais representativos para a esquerda mundial.

Após uma década de 90⁶¹⁶ praticamente dominada pelas ideias neoliberais, ter, logo no começo do século XXI, a chegada ao poder político em um país de relevo internacional um

⁶¹⁵ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editoria; São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 402-403.

⁶¹⁶ Segundo Jessé Souza: A década de 1990, no Brasil, é marcada pela consolidação do capitalismo financeiro – que na década anterior iniciara seu arranque global a partir dos Estados Unidos e da Inglaterra. O capitalismo financeiro não é apenas uma nova forma de acumulação capitalista. Para que essa nova forma de acumulação se impusesse, implicando aumento exponencial da desigualdade social em todo lugar, foi necessário um gigantesco esforço combinado no sentido de mudar toda a concepção de mundo até então vigente, que partir

partido que poderia ser peça importante no contraponto hegemônico econômico dos últimos anos poderia servir para surgir uma reação em cadeia e inspirar outras regiões mundo afora, sem contar o ânimo que poderia trazer ao movimento sindical, tão combatido pelo neoliberalismo.

E, de certa maneira, foi o que aconteceu. Após a chegada de Lula ao poder, outros países da América Latina elegeram representantes progressistas, o que ficou conhecido como onda vermelha no continente latino-americano. Tal momento político, em sintonia no continente latino-americano, poderia também se explicar pelo reflexo muito similar de forma estendida a todos esses países de como a dominação burguesa refletia a situação comum das classes privilegiadas ante a necessária prioridade da democratização, da modernização ou do nacionalismo econômico de algum setor da burguesia mais avançada.⁶¹⁷

O fato é que, no contexto interno, algo inusitado ocorreu. Mesmo com a estabilização da moeda brasileira e o controle da inflação, o salário mínimo só passou a ter um aumento de ganho real a partir do governo Lula.⁶¹⁸ No entanto, essa política de valorização do salário mínimo, ao invés de ser percebida pela classe trabalhadora como uma política governamental, já foi absorvida pelo senso neoliberal como se fosse uma questão individual meritocrática.

E essa situação é muito sintomática, pois explicará mais adiante a reação não proporcional da classe trabalhadora em defender o governo Dilma contra o golpe perpetrado em 2016. O aumento anual do salário e como consequência a ampliação do poder de compra, já sob efeito neoliberal, ilustrava essa conquista sob o plano individual, relativizando a importância da seara política.⁶¹⁹

de 1945, era alicerçada num compromisso de classes que implicava a participação dos trabalhadores nos ganhos da produtividade. SOUZA, 2018, p. 147.

⁶¹⁷ FERNANDES, 2020, p. 323.

⁶¹⁸ Segundo Fabiano Luis Barbosa dos Santos, “é preciso reconhecer que a política de recuperação do valor do valor salário mínimo é anterior ao ciclo petista, durante os oito anos de FHC, entre 1994 e 2002, houve uma recuperação de 42% no valor real do salário mínimo, enquanto que, entre 2003 e 2014, a valorização registrada foi de 76.5%. SANTOS, 2016, p. 71; KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; SANTOS, Anselmo Luis dos. **“A recente política de valorização do salário mínimo no Brasil”**. Texto no prelo, nov.de 2015.

⁶¹⁹ No entanto, esse não seria o único motivo, outros fatores político-econômicos atuaram nesse processo de fragilização de apoio à institucionalidade política do Governo Dilma. Segundo Miguel Bruno: “Um breve período de recuperação do poder aquisitivo dos salários, apesar dos fracos ganhos de produtividade do trabalho, não se mostrou suficiente para superar no caráter concorrencial – flexível das relações de emprego no Brasil. O contingente de trabalhadores precarizados e informais atinge mais de 40% da ocupação total. Os estudos acerca da formação do mercado de trabalho reconhecem os condicionamentos impostos por mais de quatrocentos anos de latifúndio e de trabalho escravo no Brasil. O processo de institucionalização da relação salarial se deu, em certa medida, precocemente, porém incompleto. Até o início do governo do PT, praticamente metade das relações de emprego encontrava-se fora da legislação trabalhista e previdenciária. Acrescenta-se os efeitos de um sistema tributário regressivo que onera proporcionalmente mais os rendimentos do trabalho do que os do capital e tem-se um dos principais fatores de reprodução das desigualdades de renda. Consoante ressaltamos acima, obteve-se a melhoria da distribuição funcional da

Essa seria uma das imbricações do governo Lula. As suas atitudes e suas políticas de governo não ecoavam como uma linha demarcatória com o neoliberalismo, mas sim como se fossem alinhadas. O aumento da capacidade de consumo, exatamente pela valorização salarial, deveria ser apontado como uma tentativa de fortalecer o Estado de Bem-Estar Social, seria controlado pela cadeia ideológica neoliberal.

O governo Lula, por essa conjuntura global hostil, tentaria compensar com políticas sociais a falta de ambiente externo para impor uma política econômica à margem do neoliberalismo. Em uma economia globalizada se tornaria impossível não ser influenciado ou direcionado pelo culto do individualismo e do desprezo com a legislação trabalhista.

A valorização do salário no Brasil, por exemplo, em um governo trabalhista poderia reacender a importância da dignidade da classe trabalhadora e não simplesmente servir de plataforma para o neoliberalismo enviesar o debate pela virtude do consumo, transgredindo o principal aspecto que de fato norteia a valorização salarial e a sua imbricação com os direitos humanos.

É importante esse recorte, porque o panorama que se vive nas relações trabalhistas mundo afora são exatamente os efeitos da globalização, de procurar legislações mais frouxas para exatamente aumentar a produtividade em países de mão obra barata e seguir um fluxo de alienação em que o ser humano seja cada vez mais descartável, característica tão peculiar da divisão do trabalho introduzida pelo capitalismo à noção de trabalho.

Aliás, sobre a divisão do trabalho tipicamente capitalista, Geraldo Augusto Pinto traz importante consideração:

Nem a hierarquia nem a divisão do trabalho nasceram com o capitalismo. A divisão social do trabalho, a especialização das tarefas é uma característica de todas as sociedades complexas e não um traço particular das sociedades industrializadas ou economicamente evoluídas; basta pensar na divisão do trabalho em castas e na hierarquia que a acompanha, na sociedade tradicional hindu. A divisão técnica do trabalho, tampouco, é exclusiva do capitalismo ou da indústria moderna. [...] Mas, como já dissemos, o artesão membro de uma guilda controlava o produto e o processo de produção. O que devemos esclarecer é porque a divisão do trabalho de tipo corporativo sucumbiu à divisão do trabalho do tipo capitalista, na qual a tarefa do

renda em favor dos salários graças às políticas sociais redistributivas, no entanto interrompida a partir do início da queda da taxa de lucro empresarial, decorrente dos desdobramentos da crise americana e do fim do boom dos preços internacionais das commodities. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, as medidas que concorrem para a degradação da relação salarial brasileira se intensificam com a aprovação, ‘toque de caixa’, das reformas trabalhista e da terceirização irrestrita. Ambas aumentam a flexibilidade quantitativa e salarial e promovem a precarização das relações de emprego. BRUNO, Miguel. Os Governos Dilma Rousseff: Da “Nova Matriz Macroeconômica” ao Golpe de 2016. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.cap. 18. p. 525-526.

trabalhador tornou-se tão especializada e parcelada, que ele não tinha praticamente mais produto para vender, e, em consequência, devia submeter-se ao capitalista para combinar seu trabalho com o dos outros operários e fazer, do conjunto, um produto mercantil.⁶²⁰

6.2 O governo Lula: do ungido a resistir ao neoliberalismo, à subserviência e aceitação da lógica econômica mundial

O Brasil, pelas suas características internas, torna-se altamente atrativo para a lógica neoliberal. Um país populoso e de farta mão de obra precarizada. A Consolidação das Leis Trabalhista, criada ainda na ideia do Estado Bem-Estar Social, é alvo de acusações por parte do mercado privado de está ultrapassada e não mais servir ao interesse das relações laborais.

No entanto, o que se denomina ultrapassada é exatamente uma tentativa de deslegitimar o Estado de Bem-Estar Social e se fazer avançar o neoliberalismo. A eleição de um governo trabalhista, no bojo da expansão e consolidação das ideias neoliberais, trouxe a possibilidade de se fazer um enfretamento até então impensável na fase em que se encontrava a democracia liberal burguesa.

O resultado ruim das políticas neoliberais, no final da década da 90, nos países da América Latina, fez com que se abrisse eleitoralmente uma oportunidade para forças progressistas apresentarem uma ofensiva ao desmantelamento das políticas do Estado de Bem-Estar Social.

Entretanto, por mais que o sucesso nas urnas pudesse indicar um rechaço ao neoliberalismo, a captura ideológica já disseminada fazia a perda de direitos trabalhistas ser percebida como uma necessidade das novas relações de emprego e não mais como uma afronta, como fora há cento e cinquenta anos, no início da Revolução Industrial, em benefício lucro.

O Brasil sentia os impactos da política neoliberal, como a expansão e a consolidação da financeirização do capital que invariavelmente já com o fim do regime soviético e o mundo em configuração unipolar, colocavam-se em desafio na governabilidade de um governo comprometido com a classe trabalhadora. Dentro da democracia liberal burguesa os limites de mudança, até pela natureza da própria ideologia dominante, o neoliberalismo, dificultaria um aprofundamento das pautas sociais com a população.⁶²¹

⁶²⁰ PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX**: Taylorismo, fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 43.

⁶²¹ Maria Clara Bernardes Pereira e Tieta Bitu fazem importante consideração acerca do impacto neoliberal na compreensão crítica das relações de trabalho na vida humana: “Hoje, além de se estabelecer uma relação de troca entre indivíduo e empresa, existe um modelo de relação que deve lucrar, estabelecer uma relação de

Essa dificuldade se daria exatamente pelo fato de o neoliberalismo tratar a desigualdade como uma questão de segurança pública e não econômica. Ao trazer esse enfoque, tentava não assumir que os caminhos de escolha de qualquer construção de sociedade seria uma opção dos indivíduos e não um destino, como se fosse um fenômeno natural. A tentativa de naturalização da pobreza seria a tentativa ideológica de manter a diferença entre classes.⁶²²

Ao neoliberalismo, simplesmente condicionar a violência como principal consequência da desigualdade estimula as classes mais abastadas a propagar a política da exclusão e justificar a sua política de muros como um problema policial em que o social não é o principal. Não percebem que o tamanho dos muros não eliminará o problema.

Aliás, a indústria da violência também é consumida como entretenimento na ideologia neoliberal exatamente para não apenas normalizar como mais um produto em que se depende da iniciativa privada, mas para relativizar a ideia de luta de classes entre dominantes e dominados e criar a concepção entre pessoas boas e más. Essa divagação do neoliberalismo captura a subjetividade humana em uma percepção a qual invisibiliza os efeitos econômicos criados.

Não é por acaso que a tônica dessa maquete neoliberal se coloca mais desenvergonhada em países denominados como periféricos, pois, além das desigualdades serem mais estridentes, há pouca autonomia na condução da política econômica, a fim de servir aos interesses de uma visão imperialista e ainda colonizadora.

O pacote neoliberal, para esses países considerados periféricos, praticamente impõe uma ortodoxia que afeta inclusive a sua soberania. E a população minoritária, possuidora do acesso aos bens materiais, é tocada pelo germe do exclusivismo, em que a luta de classes já

investimento em si mesmo como se fosse um empreendimento, não mais como um empregado ou uma empregada que visa o auto enriquecimento. E há, também, a implementação da falsa concepção de que a sobrecarga de trabalho é essencial à vida humana.” PEREIRA, Maria Clara Bernardes; BITU, Tieta Tenório de Andrade. A Relação do Direito do Trabalho com as Teorias Organizacionais: Uma Análise Sobre a Formação do Sujeito Neoliberal nas Novas Modalidades de Trabalho. In: MELO FILHO, Hugo Cavalcanti *et al.* (Orgs.). **Direito do Trabalho**: valorização e dignidade do trabalhador no século XXI: estudo em homenagem a Ana Maria Schuler Gomes e Patrícia Maria Carvalho Valença (in memoriam). Belo Horizonte: APDT Academia: RTM, 2022. p. 369.

⁶²² O Poder Judiciário, dentro da democracia liberal burguesa, inequivocamente, principalmente no bojo do neoliberalismo, por seu acesso não ser sufragado, faz esse papel de controle e privilégio social. Segundo Hugo Melo Filho: “[...] o aparato judicial vai impondo a ideologia que aparece unificada em torno dos interesses essenciais da classe dominante, sobretudo para assegurar a sua hegemonia, por meio das relações de produção e do conjunto das relações sociais. Infraestrutura sobre a qual se edifica o Estado e o Direito e as ideologias encarregadas de fazer com que a formação social seja capaz de reproduzir continuamente as suas condições de existência. MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. **Direito, Judiciário Trabalhista e Aparelhos de Estado. Justificando**, São Paulo, 29 de set. 2020. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/direito-judiciario-trabalhista-e-aparelhos-de-estado/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

foi abduzida não por percepção de controle econômico, mas numa diferenciação social que parece existir duas espécies humanas.

Essa é talvez a maior cisão entre o liberalismo e o neoliberalismo. Se aquele percebe a correlação política entre a compreensão de luta de classes pelo viés econômico, este aprofunda as diferenças humanas a tal ponto que se cria e estimula uma invisibilidade por parte de quem ocupa o patamar da pobreza, de que quanto mais pobre, mais será subjugado não apenas pela economia, mas pelo próprio sentimento de se sentir culpado pela própria miséria.⁶²³

O capitalismo, há tanto potencializado no pós-Revolução Industrial, no neoliberalismo já não mais se importa em estabelecer uma luta de classes que se imponha pelo aspecto econômico. A partir do momento que uma ideologia não dialoga com qualquer tipo ou condição de direito social, significa renegar indivíduos a um objetificação que facilita a transição para uma financeirização em que o acúmulo da riqueza passa a depender menos do trabalho humano.

Há um paradoxo no neoliberalismo que se faz perceber o porquê, mesmo já se dominando a tecnologia em larga escala e a financeirização se colocando na proa da economia, ainda haverá a necessidade de condições de trabalho precarizadas e cada vez mais análogas ao que se poderia chamar de escravidão.

O acúmulo de riqueza por meio da financeirização advém exatamente de países que detêm o domínio tecnológico industrial e transformam os países periféricos em uma mão de obra que, quando não ocorre nesses colchões de pobreza nos seus países de origem, migram para os centros desenvolvidos para ocupar os postos de trabalho tão precarizados quanto os dos seus lugares de origem.

E a aceitação e normalização por esses trabalhadores e trabalhadoras se dá exatamente por serem capturados pela redoma do capitalismo e o acesso aos bens materiais, moedas

⁶²³ Elma Alvater menciona que: “A escolha de conceitos dos liberais, neoliberais e neoconservadores é a consequência de uma aproximação, fundamentalmente distinta dos enfoques até agora esboçados, com a análise da sociedade capitalista moderna. A economia é interpretada como uma atividade racional, na qual decisões econômicas de produtores e consumidores em regra obedecem ao princípio da maximização dos benefícios. A regra do enriquecimento é formulada em termos matemáticos. A finalidade é a otimização do portfólio, que pode ser formado por diversos capitais (capital monetário, capital de investimentos, capital humano, capital real etc.). Todas as ‘espécies de capitais’ são comparáveis e intercambiáveis. O fetichismo é total, uma vez que a subsunção ao conceito de capital não conduz ao discurso de uma sociedade capitalista. A sociedade desaparece nos cálculos de otimização de portfólios na área privada. O espaço dos discursos sociais é estreitado à racionalidade do cálculo do capital à medida que a crítica ao capitalismo é reprimida. Somente no mercado os interesses econômicos privados se encontram e são balanceados. O ponto de partida da análise não é a sociedade, mas o indivíduo, que decide racionalmente e maximiza seus benefícios de acordo com seus interesses. ALVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Trad.: Peter Naumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 77.

valorizadas as quais possibilitam o consumo da sobrevivência. O trabalho se coloca às vezes tão ou mais pesado quanto nos seus países de origem, porém toda essa condição é forçosamente relativizada pela imposição neoliberal da precarização das condições humanas.

Tanto que boa parte dessas pessoas tenta entrar ou emigrar dos países de origem pelo caminho da ilegalidade para os países tidos como desenvolvidos. Isso se torna um dos maiores paradoxos do século XXI, pois, após cento e cinquenta anos de Revolução Industrial, o ser humano é obrigado a prescindir da dignidade em busca da sobrevivência. Ante todo esse cenário, Antonio Gramsci analisava e vaticinava:

[...] é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da ‘coerção’, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de um melhor padrão de vida, ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energias musculares e nervosas.⁶²⁴

Talvez esse seja o grande dilema do capitalismo, aprofundado pelo neoliberalismo, a incompatibilidade criada entre dignidade e sobrevivência. Ter uma vida digna significa ocupar uma classe social, muitas vezes ser de etnia branca, atender a requisitos que não bastam apenas o existir. O modelo neoliberal de sociedade é mais do que uma construção de sociedade em que há possibilidade de indivíduos econômicos coabitarem linhas tênues de espaços sociais.

O Estado de Bem-Estar Social, aliás, foi exatamente uma tentativa desta possibilidade: diferenças sociais que o liberalismo buscou suavizar para conter as fraturas capitalistas que expunham as fragilidades de um sistema que abria a sua guarda para contestações com retoques de revolução. No período que ficou conhecido como os “Trinta anos gloriosos⁶²⁵”, Husson assinalava:

A Segunda Guerra Mundial representou [...] uma ruptura sem precedentes na história. Durante o período de reconstrução no imediato pós-guerra, a produtividade alcançou somas correspondentes ao grau de destruição do aparelho produtivo. A progressão da produtividade não se mantém nesses patamares recorde, mas se estabiliza a um nível sem precedente, mais de 5% ao ano. Estes ‘Trinta Gloriosos’⁶²⁶ (1946-1974) representaram um

⁶²⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, t. 4. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 275.

⁶²⁵ PIKETTY, 2014, p. 100.

⁶²⁶ Ricardo Festi faz importantes considerações acerca desse período: “O fato é que os ‘Trinta Gloriosos’ foram um período excepcional na história do capitalismo (e da humanidade), principalmente em seus países centrais, pois foi possível combinar ali um incrível crescimento da produtividade do trabalho com um

prodigioso salto adiante, pois a produtividade agora é multiplicada por 4,7%, enquanto entre 1896 e 1939 ela só havia dobrado!⁶²⁷

O neoliberalismo, inclusive, foi uma revolução às avessas do capitalismo. Um contragolpe para impor uma agenda capitalista sem qualquer freio ou receio de dividir a riqueza com quem a produz. Na verdade, essa é a essência neoliberal, conter qualquer agenda que compatibilize crescimento econômico com progresso social.

Porque esse progresso social é visto como um custo que pode ser utilizado e manuseado pela total tomada do Estado e o seu controle à mercê da iniciativa privada, colapsando agendas inclusivas e fraturando ainda mais as condições de se desenvolver uma pauta em que as diferenças sociais não seja tratada como um produto, em que a elevação de muros se mostra como solução.

Nesse cenário qualquer projeto político a se sublevar e tentar suavizar os efeitos neoliberais seria uma ofensiva contra toda uma ordem que se colocava como hegemônica. Não havia interesse em reeditar a política do Estado de Bem-Estar Social. A ausência de um contraponto político e bélico ao capitalismo fazia do mundo um campo uníssono em ecoar apenas uma vontade como quase uma identidade absoluta a ser demonstrada pelos fatos históricos.

Elma Altvater lança uma crítica oportuna dessa quadra histórica:

A vitória na Guerra Fria no fim dos anos 1980 e a fraqueza do movimento operário diante da pressão da concorrência global levaram as classes dominantes nas sociedades capitalistas a pospor na sua agenda política a integração das massas no Estado de Bem-Estar Social, para reduzir os custos sociais da produção. Na sua corrida por rendimentos elevados, as elites neoliberais tendem a ver no Estado de Bem-Estar Social um obstáculo, um sinal de uma época passada de ‘calcificações’. É certo que eles também desejam a paz social, da qual necessitam para a apropriação da produção a mais, gerada em escala mundial; mas para realizá-la, estão cada vez menos

crescimento progressivo dos salários reais e da rentabilidade do capital. Mas isso só se tornou viável graças a uma série de particularidades históricas presente nesses países, como foi o caso da transformação da demografia e do êxodo rural, da urbanização e da industrialização. Em consequência, houve um aumento do conjunto da economia dos países envolvidos e uma capacidade maior de arrecadação dos Estados, o que permitiu a constituição do Estado de bem estar social. Isso resultou, por sua vez, numa melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, sobretudo da classe trabalhadora fordista, e na consolidação de uma sociedade consumista que passou a ter novas exigências materiais e imateriais – como o entretenimento e o lazer, por exemplo.” FESTI, Ricardo. **As origens da sociologia do trabalho**: percursos cruzados entre Brasil e França. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 37.

⁶²⁷ No original: “la Seconde Guerre mondiale a représenté [...] une rupture sans précédent dans l'histoire, Pendant la période de reconstruction dans l'immédiat après-guerre, la productivité a atteint des sommes correspondant au degré de destruction de l'appareil productif. La progression de la productivité ne reste pas à ces niveaux records, mais se stabilise à un niveau sans précédent, supérieur à 5 % par an. Ces « Trente glorieuses » (1946-1974) représentent un bond prodigieux puisque la productivité est désormais multipliée par 4,7 % alors qu'entre 1896 et 1939 elle n'avait que doublé!” HUSSON, Michel. **Productivité, emploi et structures de l'appareil productif**: une comparaison Internationale. Nois-le-Grand: Ires, 1996. p. 10.

dispostos a assumir os custos dos benefícios do Estado de Bem-Estar Social. O desmonte desses benefícios depois do fim do socialismo real existente e sob a pressão da concorrência global resultou em uma perda da força associativa não apenas política, mas também econômica.⁶²⁸

Esses aspectos demonstram o contorno histórico no qual estava inserida a chegada do presidente Lula à presidência da República em 2003. Compreender o seu governo exigiria uma reflexão geopolítica internacional⁶²⁹ que, a ignorar essas condições, estaria a impossibilitar qualquer análise de veracidade dos fatos da época. A sua vitória eleitoral se desdobrou em uma tentativa de mudança de regras dentro da democracia liberal burguesa.

Fazer com que em plena hegemonia neoliberal se aceitasse, em um país tido como periférico, uma tentativa de implementação de política do Estado de Bem-Estar Social em tempos de uma economia globalizada seria contraverter a ordem e tentar fazer de um dos principais pontos de apoio do neoliberalismo na América Latina uma perigosa reversão ao que, a partir do final da década de 70 do século passado, os teóricos neoliberais tentariam enterrar.

E o próprio personagem, aliás, seria alguém surgido exatamente nesse avanço neoliberal e que nasceria como uma liderança do movimento sindical, no chão de fábrica tão caracterizador dos modos de produção durante o século XX. O panorama político à época vivenciava a ditadura militar e no começo da década de 70 o então denominado “milagre brasileiro”⁶³⁰, termo denominado para alcunhar o plano econômico que fez o Brasil atingir um considerável crescimento econômico anual, foi surrupiado pela grave crise do Petróleo de 1973.⁶³¹

⁶²⁸ ALVATER, 2010, p. 107.

⁶²⁹ Por se tratar de um país cravado na América Latina e por sua importância continental, a política internacional brasileira exigiria atenção ao imperialismo norte-americano. Na visão de Brzezinski: “Na supremacia global da América é possível reconhecer de alguma maneira os traços dos antigos impérios [em particular ‘do romano’], apesar de que a sua extensão fosse certamente mais reduzida. Aqueles impérios instituíam o seu poder com uma ordem hierárquica constituída por vassalos, protetorados eram considerados bárbaros. Por mais anacrônica que possa parecer, esta terminologia se destina muito bem a alguns Estados que atualmente gravitam na órbita americana. BRZEZINSKI, Zbigniew K. **La grande scacchiera** (O grande tabuleiro de xadrez). Edição original: 1997. Milão: Longanesi, 1998. p. 19-20.

⁶³⁰ Termo utilizado para caracterizar altas taxas de crescimento econômico entre os anos de 1968 à 1973. Interessante estudo para compreender o fenômeno fez Paul Singer. SINGER, Paul I. **“O Milagre Brasileiro”**: causas e consequências. São Paulo: CEBRAP, 1972. n.p. (Cadernos Cebrap, 6).

⁶³¹ Para Maria da Conceição Tavares e José Serra, “a tendência à crise de realização, inerente a qualquer sistema capitalista, adquire características mais dramáticas e específicas nos sistemas dependentes subdesenvolvidos, como o brasileiro. Essas características estão relacionadas com a necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma da assinação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas, por sua vez, pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho. As economias latino-americanas e especialmente a brasileira ‘queimaram’, historicamente, de modo cada vez mais rápido as etapas de expansão, induzidas pelo comportamento de seus setores dinâmicos, integrados de forma dependente ao esquema de divisão condições de maior ou menor geração de bases internas de auto-sustentação do processo de expansão, do fato de que nossas economias, ao serem incapazes

Algumas questões valem a pena serem suscitadas porque guarnecem inclusive de certa curiosidade. Por mais que a ditadura militar fizesse parte do então chamado projeto das ditaduras latino-americanas do “Cone Sul”⁶³², no caso da brasileira, diferentemente da chilena⁶³³, por exemplo, houve uma visão nacionalista da estratégia do desenvolvimento econômico no país.

Além disso, legislações sociais como a trabalhista, no período da Ditadura Militar, foram alteradas e abalaram a essência protecionista da Consolidação das Leis Trabalhistas, como foi a extinção da estabilidade por tempo de serviço prestado e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não perderam a sua essência protecionista.⁶³⁴ José Martins Catharins percebia que essas modificações traziam “o direito de o empregador despedir válida e arbitrariamente, mesmo sem causa alguma.”⁶³⁵

Já seguidor da ideologia neoliberal, o governo militar aventava a ideia de uma legislação modernizadora, no intuito de garantir o ingresso da sociedade brasileira no sistema

de gerar e controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico, passam a ter possibilidades muito limitadas de integrar-se no mercado internacional. Isto conjugado com a impossibilidade de geração interna da modernização, encurta os períodos em que se torna necessário reorientar – e cada vez mais intensamente – o excedente intercambiável (uma eventual integração maior no mercado internacional permitiria a suavização das transformações, já que o mercado externo aumentaria o raio de manobra do processo econômico interno). A reorientação, às vezes drástica, da atividade econômica só seria possível mediante alterações periódicas e intensas no esquema de concentração da renda e do produto, de maneira e ajustar-se aos novos esquemas de assinação de recursos. Tal situação implica que cada vez que se entre numa nova etapa de desenvolvimento capitalista necessita-se de uma reorganização dos mecanismos de poder – desde os instrumentos de controle estatal e novas formas de solidariedade com os agentes do capitalismo internacional até o plano das alianças de classe. TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 155-207. p. 205-206.

⁶³² Termo utilizado para identificar os países da América do Sul, Argentina, Chile, Brasil e Paraguai, que atuaram em cooperação na denominada “Operação Condor”, nas ditaduras desses países. Também fizeram parte Bolívia, Equador e Peru. RODRIGUES, Samir Alves. **A Grande Operação Condor: Inteligência e Espionagem no Cone Sul**. Belo Horizonte, 2019. p. 20.

⁶³³ Segundo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, “na ditadura chilena houve condições internas para uma ‘ajuda externa’ eficaz aos grupos desestabilizadores, e o cerco econômico-financeiro internacional foi implementado rápida e eficientemente”. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio sociológico** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 201.

⁶³⁴ Sobre o tópico, anota Victor Emanuel Bertoldo Teixeira: “Com a edição da Lei nº 5107/1966, gestada pela Ditadura Militar, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o qual abalou profundamente os alicerces do Direito do Trabalho pátrio, ao trazer regramento completamente afastado no plano teórico e prático da estabilidade decenal, inaugurada ainda na década de vinte no ordenamento jurídico nacional (leis e regulamentos sobre as Caixas de Aposentadoria e Pensões), firmada na Lei nº 62/1935 e consagrada na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de 1943. Os ideais propalados pelos apoiadores da nova lei não correspondem à realidade de que, desde 1966, não prevalece o ideário de estabilidade no emprego da malfadada consolidação. TEIXEIRA, Victor Emanuel Bertoldo. Lei nº 13.467/2017: O Futuro Repete o Passado na Manutenção da Lógica da Dispensa. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 361-373. p. 361-362.

⁶³⁵ CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e sequelas: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização**. São Paulo: LTr, 1997. p. 69.

capitalista internacional, inclusive, como condição de incentivar o afluxo do capital estrangeiro, depurando a ligação entre os setores político e econômico.⁶³⁶

Essas condições se deram no afã de se manter o pujante processo de industrialização brasileiro, iniciado nos idos da década de 40 e já se consolidava, trinta anos após, como o principal parque industrial da América Latina. Servia mais ao interesse da burguesia nacional do país manter a organização dos modos de produção pautado no pacto da legislação trabalhista entre a classe trabalhadora e a ala patronal.⁶³⁷

Nesse sentido, explica-se um tanto de acomodação, em certa medida, de considerável contingente da massa urbana trabalhadora, bem como do campo, de se colocar contra a ditadura militar. Isso se devia primordialmente a dois aspectos: em um país recém-industrializado, grande parte da classe trabalhadora industrial se qualificava e começava a adquirir um retorno financeiro a possibilitar o mínimo acesso aos bens de consumo. Já os trabalhadores rurais, flagrantemente pomenorizados pelo Estado brasileiro, tiveram interrompido o tímido acesso que se começava ao método Paulo Freire⁶³⁸ de ensino e continuaram a perpetrar um complexo Casa Grande e Senzala⁶³⁹ a marcar os grotões do país.

⁶³⁶ FERRANTE, Vera Lúcia B. **FGTS: ideologia e repressão**. São Paulo: Ática, 1978. p. 123-124, 128 e 130-131.

⁶³⁷ Segundo Florestan Fernandes, “as quatro décadas que se sucederam ao fim do da Primeira Grande Guerra constituem o período nuclear de maturação histórica da burguesia brasileira. Esse período não representa, como muitos acreditam, a ‘época de formação’ dessa burguesia (muito anterior, como vimos); nem como sustentam outros, ele corresponde à ‘época de crise oligárquia’ (pois essa crise se desenrolou, no Brasil, como uma recomposição das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos sociais de origem oligárquica, antiga ou recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classes em constituição e expansão). Não ocorreu, portanto, um verdadeiro deslocamento da ‘velha classe’ ou das ‘velhas classes’ dominantes, por ‘novas classes’ dominantes, de formação hodierna. Mas um fenômeno muito mais amplo e (embora não pareça) mais dramático: a coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’, crescentemente identificadas com uma concepção burguesa do mundo e com um estilo burguês de vida, graças à rápida e continua aceleração da revolução urbano – comercial e, em seguida, à industrialização. Os estamentos dominantes do ‘antigo regime’ imergem e desaparecem, assim, nas estruturas da ordem social competitiva e da sociedade de classes em constituição ou em expansão (conforme a região ou a localidade do país que se considere). Contudo, as oligarquias ‘tradicionais’ ou ‘modernas’, sofrem muito pouco com isso, e a crise de reabsorção pela qual elas passam não possui o mesmo significado histórico que o aparecimento da burguesia como uma categoria histórico-social e uma comunidade política. FERNANDES, 2020, p. 380-381.

⁶³⁸ Dizia Paulo Freire: “Melhor será que a situação concreta de injustiça não se constitua num ‘percebido’ claro para a consciência dos que a sofrem. Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 26-27.

⁶³⁹ Na 51ª edição da obra, Fernando Henrique Cardoso faz a apresentação da obra, uma espécie de prefácio, intitulada de “Livro Perene”, e traz aspectos oportunos a serem mencionados, eis alguns trechos: “[...] É indiscutível, contudo, que a visão do mundo patriarcal de nosso autor assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que ele valorize a cultura negra e mesmo o comportamento do negro como uma das bases da ‘brasilidade’ e que proclame a mestiçagem como algo positivo, no conjunto fica a sensação de uma certa nostalgia do ‘tempo dos nossos avôs e bisavós’. Maus tempos, sem dúvida, para a maioria dos brasileiros. De novo, então, por que a obra é perene? Talvez porque ao enunciar tão abertamente como valiosa uma situação cheia de aspectos horrorosos, Gilberto Freyre desvende uma dimensão que, gostemos ou não, conviveu com quase todos os brasileiros até o advento da sociedade urbanizada, competitiva e industrializada. No fundo, a

Ou seja, embora se vivesse um período autoritário na política brasileira, a economia possibilitava uma ascensão econômica à classe trabalhadora industrial urbana de que seria e daria o principal sentido de liberdade. Essa condição, aliada ainda à proteção nos direitos trabalhistas, faria do momento político autoritário no Brasil, na visão de boa parcela de proletários e proletárias, interesse da burguesia intelectual acadêmica.

Inclusive, esse sentimento era compartilhado pelo então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva nos idos do final da década de 60. Além disso, a herança do sindicalismo getulista em que o Estado aparecia como agente ativo na vida sindical, atraindo a impressão para a maioria da classe trabalhadora de um “peleguismo” e falta de autonomia dos dirigentes sindicais, fazendo do movimento sindical um ambiente de desconfiança.

No entanto, a crise do Petróleo de 1973, o acocho salarial, a inflação e a perda de poder de compra fizeram com que a classe trabalhadora começasse a sentir o efeito do neoliberalismo aportando por essas bandas dos trópicos. As primeiras manifestações e paralisações para questionar e exigir as reposições salariais proporcionais ao poder de compra desembocaram nas greves gerais que impactou sobremaneira, mais do que o parque industrial, a política brasileira.⁶⁴⁰

Pressionados pelo mercado e industriais, o governo brasileiro se posicionou diante das manifestações da classe trabalhadora não como um problema econômico, mas um problema de polícia. O neoliberalismo começava a ter sua ideologia mais difundida em um ambiente orquestrado com a marginalização dos sindicatos. As greves, mais do que instrumento de classe, passaram a ser referência como denúncia à ditadura brasileira e todas as violações aos direitos humanos.

história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir [...]. [...] Dito em outras palavras e a modo de conclusão: o Brasil urbano, industrializado, vivendo uma situação social na qual as massas estão presentes e são reivindicantes de cidadania e ansiosas por melhores condições de vida, vai continuar lendo Gilberto Freyre. Aprenderá com ele algo do que fomos ou do que ainda somos em parte. Mas não o queremos ser no futuro [...]. FREYRE, Gilberto. **Casa – Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 22-27.

⁶⁴⁰ Victor Leonardo faz uma análise do panorama da época: “Ao término do governo Médici, o produto interno bruto (PIB) crescera em média de 11,9% anuais, capitaneada pela indústria de transformação, que cresceu 13% anuais. O consumo final, impulsionado pela expansão do crédito para consumo de bens duráveis e pelo gasto governamental, cresceu a taxas de dois dígitos anuais. A formação bruta de capital fixo cresceu acima da média do PIB, de modo que a taxa de investimento atingiu 20%, em 1973. Além do desempenho da atividade econômica, o ‘milagre’ se caracteriza pela queda da inflação, algo pouco comum na história econômica do período republicano, que em geral via a inflação se acelerar durante os episódios de crescimento econômico: no último ano do mandato de Médici (1973) a inflação atingia 15%, contra 19% em 1969. Contudo, o poder de compra do salário mínimo atingia o seu pior momento, equivalendo a apenas 68% de seu poder de compra de 1960. ARAUJO, Victor Leonardo; GENTIL Denise Lobato. O Segundo Governo FHC: Consolidação e Crise do Projeto Neoliberal In: ARAUJO, Leonardo Victor; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (orgs). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021a. cap. 15. p. 448-468. p. 453-454.

Na verdade, as manifestações paredistas no final da década de 70, conhecidas como historicamente como Greves do ABC, constituíram-se como atos políticos que já naquela altura denunciavam não apenas o regime ditatorial autoritário e os aspectos econômicos diretos a influenciar a capacidade salarial da classe trabalhadora, mas o próprio neoliberalismo que adentrava na estrutura política, social e econômica do Estado brasileiro.

Maria Hermínia Tavares de Almeida analisa o fato histórico da seguinte forma:

Por volta de 1973, uma voz isolada mas potente verbalizou alto e bom som uma crítica contundente à política social e trabalhista do regime autoritário. Contundente e inovadora, já que radicalmente diversa, na retórica e nas demandas, do discurso típico do sindicalismo populista. Essa voz vinha do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), que representava um segmento expressivo da moderna classe operária brasileira: os trabalhadores das grandes empresas automobilísticas, que lideraram o ‘milagre econômico’ brasileiro. Nascia aí o novo sindicalismo, também chamado sindicalismo autêntico. O cerne de sua proposta foi a abolição da ingerência estatal no mundo do trabalho, consagrada na própria legislação, que plasmara nosso sistema de relações trabalhistas, nos anos trinta e quarenta, e potenciada pelos governos autoritários. Desta forma, o novo sindicalismo em gestação opôs-se à política de fixação pelo governo dos reajustes anuais de salário e pregou a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação de organismos estatais. Para torná-la possível exigiu a volta ao direito irrestrito de greve e à liberdade e autonomia sindicais, cerceadas pela legislação que impunha a tutela do Ministério do Trabalho entre as entidades de classe. Contra a lei que erigia os sindicatos fora das empresas, defendeu a criação de organismos sindicais nos locais de trabalho. Finalmente, em oposição a um sindicato burocratizado, oligárquico e pouco representativo, propôs um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático.⁶⁴¹

Há também um fato pitoresco no caso brasileiro que vale a pena ser investigado. Diferentemente de outros países latino-americanos, a exemplo do Chile, que esboçou sua política neoliberal em um regime ditatorial, o neoliberalismo no Brasil praticamente coincidiu e se firmou com a abertura política e o fim da ditadura militar.

Tal fato é bem ilustrado nos dizeres de Theotônio dos Santos:

[...] Aparecem resistências ao projeto neoliberal entre os militares, a igreja, setores da burocracia estatal e, sobretudo, técnicos, engenheiros e cientistas. Todos eles estão ligados à existência de um Estado nacional forte e um desenvolvimento econômico de base nacional significativa. Os trabalhadores industriais e de serviço se colocaram, entretanto, no centro da resistência. Todos estes setores têm um papel ínfimo no projeto neoliberal e alguns deles chegam mesmo a tornar-se inúteis. As dificuldades de eliminar totalmente estas resistências manteve o projeto neoliberal nos marcos de um regime

⁶⁴¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312. ISBN: 978-85-99662-63-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 mar. 2023.

liberal democrático e parece dar razão à tese de que o desenvolvimento dependente é compatível com os regimes políticos liberais democráticos.⁶⁴²

Isso fez da democratização brasileira um desafio jurídico, político e econômico, pois enquanto grassaria a necessidade da efetividade dos direitos sociais, residiria a necessidade de aplicar o neoliberalismo a um ambiente que almejava a democracia e a construção da efetivação de um Estado em total dissonância do que seria o modelo neoliberal.

Por isso a democratização brasileira lastreou a efetivação dos direitos sociais em uma baixa intensidade de aplicabilidade, pois o Estado democrático vivenciaria uma correlação de forças políticas extremamente desfavoráveis por forças econômicas neoliberais tentando já mitigar a democracia que estaria por vir.

Não interessaria aos defensores do neoliberalismo um Estado pujante e fortalecido nos seus mecanismos de controle de poder, que obedecesse a uma institucionalidade sadia, pois significaria uma dificuldade maior da economia interferir nos destinos políticos do país, haja vista o modelo de atuação neoliberal se basear exatamente por subjugar as estruturas democráticas e representativas aos ditames meramente econômicos.

Diante desses fatos, há um debate global que se levanta contra essa ordem nociva representada na ordem neoliberal e conclama por uma nova concepção de Estado, como bem aponta Vicente de Paulo Barreto:

Os deveres mínimos de qualquer sociedade em relação aos seus membros, que se originam do dever de solidariedade entre as pessoas humanas, manifestam-se, também, nas mais diferentes culturas e, portanto expressam um caráter comum e universal. Os efeitos nefastos do processo de globalização têm provocado o surgimento de uma consciência crítica e solidária que reclama, em fóruns nacionais e internacionais, a restauração dos deveres mínimos do Estado, como obrigação moral da sociedade em relação aos mais fracos e oprimidos.⁶⁴³

Com as greves do ABC denunciando a tomada de consciência da classe trabalhadora, o ambiente político começaria a ser disputado pela narrativa também da massa operária. O pluripartidarismo, sendo novamente admitido, traria a compreensão de que seria necessário ocupar os espaços de poder político. Impor a luta de classes também pela via institucional, mesmo com consciência de que a democracia liberal burguesa naturalmente traria limites pelas próprias regras do sistema, a não ameaçar o *establishment* de quem controla o poder econômico.

⁶⁴² SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2020. v. 1 (Obras Escolhidas). p. 468-474.

⁶⁴³ BARRETO, Vicente de Paulo. **O Fetiche dos Direitos Humanos e outros temas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 230.

Da consequência das lutas encampadas nas greves do ABC, veio a necessidade desse importante ato político empreendido pela classe trabalhadora tomar as rédeas do destino político e compreender que, embora o ambiente estivesse democrático, a crise pela qual atravessava o Estado de Bem-Estar Social resultaria em uma democracia cooptada pelas ideias neoliberais e totalmente influenciada por fazer dos direitos sociais um recorte que deveria ser abrangido pela iniciativa privada.

O momento de abertura política na vida institucional do país poderia sugerir uma reestruturação política do Estado brasileiro, mas, na verdade, trazia e representava, mais uma vez, um acordo, uma conciliação pelas classes dominantes que acarretava a manutenção de privilégios e uma conciliação em excesso com o passado autoritário, que impediu uma pedagogia a gerações futuras.

Ciente da dificuldade em se fazer prevalecer direitos sociais nesse novo contexto da economia mundial, lideranças populares, como o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, fomentavam e estruturavam a criação do que seria o Partido dos Trabalhadores.⁶⁴⁴ Essa iniciativa permitiu que mesmo em um ambiente já desgastado pela crise da União Soviética⁶⁴⁵, o neoliberalismo poderia ser adestrado.⁶⁴⁶

⁶⁴⁴ “A proposta de formação de um Partido de Trabalhadores começou a ser veiculada pelo jornal Versus, influenciado pela organização Convergência Socialista, em meados do ano de 1978. Tal proposta se materializou na tese que o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André apresentou no 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, em janeiro de 1979. A tese propunha um chamado a todos os trabalhadores brasileiros para a construção de ‘seu partido, o Partido dos Trabalhadores’. Tal partido deveria excluir a colaboração com a burguesia, deveria ser ‘de todos os trabalhadores da cidade e do campo’, mas ‘sem patrões’.” **PARTIDO DOS TRABALHADORES. “A Tese de ‘Santo André-Lins’, 1979”.** In: **Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 47-48.

⁶⁴⁵ “O fim da União Soviética foi um trauma para o movimento comunista e toda perspectiva de luta revolucionária, popular e anticolonial. Com todos os limites, problemas e contradições, a URSS representava um projeto alternativo de sociedade onde, dentre outras coisas, não existia mais desemprego, miséria e crianças sem escola. A derrota da pátria surgida com a Revolução de Outubro e do ‘campo socialista’ criou um vazio de referências estratégicas e mudou a correlação de forças no plano global. As burguesias do mundo, nos 20 anos seguidos ao fim da União Soviética, desfrutaram de uma força esmagadora para impor sua agenda neoliberal e neocolonial”. KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialismo Traído por Trás do Colapso da União Soviética.** Trad.: Gabriel Landi Fazzio; ARANDA, Giovana. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p. 9.

⁶⁴⁶ “Essa postura conformista e conservadora parte da falsa premissa de que não é mais possível impulsionar políticas de crescimento com inclusão social e pleno emprego. Seus partidários no mundo desenvolvido, a partir do colapso da URSS e dos regimes do leste, pretendem justificar o abandono das políticas de bem-estar que a social-democracia adotou no pós-guerra. As esquerdas, inclusive setores da social-democracia, hoje denunciam e rejeitam essas teses. No Brasil, onde a exclusão social foi e é a regra, a Terceira Via aparece em sua face mais grotesca. O novo quadro mundial cria condições para a construção de novos projetos nacionais e internacionais. Para tanto, são necessárias transformações radicais que somente grandes maiorias poderão realizar. Essas transformações requerem visão e propostas de caráter estratégico.” O PROGRAMA da revolução democrática. II Congresso Nacional, Belo Horizonte, 24-28.11.1999. In: **O PT faz história.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 37.

Na verdade, o neoliberalismo, diferentemente do liberalismo clássico, teria dificuldade em conviver com o antagonismo e seria caracterizado pelo hegemonismo exatamente por não tolerar qualquer tipo de exceção ao que seria considerado como regra, a total subserviência do Estado aos interesses do mercado, sem abrir, flexibilizar qualquer acesso ou estabelecer rotas de diálogo com o estabelecido, por exemplo, pelo Estado de Bem-Estar Social.

Já no começo dos anos 80⁶⁴⁷, com a desindustrialização compondo o cenário neoliberal a se consolidar também na economia brasileira, a desregulamentação dos direitos trabalhistas começou a se tornar cada vez mais possível ante o domínio neoliberal da vida institucional econômica brasileira. Uma das grandes questões a ser percebida seria exatamente que, como já dito, diferentemente de outros países tidos como periféricos, as ideias neoliberais aportaram no Brasil juntamente com o restabelecimento da democracia, da volta à eleição direta para presidência da República.

Com a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, a classe dominante brasileira logo percebeu que o capitalismo industrial, até então dominante na economia brasileira, perdia espaço pelo novo rearranjo da economia global, impulsionado pelo neoliberalismo. Na verdade, haveria de ocorrer uma mudança profunda no rumo econômico do país exatamente por desfazer um processo de industrialização o qual estava a se consolidar desde a década de 40. E isso sendo revisto, não haveria mais necessidade de se manter a legislação trabalhista que até então vigorava.⁶⁴⁸

Embora o cenário internacional⁶⁴⁹ indicasse para um avanço neoliberal, no Brasil a redemocratização viria pautada pela implementação do Estado de Bem-Estar Social, posição esta que contrariava a própria tentativa de precarizar os direitos trabalhistas. Ainda contando com importante fatia da base industrial nos números da economia, não apenas os empresários, os sindicatos do setor seriam extremamente fortes e representativos.⁶⁵⁰

⁶⁴⁷ Neste período ocorre um aprofundamento dos processos de globalização e se origina uma consistente bolha financeira internacional. SANTOS, 2020, p. 1305.

⁶⁴⁸ ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs). A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma. In: BASTOS, Carlos Pinkusfeld; FERRAZ, Fernando. **A Economia Brasileira na Primeira Metade dos anos 1990: Inflação, Mudança Estrutural e Estabilização**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021b. p. 387-423. p. 388.

⁶⁴⁹ Na opinião de André Araújo: “A propagação do credo neoliberal, iniciada por Fridrich von Hayek em 1944, teve desde o início seguidores no Brasil [...]. [...] A operação do ideário neoliberal na política econômica do país implica profundas consequências nas relações sociais internas e na inserção subordinada do Brasil no sistema de relações internacionais. [...] Internamente, a política neoliberal produziu em oito anos enormes transferências de poder e riquezas do setor produtivo para o setor financeiro, da empresa nacional para a grande corporação multinacional, dos pobres e desempregados para a faixa mais alta de renda, chegando o país a números espantosos, segundo Banco Mundial: os 20% mais pobres têm 2,5% da renda, e os 20% mais ricos têm 64,2% das taxas sem similar em qualquer grande país. ARAÚJO, 2005, p. 125-126.

⁶⁵⁰ Segundo André Araújo: “As taxas de crescimento do nível de atividade econômica no século XX no Brasil apresentam números instigantes [...]. [...] O país cresceu 4% a.a. na primeira década do século, 4,3% nos anos

Por mais contraditório que pudesse parecer, o tempo histórico no Brasil indicava um ambiente para a implementação do Estado do Bem-Estar Social exatamente pela política econômica de concentração de renda dos governos militares. Outra característica seria a aguda disparidade regional, algo, inclusive, a demonstrar seus efeitos anos após principalmente os dois governos Lula.

A despeito do tempo histórico em que a Constituição Cidadã de 1988 seria dissonante com os compromissos neoliberais, Elaine Rossetti Behring faz considerações importantes acerca da seguridade social, política pública tão característica do Estado de Bem-Estar Social e cara à classe trabalhadora:

A luta pela redemocratização do país emplacou o conceito constitucional de seguridade social no Brasil, em 1988, com mais de 40 anos de atraso em relação às suas primeiras formulações e à brasileira – com uma cobertura bem mais restrita de direitos. Mesmo assim, desde o dia seguinte, a começar pela derrota política nas eleições de 1989 com a eleição de Collor, foram 31 anos de ataques sistemáticos ao conceito de seguridade social, aos direitos de Previdência Social, saúde, assistência social e trabalho ali previstos e, destacadamente, ao seu financiamento. Por isso, é tentador lembrar o refrão buarqueano: ‘Joga pedra na Geni, joga bosta na Geni, ela é feita para apanhar, ela é boa de cuspir...’ (Geni e o Zepelim, Chico Buarque, 1979).⁶⁵¹

Por mais que os militares tivessem adotado uma certa política de desenvolvimento estratégico, houve uma concentração em demasia dessas políticas nas regiões Sul – Sudeste e em faixas da população de maior poder aquisitivo, impactando o equilíbrio social e regional, bem como um óbvio êxodo de quem estavam no Norte e Nordeste. Essas questões se ligam direta e intrinsecamente ao novo sindicalismo surgido na região do ABC de São Paulo.⁶⁵²

A necessidade de bem-estar social, por mais que fosse vista por visões de “Brasis” diferentes, se encontrava sob o mesmo objetivo. Se no Norte e Nordeste existia uma

10, 6% nos anos 40, saltou para 7,2% na década de 50, 6,1% na década de 60, extraordinários 8,7% na década de 70, caiu a 4,9% na década de 80 e caiu em uma estagnação total na década de 90, com 1,5% a.a. ARAÚJO, 2005, p. 148.

⁶⁵¹ BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público: valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021. p. 214-215.

⁶⁵² “No ano de 1972, a divulgação do censo demográfico com os dados referentes a 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornava evidente a outra face do ‘milagre’ brasileiro, festejado pela cúpula militar por ter dado a legitimidade econômica à ditadura militar não se transbordava em melhores condições de vida para a maioria da população brasileira e abriu espaço para críticas vigorosas ao modelo econômico e às políticas implementadas desde 1964. Enquanto a renda do decil mais rico subiu quase 67% ao longo da década, a do decil mais pobre cresceu somente 28%; a renda relativa do decil mais rico cresceu 22%, enquanto a do decil mais pobre decresceu 13%; e somente o decil mais rico elevou sua participação na renda, de 39,6%, em 1960, para 47,8%, em 1970, enquanto todos os outros nove decis tiveram a sua participação na renda reduzida.” ARAÚJO, Victor Leonardo. A Macroeconomia do Governo Médici (1969-1974): Uma Contribuição ao Debate Sobre as Causas do “Milagre” Econômico. In: ARAÚJO, Leonardo Victor; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (orgs). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021b. cap. 09. p. 289-310. p. 304-305.

necessidade do Estado por questões mais básicas de dignidade, no Sul e Sudeste, as legislações protecionistas trabalhistas eram tidas como prioridade pela classe trabalhadora urbana e industrial.

O Brasil dos anos 80 se constituía um ambiente complexo para a implementação do neoliberalismo, pois as diferentes necessidades agiriam como um desafio a tamponar essas inquietações sociais dentro de um ambiente recente e novamente tido como democrático. Para implementar as premissas neoliberais, seria necessário equipar minimamente o Estado brasileiro com direitos sociais.

Mesmo na década que o neoliberalismo se espalhou e consolidou nos países periféricos, com uma forte dolarização das economias locais, no Brasil políticas como o Sistema Único de Saúde (SUS)⁶⁵³ e universidades públicas estavam como prioridades de direitos sociais a serem garantidos na nova Constituição que surgia em 1988. Por essas considerações, perceber-se-ia como o confronto entre visões de Estado iria trazer para a realidade brasileira um choque de realidade difícil de ser administrado.⁶⁵⁴

O interessante foi como o neoliberalismo conseguiu se impor na complexa realidade brasileira ao ponto de, anos depois, trabalhadores e trabalhadoras precarizadas serem capturados(as) pelo discurso do empreendedorismo e abdicarem de toda essa proteção social garantida pela Constituição Federal de 1988.⁶⁵⁵

⁶⁵³ “Em 19 de setembro de 1990, criou-se Lei Orgânica da Saúde, também chamada de Lei do SUS, com a finalidade de se regulamentar os artigos 196 e seguintes da Constituição Federal de 1988. Instituiu-se o Sistema Único de Saúde, bem como se regulou sobre suas características e custeio, entre outros, distribuindo a aludida responsabilidade com as demais pessoas, empresas, família e sociedade em geral (art.2º, 2º). MERIDA, Carolina; LACERDA, Murilo Couto. Impressões Iniciais Sobre as Repercussões da Lei Federal 13.655/2018 na Judicialização do Direito à Saúde no Brasil.p.74. In: NEVES, Adriana *et al.* **II Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social** – Direitos Sociais e Exclusão. Editor: Lema d’Origem, 2022. p. 71-80.

⁶⁵⁴ Interessante perceber como essa disputa de narrativa entre Estado x mercado produziu efeitos no Brasil ainda industrializado e já ingressando no predomínio ideológico industrial, no tocante, por exemplo a um direito social tido, juntamente com a educação, como um dos mais importantes, a saúde. Segundo Lygia Bahia e Mário Scheffer, “a ascensão da assistência médica suplementar tem a ver com a oferta acrescida de postos formais de trabalho e o aumento no padrão de vida. Não por acaso, os planos de saúde tiveram picos de crescimento no momento da industrialização do início do século passado, no ‘milagre econômico’ dos anos 1970 e no auge do Plano Cruzado, expandiu-se sobremaneira entre os anos 80 e o início de 1990”. BAHIA, Lígia; SCHEFFER, Mário. **Planos e seguros de saúde: o que todos devem saber sobre a assistência médica suplementar no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 60.

⁶⁵⁵ Toda essa construção e imposição da estética neoliberal foram assim explicadas por Callum Cant: “[...] O ataque neoliberal aos movimentos dos trabalhadores nos anos 1970 e 1980 se deu juntamente com o desenvolvimento de uma nova escola de teoria de administração: a Gestão de Recursos Humanos (Human Resources Management, ou HRM na sigla em inglês). A HRM tem uma trajetória bastante conturbada. Em 1992, os pesquisadores já tinham identificado quatro definições contraditórias entre si sobre o que ela realmente significava. Um dos temas mais comuns e bem estabelecidos de abordagens inspiradas na HRM era uma mudança do aspecto compulsório do trabalho para o comprometimento: em vez de forçar os trabalhadores a produzir valor, seria preciso convencê-los a se comprometer com a produção de valor, seria preciso convencê-los a se comprometer com a produção de valor como algo de seu interesse. Como resultado, segundo a teoria, os trabalhadores serão mais felizes e cumprirão melhor sua função, o que por sua vez levará

Não apenas isso, o desmonte e a desindustrialização como consequência da globalização transformaram um país detentor de um parque industrial e possibilidade de fomento tecnológico a produzir produtos de alto valor agregado, em um mercado exportador de manufaturas e com uma mão de obra pouco qualificada, dependente do setor de serviços.

Todo esse panorama ainda foi agravado pela exitosa política neoliberal de atacar os sindicatos e tentar deslegitimá-los. Em um país que praticamente a volta do Estado Democrático passou por fatos históricos, como as Greves do ABC paulista, atingir esse setorial seria também rifar uma força política que nascia fortemente identificada com os entraves sociais do país.⁶⁵⁶

Valdete Souto Severo menciona que:

A força do movimento operário conduziu o processo de “abertura democrática no Brasil, em meados da década de 1980: foram mais de cem greves registradas em 1978, e o dobro no ano seguinte. A paralisação de quatro setores da Mercedes – Benz, por aumento de salário, seguidos por trabalhadores da Ford e da Scania em 1978, e as inúmeras greves de 1979, envolvendo categorias inteiras e promovendo a criação de Fundos de Greve para alimentar e manter os grevistas durante os movimentos paredistas determinavam a retomada do movimento sindical, que seguia sofrendo intensa repressão policial.”⁶⁵⁷

Não foi difícil para o neoliberalismo identificar o surgimento do Partido dos Trabalhadores como uma possibilidade de contrapor a nova ordem mundial surgida e trazer um panorama de reflexão às novas condições econômicas que se apresentavam, destinando a classe trabalhadora para uma pauta aquém do que o liberalismo teria legado, a luta de classes.

Na verdade, a luta de classes seria vista pelo neoliberalismo não como uma condição natural das forças políticas conflitivas e ideológicas da sociedade, mas como uma ameaça à lógica da lei do mais forte e do hegemonismo fundamental que possibilitam uma total tomada da narrativa econômica pelo capital desprendido, com o objetivo de manter a ordem estabelecida na sociedade industrial.

a uma situação que é melhor para ‘todos’ (leia-se: a classe dominante). É essa a raiz da ideia de ‘comprometimento’ que temos hoje: os trabalhadores precisam ser comprometidos com os patrões, caso contrário podem se tornar comprometidos uns com os outros.” CANT, Callum. **Delivery Fight!** A luta contra os patrões sem rosto. Trad.: Alexandre Boide, prefácio de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2021. p. 96.

⁶⁵⁶ Apesar do retorno do Estado Democrático de Direito, Maria Rita Kehl faz importante consideração: “No Brasil, a sociedade sofre até hoje os efeitos sintomáticos de repetição da violência social, decorrentes de dois longos períodos de crueldade que nunca foram reparados nem elaborados coletivamente: três séculos de barbárie escravagista, entre os séculos XVII e XIX, e duas décadas de ditadura militar, entre 1964 e 1985. KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 28.

⁶⁵⁷ SEVERO, 2016, p. 63.

O neoliberalismo veria no Brasil um mercado estratégico na América Latina, tanto para tentar minar o principal parque industrial da região como conter um movimento político que, diferentemente dos outros comprometidos com a causa trabalhadora, surgia da sua própria essência, do chão de fábrica, não controlado ou bitolado pelas teorias da academia, mas conectado com os rigores pulsantes das ruas, a tentar restabelecer uma nova correlação na disputa do poder político.

Theotonio dos Santos já ponderava sobre o papel dos trabalhadores industriais (base do novo sindicalismo fundador do PT) na resistência contra as políticas econômicas neoliberais, pois sabiam que possuiriam uma importância extremamente reduzida nos rumos de um projeto vocacionado pelo neoliberalismo.⁶⁵⁸

As premissas neoliberais teriam, no surgimento do Partido dos Trabalhadores e na liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, um freio nas suas tentativas hegemônicas de trazer para o mundo uma força do trabalho, uma engrenagem longe de qualquer humanismo e condição de refazer as compreensões econômicas que grassariam a intentar o neoliberalismo e o setor privado como o detentor da principal soberania nessa ordem mundial.

Por mais que a chegada ao poder pelo Partido dos Trabalhadores não representasse de fato uma cizânia com o neoliberalismo, a simples possibilidade de refrear a pauta de desmonte dos direitos sociais, dentre esses, como principal objetivo, a proteção trabalhista, já seria tido como um abrandamento neoliberal que impossibilitaria a sua principal vocação no tocante à pauta econômica.

Jonh Humphrey avaliava esse momento da seguinte forma:

Na situação política de desenvolvimento acelerado do início dos anos 60, o sistema corporativo de organização do trabalho conservou sua estrutura formal, mas sua ação foi transformada pelo uso que fez dele. Com a relação a isso, as forças nacionalistas de esquerda no movimento sindical alteraram fundamentalmente o equilíbrio político do poder, fazendo dos sindicatos uma força política independente, embora apenas através da mobilização de cima para baixo.⁶⁵⁹

Há de se compreender que o neoliberalismo passaria as últimas décadas do século XX exatamente preparando a nova ordem econômica do século XXI, alinhada ao seu ideário de percepção do Estado como um libelo da iniciativa privada, que serviria apenas como ente

⁶⁵⁸ SANTOS, 2020, p. 474.

⁶⁵⁹ HUMPHREY, John. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982. p. 28.

garantista dos interesses de grandes corporativos em fazer das conquistas dos direitos sociais uma ideologia de produto a ser adquirido.⁶⁶⁰

Ter um governo que defendesse os direitos trabalhistas seria subverter a lógica do momento neoliberal em sua plena ascensão. Não haveria de se compatibilizar com a ordem global vigente na tentativa de impor a total subserviência dos Estados, o que significaria praticamente um retrocesso ao século XIX concernente aos direitos sociais.

O neoliberalismo chegaria ao século XXI como causador das últimas crises capitalistas exatamente por fazer parte da estratégia dessa nova ordem econômica de dismantlar o modo de produção da então sociedade industrial, por não mais interessar para o acúmulo de riqueza um capital que necessariamente produzisse em larga escala e em setores organizados de chão de fábricas. Segundo Paulo Nakatani e Rosa Maria Marques,

[...] Na medida em que o dinheiro passou a representar o valor, mesmo que a forma preço dele se afaste e se autonomize, a busca por ganhar dinheiro sem passar pelas agruras da produção se impõe e, se a ela não se colocam obstáculos, ela assume a forma de capital fictício hipertrofiado. Assim sendo, a crise atual é uma crise do capital, cuja manifestação primeira ocorreu na esfera financeira, o que não poderia ser diferente. Nos últimos 50 anos – período em que se criaram as condições para a dominância do capital portador de juros e para o desenvolvimento hipertrofiado do capital fictício – houve, do ponto de vista do capital, uma fuga para frente. Isso porque, como vimos, desde o final da década de 1960, nos EUA, e na metade dos anos de 1970, na Europa, havia se esgotado o regime de acumulação que havia sustentado a acumulação do capital do período do pós-guerra. Em que pese a precarização do trabalho, a redução dos salários e a adoção de novas tecnologias, somente as 500 maiores empresas mundiais conseguiram retomar e expandir sua taxa de lucro, em relação ao período do pós-guerra. O centro dinâmico da acumulação, como visto, estava baseado na ampliação de todas as formas de capital portador de juros, especialmente do capital fictício.⁶⁶¹

A globalização traria como consequência não apenas um redirecionamento dessa produção industrial, com a sua não mais setorização dentro de um mesmo chão de fábrica, mas em estruturas fabris separadas a produzir cada peça ou produto, porém também a busca por países que admitissem uma fragilização legal na legislação trabalhista para, mais do que a

⁶⁶⁰ No Brasil, foi exatamente a chegada do PT ao poder que modificou ou reequilibrou as tratativas da política neoliberal no país: [...] “Na concepção de Estado como problema típico dos últimos 20 anos do século XX, os desequilíbrios macroeconômicos e o avanço das teses neoliberais reduziram o foco da política econômica para busca da estabilidade por meio da redução o tamanho do Estado. A partir de 2003, o discurso econômico e a política pública se articulam, ampliando o escopo da política econômica para incorporar a diminuição da desigualdade de renda e de acesso à cidadania, à modernização produtiva e ao ganho da soberania. Isso se refletiu na ascensão dos temas concretos do desenvolvimento econômico e social. LIMA, Cláudia Henschel de; ALVES JUNIOR, Antonio José. A Terapia de Choque e a Nova Onda Neoliberal no Brasil. In: BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ; Aguiar, Renan (Coords.) **Utopias para Reconstruir o Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2020. p. 85-104. p. 86.

⁶⁶¹ NAKATANI; MARQUES, 2020, p. 94-95.

lógica do lucro, fazer e trazer a ideologia da desvalorização do trabalho como parte importante no processo produtivo de riqueza.⁶⁶²

Ter um indício de qualquer governo com o ímpeto de frear esse desmonte nos direitos sociais seria afrontar o neoliberalismo em sua face ideológica mais necessária, pois sem esse encaixe da economia ao ambiente jurídico ideal para a sua efetividade, a sua fórmula não teria êxito. O Partido dos Trabalhadores poderia se constituir uma síntese real de como a ideologia neoliberal poderia começar a ser responsabilizada por toda a crise humanitária vivenciada nos últimos quarenta anos, por ser esse cenário de debacle a permitir o avanço de ideias políticas cada vez mais reacionárias a admitir o controle do Estado pelas vontades privadas.⁶⁶³

Muito se suscita como o Partido dos Trabalhadores, chegando ao poder com uma liderança popular, fortemente identificada com os problemas cotidianos, não conseguiu reverter todas essas condicionantes neoliberais que limitavam e precarizavam a classe trabalhadora, sem lhe dar um mínimo equilíbrio como antes fora almejado e até alcançado em poucos país europeus no Estado de Bem-Estar social.⁶⁶⁴

⁶⁶² Observações importantes acerca dessa lógica produtiva capitalista faz Celso Furtado: “[...] Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêtricos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente. O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêtricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição de renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração.” FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3.ed. Paz e Terra: São Paulo, 1974. p. 41-42.

⁶⁶³ Trecho da obra de Noam Chomsky que exprime com peculiar veracidade a realidade e as malversações do neoliberalismo implementado no Brasil: “Na elogiadíssima história da americanização do Brasil antes mencionada, Gerald Haines diz que os Estados Unidos vêm usando o Brasil desde 1945 como ‘área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado no capitalismo intensivo. Essa experiência foi levada a cabo ‘com a melhor das intenções’. Os investidores estrangeiros se beneficiaram, mas os planejadores ‘acreditavam sinceramente’ que o povo brasileiro também se beneficiaria. Não é necessário explicar como foi que se beneficiaram ao tornar o Brasil ‘a menina dos olhos da comunidade internacional de negócios na América Latina’ sob o governo militar – nas palavras dos jornais de negócios -, enquanto o Banco Mundial relatava que dois terços da população não se alimentavam o bastante para suportar uma atividade física normal. Em seu texto de 1989, Haines classificou a ‘política norte – americana para o Brasil’ como ‘extremamente bem-sucedida’, ‘uma verdadeira história de sucesso americano’. O ano de 1989 foi um ‘ano de ouro’ aos olhos do mundo de negócios, com lucros triplicados em relação a 1988 e uma redução de cerca de 20 por cento nos salários industriais, que já figuravam entre os mais baixos do mundo; a classificação do Brasil no Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano estava próximo à da Albânia. Quando o desastre começou a atingir os ricos, os ‘modernos métodos científicos de desenvolvimento baseado no capitalismo intensivo’ (Haines) se transformaram de uma hora para outra em prova dos males do estatismo e do socialismo – outra transição rápida que ocorre sempre que necessário. Para apreciar esse avanço, devemos nos lembrar de que o Brasil há muito é reconhecidamente um dos países mais ricos do mundo, dotado de enormes vantagens, até mesmo meio século de influência e tutela dos Estados Unidos, que, com a melhor das intenções, por acaso estão uma vez mais a serviço do lucro da minoria, enquanto a maioria do povo é deixada na miséria.” CHOMSKY, 2020, p. 30-31.

⁶⁶⁴ Essa dificuldade do PT em enfrentar o neoliberalismo, segundo Celso Rocha de Barros, talvez se dê porque o programa neoliberal tenha atingido força para trazer soluções a crises enfrentadas pelo modelo de Estado de

Na verdade, o Partido dos Trabalhadores sinalizava com um programa reformista e sem afrontar a ortodoxia econômica neoliberal. Tentava, mais do que conciliar, adequar as necessidades evidentes e históricas de gargalos sociais brasileiras a um comodismo de mercado que pouco se avançaria na resolução e solução dos problemas estruturais do país.

Mais do que enfrentar uma difícil correlação de forças políticas no plano institucional, o hegemonismo mundial de um único potencial global praticamente colocava qualquer governo da América Latina sob a cartilha econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI).⁶⁶⁵ Ainda galvanizados pelo forte estímulo de dívida externa do final dos anos 70 e de toda a década de 80, não havia manobra para se tentar políticas mais arrojadas, que possibilitassem uma ruptura com a ordem neoliberal posta.

Bresser-Pereira apontava as dificuldades do período e a complexidade do cenário:

[...] Através do imperialismo o capitalismo central estende a duração do processo de acumulação primitiva. Os baixos salários dos trabalhadores periféricos, garantidos não apenas por uma oferta ilimitada de mão-de-obra mas também por mecanismos institucionais, inclusive a preservação de formas pré-capitalistas de produção para a subsistência das famílias trabalhadoras, vão permitir a transferência de excedente para os países capitalistas centrais através do comércio internacional, baseada no mecanismo da troca desigual, através das remessas de lucros pelas empresas multinacionais e, finalmente, através do sistema financeiro internacional que, já na fase do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, irá constituir uma grande dívida para os países do Terceiro Mundo e em seguida elevar dramaticamente as taxas de juros. A exploração de trabalho imigrante nos países centrais será uma forma direta de aproveitamento da mão – de – obra barata dos países periféricos.⁶⁶⁶

Diferentemente de boa parte do século XX, mesmo o direito vigente do pós-Guerra ter sido abalizado em fortes balizas dos direitos fundamentais, já no final da década de 70, houve

Bem-Estar Social: “[...] a crítica de esquerda ao programa neoliberal por vezes a faria esquecer que o neoliberalismo foi uma resposta a um problema real: a crise do modelo de desenvolvimento puxado pelo Estado. Não foi uma conspiração para desmontar um Estado que funcionava bem, mas a solução que emergiu da correlação de forças existente na hora da crise de diversas visões de sociedade com Estado forte - o socialismo, a social – democracia, o desenvolvimentismo – que pareciam ter travado nas décadas de 1970 e 1980.” BARROS, 2022, p. 198-199.

⁶⁶⁵ “As diretrizes do novo modelo apenas seriam sistematizadas em 1990, no assim chamado Consenso de Washington. O termo, criado pelo economista John Williamson, referia-se a um conjunto de reformas partilhadas pelas agências multilaterais sediadas em Washington, que contavam com a adesão de economistas liberais de diversas tradições teóricas, além do apoio da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos da América. Williamson sistematizou as reformas, que podem ser agrupadas em três grandes diretrizes: (i) reformar e reduzir o Estado, por meio da redução do gasto público e das privatizações; (ii) abertura comercial; e (iii) abertura financeira. ARAUJO, Victor Leonardo de; GENTIL, Denise Lobato. O Primeiro Governo FHC (1995 – 1998): O Neoliberalismo Escancarado. In: ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto de (org.). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021b. p. 424-447. p. 427.

⁶⁶⁶ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, Acumulação e Crise**: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminado. 2. ed. São Paulo: Cambury, 2018. p. 125-126.

uma forte incursão de uma tentativa de refazer a narrativa jurídica do Estado garantidor dos direitos sociais. Como a União Soviética já demonstrava fragilidade interna e a dolarização do Ocidente praticamente retirava a autonomia econômica dos países periféricos, o neoliberalismo começou a sair do plano teórico, ainda da década de 60 e tensionar espaço com o Estado de Bem-Estar Social.

Jessen, ante o cenário apresentado, fazia a seguinte análise:

Com um olhar em retrospectiva, talvez se possa dizer que foi o ocaso do socialismo que desinibiu o capitalismo e fez com que seus ideólogos passassem dos belos discursos a uma retórica mais dura. A concorrência dos sistemas foi dissipada e o capitalismo decidiu que não mais devia se preocupar com a sua aceitação.⁶⁶⁷

Já Maria da Conceição Tavares, em análise específica sob as condições dos países da América Latina, vaticinava:

[...] a econômica capitalista latino-americana vive num estado de prostração repetitivo. Após observarem que grande parte da população da América Latina está e tende a permanecer marginalizada dos benefícios do crescimento econômico, mantendo-se subempregada e a baixíssimos níveis de produtividade, afirmam que tal situação demonstraria a incapacidade dinâmica do capitalismo na região [...].⁶⁶⁸

O Partido dos Trabalhadores, se na década de 80 possuía um discurso mais contundente à esquerda⁶⁶⁹, percebeu que no governo não teria margem para assegurar um enfrentamento mais direto ao neoliberalismo. Tentar repaginar o modelo neoliberal e fazê-lo dialogar com as políticas do Estado de Bem-Estar Social.

Francisco Wefort, em análise dessa intrincada equação social e política brasileira, mencionava que:

Nas condições de um país como o Brasil, a ‘satisfação’ que se associa ao ascenso social de amplos setores populares urbanos tende a acompanhar-se da ‘insatisfação’ característica das posições sociais conquistadas. [...] Se bem é verdade que a formação das classes populares vai acompanhada de uma ampliação das possibilidades de consumo como resultada do desenvolvimento da economia urbana, também é certo que essas classes se encontram em situação desvantajosa quando nos referimos ao problema da ‘distribuição dos frutos do progresso tecnológico’. Além de que o crescimento do capital industrial se faz com uma participação relativamente decrescente do fator trabalho, o crescimento dos salários encontra-se sempre

⁶⁶⁷ JESSEN, 2011, p. 49.

⁶⁶⁸ TAVARES, 1983, p. 157.

⁶⁶⁹ “Mesmo depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, o PT continuou promovendo comícios pelas Diretas. [...] Mas o PT optou por não participar da eleição indireta, em protesto pela derrota das Diretas. [...] Dois oito parlamentares, Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes decidiram votar em Tancredo no Colégio Eleitoral.” BARROS, 2022, p. 109.

abaixo dos aumentos da produtividade. E no caso do Brasil, durante muitos anos, os aumentos salariais estiveram em realidade abaixo dos acréscimos do custo de vida, o que indica uma tendência geral à baixa de salário real.⁶⁷⁰

Essa realidade iria trazer para o Partido dos Trabalhadores uma necessidade de desidratar não apenas as suas expectativas de políticas de governo, mas fazer uma verdadeira dosimetria do que valeria mais a pena para governar, um apoio mais orgânico, identitário, ideológico ou se amparar em um fisiologismo do poder e tentar paulatinamente atrair a adesão popular a partir do êxito das políticas sociais.

Esse apoio popular talvez tenha sido na própria ascensão do presidente Lula ao poder de como o neoliberalismo saiu de um domínio institucional para também encampar o controle das massas na disputa das narrativas políticas e econômicas. Se o ambiente das instituições, por si só, já se colocava como naturalmente das classes dominantes, como ocorre na democracia liberal burguesa, a situação em países como o Brasil assume características peculiares.

Na Europa central, a burguesia, os ricos proprietários e os donos dos meios de produção nem sempre se estabeleceram como personagens centrais no ambiente de poder político. Possuíam riqueza, mas não necessariamente prestígio junto ao *establishment* a ponto de interferir nos rumos da política econômica.

Com as revoluções liberais ascenderam ao protagonismo político, criando uma inclusão de quem antes estava à margem das definições e do próprio núcleo central de poder. Houve uma modificação considerável na composição de personagens centrais, afetando, inclusive, a própria luta de classes.

Na Revolução Industrial, antes de mais nada, é improvável supor que aconteceria da forma que foi, se a burguesia não tivesse ascendido como classe, pois dinamizaram e pensaram o Estado não apenas como espaços de poder a refletir uma perspectiva patrimonial, mas de fomento principalmente à proteção da propriedade privada de quem produzia riqueza.

Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, a pobreza e as condições de vida degradantes da classe trabalhadora urbana, consequência direta da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e fomentou um rico debate de pensadores dos mais diversos matizes ideológicos a investigar essas condições na então sociedade industrial a qual começava a se formar.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 160.

⁶⁷¹ ENGELS, 2010, p. 30.

A burguesia industrial neste espaço de poder teve uma atuação destacada exatamente na efetivação da sociedade industrial, como ficou conhecida, exatamente por trazer o viés do capitalismo como necessidade inerente a estruturar as novas relações comerciais e principalmente originar uma nova divisão interacional do trabalho, consolidando uma relação genuinamente capitalista entre classe dominante.

É importante ressaltar que enquanto transcorria a monarquia absolutista, não existia luta de classes nos termos conhecidos na sociedade industrial, porque não existiam “classes” no sentido dado no sistema capitalista. No feudalismo, as diferenças sociais não eram determinadas pelo fator econômico, mas sim pela condição de existir, baseada em genética e árvore genealógica.

No feudalismo o ser humano seria inferior não porque seria pobre ou trabalhador, mas porque havia uma determinação divina de castas superiores. O capitalismo se movia por fatores não deterministas, mas por condições econômicas de quem possuía a acumulação de riqueza.

A luta de classes se forma exatamente quando duas pessoas consideradas iguais são diferenciadas com base no fator econômico, que define seu acesso social. E a disputa se daria pelo controle de explorar e ser explorado. Outra diferença que também se faz notar nesse aspecto é que, diferentemente do feudalismo, em que a exploração se dava por se vislumbrar diferenças existenciais, no capitalismo seria o termo desigualdade social que denunciaria um viés econômico de acesso à riqueza ou não.

Rosa Luxemburgo cravava que:

O sistema social socialista não deve nem pode ser não um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E, assim, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos.⁶⁷²

Por isso a sociedade industrial, nos termos que se difundiu, só foi possível ocorrer com a ascensão do capitalismo, pois a luta de classes como uma disputa social, influenciada por

⁶⁷² LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 24.

fatores econômicos a definir quem de fato detém o poder político, não iria ocorrer se o feudalismo não fosse superado.

Dito isso, houve na Europa uma transição, uma mudança do panorama de poder político, porque no bojo de um significativo processo de superação do ciclo produtivo na Revolução Industrial, orientado pelo capitalismo, fez superar o feudalismo, acarretando a formação de uma luta de classes estruturada em viés econômico.

Por isso, o Estado de Bem-Estar Social se efetivou na Europa central exatamente porque houve um amadurecimento histórico na sociedade industrial que definiu uma luta de classes. No Brasil e em países periféricos, o capitalismo tardio afetou profundamente essa transição e não houve uma mudança ou uma ascensão de uma burguesia constituída originariamente em solo brasileiro.

6.3 A sociedade industrial mais que tardia brasileira, impactos e consequências na formação da resistência da classe trabalhadora no Brasil

A industrialização no Brasil ocorreu por grupos já majoritariamente, além do econômico, também no poder político. Eram oligarquias oriundas e já possuidoras de terras e que invariavelmente interferiam e tinham peso no processo político local. A percepção de luta de classes percebida da Europa, por mais que até pela imigração de europeus no final do século XIX e começo do XX trouxesse o contexto da disputa dos meios de produção vivenciada em solo europeu, não havia uma sintonia histórica que permitisse essa importação em sua totalidade.

No Brasil havia os mesmos aspectos de dominação entre Casa Grande e Senzala, oligarquias com reproduções escravocratas a levarem essa tradição também para os núcleos urbanos e chãos de fábricas. A luta de classes seria dominada não por uma sociedade industrial propriamente dita, mas a visão patrimonialista de um Estado em que a classe trabalhadora ainda seria vista como cultura escravocrata ainda vigente.

A industrialização se formou no Brasil com uma classe trabalhadora não inserida dentro do processo de pertencimento da luta de classes erigida na sociedade industrial. Atuavam no chão de fábrica dentro de uma percepção escravocrata, complexada, sem entender que esse novo momento, não apenas nos meios e modos de produção, fomento tecnológico, se deu também nas relações laborais. Pedro Souza faz uma análise histórica interessante acerca de alguns aspectos do começo da industrialização brasileira e do cenário:

Os anos de crise final da República Velha e a ascensão e queda de Getúlio Vargas correspondem a um dos três períodos de significativo aumento da desigualdade no Brasil nos últimos cem anos, notadamente entre o início do Estado Novo e a primeira metade da Segunda Guerra Mundial. A fração recebida pelo centésimo mais rico saiu de cerca de 20% no fim da década de 1920 para 22% em meados dos anos 1930 e disparou depois de 1938, atingindo 30% em 1942 e 1943, para depois recuar levemente para 28% em 1945. As frações do 0,1% e do 0,01% mais ricos seguiram trajetórias semelhantes, apenas com maior estabilidade antes da guerra. [...] A extensão dos direitos sociais nos primeiros atos da Revolução não alterou o quadro, embora seja digna de nota. A exclusão de trabalhadores rurais em um país ainda muito pouco urbanizado evidenciou a indisposição ou incapacidade das novas elites dirigentes para lidar com a secular concentração fundiária brasileira, afinal, em 1940 cerca de 70% da população estava empregada na agropecuária ou em atividades afins. Nas áreas urbanas, trabalhadores domésticos, autônomos e demais categorias não reconhecidas permaneceram fora do arcabouço legal.⁶⁷³

Não que o capitalismo na sociedade industrial tenha sido um indutor de direitos trabalhistas e contra a exploração, mas esse novo momento produtivo da industrialização, sendo disputado por narrativas socialistas, de trazer para a classe trabalhadora uma importância para ser percebida em todo esse processo, fez com que as ideias liberais-capitalistas fossem obrigadas a aceitar direitos sociais.

Isso porque, na visão de Marx:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalismo industrial. Os mesmos homens que estabeleceram as relações de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias conforme as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.⁶⁷⁴

No Brasil, a sociedade industrial não aconteceu em sua totalidade. A classe trabalhadora nos núcleos urbanos não percebeu de imediato essa nova condição nas relações de trabalho, continuou a ser portar não como um vínculo em que se vendia a força de trabalho em troca do recebimento do salário. Isso também pode ser atribuído ao fato de grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras dos chãos de fábrica serem egressos do campo, devido

⁶⁷³ SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. **Uma História de Desigualdade: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil, 1926 – 2013**. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018. p. 291-293.

⁶⁷⁴ MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. Trad.: Miguel Macedo. Montecristo Editora Ltda., 2020. p. 1595.

exatamente à falta de oportunidade pelo grave problema agrário brasileiro na distribuição de terras, ou seja, percebiam essa oportunidade praticamente como um favor.⁶⁷⁵

Por isso, tendiam a se contentar, contemporizar e aceitar o oferecido. A regulação e alguns direitos trabalhistas eram recebidos como uma benesse que já era o suficiente para conformar boa parte da classe trabalhadora. Essas nuances são de fundamental importância para entender o desafio de estruturar a sociedade industrial sob o bojo, por exemplo, da compreensão de luta de classes e representação sindical.

A sociedade industrial brasileira não viveu, pelo menos em seu primeiro momento, sob a égide do ocorrido na Europa central. Havia também uma compreensão muito diferente do próprio do Estado, a classe trabalhadora ainda o percebia como uma autoridade distante a quem protegia o poder institucional, e com o mesmo viés tendencioso escravocrata e patrimonialista.

Ocorre que com a diluição, paulatinamente, da migração do controle de poder do campo para os núcleos urbanos, o Estado também foi afetado. A industrialização brasileira contribuiu decisivamente para que ocorresse um encontro do Brasil real não apenas com o oligárquico, patrimonialista e escravocrata, mas com o país que assentia em tirar trabalhadores e trabalhadoras do campo por negar o acesso à terra e os condenarem a um processo de concentração urbano, acarretando o fenômeno da favelização.

Manuel Castells alude que,

à medida que o tipo de produção capitalista se desenvolve no Ocidente, e o processo de industrialização acelera, seus efeitos fazem-se sentir na organização espacial e na estrutura demográfica das sociedades dominadas. Mas é necessário afastar logo um equívoco muito difundido na literatura especializada: não se trata do impacto da indústria sobre a urbanização, pois no início da implantação industrial é rara e pouco significativa, mas do impacto do processo de industrialização ocidental através de uma relação de dependência específica. Poderá, por exemplo, haver um impacto da industrialização sobre o crescimento urbano de um país, sem modificação sensível da proporção de mão de obra empregada no secundário, através do aumento da produção de um ramo industrial da metrópole, repousando sobre uma matéria-prima obtida no país dependente. Há portanto uma relação a estabelecer, por um lado, entre industrialização dominante e urbanização

⁶⁷⁵ Sérgio Buarque de Holanda traça uma perspectiva histórica importante acerca do assunto: “A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se pouco a pouco, nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem.” HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 105.

dependente, por outro lado, entre urbanização e o crescimento, no país, das atividades manufatureiras tecnologicamente modernas.⁶⁷⁶

Essa conjugação de fatores, propiciada pela industrialização brasileira, encontrou um Brasil já na década de 70 com alguns desses reflexos já consolidados, como uma massa trabalhadora urbana configurada dentro de um aceitável patamar de direitos trabalhistas, porém vivendo dentro desse processo de favelização e cada vez com mais encontrando dificuldade em se inserir dentro do mercado de consumo pelo achatamento salarial.

Além disso, o Toyotismo⁶⁷⁷, como meio de produção, iria avançava no conceito “just in time” e no trabalhador-modelo, o qual vestia o espírito da empresa. Mais uma vez, a objetificação e falta de identidade e reconhecimento enquanto classe trabalhadora avançava e fazia o papel da classe dominante na sociedade industrial. Essas condições foram determinantes para o movimento sindical ganhar corpo e surgir como algo mais sofisticado e longe da visão “pelega” do sindicalismo getulista.

O movimento sindical brasileiro dos anos 70, além de forte influência do Estado de Bem-Estar Social, se via no compromisso de romper com a visão de que praticamente seria um ambiente de continuidade estatal, para exatamente confrontar toda essa ordem posta. E foi nesse ambiente que, de certo ponto, foi demonstrada uma intenção da classe trabalhadora no Brasil de trazer para o centro do debate o conceito de luta de classes como fenômeno direto da sociedade industrial.

Seria perceber como Teones França menciona:

O Estado capitalista faz concessões aos mais pauperizados gratuitamente e por puro assistencialismo, quando, na verdade, tais ‘auxílios’ representam conquistas obtidas pelos trabalhadores - decorrentes da luta de classes – ou, como mínimo, estão na lógica de acumulação do capital – vide as políticas keynesianas.⁶⁷⁸

⁶⁷⁶ CASTELLS, 2020, p. 86-87.

⁶⁷⁷ Considerações acerca do modo de produção toyotista: “A nova organização do trabalho foi implantada progressivamente, nas duas décadas de 1950 a 1970, na Toyota. Tem uma dupla origem, já citadas primeiramente, as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto as americanas, e depressa, sob pena de desaparecerem. Em 1945, logo após a derrota japonesa e no momento da ocupação aliada, o presidente da Toyota, Kiichiro Toyoda, declara que é vital ‘alcançar os norte-americanos em três anos, sem o que será o fim da indústria automobilística japonesa. A segunda origem é a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago. Kiichiro Toyota escreve já em 1933: ‘Quanto ao método produtivo, tiraremos partido da experiência norte-americana de produção em série. Mas não o copiaremos. Vamos lançar mão de nosso potencial de pesquisa e criatividade para conceber um método produtivo adaptado à situação de nosso país. Taiichi Ohno, que foi por muito tempo vice-presidente da Toyota e é considerado o pai do Toyotismo, acrescenta: ‘Creio que foi essa a origem da ideia do tempo justo (just in time)’. GOUNET, 1999, p. 25.

⁶⁷⁸ FRANÇA, Teones. **Novo Sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2014. p. 1383.

Havia uma disposição de romper com esse complexo estrutural, em que grande parte da classe trabalhadora se percebia como uma espécie de subcidadão ou devedor pela oportunidade de emprego, ignorando a troca existente entre salário e força de trabalho. Haveria também aspectos interessantes, não só a reivindicação pelas melhores condições de trabalho, mas uma participação ativa e efetiva nos destinos políticos do país.

Esse movimento sindical traria uma compreensão de que praticamente, embora já três décadas do profundo processo de industrialização brasileiro, começou-se a ter as consequências da industrialização sob a concepção social brasileira. A luta de classes entraria para a compreensão da classe trabalhadora e o Estado não mais seria visto apenas como um patrono, mas ente externo aos interesses da massa proletária.

Os núcleos urbanos industriais seriam fomentados pela conscientização de todo o processo vivido pela classe trabalhadora brasileira, do êxodo rural à favelização, seria uma consequência direta de que sociedade industrial até então construída, teria de atender a outros critérios que não fosse o de apenas mudar o cenário, mas também o enredo. Não adiantaria ter hoje uma massa trabalhadora urbana se a compreensão oligárquica e rural do campo continuasse.

Sob a perspectiva histórica, Pedro H. G. Ferreira de Souza faz uma síntese interessante a respeito do período:

A constatação de que a desigualdade perdeu importância nas discussões acadêmicas entre meados dos anos 1970 e o início dos anos 1990 é indissociável dessa reviravolta. Após os tumultos dos anos 1970 e seus espasmos igualitaristas, o desmoronamento das narrativas benignas deu lugar a uma constelação de teorias que oscilavam entre a indiferença e a antipatia ao questionamento e, mais ainda, à politização das questões distributivas, e não raro com boa dose de fatalismo. [...] Um corolário dessas tendências foi a inversão do fardo da prova: diante do conflito cada vez mais aceito entre eficiência e igualdade e da crise macroeconômica, consolidou-se de vez o padrão de que as críticas e apelos igualitaristas é que tinham de justificar sua relevância, ao contrário do que ocorrera nas primeiras décadas do século XX, quando eram os desvios em relação ao igualitarismo que tinham de ser legitimados. A renovação do interesse pela desigualdade a partir dos anos 1990 não alterou esse padrão, o que, como veremos, impôs certas estratégias retóricas e estimulou uma grande literatura sobre as consequências da desigualdade. Outro corolário é que a concepção da desigualdade em termos binários ou polarizados esmoreceu junto com o interesse pelo tema.⁶⁷⁹

O Partido dos Trabalhadores, logo no começo da década 80, veio sob esse viés do novo sindicalismo, um movimento político partidário que sinalizava por uma participação e reflexão além da luta para reinstaurar a democracia no Brasil, seria uma sinalização da classe

⁶⁷⁹ SOUZA, 2018, p. 127-129.

trabalhadora de afirmação na disputa do poder, tanto que logo na primeira eleição após sua fundação houve vários candidatos da sigla petista.

O PT compreendeu que a luta de classes⁶⁸⁰ na democracia liberal burguesa não seria utilizada como instrumento revolucionário, mas sinalização de medição das correntes políticas e nessa altura com efeito de disputar o controle político com a realidade neoliberal posta.

Chico de Oliveira, por sinal, afirmou que Lula, apesar de estar inserido ou ser produto da luta de classes, nunca gostou dela e tentava equalizá-la por uma simulada coalização de interesses que a negava.⁶⁸¹

Os sindicatos inseridos no liberalismo reformista não perceberam a gravidade que seria o avanço do neoliberalismo para as suas pretensões de começar a avançar na representatividade da classe trabalhadora. Com o dismantelamento da formação operária da sociedade industrial, havia uma absorção da capacidade produtiva brasileira pelo discurso neoliberal, dificultando a tomada da consciência de classe.

Esse fenômeno produz uma tomada perigosa que Marilena Chaui explicou da seguinte forma:

[...] Visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao modo de aparecer do social como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.⁶⁸²

O PT, por mais que se tornasse um dos maiores partidos da América Latina do campo progressista, senão o maior, por mais que tivesse capilaridade no movimento sindical, não tinha inserção nessa massa de trabalhadores que começava já a surgir orientada pelo viés neoliberal.

Diferentemente do Estado de Bem-Estar Social, que trazia e formava uma consciência de classe na classe trabalhadora, o neoliberalismo aprofundava a desinformação e a alienação

⁶⁸⁰ Chico de Oliveira, no tocante à luta de classes, fazia uma análise econômica que de certa forma explicava o caráter reformista do governo Lula. O professor propunha uma nova forma de pensar a economia brasileira, oposta à da intelectualidade da época que, ao mesmo tempo que denunciava a miséria em que vivia (ainda vive) a maior parte da população latino-americana, mantinha seu esquema teórico amarrado à economia de mercado. Essa dualidade, segundo Chico, “reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral”, levando as proposições reformistas que reduziam a luta de classes à demanda”. OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: Uma Biografia Não Autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 219.

⁶⁸¹ Ibid., p. 160.

⁶⁸² CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (orgs.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 18-28. p. 25.

do seu lugar de representação, desfigurando o chão de fábrica mais do que economicamente, socialmente, até porque não existia qualquer interesse em fazer um equilíbrio, muito pelo contrário, para o modelo neoliberal triunfar, haveria de se estimular e formar uma grande desigualdade.

O PT se consolidava como um partido de ideias novas, mas já representando uma metodologia sindical pós-Segunda Guerra que já entraria em desuso exatamente pelos efeitos do neoliberalismo. Compreendeu a luta de classes, mas já começava a nascer um sentimento de propagação de que o problema não seria a luta de classes, mas a ideia da superação desse conceito como linha demarcatória da sociedade industrial.

Artur Henrique vai ao cerne da questão e aponta:

Alguns sindicalistas acreditaram que o governo Lula promoveria mudanças automaticamente, não levando em consideração a correlação de forças, a existência de um Congresso Nacional amplamente conservador, o papel da mídia e do Poder Judiciário, as alianças feitas para chegar à vitória. Essa visão, além de equivocada, poderia levar à acomodação. Afinal de contas, a luta de classes não acabou com a vitória de Lula.⁶⁸³

O trabalhador ou trabalhadora no neoliberalismo entendia as relações de dominação no ambiente laboral como circunstanciais e praticamente necessárias na organização social. Pelo individualismo que caracterizava as vontades neoliberais, na verdade, existia mais uma empatia com quem explorava do que com quem também era explorado ou explorada.

Tal intento é explicado exatamente pelo neoliberalismo atingir o tálamo da coletividade, solidariedade e compaixão. O ego e o individualismo imperam. Há uma sinergia e uma naturalização de se imaginar no lugar de quem explora, como uma consequência do progresso de vida ou ascensão social. O aceite em preterir os direitos trabalhistas é codificado ou condicionado já como uma equiparação ao patrão.

A linguagem do PT, desenvolvida totalmente sob a ideia de uma sociedade no Estado de Bem-Estar Social, terá de aplicar o seu discurso ao chegar no poder a uma espécie de sociopatia coletiva que ignora o sofrimento dos semelhantes e se regozija com quem o domina. É como um escravo confraternizar com quem o açoita. A perda da sensibilidade sensorial em se perceber como é demonstra um forte legado do neoliberalismo.⁶⁸⁴

⁶⁸³ HENRIQUE, Artur. Um Olhar dos Trabalhadores: Um Balanço Positivo, uma Disputa Cotidiana e Muitos Desafios pela Frente. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 503-538. p. 507.

⁶⁸⁴ Pablo Gentili e Dalila Andrade preceituam que “o governo democrático-popular iniciado por Lula reverteu significativamente o processo de desinvestimento social que tinha caracterizado o governo neoliberal do seu antecessor. [...] A partir de 2003, as políticas públicas orientadas para promover uma melhor distribuição de renda e o acesso dos mais pobres a uma ampla esfera de direitos aumentam significativamente. O aumento

O PT chega ao poder com o discurso de mudança, mas com uma população que entende uma das suas principais bases de apoio, o movimento sindical⁶⁸⁵, como totalmente dispensável. Foi eleito pelo que estava ruim, mas não necessariamente em acreditar na capacidade de estabelecer uma real efetividade e melhorias na vida do povo trabalhador.

Na verdade, o apoio popular do PT muito se deu pela via dos também movimentos sociais, dentre estes, destaca-se o Movimento Sem Terra (MST), criados praticamente na mesma época e traziam uma sinergia, uma representatividade identitária, embora atraíssem uma repulsa dos setores médios urbanos.

Os movimentos sociais, aliás, seriam a grande resposta popular ao neoliberalismo. Enquanto os sindicatos são asfixiados e desidratados com a política de agressão neoliberal, os movimentos sociais ascendiam como uma representatividade espontânea, orgânica e com forte apelo popular nessa tônica de evitar a sindicalização, porém exercer a sua conscientização.

O PT, ao apostar no processo de burocratização do sindicato e os trazer em demasia para dentro do governo, perdeu o senso referencial nas bases sindicais e um canal de interlocução com um nicho mais popular, recuperando essa possibilidade com os movimentos sociais, às vezes não tão bem compreendido pela organicidade partidária.⁶⁸⁶

progressivo e sistemático do gasto público social durante os dois governos do presidente Lula é uma clara evidência disso, chegando a R\$ 638,50 bilhões, 15,24% do Produto Interno Bruto (PIB). GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. À Procura da Igualdade: Dez Anos de Política Educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 423-441. p. 426.

⁶⁸⁵ Essa visão de um movimento sindical que pouco contribui foi ainda mais estimulada no neoliberalismo. No Brasil, mesmo com ascensão do novo sindicalismo na década de 1970, havia resistência e muito se falava, pela própria classe trabalhadora da burocracia em excesso, conforme se pode depreender da obra de Luís Flávio Rainho: “A minha frustração [como dirigente sindical], além dessas coisas, é que tem muito a fazê-lo pela classe trabalhadora e nós podemos fazê pouquíssimo. [...] Era preciso fazê mais. E fazê mais de qui jeito, se, em firmas de vinte, trinta mil empregados, nós temos três dirigentes sindicais? [...] Aqui a gente vive mais na base de pedi. [...] A gente usa muito a palavra conscientizar o trabalhador, mais é duro conscientizar o trabalhador, quando ele sabe que na porta da fábrica tem cem esperando que ele seja mandado embora pra entrá nu lugar dele... [...] E u Sindicato só tem pra oferecer pra ele luta; e jamais ele vai querê lutar, pelo menos enquanto ele não tomar consciência das condições que ele está submetido, e, quando ele tomar essa consciência, ele é despedido e começa a vida dele outra vez. [...] “Agora, a gente observa, que o trabalhador, realmente, de um jeito ou di outro, ele num vai lá, seja porque num si interessa pelo Sindicato, seja porque ele num qué nada mesmo, espera que u negócio venha de cima mesmo, espera que o governo resolva tudo. Então, ele acha que aquilo não resolve nada...que não resolve nada, e fica pur isso mesmo”. [sic]. RAINHO, Luís Flávio. **Os peões do grande ABC**. Petrópolis: Vozes, 1980. p.220

⁶⁸⁶ Em entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili, Lula faz a seguinte análise sobre a natureza do PT: “Existem dois PTs. Um é o PT congressual, parlamentar, o PT dos dirigentes. E outra coisa é o PT da base. Eu diria que 90% da base do PT continua igualzinha ao que era em 1980. Ela continua querendo um partido que não faça aliança política, mas ao mesmo tempo sabe que, para ganhar, tem que fazer acordos políticos. É uma base muito exigente, muito solidária e ainda desconhecida de parte da elite brasileira que conhece o PT superficialmente. O PT é muito forte no movimento social. O PT é muito forte no interior do país. E nem sempre essa fortaleza se apresenta na quantidade de votos. E tem o PT eleitoral. E, hoje, ou nós fazemos uma reforma política e mudamos a lógica da política, ou a política vai virar mais perversa do que já foi em qualquer outro momento. É preciso que as pessoas compreendam que não só a gente deveria ter

As crises humanitárias e econômicas que marcaram as décadas de 80 e 90 não passaram incólumes e a própria voluntariedade da organização espontânea fez com que se levantasse uma perspectiva de uma sociedade que despontava com uma pior qualidade de vida coletiva e cada vez mais adoecimentos, principalmente psíquicos, ante a ode ao ego e individualismo.

Gaulejac percebia as contradições existentes no capital/trabalho e as suas consequências:

De um lado, uma forte identificação com o ‘interesse da empresa’ uma interiorização da lógica do lucro, uma adesão às normas e aos valores do sistema capitalista; do outro, uma condição salarial submetida às imprevisibilidades da carreira, ao risco da dispensa, à pressão do trabalho e a uma competição feroz.⁶⁸⁷

O movimento sindical, arrefecido pelo avanço do neoliberalismo, quedava-se praticamente inerte ante o avanço do desmonte das políticas do Estado de Bem-Estar Social, não mais atingia ou de fato se conectava com a ideologia do individualismo propagada pelo neoliberalismo. O direito do trabalho em pouco tempo passou de ponto civilizatório inquestionável para proteção excessiva laboral e que atrapalharia até a oferta de empregos.

Diz Ricardo Antunes:

Esse processo de reestruturação produtiva do capital, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 70, forçou uma redefinição do Brasil em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua (re)inserção no sistema produtivo global do capital, numa fase em que o capital financeiro e improdutivo expande-se e também afeta fortemente o conjunto dos países capitalistas. Por certo, a conjugação dessas experiências mais universalizantes com as condições econômicas, sociais e políticas que particularizam o Brasil tem gerado fortes consequências no interior do seu movimento social, em particular entre os movimentos operário e sindical.⁶⁸⁸

Tal narrativa contribuiu e muito para fazer dos países periféricos uma espécie de conformismo em se colocar como mão de obra barata e precarizada, sem acesso a uma legislação trabalhista mais protecionista. Essa situação é de extrema importância ser relatada

financiamento público de campanha, como deveria ser crime inafiançável ter dinheiro privado nas campanhas; que você precisa fazer o voto por lista, para que a briga se dê internamente no partido. Você pode fazer um modelo misto – um voto pode ser para a lista, o outro para o candidato. O que não dá é para continuar do jeito que está. Sinceramente, não dá para continuar do jeito que está.” SADER, Emir; GENTILI, Pablo. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 10-46. p. 36.

⁶⁸⁷ GAULEJAC, Vicent. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Ideia e Letras, 2009. p.39

⁶⁸⁸ ANTUNES, 2009, p. 233.

porque o ponto de inflexão ao Estado de Bem-Estar Social foi exatamente um maior equilíbrio entre a classe trabalhadora e a patronal.

Mas não somente isso, a própria crise vivenciada no ano de 1968 foi produto de um maior questionamento por mais direitos da classe trabalhadora. Ainda existiria acúmulo de riqueza suficiente e passível de ser repartida, porém o tradicionalismo, o conservadorismo também erigido em uma sociedade industrial entrelaçado com valores religiosos, trazia de certa forma uma incongruência com o pretendido pelo Estado de Bem-Estar Social. O trabalho imaterial reestruturava, recondicionava a lógica de produção até então vigente, retirando o protagonismo do chão da fábrica.

Para Fernanda Lira,

tal transformação social evidencia-se na década de 1970, ou seja, na primeira fase da reestruturação do capitalismo, como fruto das lutas operárias e sociais, que, opondo-se à retomada da iniciativa capitalista, consolidaram os espaços de autonomia conquistados na década precedente. A subordinação do trabalho imaterial ao grande capital não muda, mas este reconhece e valoriza a nova qualidade de trabalho.⁶⁸⁹

Se havia, em um primeiro momento, uma confluência do Estado de Bem-Estar Social com os valores tradicionais da família judaico-cristã, no pós-Segunda Guerra o incremento e o fortalecimento dos direitos fundamentais traziam uma concepção de vida cada vez mais libertacionista nos costumes. Movimentos feministas, antirracistas, a favor de um discurso de paz e contra as guerras, causaram atenção à ordem política global vigente. Domenico Losurdo avalia que:

O poder e a ideologia dominantes são ainda tão fortes que apenas deixam espaço para explosões de cólera, que revelam sim um difuso e profundo mal-estar, mas não promovem nenhuma alteração real na situação. E o movimento de protesto ataca mais o neoliberalismo econômico do que o político; visa às próprias medidas de austeridade antipopulares mais do à ‘plutocracia’ com base na malograda edificação ou no desmantelamento do Estado de Bem Estar Social.⁶⁹⁰

Oportuno atentar que à essa época a Guerra Fria demarcava o mundo entre a bipolarização comunista e capitalista, disputando literalmente as fronteiras geográficas em condições estratégicas de ocupações a representar influência nas mais diversas regiões

⁶⁸⁹ LIRA, 2016, p. 115.

⁶⁹⁰ LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**: crise, sociedade do espetáculo, guerra. 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2020. p. 75.

mundiais. A cultura era amplamente dominada pelo viés ideológico ao qual servia determinado país.⁶⁹¹

Havia um receio, dependendo do lado em que se filiava determinada nação, de uma influência política ideológica em aspectos culturais que terminassem por envolver, no caso do Ocidente, sementes revolucionárias como fora o caso da Revolução Cubana. Importante pontuar que defecções entre nações em determinados blocos de países poderiam representar uma interferência geopolítica em toda uma região.

No Ocidente todos esses movimentos, feministas, antirracistas e por maior igualdade nos direitos civis em todos os âmbitos, eram interpretados como uma ponte com o comunismo e que o Estado de Bem-Estar Social, em certa medida, facilitava. Foi exatamente esse ponto que fez da ala importante da Igreja Católica, por exemplo, de bom grado às ideias neoliberais, um freio ao que poderia ser tornar um caminho irremediável para as ideias socialistas.

O neoliberalismo surgia em um cenário favorável em que suas ideias econômicas poderiam ser importantes, mas apenas desempenhar um papel estratégico e funcionar como um escudo estratégico contra as ideias comunistas ou socialistas. Éric Alliez e Maurizio Lazzarato mencionavam, a partir de um parâmetro histórico, que:

Para Lênin, o imperialismo é inseparável do capital financeiro que se impõe como direção e liderança do capital industrial e comercial a partir de 1860. O capital financeiro não é uma perversão ou anomalia da natureza industrial do capitalismo, é a realização desta e só se efetiva plenamente quando a sua hegemonia se traduz na realização de todas as mais-valias políticas.⁶⁹²

Nesse cenário, o Brasil se colocava como um país estratégico geopoliticamente a ser fiador do neoliberalismo exatamente pelas suas características de liderança na América Latina e também como maior país católico a facilitar a vedação anticomunista na região. Fora esses pontos, como já comentado, guarnecia de uma classe trabalhadora formada em bases escravagistas que até então poderiam se moldar mais facilmente às ideias neoliberais.

Esses requisitos faziam da fundação do Partido dos Trabalhadores uma tentativa de se sobrepor a uma ordem política vigente que atuaria em todas as frentes para mitigar qualquer espaço a possibilitar uma sinergia com classe trabalhadora. Aqui se faz importante dizer que,

⁶⁹¹ Luís Fernandes, analisando o assunto, comentava: “[...] Após a ‘lua de mel’ da aliança contra o nazismo, os Estados Unidos passaram, a partir de 1947, para uma política deliberada de ‘contenção do socialismo soviético’, dando início à conforontação bipolar da Guerra Fria, a qual viria dominar (com intensidade variada) toda a evolução do sistema internacional nas quatro décadas seguintes.” FERNANDES, 2017, p. 130.

⁶⁹² ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 136.

desde a primeira eleição presidencial disputada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, já se partia de um percentual de trinta por cento do eleitorado.⁶⁹³

No entanto, esse percentual o credenciava como porta-voz do espectro ideológico da esquerda, porém sem vaticinar ou possibilitar uma competitividade maior no processo eleitoral brasileiro. Mais do que avançar nas pautas costumeiras e vencer o conservadorismo no Brasil, o PT teria, desde sua fundação, de conviver com o neoliberalismo como pauta econômica a obstacularizar o seu programa de governo.

Boito Jr., a partir do prisma suscitado no parágrafo, faz análise interessante:

Ao longo da história republicana acumulou-se uma revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania ‘restrita’ e ‘hierarquizada’ e contra o Estado clientelista, e essa revolta converteu-se, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal. O neoliberalismo ‘confiscou’ essa revolta difusa e a dirigiu para o objetivo de construção de um ‘Estado Mínimo’ no Brasil. Transformou a revolta contra o caráter excludente e desigual da cidadania e contra o clientelismo em base da massa para a política de redução da cidadania e dos serviços públicos e sociais.⁶⁹⁴

Ocorre que, desafiando o possível e abraçando o impossível, o PT percebe que a sua chegada ao poder, mais do que vencer o neoliberalismo, seria administrá-lo. Essa cobiça e necessidade eleitoral, na chegada ao poder, trouxe ao então presidente Lula a incumbência de acenar para a ordem mundial posta neoliberal, sem enfrentar de fato os problemas estruturais do Estado brasileiro pelo remédio certo.

Além disso, parece restar evidente que esse não enfrentamento ao neoliberalismo, recompensado por políticas sociais, amparado ainda por um reconhecimento na aprovação do período Lula (2003 – 2010), contribuiu para que se perdesse o referencial de como a classe trabalhadora entendeu as políticas de governo no sentido emancipatório e ciente do seu papel nesse processo neoliberal, em que se falar em direitos sociais seria quase uma heresia.

Pelos resultados pós-governo Lula, com todas as consequências do golpe transvestido de *impeachment* contra a presidenta Dilma, o pedágio a ser pago pelo PT foi, como um síndico, resolver os problemas pontuais do condomínio, mas não os estruturais. Dessa forma, a classe trabalhadora não apoiou o governo Lula por ter compreendido a importância de uma pauta em sintonia com as demandas da massa operária, mas sim pelo conforto momentâneo a

⁶⁹³ No segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva obteve 31.076.3664 milhões de votos, representando o percentual de 37, 87%, ficando em segundo lugar contra o candidato eleito Fernando Collor de Melo. O PT e as eleições presidenciais de 1989. **Perseu**, ano 6, n. 8, p. 123-254, 2012. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁶⁹⁴ BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas, CUT, Unicamp, ano 9, n. 1, p. 26-33, 2002.

ser alcançado. Não interpretaram como um processo histórico, apenas como um período economicamente satisfatório aos interesses de consumo.

Ao relativizar o enfrentamento perante o neoliberalismo, o PT cometeu o erro de não pensar um legado de governo a longo prazo e pagou por isso. O pós-governo deu a exata temperatura de que o neoliberalismo não concilia com direitos sociais, além disso, não faz cerimônia para legar à democracia o desprezo que o mercado emprega a quem no seu caminho estiver.⁶⁹⁵

Um partido pautado em princípios de que nascia exatamente das necessidades da classe trabalhadora afrontadas pelas políticas neoliberais, ao tergiversar e não as enfrentar, seria cavar um destino raso para aportar o seu legado.⁶⁹⁶ O movimento sindical por participações do governo, o que lhe era de direito, diga-se, prescindiu de na prática realmente enfrentar quem não queria mais lhe ver existir.⁶⁹⁷

Esse cálculo precipitado praticamente impediu uma reversão na correlação de forças ante o neoliberalismo. O sindicalismo converteu-se em um aparelho governamental tão limitado ou “pelego” que argumentava contra a falta de ação ao modelo econômico sinônimo do seu calvário, por motivos que não eram mais do que obrigações de um governo trabalhista.

O mais importante, além do óbvio, seria exatamente tentar reverter o ambiente hostil que o neoliberalismo legava. A história, como espectadora do presente, debocha de quem não a observa. O recém-empossado governo Lula, em um país carente de qualquer política mais profunda social, seria relativamente fácil de agradar a quem nunca recebeu atenção ou foi prioridade.

⁶⁹⁵ Na visão de Michael Löwy, o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma em 2016 foi consequência das coalisões social-liberais, que não rompem com os fundamentos do “Consenso de Washington”, mas realizam várias medidas sociais progressistas. O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos. LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p.78-86. p. 79.

⁶⁹⁶ Dessa polêmica, Cyro Garcia fazia oportunas considerações e vaticinava: “Este comportamento da burguesia leva a um questionamento: mudou a burguesia, se transformando em mais democrática, ou mudou o PT, se ajustando às suas necessidades enquanto classe dominante? A resposta para esta questão é categórica: mudou o PT, se transformando num partido de sustentação da ordem neoliberal. GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012. p. 176.

⁶⁹⁷ Ao aderir à cartilha de governo, para muitos os sindicatos poderiam sofrer uma descaracterização que foi analisada por Pollak da seguinte maneira: “Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou a si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989. p. 10.

Esse foi exatamente o quesito em que o movimento sindical perdeu o passo da história e se colocou como linha auxiliar de um governo, por mais que seja trabalhista, atua dentro de uma lógica que cerceia a atividade sindical. Em certa medida ocorreu capturação similar ao período getulista. Priorizou espaços oficiais, quando a verdadeira mudança e enfrentamento se daria nas ruas, haja vista a dificuldade de cativar a classe trabalhadora capturada pelo padrão de consumo neoliberal.⁶⁹⁸

Ruy Braga comenta essa ocupação de cargos na máquina do Estado por parte dos sindicalistas:

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marca por uma verdadeira reviravolta ‘transformista’ nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, que, naturalmente, nos ajuda a compreender as mudanças recentes verificadas nos sindicatos. [...] Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais [...].⁶⁹⁹

O movimento sindical, por uma perspectiva circunstancial e momentânea, confundiu o espaço burocrático com ambiente de práxis política. Subverteu toda uma dialética do enfrentamento constituída desde a fomentação da sociedade industrial e, como um processo de acompanhamento da desindustrialização, se furtou a tomar para si a responsabilidade de enfrentar o neoliberalismo.

Afora esse cenário, havia uma compreensão da evidente fragilidade da democracia brasileira. O sindicalismo brasileiro não podia creditar confiança em um Estado Democrático de Direito negociado e permissivo, dotado de uma vocação historicamente autoritária, apenas momentaneamente adormecida.

No entanto, se a lógica de poder dos partidos políticos passa por ocupar a burocracia estatal, os sindicatos têm no equilíbrio da relação capital e trabalho a sua linha de atuação. Para isso, deveria resguardar determinado distanciamento de governos, pois o seu apoio ou

⁶⁹⁸ Segundo Cyro Garcia, “o PT detinha um enorme capital político que lhe permitiu nas eleições de 2002 encarnar o ideal antineoliberal, ainda que, na prática, ao longo da década de 1990 tenha se colocado como um sócio minoritário na implementação do projeto neoliberal, principalmente através do aval que os fundos de pensão, em grande parte co-dirigidos por sindicalistas petistas. [...] Com a chegada do governo, o PT assumiu espaços dos acionistas majoritários, lançando-se com avidez na implementação do mesmo projeto do seu antecessor [...]”. GARCICA, 2012, p. 184.

⁶⁹⁹ BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. p. 204.

participação irrestrita seria sob o interesse de pessoa jurídica e menos de pessoas físicas as quais representavam.

Além disso, havia um avanço dos movimentos sociais⁷⁰⁰ que, ao mesmo tempo que indicavam um novo momento organizativo da sociedade civil, serviriam para trabalhar pautas interseccionalizadas muito além das engessadas pautas trabalhistas. Esses movimentos buscavam correlacionar a degradação das condições de vida da classe trabalhadora não como uma visão apenas econômica, mas que demonstrasse os impactos do neoliberalismo para além da objetividade, também na subjetividade humana.

Sob esse prisma Everaldo Gaspar, Fernanda Lira e Isabela D'Angelo apontam que:

O desemprego estrutural não só reduz a força de trabalho formal, como impacta na filiação e desenvolve um medo, já que os desempregados, para esta modalidade de trabalho, deixam de ser o exército de reserva da mão de obra; a supremacia do setor serviços, no âmbito da população economicamente ativa formal pulveriza o movimento, na medida em que abrange categorias profissionais heterogêneos, o mesmo ocorrendo com a terceirização. Ambos provocam uma reviravolta na estrutura organizacional do chamado chão de fábrica e desencadeia uma desarticulação e uma desmobilização. Os padrões e as pautas reivindicativas voltadas apenas para o interior das organizações produtivas também desestimulam os trabalhadores rumo a uma atuação mais eficaz. Some-se a tudo isso, a ausência de garantia de emprego; as formas ainda mais cruéis de subordinação, aliadas aos rituais do sofrimento e a morte lenta no trabalho decorrentes do modelo de gestão conservadora – fruto da passagem do modelo taylorista para o modelo de acumulação flexível.⁷⁰¹

O Partido dos Trabalhadores, comprometido a chegar ao poder político burguês, deixou, senão de perceber, mas de atender a uma necessidade fundamental para quem carrega as características e as justificativas de sua fundação. Não poderia se afastar da base, do chão de fábrica, algo que, além de depor contra o seu próprio sentido de existência, o torna um partido burocratizado.

O neoliberalismo, ao praticamente dominar os conceitos das relações humanas pós-Estado de Bem-Estar Social, construiu um muro ideológico na classe trabalhadora a determinar inevitavelmente o que a sociedade industrial teria fomentado como *homos*

⁷⁰⁰ Frei Betto faz uma interessante confissão no tocante à atuação dos movimentos sociais e que muito ilustra a representatividade dessas entidades perante a sociedade: “Meu fio de esperança se prende aos movimentos sociais. Não são perfeitos. Neles há também oportunistas e corruptos. Mas estes são exceções. Porque a base da maioria dos movimentos é a gente pobre que luta com dificuldade para sobreviver. Essa gente costuma ser visceralmente ética. Não acumula, partilha. Não se entrega, resiste. Não deixa derrotar, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.” FREI BETTO. Meu fio de esperança. **Correio da Cidadania**. 2016. <https://www.correiodacidade.com.br/colunistas/frei-betto/11701-30-05-2016-meu-fio-de-esperanca>. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁷⁰¹ ANDRADE, 2015, p. 25.

economicus ideal, uma nova linhagem de pensamento e se colocar distante e indiferente a direitos históricos conquistados.

Tavares e Soares percebiam esse problema da seguinte forma:

Não sendo objetivo do capital o pleno emprego, na medida em que a reestruturação produtiva inaugura novas formas de organização e gerenciamento do processo de produção, o não emprego, seja subemprego, atividade informal, prestação de serviços etc., vai sendo transfigurado em trabalho individual, independente, em conta própria, em empresa etc., enfim, em relações que permitem colocar em dúvida a luta de classes, a exploração da mais valia, os direitos do trabalho, o caráter da política, o sujeito revolucionário.⁷⁰²

O então presidente Lula, ao chegar à presidência, em 2003, trazia como compromisso de campanha um plano de governo voltado para as políticas sociais. No entanto, a conjuntura econômica neoliberal o obrigaria a conciliar toda essa necessidade apontada pelo resultado das urnas com a viabilidade e a possibilidade economicamente extraídas do protagonismo neoliberal em qualquer que fosse o quadrante dos países então tidos como periféricos.⁷⁰³

O Partido dos trabalhadores, após pouco mais de duas décadas de fundação, ascendia ao poder pela mesma narrativa social, porém com uma conjuntura política totalmente redefinida dos seus primeiros anos. A composição no cenário internacional praticamente hegemonizada pela narrativa neoliberal, embora aparentasse movimentos de crises reais, tinha no interesse privado das grandes corporações a necessidade de limitar cada vez mais a soberania dos países.

Ricardo Antunes comenta que:

[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial. [...] Noutro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização de trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da

⁷⁰² TAVARES, Maria Augusta; SOARES, Marco Antônio Tavares. O trabalho em pauta. **Em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro, n. 20, 2007. p. 18.

⁷⁰³ André Singer comenta as características e desdobramentos da política conciliatória abraçada pelo governo Lula: “O programa consistiria em manter o Brasil alinhado ao receituário neoliberal, bem como dentro da órbita do capital internacional e da liderança geopolítica norte-americana. Para a coalizão produtivista, a meta primordial seria acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à reindustrialização, permitindo tornar mais veloz a distribuição de renda. Supunha-se que a união rentista encontrava canal privilegiado no PSDB, pela simpatia que o partido auferia no setor financeiro e na classe média tradicional. No campo produtivista, o PT permaneceu como partido da maior parte do movimento sindical e, na sua versão lulista, do subproletariado. Tornou-se amigável ao setor industrial a partir de 2002, movimento que resultou na presença do empresário têxtil José Alencar na chapa de Lula em 2002 e 2006. O PMDB, por sua vez, conseguiu fincar raízes no agronegócio, fração que oscilava entre as duas coalizões principais.” SINGER, 2018, p. 57-58.

Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta.⁷⁰⁴

Não à toa as legislações trabalhistas passaram a sofrer uma pressão para serem mitigadas exatamente porque desde a fundação do então dito Estado Moderno, dos teóricos contratualistas, a soberania estatal nunca foi posta tão em xeque. Se antes pelo poder das armas ou controles de determinados grupos políticos de nações imperialistas, agora pela economia, pelo neoliberalismo.

Ricardo Antunes, no concernente à questão brasileira em específico, assevera:

É neste quadro, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro, a perda da razão social do trabalho.⁷⁰⁵

Exatamente por essas características neoliberais expostas e percebidas, Peter Evans percebe também uma oportunidade de que a globalização, até então aventada como uma das características mais definidoras do capitalismo contemporâneo, pode gerar um efeito reverso e impulsionar uma solidariedade da classe trabalhadora em âmbito transnacional e fortalecer um movimento proletário global.⁷⁰⁶

O governo Lula, para equilibrar tal cenário, precisaria estar amparado por um forte apoio popular mobilizado. Os sindicatos precisariam ter de exercer um papel fundamental nessa composição de enfrentamento ao neoliberalismo, haja vista o achaque aos direitos trabalhistas serem um dos principais objetivos, senão o maior, como símbolo de um direito social a ser dizimado pelo neoliberalismo.

No entanto, o cenário desfavorável e pouco afável ao plano de governo petista, do ponto de vista prático exigiria praticamente um acordo em que se fechasse, na mesma conta, políticas sociais e austeridade econômica. Essa complexa engenharia impingia um compromisso de governabilidade de que cada vez mais esse arco de alianças parlamentares ou

⁷⁰⁴ ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 65.

⁷⁰⁵ Ibid., p. 17.

⁷⁰⁶ EVANS, Peter. National Labor Movements and Transnational Connections: Global Labor's Evolving Architecture under Neoliberalismo. **Global Labour Journal**, v.5, n.3, p. 258-282, set. 2014.

federativa, partindo de governadores e prefeitos, exporia as discrepâncias de interesses que caracterizavam uma federação completamente heterógena nas necessidades.

A mobilização popular, que seria uma espécie de fiel da balança para contrabalancear esse difícil cenário político, foi completamente abduzida pelo neoliberalismo desmobilizador e propagador de um Estado ineficiente e corrupto. Ora, a aporia estava evidenciada ao constatar que a mesma base de apoio ao governo Lula, fiadora das políticas sociais, estava cooptada pelas ideias neoliberais e refutava ou até reconhecia uma importância do debate político no fortalecimento de uma maior efetividade estatal. Porém, a criminalização dos movimentos sindicais, berço institucional da classe trabalhadora, atraía uma possibilidade de coletivos desmobilizados serem capturados pelas ideias de quem os oprimia.

Aliás, diferentemente do liberalismo clássico que enxergava no sindicato a voz organizada da classe trabalhadora e neste contexto se constituía até a luta de classes, o neoliberalismo, como já aludido, não interagiu sob essa perspectiva e na desmobilização da classe trabalhadora o sindicato se perdia como uma entidade disfuncional e com o intuito de se locupletar nas contribuições legalmente previstas.

Roger Sue percebe essa mudança de perspectiva e apregoa:

[...] Admitir que, se o trabalho se desagrega, o vínculo civil, de algum modo, se desloca. E o que é novo é que a retroação desta desagregação da ligação social se repercute na esfera comunitária. Porque, se os corpos intermediários, representações sindicais e corporativas forneciam um suporte à cidadania [...]. Se o trabalho – e com eles as substituições que forneciam à cidadania [...] Se o trabalho deixa de representar um futuro em que o crescimento estaria a par de um bem-estar, o sentimento de pertença perde o seu apoio e a razão de ser.⁷⁰⁷

Como esperado, as forças neoliberais operaram no Brasil no sentido de “colar” exatamente no Partido dos Trabalhadores esse desgaste do movimento sindical. Força partidária com fortes vínculos no sindicalismo, embora ascendendo ao poder, iria continuar a mitigar a sua representação no tocante à mobilização popular.

Porém, o próprio PT contribuiu para que os sindicatos fossem de certa forma capturados pelo neoliberalismo, com a sua burocratização em excesso. Há quem defenda que os sindicatos, como corpo representativo, estão legitimados para ocupar os espaços do poder político; no entanto, existem variantes as quais devem ser consideradas.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ SUE, Roger. Sociedade activa e novas utilizações do tempo. In: BLINDÉ, Jérôme (org.). **As chaves do século XXI**. Lisboa: Unesco – Instituto Piaget, 2000. p. 428.

⁷⁰⁸ Ruy Braga demonstra como essas relações entre o movimento sindical e os governos do PT se deram: “[...] posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e

Não é porque o sindicato se constitui um corpo organizativo que necessariamente terá de assumir a via institucional do poder político, muito pelo contrário. Como entidade instituída exatamente com uma vocação praticamente de “*fiscal legis*”, a partir do momento que inverte o papel e vai para o outro lado da mesa da negociação, perderá a sua identidade enquanto órgão de classe.

Até como contraponto a toda essa lógica, Emma Goldman aponta como se deve afrontar as estruturas de poder e os sentimentos os quais deveriam nortear os sindicatos:

O indivíduo é a verdadeira realidade da vida, um universo em si. Ele não existe em função do Estado, ou dessa abstração denominada ‘sociedade’ ou ‘nação’, e que nada mais é que um ajuntamento de indivíduos. O homem sempre foi e é – necessariamente – a única fonte, o único motor de evolução e progresso. A civilização é o resultado de um combate contínuo do indivíduo ou dos grupamentos de indivíduos contra o Estado, e até mesmo contra a ‘sociedade’, quer dizer, contra a maioria hipnotizada pelo Estado e submetida a seu culto. As maiores batalhas já travadas pelo homem o foram contra obstáculos e handicaps artificiais que ele próprio se impôs e que paralisam seu desenvolvimento. O pensamento humano sempre foi falseado pelas tradições, pelos costumes, pela educação enganadora e iníqua, dispensada para servir os interesses daqueles que detêm o poder o gozam de privilégios; ou seja, pelo Estado e pelas classes proprietárias. Esse conflito incessante dominou a história da humanidade.⁷⁰⁹

Os sindicatos são em sua essência forjados exatamente para se contrapor à classe patronal e ao próprio Estado como agentes violadores das normas legais protecionistas trabalhistas. Não haveria de ser razoável que lideranças sindicais trouxessem ou emprestassem apoio a qualquer governo que as impedisse de atuar com independência nas cobranças do interesse da classe trabalhadora.

Toda essa relação pode ser definida pelo pensamento de Marx:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço

Furnas Centrais Elétricas -, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). [...] Como muitos sindicatos filiados à CUT [Central Única dos Trabalhadores], o Sindicato dos Bancários de São Paulo alinhou-se com a administração Lula da Silva, transformando-se em uma espécie de porta-voz do governo na categoria. Em praticamente todas as situações nas quais a categoria enfrentou o governo, mesmo em greve, sua diretoria procurou colocar-se na condição de amortecedor do conflito social. No jornal e nas revistas do sindicato a propaganda do governo dá o tom. No entanto, esse não é um caso de simples adesismo. É possível dizer que a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. BRAGA, 2012, p. 204-205.

⁷⁰⁹ GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo, A Sociedade, e O Estado**. Trad.: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998. p. 25-26.

humano nos dá a sociedade com o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabeleceram as relações de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias conforme as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.⁷¹⁰

Não é tolher os sindicatos na sua vontade política de demonstrar apoio político a um projeto de país defendido por determinado partido. Tal instrumento é válido, salutar e do próprio processo democrático, mas desenvolver uma atuação em que esteja resguardada a sua autonomia surge como fundamental para fazer evoluir as suas pautas reivindicatórias, que não são apenas de uma categoria, significam uma nova construção de mundo.

Por isso, possibilitar que o neoliberalismo encontre caminhos para facilitar o seu desgaste perante a classe trabalhadora é uma estratégia que acarreta um desgaste na luta de classes como um todo e faz mais ainda prevalecer a ideia neoliberal de que a diferenciação entre classes foi superada, tanto que os sindicatos adentraram no poder político do Estado, na democracia liberal burguesa.

O governo Lula ascendia, em certa medida, poderia ser caracterizado como um governo improvável na democracia liberal burguesa, pois entre concessões ou flexibilizações das ideias originárias do PT e da sua visão de Estado, representava o indesejado para o sistema político constituído pela classe dominante.

A chegada de Lula à presidência da República poderia ser analisada como o anúncio de Estado que clamava por priorizar as necessidades sociais, como bem menciona Jorge Reis Novais:

[...] O que a nova época era não apenas um acréscimo das intervenções do Estado (que, de certo modo, já ocorriam no Estado Liberal), mas uma alteração radical na forma de conceber as suas relações com a sociedade, centrada na preocupação em torno da distribuição e redistribuição do produto social, para o que se empenha decisivamente na direção e controle do processo produtivo, convertendo-se no chamado Estado-econômico. Isto significa que ele não apenas se envolve diretamente na produção mas, sobretudo, que encara a esfera econômica como suscetível de ser moldada em função das exigências sociais e dos objetivos políticos por ele definidos. Assim, esta nova concepção de Estado, fundada numa atuação global, tende a conformar e reestruturar a sociedade através do Estado, e não apenas corrigir, mediante intervenção, as deficiências marginais de um sistema auto-regulado. [...] No âmbito do estado social não bastava o mero afã retórico de intervenção organizada e sistemática do Estado na economia à procura de um bem-estar: era necessário a manutenção e aprofundamento de um quadro político de vida democrática que reconhecesse ao cidadão um estatuto de participante, e não apenas de mero recipiente da intervenção social do

⁷¹⁰ MARX, 2020, p. 15995-1601.

Estado (o que ocorreu no fascismo, nazismo e comunismo – o mero intervencionismo ou paternalismo, dependendo do caso).⁷¹¹

O Poder Executivo, como poder político, embora obedecesse a um rito de controle pela classe dominante dada a própria formação do Estado brasileiro, teria uma possibilidade de sangria mais suscetível que o Poder Judiciário, por exemplo. O sufrágio, mesmo precificado e como produto econômico, poderia responder a uma intenção política que não propriamente estivesse sob o controle das elites.

E o PT representaria exatamente esse receio. Embora estivesse como qualquer outra agremiação partidária a se submeter ao crivo e regras da democracia liberal burguesa, pela sua inserção na base popular, não seria apenas a primeira experiência de um fidedigno representante das camadas populares brasileiras a alçar o posto de presidente de República, como poderia ser iniciado um processo de “*desaburguezamento*” das instituições e equilibrar a correlação de força política entre dominantes e dominados.

Porém, a lógica das instituições obedecia a uma cultura oligárquica para muitas vezes neutralizar o potencial do sufrágio, mesmo para um partido vocacionado às bases populares como o PT. Na visão de Marilena Chaui:

O autoritarismo social, que, enquanto ‘cultura senhorial’, naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política. Quando se observa a história econômica do país, periodizada segundo a ascensão e o declínio dos ciclos econômicos e, portanto segundo a subida e a queda de poderes regionais, e quando se observa a história política do país, em que o poderio regional é continuamente contrastado com o poder central, que ameaça as regiões para assegurar a suposta racionalidade e necessidade da centralização, tem-se uma pista para compreender por que os partidos políticos são associações de famílias rivais ou clubs privés das oligarquias regionais. Esses partidos arrebanham a classe média regional e nacional em torno do imaginário autoritário, isto é, da ordem (que na verdade nada mais é do que o ocultamento dos conflitos entre poderes regionais e poder central, e ocultamento dos conflitos gerados pela divisão social das classes sociais), e do imaginário providencialista, isto é, o progresso. Mantém com os eleitores quatro tipos principais de relações: a de cooptação, a de favor e clientela, a de tutela e a da promessa salvacionista ou messiânica.⁷¹²

A inegável base nas camadas populares do PT poderia não modificar a estrutura oligárquica do Estado, mas começar a implementar normas jurídicas que paulatinamente fossem impactando a estrutura elitista brasileira. Programas de governo, como o “Bolsa

⁷¹¹ NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do estado de direito**. Coimbra: Almedina, 2006. cap.1-2.

⁷¹² CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 6ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 94.

Família⁷¹³” e o “Prouni⁷¹⁴”, poderiam ser exemplos no sentido de subverter a ordem dominante estatal, mas não seria uma garantia de que o modelo econômico neoliberal aceitaria de bom grado essa mudança no controle político local.

Para o neoliberalismo, diferentemente do que se possa imaginar, mais do que um plano ou modelo econômico, constituindo-se uma própria ideologia, mesmo os meios de produção continuando a serem privados e o Estado obedecendo a uma lógica de essência liberal, o modelo neoliberal advoga por uma completa desestruturação da organização política proletária e a transforma em uma massa de manobra tanto política quanto econômica.

Em análise detalhada e bem pontuada, Bresser-Pereira disserta sobre o neoliberalismo:

Em torno de 1980, sob a liderança dos Estados Unidos e do Reino Unido, os países ricos abandonaram a estratégia desenvolvimentista dos Anos Dourados do Capitalismo e do sistema internacional de Bretton Woods, e mergulharam em um regime de política econômica neoliberal. Cerca de 10 anos mais tarde, os países em desenvolvimento, fragilizados pela grande crise financeira da dívida externa e sob forte pressão dos Estados Unidos, embarcaram também nas reformas neoliberais. [...] Os anos 1990 foram os anos das reformas liberais nos países em desenvolvimento e de países menores [...], dez anos mais tarde, na virada do século, ficou patente que as reformas neoliberais e a política de crescimento com endividamento externo haviam fracassado: não haviam produzido nem estabilidade, nem crescimento. Fracassaram não devido ao populismo fiscal dos governantes, como sempre explica a ortodoxia liberal, mas ao absurdo das reformas neoliberais.⁷¹⁵

Seria uma afetação completa e subjugação do ser humano ao individualismo existencial, sem permitir uma disposição de crítica ou pensamento oponente, pois mais do que os meios de produção, o neoliberalismo tratava da captura de qualquer razão ou compreensão humana, obedecendo preponderantemente a uma lógica de privilégio. Não se via possibilidade de Estado garantidor de direito social para pobre porque esse modelo de Estado, fomentado

⁷¹³ Criado em outubro de 2003, o Bolsa Família oferecia um benefício básico a famílias em extrema pobreza, e um complemento a famílias na pobreza ou na extrema pobreza que tivessem filhos. O custo do Bolsa Família girou em torno de 0,5% do PIB desde a consolidação do programa. Em 2004, eram 6 milhões de pessoas no programa. Em 2006, último ano do primeiro governo Lula, o Bolsa Família já estava sendo pago a 11 milhões de famílias. Esse número subiu para 14 milhões de famílias em 2014, quase um quinto da população brasileira. BARROS, 2022, p. 337; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza e a Desigualdade: Um Balanço dos Primeiros Quinze Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁷¹⁴ O Prouni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. BRASIL. Ministério da Educação. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **PROUNI**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas#o-prouni>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁷¹⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 1226- 1231.

nos meios de produção da iniciativa privada e Poderes constituídos pela burguesia, não admitia caridades, seria visto, tratado e analisado como uma empresa.

Dentro desse processo eleitoral brasileiro e da chegada de Lula à presidência, muito se pode pensar de que a concessão partiria também do neoliberalismo, mas os fatos demonstram que não. Por mais que os direitos sociais fossem normas constitucionais consolidadas, o período entre 2003 a 2010, com todos os seus ganhos e sucessos econômicos, inclusive para a classe dominante, ainda assim não seria o suficiente para fazer o PT ser aceito na classe dominante. Havia um componente ideológico e de classes.

Pode-se indagar que a crise econômica de 2008 trouxe consequências e uma delas seria uma ressaca de âmbito global na tolerância das pessoas frente à democracia representativa em boa parte dos países. No entanto, esquece-se de debitar a supracitada crise na conta do próprio neoliberalismo, ou seja, o processo teria de ser analisado como um todo e não em parte, como se os fatos históricos admitissem análises setorizadas e segmentadas.

Bresser-Pereira faz uma digressão e um recorte histórico importante sobre o crescimento econômico, essencial para avaliar o momento presente e as consequências ainda vividas e vivenciadas da crise de 2008:

[...] O crescimento econômico se deu em quatro fases: a Revolução Industrial, do fim do século XVIII até em torno de 1815; a Fase Marxista, ou Competitiva, de 1815 até cerca de 1873; a Fase Oligopolista, de 1890 a 1929; o Fordismo, de 1946 até 1973; e o Capitalismo Financeiro-Rentista, de 1979 a 2008. Desde a crise Financeira Global de 2008, o capitalismo em países ricos vem passando por um momento de transição e indeterminação. O fim de cada fase é marcado por grandes crises, seguidas de uma recuperação da taxa de lucro e das taxas de crescimento, mas a recuperação da década de 1970 foi sutil e a recuperação da crise financeira global de 2008 foi incompleta.⁷¹⁶

Atribui-se à habilidade política do presidente Lula uma certa capacidade de domar o neoliberalismo. Em um momento que biografias de chefes de Estado estavam em baixa, o mandatário brasileiro terminou o seu mandato pós-crise de 2008, em 31 dezembro de 2010, conforme já dito anteriormente, com a população em alta. Mas será que essas condições foram apenas ofertadas pelas condições inatas a virtudes e qualidades pessoais do presidente?

Na verdade, o neoliberalismo, o *establishment*, fez do presidente Lula, sem nunca o aceitar de fato, um aliado, para exatamente aprofundar os programas sociais os quais permitiam um maior consumo, sem compactuar, por exemplo, das pautas dos costumes,

⁷¹⁶ BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 267-269.

históricas e intrinsecamente atreladas ao campo progressista e de certa maneira de bandeiras presentes na identidade e formação do PT.⁷¹⁷

A burguesia brasileira, totalmente direcionada aos interesses neoliberais, percebia que, embora o poder não político, leia-se Judiciário, Ministério Público e os próprios veículos de comunicação, fossem totalmente alinhados ao modelo econômico neoliberal, havia uma percepção de que uma liderança popular não se atinge apenas por medidas legais, fato que, inclusive, posteriormente não haveria de ser seguido.⁷¹⁸

Nessa toada, os sindicatos não mais combatidos como lutas de classes, no caso do liberalismo clássico, foram colocados e tratados como uma afronta ideológica ao neoliberalismo, exatamente por propiciarem uma reflexão e empoderamento enquanto agente coletivo de mudança, mas não só isso, poderiam ser o ponto de resistência principalmente aos ataques sofridos pela legislação trabalhista.

Segundo Éric Alliez e Maurizio Lazzarato,

[...] a iniciativa do capital vem se intensificando cada vez mais, zombando de todo limite com destrutivismo que não faz exceção e que sustenta a lei de ferro do produtivismo. Vencedora no embate com o pensamento-movimento 68, a máquina de guerra neoliberal continua a acumular vitórias. São vitórias acompanhadas da obliteração da memória das guerras, das guerras civis, de classe, de raça, de sexo, de subjetividade, das quais os vencedores extraem a dominação. É a borracha neoliberal.⁷¹⁹

Na impotência de uma guinada mais à esquerda, o governo Lula confirmava que sua tratativa econômica o condenaria a conceder benefícios sociais que, apesar do impacto, não conseguiria consolidar uma base social, sem ser eleitoral, a enfrentar as classes dominantes pela efetivação das mudanças mais profundas pendentes no país.

⁷¹⁷ A chegada ao poder incidiu ao Partido dos Trabalhadores fazer uso do pragmatismo eleitoral. Com isso, parte dos seus ideais de fundação ficou apenas como requisito de toda sorte de alianças e relativizações da sua própria história para chegar ao poder. Segue trecho do que ficou conhecido como a Tese de Santo André-Lins, considerado o primeiro documento do Partido dos Trabalhadores: “Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.” A TESE de “Santo André-Lins”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbb/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdfv. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁷¹⁸ Francisco de Oliveira reflete com propriedade sobre a motivação justificável da burguesia brasileira, ante as características peculiares do PT: “O PT retrata a construção inédita de um partido de massas, nascido nas lutas reais das classes trabalhadoras brasileiras, posto como necessidade histórica e possibilidade inscrita na nova estrutura de classes, que emerge para ultrapassar a institucionalidade burguesa”. OLIVEIRA, Francisco de. Introdução. In: PEDROZA, Mário. **Declaração Política de 13/10/1979, Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980. p. 9.

⁷¹⁹ ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 249-250.

O problema é que enfrentar os interesses da classe dominante seria desfazer a concordância em participar do jogo eleitoral democrático burguês, ou seja, ilógico. O aceite do PT significaria ter ciência de que é impossível estabelecer qualquer viabilidade de governo, ou seja, sem composição com setores da elite não teria como o governo Lula proceder a uma convivência harmoniosa entre os Poderes políticos sufragados e as demais instituições.

Márcia Regina Berbel aduzia que:

O Partido dos Trabalhadores reproduz a tradição do pensamento de esquerda ou dos partidos que se ligaram ao movimento operário no Brasil que foi confrontada com a conjuntura daqueles anos. E na medida em que esta tradição não responde às necessidades do momento, novas propostas são elaboradas. Como resultado deste contato intenso, o PT acaba por abrigar elementos importantes deste ‘velho’ universo político, sem deixar de realizar verdadeiras rupturas.⁷²⁰

Na verdade, por mais que o sistema eleitoral admitisse, por exemplo, embora com todas as restrições, a eleição do PT, a classe dominante se valia da atuação de Poderes como Judiciário, o Ministério Público e ainda as Forças Armadas, como ambientes em que tradicionalmente reverberavam as vozes e valores conservadores das elites. Atuariam como uma espécie de possível instância revisora das urnas, caso o resultado e principalmente a metodologia de governo escapasse, em certa maneira, de algum controle.

Armando Boito, no tocante à conquista do poder real do Estado, dizia que:

[...] a questão da conquista do poder de Estado permanece uma tarefa estratégica central dos movimentos que lutam pela transformação da sociedade capitalista. Se é falsa a tese segundo a qual o poder encontra-se disperso, também é falsa a tese segundo a qual ‘tudo é política’. [...] O Estado e os centros de poder periféricos são funcionais para a reprodução do capitalismo e, portanto, para a dominação de uma parte da sociedade sobre a outra; no caso, para a dominação da burguesia sobre os trabalhadores.⁷²¹

Essa situação exporia o que de fato significaria a democracia representativa e o sistema eleitoral no Brasil. As classes dominantes, por mais que as urnas pudessem reservar surpresas quanto ao resultado, exerciam um controle sobre o poder político do Estado que ignoraria o sufrágio ou o interpretariam até como poder menor, vide a vocação desses de cultivar a plutocracia.

⁷²⁰ BERBEL, 1991, p. 15-16.

⁷²¹ BOITO JUNIOR, 2017, p. 31-32.

6.4 Partido dos Trabalhadores e o governo Lula: ponto de inflexão ou ponto de aceitação? As nuances de um partido trabalhista no poder

O PT seria uma aceitação cara ao sistema político que se veste de privilégio desde os primeiros momentos da formação do Estado brasileiro. Ser um partido oficial, devidamente registrado na Justiça Eleitoral, dotado de apelo popular e com apelo de votos, não o fazia um integrante do clube. Aliás, essa é uma característica tipicamente da democracia liberal, finge uma tolerância a uma pluralidade de ideias, quando na verdade se utiliza de instrumentos bem mais eficientes para fazer da democracia representativa uma tutela a não contrariar os seus interesses.

Mais do que compreender o aprendizado do manuseio eleitoral da dinâmica eleitoral pelo PT e a sua chegada ao poder em 2003, o que verdadeiramente deveria ser objeto de atenção seria exatamente como essas instituições, o Judiciário, o Ministério e principalmente as Forças Armadas, admitiram dar legitimidade ao seu governo, pois vem desses espaços o principal núcleo de representação e controle dos seus interesses no Estado brasileiro da classe dominante. Armando Boito Jr. preceitua que:

[...] o direito capitalista, criando a igualdade formal, cria, no trabalhador, a ilusão de que a relação de exploração do seu trabalho é uma relação contratual entre partes livres e iguais. Sob o efeito dessa ilusão ideológica, o trabalhador pode conceber a sua presença na empresa e o trabalho que lá realiza como resultado de uma opção sua, e a exploração da força de trabalho pode se reproduzir de modo mais ou menos pacífico. A necessidade material pode obrigar o trabalhador a alugar a sua força de trabalho ao capitalista, mas é a ideologia jurídica burguesa que o convence de que esta é uma prática legítima ou natural. A autoridade patronal é legitimada, então, por esse efeito ideológico específico. Parece algo muito corriqueiro: o mesmo cidadão que, segundo o discurso ideológico burguês, detém a soberania política está impedido de gerir o local de trabalho onde atua ou mesmo de participar na escolha da direção da empresa ou do seu organismo diretor. Pode o mais, mas não pode o menos, porque o Estado é ‘público’, mas a empresa é privada e nela deve reinar o seu proprietário.⁷²²

Há nessas instituições basicamente uma reserva de mercado, apesar do concurso público ser a via de acesso a instituições como o Judiciário, Ministério Público e carreiras de topo das Forças Armadas. São carreiras que exigem uma dedicação de preparação, envolvendo tempo e condição econômica, somente disponíveis nas classes dominantes, constituindo-se um filtro rigoroso para a maioria da população.

⁷²² BOITO JUNIOR, 2017, p. 28-29.

O PT, principalmente no período entre 2003 e 2010, instituiu um fortalecimento das carreiras de Estado, com elevado destaque nas carreiras jurídicas, sem alterar o critério do concurso público, ou seja, majoritariamente as vagas foram ocupadas por candidatos e candidatas oriundos(as) das classes média e alta. Pode não ter sido um gesto direcionado para essa faixa da sociedade, mas, pelo menos por um período, serviu para contemporizar com alguns ruídos de insatisfações políticas os quais poderiam surgir.

Esses setores do Estado, leia-se o Ministério Público e o Poder Judiciário, reproduziam um pensamento majoritariamente conservador, seja nos costumes ou na economia, e lidar com um poder político em que seu representante maior, o presidente da República, em um país marcado por preconceitos, poderia sublevar insatisfações e reverberação de posicionamentos insubordinados ao resultado eleitoral.

Por isso, o PT construiu diálogo com a camada mais conservadora da sociedade, que no pensamento de Juarez Rocha Guimarães se constituiu da seguinte forma:

O PT apresenta uma série de elementos ideológicos (diluição de sua feição socialista), políticos (incompletude programática e estratégica), organizativos (uma certa adaptação naturalista de sua estrutura, combinada com pressões de institucionalização) que dificultam a construção de um projeto alternativo à ordem capitalista. Estes elementos tendenciais, em sua projeção, se não alterados, poderão cristalizar uma cultura partidária que bloqueie o potencial transformador dos trabalhadores. O temo ‘passivo’ que acompanha a caracterização vale exatamente para caracterizar a modalidade negativa da integração burguesa.⁷²³

Não por esse receio e mais por uma influência de origem política, o movimento sindical, o presidente Lula adotou o critério de na escolha do Procurador-Geral da República, competência sua constitucionalmente prevista, escolher o primeiro da lista tríplice a qual recebia para livre nomeação. Tal intento, ao invés de acender um reconhecimento de um gesto escrutínio e da vontade prevalente da categoria, instigou um corporativismo fomentado exatamente no bojo de quem ocupa esses lugares de poder a praticamente se colocarem como guardiões do saber e da moral de toda a sociedade.

Essas descrições são fundamentais para entender as dificuldades do presidente Lula e do PT de como lidar em um ambiente de poder fomentado aos interesses da classe dominante. Compreender e sair vitorioso do pleito eleitoral não necessariamente indicaria dominar as regras do jogo da governabilidade. Aliás, seria esse termômetro do ambiente político a ser um condicionante a muito do que se esperava ingenuamente como uma nova maneira de exercer a

⁷²³ GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma**: o PT e a tradição socialista. Campinas, IFCH/Unicamp, 1990. p. 99.

política institucional. Assim, viu-se dentro das regras do jogo real e tendo que utilizá-las, divergindo das diretrizes do próprio partido na década de 90:

A democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. [...] Será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.⁷²⁴

Souza percebia no Partido dos Trabalhadores uma oportunidade (e até uma nova esquerda, o que o presente autor não concorda como valor absoluto), não de necessariamente modificar as consequências do jogo eleitoral, mas de imprimir uma relação com as velhas estruturas institucionais que resultasse em uma ruptura com os vícios os quais faziam do Estado brasileiro praticamente inacessível à classe trabalhadora. No entanto, a eleição de Lula não seria garantia de êxito:

A nova esquerda traz em seu âmago – ora negando, ora afirmando – a velha esquerda, já que os agentes da renovação histórica têm como paradigma os agentes da conservação histórica, seja para negá-los abertamente ou para incorporá-los implicitamente.⁷²⁵

Nesse jogo político institucional, o PT e próprio presidente Lula perceberam qualquer ideia de construção política que não estivesse dentro do condomínio de negócio da classe dominante, mesmo sendo vitorioso na democracia liberal burguesa, não se sustentaria, pois o voto frente a instituições, como as Forças Armadas e o Poder Judiciário, é apenas uma ou talvez a menor parte do condicionante para governar.

Não à toa crises logo no começo do governo, com a saída de alguns quadros de estatura dentro do partido, indicavam menos uma crise de identidade com os rumos do governo e mais com a falta de compreensão de que ter o poder não significa necessariamente exercê-lo em sua totalidade. E essa perspectiva frustrada por parte de alguns militantes pode inclusive explicar por que a expectativa e admiração de exercício do poder lastreado em experiências, como a Revolução Cubana, traz a sensação utópica de que um governo eleito nas regras da democracia liberal burguesa poderia ser exercido com dotes revolucionários.

A pretensa percepção de crise do capitalismo poderia ser interpretada como um prenúncio da mudança das regras do jogo por quem flertava com o socialismo, o caso do

⁷²⁴ O SOCIALISMO Petista. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/3-Congresso-nacional_Socialismo-Petista.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁷²⁵ SOUZA, Marco Antônio Mondaini. **Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT**: continuidades e rupturas. São Paulo: FELCH/USP, 1995. p. 8.

Partido dos Trabalhadores. O século XXI começaria com a concentração de riqueza e desafios a compartimentar interesses geopolíticos que cada vez mais se estremeciam. O desemprego estrutural, como mazela capitalista, se alastrava nos países periféricos como um vírus de cura ainda não descoberta, mas nessa situação, também se poderia dizer, sabotada.

Segundo Rafael Valim,

este quadro está inserido no que podemos chamar de racionalidade neoliberal, que alguns querem apresentar como uma consequência inelutável da globalização, mas que, em rigor, traduz um dispositivo de natureza estratégica que propugna uma sociedade individualista, altamente competitiva, cujas pulsões são falsamente satisfeitas através do consumo e cujos juízos são construídos em um ambiente marcado pela espetacularização. Trata-se de um eterno presente que sacraliza o êxito individual e condena o fracasso, tendo como pano de fundo o embuste da ‘meritocracia’ em sociedades profundamente desiguais. [...] Infere-se, portanto, que o ‘neo’ do termo ‘neoliberalismo’ não significa simplesmente o ressurgimento do liberalismo econômico. O neoliberalismo transforma a democracia liberal em uma retórica vazia, sem correspondência com a realidade social.⁷²⁶

A eleição de Lula se revestia como uma mudança na correlação de forças e um retorno das ideias socialistas como se acusasse um triunfo frente ao novo momento histórico. Ocorre que essa interpretação trazia um equívoco de perceber a crise como algo exógeno e não endógeno do sistema capitalista, ou seja, era parte da existência do próprio capitalismo, pois se há lucro, depende apenas do lado em que se está.

O Partido dos Trabalhadores, em seu primeiro governo, ao começar a perceber essa condição, explica o não rompimento e adoção de políticas econômicas ortodoxas. Não por receio, mas por zelo em proteger a governabilidade de um sistema em que a democracia liberal burguesa tinha um lado e seria o do capital.

Adequar as expectativas de políticas de governo seria o que de mais cuidado envolveria o então recém-eleito governo Lula, pois já se percebia que a crise sentida pela base de quem o elegeu seria apenas um novo momento de aquisição de maior lucro para privilegiados, habitantes de poucos países e que dependeria exatamente da periferia para reestruturar e ressignificar os padrões capitalistas de atuação.

O panorama industrial brasileiro apresentava uma queda vertiginosa a partir de 1980, a desindustrialização, já guiada pela ideologia neoliberal, fazia crer que, apesar da Revolução Industrial demarcar também ascensão do capitalismo, alguns aspectos em que a própria luta

⁷²⁶ VALIM, Rafael. **Estado de Exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017. p. 275-282.

de classes dos últimos cento e cinquenta anos tinham demonstrado a necessidade de adequar o lucro a um certo reconhecimento de dignidade à classe trabalhadora.

Theotônio dos Santos, à luz do momento, mencionava que:

[...] O mais grave, entretanto, começou a ocorrer na década de 1980 pois, conforme havíamos previsto, a adoção crescente da automação diminuiu drasticamente o emprego industrial. Cada vez mais afastados dos centros de produção científico, tecnológica e cultural, os países em desenvolvimento se inserem na armadilha do crescimento econômico sem emprego, não vendo expandir por outro lado o trabalho em educação, saúde, cultura, lazer e outras atividades típicas da revolução científico-técnica. A desvalorização das camadas médias de profissionais resultante desta falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento só é compensada em parte pela emigração de grande parte deles para os países centrais.⁷²⁷

Esse processo não ocorreu voluntariamente pelos controladores do sistema capitalista, mas por uma imposição do momento histórico em que coincidentemente com o protagonismo neoliberal na segunda metade do século XX, mais precisamente no final da década de 60, a hegemonia dos defensores do capitalismo começou a se impor pelo desgaste a ser acentuado mais ainda na década de 80 dos países do bloco soviético.

A tecnologia, principalmente, em constante progresso com novas descobertas, trazia um impacto em consumo, mas não só, a própria organização da sociedade industrial começaria a ser atingida, não quando os modos de produção, mas a dinâmica do trabalho se alterou consideravelmente e poderia impactar o número de empregos. Com a empregabilidade sendo afetada, a organização do Estado de Bem-Estar Social se veria totalmente afetada, pois já não se teria mais um equilíbrio social e a desigualdade certamente aumentaria.

O novo movimento sindical brasileiro, surgido pós-greves do ABC, na década 1970, não apenas empoderou a classe trabalhadora por meio de conquistas sociais, como redimensionou o papel do sindicato para chamar a atenção a um segmento que repaginou a figura estética de um considerável contingente da população, que se colocava abaixo da classe dominante, com a subserviência quase genética.

E nesse ponto está o entrave. Ao se perceber que a política neoliberal impactaria preponderantemente as estruturas da formação do Estado brasileiro e a sua própria economia no sentido de gerar emprego, o cenário de terra arrasada logo se orientou para a informalidade convicta em que ser empreendedor de si seria um passo no caminho da libertação, algo, conforme se verá, poderá significar exatamente o contrário.

Armando Boito Jr. percebeu essa capacidade do neoliberalismo e sintetizou:

⁷²⁷ SANTOS, 2020, p. 497.

Ao longo da história republicana acumulou-se uma revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania ‘restrita’ e ‘hierarquizada’ e contra o Estado clientelista, e essa revolta converteu-se, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal. O neoliberalismo ‘confiscou’ essa revolta difusa e a dirigiu para o objetivo de construção de um ‘Estado mínimo’ no Brasil. Transformou a revolta contra o caráter excludente desigual da cidadania e contra o clientelismo em base de massa para a política de redução da cidadania e dos serviços públicos e sociais.⁷²⁸

O PT iria perceber que boa parte do seu eleitorado fazia parte desse colchão de captura neoliberal. Logo restaria demonstrado que, dentre vários pontos abordados do seu plano governo, por mais que se pudesse ou quisesse indicar, ao assumir o poder, o partido uma visão econômica claramente industrial, mas sob a perspectiva da criação de emprego. Tal medida confrontaria exatamente as costuras políticas realizadas para concentrar a produção industrializada em bolsões de países de legislação trabalhista mais perene. O problema seria fazer um país, com características de liderança regional, com forte propensão industrial, abdicar de sua posição em detrimento da ordem global.

O movimento sindical brasileiro, que sentiu um vulto de impulso e mobilização exatamente no final da década 1970 do século passado, já nos estertores do protagonismo neoliberal, indicava que o Estado de Bem-Estar Social poderia obter uma sobrevida e, de certo modo, se confirmou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que um tanto quanto atemporal em relação ao momento global, se caracterizava por uma forte propulsão aos direitos sociais.

O sindicalismo brasileiro ressoava para o mundo como uma possibilidade de subverter a lógica global e fazer do capitalismo produtivo ainda prevalente ante o financeiro. O problema se daria e logo se veria que a consolidação da financeirização do capital, de projeto ramificado principalmente nas economias dos países periféricos, não poderia prescindir de um mercado como o brasileiro. O resultado foi a forte desindustrialização sofrida pelo parque industrial local no final dos anos de 1980.

Nessa situação, ocorre no Brasil um movimento político que foge da gênese do circuito normal, em que, embora vivesse sob um governo ditatorial, diferentemente dos outros países latino-americanos em que uma das condições seria implantar o neoliberalismo, com o desgaste e a pressão pela redemocratização, houve uma guinada para o Estado de Bem-Estar Social.

No entanto, como comentam André Costa e Michel Zaidan,

⁷²⁸ BOITO JR., 2002.

o sentimento neoliberal não se restringe ao campo econômico, avança como projeto de político a minar o keynesianismo e o Estado de Bem-Estar Social. Advoga ao interesse do mercado em estreito diálogo com um projeto neoconservador e autoritário, em que os direitos sociais sejam cada vez mais suprimidos e a lógica do rentismo seja o viés protagônico a produzir desigualdade para muitos e lucros para poucos. [...] A dificuldade do neoliberalismo de conviver com o ambiente democrático é simplesmente a impossibilidade de gerar direitos sociais e uma maior igualdade. Aliás, quanto maior a desigualdade se percebe uma maior necessidade de regimes autoritários para conter e justas revoltas populares.⁷²⁹

A partir do momento em que a própria Constituição abraça um conceito diferente da realidade posta mundialmente, cria um contraponto inexorável para se administrar, pois três vértices de fundamental importância para qualquer estabilidade se chocam: a política internacional, o amparo jurídico local e o ambiente econômico circunstancial.

O Brasil teria um arcabouço legal constitucional que iria contrapor à ordem mundial e uma sociedade já desgastada pela economia frágil e refém de inflações a corroer o salário da classe trabalhadora. O difícil seria reverter o impulso do movimento sindical surgido exatamente no período de protagonismo neoliberal e tentar ajustar o tempo político local com o tempo político internacional.

Não havia nada que garantisse ao Brasil, além dos acordos e conchavos de governo a adotar a política neoliberal, que o ambiente político local permitisse que fosse implementada uma pauta na economia ainda mais rigorosa e que acochasse ainda mais as condições da classe trabalhadora, e isso explica o porquê de apenas na década 90 o neoliberalismo ter se consolidado na economia brasileira.

Aliás, a dificuldade da Constituição Federal de 1988 se efetivar não se deve a similitudes internas sem conectividade com fatores globais, muito pelo contrário. A falta de efetividade do texto constitucional está entrelaçada a condições que extrapolam as fronteiras brasileiras. Não há conjunto de leis, independentemente do status, que não reflita uma adesão cultural a um determinando momento, alinhada às condições temporais e de espaço.

Não seria porque o Brasil vivenciava uma euforia por uma redemocratização e por uma necessidade de implementação e efetivação de direitos sociais que as condições estariam dadas. Como país considerado periférico, embora detentor de uma importância econômica, estaria acorrentado e compromissado com uma falta de autonomia no tocante a aceitar intromissões de políticas externas no rumo da sua economia.

⁷²⁹ COSTA, André Felipe de Lima; ZAIDAN FILHO, Michel. A Revolução 4.0 e os Impactos na Dinâmica das Relações de Trabalho do Brasil e da China. **Journal of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**, v. 26, n. 4, abr. 2021. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.26-Issue4/Series-6/D2604062638.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Marcio Pochmann, oportunamente, aponta que:

[...] o desenlace da trajetória de inclusão social iniciada com a Constituição Federal de 1988 terminou gerando, em oposição, a crescente reação liberal conservadora. De um lado, isso se deve ao paradoxo brasileiro de ter promovido as bases do Estado de bem-estar social justamente durante a longa fase de estagnação brasileira.⁷³⁰

Interessante anotar que o Brasil estaria a alcançar uma carta constitucional flagrantemente filiada à democracia. Porém, com a ascensão de um modelo econômico global, o neoliberalismo, obrigatoriamente teria de fazer com que a sua economia se debelasse contra a sua norma constitucional. Isso exigiu um malabarismo eleitoral para que uma política considerada draconiana em relação aos interesses da classe trabalhadora encontrasse guarida nas urnas, no voto popular.

A resultante foi uma década de 90 praticamente sem crescimento econômico, um tensionamento na efetividade dos direitos sociais e um aumento da concentração de renda, com consequente desigualdade social, que praticamente trazia para o Partido dos Trabalhadores uma narrativa favorável na sociedade, porém com pontos delicados a serem abordados.⁷³¹

O neoliberalismo trazia como marco, até para se utilizar como mecanismo de defesa, um discurso muito alinhado à responsabilidade fiscal⁷³², exatamente para tentar atenuar a falta de empatia ou prestígio aos direitos sociais: transformar números que iriam beneficiar uma política a privilegiar e enriquecer alguns poucos em detrimento do acocho salarial ou de direitos trabalhistas de toda uma maioria.

Isso se dá quando o gasto público passa a ser percebido como um impeditivo do crescimento econômico. Aos governos resta o papel de produzir cortes no orçamento e

⁷³⁰ POCHMANN, 2021, p. 140.

⁷³¹ “Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no Sétimo Encontro do partido, em 1990. [...] O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. [...] A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós – capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo.” O SOCIALISMO..., 2023.

⁷³² Segundo Victor Leonardo de Araújo e Denise Lobato Gentil: “A Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 2000) definia regras fixas e padronizadas de ajuste fiscal para a União, Estados e Municípios; a lei limitou as despesas com pessoal, dificultou a realização de investimentos públicos e restringiu a geração de novas despesas de custeio, de forma que as metas anuais de resultados fiscais (resultado primário e nominal e o montante da dívida pública) se cumprissem. Além disso, impôs ajustes de compensação a toda renúncia de receitas e induziu a obtenção de superávit primário para redução do nível da dívida pública.” ARAÚJO; GENTIL, 2021a, p. 453-454.

atenuar o déficit público, com o intuito de promover a retomada e a recuperação dos índices de competitividade em um mercado globalizado e obediente às expectativas dos investidores.⁷³³

A sociedade industrial ainda teria o parâmetro capitalista, porém estaria agora mais próxima novamente do que foi há cento e cinquenta anos do que o mundo pós-Segunda Guerra resolveu pactuar. Ocorre que, dentro desse panorama, alguns países experimentavam o denominado capitalismo tardio, onde não havia sido formada qualquer rede de proteção social. Era exatamente como se tivesse pulado uma etapa do processo e regredido para uma ainda mais ou tão selvagem quanto a primeira etapa do liberalismo.

O PT ascendia ao poder político brasileiro imbricado em uma complexa resultante política em que o seu programa de governo, por mais chancelado pelas urnas, encontrava uma ressonância difícil de ser atingida em nível global. Esse fator traria mais do que embaraço, um verdadeiro patrulhamento mais do que ideológico, econômico, e em se tratando de neoliberalismo não se teria qualquer óbice em desgastar a pauta democrática e alavancar um discurso autoritário.

A oposição não seria propriamente no plano político-ideológico mais do ambiente democrático em que a tolerância seria exercitada, mas no radicalismo a não admitir que a teia global neoliberal fosse prejudicada. O refreio obtido por Lula entre os anos de 2003 a 2010⁷³⁴, interpretado como uma política “ganha-ganha”⁷³⁵, uma espécie de conciliação com as classes

⁷³³ Cf. BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Lisboa: Quetzal, 2013.

⁷³⁴ “Lula percebeu, quando ganhou em 2002, uma janela de oportunidade para o reformismo fraco, graças ao boom das commodities, e aproveitou a brecha de maneira efetiva. Aumentou o valor real do salário mínimo, gerou milhões de empregos, criou o Bolsa Família (BF), o crédito consignado, a Farmácia Popular, a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Minha Casa Minha Vida (MCMV), promoveu a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a construção de cisternas no semiárido, o reconhecimento dos territórios dos quilombolas e o incentivo à agricultura familiar, entre outras coisas. Embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014, também graças a acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores.” SINGER, 2018, p. 24-25.

⁷³⁵ “Quando deixou a presidência, Lula tinha 87% de aprovação, trazendo um legado cujas proezas superavam os erros na administração da política econômica e social. O Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, a expansão do crédito para os mais pobres, a inclusão social pelo estímulo ao ensino público, a distribuição de água potável e energia para as regiões carentes foram políticas que contrastaram com o conservadorismo em matéria de combate à concentração da riqueza. Resultado: os pobres adquiriram protagonismo, conquistando a dignidade de um padrão de vida minimamente coerente com o humanismo que habita nossa Constituição promulgada em 1988. Por outro lado, os ricos aprofundaram seu domínio sobre as condições macroeconômicas de formação da renda, isto é, as decisões sobre alocação da riqueza a partir de um determinado nível de concentração dessa riqueza. Esse fenômeno alimentou uma contradição entre o populismo das políticas sociais e o rentismo permitido pelas políticas econômicas. Ainda assim, sob a égide do populismo – plutocrático, os anos Lula podem ser interpretados como o respiro social de uma Economia em processo de destruição desde a década de 1980.” CAIXETA, Nathan. *As Possibilidades Econômicas de Lula e as Consequências Econômicas de Bolsonaro*. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; CAIXETA, Nathan. **Crônicas antieconômicas**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. cap. XIV. p. 1569-1761. p. 1672-1678.

dominantes em que a burguesia se rendia ao Partido dos Trabalhadores, encontrava respaldo apenas em fatores econômicos, mas não tão simples assim.

Mesmo a economia dando certo e o neoliberalismo sendo mais domesticado do que enfrentado, as classes dominantes brasileiras não abriram mão de tensionar ou, se oportunidade tivessem, de tomar o poder à revelia de pleitos eleitorais, como aconteceu com os escândalos políticos como a ação penal 470.⁷³⁶ E isso se demonstra porque o que de fato estaria por trás dessas crises políticas, como a supracitada, sem qualquer novidade, seriam trocas de cargos por apoio ao governo na base parlamentar.

Esses fatos políticos demonstram que a conciliação não foi tão branda ou de fato não existiu, porque apesar da economia estar favorável, não seria somente essa a questão a acalmar a classe dominante brasileira, os direitos sociais também importavam. O ímpeto contra o presidente Lula nessas disputas políticas retratava um incômodo na ocupação de espaço por alguém que não fazia parte em hipótese alguma da elite e não deixaria de ser visto como um intruso.

Como narrariam Lilia Schwarcz e Heloísa Starling:

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, as classes populares entraram para valer na disputa pela alternância de poder. Sem rupturas com a ordem democrática, chegou à Presidência da República um homem de extração popular, que veio criança para São Paulo, aboletado na carroceria de um pai de arara junto com a mãe analfabeta e os sete irmãos, fugindo da seca e da miséria do Agreste pernambucano. Além do mais, o novo presidente da República era um líder de esquerda, originário do mundo operário e sindical, e ganharia a eleição à frente de um partido de trabalhadores que ele próprio ajudou a criar, na difícil conjuntura do final dos anos 1970.⁷³⁷

Esse panorama seria percebido e por isso compreendido por Lula como uma necessidade de estar sempre próximo à base popular, pois pelas imposições e compreensões do que se estaria compreendido como neoliberalismo, a democracia seria um regime dispensável para o mercado prosseguir com a sua pauta contra direitos sociais.

Wendy Brown, percebendo essa capacidade do neoliberalismo, mencionava:

⁷³⁶ Julgamento em agosto de 2012, conhecido como “mensalão”, tratava de supostos recursos públicos para pagamento de campanha do Partido dos Trabalhadores e contribuiu para a espetacularização dos julgamentos no Supremo Tribunal Federal. Cf. LEITE, Paulo Moreira. **A Outra História do Mensalão: As Contradições de um Julgamento Político**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

⁷³⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 503.

A democracia liberal não pode se submeter à governamentalidade política neoliberal e sobreviver. Não há nada nas instituições ou valores básicos da democracia liberal – desde eleições livres, democracia representativa e liberdades individuais igualmente distribuídas até o poder modesto – compartilhamento ou participação política ainda mais substantiva – que satisfaça inerentemente o teste de servir à competitividade econômica ou resista inerentemente a uma análise de custo-benefício.⁷³⁸

Na verdade, restou evidente no começo deste século que, diferentemente do liberalismo clássico, não importava para o neoliberalismo ter o controle apenas econômico, não iria ou teria qualquer intenção em contemporizar com aspectos sociais, como outrora o modelo liberal assentiu, porque as ideias neoliberais passariam por uma captura do subjetivo do indivíduo em que a sua dominação se daria praticamente no plano da escravidão. A disputa seria mais profunda e passaria por aniquilar qualquer vulto de se manter um padrão civilizatório vivenciado no pós-Segunda Guerra.

Ilan Lapyda faz uma análise do período com propriedade:

O capitalismo, é, por assim dizer, vítima do seu próprio êxito em acumular capital. Dado que a taxa de lucro é o parâmetro mais importante para a economia capitalista, o sistema entra em crise quando ela diminui de modo prolongado. Foi o que ocorreu nos anos 1970, pondo em vigor e promovendo profundas transformações no capitalismo mundial. [...] A financeirização, por sua vez, foi um dos principais fenômenos que surgiram nesse contexto de crise do modelo de desenvolvimento fordista-keynesiano. Porém, como mencionado foram necessárias algumas décadas para ela se consolidar, na medida em que foi produto tanto de contradições sistêmicas lentamente engendradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo quanto da ação política da classe capitalista para enfrentar essas dificuldades. Tal ação implicou minar o poder da classe trabalhadora através da liberalização dos mercados, da reversão das conquistas do Estado de bem-estar, do ataque aos sindicatos, da transferência da produção para países com condições de trabalho mais favoráveis ao capital, entre outros expedientes. Ou seja, o nascimento da financeirização esteve intimamente relacionado ao do próprio neoliberalismo.⁷³⁹

A legislação trabalhista brasileira, em sua grande medida, foi efetivada com a publicação, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, no início de um Brasil recém-urbano e se fazendo industrial. Um país em que, ao repassar a história das lutas recentes pela classe trabalhadora, principalmente nos tumultuados anos 20 e deflagrações de tensões,

⁷³⁸ Original: “*Liberal democracy cannot be submitted to neoliberal political governmentality and survive. There is nothing in liberal democracy’s basic institutions or values – from free elections, representative democracy, and individual liberties equally distributed to modest power – sharing or even more substantive political participation – that inherently meets the test of serving economic competitiveness or inherently withstands a cost – benefit analysis.*” BROWN, Wendy. **Edgework**: critical essays on knowledge and politics. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 46.

⁷³⁹ LAPYDA, Ilan. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. 1. ed. São Paulo, SP: CEFA Editorial, 2023. p. 26-27.

Estado, classes dominantes e proletariado⁷⁴⁰, na greve geral de 1917⁷⁴¹ e por toda a década de 20, lastreava as suas referências mais por teóricos acadêmicos e representantes das classes privilegiadas do que propriamente por um operário.

Esse encontro do destino, entre um país com base fortemente escravocratas e uma liderança popular, um metalúrgico, genuíno representante não apenas da classe trabalhadora, mas da região mais pobre do país, o Nordeste, foi mais do que um efeito semântico ou até poético para embelezar biografias. Em um momento do próprio surgimento do Lula sindicalista e da sua ascensão à presidência, de avanço e consolidação do neoliberalismo, um ambiente jurídico dominado pela burguesia, viria da política o núcleo central da resistência ante qualquer ataque aos direitos trabalhistas e sociais. Essa dificuldade encontrada, aliás, por um personagem político como Lula pode ser explicada pelos dizeres de Muniz Sodré:

Não ver, não saber e não falar eram regras de um pertencimento social regido pela lógica patrimonial e culturalmente estruturado pelo bacharelismo, que entronizava o falar difícil dos doutores como dominação sobre as massas iletradas e, principalmente, como uma marcação discursiva da senhorialidade implícita no patrimonialismo dominante. Patrimonialismo, vale repetir, implica um complexo de relações mantido por família, clã ou grupo afim, que visa à preservação do conjunto pela distribuição interna de bens. O fator econômico é importante, mas a lógica patrimonialista é cultural: a manutenção daquele grupo específico, sua intrínseca familiaridade na circulação de riquezas e privilégios. Por trás dessa ‘família’ construída, acha-se a linhagem, ou seja, o conjunto das relações de ascendência e descendência, regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica e ideologicamente.⁷⁴²

Nas muitas vezes simbióticas, porém conflituosas relações entre o Direito e a política, quanto mais se tiver uma construção de diálogo em que as vozes do ambiente jurídico, da legalidade, sintam o crescer de quem faz de fato o Brasil real acontecer, se terá um

⁷⁴⁰ O professor Michel Zaidan Filho faz um importante estudo acerca do período: “Nos anos 20, com o aprofundamento das vicissitudes políticas da República Velha, um projeto governamental de controle e cooptação da classe operária ganha realce, em parênteses com o avanço da orientação reformista entre as associações operárias do Rio de Janeiro. A constatação, no entanto, da existência de tais indícios não significa atestar necessariamente a sua efetividade; porquanto a sua presença e viabilização ficarão muito a depender da sorte de cada conjuntura: deflagrados os movimentos conspiratórios, amainada a tempestade revolucionária, muda a disposição governamental e o sindicalismo sofre os reveses da mudança. Mas o que importa destacar disso tudo é o isolamento de um conjunto de elementos que se atualizaria com todo vigor na década de 1930: crise da hegemonia, cooptação política das massas urbanas, legislação social-trabalhista, sindicalismo ‘populista’ etc., revisando a legenda da hegemonia anarquista no movimento operário, bem como o principal diagnóstico da hegemonia da burguesia cafeeira na Primeira República brasileira.” ZAIDAN FILHO, Michel. **Estado e Classe Operária no Brasil** (Lutas Sociais nos Albores da República). Olinda: Livro Rápido, 2010. p. 7-8.

⁷⁴¹ A politização do operariado nacional legou, em 1917, a primeira greve geral originada por mulheres na indústria de cotonifício paulista e se generalizou por outros setores da economia, atingindo o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. POCHMANN, 2022, p. 69-70.

⁷⁴² SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da Cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 171-172.

fundamental equilíbrio que garantirá não a aplicação ou a efetividade das leis, mas a sua plausibilidade de fazê-las realmente ter sentido para uma sociedade com vocação de perpetuar privilégios.

Esses privilégios seriam a dominação do Estado burguês, que na visão Piotr Stutchuka se impunha da seguinte maneira:

Desenha-se aqui, de modo um tanto ingênuo e idílico, o caráter de coerção do Estado burguês. Esse aparato de coerção, na realidade, é bastante complexo e extremamente nebuloso. [...] À disposição da classe dos capitalistas e de seu Estado estão a Igreja, a escola, a ciência, a imprensa, que formam, convencem e, quando necessário, aterrorizam. Contudo, cada uma dessas instituições, à sua maneira, busca encobrir as contradições de classe, propagar o progresso e a união, a paz e a harmonia, a verdade e a justiça da sociedade burguesa. E assim como o cérebro é sujeito à influência externa, na mentalidade das massas oprimidas, em vez da consciência de classe, reina, no melhor dos casos, o vazio. Toda a essência de qualquer coerção e persuasão burguesas consiste justamente no silenciamento, no desvanecimento do caráter de classe de seu poder.⁷⁴³

O mundo no começo do século XXI enfrentava praticamente a voz única do neoliberalismo como verdade econômica. Algo grave acontece porque essa etapa neoliberal do capitalismo mantém a direita e a esquerda sob o mesmo manto, pois os termos das disputas e dos projetos políticos não se chocam, e por assim dizer não cria qualquer fissura com a reprodução social capitalista.⁷⁴⁴

No chamado sul global a realidade do mundo do trabalho se caracterizava por mão de obra barata para ser exportada e uma desindustrialização que resultaria em um franco decrescimento econômico, principalmente se comparado ao período entre os anos de 1940 a 1980, mas, além de tudo, um brutal estigma à classe trabalhadora organizada.

O Brasil como país que praticamente se desvirtuou do cenário internacional, em plena hegemonia neoliberal, e promulgou uma Constituição flagrantemente receptiva ao Estado de Bem-Estar Social, não teria uma condição política mais satisfatória, nos idos de 2003, em forte ofensiva do neoliberalismo, de sustentar uma posição ao arrempeito do cenário global, fazendo valer os direitos sociais, senão por uma liderança fortemente identificada em sua origem com as principais ou todas as mazelas do país.⁷⁴⁵

⁷⁴³ STUTCHKA, 2023, p.168-169.

⁷⁴⁴ HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Trad.: Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019. p. 14-15.

⁷⁴⁵ Há em parte do campo da esquerda uma aceitação da política conciliatória promovida pelo Partido dos Trabalhadores, uma composição com setores reacionários para se avançar em políticas sociais, como é o caso desse depoimento extraído da psicanalista Maria Rita Kehl: “[...] Lula conhecia bem as condições ferozes da luta de classes no país em que passou quatro eleições tentando se eleger. Nunca subestimou a força do conservadorismo. Entendeu desde sempre que se não negociasse com a centro-direita não conseguiria aprovar

Diferentemente de outros países, o Brasil dotava de características e cobijas internacionais que faziam dele uma voz a ser considerada, principalmente pelo seu peso na América Latina.⁷⁴⁶ Analisar o êxito econômico do governo Lula no período dos seus dois primeiros mandatos significa entender o peso da sua figura enquanto liderança política na real dimensão.

A ofensiva contra os direitos sociais no Brasil se dá desde a promulgação da então denominada Constituição Federal de 1988, pois o ranço oligárquico permanecia aceso. Por isso, pode-se dizer que o fato político de Lula chegar à presidência em um momento já de declínio do sindicalismo no país, senão reestruturou ou possibilitou colocá-lo em grau de protagonismo na mesma condição do final da década de 1970 e no início dos anos 80, fez com que a sangria do ataque aos direitos fosse estancada. Fábio Luís Barbosa enumera algumas conquistas de políticas sociais:

O salário mínimo crescera e o consumo aumentara, dando origem a uma nova classe média. Estimulava-se a formalização do trabalho e a empregada doméstica se tornava portadora de direitos. A pobreza absoluta diminuía, em consonância com abrangentes políticas de transferência de renda condicionada. O país quebrava recordes na exportação mineral e agropecuária, enquanto a descoberta do pré sal acenava com uma prosperidade ainda maior. O Brasil passara de devedor a credor do FMI, de aluno a exemplo do Banco Mundial.⁷⁴⁷

A política, como um rio e seu desaguar independente, rompeu com as certezas neoliberais, pelo menos naquele momento, uma correlação de forças a manter uma proteção jurídica mais digna à classe trabalhadora. A classe dominante, acostumada a moldar o Estado brasileiro ao seu interesse, com a eleição de Lula, viu a efetivação da Constituição adquirir contornos de realidade.

O debate sobre a efetivação dos direitos e garantias fundamentais abre espaço para um debate político que, alçado sob uma perspectiva de poder político, tornava o eldorado de faz

nenhum projeto no Congresso. Com sua habilidade de sindicalista, conseguiu instituir o Bolsa Família, as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas. Promoveu a demarcação de terras indígenas, a legalização de terras quilombolas. Conseguiu tirar o Brasil do mapa da fome. Onde até então estivera e para onde já voltou. Eu sou de esquerda. Mas tenho bode dos esquerdistas que apontam o dedo para o PT sem considerar justamente as condições da luta de classes, neste país apegado ao atraso que os petistas conseguiram, na medida do possível, fazer progredir um pouco.” KEHL, Maria Rita. **Tempo Esquisito**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 55-56.

⁷⁴⁶ Nesse sentido, faz-se interessante observar o comentário de Fabio Luís Barbosa dos Santos no tocante ao contexto do PT na chegada ao poder e momento histórico político vivenciado na América Latina: “O PT ascendeu à presidência a uma crise de legitimidade do neoliberalismo na América Latina. Fartos da devastação social causada pelas reformas neoliberais, os setores populares se inclinaram na direção de alternativas à política convencional, que em alguns casos eram historicamente identificadas com a esquerda, como ocorreu no Brasil.” SANTOS, 2016, p. 97.

⁷⁴⁷ SANTOS, 2016, p. 69.

de conta burguês uma tentativa de fazer do Estado de Bem-Estar Social mais do que um compromisso de governo, uma reparação histórica que tinha na figura de Lula, mais do que um fiador, um legatário de quem carregava as marcas de todas as ausências do Estado brasileiro.

O movimento sindical, antes berço de toda essa possibilidade virar realidade, paradoxalmente, não conciliou esse momento com uma maior adesão da classe trabalhadora às suas fileiras. O neoliberalismo, senão afiançou o seu representante político dileto na eleição de 2003, não deixou de ter um controle da pauta econômica, por mais que agora condicionada aos direitos sociais, e por isso continuou a ter uma relativa influência em uma geração de trabalhadores e trabalhadoras que já se organizavam para além do chão de fábrica. Sabrina Fernandes explica essa proximidade entre Lula e os interesses neoliberais como consequência de um transformismo⁷⁴⁸ do Partido dos Trabalhadores:

O transformismo é um fenômeno hegemônico, ou seja, consiste em minar o potencial revolucionário através de formas que reforcem ainda mais os autores no poder (como a cooptação) e impeçam a classe de enxergar e buscar alternativas (com a despolitização e a manipulação). O processo pelo qual o PT passou, em sua busca pelo poder institucional, é diretamente explicado por esse conceito, já que a transição do partido, antes e principalmente após a primeira eleição de Lula, foi marcada pela subjugação dos interesses da classe trabalhadora aos interesses do mercado e da elite empresarial, além da pacificação da base da classe trabalhadora através de melhorias na política social e promessas de quando uma melhor correlação de forças se apresentou.⁷⁴⁹

As manobras do governo Lula para enfrentar, mesmo que internamente, o neoliberalismo, logo se demonstraram limitadas a um panorama histórico o qual fez o movimento sindical passar por um certo descrédito, embora as condições de vida da classe trabalhadora tivessem satisfatoriamente melhorado.

Nesse ponto, percebe-se como a ideologização neoliberal fomentava marcas, em que mesmo um governo identificado com a classe trabalhadora, conseguiria mudar a realidade material, mas não a realidade subjetiva, de interpretação e visão de mundo. O trabalhador precarizado, a trabalhadora precarizada, subtraía a sua condição de pertencimento de classe e se colocava como ventríloquo da realidade de patrões que não era e jamais seria a sua.

Para Saad Filho e Lecio Morais,

⁷⁴⁸ Termo alcunhado por Ricardo Antunes para caracterizar a transformação do PT a um partido político do sistema, como condicionante dada ao marco temporal do avanço do neoliberalismo e da derrocada do ~~de~~ socialismo real. ANTUNES, Ricardo. "Trade Unions, Social Conflict, and the Political Left in Present – Day Brazil". In: **The New Latin American Left: Cracks in the Empire**, edited by Jeffery R. Webber and Barry Carr. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013. p. 266.

⁷⁴⁹ FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019. p. 144-145.

O Neoliberalismo é limitado por uma tendência ao crescimento de conflitos sociais. No entanto, a resistência pode, em geral, ser contida pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pelo consumismo, pela hegemonia ideológica neoliberal e pelos instrumentos legais de repressão.⁷⁵⁰

Diferentemente do Estado de Bem-Estar Social, em que a dignidade poderia ser negociada e até aceita, o neoliberalismo tinha na cisão de classes a estruturação de sua pauta econômica. Logo, o governo Lula perceberia que a sua política de inclusão social se limitaria ao plano material, o que é importante, diga-se, mas não iria encontrar o mesmo eco sob o ponto de vista representativo, no tocante ao crescimento da consciência sindical.

Saad Filho e Lecio Moraes complementam:

A transição para o neoliberalismo incorporou na formulação de políticas públicas os interesses do capital como um todo, por meio de transferência para o setor financeiro da capacidade estatal de alocar recursos e controlar o nível e a composição da produção, do investimento e do consumo. Sob o neoliberalismo, as instituições financeiras intermedeiam as relações entre o país e o resto do mundo, estabelecem a taxa de câmbio, regulam o nível e a alocação das poupanças e dos investimentos e controlam as finanças do Estado, por exemplo, por meio do preço dos títulos do governo. A maior parte das políticas setoriais de desenvolvimento foi abandonada, e o Estado conduziu a ‘liberalização’ e a ‘desregulamentação’ da economia.⁷⁵¹

No profundo, não foi o governo Lula que moldou o neoliberalismo, mas exatamente o contrário. O que poderia reconhecer de avanço no período entre 2003 e 2010 não foi uma imposição de uma correlação de forças que tinha se alterado, mas uma concessão pelas circunstâncias eleitorais e do próprio rumo da política neoliberal no Brasil que aprofundou e para o que de fato interessaria, quem realmente detinha os privilégios, continuou a ter.

Na verdade, esse deveria ser o principal prisma da mudança, se de fato foi possibilitada uma perda de privilégios, pois é esse o principal insumo neoliberal, e se percebeu que não. Com efeito, o governo Lula foi um eficiente síndico para melhorar as condições de vida dos mais necessitados, mas sem efetivar mudanças que de fato destronassem uma classe dominante privilegiada.

Roberto Andrés apontava que:

As raízes da desigualdade brasileira geraram uma massa miserável, cuja precariedade passou a ser um impeditivo para a participação nas atividades econômicas. As políticas dos governos Lula ensejaram a primeira ocasião em que uma parte relevante dessa massa moveu-se uma casa adiante. E o

⁷⁵⁰ SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 165.

⁷⁵¹ SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 155-156.

movimento foi significativo. As classes D e E passaram de cerca de 96 milhões de pessoas em 2003 para cerca de 63 milhões em 2011.⁷⁵²

Para isso acontecer e as mudanças profundas ficarem impossibilitadas, muito se deveu ao engessamento do movimento sindical, em parte pelo envelopamento da participação no governo, mas preponderantemente pela imobilização silenciosa operacionalizada pelo neoliberalismo. Restou demonstrado que a economia, encadeada da globalização, limitava qualquer movimento mais arrojado de efetiva mudança. Na verdade, havia, além de vontade interna, uma imposição externa a direcionar e asfixiar qualquer movimento a contrariar uma ordem global que parecia fazer, inclusive das crises, a sua principal força. E para isso tanto o PT quanto Lula seriam limitados a mudar.

Segundo Sabrina Fernandes, as limitações encontradas pelo PT devem-se à própria característica da democracia liberal burguesa:

[...] A democracia liberal é desejável frente ao fascismo ou a uma ditadura, pois traz consigo algumas garantias importantes para a construção de oposição trabalho de base e organização política. Quando há uma ameaça fascista, é necessário que a esquerda se engaje na defesa da democracia liberal de modo a garantir sua própria existência fora da clandestinidade. Como democracia liberal e burguesa, essas garantias estão sempre sendo mediadas por aqueles que governam o Estado de acordo com os interesses dominantes. A democracia liberal burguesa, oferece normas de negociação entre consentimento e coerção (assim mantendo a sua hegemonia) que são executadas na prática a partir das necessidades e desejos dos que governam. No caso dos governos petistas, a democracia liberal ajudou a sustentar inclusive a ilusão de que a conciliação de classes poderia ocorrer no Brasil (algo a discutirmos mais a fundo no decorrer do livro). O problema ocorre quando, ao governar o Estado, a esquerda se comenta com os termos da democracia liberal. Além de confundir a valorização de processos de deliberação com a construção de poder popular, perde-se o horizonte da transformação política para além dos termos institucionais.⁷⁵³

Aliás, mudar em um panorama que não se detém o controle das regras e de todas as variantes, como costuma acontecer nos ambientes políticos, não seria de todo estranho. No entanto, quando se trata de afrontar estruturas de privilégios bem-consolidadas no Estado, o tensionamento passa a ser contra todo um desenvolvimento cultural, extremamente entrelaçado e normalizado por séculos, como é o caso brasileiro.

O PT, por expressar uma quebra total de paradigma ao que até então na história republicana brasileira já se tinha vivenciado, por alçar à presidência da República um metalúrgico, teria de fazer desse resultado eleitoral uma mudança significativa, sem, contudo,

⁷⁵² ANDRÉS, Roberto. **As razões dos centavos**: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 183.

⁷⁵³ FERNANDES, 2019, p. 115-116.

alojado no poder, alterar as estruturas já constituídas, apenas tentando adequar as necessidades prementes de um país extremamente desigual a regras econômicas que poderiam melhorar pontualmente, mas não resolveriam.

Aliás, Florestan Fernandes já apontava para as dificuldades da democracia liberal burguesa brasileira e vaticinava:

É urgente que se faça isso com método, organização e firmeza, para que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia, mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos.⁷⁵⁴

As instituições, embora eleitoralmente sinalizassem para uma mudança por uma maior igualdade e inclusão, bandeiras políticas centrais do Partido dos Trabalhadores se perdiam na burocracia aristocrática da máquina do Estado. Remanescia uma sensação de propriedade quase nos moldes de uma monarquia absolutista na classe dominante brasileira. A eleição poderia apenas mudar o governante, mas não o concebimento da estratificação social e da ocupação das instituições no Brasil.

O PT, ao utilizar a vitória eleitoral para se moldar às estruturas de poder já constituídas, criou uma condição de pacto da boa convivência, muito embora as razões pelo aceite estariam mais sob o plano econômico do que o político, e isso faz toda a diferença, pois a lógica econômica continuaria a ser pensada e movimentada sob os caprichos e vontades da classe dominante.

A partir do momento que o PT se torna conivente com a classe dominante, a sociedade industrial se molda por um abrandamento e se esvai de certa maneira o ímpeto da luta de classes, aliás, pontuado por Marx e Engels em interessante apontamento:

Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. [...] De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.⁷⁵⁵

Engana-se supor que um maior acesso ao consumo por parte de camadas menos favorecidas da classe trabalhadora se deu por obra de qualquer ou condescendência econômica. O neoliberalismo era totalmente dominante e como ideologia não permitiria uma

⁷⁵⁴ FERNANDES, Florestan. Democracia e Socialismo. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 3, p. 1-6, 1996, p. 3.

⁷⁵⁵ MARX; ENGELS, 2021, p. 65-67.

reinterpretação das suas concepções ao ponto de ter qualquer perigo de se voltar ou ao menos um simples ensaio do Estado de Bem-Estar Social.

Lévi-Strauss, a respeito do que seria ser de esquerda, guarda uma importante reflexão para esse período neoliberal, o qual parecia triunfante sob todos os aspectos do Estado de Bem-Estar Social:

O homem dito de esquerda aferra-se ainda a um período da história contemporânea que lhe dispensava o privilégio de uma congruência entre os imperativos práticos e os esquemas de interpretação. Talvez essa idade de ouro da consciência histórica já esteja terminada; e que se possa pelo menos conceber essa eventualidade prova que se trata apenas de uma situação contingente [...].⁷⁵⁶

A tratativa se deu no plano político e, por mais contraditório que possa parecer, houve o cumprimento de todo o tripé fiscal neoliberal, porém se fornecendo linha de créditos pelos bancos públicos, aproveitando a alta das *commodities* no mercado internacional, mas fundamentalmente, sem melindrar a essência do modelo neoliberal, exercendo e praticando políticas sociais que compensariam os limites sob esse aspecto do neoliberalismo.

Essas atitudes de uma esquerda obediente em demasia ao neoliberalismo inspirariam críticas como a suscitada por Wendy Brown:

Acabamos por amar nossas paixões e razões de esquerda, nossas análises e convicções, mais do que amamos o mundo existente que presumivelmente pretendemos transformar com esses termos ou o futuro que estaria alinhado com eles... o que emerge é uma esquerda que opera a ausência tanto de uma crítica profunda e radical do status quo quanto de uma alternativa inspiradora à ordem existente. Mas talvez ainda mais problemático, esta é uma Esquerda que se tornou mais apegada à sua impossibilidade do que à sua potencial fecundidade, uma esquerda que se sente mais à vontade contemplando não a esperança, mas sua própria marginalidade e fracasso, uma esquerda presa numa estrutura de apego melancólico a certa vertente de seu passado morto, cujo ânimo é fantasmagórico, cuja estrutura de desejo é voltada ao passado e punitiva.⁷⁵⁷

⁷⁵⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad.: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989. p. 282-283.

⁷⁵⁷ Original: “We end up loving our leftist passions and reasons, our analyzes and convictions, more than we love the existing world that we presumably intend to transform with these terms or the future that would be aligned with them... both a profound and radical critique of the status quo and an inspiring alternative to the existing order. But perhaps even more problematic, this is a Left that has become more attached to its impossibility than its potential fecundity, a Left that is more comfortable contemplating not hope but its own marginality and failure, a Left trapped in a of melancholy attachment to a certain strand of his dead past, whose mood is ghostly, whose desire structure is past-oriented and punitive. BROWN, Wendy. “Resisting Left Melancholy”. **Boundary 2**, v.26, n.3, 1999. p. 20.

O movimento sindical, ainda sob o panorama da luta de classes, do chão de fábrica e modos de produção do século XX, já demonstrava um certo descolamento da realidade do mundo do trabalho, algo que para o Partido dos Trabalhadores também resultaria em consequências. Surgia cada vez com mais força um crescimento de contestar a ordem política e econômica mais ampla do que propriamente apenas as relações de trabalho.

O Partido dos Trabalhadores, ainda estruturado principalmente nas relações de trabalho existentes no chão de fábrica, invariavelmente, independentemente do grau, deixou de se conectar ou utilizar uma comunicação que despertasse uma maior compreensão de representantes da sociedade, porque tal situação, de maneira geral, ocorreu com os sindicatos. O século XXI trazia e apontava para a interseccionalidade dos problemas sociais, como o racismo, a xenofobia, a aporofobia. Essas seriam apenas algumas questões que se colocavam como intrinsecamente interligadas ao mundo do trabalho.

A fadiga da esquerda, forjada no século XX, já era denunciada por posições como a de Jodi Dean:

Em vez de uma esquerda apegada a uma ortodoxia não conhecida, temos uma esquerda que desistiu de seu desejo por comunismo, traiu seu compromisso histórico com o proletariado e sublimou energias revolucionárias em práticas restauracionistas que fortalecem o domínio do capitalismo.⁷⁵⁸

Ao aceitar pormenorizar essas questões e enfrentá-las, quando assim o fizesse, de maneira setORIZADA, o governo Lula respondia, consciente ou inconscientemente, que a sua estrutura mais central de governo apresentava condescendência e expunha os seus limites frente às ideias dominantes da burguesia. Na verdade, mais do que um freio, seria um natural receio e até uma certeza de que, na democracia liberal burguesa afetada pelo neoliberalismo, as ações políticas deveriam ser mais conciliadas com os interesses da classe dominante.

As condições de governabilidade experimentadas pelo PT, na esteira da filosofia de Platão, seriam, na convivência com o neoliberalismo, ressignificar uma luta de classes, de corpos antagônicos tão bem definidos, em uma nova possibilidade de um novo corpo ou relação, pois

onde quer que esse par [uma oposição real ou relação diferencial] esteja, não permite que cada coisa tenha uma quantidade determinada; pelo contrário, ao introduzir sempre em todas as ações o mais intenso que o mais suave, ou

⁷⁵⁸ Original: “Instead of a left wedded to an unfamiliar orthodoxy, we have a left that has given up its desire for communism, betrayed its historic commitment to the proletariat, and sublimated revolutionary energies into restorationist practices that strengthen the rule of capitalism.” DEAN, Jody. “Communist Desire”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **The Idea of Communism**. London/New York: Verso, 2013. v. 2. p. 87.

vice-versa, o par produz o mais e o menos e faz desaparecer a quantidade determinada. [...] Uma vez que recebessem a quantidade determinada, não mais haveria o mais quente nem o mais frio, pois o mais quente assim como o mais frio estão sempre indo adiante e nunca permanecem, ao passo que a quantidade determinada fica estável e interrompe a progressão. Assim, por esse argumento, o mais quente, juntamente com o seu contrário, vêm a ser ilimitados.⁷⁵⁹

Não se analisa por acerto ou erro, mas pelas condições fáticas e históricas a definirem a formação do Estado brasileiro, de que os dois primeiros governos Lula serviram mais para alçar o PT como uma via de possibilidade de poder da burguesia do que o enfrentamento à ordem então constituída. E tal pensamento não se deve pelos motivos que às vezes são apontados por um cálculo meramente político eleitoral, mas por razões de análise até mais atrelada à geopolítica internacional e às composições de blocos de poder à época em que praticamente se tinha uma visão unipolar e imperialista norte-americana.

As regras jurídicas indicam a manutenção de um *status quo*, aliás, essa é a sua principal vocação. Dentro de um Estado comprometido em manter as suas bases de formação escravocratas, oligárquicas e desiguais, por mais que ocorra uma Constituição a dizer o contrário, os aspectos culturais irão se manter pela preservação desses valores.

Por isso, a frustração por algumas conciliações do Partido dos Trabalhadores na chegada de Lula ao poder, na discordância ou na concordância, deve ser analisada pela ótica dos fatos. Ter um discurso contrário a práticas escravocratas, oligárquicas e racistas não significa que para governar não faça conciliação e pactuação com a ala representante desses valores, porque isso na verdade é a essência da democracia liberal burguesa.

Sabrina Fernandes reproduz esse pensamento e assinala:

Qualquer perspectiva contrária, como o discurso de mera negociação entre interesses da classe trabalhadora e os dos grandes patrões, demonstra ser falha em períodos de crise, como poder notado na tentativa de desmonte do Estado de bem-estar social em países conhecidos por encampar valores da social democracia em pleno século XXI. O erro da conciliação está em supor que os trabalhadores e as elites têm interesses apenas distenso, e, por serem simplesmente diferentes, seriam passíveis de aceitar negociações em que todos pudessem ceder um pouco. Na verdade, os interesses dessas classes não são apenas distintos, mas fundamentalmente antagônicos. Mesmo que, de imediato, pareça que o trabalhador tem interesse em manter seu emprego e o patrão tem interesse em empregar para produzir, os termos ideais dessa relação, da perspectiva de cada classe, se opõem e revelam que o antagonismo de classe não é fruto de um discurso da esquerda que ‘pregaria a luta de classes’, mas fruto da própria materialidade.⁷⁶⁰

⁷⁵⁹ PLATÃO. **Filebo**. Trad.: Fernando Muniz. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2015. p. 65.

⁷⁶⁰ FERNANDES, 2019, p. 123.

O Partido dos Trabalhadores, dentro da sua expectativa de chegada ao poder, tinha a consciência de que uma vitória eleitoral não necessariamente indicaria uma mudança profunda, o que não seria nenhuma surpresa, dada a natureza das eleições e das amarras e composições de alianças eleitorais. Ao contrário, seria ingênuo exigir uma entrega do governo Lula, entre 2003 e 2010, mais do que se entregou.

E a frustração, talvez, venha exatamente sob esse aspecto, porque a chegada ao poder, pela regra da democracia liberal burguesa, logicamente exigirá que o *status quo* daqueles princípios sejam mantidos. E para a classe trabalhadora e todas as suas interseccionalidades de problemas advindas da clássica luta de classes da sociedade industrial, atos e atitudes para além desse rito controlado pelo liberalismo e neoliberalismo deveriam ser tomados e exercitados, pois o século XXI, se ainda grassava dos antigos problemas, seria também por novos, remanescendo na utopia real a solução que até então não viera para o Brasil.

7 OS SINDICATOS NO ESTABLISHMENT: ABRANDAMENTO NAS COBRANÇAS E ACOMODAÇÃO NAS PAUTAS

Neste capítulo, o fechamento final da pesquisa, irá ao cerne central, ao vasculho sem receio de enfrentar qualquer assunto atinente ao objetivo do presente trabalho. Será investigada a participação dos sindicatos nos dois mandatos do governo Lula (2003 – 2010) e todos os seus desdobramentos na vida política e institucional sindical. Será analisado o resultado dessa participação, incluindo aqueles que não ocuparam diretamente cargos, mas ofereceram apoio ou suporte político, e as consequências para a classe trabalhadora, como o abrandamento nas cobranças e acomodação nas pautas.

7.1 Os sindicatos: entre a missão da busca do poder político e o desafio de evitar a burocratização

Já é tido como de praxe que, nos momentos de maior estabilidade e quase pleno emprego, há um empoderamento ainda maior da classe trabalhadora para lutar por mais direitos. Esse consenso é compartilhado por analistas da história, políticos, juristas e militantes, como visto, por exemplo, no final da década de 60 do século passado, nas manifestações de 68, em um momento de ápice do Estado de Bem-Estar Social, no entanto encontra um paralelo paradoxal na vida política e sindical brasileira.

Embora em números se possa até dizer que houve um maior número de greves, o fato que importa é como se deram essas movimentações paredistas entre os anos de 2003 e 2010.⁷⁶¹ Será que as manifestações da classe trabalhadora nesse período fizeram uma leitura do que já se vivia e estaria por vir, ou estaria com os olhares para o retrovisor de um mundo do trabalho do final da década de 70 que já se transformava e deixava de ser o mesmo?

Até então, análises superficiais são suscitadas sem de fato engendrar aspectos não tão casuais e merecedores de atenção, como o impacto real de um governo trabalhista em um país com uma estrutura escravagista e oligárquica e instituições que, apesar dos textos social-democratas da Constituição Federal de 1988, ainda não encontrava dissonância cultural na sua efetividade.

A classe trabalhadora brasileira, mais ainda do que em outro país da América Latina, pelos desdobramentos e consolidação de um parque industrial protagônico na região, adquiriu

⁷⁶¹ Segundo os dados de acompanhamento do Dieese (SAG), foram realizadas, entre 2002 e 2010, 248 greves na esfera pública federal. 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2003 e 2010 pagam até um salário e meio. BRAGA, 2012, p. 217.

um tecido político sindical de importância dada pelo próprio texto constitucional de 1988. Após a criação do Partido dos Trabalhadores, parecia atingir um reconhecimento que seria exatamente legitimado pela eleição de um sindicalista ao cargo da presidência da República.

Esse momento representou um fechamento de reconhecimento, antes o jurídico, pelo texto da própria Constituição vigente, e agora o político, pela eleição do presidente Lula, ou seja, se alcançou, ou ao menos teria se imaginado, uma legitimidade popular, reforçada no amparo legal, que traria ao movimento sindical uma oportunidade de desconstruir o que não seria apenas no Brasil, mas em toda sociedade industrial capitalista, de desgastar e até desmobilizar a relação entre a classe trabalhadora e os sindicatos.

E seria esse o motivo ainda maior do sindicalismo brasileiro, no período dos dois primeiros mandatos do presidente Lula, ter uma compreensão mais aguda do panorama não só local, mas global e ultrapassar alguns conceitos desenvolvidos ainda na década de 70, que já se apresentavam desgastados, não apenas no mundo do trabalho, mas como as reivindicações se davam e cobravam uma interseccionalidade entre as pautas.

A pauta corporativista e apartada, em que as questões salariais eram unicamente o motivo, cada vez mais dividia espaços com aspectos atinentes à qualidade de vida. A contaminação da sociedade industrial pelo individualismo do neoliberalismo, além de afetar a fomentação e estímulo da atividade sindical, resultou em aspectos que antes poderiam ser vistos como subjetivos agora se tonariam objetivos, como a empatia e a solidariedade.

A pauta ambiental, já no começo do século XXI, apresentava uma importância nas rodas de debate que já se colocava como figura central, a produzir ecos para além de questões apenas atinentes à poluição ou problemas climáticos. O mundo do trabalho passaria a ser cada vez mais interligado com a sustentabilidade, por exemplo, haja vista o avanço tecnológico, e envolveria toda uma discussão do impacto coletivo.

Por outro lado, nas instituições, a ideologia neoliberal se colocaria como dominante e o Poder Judiciário, mesmo sob o manto da então denominada Constituição Cidadã, apresentava uma nítida resistência em questões acerca do Direito Coletivo e do sindicalismo. A criminalização dos movimentos paretistas em decisões judiciais, aplicando multas elevadas pelos dias parados, praticamente inviabilizavam a ação da classe trabalhadora, demonstrava como o Estado, legalizando e positivando o dispositivo da greve, o transformou em norma e afastou a incidência política de questionar a ordem posta.

Fernanda Lira aponta como o fenômeno político da greve foi capturado pelas estruturas do Estado legal:

[...] as greves se davam, também na sua origem, sob a inspiração do marxismo e do anarquismo, no sentido de combater o próprio Estado capitalista e as formas de exploração do trabalho em abstrato. Como tinham, na sua essência, uma perspectiva eminentemente política – ruptura com o poder dominante – e eram desencadeadas de forma violenta – muitas vezes com quebras de máquinas, boicotes, atentados – o Estado Moderno tratou também de enquadrá-las nos alicerces – legislativo e político – que o inspiraram. Como fato histórico e sociologicamente explicável, reconhecível e impossível de ser evitado, melhor, então, seria discipliná-lo. Essa é a razão pela qual o Direito de Greve é posicionado dentro de uma moldura legislativa impeditiva do confronto violento, contrário ao Poder Político ao próprio Estado.⁷⁶²

O panorama de 2003, por mais que pudesse sugerir uma virada de chave, exatamente pelo momento político de protagonismo das pautas trabalhistas e sindicais, estava amordaçado em questões de natureza geopolítica as quais deveriam ser enfrentadas. Por isso, os sindicatos não poderiam se colocar como uma espécie de continuação da institucionalidade, pois as instituições capturadas pela ideologia neoliberal e pelo *status quo* burguês, como o Judiciário, não seriam amistosas com as suas pautas. Era preciso fazer a disputa política.

Ocorre que, com uma disputa política dentro da institucionalidade burguesa, foi preciso se tornar subserviente aos limites que toda estrutura de poder preserva. A chegada do PT ao poder, adensada em uma legítima eleição, poderia indicar mudanças circunstanciais na condução econômica, social, mas não cultural.

O desfazimento do chão de fábrica como ambiente central da identificação da classe trabalhadora da sociedade industrial não significava, por exemplo, que a exploração cessaria e se tinha encontrado finalmente a liberdade como sentido existencial do ser humano, além de uma felicidade prometida fora do plano terreno, no convencimento do plano espiritual.

O neoliberalismo fazia da existência humana um compromisso ainda maior de prisão do corpo com valores e princípios a submeter a classe trabalhadora à opressão e submissão pela classe dominante, inclusive por perder e ser totalmente afastado do sentido coletivo em lutar e fortalecer uma utopia única.

Mas não apenas isso, como investigariam Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junio e Christian Dunker, o neoliberalismo traria também profundos impactos na saúde da classe trabalhadora:

⁷⁶² LIRA, Fernanda Barreto. **A Greve Política-Revolucionária e a Emancipação Social:** do novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 65.

Há relações profundas entre os experimentos de engenharia social do neoliberalismo e a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa, principalmente, com o pagamento das neuroses, com a hegemonia da depressão, com a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, com a consolidação dos transtornos borderline e, finalmente, com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do *enhancement*, que começa a explorar cada vez mais os fármacos, inicialmente, concebidos para o sofrimento psíquico, em um novo objetivo, aquele da potencialização de performances no trabalho.⁷⁶³

Como equacionar uma expectativa de governo, como foi a depositada em 2003, sem a devida percepção de que os instrumentos de poder, por mais que pudessem estar sendo manuseados, não estão dominados ou controlados? A Escola de Frankfurt e a teoria da gaiola dourada⁷⁶⁴ seriam um palco em que a teoria do neoliberalismo contracenaria com sua realidade mais lógica de reprodução social.

E foi exatamente com essas limitações, cada vez mais tuteladas pelo modelo neoliberal, que a democracia liberal burguesa se tornou, para o sindicalismo, mesmo no Estado de Bem-Estar Social, uma camisa de força que, em seu estado bruto de sintoma, denunciava uma tentativa de domesticação, pois quando quem oprime tenta controlar a mudança, há apenas a garantia de melhorias que não se quer de fato entregar para mudanças.

O governo do PT, sob todo esse panorama de limitação, teria de ousar e estar atento ao que mais poderia representar ideias e valores, enfrentando uma dinâmica de opressão social demarcada pela sociedade industrial. As suas modificações não ensejariam, independentemente do modo de produção, o que seria mais caro e em certa medida definiria também esse *homo economicus*: a aceitação do ser humano em não ser dono do seu tempo.

O movimento sindical se forjou, seja pela greve ou outros meios de negociação, como um termômetro a atestar o conformismo de quem estaria dentro da gaiola de outro e não percebia. No caso do Brasil, uma considerável mão de obra, já acostumada a ser explorada, absolvía o neoliberalismo com uma verdade real, próprio de países em que a efetividade legal faria total distinção entre povo e ricos.

Ruy Braga ainda apontava outros complicadores:

⁷⁶³ SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como Gestão de Sofrimento Psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 6.

⁷⁶⁴ A teoria da gaiola dourada seria desenvolvida por Theodore Adorno, que consentia que a sociedade de consumo é como uma gaiola dourada, que se assemelha a um *shopping center*, perfumando e feliz. O indivíduo supõe ter liberdade, autonomia, porém é ludibriado dentro de uma lógica do mercado, sem ter consciência da sua impotência em não manusear os rumos das suas escolhas. Cf. ZAIDAN FILHO, Michel. **A Escola de Frankfurt em Nove Lições**. 1. ed. Curitiba: Collaborativa, 2020.

Ao absorver as forças sociais antagônicas no aparato do Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o lulismo esvaziou todo o conteúdo crítico presente na longa ‘era da invenção’ dos anos 1970 – 1980. [...] sob Lula, a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, ainda que frequentados habitualmente por escândalos de corrupção.⁷⁶⁵

Além disso, aspectos relacionados ao debate internacional, como seria o caso do meio ambiente, traziam para o Brasil um protagonismo pela sua importância na pauta e a sua condição de então país periférico em outros aspectos, haja vista que o mundo do trabalho, a sociedade industrial, seria colocada à prova dos seus antigos dogmas.

Todos esses ingredientes faziam desse ciclo que se iniciava, no começo do século XXI, talvez um corte histórico como até então não se vivia desde o início da Revolução Industrial. Não que a industrialização fosse deixar de ser importante, muito pelo contrário, mas como se daria e principalmente como rivalizaria com o capitalismo financeiro.

Belluzzo e Caixeta apregoavam que:

Enquanto no curso de exploração do trabalho, o capital depreende ciclos de criação e destruição de riqueza temporalmente determinados, em sua versão fictícia, consegue criar ou destruir riqueza transformando as expectativas sobre o futuro em fato presente. Tal poder de transformação dá ao capital financeiro a potência de uma arma capaz de ‘varar’ o espaço-tempo numa mesma rajada.⁷⁶⁶

Se no começo da Revolução Industrial houve uma concentração do vulto industrial em países da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha, com o avanço do capitalismo, ocorreu um espalhamento por países como os Estados Unidos, com o neoliberalismo, favorecido ainda mais pela extinção da União Soviética e hegemonia norte-americana. Assim, foi estimulada uma concentração uma dispersão industrial, porém sem gerar necessariamente desdobramentos de desenvolvimento.

Esse raciocínio pode ser explicado exatamente pelo fato de a industrialização seguir uma cartilha pretensamente neoliberal e não necessariamente atrair desenvolvimento aos locais em que resolveu se instalar. Na lógica de grandes conglomerados empresariais a dominar todo o mercado, as empresas se instalavam em países de mão de obra barata e legislação trabalhista pouco protetiva e não repassavam qualquer troca de inteligência entre os países.

⁷⁶⁵ BRAGA, Ruy. Os sindicatos e o governo Lula. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-sindicatos-e-o-governo-lula/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

⁷⁶⁶ BELLUZZO; CAIXETA, 2023, p. 1904.

Éric Alliez e Maurizio trazem uma contundente crítica acerca do real significado do capitalismo financeiro:

O capitalismo da dádiva foi um breve parêntese estratégico na longuíssima história do ‘capitalismo de apropriação’, [...] o capital financeiro não é uma perversão ou anomalia da natureza pretensamente industrial do capitalismo, é a realização desta e só se efetiva plenamente quando sua hegemonia se traduz na realização de todas as ‘mais-valias políticas’. A peculiaridade do aparelho de captura do capital financeiro é que ele não se ‘limita’ a exercer a ‘apropriação sobre produção’ propriamente capitalista e o trabalho assalariado, pois não distingue entre as formas de produção (modernas, hipermodernas, tradicionais ou arcaicas). Ele se apropria, indistintamente, da produção dos trabalhadores ditos ‘cognitivos’ e da dos escravizados da indústria têxtil sob ‘contratos por prazo determinado’ por suas ações mais ‘imateriais’.⁷⁶⁷

Diferentemente do início da Revolução Industrial, em que os países acompanharam o desenvolvimento industrial, como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Japão, dentre outros, não se poderia dizer o mesmo de Bangladesh ou Índia, por exemplo. A China⁷⁶⁸, ante as suas características até muito específicas, consolidou-se em uma exceção e, por direcionamentos políticos, para além de uma ordem global. Embora absorvesse o capitalismo e até o neoliberalismo, houve uma implementação da industrialização própria.

Percebe-se como o neoliberalismo afetou sobremaneira a estrutura do desenvolvimento da sociedade até então pautada na sociedade industrial.⁷⁶⁹ O neoliberalismo não tinha como característica o compromisso propriamente no desenvolvimento dos Estados, das nações, mas sim com a iniciativa privada, conglomerados empresariais, muitas vezes, a rivalizar com as próprias soberanias estatais.

Ladislau Dowbor menciona que:

⁷⁶⁷ ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 136.

⁷⁶⁸ “O crescimento econômico chinês de 1980 a 2019 foi excepcional: a média de crescimento do PIB real nesse período foi de 9,2% a.a. Há mais e quatro décadas, o país cresce acima da média internacional, de forma quase ininterrupta. Por mais de 35 anos, a taxa média de crescimento do PIB per capita na China alcançou a média 9% a.a. A renda per capita (por Paridade de Poder de Compra) passou de apenas US\$ 250,00 em 1980 para US\$ 8.827,00 em 2018, isto é, cresceu 36 vezes! Esse processo foi acompanhado de uma elevada taxa de investimento, com média de 36,9% do PIB entre 1982 e 2011 e acima de 40% a partir de 2004. [...] A China cresceu com base na política de crescimento com endividamento externo. Entre 1980 e 2018, o país só apresentou déficit em conta corrente (ou seja, usou sua poupança externa) em três anos. A China não cometeu o erro de tentar crescer com poupança externa, assim evitou que a taxa de câmbio se apreciasse e as empresas nacionais perdessem competitividade.” JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 143-145.

⁷⁶⁹ “Diretamente ligada às transformações tecnológicas, que desorganizam a governança da sociedade pela disritmia na mudança das diversas instâncias sociais, está a questão da globalização, termo que usamos como abreviatura de uma dramática complexidade na reorganização da base territorial da governança. [...] a desproporção entre o volume de recursos que almejam e a sua ignorância dos impactos é impressionante. Para 850 milhões de pessoas que passam fome, para 6 milhões de crianças que dela morrem todo ano, não há nada de divertido nesse caos irresponsável.” DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. p. 161-162.

O capitalismo herdado do século passado é o capitalismo das nações. Claro, já somos um capitalismo mundial desde a revolução comercial do século XVI – ou pelo menos desde a fase imperialista dos séculos XIX e XX, [...] mas hoje podemos dizer que o capitalismo das nações está desaparecendo do mapa porque o processo decisório se deslocou para essa rede monstruosa e cheia de tentáculos que são os gigantes corporativos instalados dentro dos próprios governos nacionais – e pouco vinculados ao interesse das nações se instalam.⁷⁷⁰

O Brasil vivenciou todos os efeitos e impactos do neoliberalismo na sua política econômica e as consequências diretas foram sentidas nas políticas sociais. Além disso, carregava a responsabilidade de se recolocar como um país ambientalmente⁷⁷¹ responsável exatamente pelo peso internacional que o tema atraía já no início do século XXI.

Todo esse panorama apareceria nos idos de 2003 como desafios amplamente interligados com o mundo do trabalho, quiçá à classe trabalhadora. Além do desemprego dito informal e da mão de obra precarizada e pouco complexa, o perfil do trabalhador e trabalhadora do núcleo urbano ainda estaria sedimentado na base do desenvolvimento local até a década 80. Isso se deu pela imersão neoliberal na política econômica brasileira e fez uma característica local se tornar quase uma patologia a se disseminar na dinâmica social do Brasil.

Se os empregos informais eram vistos como uma capacidade de sobrevivência a definir a população brasileira, a partir do neoliberalismo passaram a ser um perfil absorvido de quase um empreendedorismo de características locais. Qualquer cidadão ou cidadã, que defendesse o seu meio de vida com uma carroça de cachorro-quente em qualquer esquina de cidades brasileiras, era capturado(a) pelo discurso de donos de si, a diminuir, até mesmo, a carteira de trabalho, ou seja, os trabalhos registrados.

Safatle, Silva Junior e Dunker, inclusive, fazem uma reflexão assertiva no tocante ao pensamento dominante do empreendedor de si:

[...] esse funcionamento se encarna em um discurso que apresenta como estando à mão a experiência de liberdade, fruição e aperfeiçoamento, que esconde a finalidade servil e alienante de tal liberdade para empreender e enfrentar riscos individualmente e assim gerar lucros sem risco aos

⁷⁷⁰ DOWBOR, 2020, p. 86.

⁷⁷¹ O professor Bresser-Pereira aponta alguns caminhos e prognósticos no tocante às políticas ambientais brasileiras: “Eu creio que o Brasil tem reagido razoavelmente bem ao problema ambiental. Dentro do espírito do acordo de Paris, o Brasil deve contribuir ativamente para limitá-lo a um aumento de dois graus, definindo para isso metas nacionais e as acompanhando da maneira mais transparente possível. O aquecimento global e, mais amplamente, a questão da proteção da natureza são o desafio maior que hoje a enfrenta a humanidade. Há um custo em realizar essa proteção, mas estou convencido de que, primeiro, seu custo é menor do que geralmente se supõe; segundo, que esses custos podem vir a ser uma fonte de demanda e de crescimento.” BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 1570-1576. Vale ressaltar que esse autor discorda do termo “custo”.

investidores. Redução cínica e radical das possibilidades de ser, de sofrer e, principalmente, de transformar o mundo.⁷⁷²

Essa não seria mais uma das grandes estratégias do Estado burguês para reproduzir em normas jurídicas e designar como formais e informais atividades de sustento por um reconhecimento jurídico. Agora, em um país com as características do Brasil, que atravessou uma década de 90, apesar da estabilidade da moeda, mas com um nível de desemprego considerável⁷⁷³, não seria difícil ajustar os conceitos neoliberais à necessidade da economia local.

Em 2003, não se teria uma perspectiva de formação de consciência crítica de enfrentamento coletivo por esse esgarçamento propiciado pelo neoliberalismo que, ao se entrenchear na dinâmica social brasileira, passou a fazer de um atributo cultural local, o emprego juridicamente informal, um salto para o empreendedorismo.

Esse fator iria comprometer o sindicalismo justamente por aspectos específicos da localidade, em que se teria uma construção ideológica favorável às ideias neoliberais a facilitar ainda mais esse reconhecimento nas políticas que fariam o enfrentamento nos pleitos eleitorais. A chegada de Lula à presidência traria a possibilidade de ressignificar ou reestruturar o que seria de interesse da classe dominante e do interesse da classe trabalhadora.

A grande dificuldade de Lula na presidência seria exatamente identificar o efeito e a influência do neoliberalismo no pensamento da classe trabalhadora, pois a sua trajetória política foi alçada em um contexto histórico de forte participação e interação dos trabalhadores e trabalhadoras, no chão de fábrica ou no ambiente rural, nas mobilizações por melhores condições de vida. Já em 2003, o perfil neoliberal seria facilmente identificado por uma característica individualista, consumista e antiestatal.⁷⁷⁴

Não se poderia fazer dessa quadra histórica um afrouxamento ou concordância tácita com o que globalmente se vivenciava. O Brasil, apesar de todas as potencialidades, estava a reboque de um projeto neoliberal internacional que anulava qualquer possibilidade de um projeto ativo e altivo de nação, um projeto geopolítico internacional a não priorizar a sua soberania, tampouco a sua classe trabalhadora. José Antônio Ocampo desmistificava essa situação da seguinte forma:

⁷⁷² SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020, p. 186.

⁷⁷³ A taxa de desemprego aberto, que em 1998 era de 8,7% da população economicamente ativa, subiu para 9,4%, em 1999. O indicador acompanhava, com defasagem, os movimentos do PIB, passando para 9,2%, em 2001, e 9,0%, em 2002. O rendimento médio real do trabalho principal resultou, certamente, na variável que mais se agravou em todo o segundo governo Cardoso, apresentando forte tendência de queda. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ARAUJO; GENTIL, 2021a, p. 448-468.

⁷⁷⁴ Cf. SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 270.

A globalização tornou obsoleto o regime internacional de tributação das empresas. O esquema atual foi elaborado pelos países desenvolvidos no início do século XX, quando suas empresas, que dominavam o comércio mundial – então fundamentalmente de bens – eram sociedades integradas que comercializavam com empresas radicadas em outros países ou colônias. Mas hoje, quase a metade do comércio mundial ocorre entre matrizes e filiais de empresas transnacionais, o setor de serviços representa três quintos do PIB mundial, e os países em desenvolvimento produzem dois quintos desse produto, sendo suas grandes empresas também transnacionais.⁷⁷⁵

O mundo sindical brasileiro, ainda a compreender como se dariam as suas próprias frentes de luta ante a exploração capitalista, recebia o novo governo, o presidente Lula, com um erro de percepção grave. Percebiam como a realização e o fim de uma luta, quando, na verdade, as análises deveriam partir de um prisma mais sofisticado.

A chegada de Lula ao poder poderia e deveria ser interpretada como uma vitória da classe trabalhadora, algo, inclusive, que representaria uma luta mais larga do que as próprias greves do ABC da década 70, abrangendo as primeiras manifestações por legislações trabalhistas, mas, principalmente, pelas circunstâncias, além do próprio conceito de luta de classes. Darcy Ribeiro mencionava que:

A única saída possível para essa estrutura autoperpetuante de opressão são o surgimento e a expansão do movimento operário. Nas cidades, ao contrário da roça, o operário sindicalizado já atua como um lutador livre diante do patrão, chegando a ser arrogante na apresentação de suas reivindicações. É por esse caminho que as instituições políticas podem aperfeiçoar-se, dando realidade funcional à República.⁷⁷⁶

Lula, na presidência, ascendia como uma possibilidade real de protagonizar uma importante liderança na luta de classes nesse começo do século XXI. No entanto, logo iria se perceber, em seu governo, a pouca intenção de confrontar a classe dominante de forma mais aguda. Darcy Ribeiro, sob a perspectiva histórica, apontava que:

A classe dominante bifurcou sua conduta em dois estilos contrapostos. Um, presidido pela mais viva cordialidade nas relações com seus pares, outro, remarcado pelo descaso no trato com os que lhe são socialmente inferiores. Assim é que na mesma pessoa se pode observar a representação de dois papéis, conforme encarne a etiqueta prescrita do anfitrião hospitaleiro, gentil e generoso diante de um visitante, ou o papel senhorial, em face um subordinado. Ambos vividos com uma espontaneidade que só se explica pela conformação bipartida da personalidade. [...] A essa corrupção senhorial corresponde uma deterioração da dignidade das camadas mais

⁷⁷⁵ OCAMPO, José Antonio. “A reforma da tributação corporativa internacional: a perspectiva da ICRICT”. Trad.: Luiz Barucke. **Nueva Sociedad**, jul. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reforma-da-tributacao-corporativa-internacional/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

⁷⁷⁶ RIBEIRO, 2015, p. 165.

humildes, condicionadas a um tratamento gritantemente assimétrico, predispostas a assumir atitudes de subserviência, compelidas a se deixarem explorar até a exaustão. São mais castas que classes, pela imutabilidade sua condição social.⁷⁷⁷

E esse sentimento não seria patenteado por visões mais genéricas, mas sob a ótica pouco debatida. A conciliação do governo Lula com a classe dominante logo nos primeiros dias de governo indicaria que os sindicatos seriam convencidos pelo discurso da institucionalidade, como se coubesse a quem é explorado se conformar com quem o explora.

O governo Lula tentou mediar uma política econômica neodesenvolvimentista, sem rompimento com o neoliberalismo, em aliança com setores da burguesia nacional, com efeito para diminuir a pobreza do país e permitir uma ascensão aos níveis médios da população, sem, contudo, desestruturar os ganhos da classe dominante brasileira.⁷⁷⁸

Não haveria uma análise mais detalhada de como um trabalhista encaminhou o que seria o governo para de fato repensar a política sindical brasileira: colocar-se como um síndico em administrar, mais do que o neoliberalismo, todo o ranço oligárquico e escravagista genuinamente típico brasileiro.

Verter impossibilidade para justificar a não independência e autonomia, à qual a classe trabalhadora brasileira assente desde os primeiros escravos fugidos, seria uma compreensão de governo e não compreensão das mazelas do Estado. O movimento sindical fundamentalmente, apesar de aparentar força, colocava-se, e seria assim que ficaria, como apêndice de governo.

O movimento sindical brasileiro, se não fosse a primeira ocasião em que teria um presidente aliado, como fora Getúlio Vargas, seria a primeira vez que um presidente, além do início da trajetória política enquanto sindicalista, se tornou agente e partícipe de um movimento sindical desprendido e com autonomia do poder estatal superou, nas palavras de Armando Boito Jr., o sindicalismo populista:

A ação reivindicatória organizada do sindicalismo populista poderia conviver com o fetiche do Estado graças às particularidades desse tipo de sindicalismo. Seus objetivos, sua organização e suas formas de luta enquadram-se, todos eles, dentro de limites impostos pela ideologia estatista. O sindicalismo populista é economicista, no sentido que representa uma forma de organização ‘inacabada’ dos trabalhadores. Ao contrário daquilo que é a tradição do movimento operário europeu, o sindicalismo populista não se articula com qualquer organização partidária, seja com um partido tradeunionista, concebido como instrumento político a serviço da luta sindical reivindicatória, seja com um partido revolucionário, concebido

⁷⁷⁷ RIBEIRO, 2015, p. 164.

⁷⁷⁸ FERNANDES, 2019, p. 131.

como um instrumento político da luta pelo poder de Estado. O sindicalismo populista é apartidário porque é estatista. Trata-se de um fenômeno distinto do apartidarismo do movimento anarco-sindicalista; e diferente também, como salientou Paul K. Erickson, do apartidarismo do sindicalismo norte-americano. No Brasil, o sindicalismo não se unifica com formações partidárias porque o Estado é percebido, de modo espontâneo e prático, como o dirigente político e substituto do partido. Nesse sentido, pode-se afirmar que a iniciativa do movimento operário do ABC paulista de criar o Partido dos Trabalhadores representa um início de superação do sindicalismo populista.⁷⁷⁹

Essa condição inequivocamente pode se tornar um divisor de como a legislação trabalhista poderia avançar. Até então a Consolidação das Leis Trabalhistas surgiu por uma visão protecionista à classe trabalhadora, porém com uma percepção paternalista do Estado, algo, inclusive, colidente com a própria filosofia do Partido dos Trabalhadores.

Não se está a sugerir que a então CLT não seja adequada, mas um governo trabalhista com um presidente genuinamente sindicalista, forjado e praticante de um movimento sindical para além do Estado, teria como premissa, em tempos de mundo do trabalho repaginado e cada vez mais desafiador pela mão de obra ser substituído por máquinas, uma legislação mais atenta para proteger a classe trabalhadora dessas questões.⁷⁸⁰

Nos idos de 2003, se já não como uma realidade posta, como passou a ser vinte anos após, surgia, como um debate cada vez mais frequente, a questão do avanço da tecnologia em frentes que impactariam a dinâmica do trabalho.⁷⁸¹ Ter uma legislação atenta e compromissada com essas questões surgia como necessidade para um governo que seria invariavelmente mais cobrado nas questões trabalhistas.

Por isso, diante de um cenário em que as cobranças seriam para além de questões salariais, o Partido dos Trabalhadores teria de ser governo, mas teria primordialmente de fazer um papel não restrito ao institucional e continuar com os compromissos sindicais, e agora, mais do que nunca, devido à interseccionalidade exigida com outras áreas. Em um mundo cada vez mais interligado, as relações de trabalho se colocariam como mais dinâmicas e até

⁷⁷⁹ BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991. p. 89.

⁷⁸⁰ Em tempos de ataque à legislação trabalhista é imperioso ter cuidado ao abordar o assunto. Em uma análise acurada da CLT, percebem-se inúmeras alterações, como a estabilidade decenal, substituída pelo FGTS ainda nos anos 1960 e todas as outras alterações, como a previsão do teletrabalho e etc. Cf. MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; YAMAMOTO, Paulo de Carvalho. **O mito – 70 anos da CLT**: um estudo preliminar. São Paulo: LTR, 2015.

⁷⁸¹ Embora essas mudanças sejam evidentes, é importante atentar para a ponderação de Deivison Faustino e Walter Lippold: “Se estamos migrando de uma sociedade antropocêntrica para uma sociedade datacêntrica, cumpre lembrar que ambas emergem em uma sociabilidade cujo grande centro continua sendo a valorização do valor.” FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker – fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 107.

mais fluidas. A classe trabalhadora cada vez mais estaria inserida num processo tecnológico que a colocaria, sem lhe tirar a importância, lado a lado das máquinas:

Com a superação da manufatura pelo sistema maquinofatureiro, o capital atingiu a subordinação real e criou o modo de produção especificamente capitalista. Dito de outra forma, o sistema automático de máquinas torna o trabalhador um mero apêndice, ou, no limite, elimina-o. A produção de mais-valia agora é o resultado da produção baseada num sistema automático de máquinas onde o aumento da produtividade não depende mais, tal como na manufatura, da intensificação da atividade de trabalho humano.⁷⁸²

O presidente Lula não poderia se colocar a achar que todos os problemas estariam resolvidos apenas por uma questão de reposição salarial. O emprego teria e deveria de ser uma agenda central, porém bem além da garantia de vagas, deveria se colocar a antever o que demandaria e impactaria uma ressignificação do que até então a sociedade industrial tinha apresentado, como bem percebem Vieitez e Dal Ri:

A atividade de trabalho é considerada como sendo recorrente e fragmentada, desfavorecendo o desenvolvimento das habilidades, capacidades cognitivas, intelectuais, emocionais, criativas e outras que são necessárias ao pleno exercício da gestão coletiva e democrática, tal como essa figura nos documentos constitucionais e nas proposituras dos associados.⁷⁸³

O governo Lula assumiria sob um panorama de projetar a organização e a luta da classe trabalhadora para muito além do Brasil, trazia uma perspectiva ampla a qual irradiaria efeitos práticos por toda a América Latina⁷⁸⁴, por toda uma justificação simples, como o neoliberalismo, pela atuação em bloco, pensar o continente latino-americano em bloco, seu pacote de austeridade não se restringe apenas a determinado país em específico.

As conjunturas geopolíticas se colocam a produzir impactos sobre toda a região latino-americana, pensada sob uma mesma lógica de influência. O potencial em recursos naturais e a necessidade de dominação de todas essas riquezas têm uma ligação direta com a forma como a política das relações de trabalho se caracterizam nos países do hemisfério sul. As

⁷⁸² NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 69.

⁷⁸³ VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 80.

⁷⁸⁴ Maré Rosa ou Onda Rosa é um termo cunhado para designar o ciclo de vitórias eleitorais das forças de esquerda, autoproclamadas ou consideradas anti ou pós-neoliberais, na América Latina. O termo faz referência a um fenômeno biológico, a Maré Vermelha, que é causada pelo acúmulo rápido de microplânctons na água a ponto de mudar-lhe a cor. Aparentemente, quem primeiro utilizou o termo foi o correspondente do New York Times Larry Rother, o qual creditou a vitória da esquerda no Uruguai em 2004 à consolidação de uma “pink ride” (maré rosa) – uma vez que não seria o caso de falar em uma “red tide” (maré vermelha); a última seria a referência ao fenômeno biológico, mas em vez de “red” (vermelho), associado à esquerda revolucionária ou radical, seria o caso de se falar em “pink” (rosa) em virtude do caráter da ascensão de Lula da Silva no Brasil em 2002 e Néstor Kitchner na Argentina em 2003, todos vistos como moderados. Naquele primeiro momento, Rother via a vitória de Hugo Chavez na Venezuela em 1999 como um caso à parte e isolado. FERNANDES, 2019, p. 136.

peculiaridade e condições em que os ritos de exploração se desenvolvem são particularmente muito similares.

Regina Gadelha percebe essas similitudes e arremata:

A crise da dívida externa, que atingiu os países emergentes nos anos 1980, desvelou a face perversa deste processo. Porém, enquanto México e Argentina se desindustrializavam, o Brasil resistiu ao menos até o final dos anos 90 ao sucateamento e desmantelamento de seu aparelho produtivo industrial. Somente no limiar do século XXI, em decorrência da demanda da China por commodities, o país reprimarizaria sua produção, processo acelerado pelo extraordinário crescimento dos setores de serviços, ao mesmo tempo em que ocorria maior informalização da indústria de bens de consumo destinada às classes mais pobres.⁷⁸⁵

Há algumas nuances e similitudes de um país para o outro, dependendo de como as atividades rurais se dão ou até a industrialização, mas na análise ampla, pouco diferença se faz como a dominação irá se dar, tanto que a pobreza e a desigualdade são marcas-padrões em que pouco divergem e muito se somam a caracterizar toda a região.

Segundo Danilo Severian e Antônio Corrêa de Lacerda,

concomitantemente a esse conjunto de elementos, que só poderia corroborar para a atrofia do setor manufatureiro e das dinâmicas regionais nele apoiadas, o modelo de inserção externa adotado desde o final do século passado se orientou pelo reforço às vantagens comparativas em bens primários, em parte consentindo à própria incapacidade de reação da indústria nacional, ampliando assim a vulnerabilidade do país a choques externos, visto as características do mercado global para esses produtos. Dessa maneira, o Brasil se inseriu de forma passiva e subordinada à nova dinâmica mundial dos anos 1990, referida como ‘globalização’.⁷⁸⁶

Lula entendia o neoliberalismo como uma questão a ser tratada pela economia, já outros governantes, como Hugo Chavez, por exemplo, interpretava como algo muito mais complexo, atentatória contra a própria soberania. Tal diferença nas tratativas resultava diretamente como a comunidade internacional reagia aos dois governos. A aceitação do governo Lula, inclusive, mais do que os resultados das políticas sociais, seria resultado exatamente do não rompimento com a cartilha neoliberal e a estrutura do Estado brasileiro com o *status quo* vigente da classe dominante.

⁷⁸⁵ GADELHA, Regina Maria A. F. Política Desenvolvimentista e Retrocesso Estrutural: Origens do Atraso. In: LACERDA, Antonio Corrêa (org). **Reindustrialização**: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022. p. 99-133. p. 105.

⁷⁸⁶ SEVERIAN, Danilo; LACERDA, Antonio Corrêa. Industrialização e Desenvolvimento: As Contribuições de Wilson Cano. In: LACERDA, Antonio Corrêa (org). **Reindustrialização**: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022. p. 69-97. p. 84.

A opção de não enfrentamento ao sistema político brasileiro deixou o governo Lula adestrado e limitado ao que seria do interesse da classe dominante e do projeto neoliberal. E os efeitos práticos, como o sucesso dos programas políticos com êxito, teria um efeito também reverso de tamponar qualquer percepção mais evidente da necessidade de ir mais além de melhorias de vida, porém insuficientes à real emancipação da classe trabalhadora.

Na visão de Saad Filho e Lecio Moraes,

a transição para o neoliberalismo trouxe não apenas mudanças econômicas significativas, mas também taxas de crescimento do PIB muito mais baixas que nas décadas anteriores. A taxa média de crescimento econômico na década de 1990 foi de apenas 1,8% ao ano, a menor do século. Em comparação, entre 1933 e 1980, a economia expandiu-se, em média, 6,4% ao ano. O crescimento do PIB na primeira década do neoliberalismo foi ainda menor que o registrado na chamada ‘década perdida’ de 1980 (2,6%).⁷⁸⁷

No plano político, pode-se fazer justificar no plano diplomático da responsabilidade e do jogo macropolítico a que o Brasil teria como destino pela sua natural liderança regional exercida. No entanto, a conveniência desse discurso estaria exatamente alinhada aos interesses internacionais de continuar a fazer e a impor uma política de submissão ao Estado brasileiro.

O resultado eleitoral, para um partido reformista como o PT, seria a confirmação de que o respeito às regras do processo se daria muito além da eleição, estaria também atrelado às próprias condições de governo e mesmo assim com manobras extremamente reduzidas, as quais indicassem qualquer rompimento com o neoliberalismo, ou seja, governar para a classe trabalhadora, porém sem poder exercer uma governabilidade a qual respaldasse uma política que não se preocupasse em se equilibrar e ceder às imposições da classe dominante.

Aliás, o próprio regramento jurídico, caso fosse preciso, estaria a serviço da classe dominante, mesmo que as iniciativas políticas do governo estivessem a contento da ordem constitucional vigente desde 1988, mas que indicassem uma disposição exatamente de cumpri-la, pois a efetividade do texto constitucional já seria praticamente uma alforria para a classe trabalhadora que até então tinha nas normas constitucionais uma efetividade restrita e seletiva.

Até então, desde 1988, existia um país com dificuldade de se encontrar e tornar efetivo o seu texto constitucional. Com a eleição em 2003 do presidente Lula, da chegada do PT à presidência da República, expectativas foram renovadas e a possibilidade de trazer a

⁷⁸⁷ SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 123.

Constituição para um efeito prático seria o que boa parte do eleitorado que votou no projeto petista ansiava.

Na verdade, talvez ainda pela proximidade de pouco mais de uma década de queda do Muro de Berlim, a eleição do presidente Lula surgisse como uma possibilidade de reacender os ideais socialistas adormecidos, criando uma expectativa para bem além do que as condições reais possibilitavam. Rodrigo Nunes faz uma ponderação sobre como esses processos de mudança da sociedade pelas bandeiras do campo da esquerda se processam nos tempos atuais:

Marxismo e anarquismo ainda compartilhavam a ideia de que a revolução era uma questão de ação coletiva em escala massiva. Para os marxistas, toda ação coletiva no mundo podia, em última instância, ser subsumida em um único sujeito histórico cuja posição no interior das relações sociais existentes fazia dele um ponto de vista privilegiado para apreender a totalidade destas, bem como o protagonista necessário de sua transformação. O que fazer, porém, quando a própria ação coletiva em grande escala entra em questão, seja em virtude de suas perspectivas cada vez mais exíguas de futuro, seja das memórias traumáticas que pesam contra seu passado? A crise da ideia moderna de revolução impôs um conjunto totalmente novo de parâmetros sobre como conceber a mudança social em larga escala: sem grandes rupturas ou com pouco uso de força ou de conflito, com ações coletivas massivas apenas pontuais e ‘espontâneas’, preferencialmente pacíficas, com o mínimo possível de estratégia e organização consciente. Uma transformação social ocasionada pela ação agregada de indivíduos e por pequenas iniciativas locais cuja sinergia espontânea tornava perigosa e supérflua qualquer tentativa de dirigir, organizar ou mesmo pensar o processo como um todo.⁷⁸⁸

Como o neoliberalismo se comportava, diferentemente do liberalismo clássico, como um projeto político, para muito além de um plano econômico, não o enfrentar significaria assumir o risco de que a institucionalidade do Estado Democrático de Direito burguês se utilizasse dos seus próprios mecanismos de favorecimento à classe dominante para desgastar um governo fortemente identificado com o povo.

Por isso que a Venezuela, bem ou mal, resolveu não apostar no caminho da institucionalidade e fazer do resultado eleitoral de fato uma chancela para fazer prevalecer uma mudança significativa na estrutura do Estado, pois as oligarquias latino-americanas, por si só, possuem uma tendência de flertar com os interesses do estrangeiro em detrimento da sua própria soberania.

Com as suas devidas diferenças, os governos brasileiro e venezuelano, presididos por Lula e Chavez, enfrentam a mesma tormenta, sob o mesmo marco temporal, porém com

⁷⁸⁸ NUNES, Rodrigo. **Nem vertical nem horizontal**: uma teoria da organização política. Trad.: Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu, 2023. p. 180-181.

resultados diametralmente opostos no enfrentamento ao neoliberalismo. Enquanto a Venezuela conteve a sangria das suas riquezas naturais para o exterior, o Brasil atenuou, porém conciliou. Os interesses nacionais de um foram preservados; de outro, relativizados.

Essa postura inevitavelmente atrai para a classe trabalhadora uma compreensão da dinâmica do processo político. Por mais que possa parecer uma disputa *démodé*, com traços e características da Guerra Fria, o neoliberalismo, antes mais nada, atua fundamentalmente pelas riquezas naturais dos países periféricos em prol dos potentados econômicos privados internacionais. Além disso, mão de obra precarizada internamente, para servir a elite local e fornecer uma economia pautada em manufatura.

Belluzo e Caixeta pontuam que:

O saldo final da conversão lógica de funcionamento do Estado de Bem-Estar Social em Estado – empresa Neoliberal tem se demonstrado na agonia do orçamento público espremido pelas regras de austeridade fiscal nos últimos 30 anos, e na promoção perversa da concorrência vampírica promovida e patrocinada pelo Estado, caminho no qual evoluem os níveis de desigualdade e concentração de renda.⁷⁸⁹

Na verdade, o que se entende por reformismo são reformas para deixar tudo como está. Não há mudança sob o panorama estrutural de poder, é a manutenção do *status quo* burguês, com um direcionamento mais sensível às políticas sociais, ou seja, é o Estado de Bem-Estar Social.

Para a classe trabalhadora brasileira, o Estado de Bem-Estar Social, além de um dever constitucional, seria um grande avanço no caminho de atenuar as desigualdades, porém ineficaz em mudanças essencialmente transformadoras nas instituições. Não que fosse o caminho perseguido no texto constitucional vigente, mas o fato é que a eleição do presidente Lula foi uma prova real de como o sistema político brasileiro se comportaria com determinado partido e principalmente com um candidato fora do que se poderia denominar clube do poder.

O reformismo seria a possibilidade de controle, quando o capitalismo apresentasse qualquer sinal de desgaste político; não há novidade nessa questão, é o Estado de Bem-Estar Social. No entanto, o desafio seria compatibilizar com o neoliberalismo. O presidente Lula, ao tentar por dentro do neoliberalismo trazer compromisso social, juntava praticamente dois componentes com alta improbabilidade de se misturarem.

Acontece que exatamente pelo fator acima, recursos e riquezas naturais, um mercado consumidor considerável, o neoliberalismo se rendia a particularidades, porém com a

⁷⁸⁹ BELLUZZO; CAIXETA, 2023, p. 2386.

condicionante de aprofundar o desmonte dos direitos sociais, prometia não se adaptar a uma constituição vigente que fugia da realidade política e econômica internacional. Qualquer aceite fora desse padrão seria circunstancial ou momentâneo. Foi exatamente o que aconteceu entre 2003 e 2010.

Não haveria qualquer possibilidade de o neoliberalismo arrefecer ante uma força praticamente hegemônica a cercar os países do Ocidente, mais ainda os considerados de economia mais vulneráveis. A classe trabalhadora brasileira foi levada a crer em uma ilusória aceitação por parte do sistema político, por uma circunstância econômica e política bem aproveitada pelo governo Lula para impor a sua agenda.

Haider percebia essa situação como um ilusionismo neoliberal:

Um grande lapso no nosso entendimento da transição neoliberal é não entender que esse momento era também uma derrota dos novos movimentos sociais, tanto dos trabalhadores organizados. Embora as reivindicações nesses movimentos tenham sobrevivido, eles cresceram cada vez mais separados de mobilizações de massa populares que pudessem fazer das reivindicações uma contestação a todo o sistema. Enorme progresso foi feito no nível cultural, mudando fundamentalmente nossa linguagem. Mas as estruturas materiais foram poupadas.⁷⁹⁰

No entanto, mais adiante se veria que, passadas as circunstâncias de relativa pacificação entre o neoliberalismo e direitos sociais, episódios circunstanciados por panoramas específicos não se fariam regra. Muito se deve levar pela própria figura do então presidente Lula, liderança que, pela forte empatia popular, poderia servir como ponte entre inconciliáveis.

Se a eleição do presidente Lula em 2003 denunciava algumas limitações acarretadas pela própria construção histórica brasileira, também é certo que apostar em algo até então inusual seria um caminho a tentar uma governabilidade sem maiores ruídos. Até o começo do século XXI, não se tinha, na verdade, qualquer evidência ou empirismo de uma total incompatibilidade do neoliberalismo com políticas sociais.

Fernando Haddad aduz que:

No mundo moderno, se quisermos nos valer da terminologia da teoria econômica neoclássica, a utilidade marginal do consumo é crescente, e o consumismo, verdadeira adição, é só uma das muitas consequências dessa mudança de paradigma. De seres humanos não saciados, tornamo-nos seres humanos insaciáveis. [...] O trabalho assalariado, dessa forma, é continuamente reduzido à pura abstração e se evanesce no processo de produção. Quanto aos proprietários de capital fixo ou seus prepostos (quando aqueles se recolhem ao rentismo), transformam-se, concorrência

⁷⁹⁰ HAIDER, 2019, p. 142.

intercapitalista, em suportes do processo de acumulação de capital, que se tornar um verdadeiro sujeito automático, um ente metafísico realmente existente, que assume o controle do processo. Tudo às avessas, o objeto assume a posição de sujeito e os sujeitos, a posição de objeto.⁷⁹¹

E a própria tentativa do governo Lula, diga-se, até bem-sucedida, pelo menos em um acesso maior aos bens de consumo com a valorização do salário mínimo, poderia ser analisada como uma tentativa de anedota: dentro de um neoliberal também bate um coração. No entanto, se o período à época permitiria essa inflexão do neoliberalismo em consentir com pautas da dinâmica social, não se poderia ignorar que, sob o panorama de luta de classes, tomado por um diagnóstico global, a classe trabalhadora como um todo continuava a enfrentar as mesmas ofensivas contra qualquer projeto em que a soberania popular fosse o objetivo.

A ascensão na América Latina de um líder político das características de Lula poderia até apontar na perspectiva regional de um verdadeiro avanço, maior do que qualquer mero simbolismo, porém no panorama global o que de fato modificaria para a classe trabalhadora sob a perspectiva de luta de classes? Além disso, pelo próprio valor epistemológico do que representaria esse novo governo, para quem de fato se governaria?

Há um ilusionismo de que os dois primeiros mandatos de Lula conseguiram adimplir um arco de satisfação tanto na classe dominante quanto na trabalhadora, porém, pela própria construção da democracia liberal burguesa, mesmo que se usem alguns instrumentos para atenuar os efeitos das políticas econômicas das elites, ao fim e ao cabo, serão os mais privilegiados os recompensados por essa escolha governativa.

Embora se reconheçam os avanços sociais entre o período de 2003 e 2010, inclusive, conhecido como o de maior crescimento recente, o que foi possibilitado à classe trabalhadora, mesmo já incomodando e acendendo ainda mais o preconceito da classe dominante, foi aquém não apenas do ideal, mas do que poderia ter sido de fato entregue.

E isso não se deu por uma mera falta de vontade, mas por acomodações dentro da política institucional partidária em que o avanço no social não poderia significar o desmantelamento da pirâmide social e uma desorganização do *status quo* para quem o detinha. O governo Lula, nessa primeira década do século XXI, berço da crise de 2008⁷⁹², por

⁷⁹¹ HADDAD, 2022, p. 146-148.

⁷⁹² Saad Filho e Lecio Moraes apontam que “[...] o Brasil ainda conseguiu atrasar por vários anos o impacto negativo da crise de 2008, apesar da contínua desindustrialização, da deterioração dos padrões de emprego e da especialização adversa do país na divisão internacional do trabalho. Mesmo quando o choque tardio alcançou a economia, a partir de 2012, o mercado de trabalho permaneceu protegido até 2014, havendo ganhos salariais reais e a redução do desemprego ao mínimo histórico de 4% - um feito notável, dadas a expansão do déficit externo, a contínua perda de competitividade da indústria, a queda na receita fiscal e a sobrevalorização da moeda”. SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 338.

mais complicações e desafios que tivesse, ao não produzir uma alternativa ao neoliberalismo, cometeu quase uma autofagia contra o seu próprio legado.

E nesse ponto, a ausência de uma política de fortalecimento sindical mais efetiva contribuiu para que os dois primeiros mandatos de Lula fossem um recibo de aprovação ao modelo hegemônico imperial norte-americano e europeu em que o mundo se colocava desde o final da Segunda Guerra Mundial, somando-se a uma zona de conforto que poderia até favorecer o seu governo, mas não de soberania propriamente dita do Estado brasileiro.⁷⁹³

E isso se demonstrava pelas consequências decorrentes de como o governo do presidente Lula consentiria em não antecipar estratégias as quais poderiam catapultar o país já na condição, não apenas de defensor, mas de praticante da multipolaridade, e romper com o cerco da dolarização em que servia como uma submissão ideológica, mesmo que não em todos os seus termos.

Sob a análise do presente, podem parecer muito óbvias algumas considerações, porém sem atrair qualquer peso desarrazoado para o passado, a não clareza de que o neoliberalismo se estrutura em uma falsa percepção de esmorecimento da luta de classe, faz as ideias neoliberais encontrarem um ambiente de receptividade ainda mais sem resistências e normalizar, por exemplo, a desigualdade social como um fenômeno matemático e não de direcionamento político.

Mais do que os países tidos como desenvolvidos ou aqueles que possuem um denso legado das políticas do Estado de Bem-Estar Social, o movimento sindical, em país de uma conjuntura oligárquica, escravagista e sob ataque neoliberal naturalmente, terá uma predisposição e propensão a ter uma importância no tocante ao tensionamento de narrativas, fundamental para trazer a classe trabalhadora para a sua trincheira estratégica na resistência ante o desmonte dos direitos sociais.

Paul Gilroy, inclusive, traz considerações muito pertinentes à realidade brasileira de países com similaridades históricas:

Diferentes padrões de atividade ‘racial’ e de luta política se apresentarão em determinadas condições históricas. Eles não são concebidos como uma alternativa direta à luta de classes no nível da análise econômica, mas

⁷⁹³ Importante rememorar a cultura econômica e social vivenciada no pós-guerra: “A sociedade do consumo de massa ganhou impulso com a promessa de generalização do bem-estar social, no pós-guerra. Essa expansão derivou da melhora das condições de trabalho, pela ação direta de sindicatos, mas fundamentalmente da concepção ‘dinâmica’ entre trabalhadores e empresários. O liberalismo keynesiano herdava do liberalismo clássico a confiança na razão sistêmica do mercado e a concepção egoísta de indivíduo, mas acrescentava a esta uma perspectiva de integração de interesses, da ergonomia e da proteção dos trabalhadores como fatores de aumento da produtividade e da busca de resultados por meio de colaboração.” SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020, p. 198.

também devem ser reconhecidos como sendo potencialmente uma alternativa à consciência de classe no nível político, assim como um fator nos processos contingentes nos quais as próprias classes são formadas.⁷⁹⁴

Acontece que esse papel, principalmente a partir da última década do século XX, paulatinamente se quedou a ser ocupado por entidades da sociedade civil que desconheciam na luta de classes o ponto de início de todo o enfrentamento, pois por terem sido gestadas dentro do ideário liberal típico da sociedade industrial, feneciam, inclusive, de uma interpretação mais acertada do real significado dos efeitos mutantes do capitalismo a fim de manter uma opressão camuflada e aceita.

José Adelmy apontava que:

Um novo rumo do movimento operário, mais do que necessário, é ingente. As respostas instadas aos sindicatos, devem, sobretudo, proporcionar a remoção da classe trabalhadora da apatia, desalento e angústia que se enxerga no olhar dos trabalhadores excluídos e resignados à própria sorte de uma existência vegetativa e sem sentido do mundo global. [...] O portentoso desafio sindical se apresenta marcadamente no aceno a uma proposta de emancipação social que ofereça uma nova forma de democracia, produção social, cidadania e intercâmbio do conhecimento humano através do estabelecimento de uma ética pós-liberal que recomponha a alteridade no núcleo do tecido geral e favoreça o engajamento dos sujeitos sociais nas lutas libertárias uns dos outros.⁷⁹⁵

Por mais óbvio que pudesse parecer, a sociedade industrial, insculpada primordialmente em valores capitalistas, atraía a classe trabalhadora para uma narrativa em que o trabalho, como condição imprescindível para a subsistência, condenaria a classe trabalhadora à sua dependência, abstraindo qualquer valor econômico e impondo uma visão quase idílica de construção social temente à atividade laboral, quase como um sacerdócio para se atingir a dignidade.

7.2 O neoliberalismo como sonífero político aos sindicatos

A partir do momento que o neoliberalismo potencializa as condições precárias da classe trabalhadora, inevitavelmente terá de radicalizar contra o movimento sindical exatamente para tentar tamponar qualquer reflexão que expusesse a real intenção de um

⁷⁹⁴ Original: “Different patterns of ‘racial’ activity and political struggle will appear in certain historical conditions. They are not conceived as a direct alternative to class struggle at the level of economic analysis, but must also be recognized as potentially being an alternative to class consciousness at the political level, as well as a factor in the contingent processes in which classes themselves are formed.” GILROY, Paul. **There Ain’t No Black in the Union Jack**. London: Hutchinson, 1987. p. 27.

⁷⁹⁵ ACIOLI, José Adelmy da Silva. A Ofensiva do Constitucionalismo Antidemocrático e seu Impacto nas Relações Individuais e Coletivas de Trabalho. In: **Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica**: homenagem ao professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (coord). São Paulo: LTr, 2020. p. 123-130. v. 1. p. 129-130.

projeto político que colocaria a força de trabalho praticamente subserviente a um modelo econômico totalitário e refratário ao reconhecimento dos direitos sociais.

Zygmunt Bauman avalia esse capitalismo parasitário, característica premente neoliberal,

como um sistema de sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens, mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores. [...] Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.⁷⁹⁶

A relação da classe trabalhadora brasileira com o movimento sindical chegava a 2003 com neoliberalismo como marco de pensamento crítico entre o trabalho e o capital. Obedecendo a um típico padrão de país latino-americano, os direitos sociais, embora previstos constitucionalmente, seriam uma legislação com forte dificuldade de ser efetivada.

O neoliberalismo faz jus ao seu prefixo, reincidia em regredir avanços civilizatórios, restando claro que qualquer país, principalmente dentro do eixo ocidental, além da cartilha da austeridade, deveria se desfazer dos encargos do bem-estar social. Em poucos ou talvez em nenhum país das proporções do Brasil, se tenha tido outra experiência de resultado eleitoral a praticamente reconstituir uma possibilidade de protagonismo aos direitos sociais, em pleno começo de século, que deveria ser de afirmação neoliberal.

Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza, mais intensamente após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas.⁷⁹⁷

Essas considerações demonstram como a política de contemporização com o neoliberalismo poderia ser uma experiência do governo Lula, em que as boas intenções estariam apenas de um lado. Em um país com graves sequelas de identidade, uma classe trabalhadora complexada, em que a inferioridade entre as pessoas se condensaria em estratificações sociais em que praticamente se criavam estamentos bem definidos, não adiantaria apenas eleger um operário, mas fortalecer a classe trabalhadora enquanto força coletiva.

⁷⁹⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 18 e 8.

⁷⁹⁷ MATTOSO, Jorge. Dez Anos Depois... In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, Brasil, 2013. p. 180-200. p. 191.

Boito Jr. apontava que:

O movimento sindical pode funcionar como mero difusor da ideologia (jurídica) burguesa. Já vimos como isso pode ocorrer: na medida em que se limitar a lutar por um bom contrato coletivo do trabalho, o sindicalismo permanecerá enquadrado na estrutura do modo de produção capitalista. Porém, em primeiro lugar, o sindicalismo pode, ao manter a classe operária minimamente organizada e principalmente quando se vincula a um movimento e partidos socialistas, permitir a acumulação de forças, a formação de lideranças e a educação das massas.⁷⁹⁸

A classe trabalhadora brasileira, no processo desindustrialização a assolar principalmente o período da chegada de Lula ao poder, apontava que não seriam simplesmente os direitos sociais a serem novamente priorizados, mas a própria essência da sociedade industrial enquanto característica de emprego. O chão de fábrica já ficava obsoleto e as novas frentes de industrialização indicavam uma nova forma de divisão do trabalho.

Ursula Huws apontava que:

O capitalismo é uma relação social na qual os trabalhadores desempenham papéis específicos em relação à produção de mercadorias específicas. Essa relação depende fundamentalmente do consentimento dos trabalhadores. Se não pudermos entendê-la em sua especificidade, não poderemos identificar os pontos críticos nos processos de produção e distribuição nos quais a ação dos trabalhadores pode ser implementada com algum resultado. E, se não pudermos identificá-los, os trabalhadores não poderão entender seus poderes de consentir, ou recusar, o acordo específico que é oferecido a eles. Isso os impedirá de renegociar ativamente os termos do acordo – sua única opção para melhorar sua situação.⁷⁹⁹

Se o Brasil se apresentava como estratégico para o neoliberalismo avançar e estruturar mais ainda a sua política de dominação nos continentes afora, com a eleição de Lula se tornava uma experiência real de como a política neoliberal iria pactuar com os direitos sociais, como se pudessem dois corpos estranhos, de uma hora para outra, ocuparem o mesmo corpo, quando suas teorias se autorrepeliam, e mais ainda, a prática apontava caminho diverso para os dois lados.

Lazzaratto leciona que,

com a substituição crescente da ‘demanda efetiva’ keynesiana e das políticas de redistribuição pelas privatizações dos serviços e da moeda, no Brasil, como em outros lugares, a finança tomou o controle da ‘reprodução social’ e de seus financiamentos. O governo do PT estava em sintonia com as diretivas das instituições financeiras da governança mundial que, ao menos

⁷⁹⁸ BOITO JUNIOR, 2017, p. 216.

⁷⁹⁹ HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Trad.: Murillo van der Lann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 356.

desde 2000, preconizam a ‘inclusão da financeirização’ e o estímulo ao consumo pelo aumento do crédito como os meios mais eficazes da luta contra a pobreza. [...] a demência autodestrutiva, o fundo suicida do capital, cuidadosamente mascarado por uma esquerda que lhe atribui um potencial de progresso e de modernização que ele nunca teve, manifesta-se de novo: tratar a crise com as técnicas financeiras que a produziram.⁸⁰⁰

Os sindicatos, nos idos de 2003, não somente no Brasil, mas no panorama do mundo do trabalho global, foram arrastados pelos efeitos do neoliberalismo, o que os levou a assumir um papel reducionista. Eles pareciam servir como uma repartição de lamentações a pautas corporativas, como salários e afins, do que propriamente debater os rumos e a correlação da luta de classes na sociedade industrial. Inclusive, no próprio liberalismo clássico, esse papel restaria muito mais firmado, pois fazia parte do seu enredo natural de percepção da construção do próprio capitalismo.

O movimento sindical, para o neoliberalismo, seria mais uma trincheira de finalidade econômica do que propriamente política e isso explica inclusive a construção da narrativa de marginalizar a atividade sindical para uma classe de trabalho cada vez mais distante da consciência de classe. Fazia do sindicalismo uma espécie de penduricalho para alguns ou algumas manobrem interesses individuais meramente econômicos.

Dentro de um país em que, no período de avanço e consolidação neoliberal, foi palco de um dos mais importantes acontecimentos do sindicalismo latino-americano, quiçá mundial, por servir de base para a criação do principal partido de esquerda da América Latina, para pouco mais de vinte anos depois ascenderem à presidência da República, havia um risco real para a ordem mundial das ideias do neoliberalismo começarem a ser desconstruídas.

Iamamoto mencionava que:

[...] a mundialização sob a égide do capital que rende juros unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratada pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a ‘reforma’ do Estado, tida como específica da arena política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a questão social, geralmente reduzida aos ‘processos de exclusão e integração social’ e aos dilemas na eficácia da gestão social; e as concepções pós-modernas que invadem a esfera da cultura.⁸⁰¹

Por isso, para o neoliberalismo não haveria de ter projeto de dominação que não passasse pelo desgaste de qualquer ideal democrático, pois independentemente da real efetivação e do funcionamento de fato do que o Ocidente entenderia por democracia, qualquer

⁸⁰⁰ LAZZARATO, 2019, p. 373.

⁸⁰¹ IANAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BSCHET-TI *et al.* (orgs). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 28.

vulto de pensamento que encampasse a igualdade como pauta política, principalmente os direitos sociais e trabalhistas, afetaria certamente um itinerário de poder neoliberal.

Por isso Druck afirmava que:

[...] o trabalho flexível e precário é exigência do processo de financeirização da economia. Houve uma evolução da esfera financeira., que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão de trabalho, apoiada centralmente em uma nova configuração do Estado que passou a desempenhar um papel cada vez mais de ‘comitê’ para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa, desregulamentando os mercados, especialmente o financeiro e de trabalho.⁸⁰²

O governo Lula, como marco referencial de contraposição ao avanço e consolidação neoliberal⁸⁰³, principalmente pelo momento histórico, poderia ser como uma represa a estancar uma sangria de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, orquestrados mundialmente, impulsionados por um momento históricos que poderia significar o primeiro embate econômico a ser enfrentado pela premissa neoliberal e todos os seus efeitos pós-Estado de Bem-Estar Social.

Essas premissas neoliberais foram muito bem consolidadas na década de 90 e se guiavam nos dizeres de Lance Taylor e Helen Shapiro da seguinte forma:

*In the neoliberal view, growth is a natural or inherent property of capitalist economies. Governments have an important role in providing those public goods, such as physical infrastructure, law enforcement, macroeconomic stability, and perhaps education that are difficult to arrange through private contracts. But beyond that, they should not go, except in those rare cases of market failure.*⁸⁰⁴

Além disso, ficava cada vez mais evidente que o momento da chegada ao poder do PT e de Lula poderia consolidar uma abertura de diálogo com parte considerável da sociedade civil com uma tendência de se organizarem em movimentos sociais, a se conectarem com as pautas sindicais e aglutinarem forças e esforços não apenas no enfrentamento à desigualdade, mas principalmente na percepção da luta de classes.

⁸⁰² DRUCK, Graça. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil. **Revista Margem Esquerda** – ensaios marxistas, Boitempo editorial, v. 18, p. 37-41, 2012. p. 38.

⁸⁰³ Entre os anos de 1991 e 2002, foram privatizadas 165 empresas no Brasil. Eram empresas-símbolo da Era Vargas, como a Companhia Vale do Rio e estatais nas áreas de comunicação e energia. BARROS, 2022, p. 291.

⁸⁰⁴ Tradução: Na visão neoliberal, o crescimento é uma propriedade natural ou inerente das economias capitalistas. Os governos têm um papel importante no fornecimento de bens públicos, como infraestrutura física, cumprimento da lei, estabilidade macroeconômica e talvez educação, que são difíceis de conseguir por meio de contratos privados. Mas além disso, não devem ir, exceto nos raros casos de falha de mercado. TAYLOR, Lance; SHAPIRO, Helen. The state and industrial strategy. **World Development**, v. 18, n. 6, 1990. p. 863.

Não haveria de se perder essa condição a ser possibilitada pelo momento histórico de trazer para a luta sindical uma percepção de como essas novas organizações coletivas, os movimentos sociais, se colocavam frente ao sentimento da classe trabalhadora que não estaria sobremaneira atrelado aos sindicatos como representantes dos seus interesses. E isso se devia exatamente ao avanço neoliberal e desmantelamento no conceito de luta de classes.

A América Latina, continente marcado por desigualdades históricas e uma política sempre pautada em guinadas autoritárias contra regimes democráticos, seria estrategicamente uma possibilidade de construir uma narrativa a expor o que de fato seria o neoliberalismo na prática. Mais do que uma ode ao mercado, seria a tentativa de colocar a soberania de nações subjugadas a interesses privados e avançar em recursos naturais para continuar a alimentar uma sociedade industrial pautada na economia circular.

A responsabilidade do PT seria exatamente compreender a sua importância como um partido a partilhar as suas necessidades de disputa interna de poder, ou seja, dentro do Brasil, com uma missão de se colocar, em um momento tão crucial da luta de classes, como organização partidária de interesses internacionais, tendo em vista os efeitos da globalização para o movimento sindical e classe trabalhadora como um todo.

Porém, se certos ou não, os fatos demonstram que o PT optou por um caminho negociado entre o compromisso com as políticas sociais e manutenção da ordem econômica mundial global. Adotou passos tímidos, para não dizer inexistentes, no tocante ao enfrentamento à concentração de riquezas. Cyro Garcia afirmava que:

Lula encabeçou o que o marxismo revolucionário entende como um governo de frente popular, ou seja, um governo de conciliação de classes entre setores do proletariado e setores da burguesia, porém um governo burguês. [...] o projeto neoliberal continuou sendo implementado, os banqueiros aumentaram seus lucros, a concentração de renda aumentou, o arrocho salarial e o desemprego continuaram e para os setores miseráveis, políticas compensatórias.⁸⁰⁵

Não seria exagero afirmar que o então presidente Lula seria ou teria, no começo do século XXI, uma função muito similar à representada pelo líder sul-africano Nelson Mandela contra o *apartheid* e o racismo. O neoliberalismo, ao desmobilizar o movimento sindical, teria no presidente brasileiro uma voz de falar legitimada, tanto pelo passado sindicalista quanto por pertencer a um país tido como periférico, que recebia em doses mais elevadas até os efeitos neoliberais.

⁸⁰⁵ GARCIA, 2012, p. 164.

Não havia, no cenário internacional, naquelas circunstâncias históricas temporais, qualquer indício de outra liderança política a qual pudesse galvanizar empatia da classe trabalhadora com a legitimidade que poderia ser atribuída ao líder brasileiro. Além disso, pela própria natureza social-democrata do PT, construir uma narrativa por dentro do próprio capitalismo, se seria a melhor solução ou não, certamente atrairia uma maior adesão por uma ala da sociedade civil, exatamente dos movimentos sociais, que sem uma formação consolidada de luta de classes, poderia se juntar com mais facilidade ao mesmo lado da trincheira.

Diferentemente do panorama político em que o liberalismo clássico assentia com a luta de classes como sendo o termômetro da sociedade industrial, na quadra histórica neoliberal, a classe trabalhadora se colocava como personagens individuais, sem qualquer critério coletivo, vulneráveis e suscetíveis à nova composição de imposição social, em que os direitos sociais e do trabalho representariam simplesmente uma ideologia política e não uma questão humanitária.

A visão de que as conquistas dos direitos trabalhistas, principalmente na segunda metade do século XX, estariam atreladas a um programa de governo, o Estado de Bem-Estar Social, e não uma evolução civilizatória do Estado, trazia uma falsa percepção de que a dignidade estaria atrelada apenas a uma corrente política.

O interessante é que o Estado de Bem-Estar Social foi exatamente a resultante entre as políticas de esquerda absolvidas pelo campo ideológico da direita, em que o tensionamento político produziu, praticamente, uma compreensão da importância de que normas legislativas aquiescessem em proteger a classe trabalhadora em requisitos até mínimos de condições de trabalho. Emílios Christodoulidis comenta:

Isso também significa não ignorar que o Estado manteve uma relação coeva com o capital, ou que emoldurou a organização das relações industriais para facilitar a extração de mais valia. Mas em sua dimensão social constituinte, a Constituição também operacionalizou categorias democráticas na definição de participação, produção e proteção, conexão perdida quando a Constituição é entregue à validação do mercado, ou levada ao nível supraestatal, no qual, como vimos, a perda das formas democráticas de pensar o trabalho tem sido abrangente e no qual um processo variável de formação de conceitos nos dois níveis, estatal e supraestatal, parece incapaz de transferir influência para cima – em discussões sobre dignidade, segurança no emprego, garantias de saúde e segurança etc. – ao nível transnacional da constitucionalização do emprego.⁸⁰⁶

⁸⁰⁶ CHRISTODOULIDIS, 2019, p. 197.

Se continuou a ocorrer a garantia de propriedade privada e, nesse caso, dos meios de produção, o Estado de Bem-Estar Social demonstrava toda a capacidade do capitalismo em dialogar com pautas e reivindicações do campo da esquerda. No entanto, essa condição ainda não satisfazia parte considerável da burguesia industrial e do capital financeiro, exatamente, pelo fato dos direitos e garantias fundamentais significarem mais do que um simples processo de participação do Estado (porque de fato não era).

A sinalização da abertura do regime político no Brasil, no começo dos anos de 1980, e do consentimento na fundação de partido político claramente manuseado por interesses da classe trabalhadora seria a inspiração do Estado de Bem-Estar Social em um momento de redemocratização que poderia sensibilizar a intenção de industriais nacionais para o desenvolvimento do país, sem prescindir de priorizar a sua soberania.

Tais pontos são importantes porque o neoliberalismo, já condicionado por uma vocação global, veria qualquer freio em estrutura política de dominação como uma impossibilidade de aplicar a sua cartilha econômica. Não à toa, no Brasil, mesmo em um momento politicamente desfavorável, atuou em frentes importantes como a terceirização⁸⁰⁷ e outras flexibilizações, a romper com um modelo constitucional que apontava em um desenho de Estado de Bem-Estar Social.

Grijalbo Coutinho, sob o prisma da terceirização, analisa os efeitos do neoliberalismo:

[...] A terceirização mata e mutila sistematicamente trabalhadores, [...] é incompatível com o respeito aos Direitos Humanos dos trabalhadores, [...] é naturalizar a opressão do forte sobre o fraco, é também banalizar a exclusão e miséria sociais. É imprescindível remar contra a maré da ideologia dominante que nos apresenta um único modo de vida na sociedade, qual seja, o da absoluta conformação com os valores do neoliberalismo e de todos os seus vorazes tentáculos inibidores da emancipação e criatividade humanas.⁸⁰⁸

Enquanto isso o sindicalismo brasileiro, que em sua nova fase consumia os ideais do Estado de Bem-Estar Social, ressurgia com um protagonismo sindical, a pautar uma

⁸⁰⁷ “Os serviços terceirizados têm influência marcante nas taxas de acidentalidades no Setor Elétrico Brasileiro. Especialmente na taxa de gravidade, tendo sido registrados 60 acidentes com consequências fatais em 2008. Esse valor, apesar de mostrar uma estabilização dos acidentes em relação ao ano anterior (59), trata de vida humana que sabemos não tem preço, continuando muito alto se comparado às 15 ocorrências de acidentados de consequência fatal com empregados próprios [...]. Cumpre observar, especialmente, o processo de terceirização das atividades no setor e naquelas de maior risco, iniciado em 1995. TERCEIRIZAÇÃO e morte no Trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro.” **Estudos e Pesquisas**, n. 50, mar. 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁸⁰⁸ COUTINHO, Grijalbo Fernandes. A Terceirização é o Gatilho Neoliberal Impiedoso Contra a Classe Trabalhadora: Mata, Mutila Corpos Humanos e Dilacera a Organização Coletiva Obreira. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvania Ângela (org.). **O Averso do Trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 163-193. p.190

necessária luta de classes, mas agora, já percebendo o poderio do capitalismo financeiro em que praticamente saíria do escopo do liberalismo clássico e, mais do que o debate de direitos trabalhistas, traria a discussão da própria finalidade do trabalho.

O Partido dos Trabalhadores surgia dentro de uma imbricada política, em que os últimos cinquenta anos pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa central, tomada pelo eurocomunismo em que a democracia norte-americana serviria de baliza para controlar qualquer ideia política a ir mais além em direitos sociais e trabalhistas que não fosse sob o mesmo prisma neoliberal.

Bresser-Pereira menciona que:

A partir dos anos 1970, com o avanço ideológico do neoliberalismo, a volta da teoria econômica neoclássica à condição de ensino dominante nas universidades foi facilitada porque o próprio capitalismo estava em transformação. O capitalismo, que fora um capitalismo estava em transformação. O capitalismo, que fora um capitalismo industrial ou de empresários, transformou-se na primeira metade do século XX em um capitalismo de tecnoburocratas porque estes substituíram os empresários na gestão das empresas. [...] Os tecnoburocratas tecnicamente capazes, detentores de MBAs ou de PhDs em economia nas principais universidades, que administram a riqueza dos rentistas e agem como seus intelectuais ‘orgânicos’, formuladores da ideologia neoliberal; o capitalismo torna-se assim um capitalismo financeiro-rentista.⁸⁰⁹

No entanto, essa tentativa que pelo menos se percebia na teoria como pauta do PT, a partir do momento da ascensão ao poder, encontra dificuldades de viabilizar políticas do Estado de Bem-Estar Social como pauta de dever constitucional. A correlação de forças políticas, em um país de ala também conservadora bem delineada, exigiria do governo uma complacência com o neoliberalismo a obstaculizar a possibilidade de imprimir, mesmo sob ordem de uma democracia liberal burguesa, a tentativa de viabilizar um Estado em que o capitalismo financeiro não impedisse a possibilidade da luta de classes ser reeditada sob o escrutínio do real interesse da classe trabalhadora.

O governo Lula levantava resistências no cenário internacional, não por ter executado uma resistência ao modelo econômico neoliberal e inviabilizá-lo, mas pela possibilidade que teria de fazer um contraponto de reanálise histórica e sobre qual o legado global a ser constituído pelo neoliberalismo na sucessão do Estado de Bem-Estar Social.

O PT, mais do que um projeto eleitoral, teria um compromisso político não de tomada de Estado, mas dentro da democracia liberal burguesa, adotar posições em que as contradições ficassem mais expostas. Assim, pelo apoio popular viabilizado se conseguiria avançar em

⁸⁰⁹ BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 261.

pautas reformistas a fim de possibilitar de fato mudanças estruturais e então se teria praticamente um fator revolucionário de mudança.

Essa condição seria um cenário em que o PT constituiria uma real ofensiva contra o neoliberalismo e poderia de fato contribuir para que o seu domínio global começasse em um continente, tão marcado por injustiças sociais, a servir de parâmetro a tratar de verdades inconvenientes e cômodas ao modelo democrático norte-americano, que na verdade para os outros países não residia qualquer respeito ou compromisso à soberania nacional.

Um personagem político como Lula, além da identidade popular e empática com os problemas do povo, poderia desenvolver uma simbiose para além das fronteiras brasileiras e, ao mesmo tempo poderia servir para a classe dominante atestar que a democracia liberal burguesa de fato seria democrática por permitir um metalúrgico, sindicalista, chegar ao poder. Também poderia ser considerado o efeito reverso e trazer a reflexão de que para se chegar à presidência da República, não foram concessões, mas imposições de agendas políticas que inviabilizaram as verdadeiras transformações a serem pretendidas pelo PT.

A democracia liberal burguesa seria um projeto de dominação política dos donos do capital ante quem produzia a sua mais-valia, a classe trabalhadora. Atuava pela igualdade apenas na retórica, pois a desigualdade também estava imbricada à ideologia de dominação. O trabalho, por mais que os trabalhadores e trabalhadoras não percebessem, atuava como uma alienação para servir ao interesse do lucro em conteúdo de qualquer outro direito.

Para Engels,

o proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis por que o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um ‘equivalente’ – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado, fosse o autor do seu próprio destino. Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Bela ‘equivalente’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às ‘justas’ propostas dos burgueses, seus ‘superiores naturais’?⁸¹⁰

Em um país como o Brasil, não à toa o movimento sindical foi um dos impulsionadores da retomada democrática no final da década de 70, pois na realidade

⁸¹⁰ ENGELS, 2010, p. 118.

neoliberal, a livre iniciativa do mercado seria um ilusionismo no tocante à involuntária regulação dos preços, tanto que a classe proletária estaria alijada do poder de compra, não se sustentando a falsa ideia da inclusão pelo consumo e atenta em reduzir as desigualdades.

O movimento sindical, mais precisamente os alocados na região do ABC paulista, questionavam mais do que reposições salariais, começavam a perceber que não seria possível diminuir a desigualdade se a mão invisível do mercado não regulava o consumo por um escalonamento ascendente do poder de compra. Ora, restava evidente que a democracia liberal burguesa se regia pela lógica da acumulação da riqueza, logo, se alguém poderia enriquecer, outros tanto seriam amealhados a padecerem da exploração, aceitando essa condição exatamente pela reserva de mercado e o medo do desemprego.

Inácio Rangel vaticinava:

Riqueza e pobreza são noções que não podem ser entendidas, se considerarmos apenas a sociedade humana. O modo como os homens distribuem entre si a riqueza social é um fato de natureza puramente sociológica – isto é, econômica – porque é algo que diz respeito às relações que mantêm entre si os homens, as classes e as nações, isto é, as partes constitutivas da sociedade humana. Mas a produção de riqueza é algo que não é puramente social, porque supõe relações entre a sociedade e algo estranho a ela, relações entre a sociedade e algo estranho a ela, relações e a natureza. Assim, o fato de um homem ser mais rico do que outro, é de natureza puramente econômica; mas o fato de a própria sociedade ser rica ou pobre, extravasa os limites da economia porque se liga indissolavelmente à técnica, física, química e biológica. Uma sociedade é pobre ou rica, segundo é mais ou menos capaz de obrigar a natureza a fornecer o que é mister para a satisfação das necessidades humanas. A riqueza e a pobreza não exprimem senão a capacidade de um determinado grupo em satisfazer suas necessidades.⁸¹¹

O liberalismo produzia uma democracia que compactuava com a exploração da mão de obra e era complacente com a política de dominação colonial. A igualdade preconizada cada vez mais se demonstrava como serventia à classe dominante e aos seus interesses econômicos. O consumo seria um privilégio, não uma necessidade e era exatamente essa realidade que fazia desse sistema político um jogo de faz de contas para a classe trabalhadora.

O movimento sindical, erigido no bojo capitalista, no cerne da luta de classes, percebia essas condições e, em um país como o Brasil, dadas as características da estruturação de um capitalismo tardio, as dificuldades inerentes à própria formação do Estado, embora dentro das regras da democracia liberal burguesa, seriam além de fundamentais, uma possibilidade de reestruturar uma formação de Estado sob medida da classe dominante.

⁸¹¹ RANGEL, Inácio. **Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957. p. 20.

Bakunin apregoava que:

Sem igualdade política não há liberdade política real, mas a igualdade política só se tornará possível quando houver igualdade econômica e social. A igualdade não implica o nivelamento das diferenças individuais, nem a identidade intelectual, moral e física dos indivíduos. Esta diversidade das capacidades e das forças, estas diferenças de raça, de nação, de sexo, de idade e de indivíduos longe de ser um mal social constituem, ao contrário, a riqueza da humanidade. A igualdade econômica e social não implica também o nivelamento das fortunas individuais, enquanto produtos da capacidade, da energia produtiva e da economia de cada um.⁸¹²

A democracia, como valor e princípio, apresentava as suas contradições. O que seria liberdade nada mais era do que uma política consentida, porém controlada e limitada para gerar apenas uma retórica, mas na prática a economia legava à classe trabalhadora um papel de que a cidadania se tornaria descartável e muitas vezes inalcançável, mesmo instituindo a representatividade, a alternância de poder.

O poder econômico mitigava e influenciava qualquer pleito representativo, impedindo que a representatividade fosse de fato utilizada como um requisito democrático de participação, mas apenas um protocolo eleitoral que servia aos interesses dos privilegiados detentores dos destinos do Estado, fazendo dos espaços institucionais quase um ambiente de interesse privado.

É exatamente nessa percepção de ocupação do Estado que a democracia liberal burguesa se demonstra uma forma de governo tão segregadora quanto a tirania, o autoritarismo e a ditadura. Apenas se colocava de maneira mais bonita em se parecer inclusiva, mas que na verdade obedecia a um critério de segregação econômica e social. No epicentro do controle do poder as classes dominantes estavam na condução.

Na verdade, a democracia seria tal qual uma miragem no deserto, quanto mais sede se tem, há uma predisposição de que mesmo a realidade negando essa possibilidade, se começar a imaginar que aquele desejo possa se concretizar. Ora, como achar a democracia uma forma de governo viável inserida em uma política econômica que estimula a desigualdade?

Exatamente por isso, o PT, dentro da democracia liberal burguesa, encontra fragilidades que inibem de fato um ambiente propriamente democrático em se fazer crível, pois o modelo econômico liberal estimula um jogo de narrativa política a serviço das classes dominantes. Se o capitalismo resulta na luta de classes, por mais que se ascenda ao Estado de Bem-Estar Social, a concessão de direitos sociais não significa ter o controle do poder político pela classe trabalhadora.

⁸¹² BAKUNIN, Mikhail. **Textos Escolhidos**. Trad.: Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 59.

A democracia liberal burguesa faz do sufrágio o seu valor pétreo enquanto condicionante de votar e ser votado, mas não se pode limitar ao ato do voto a efetividade democrática. A participação no Estado e a ocupação das instituições também são um eficaz termômetro na busca pela igualdade do poder político real, entretanto, como é sabido, o direito de votar não significa necessariamente estar representado ou representada. Se no capitalismo, a regra é precificação, não seria o sufrágio a exceção.

Todos os espaços da democracia liberal burguesa refletem uma padronização estética branca. No Brasil, detentor da maior população negra fora do continente africano, os afrodescendentes são invisibilizados exatamente por uma política segregadora racial, que expõe a debilidade dessa estrutura democrática. Como podem os poderes políticos representantes não representarem proporcionalmente a sociedade? Será que alguém remanescente dos povos originários, os indígenas, gostaria de votar em um branco?

Clóvis Moura arremata que:

O branqueamento como ideologia das elites de poder vai se refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado que começa a fugir das suas matrizes étnicas para mascarar-se com os valores criados a fim de discriminá-lo. Com isso, o negro (o mulato, portanto, também) não se articulou em nível de uma consciência de identidade étnica capaz de criar uma contra ideologia neutralizadora da manipulada pelo dominador. Pelo contrário.⁸¹³

E esse cenário apenas demonstra a debilidade da democracia que se reveste de igual, mas, na verdade, é uma das responsáveis por manterem os privilégios. As classes dominantes controlam uma economia a qual impede uma maior ascensão propositadamente de quem é menos favorecido.

O que de fato se apresenta como uma possibilidade de escolha, muitas vezes é um direcionamento subliminar do próprio sistema de dominação econômico, o qual pelas regras estabelecidas não permite ir além daquele pacto de poder estabelecido. Muitas vezes a democracia liberal burguesa produz uma liberdade consentida para quem faz parte de determinado grupo ter acesso ao consumo, nada mais do que isso.

Na interpretação de Constant, “objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles chamavam de liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos prazeres privados; e eles chamam de liberdade as garantias concedidas pelas instituições a tais prazeres”.⁸¹⁴

⁸¹³ MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 99.

⁸¹⁴ CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparadas à dos modernos**. Trad.: Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2019. p. 59.

Não há devaneios ou espaço para ilusões, o capitalismo faz com que os homens e mulheres sejam diferentes pelo que representam de valor social. A partir do momento que existe rico ou pobre, o mercado diferencia, pois por mais que a sociedade industrial consiga trazer uma certa ideia de inclusão, por exemplo, ao desenvolver automóveis dos mais variados preços e marcas, o fato é que quem possui o automóvel mais caro é visto de maneira diferente, quase como um virtuoso, na figura e no conceito do ser bem-sucedido.

Segundo Bobbio,

para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e mais dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada, para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares.⁸¹⁵

A democracia liberal não é apenas influenciada, é caracterizada exatamente por exaltar essa edificação social. Não à toa nas eleições em democracias liberais burguesas o dinheiro tem um peso fundamental na possibilidade de qualquer candidato ou candidata se eleger. Ora, se assim os fatos se fazem, como não considerar ou se curvar à ingenuidade de acreditar em um puritanismo que o próprio sistema não permite?

Não se pode incorrer no equívoco de taxar esse expediente, a influência do poder econômico na democracia liberal como um erro a ser corrigido, pois isso é uma característica intrínseca desse modelo de representação. É como se desenvolve. Se fosse diferente, seria outro sistema de governo. A ideia de igualdade não é a pauta ou o interesse do capitalismo, nem sequer do liberalismo, como então seria da democracia liberal burguesa?

As eleições não seriam propriamente uma sinalização de alternância de poder, mas uma regra eleitoral em que o voto indica um significado aquém do que de fato é, isso porque a sua mercantilização depõe contra a ideia de um instrumento pautado na consciência, muito pelo contrário, revela um traço de mercado qualquer. A democracia perde em sua essência, porque o que deveria servir para fortalecer a representatividade, corrobora os interesses de quem controla a economia.

Enquanto o poder econômico for protagonista, a igualdade nas condições políticas será uma tentativa ou apenas uma expectativa de se concretizar e a liberdade, um critério de privilégio e não de direito, pois há quase uma incompatibilidade formal e material entre a democracia liberal e a justiça socioeconômica.⁸¹⁶

⁸¹⁵ BOBBIO, 2017, p. 62.

⁸¹⁶ MOUNK, 2019, p. 159.

Interessante notar que a democracia é um valor variável, não no sentido do que atestam algumas agências internacionais, no tocante à “qualidade democrática” dos países, mas na própria mensuração do real significado da palavra democracia. O Ocidente tem como imposição adornar essa definição sob a influência do liberalismo, dando a entender que seria por esse prisma os requisitos a caracterizar tal regime.

Dentro desse parâmetro as eleições diretas tornaram-se um dos lumiares liberais a caracterizar uma democracia, causando uma espécie de veredicto em outros regimes políticos que não faziam uso do sistema eleitoral liberal em seus mais respectivos regimes políticos. Todo esse convencimento foi amplamente divulgado e massificado nos meios formadores de opinião, como é o caso da própria academia, para acarretar uma discussão tendenciosa do real conceito e sentido da definição da democracia.

Kropotkin, inclusive, “aduzia que o sufrágio universal seria tão inconcebível numa sociedade baseada na servidão como o despotismo numa sociedade que tivesse por base o que se chama de liberdade de exploração”.⁸¹⁷

Democracias, contudo, conhecidas como modelos, demonstram mais uma capacidade de se venderem como mercadoria do que funcionarem propriamente como regime político democrático, haja vista os ambientes institucionais serem pouco inclusivos e na maioria das vezes Estados pautados em uma política de bem-estar social que pouco ou nada se percebe de amparo social participativo na população menos favorecida.

Democracias que se demonstram plural apenas por carregarem o dispositivo do voto, mas que as condições possibilitadas ao cidadão e à cidadã fazerem uso desse potente instrumento de consciência pouco condizem com a sua importância. O sistema econômico age e impõe uma lógica da vontade de escolha muitas vezes ser capturada pela necessidade de sobrevivência. Essa situação de dependência é propositadamente pensada pelo sistema para o que poderia ser liberdade, seja uma imposição da realidade a qual não permita escolha.

Se a eleição tem um preço, o voto também tem. Imaginar que em uma condição de desigualdade exista uma mesma perspectiva de interpretação seria desconsiderar a realidade diferente que se vivem. Essa é a principal crítica do direito marxista ao direito liberal, pois enquanto aquele entende o direito como uma norma em que Estado afasta a desigualdade pela não valoração da propriedade, este, sob viés ilusório de perquirir a igualdade, defende, na verdade, a propriedade como núcleo central do seu Direito.

Marx apregoava:

⁸¹⁷ KROPOTKIN, 1987, p. 40.

Burguesia se move não tem um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a riqueza burguesa, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe produzindo um proletariado sempre crescente.⁸¹⁸

E se o direito liberal tem na propriedade a sua principal vocação para a criação de norma regulamentadora, o sistema político irá reproduzir não apenas uma preocupação, mas uma atuação na defesa desse princípio, por isso o sistema político liberal não pode ser analisado com o puritanismo de interpretar a mercantilização como uma compra de voto, atribuindo um valor degenerativo como se pudesse ser diferente do que realmente é.

Ante essa realidade, Marx se contrapunha e afirmava:

Só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘forças próprias’ como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política.⁸¹⁹

O que pode ser debatido e discutido como venda da consciência tem de ser interpretado como oportunidade concreta de acesso à exigência do mundo precificado: dinheiro. Representar em sociedades desiguais, guiadas pelo consumo e pela pedagogização da propriedade, nunca estará na frente do ter. A sociedade industrial atua muito além da ideologia política, influencia o subjetivo do comportamento humano e extrai o homem real preso ao seu tempo. Dessa forma, a política por quem representa será como queriam também na condição de representados e representadas.

Democracia, vista pelo conceito liberal como uma fórmula pronta e acabada, é apenas uma faceta da dominação imposta pela vontade do mercado a serviço de uma iniciativa privada no afã de substituir o Estado em direitos fundamentais na mais ampla definição de cidadania.

Pelo que se percebe, toda essa narrativa é uma tentativa de cortar o que de fato existe de interesse: o controle econômico sem qualquer restrição de norma regulamentadora do Estado que impeça o acúmulo de riqueza sem compromisso com a atenuação e eliminação da desigualdade, que faz uns lucrarem, sem preocupação com a fome alheia. E aqui não se tem a

⁸¹⁸ MARX, 2020, p. 139.

⁸¹⁹ MARX, 2013, p. 54.

valorar ou adjetivar sentimentos, mas fazer um corte objetivo e real do que esse mundo imaginário da democracia liberal burguesa pautada na sociedade industrial produz.

Lukács aponta que:

A sobrevivência da burguesia pressupõe que ela nunca alcance um claro discernimento das condições sociais de sua própria existência. Um olhar sobre a história do século XIX permite reconhecer um paralelismo profundo e permanente entre o declínio da burguesia e o despontar gradual desse autoconhecimento. No final do século XVIII, a burguesia era ideologicamente forte e inflexível. Continuou assim no início do século XIX, quando sua ideologia, a ideia de liberdade e democracia burguesas, ainda não tinha sido solapada pelo automatismo de leis naturais da economia, quando a burguesia ainda tinha a esperança – e podia tê-la de boa-fé – que essa liberdade democrática e burguesa, essa autocracia da economia, levaria futuramente à libertação da humanidade.⁸²⁰

Se de fato a democracia fosse a real preocupação, como tolerar ou consentir que, no que há de mais básico entre concepção de igualdade, o direito à comida, seja relativizado e visto como uma condição quase natural ou biológico do próprio desenvolvimento mundano? A economia não é uma ciência natural, assente nos interesses sociais de quem detém o controle político. Ignorar tal fato é aceitar a alienação como projeto de Estado.

E a alienação não vem como adjetivo, mas como uma interpretação crítica da realidade na falta do empoderamento do indivíduo. Perceber que a mercantilização do voto não é uma construção apartada do que a burguesia liberal define como democracia é parte central da construção desse conceito por esse sistema político pautado na propriedade privada. É a essência da sua existência.

A democracia, após a ascensão da sociedade industrial, foi desfigurada de valor intrínseco participativo para um recorte de poder político ao interesse da burguesia liberal mais como legitimação de ocupação de poder do que propriamente acesso igualitário à institucionalidade do Estado. Está também mais ao interesse do campo econômico e menos do ambiente político.

Francesco de Sanctis percebia a mitigação e a limitação da democracia liberal e apontava: “Onde há desigualdade, a liberdade pode estar escrita nas leis, no estatuto, mas não é coisa real: não é livre o empregado que permanece submetido ao patrão, não é livre o homem da gleba obrigado a se submeter ao trabalho incessante dos campos.”⁸²¹

Tanto que a burguesia liberal alicerça a sua conveniência aos costumes democráticos, restando comprovada a sua preocupação e predisposição de assumir como protagonismo os

⁸²⁰ LUKÁCS, 2018a, p. 417.

⁸²¹ DE SANCTIS, Francesco. **Mazzini e la scuola democrática**. Turim: Einaudi, 1951. p. 14.

interesses econômicos que garantam o privilégio de quem estabelece com o Estado uma relação quase privada pelo fisiologismo e dominação do poder político como uma esfera meramente administrativa voltada a quem controla de fato o capital.

As eleições assumem um lugar importante na narrativa civilizatória e participativa da população na política dos seus respectivos Estados, mas independentemente do formato, não há como se desvencilhar das influências e interferências poderosas de quem maneja o destino do povo com a chave do cofre do Estado pela visão liberal da propriedade.

E a análise não parte do valor da eleição ter um limite revisional ou revolucionário, mas apenas uma ponderação objetiva do elemento formador do sujeito eleitoral liberal. O que as eleições pautadas no liberalismo entregam é exatamente um produto favorável ao lado da luta de classes o qual representa. Por isso, pouco ou nada vale fundamentar, argumentar o teor transformador ou não do processo eleitoral, pois as variações de governança produzidas nas representações eleitas não mudarão quem será favorecido e continuará sendo desfavorecido.

Agustin Cueva já assinalava que:

A burguesia é a classe proprietária dos meios de produção, seu interesse material fundamental consiste na conservação destes e, como consequência, seu interesse ideológico se concentra na negação de que o núcleo estruturador de toda formação social está na distribuição dos fatores de produção em termos de propriedade. Daí que nenhuma economia, sociologia ou ciência política burguesa tem a capacidade de esclarecer este fato, demonstrar que é aí onde está a origem material das classes sociais e que estas, ao se organizarem em torno da divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção, são entidades antagônicas cujo conflito permeia todos os níveis do corpo social.⁸²²

Nesse caso, o fenômeno da globalização tornou ainda mais padronizados os processos políticos liberais. A financeirização do capital passou a ter como fiador o neoliberalismo, escola econômica que, diferentemente da lógica liberal, radicaliza a interpretação do Estado como de irrestrito pertencimento à ideologia de transformar o indivíduo em uma pessoa jurídica.

Bob Aubrey explica que “falar em empresa de si mesmo é traduzir a ideia de que cada indivíduo pode ter domínio sobre sua vida: conduzi-la, geri-la e controlá-la em função de seus desejos e necessidades, elaborando estratégias adequadas”.⁸²³

A democracia passaria a ser analisada como uma planilha de empresa, um número, abstraindo a sua importância enquanto sistema representativo e a transformando em análise de

⁸²² CUEVA, Agustin. **A Teoria marxista**: Categorias de base e problemas atuais. Trad.: Fernando Savella. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. p. 157.

⁸²³ AUBREY, 2000, p. 11.

desempenho na otimização de lucro, e por óbvio, se a intenção neoliberal é exatamente desconhecer o Estado como protetor de qualquer direito fundamental, as eleições teriam de significar um negócio cada vez mais controlado em que o acesso à participação fosse mais mitigado e servisse para validar a desigualdade.

Ora, como compatibilizar democracia e desigualdade em um mesmo sistema? Se o sistema liberal fosse realmente democrata, o acesso à igualdade seria o objeto central da política do Estado, mas a realidade aponta no sentido contrário. O principal interesse recai sob a proteção à propriedade privada. Por esse prisma, logo se percebe que não há interesse em realmente defender e desenvolver a democracia, pois se a propriedade flerta com a desigualdade, o Estado aceita a sua condição de avalista e garantidor dos mais favorecidos.

A democracia, por óbvio, deveria, antes de mais nada, garantir a igualdade, o acesso à dignidade no sentido mais elementar de saúde, educação, alimentação, moradia. E aqui se menciona a igualdade já levando em consideração alguns desníveis que poderiam ser garantidos nesse acesso, mas nunca um abismo em que o não acesso a todos esses direitos a uma maioria seja negado e normalizado.

Para Dardot e Laval:

Nada de direitos se não houver contrapartidas, é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura do ‘cidadão’ investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas o ‘consumidor soberano’ da retórica neoliberal, mas ao qual a sociedade não deve nada, aquele que ‘tem de se esforçar para conseguir o que quer’ e deve ‘trabalhar mais para ganhar mais’, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo.⁸²⁴

Por isso, não resta dúvida de que a democracia vivenciada e defendida na democracia liberal burguesa se constitui de valores próprios e peculiares bem aquém ao que se deveria ter como parâmetro de um sistema democrata. Na verdade, convencionou-se reconhecer a democracia mais pela eleição do que pela inclusão e isso é quase ou até mesmo uma total fuga da real definição do valor de um Estado democrático.

Inclusive Wendy Brown assinalava que “a inutilização prática das categorias fundadoras da democracia liberal, tal como se manifesta em especial na suspensão da lei e na

⁸²⁴ DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380-381.

transformação do estado de exceção em estado permanente”, tão bem analisadas por Giorgio Agamben⁸²⁵, “não equivale e nem prenuncia a instauração de um novo regime político”.⁸²⁶

Tal situação desenvolve na sociedade industrial uma cultura democrática influenciada por essas balizas e muitas vezes não são refletidas como deveriam na assimilação de que existirá uma classe desfavorecida e, nesse caso, será a classe trabalhadora. Aliás, como início é importante até ressaltar que o próprio conceito de “disputa de classes”, se bem analisado, é incompatível com o conceito de democracia.

7.3 O governo Lula, os sindicatos e a democracia liberal burguesa: teorias divergentes em busca de uma prática convergente

Na democracia, até se pode compartimentar uma diferenciação entre classes, pelo sentido liberal de análise, mas em nenhum momento se poderia fazer dessa possibilidade uma luta de classes no sentido de que o mesmo espaço não poderia ser habitado em concomitância. Ressalta-se a tentativa pelo direito burguês de conciliar e atribuir a falsa sensação dessa coexistência pacífica; entretanto, é mais uma tentativa de silenciar quem oprimido está do que reconhecer legitimidade em pleitear inclusão.

Marx e Engels legitimavam esse sentimento ao mencionar que “nossa época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”.⁸²⁷

Ora, se a inclusão é controlada, a preocupação não é em incluir, mas sim assentir um mínimo de direito para se continuar o máximo privilégio. Não à toa é exatamente desse privilégio que advém a luta de classes, soterrando por inteiro qualquer vínculo amistoso ou respeitoso do liberalismo com os valores democráticos de fato. Existe apenas o uso indutivo do que seria democracia para anestesiar a percepção da falta dela.

A liberdade entoada no liberalismo esbarra na própria estruturação da divisão do trabalho estabelecida pela sociedade industrial. Aliás, nunca é demais lembrar que o capitalismo trouxe um *glamour* à atividade laboral que até então não se tinha. Trabalhar não

⁸²⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad.: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

⁸²⁶ BROWN, Wendy. **Les habits neufs de la politique mondiale**. Neolibéralisme et néoconservatisme. Paris, Les Prairies ordinaires, 2007. p. 69-70.

⁸²⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 54.

estava atrelado, por exemplo, à dignidade, e por que houve essa mudança? Porque o lucro passou a ser a finalidade laboral e não mais a subsistência.

Proudhon analisava que:

Para determinar o valor, em outros termos, para organizar em si mesma a produção e a distribuição das riquezas, a sociedade procede exatamente como a razão na geração dos conceitos. De início, ela coloca um primeiro fato, emite uma primeira hipótese, a divisão do trabalho, verdadeira antinomia cujos resultados antagônicos se desenvolvem na economia social, da mesma maneira como as consequências poderiam ter-se deduzido no espírito, de modo que o movimento industrial, seguindo em tudo a dedução das ideias, se divide numa dupla corrente, uma de efeitos úteis e a outra de resultado subversivos, todos necessários e produtos legítimos da mesma lei.⁸²⁸

A valorização da atividade laboral como algo edificante ao espírito humano foi ainda mais estimulada pela doutrina liberal. Mas aqui aparece outra contradição, se o liberalismo tem na democracia um princípio pétreo, como justificar exatamente o pensamento liberal como responsável pela perspectiva do trabalho ao estilo da sociedade industrial? Seria realmente uma possibilidade de escolha alienar a sua mão de obra ou uma necessidade de sobrevivência e uma imposição econômica?

Para Marx, “as forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem só como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir do seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições para fazê-lo voar pelos ares”.⁸²⁹

No liberalismo, ser livre é uma condição da classe social a qual se pertence. Nesse caso, a democracia, por mais que permita a escolha de representação a todas as classes sociais, está limitada por lógicas como a proteção à propriedade e o vaticínio especulativo do mercado. Essas duas condições minam qualquer possibilidade de se constituir um Estado verdadeiramente democrático.

A luta de classes não realça um processo democrático, mas sim um processo excludente de uma classe, ante a imposição econômica, em subverter camadas sociais menos favorecidas em mão de obra garantidora dos privilégios aos que controlam o poder político estatal.

Toda essa situação leva a crer que a luta de classes é um fenômeno social produzido pelo capitalismo e impulsionado pelo liberalismo a partir do momento que a propriedade assume um lugar prioritário a embasar a normatividade jurídica regente do Estado burguês. A

⁸²⁸ PROUDHON, 2007a, p. 150.

⁸²⁹ MARX, 2011a, p. 944.

democracia se caracteriza pela disputa de ideias e não pelo conflito entre classes, situações que podem parecer dotadas do mesmo valor, mas que são dissonantes.

Nesse sentido, Marx arremata:

[...] sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes.⁸³⁰

A democracia é um sistema de governo político em que as divergências não significam dominação, mas sim coexistência de prevalência diante da escolha de uma maioria, sem, contudo, ignorar uma minoria que tem o direito de discordar e continuar a defender as suas ideias até então minoritárias. Pela luta de classes se subentende a tentativa de dominação política por quem supõe que o poder econômico chancela a subtração da liberdade de escolha por quem é hipossuficiente na escala produtiva.

Bottomore percebia e apontava que:

[...] os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições. Ocultando-as, a distorção ideológica contribua para a sua reprodução.⁸³¹

Simplesmente faz da possibilidade de escolha uma maquiagem que tenta esconder sempre o real interesse de quem detém a possibilidade de explorar a mão de obra. Tanto que se cria uma norma jurídica não para extinguir a exploração, mas para regulá-la, ou seja, apenas continuar uma luta de classes silenciosa em que o opressor, pelo viés econômico, controla o oprimido, refém de um Direito que subjetivamente se coloca como uma “proteção”.

Para Hegel,

o Estado elimina à sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções não políticas; ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo o membro do povo é igual parceiro da soberania popular, e ao tratar do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem à sua maneira, a saber: como propriedade privada, como educação e profissão, e manifestem a sua natureza particular. Portanto, longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só

⁸³⁰ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011b. p. 59.

⁸³¹ BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 52.

existe na medida em que as pressupõe; apreende-se como Estado político e revela a sua universalidade apenas em oposição a tais elementos. [...] Não há dúvida! Unicamente assim, por cima dos elementos particulares, é que o Estado se constitui como universalidade.⁸³²

O Direito liberal não é uma proteção à classe trabalhadora, sua intenção é apenas garantir uma dominação sem ruído ou inquietação de ruptura com o sistema, tanto que as normas jurídicas continuam a garantir o que de fato interessa, a mais-valia, o lucro e o que se convencionou denominar de trabalho livre subordinado.

Tal denominação se constitui como uma retórica comprometida ao ideal liberal com retoques de uma realidade ilusionista a fim de expor uma condição que não existe. A tentativa de ludibriar a classe trabalhadora com a possibilidade do impossível, ou seja, o trabalho livre e subordinado é uma demonstração da narrativa capitalista alinhada ao projeto político o qual tenta adestrar a mão de obra explorada a uma aceitação e normalidade da sua condição de explorado.

Everaldo Gaspar, estudioso atento a essa aporia capitalista, traz luzes importantes para que não se deixe levar em consideração que não há como o trabalho ser livre e subordinado, há um conflito na própria junção dos tempos. E por que tal denominação é normalizada pela classe trabalhadora? Porque a luta de classes na sociedade industrial até então é direcionada pelo interesse liberal burguês. Por mais que haja a percepção de injustiça e exploração, a classe trabalhadora foi abduzida pelas regras materialistas burguesas da sobrevivência.

Segundo Gaspar,

pela mão dessa elite civilizatória ou elite ilustrada, instituíram-se os modelos de dominação a partir de princípios universais, desencadeados através da sabedoria dos legisladores e a perspicácia dos filósofos e, sobretudo, dos códigos éticos artificialmente construídos. Na esteira do pensamento daqueles que vêm do alto, dos responsáveis pelo curso da sociedade, dos guardas do bem comum, a liberdade das pessoas deveria ser objeto de preocupação. Esta liberdade é suspeita, e suas consequências, imprevisíveis, tornando-se uma fonte de instabilidade. Para evitar-se, o caos a manter e assegurar a ordem, os filósofos e legisladores da modernidade buscaram legislar a ordem e reprimir o caos. Era preciso treinar os indivíduos, levando-os à obediência e administrar os seus interesses.⁸³³

A classe trabalhadora é levada a acreditar na possibilidade de conciliar a liberdade e a subordinação porque é doutrinaada pela norma jurídica burguesa a compreender o trabalho como fonte libertadora da vida e aceitar a subordinação como uma condição de uma troca

⁸³² MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 46.

⁸³³ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Teoria Geral do Direito do Trabalho**: explicações científicas do método dialético-discursivo e da crítica filosófica da modernidade. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022. p. 209-210.

justa pelo seu salário. É como se por isso a liberdade estivesse garantida quando, na verdade, é justamente ao contrário.

Everaldo Gaspar aduz:

É preciso deixar claro o seguinte: no início, a sabedoria dos legisladores e a perspicácia dos filósofos levaram a considerar, como pressuposto da sociabilidade, o binômio liberdade/igualdade, que passaria a considerar-se, no âmbito da sociedade dividida em classes e centrada na circulação de mercadorias, como pressuposto de todas as relações contratuais, inclusive, da relação contratual que passou a envolver o próprio gênero humano – sujeito e objeto de direito –, uma vez capaz de comprar e de vender a sua força de trabalho.⁸³⁴

A subordinação assalariada é uma suave condenação, um passamento ao cumprimento das normas jurídicas liberais sem tensionar pela disputa política do poder. Toda essa condição parece ainda mais corroborar a sensação de democracia estabelecida pela burguesia. Se há aceitação, a normalização logo abranda e camufla uma luta de classes que está por trás de toda essa narrativa de falsas verdades e preenche de conformismo uma possível indignação.

Esse conformismo, sob a ótica do movimento sindical, deveria ser visto também não como uma rendição, mas como um movimento político de se permitir aburguesar-se e adentrar no jogo eleitoral liberal, porém sem perder a essência da indignação a qual alimenta a luta de classes e todos os questionamentos suscitados por um capitalismo serviçal aos interesses da classe dominante.

A visão de Everaldo Gaspar é de não se curvar à narrativa liberal de fundir os conceitos de liberdade e subordinação como uma das virtudes da democracia burguesa. O professor da Escola do Recife não se limita a uma análise de normas jurídicas e estabelece um comparativo com o que de fato deve se considerar: a luta de classes.

Em sua teoria demonstra que não é a norma jurídica o centro referencial a ser colocado, mas a luta de classes como termo político a marcar no capitalismo a emancipação da classe trabalhadora no tocante à exploração. Aduz e impulsiona o direito coletivo do trabalho ao protagonismo o qual lhe deveria ser concedido, haja vista o direito individual do trabalho ser o caminho vocacionado à reparação pela norma jurídica, enquanto a disputa coletiva deve ser caracterizada pelo tensionamento a essa mesma normatização jurídica.

A teoria de Everaldo Gaspar demonstra que a democracia liberal burguesa busca criar uma atipicidade interpretativa favorável à aceitação do trabalho livre e subordinado como algo que revela a instrumentalização ideológica do liberalismo para a classe trabalhadora

⁸³⁴ ANDRADE, 2022, p. 212.

consentir com um sistema político que não lhe era favorável. Mesmo no Estado de Bem-Estar Social, o poder político arrefeceu em algumas normas jurídicas trabalhistas protetivas, porém sem prescindir do que realmente marca a divisão capitalista da sociedade industrial, a exploração para a obtenção da mais-valia.

Everaldo Gaspar preceitua que:

A intervenção do Estado se deu porque houve luta operária. Mas a doutrina liberal, fundamento do estado moderno e, depois, o novo Direito do Trabalho e seu corpo de doutrinas passaram a recepcionar ideologicamente esse discurso, ou seja: que o processo de conciliação entre burguesia e proletariado, patrões e empregados, foi capaz de instituir mecanismos de harmonização e de humanização entre o capital e o trabalho capazes de eliminar o histórico antagonismo entre estas mesmas classes. Um discurso ideológico poderoso que teve implicações futuras na formação legislativa dirigida à atuação e as práticas sindicais, que deveriam pautar-se em reivindicações de caráter reformista e não revolucionária ou que não pudessem colocar em relevo mais uma vez entre patrões e empregados.⁸³⁵

O dito Estado democrático burguês seria uma espécie de democracia esvaziada, pois não se trata de maioria e minoria, haja vista a classe trabalhadora compor a maior demanda da sociedade, no entanto, há uma capitulação a reboque do poder econômico. Resta comprovado que a doutrina liberal inverte uma das características mais clássicas do sistema democrático, desconsiderando aspectos importantes. O capitalismo faz do capital o seu pêndulo representativo, atraindo para o controle político do Estado os donos do dinheiro.

Se a democracia liberal burguesa prescinde de um princípio básico a caracterizar para priorizar quem detém o poder econômico, como de fato mensurar sistema político como um sistema democrático? Essa indagação não parte de um reducionismo ao conceito, mas de uma observação pertinente que examina a fragilidade da democracia quando o poder econômico, e não o sistema representativo, de fato aparece como protagonista.

Toqueville, em sua mais afamada obra, já nas últimas páginas, preconiza:

Quero imaginar sob que novos traços o despotismo poderia se produzir no mundo: vejo uma multidão incontável de homens semelhantes e iguais que giram sem descanso sobre si mesmos para se proporcionarem pequenos e vulgares prazeres com que enchem suas almas. Acima desses se eleva um poder imenso e tutelar que se encarrega sozinho de garantir seus prazeres e de zelar por seu destino. Ele é absoluto, detalhado, regular, providente e doce.⁸³⁶

⁸³⁵ ANDRADE, 2022, p. 212.

⁸³⁶ TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Trad.: Julia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019. p. 731.

A democracia, ao se afastar do seu sentido mais genuíno do sistema representativo e deixar de levar em consideração as minorias da sociedade industrial, diminui também a importância da própria representação, pois ao sair da análise de quem se faz em maior presença na sociedade, privilegia aspectos que pouco fazem diferença em regimes democráticos ou autoritários.

Para Lester Thurow,

a democracia tem crenças muito diferentes a respeito da distribuição adequada do poder. A primeira acredita numa distribuição completamente igual de poder político, enquanto o segundo acredita que é dever dos economicamente aptos a empurrar os ineptos para fora dos negócios e para a extinção econômica. A sobrevivência do mais apto e desigualdades em poder de compra são a essência da eficiência capitalista. Indivíduos e empresas tornam-se eficientes para serem ricos. Colocando em termos diários, o capitalismo é perfeitamente compatível com a escravidão.⁸³⁷

Esse é o ponto fundamental para compreender que a democracia liberal, ao fazer pouco valor da relação fundamental entre maioria e minoria no sentido representativo, aproxima o que seria um regime democrático de um autoritário, simplesmente por utilizar um referencial que realça mais em um regime opressor, o poder de capital.

A democracia liberal não conseguiu resolver uma equação fundamental para se concretizar como um regime democrático, afastar o poder de capital que contamina um pleito eleitoral por tanto criar condições de mercado na indução ao voto quanto candidaturas mercantilizadas que convencem uma maioria da população quando, na verdade, representam apenas o interesse da minoria.

A democracia, entoada pelos liberais, de fato é um regime sem compromisso com a minoria, fazendo-se valer dos interesses da maioria, sempre se utilizando de mecanismos de controle para esse poder político. Por mais que seja consentido, jamais é cedido à lógica que não seja favorável ao poder do capital. Assim, entre o manuseio de uma eleição para se fingir democrático, a burguesia liberal induz à alienação quem depende mais do salário que propriamente da representação para sobreviver.

A democracia de instrumento burguês se coloca como totalmente estéril para tentar qualquer anteparo ou freio nas consequências sempre malévolas à classe trabalhadora propiciada pela capital. A justiça social se entrelaça a um consenso ideológico em que a teoria

⁸³⁷ THUROW, Lester C. **O Futuro do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 313.

marxista não pode se satisfazer, por mais que a sua possibilidade prática, pelo menos nessa quadra histórica, seja limitada frente ao poder de alienação do capitalismo.⁸³⁸

Ao inverter o nexo central, fazendo da vontade da minoria se impor às necessidades da maioria, a democracia liberal se aproxima de uma autocracia, utilizando-se de métodos que restringem a vontade popular aos interesses de quem faz do Estado uma propriedade, muito semelhante a uma relação feudal, em que classes ocupam estratificações sociais bem estabelecidas e com pouca possibilidade de ascensão social.

Enoque Feitosa aduz: “Quanto mais complexo e massificado o aparato da sociedade, de cujo comando o indivíduo foi, de há muito tempo, alienado, tanto mais empobrecida e carente torna-se a vida do ser humano.”⁸³⁹

Na verdade, a democracia liberal apregoa uma liberdade que não se manifesta no seu cotidiano. O direito ao voto não necessariamente consolida um ambiente eminentemente democrático, pode apenas significar uma tendência e possibilidade de escolha, mas sempre comprometido por propensas sequelas sociais as quais podem marcar o sistema político e não favorecer a igualdade como condição imprescindível na relação entre os indivíduos.

A amistosa convivência da democracia liberal com a ideia de dividir a sociedade em classes sociais já indica uma obediência desse sistema político ao capitalismo. Aliás, um desafio pós-Revolução Industrial e da própria sociedade industrial é criar um fio sólido entre as ideias democráticas e capitalistas, pois na condição em que são teorizadas e pensadas, pouco se encontram de convergências entre ambas.

A democracia liberal e o capitalismo possuem uma convergência exatamente por partirem da premissa de que a liberdade não é uma condição inalienável, não pode se sobrepor, por exemplo, aos interesses de uma minoria, pois nessa conjuntura o que se tem como inegociável mesmo é o privilégio, valor que depõe exatamente contra qualquer perspectiva de se aventar posturas democráticas dentro desse panorama de sociedade industrial.

Para Celso Bilharinho Naves:

Os trabalhadores vivem uma relação de liberdade e igualdade imaginária, no momento mesmo em que ‘submetem livremente’, por um ato de sua exclusiva vontade, controle de sua capacidade de trabalho no processo de produção, que é o processo de exploração dessa mesma força de trabalho. Por meio de representação ideológica, os indivíduos são incapazes de perceber a sua real condição de existência social e passam a viver as suas

⁸³⁸ MELO, Tarso Menezes. O fetichismo da justiça na sociedade das mercadorias. In: BELLO, Enzo *et al.* **Direito e Marxismo: tendências atuais.** Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 371-373.

⁸³⁹ FEITOSA, Enoque. **Direito e Humanismo no Jovem Marx.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 15.

relações na superfície do tecido social, ignorando a trama para eles invisível dos processos efetivamente determinantes de suas vidas. Supõem estar no comando de suas existências, dotados de capacidade jurídica para o exercício de atos de sua vontade, quando são inteiramente comandados por processos inconscientes, que lhes escapam completamente.⁸⁴⁰

Aliás, a democracia liberal é necessidade da criação do capitalismo. Para o liberalismo se afastar dos sistemas teocráticos, autocráticos e absolutistas que demarcaram o período medieval, o conceito de democracia foi reelaborado à sua medida. E deu certo. Tornou-se um fenômeno de massificação capaz de alienar e capturar toda uma classe proletária a transformar uma desigualdade que deveria ser anormal em normal.

Ao aceitar a divisão da sociedade em classes e o capitalismo como marco estético do desenvolvimento e propulsor da prosperidade, a classe trabalhadora admitiu fazer da democracia liberal um sistema político que lhe cabia, quando, na verdade, estaria a pactuar com quem iria se fortalecer exatamente para coibir qualquer tentativa de quebrar as condições compromissadas em manter os privilégios.

A democracia liberal não é uma criação do capitalismo para absorver valores democráticos, é justamente o inverso, para cultivar valores capitalistas, ou seja, ocorreu uma mistura improvável e quase heterogênea, mas que pela força do capital se fez possível e ajustou os privilégios do liberalismo à liberdade da democracia. Uma união que trouxe como saldo uma necessidade, tanto como qualquer regime autoritário, de comprimir e controlar a classe trabalhadora por métodos que muitas vezes não se utilizava da força expressa, mas sim pelo controle do pensamento e conhecimento, causando tanto danos quanto as atrocidades das violências mais explícitas.

Por isso, Joaquim Pimenta assinalava que:

A classe operária, se pretende vencer no combate pela existência, se quer libertar-se da posição inferior a que desceu, de um lado, por causa de sua ignorância, e do outro, pelo egoísmo capitalista protegido pelos detentores do poder, tem de rivalizar como a burguesia em cultura, isto é, a sua luta deve ser antes uma luta pelo saber, para depois ser uma luta pelo poder.⁸⁴¹

Nessa toada histórica, a classe trabalhadora, mais do que qualquer empirismo de laboratório, começou a perceber na crueza da realidade que a democracia vivenciada no liberalismo, por mais que aceitasse dialogar com as suas pautas, faria delas o seu limite

⁸⁴⁰ NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitária, 2014. p. 90-91.

⁸⁴¹ PIMENTA, Joaquim. **Ensaio de Sociologia do Direito**. Recife: Imprensa Industrial, 1915. p. 146.

conciliatório para deixar tudo como está, o privilégio à frente da liberdade. O seu lugar de fala estaria sempre restrito e limitado pela necessidade da mais-valia da minoria.

Nesse sentido, Marx expressava que:

Um programa socialista não deve permitir que tais tópicos burgueses silenciem aquelas condições sem as quais não tem nenhum sentido, porquanto o homem se situa de antemão como proprietário frente à natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho e a trata como posse sua, portanto, seu trabalho se converte em fonte de valores de uso, e, por conseguinte, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural, pois justamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza se deduz que o homem que não dispõe de mais propriedade que sua força de trabalho tem que ser, necessariamente, e todo estado social e de civilização, escravo de outros homens. Daqueles que possuíram as condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver sem que haja a permissão daqueles.⁸⁴²

O sistema político até então visto e tido como o da liberdade e igualdade, na verdade, demonstrava uma explícita limitação na possibilidade de estender uma dignidade que o capitalismo se colocava a vender, mas que a maioria sequer conseguia comprar. A realidade era uma divisão do trabalho pautada no progresso não da condição humana, mas nos meios e modos de produção atentos em potencializar a exploração dos recursos naturais e legar ao mundo uma padronização da dinâmica capitalista em âmbito global.

Por esse motivo a classe proletária começou a entender o que deveria ser, que a democracia estava mais para demagogia. Não havia uma preocupação de fazer da divisão do trabalho uma lógica pela valorização da classe trabalhadora, mas uma engenharia em que cada trabalhador ou trabalhadora fosse apenas mais uma peça na engrenagem. Ser tolerante na concessão de alguns direitos à massa proletária não significava dividir o poder político.

Nietzsche, sob essa perspectiva do privilégio, fez interessante consideração:

[...] os aristocratas de nascimento, no campo de espírito, não se dão demasiado à pressa: suas criações brotam e caem da árvore em uma tarde tranquila de outono, sem que hajam sido desejadas, forçadas nem devoradas por outros, com pressa. A ânsia de estar criando sem trégua nem descanso é vulgar e manifesta ciúmes, inveja, ambição. Quando se é algo, não se necessita verdadeiramente se fazer nada – e, sem embargo, se faz muito. Há um tipo humano mais elevado que se encontra por cima do indivíduo ‘produtivo’.⁸⁴³

⁸⁴² MARX, Karl. **Crítica del Programa de Gotha**. Moscú: Editora Progreso, 1977. p. 10.

⁸⁴³ NIETZSCHE, Friedrich. **Humano. Demasiadamente Humano**. Madrid: A.L. Mateos, 1993. p. 146.

Todo esse cenário trouxe à tona a realidade de que a democracia liberal oferecia algumas melhorias nas condições de trabalho e até o reconhecimento de alguns direitos, mas não possibilitaria à classe trabalhadora um questionamento à dinâmica da mais-valia e do acúmulo da riqueza ser um dos causadores e indicadores da propagação de pobreza. O pior é transformar a pobreza em um fenômeno mais natural do que social.

A pobreza, na democracia liberal, não era tida como um problema do sistema político, mas uma consequência natural da ação e atuação do livre mercado, tanto quanto seria a geração de riqueza. Na verdade, não seriam efeitos excludentes, mas como se fossem o mesmo produto apenas de sinais trocados, reverberando a ideia de que seriam fenômenos inevitáveis e produzidos pela própria natureza.

Por isso seria o estranhamento da democracia liberal em aceitar a luta de classes como uma consequência social do panorama da sociedade, pois estariam a reivindicar algo que estaria atrelado a uma questão natural. A pobreza e a riqueza estariam determinadas não por uma vontade humana, mas por uma lógica além dos debates ideológicos ou orientações políticas: a condição da classe trabalhadora não como objeto de embate social, mas produto de equação natural.

Nesse raciocínio, Kurz assinala que:

Não nos enganemos a nós mesmos! Os seres humanos, postos sob a tutela do mercado e do Estado, que gritam ferozmente, porém, em vão, por ‘emprego’, estão presos à lógica autonomizada do dinheiro, como enforcado está preso a corda. E a administração democrática da crise exclui, cada vez mais, seres humanos da ‘dignidade humana’. Enquanto as engrenagens compulsivas da economia de mercado continuarem a ser interiorizadas, as pessoas nem mesmo serão capazes de colocar as questões decisivas. O que nós precisamos realmente? Como organizaremos a nossa vida comunitária? Como trataremos com bom senso os recursos? O que riqueza e felicidade poderiam ser, além do consumo assassino de combustão? [...] Consertos no atual modo de economia e de vida não adiantam mais. Precisa-se, inevitavelmente, de uma ruptura profunda de princípios. Para isso poder acontecer, os homens precisam recuperar o controle assalariado e superar sua dependência total de ‘empregos’ da economia de mercado. Não sobra mais muito tempo para a minoria pensante nos sindicatos, entre os executivos e na política.⁸⁴⁴

Essa percepção e característica da democracia liberal burguesa foi assimilada por Montaño e Duriguetto da seguinte forma:

⁸⁴⁴ KURZ, 1992, p. 374-375.

Por um lado, ao nível do Modo de Produção, o da estrutura social, cujo fundamento é a separação do produtor direito dos meios de produção, e sua necessidade de vender sua força de trabalho aos donos daqueles, o capitalista, em troca de um salário, estabelecendo uma relação de emprego, na qual parte da mais valia produzida pelo trabalhador será explorada pelo capitalista. Nesse nível de concretização e de análise das classes sociais constituem-se as duas classes fundamentais, capital e trabalho, enfrentadas como classe dominante.⁸⁴⁵

O liberalismo foi mais além do que um simples modelo econômico, foi na captura do inconsciente humano, ao pautar a necessidade e liberdade como atributos indissociáveis ao ter para sobreviver. E toda essa condição foi aplainada por uma pretensa igualdade jurídica, aludida por Kashiura Junior, conforme se pode asseverar:

Em linhas gerais, o que, ao cabo, deve restar claro, é a relação entre igualdade jurídica e o capitalismo. Determinada imediatamente pela circulação de mercadorias, a igualdade jurídica permite a realização da produção, que a determina imediatamente. É como iguais que o trabalho e o capital se encontram na circulação mercantil, e esta igualdade, dada sob forma jurídica, é essencial para a desigualdade que se realiza plenamente na produção. Isto é, a igualdade jurídica da superfície do capitalismo, da circulação, é essencial para a desigualdade que se realize, no subterrâneo, na produção, o ciclo contínuo da exploração do homem pelo homem. É necessário concluir então que a igualdade jurídica não pode ser senão igualdade para a desigualdade, igualação que desiguala [...]. Não há, no direito, possibilidade de uma igualdade outra que não a igualdade para a desigualdade, nos exatos termos exigidos pela dinâmica do capitalismo.⁸⁴⁶

O capitalismo não oportuniza um desenvolvimento por fora do Estado, pois o seu próprio conceito depende da existência estatal não apenas como figura de demarcação e limitação geográfica, mas para produzir leis que o proteja. O Direito surge como fiador a garantir que explorações como a escravidão sejam vistas como um negócio e não impactem a condição iluminista das normas jurídicas por serem reconhecidas como lícitas.

E imoralidade não seja pautada pelo teor do negócio, mas até quando se tornar viável. Isso fica evidente porque a escravidão em qualquer tempo haveria de ser um ato desumano e reprovável. E por que então por algum tempo houve a compatibilidade com a norma legal dos Estados? Porque era economicamente interessante para o desenvolvimento do capitalismo garantir atributos seus importantes como a propriedade.

Segundo Althusser,

⁸⁴⁵ MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 291.

⁸⁴⁶ KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da Igualdade Jurídica**. Contribuição ao Pensamento Jurídico Marxista. Quartier Latin do Brasil, 2009. p. 241.

o capital está repleto de sofrimento de explorados, desde os horrores da acumulação primitiva até o capitalismo triunfante, e foi escrito para sua libertação da servidão de classe. Isso não só não impede Marx, mas obriga-o a, no próprio *Capital* – que analisa os mecanismos de sua exploração – fazer abstração dos indivíduos concretos e tratá-los teoricamente como simples suportes de relações.⁸⁴⁷

O capitalismo de Estado não é uma das formas, é a própria natureza, são condições indissociáveis. E perceber o sistema capitalista sob esse prisma seria a única possibilidade de entender que a sua atuação está mais para uma ideologia do que propriamente um sistema político econômico. Não havia como contrapô-lo, atacando o viés econômico, sem compreender que o panorama político instituiu também um plano institucional.

Perry Anderson apontava para o ditado de Lenin como fundamental: “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário [...] a teoria revolucionária correta [...] toma forma final apenas em contato próximo com a atividade prática de um movimento verdadeiramente de massas e revolucionário.”⁸⁴⁸

Para triunfar frente ao capitalismo, a disputa do poder político e até a tomada do Estado burguês não lograriam êxito sem enfrentar as instituições constituídas sob a batuta de pensar o Estado como uma propriedade em dois aspectos. O primeiro, quem o ocupa advém das classes dominantes e o vê como parte de si, o segundo, como uma vocação de garantir e entendê-lo como salvaguarda, um escudo protetor em que novas cercanias possam sempre existir.

Nessa linha, Poulanzas afirma que:

Todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos do Estado). Esses aparelhos não são simples apêndice do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder – aparelhos, e mais particularmente na luta de classes – aparelhos, é a luta (de classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio – subordinação político – ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos – instituições e, conseqüentemente os ultrapassa.⁸⁴⁹

Os meios e modos de produção poderiam ser questionados, mas do que adiantaria questioná-los se mesmo o controle sendo do Estado, este continuaria a ser idealizado com nuances capitalistas? Mesmo o Direito burguês cedendo ao Direito marxista - a coletivização

⁸⁴⁷ ALTHUSSER, 1978, p. 163.

⁸⁴⁸ ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 129.

⁸⁴⁹ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 54.

das propriedades -, a burocratização do aparelho estatal reproduzia um modo de pensar liberal, pois continuava a oportunizar um germe tipicamente capitalista: o privilégio.

E isso está demonstrado exatamente quando a burocracia do Estado deixa de ser uma necessidade para governar e se torna fundamental para se manter no governo, pois inevitavelmente estará se atraindo e flertando com a tentação capitalista, o privilégio. A não adoção de uma democracia representativa nos moldes liberais não significa ter preterido qualquer similitude com o liberalismo.

A burguesia teria como desafio instaurar uma ordem democrática inclusiva, impactar as formas sociais inerentes às necessidades da sociedade capitalista, sem, contudo, alterar a base ideológica fiadora do sistema propagador da mão invisível do mercado.⁸⁵⁰ Logo se perceberá que, assim como a liberdade, a democracia figura apenas como um estereótipo do sistema capitalista.⁸⁵¹

Tal condição, inclusive, insuflou a luta de classes porque, diferentemente de outrora, o tensionamento existia entre duas classes que se formavam não nascidas prometidas ao poder político, a burguesia e a massa proletária. Queiram ou não, foram gestadas no mesmo ambiente de derrocada da nobreza e, por assim dizer, entendiam a superação do Estado absolutista sob as mesmas condições de reinterpretá-lo e querê-lo como moderno.

O patrimonialismo, notadamente percebido em Estados mantenedores de uma elite dominante a manusear um Estado para si, mais do que um traço feudal, é consequência de um capitalismo geralmente atrelado à exploração dos recursos naturais, oriundo de um processo colonial pautado na espoliação e que legou uma classe política local compromissada com um capitalismo de continuísmo com a colonização.

Como pontuou Faoro,

no patrimonialismo no momento da emergência das classes, procuram estas nacionalizar o poder, apropriá-lo, para que se dilua na elite. O conflito está presente nesse tipo de estrutura, sobretudo quando posta em convívio com o capitalismo industrial, por pressão externa e por efeito de expansionismo internacional deste. A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político numa ordem de conteúdo aristocrático.⁸⁵²

⁸⁵⁰ HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Trad.: Lucia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. p. 67.

⁸⁵¹ WARAT, Luiz Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. versão. 2. ed. aum. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995. p. 69.

⁸⁵² FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. p. 830.

Não à toa o Estado patrimonialista tem uma afeição pelo capitalismo, pois patrimonialismo deriva de patrimônio e remete à propriedade, descrição que se molda nas definições do liberalismo e da formação de um Estado tipicamente capitalista. Toda essa engrenagem estatal terá na institucionalidade frágil não apenas uma consequência, mas uma fundamental condição para que a elite dominante tenha o controle político e principalmente a segurança de continuar o capitalismo colonial.

No tocante à colonização e o seu desdobramento histórico, Lenin apontava que:

A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Mas as considerações ‘gerais’ sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico – sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou jactâncias, tais como a de comparar a ‘grande Roma com a Grã-Bretanha’. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.⁸⁵³

Toda essa condição será pautada em um Direito subserviente aos interesses da classe dominante, atento à construção de normas jurídicas ao gosto do liberalismo e permissiva na concessão de privilégios. O capitalismo é também abraçado por esse modelo de Estado e o patrimonialismo aparece entrelaçado com uma burocracia estatal sedenta em fazer desses espaços de poder, mais do que uma oportunidade de poder, um ambiente de negócios.

O patrimonialismo praticamente é a derivação de um capitalismo provinciano e predatório aos interesses de um Estado inclusivo e não refém de privilégios. Adota uma burocracia sob medida aos interesses da classe dominante e ignora o que de fato seria a construção de uma identidade nacional, sem qualquer zelo a aspectos culturais definidores da identidade daquele povo.

O Estado passa a ser um compartimento a gerenciar negócios da classe dominante, com uma burocracia servil a um capitalismo colonizador, produzindo apenas lucro para uma minoria, subdesenvolvimento e exploração para a maioria. E toda essa condição é legitimada por um patrimonialismo que faz da burocracia estatal uma continuação cultural da colonização que teima em ficar.

Faoro, mais uma vez, à luz do seu tempo, o século XX, faz uma análise cortante que também vale ser aqui citada:

⁸⁵³ LENIN, Vladimir Ilyich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante!, 1979. v. I. p. 639.

Quando o capitalismo brotar, quebrando com violência a casca exterior do feudalismo, que o prepara no artesanato, não encontrará, no patrimonialismo, as condições propícias de desenvolvimento. O trânsito, a compra e venda, o transporte, o financiamento ensejarão o gigantismo dos órgãos de troca, com o precário enriquecimento da burguesia, reduzida ao papel de intermediária entre as outras nações. A atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe incremento autônomo. Comanda-a um impulso comercial e uma finalidade especulativa, alheadoras das liberdades econômicas, sobre as quais assenta a revolução industrial. Daí se geram consequências econômicas que se prolongam no século XX.⁸⁵⁴

O liberalismo em Estados colonizados nada mais é do que a continuidade da colonização sob o crivo de uma elite patrimonialista que se utiliza do capitalismo para aferir riqueza, acobertada por uma norma jurídica “pelega” e apenas atenta a gerar segurança jurídica para o privilégio. Essa visão patrimonialista, com uma burocracia serviçal de uma classe dirigente assentada nas benesses do poder, não foi reproduzida apenas no capitalismo. Regimes pautados na igualdade, como o comunismo, também se aliciaram de tal manuseio.

A práxis da sociedade industrial, originada em Estados capitalistas, rendeu como condição ao seu desenvolvimento uma característica que a teoria comunista encontrou uma limitação muito não objetiva, mas subjetiva. A classe trabalhadora tinha no capitalismo a exploração como destino. Ao tentar ressignificar essa condição, o comunismo tentou estancá-la, porém ao preço da relativização ou até mesmo supressão da liberdade. No entanto, criou-se um fosso entre a teoria e a prática, as produções industriais negadas à população por intermédio do consumo estavam ao alcance da classe dirigente, revivendo uma sociedade estratificada como foi, por exemplo, a feudal.

Fromm preceituava:

Malgrado a pessoa não fosse livre na acepção moderna, tampouco se achava sozinha e isolada. Pelo fato de ter, ao nascer, um lugar distinto, imutável e incontestável no mundo social, o homem tinha raízes em um todo estruturado e assim a vida tinha um significado que não deixava margem, nem tampouco necessidade, para dúvidas. O homem só se dava conta de si mesmo como membro de uma raça, povo, partido, família ou cooperação – por meio de uma categoria geral qualquer.⁸⁵⁵

A luta de classes é uma consequência direta da ascensão burguesa ao topo do poder político, pois passou a existir disputa pelo controle dos meios de produção, algo que iria muito além de uma visão econômica, mas um projeto ideológico de pensar o Estado pela lógica da propriedade privada e da mais-valia exploratória. Diferentemente da nobreza, a

⁸⁵⁴ FAORO, 2012, p. 40.

⁸⁵⁵ FROMM, 1968, p. 42-44.

classe burguesa fazia do lucro o seu poder político, logo a desigualdade passou a constar não como condição orgânica da estratificação social, mas como consequência do acúmulo de riqueza de uns.

A luta de classes é um fenômeno social fomentado exatamente pela dialética liberal de exploração, resultante da estratificação econômica na sociedade. Se não existisse essa divisão, não existiria luta de classes, e não apenas o princípio da igualdade, mas também o da liberdade realmente seria oportunizado, pois não ocorreria a diferença social que demarca o capitalismo.

Na verdade, a diferença de classes, a existência de pobreza e riqueza, é uma necessidade capitalista, não apenas para possibilitar a exploração, mas fazer do consumo um fetiche que diferenciava quem podia ou não podia ter. A lógica contratualista foi aprofundada na ideologia da propriedade privada, o Estado pensado como um mercado.

O revolucionário Ernesto Guevara assinala que, “desde que os capitais monopolistas se apossaram do mundo, mantiveram na pobreza a maioria da humanidade, dividindo os lucros entre o grupo dos países mais fortes. O nível de vida desses países está baseado na miséria dos nossos”.⁸⁵⁶

A sociedade industrial, fortemente influenciada pela teoria liberal, era mais analisada sob a ótica do Estado a serviço do mercado do que propriamente um desenvolvimento estatal que fizesse dos dogmas liberais, igualdade e liberdade, um objetivo a ser construído como bem comum. O liberalismo avançava como pensamento dominante pós-Revolução Industrial e tentaria impor uma interpretação democrática favorável ao interesse da burguesia.

Aos poucos, a maioria da população de uma sociedade industrial, com alta capacidade de produção tecnológica, foi cooptada por uma minoria controladora da riqueza comum, levando como consequência um empobrecimento da população e uma consequente desmodernização da indústria soviética.⁸⁵⁷

A democracia liberal e a concessão dos direitos sociais tentavam arrefecer uma luta de classes que não seria apenas um problema de inclusão econômica, uma consequência do próprio capitalismo que, aliás, não seria resolvido apenas com o reconhecimento das condições exploratórias, mas com a superação da ideologia que não apenas permitia, tinha na

⁸⁵⁶ Original: “*da quando i capitali monopolistici hanno preso il controllo del mondo, hanno tenuto in povertà la maggioranza dell'umanità, dividendo i profitti tra il gruppo dei paesi più forti. Il tenore di vita in questi paesi si basa sulla miseria del nostro.*” Tradução do autor. GUEVARA, Ernesto. **Scritti, discorsi e diari di guerriglia**: 1959 – 1967. Org. L. Gonzalez. Turim: Einaudi, 1969. p. 1420.

⁸⁵⁷ COHEN, Stephen. **Failed Crusade**: América and the Tragedy of Post – Communist Russia, Nova Iorque e Londres, W.W. Norton, 2000. p. 41.

sua própria lógica de existência a possibilidade do acúmulo de riqueza pela obtenção da mais-valia em desfavor da venda da força de trabalho.

John C. Calhoun percebia essas nuances entre obtenção de mais-valia *versus* exploração da força de trabalho e afirmava: “Penso que nunca existiu uma sociedade rica e civilizada na qual uma parte da comunidade não vive do trabalho da outra [...]. Há e sempre houve, em um estado avançado de riqueza e de civilização, um conflito entre trabalho e capital.”⁸⁵⁸

No entanto, a luta de classes depõe contra a narrativa liberal, pois a colisão entre classes desmistifica o que seria democrático e aponta a liberdade como um privilégio por quem detém o controle do poder político e econômico. O Estado atendia e obedecia a uma inclusão seletiva não por valores como cidadania, mas por necessidade de consumo.

Essa necessidade de consumo seria exatamente uma barreira prática a ser ultrapassada por um movimento sindical adornado em uma sociedade industrial vocacionada a produzir para consumir, tanto para gerar emprego quanto para sobreviver, vide os alimentos serem também precificados. A realidade colidia com teorias ou até vontades que na prática se demonstravam difíceis de persuadir e convencer uma classe trabalhadora de que a luta de classes estaria como necessidade primeira, quando o capitalismo se apresentava como uma camisa de força a impingir necessidades materiais.

O *establishment*, pautado em manutenção de poder, seria necessariamente, numa ordem capitalista burguesa, uma repulsa a qualquer forma de organização coletiva em que se ameaçasse ou reivindicasse o poder político pautado nas demandas e necessidades da burguesia. Por isso, a luta de classes seria vista como um potencial lesivo, mesmo dentro das regras capitalistas da sociedade industrial, por impor uma visão proletária ao que parecia já estar sedimentado e consolidado.

Na verdade, a análise dos dois primeiros mandatos de Lula deixa evidente a ideia de que o PT migrou para ser mais um partido de defesa da ordem neoliberal, na prática, a serviço do capital financeiro e fiador da burguesia internacional e nacional.⁸⁵⁹

O movimento sindical, ao chegar ao poder, teria, por bem ou mal, passar por uma desintoxicação de compreensão do que seria ocupar o poder político, pois a sua baliza teórica não seria para a classe trabalhadora, mas sim para uma realidade prática por quem percebia as

⁸⁵⁸ Original: “I think there has never been a rich and civilized society in which one part of the community does not live off the work of another [...]. There is and always has been, in an advanced state of wealth and civilization, a conflict between labor and capital.” Tradução do autor. CALHOUN, 1992. p. 474-475.

⁸⁵⁹ BARROS, 2022, p. 62.

instituições pela ótica burguesa e de, queira ou não, subserviência aos meios de produção vocacionados ao capitalismo e seus interesses não por justiça social, mas por lucro.

Esse seria o ponto mais complexo e delicado nesses ajustes de interesses. Como compatibilizar uma estrutura de poder político e instituições que foram ajustadas pelo interesse de proteção ao lucro, propriedade privada, se quedarem para dentro da mesma ordem capitalista passarem a identificar a justiça social como objetivo premente. Por isso a disputa eleitoral na democracia liberal burguesa não seria uma dosimetria simples. O movimento sindical chegaria ao poder, mas não necessariamente o teria.

Na verdade, a dinâmica da democracia liberal burguesa possui mecanismos de controle de manutenção de poder como qualquer outro regime político. O resultado eleitoral não é necessariamente garantia de poder. E isso se entende pela própria lógica de ocupação às instituições. Pode-se cogitar que, nos governos do PT, houve uma alta ocupação de sindicalistas na máquina do Estado, no entanto não se precisa sopesar qualquer proporcionalidade para deduzir que ainda seria, independentemente do espaço, uma barganha reduzida ante os núcleos centrais de poder, no caso do Brasil, o Judiciário e o Ministério Público.

O movimento sindical teria como ambiente natural de atuação política as ruas. O ambiente institucional naturalmente apresentaria mecanismos hostis à acomodação de um grupo político que por sua natureza, senão questionava a ordem do *status quo* em sua inteireza, sinalizava com mudanças suficientes para acarretar desconforto às estruturas constituídas.

David Harvey afirma que:

Os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não democráticas e que não prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI) [...]. Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante.⁸⁶⁰

No tocante à experiência brasileira, principalmente nos dois primeiros governos Lula, o recorte histórico e o momento político no Brasil demandavam pretensa necessidade da efetivação dos direitos sociais manejados na Constituição Federal vigente. O fato de um partido que nunca tinha ocupado a presidência da República alçar ao poder exatamente sua

⁸⁶⁰ HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. p. 80.

figura política mais proeminente, um sindicalista e ex-metalúrgico, traria até para setores da classe dominante uma certa curiosidade para saber como seria a execução do governo.

Aos sindicatos, a ânsia de se sentir de fato parte do poder político em plena democracia liberal burguesa, além do deslocamento da realidade, parecia fazer ignorar toda a situação real da correlação de forças políticas e de como a própria classe trabalhadora seria objeto dessa dominação cultural da própria burguesia. A própria relação do trabalho, na maioria das vezes, seria interpretada como uma relação de subserviência e dominação, explicitando mais do que uma luta de classes, uma normalização e aceitação do *modus operandi* da exploração.

Todo esse cenário dificultaria que o sindicalismo, em qualquer quadrante do poder político burguês, obtivesse autonomia para imprimir pautas da classe trabalhadora, sem a necessidade de uma negociação a qual terminaria por descaracterizar as pautas colidentes aos interesses da classe dominante. Os mecanismos por dentro da própria máquina do poder, por mais legitimação popular que tivessem as reivindicações da massa obreira, desidratavam pela legalidade já conhecida do Estado Democrático de Direito.

Os sindicatos estariam por dentro da mesma legalidade que, por exemplo, limitavam e restringiam atividades fundamentais para o seu avanço político como as greves. Isso explicava o porquê de compor e fazer parte de qualquer institucionalidade, o movimento sindical se descaracterizava no bojo central da sua luta. Havia uma crise identitária, pois a atividade sindical, para além de tensionar o conflito de classes na sociedade industrial, não teria uma função propriamente de ocupar aquele espaço de poder político o qual inevitavelmente lhe traria uma imposição a tirá-lo totalmente das suas características.

Não havia uma possibilidade de, em um sistema político que servia aos interesses da opressão à classe trabalhadora, conciliar e, simplesmente por um resultado eleitoral favorável a um partido identificado com as pautas trabalhistas, toda uma lógica de dominação jurídica e econômica ser abandonada por uma conciliação inexistente e impossível de se sustentar frente à democracia liberal burguesa.

Há, nessa análise de conjuntura, uma percepção do sistema político da democracia liberal burguesa ingênua ou romântica. O resultado eleitoral indicaria apenas um respaldo popular que não necessariamente estaria atrelado a condições de governabilidade e, até mais longe, pela própria classe trabalhadora, levando em consideração a tendência da captura liberal e em seguida neoliberal na sociedade industrial, talvez não se tivesse disposição de apoio em mudanças institucionais.

Tal realidade se pautava principalmente nas amarras normativas que o Estado em versão liberal revestiu o dispositivo da greve, requisito fundamental para fortalecer qualquer movimento coletivo na persuasão entre capital e trabalho, asfixiada pela institucionalidade burguesa e, por consequência, fragilizando o movimento sindical, conforme atesta Riva Sanseverino:

[...] Como foi acentuado, em conformidade com a diretiva da necessária colaboração do trabalho com o capital, e da imprescindível subordinação dos interesses de categorias aos interesses gerais da produção nacional de do Estado corporativo, a greve foi considerada como meio ilegítimo de autotutela, muito embora fosse prevista a solução jurisdicional da controvérsia coletiva, não só jurídica, mas econômica. [...].⁸⁶¹

E nesse ponto reside, de certa maneira, um dos entraves do movimento sindical, mais especificamente do caso brasileiro, a partir do final da década de 70. A predominância de pauta do sindicalismo em se atrelar a questões meramente corporativas, como reposição salarial, indubitavelmente não contribuía para que os sindicatos fossem percebidos como uma força política para além disso.

O enfrentamento à democracia liberal burguesa não poderia ser compactuado por um afrouxamento no tensionamento ou na complacência de dividir espaços institucionais com quem favorece a opressão e a restrição de direitos pela classe trabalhadora. Essa visão era compartilhada por José Oiticica:

Os espíritos cevados no regime capitalista, imbuídos, desde crianças, políticas do Estado, cegos dentro do direito, da economia política e da religião, viam e veem como fim supremo da carnificina humana a defesa dos princípios da humanidade e da civilização, a queda do militarismo e outras fórmulas tão vagas, tão imprecisas, como as demais fórmulas políticas encobridoras de ambições partidárias inconfessáveis. À escravidão antiga, sem paga em moeda, sucedeu a escravidão moderna do salário. Os salarizados, muito menos cultos, oprimidos pela autoridade, engodados pelas seitas e pelos deveres cívicos, pelo padre, pelo professor, pela imprensa, pelos políticos, se deixam persuadir, temendo o cárcere, o Demônio, a desmoralização, fanatizados pelo milagre, pelo voto, pelo direito.⁸⁶²

A característica do novo movimento sindical surgido no Brasil no final da década de 70 contribuiu fundamentalmente para os passos do sindicalismo nas décadas seguintes em todos os sentidos. Não apenas na criação do Partido dos Trabalhadores, pela principal liderança sindicalista à época, mas pela vocação de negociar com o sistema político burguês sem confrontar a ordem posta.

⁸⁶¹ SANSEVERINO, Luisa Riva. **Diritto sindacale**. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1964. p. 422.

⁸⁶² OITICICA, 1970, p. 58-59.

7.4 O governo Lula, os sindicatos: ações e omissões na burocracia do poder, um Brasil complexo e o desafio de se encontrar com o seu povo

Aqui mais do que um juízo de valor, está uma constatação que, para o bem ou mal, moldou toda uma geração de sindicalistas e definiu o modo de atuação, o que se permitiu chegar, por intermédio do PT, ao poder político do país. No entanto, o que poderia ou deveria ser visto e percebido como um acesso ao poder logo restaram evidenciadas as suas dificuldades de impor determinadas políticas em que a classe trabalhadora fosse protagonista.

O romantismo não cabe no manuseio do poder político, por isso não deveria servir como acomodação à sua simples ocupação. Não poderia haver confucionismo ou crise de identidade, pois o movimento sindical tem um propósito, o governo tem outro. A ascensão do PT, em 2003, expôs uma debilidade do sindicalismo em compreender e entender o seu papel histórico nesse processo.

E talvez por esse motivo, mais do que o sentimento de solução, restou a frustração. Embora se reconheçam avanços consideráveis no âmbito dos direitos trabalhistas e diálogo em ambiente sindical, nesses dois primeiros mandatos de Lula se faz imperioso anotar que não se evitou uma percepção hostil aos sindicatos, tendo em vista a burguesia, a classe dominante, além de controlar as instituições, suas ideias estavam intoxicadas na sociedade industrial como padrão cultural comportamental.

Pautada na negociação, a conciliação seria sempre o horizonte a ser traçado e buscado por um movimento sindical que preteria qualquer indício de radicalismo a tensionar com o sistema político. E a ingenuidade ou o romantismo talvez venha exatamente desse ponto, em não compreender que o limite seria ou estaria cada vez mais sensível atinente aos reclames de pauta, a partir do momento que o pleito eleitoral permitisse a chegada de representantes da classe trabalhadora ao poder.

Jorge Grespan analisava que:

Na sociedade burguesa comandada pela dialética do capital, de acordo com Marx, a ‘apresentação de Deus’ seria a desse ‘sujeito’ que tem de controlar suas condições de existência e de ‘eterna’ expansão. Com isso, porém, nada está ‘justificado’. Essa dialética é ‘crítica’, como vimos, por ‘incluir a negação’ no ‘entendimento positivo do existente’, isto é, porque a oposição interna a cada forma social, ao se projetar em oposição externa, não se resolve, mas gera novas oposições internas ainda mais complexas. Pois a desigualdade social entre proprietários e não proprietários dos meios de produção não pode ser superada por instituições fundadas na esfera da

circulação mercantil e, ditada pelo ‘sujeito’ capital, aparece como ‘contradição insolúvel’.⁸⁶³

O indicativo de conciliação, na verdade, aparentava para a classe dominante como uma garantia de que a ordem política vigente não seria rompida, catalisando o melhor dos cenários, pois os interesses da burguesia estariam preservados e o alardeado Estado Democrático de Direito continuaria incólume como uma construção em que de fato funcionaria.

Aliás, de todas as condições postas pelo pretenso Estado Democrático de Direito, a ascensão de representantes da classe trabalhadora ao poder político se demonstrou uma das mais eficazes maneiras de camuflar a impermeabilidade de qualquer mudança institucional que não fosse a observância dos limites estabelecidos pela classe dominante e as suas conjecturas de predominância econômica frente às evidentes necessidades de uma maior possibilidade de enfrentamento à desigualdade social.

Esse, na verdade, seria um ponto central na disputa do controle do poder político. Ao chegar ao governo, os sindicatos, mais do que pautas corporativas, estariam a debater os rumos econômicos, os quais poderiam causar uma mudança no até então estabelecido neoliberalismo. Porém, a própria conciliação como marca característica do movimento sindical, o qual ascendeu, em 2003, à presidência da República, estaria a ser o principal motivo para o neoliberalismo capturar também a narrativa no ambiente sindicalista.

A partir do momento que o movimento sindical, dentro do poder político, abriu mão da disputa do debate econômico, tudo o que poderia vir de ganho ou vantagem seria irrelevante, pois serviria apenas como penduricalho no jogo da *real politik*. Se a causa de todo o embate envolvendo a luta de classes passasse pela economia, seria, no mínimo, ilógico que o neoliberalismo não fosse importunado e o PT, servido como satélite dos sindicatos, não procurasse fazer um enfrentamento mais direto aos seus efeitos mais nefastos.

Na visão de Ellen Wood,

a globalização foi certamente marcada pela retirada do Estado das suas funções de bem-estar social e melhoria social, para muitos observadores, isso, mais do que qualquer outra coisa, criou uma impressão de declínio do Estado. Mas, apesar de todos os ataques ao Estado de bem-estar social lançados por sucessivos governos neoliberais, não se pode nem mesmo argumentar que o capital global tenha tido condições de operar sem as funções sociais executadas pelos Estados-nação desde os primeiros dias do capitalismo. Mesmo enquanto forças e movimentos operários de esquerda recuavam, quando os chamados governos social-democratas se juntaram ao assalto neoliberal, pelo menos uma rede mínima de ‘segurança’ de provisão

⁸⁶³ GRESPAN, 2019, p. 176-177.

social provou ser uma condição essencial de sucesso econômico e estabilidade social nos países capitalistas avançados.⁸⁶⁴

O efeito prático da chegada ao poder político pela classe trabalhadora restaria essencialmente limitado a um ilusionismo para um movimento sindical já adestrado às imposições neoliberais e que em nada favorecia a pauta da classe trabalhadora. Essa postura, inclusive, ajudaria a disseminar, por mais ganhos que pudessem ocorrer, a narrativa da classe dominante que aludia ao neoliberalismo o fetiche dos empreendedores de si e o culto ao individualismo, esvaziando de sentido a alegação da importância sindical.

Aliás, seria até um contrassenso conciliar ou dialogar dentro de um modelo econômico que tanto repele a atividade sindical. Em certa medida, esse comedimento em enfrentar o neoliberalismo e, por conseguinte, agudizar e questionar a democracia liberal burguesa e o próprio Estado Democrático Brasileiro contribuiu para que os efeitos do movimento sindical na ocupação de espaços institucionais de poder se colocassem limitados a pautas corporativas ou até de efeitos reais como a correção do salário mínimo, reposição salarial e etc., porém o efeito modificativo do sistema continuava a oprimir a classe trabalhadora.

Elmar Alvater analisa que:

O solapamento do Estado de Bem-estar Social é um fenômeno paralelo à erosão da soberania do Estado nacional na era da globalização. Por isso as relações fordistas, que caracterizaram durante muitas décadas o desenvolvimento do capitalismo no século XX, pertencem ao passado. Por isso novas formas de apropriação são desenvolvidas. O progresso da produtividade sob as condições do fordismo permitiu o aumento da massa de distribuição, que permitiu financiar os lucros, os aumentos salariais e o Estado de Bem-estar Social. Foi precisamente isso que assegurou a elevada estabilidade econômico-social do fordismo. A estabilidade política estava assegurada pela concorrência entre os sistemas capitalista e socialista durante o período do confronto entre os blocos, apesar dos conflitos sociais (e talvez também por causa deles). Assim, a produção de uma mais – valia (relativa) com a ajuda do aumento da produtividade do trabalho no espaço da valorização do capital, regulado pelo Estado nacional, foi um jogo de soma positiva.⁸⁶⁵

Restaria evidenciado que as lógicas duais de causa e efeito, tão explícitas em percepções dissonantes na construção de mundo, ficaram relativizadas por uma conciliação que não priorizou um objetivo maior, qual fosse adentrar no poder político burguês sem transigir das necessidades de mudanças e enfrentamentos à ordem econômica neoliberal, que inevitavelmente, quedava-se contra a emancipação da classe trabalhadora.

⁸⁶⁴ WOOD, 2015, p. 107.

⁸⁶⁵ ALVATER, 2010, p. 108.

Os sindicatos no Brasil chegavam ao governo Lula após uma redemocratização recente que atribuiu aos direitos sociais e trabalhistas um valor de norma constitucional, porém engessados e por uma ordem econômica liberal impeditiva que as práticas legais fossem colocadas como uma possibilidade real de se efetivar na prática política do cotidiano. Essa situação trazia dificuldades no convencimento da relevância da atividade sindical na garantia de direitos.

Qualquer que fosse o projeto para a classe trabalhadora nos dois primeiros governos Lula, dificilmente se teria um êxito se os desdobramentos e efeitos econômicos do neoliberalismo não fosse enfrentado. Muito do vivenciado, principalmente a partir do final da década de 70, como um avanço da ideologia do empreendedor de si mesmo e culto ao individualismo, não se poderia enfrentar em um convívio amistoso com as ideias neoliberais.

Érico Andrade aponta que:

Se o liberalismo dissolve a noção de classe, ou pelo menos guarda essa pretensão, quando imputa ao sujeito a ideia de empreendedor de si mesmo e para o qual o único empecilho ao seu crescimento é ele mesmo, o seu próprio empenho, e não mais o sistema, ele, contudo, parece instituir uma vala comum quanto aos que fracassam e não empreendem. O loser compreende uma extensão de pessoas que não são mais capazes de agirem por si, se disseminarem e estão, por conseguinte, resignadas a seguirem os outros. São pessoas que se anonimizam. Elas continuam acreditando no autocontrole, cumprem a função ideológica de propagar o ideal liberal, materializada no sistema capitalista, mas não se reconhecem como capazes de dar conta desse tipo de investimento. No limite perdem a sua própria condição de cidadão para serem a antítese do que socialmente se deseja.⁸⁶⁶

Nos dois primeiros governos Lula aconteceu exatamente isso. Sob o pretexto e a alegação de uma governabilidade, rifou-se a oportunidade de, por intermédio de um poder político legitimado pelas urnas, dotado de uma forte empatia popular, criar mecanismos de enfrentamento à ordem econômica neoliberal por meio da mobilização do povo nas ruas, em que se poderia questionar todas as verdades praticamente irrefutáveis construídas pós-declínio do Estado de Bem-Estar Social.

E nesse momento, onde estavam os sindicatos? Imbuídos de um pensamento institucionalizado em demasia, colocaram-se a pensar exatamente como governo, deixaram, em determinado momento, de ter uma real percepção do seu lugar de ação. Colocaram-se, em muitos momentos, como voz de governo, deixando de adotar uma determinada cautela que, embora se devesse reconhecer o presidente Lula como aliado político, não se podia permitir

⁸⁶⁶ ANDRADE, 2019, p. 100.

em cima desses fatos uma aliança a qual compromettesse a própria identidade e finalidade da atividade sindical.

Ao se colocar como satélite do governo Lula, os sindicatos, no seu inconsciente de atuação, estariam a aceitar uma pauta que nem sempre seria do interesse da classe trabalhadora, como a complacência e a subserviência com o neoliberalismo e os seus efeitos nefastos ao mundo do trabalho. Para o governo residia uma lógica de base de apoio, porém esse pensamento não impingia qualquer utilidade para quem deveria estar atento às pautas de interesses trabalhistas, as quais demarcavam exatamente uma luta de classes tão caracterizadora dessa sociedade industrial.

Nessa condição, em um momento histórico o qual se apresentava desfavorável à classe trabalhadora, ter o neoliberalismo como apenas um simples modelo econômico sem atribuir o devido peso que lhe era justo, por não se tratar de uma simples continuidade liberal, seria o mínimo a se esperar de uma atuação sindical responsável com os rumos da classe trabalhadora e de um papel do movimento sindical não conivente e conveniente com mero arranjo e composição política de apoio de governo.

Patrícia Trópia vai amiúde no tocante à situação sindical brasileira e aponta:

As centrais sindicais, ao assumirem a função de qualificadores, tornam eficaz o discurso neoliberal, segundo o qual o trabalhador é o responsável pelos riscos do mercado de trabalho, restando-lhe ‘pegar ou largar’ as oportunidades de qualificação ou requalificação que lhes são oferecidas, gratuitamente, pelos sindicatos. [...] [Há] o incremento de uma concepção individualista e privatista, segundo a qual os trabalhadores são investidores e empreendedores; a concepção de que o desmonte da função produtiva e social do Estado é a resolução dos problemas sociais (fim das desigualdades socioeconômicas, fim da corrupção) e econômicos (desemprego econômico).⁸⁶⁷

A ocupação de espaços de governo e a tomada do poder político teriam de ser sopesadas como questões totalmente diferentes. Essa crítica parece ter deixado a desejar ao se analisar questões conjunturais no Brasil nos dois primeiros governos Lula. Para o movimento sindical, já desgastado pela disputa ideológica desfavorável em âmbito mundial nos últimos quarenta anos, não fazer essa devida separação de objetivos custou caro à classe trabalhadora.

E quando se diz custar caro não significa deixar de reconhecer ganhos durante os dois primeiros governos Lula, no entanto qualquer vantagem dentro do neoliberalismo, por mais que possa parecer uma vitória da classe trabalhadora, na verdade, favorece mesmo à classe

⁸⁶⁷ TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário**: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 172.

dominante, pois se deixa de lutar por questões maiores e se contenta, como uma espécie de hipnose neoliberal, com conquistas pontuais que sequer permitem um maior equilíbrio na correlação de forças políticas.

Graça Druck apontava que:

Esse debate exemplifica certo estado de resignação da maior parte dos dirigentes sindicais brasileiros diante da ofensiva neoliberal, o que leva a justificar uma atuação nos limites e no interior do próprio jogo político controlado pelas forças dominantes dessa era. Se a terceirização é mais uma ‘fatalidade’ dos tempos modernos, contra a qual não se pode lutar, então a única alternativa é colocar alguns limites a essa prática, a fim de minorar os seus efeitos sobre os trabalhadores. Trata-se de uma atuação que contribui fortemente para legitimar e legalizar a terceirização, com o aval propositivo dos representantes dos trabalhadores, a exemplo do referido Projeto de Lei da Central Única dos Trabalhadores.⁸⁶⁸

Ou seja, havia uma interpretação equivocada por parte das lideranças sindicais de que as necessidades da classe trabalhadora, colocadas nas urnas pela vontade da maioria por um governo popular, apontavam um caminho seguro de que a institucionalidade poderia pesar a favor das suas reivindicações. Ledo engano. Deixou de se ponderar que essa legitimação das urnas por um governo mais progressista poderia ser um consentimento, inclusive, dos setores mais abastados da sociedade, as ditas classes médias (denominação típica da social-democracia) que cunhava ao Estado de Bem-Estar Social europeu um processo de ascensão civilizatória.

Essa condição trouxe um efeito de que, mesmo um governo de um partido alinhado aos interesses da classe trabalhadora, não necessariamente seria o interesse que permitisse posições mais despojadas de conservadorismo econômico e nos próprios costumes, muito pelo contrário. Em um país como o Brasil, a pequena burguesia utilizadora de mão de obra doméstica como uma relação normal de trabalho indicava, por essas características, que não estaria tão inclinada a romper com o *status quo* por ser perceber integrante da classe dominante.

Havia um limite concreto entre o que se poderia ousar e na prática não ultrapassar determinados limites. O modelo econômico neoliberal, inclusive, seria de bom tom para uma classe média liberal até pelo flerte com as pautas conservadoras nos costumes e que propriamente demonstrava uma acomodação em concordar com um maior equilíbrio social, porém sem fazer dessa condição uma perda do que também se poderia considerar privilégio, como seria a mão de obra de trabalho doméstico.

⁸⁶⁸ DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno do CRH**, v. 24, n. 1, 2011. p. 52.

Para Andréia Galvão,

a dificuldade de reação dos sindicatos – ainda que manifestem sua contrariedade no plano do discurso – deve-se ao fato de que a ideologia neoliberal se disseminou também entre os trabalhadores. Sindicalistas também falam em nome da flexibilização, da modernização, da busca do entendimento, da ‘parceira’, manifestando os efeitos da ideologia neoliberal. Muitos estão convencidos das vantagens de se desregulamentar o mercado de trabalho em tempos de ‘globalização’, endossando a retórica patronal, que adquire um verniz intelectualizado devido à colaboração de estudiosos identificados teoricamente ao neoliberalismo.⁸⁶⁹

O movimento sindical, ao endossar uma tese de que teria de sempre estar atento a uma correlação de forças políticas institucionais para evitar quaisquer transtornos ou melindre na governabilidade, na verdade, apenas corroborava a constatação de que se deixava de atentar para os reais interesses da classe trabalhadora e por um excesso de cautela assumia um espaço e principalmente discurso institucional o qual não lhe cabia.

Não seria papel dos movimentos sindicais se preocupar, por mais que o governo seja aliado, em garantir governabilidade, compactuando com quem apenas respeita a classe trabalhadora por uma estratégia de institucionalidade da classe dominante, pois essa questão apontava para outro grave equívoco de leitura de conjuntura. Era muito comum se ouvir que a composição seria necessária para evitar perdas maiores, quando, na verdade, esse pacto interessava mais às classes dominantes pelo fato de o neoliberalismo estar desgastado e para preservá-lo, seria interessante um apaziguamento ou uma acomodação social.

Ao experimentar a política institucional como um ambiente normal na tentativa e tratativa de se barganhar avanços nas conquistas da classe trabalhadora, o movimento sindical não apenas se deslocou, como se descolou do seu habitat natural, as ruas, e ficou refém de narrativas as quais não seriam obrigações suas sustentar. Se o governo, mesmo aliado, enfrentasse dificuldades de governabilidade nos espaços institucionais, caberia aos sindicatos aumentar a mobilização popular da classe trabalhadora e não se curvar aos ocupantes cargos políticos como se fossem liderados partidários e devessem obediência por dentro da institucionalidade.

Essa visão, inevitavelmente, acarretaria e custaria não somente uma crise de identidade ao movimento sindical como cindiria a sua base em se colocar mais próxima e vulnerável às ideias da pequena burguesia do que propriamente tomar consciência da luta de classes em uma pesada narrativa imposta pelo neoliberalismo, na tentativa de maximizar cada

⁸⁶⁹ GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 227.

vez mais os lucros para uma minoritária classe dominante asfixiar ainda mais o sindicalismo como contraponto até então à ordem hegemônica constituída pelo capitalismo na figura do modelo neoliberal.

A chegada do PT nesse momento de hegemonia neoliberal evidenciava que nas condições históricas dadas, o movimento sindical não poderia se iludir com premissas da social-democracia ainda estivessem em vigência. A análise equivocada, principalmente pelo tempo histórico dos primeiros anos de um novo século, custou uma tratativa adequada a qual deveria ser imposta ao neoliberalismo por uma concepção de luta de classes, revisionadas pelas novas necessidades de um mundo do trabalho em plenas e reais mudanças.

A derrocada da política industrial brasileira pós-década de 80, além de repercussões na cadeia produtiva econômica, rebaixando o Brasil em escalas praticamente a um país de manufatura, impossibilitou que o movimento sindical local acompanhasse as transformações do mundo do trabalho. A desindustrialização, acompanhada de uma economia rebaixada a ocupações de trabalho no setor de serviços, atividades de baixa complexidade, distanciou os sindicatos de um debate para o futuro.

O neoliberalismo pressionava cada vez mais por flexibilizações nos direitos trabalhistas e os representantes do mercado reverberavam e alinhavam o discurso:

A regulação do mercado do trabalho passou praticamente incólume pelas reformas modernizadoras da década de 1990. A regulação brasileira se encontra entre as mais rígidas do mundo e representa um dos principais focos de ineficiência de nosso sistema econômico. A regulação atual não protege o trabalhador e coíbe a alocação eficiente do fator trabalho: 60% da população ocupada trabalha no segmento informal [...] e as empresas contratam menos, investem menos e crescem menos do que poderiam. É preciso reformar a regulação do trabalho para retirar-lhe o viés que dificulta a criação de empregos de qualidade.⁸⁷⁰

E foi exatamente isso que se deu quando Lula chegou à presidência da República em 2003. Apesar da redemocratização, as duas últimas décadas que antecederam à chegada do PT ao poder foram de ressignificação total para um caminho industrial seguido desde a década de 30 do século passado no Brasil. Com isso, empregos nos ditos chãos de fábricas, berço do novo movimento sindical, esvaíram-se.

No tocante aos sindicatos, a expectativa quanto ao governo Lula seria de reversão dessa política de desindustrialização e a criação de novos postos de trabalho, embalados pela tecnologia. Porém, com a sinalização de que as diretrizes neoliberais seriam mantidas, o movimento sindical, na prática, poderia até ser ouvido e ter espaços na máquina pública,

⁸⁷⁰ CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Nota técnica n. 4**. Brasília, CNI, 2006. p. 5.

porém sem quaisquer ilusões quanto à disposição em sair do campo gravitacional de uma economia pouco receptiva às práticas sindicais.

Essas condições apontavam para um tensionamento que só iria favorecer ao neoliberalismo. Enquanto o movimento sindical, e até alguns representantes do PT, se colocavam como respeitadores das regras do jogo da democracia liberal burguesa, o neoliberalismo iria se reorganizar e de certa maneira produzir um pensamento dominante de subserviência ao panorama global da economia mundial, como se pode atestar nos dizeres da Confederação Nacional das Indústrias (CNI):

Enfrentar os desafios da economia do século XXI com os mesmos objetivos e instrumentos das décadas de [19]50 a [19]80 é um convite ao retrocesso econômico. Não dispor de estratégias, objetivos e instrumentos capazes de gerarem as ferramentas para defrontar-se com os novos desafios da economia do século XXI é perder oportunidades de ampliação do potencial de crescimento. O Brasil precisa evitar o primeiro erro e criar condições para implantar a sua visão estratégica. Nenhum país pode omitir-se diante das transformações da indústria decorrentes do processo de globalização, da competição crescente e das transformações tecnológicas.⁸⁷¹

Mais do que um simples impacto de desdobramento econômico, houve uma disseminação da cultura neoliberal em que começava a se desenvolver uma tentativa de compatibilizar interesses sociais ao neoliberalismo. Foi exatamente no governo Lula, no começo dos anos 2000, para estancar as insatisfações com os resultados neoliberal dos últimos vinte anos.

Ocorre que a tentativa de emplacar uma política econômica social neoliberal iria esbarrar na própria característica do neoliberalismo em restringir ao máximo a participação do Estado em direitos sociais. Tanto que seria exatamente a criminalização da atividade sindical uma das características mais proeminentes das ideias neoliberais, inclusive, galvanizadas na figura da própria ex-primeira-ministra, Margareth Thatcher.

Com a chegada ao poder de uma liderança identificada com as pautas de esquerda, oriunda de um partido forjado na luta sindical, o Brasil, certamente, foi utilizado como laboratório para experimentar esse neoliberalismo com preocupação e enfoque social. No entanto, esse arranjo político não seria tão simples, pois, de toda sorte, seria possibilitar, por exemplo, políticas compensatórias que favoreceriam um projeto de poder político de esquerda.

⁸⁷¹ CNI. Confederação Nacional da Indústria. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para o crescimento. Brasília, CNI, 2002. p. 29.

E de certa maneira foi o que aconteceu, com um adendo e consideração importante a serem pontuados: os sindicatos continuaram a ter uma atuação restrita e não fortalecida frente à classe trabalhadora e mobilização popular como um todo. Tanto que por mais sucesso obtido por políticas de transferência de renda nos dois primeiros governos Lula, não houve um fortalecimento da base sindical frente aos novos trabalhadores e trabalhadoras.

Celso Frederico interpretava esse fenômeno como

a pretensa ‘desideologização’ da práxis sindical, na verdade, significa uma clara aceitação da sociabilidade do mundo capitalista: os agentes sociais ficam reduzidos à condição de obstinados comerciantes que só almejam vender sua mercadoria pelo melhor preço. A obtenção de ‘resultados’ numa conjuntura recessiva, além de inviável, tem a função ideológica de manter o movimento operário entregue à dinâmica do mundo burguês sem formular um projeto político alternativo visando redimir o mundo do trabalho do fetichismo mercantil.⁸⁷²

Além disso, a própria ocupação de integrantes do movimento sindical em cargos na máquina do governo federal contribuiu ainda mais para dinamitar as relações nas ruas com a mobilização popular e atribuir os ganhos das políticas sociais a uma determinação tão somente do governo, sem qualquer ingerência das atividades gestadas, com viés reivindicatório por melhorias das condições sociais.

O social neoliberalismo no Brasil, na verdade, está muito fortemente inserido na crítica da falta de políticas emancipatórias e em uma acomodação compensatória que impossibilitou a efetivação e reestruturação da atividade sindical, mesmo em um ambiente neoliberal. Essas políticas, sem um forte componente de entendimento de luta de classes, por mais que atenuassem o sofrimento material de uma população carente, não contribuíam para se identificar que ainda existiria uma classe privilegiada.

Não haveria uma participação do movimento sindical nas pautas sociais do governo, inclusive pela determinação de políticas compensatórias se dar por instrumentos dos próprios órgãos públicos, sem praticamente atentar para uma mobilização popular em que os direitos sociais foram objetos de diálogos em gabinetes e não pelo termômetro nas ruas.

E isso demonstrava exatamente como essas políticas públicas compensatórias, como o próprio nome diz, estariam a serviço do modelo neoliberal, pois como não havia interesse do neoliberalismo e dos seus controladores em fazer uma política emancipatória, abdicavam do que realmente importava, para em períodos eleitorais se constituir uma bancada adepta do social, porém sem prescindir do neoliberalismo.

⁸⁷² FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo. Cortez, 1994. p. 73.

Segundo André Singer,

embora à classe trabalhadora interesse a redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, cuja existência deprime as condições de luta, o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade, conforme vimos, é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar.⁸⁷³

O governo, ao não acenar com mais força ao movimento sindical no concernente à intensificar o entendimento e a compreensão da luta de classes para a classe trabalhadora, restou demonstrado que a preocupação seria mais em manter as boas relações com o neoliberalismo do que propriamente derrubá-lo. Por isso, o sindicalismo estaria à margem desse modelo neoliberal preconizado e adotado nos dois primeiros governos do presidente Lula.

A simples concordância em algumas pautas reivindicatórias e espaços no governo não necessariamente significaria o fortalecimento do movimento sindical, pois não se poderia atestar tal condição em pleno conchavo com o neoliberalismo. Logo se percebeu que os dois primeiros governos de Lula teriam de fato compromisso social, porém com a preocupação de viabilizar o governo e reformar muito comedidamente o Estado.

E quando se diz comedimento não é por questão de análises vocacionadas pela má vontade, mas pelo legado deixado e percebido a duras penas nos anos seguintes em situações, como a derrubada da presidenta Dilma Roussef apenas seis anos após o término do governo Lula. As políticas sociais são indiscutíveis e inegáveis enquanto programas e projetos políticos dos governos do PT; no entanto, imaginar que o apoio popular via resultado eleitoral a esses programas, sem um enraizamento mais profundo de formação política de base, se demonstraria estratégico que comprometeria todo um bloco político compromissado em rever as estruturas fundantes do Estado brasileiro.

Por isso, o movimento sindical, na esfera de um cenário em que o neoliberalismo se constituía como hegemônico, não poderia ser colocado como uma reserva de quadros políticos para ocupar cargos justamente em um governo com pouca ou nenhuma inclinação na disposição de enfrentar a pauta neoliberal.

Na comunhão e aceitação do governo Lula para a função de síndico da já previsível massa falida das ideias neoliberais, trazer o movimento sindical por intermédio das suas

⁸⁷³ SINGER, 2012, p. 200.

lideranças para o governo, sem atentar que a vitória eleitoral do PT pouco significava para sopesar a disputa ideológica com o capitalismo financeiro, muito pelo contrário. O cuidado teria de ser exatamente para compreender que, em um mundo capturado nas últimas duas décadas pela unipolaridade norte-americana, ocupar os espaços políticos na democracia liberal burguesa na conjuntura de então exigiria uma responsabilidade de governar como se não fosse governar, ou seja, praticamente uma espécie de oposição a si próprio e para isso os sindicatos seriam fundamentais.

Ricardo Festi atenta que:

As relações de classe e seu conflito são situados num campo em que a unidade é definida pelo modelo cultural e pelo conjunto do sistema de ação histórico. São relações de conflito que se manifestam melhor por meio dos movimentos sociais responsáveis por colocar em marcha a dupla dialética das classes sociais, isto é, a luta entre adversários que defendem interesses privados, mas que também levam em conta o sistema de ação histórico. As relações de classe expressam ao mesmo tempo a abertura para a mudança social, com base nos conflitos de classe, mas também a imposição da classe dominante sobre seu adversário por meio da alienação.⁸⁷⁴

Esse tipo de esquizofrenia política seria, na verdade, um salvo-conduto fundamental para arregimentar apoio popular na fomentação de base política sólida, que não ficasse refém das variações econômicas as quais levassem a interpretar qualquer dificuldade do governo como desacerto na economia. Uma queda ou até um determinado impedimento no acesso ao consumo não poderia ser interpretado como um insucesso político e econômico, expediente tão utilizado por setores mais conservadores da sociedade a fim de deslegitimar governos progressistas.

O social neoliberalismo administrado nos dois primeiros governos Lula, apesar do sucesso eleitoral e do reconhecimento da população pela avaliação do período, demonstrava um legado frágil no tocante à organização e fortalecimento da atividade sindical. Esse fato se deu não apenas por questões atinentes à desindustrialização e característica muito peculiar da informalidade do mercado de trabalho brasileiro, mas pela influência da ideologia neoliberal de como o governo passou a tratar a política sindical.

Ricardo Antunes percebia essa perda de substância de representatividade sindical junto à classe trabalhadora e mencionava:

Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e quando mais a ‘revolução técnica’ do

⁸⁷⁴ FESTI, 2023, p. 192.

capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.⁸⁷⁵

Por mais que o movimento sindical tivesse uma forte identificação e até uma parcela considerável no êxito eleitoral da eleição de Lula, essa condição não significaria compromisso tácito em políticas de governo direcionadas ao fortalecimento do movimento sindical, pois o rumo econômico alinhado ao neoliberalismo trazia um forte condicionamento a uma pauta global em atender a um interesse de geopolítica internacional.

Esse arrefecimento da luta sindical preocupava Losoviski, que apregoava:

Os sindicatos teriam que se constituir como centros organizadores da classe proletária, manter as lutas locais e imediatas contra o capital, bem como atuar em sua organização. Deveriam, também, participar dos movimentos políticos e criar um partido para contrapor-se a todos os antigos partidos pelas classes dominantes. O movimento político da classe proletária tinha como finalidade a conquista do poder político para si. A luta econômica e a luta política tinham que ocorrer de forma simultânea.⁸⁷⁶

Diante desse cenário, importar para dentro do governo lideranças políticas sindicais, além de não resolver a carência da devida atenção às pautas do que deveria ser o sindicalismo desse início de século, atrelado a uma concepção bem mais ampla do que as reivindicações de chão de fábrica, poderia não ajudar a renovação das lideranças sindicais, por ocorrer uma impossibilidade de cobrança mais forte por parte de uma nova geração da classe trabalhadora.

Ou seja, por mais que houvesse novos nomes surgindo para levar adiante o movimento sindical brasileiro, haveria de surgir um entendimento de que a chegada ao governo em 2003, recompensa de toda uma luta de décadas, justificaria também as novas pautas que começavam a ganhar cada vez mais espaços no começo do século XXI, como questões de gênero, raciais e demais interseccionalidades.

Nancy Fraser aduzia que:

A virada em direção ao reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social. O resultado foi uma trágica ironia da história. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto redistribuição quanto conhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro – um economicismo truncado por um culturalismo truncado.⁸⁷⁷

⁸⁷⁵ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, São Paulo: Cortez, 1995. p. 148.

⁸⁷⁶ LOSOVISKI, Alexandr. **Marx e os Sindicatos**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1928. p. 13.

⁸⁷⁷ FRASER, 2007, p. 207.

E esse, de certa forma, se constituiria em um ponto extremamente sensível para o movimento sindical à época da chegada de Lula ao poder, pois quem lutou, como seria o caso do próprio presidente para ocupar o poder político brasileiro em posição de destaque, em um país fortemente marcado por uma percepção excludente e praticamente quase de castas, uma vitória e reconhecimento altamente importantes, diga-se de passagem, não percebia que apesar de todas essas conquistas, o momento histórico pediria a incorporação de novas bandeiras em um mundo do trabalho que questionava cada vez mais o próprio trabalho.

Esse seria o ponto crucial pelo qual a participação massiva no governo dificultaria essa análise de que as novas lutas não deveriam ser vistas como recompensatórias das antigas. Não se poderia achar que a chegada ao poder indicaria que tudo estaria no caminho certo e as mudanças poderiam ocorrer por dentro da própria gestão, quando, na verdade, seriam exatamente a vigilância e mobilização popular da classe trabalhadora a serem o elo das pautas atuais com movimento sindical no enfrentamento ao neoliberalismo.

Pode-se até argumentar que no período dos primeiros mandatos do governo Lula, houve considerável número de greves, porém não são apenas movimentos paredistas que devem servir como baliza para atestar a autonomia e independência dos sindicatos frente à máquina estatal, mas sim em pautas as quais envolvam debates mais complexos e sensíveis, como reformas tributárias, políticas etc.

Enquanto sindicatos, o cuidado seria exatamente em não aceitar a visão deturpada neoliberal de argumentar pelo esfacelamento e da inexistência, devido às novas conjecturas da divisão do trabalho, da luta de classes. A incidência de greves no governo Lula seria consequência de uma maior possibilidade de negociação, situação recorrente quando há uma convivência mais saudável com os valores democráticos.

Mas a participação dos sindicatos enquanto vetores da percepção de uma mudança inerente ao perfil da classe trabalhadora restou prejudicada exatamente por se acomodarem e se alocarem como instrumentos do governo, utilizando um discurso que já mais condizia com a realidade do mundo do trabalho.

Havia um hiato não percebido de que para além da classe trabalhadora transformada pelo neoliberalismo, os sindicatos foram anestesiados por um Estado de Bem-Estar social não mais vigente e uma luta de classes que exigiria novas posturas e comportamentos frente aos desafios de um mundo do trabalho que simplesmente ignorava padrões praticamente consolidados, como a subordinação.

Bresser-Pereira menciona que:

Se a revolução proletária é improvável, só podendo ganhar substância em momentos de crise muito profunda de um dado sistema capitalista, a luta de classes é um fenômeno permanente. A organização sindical é uma das formas por excelência através da qual a luta de classes se institucionaliza dentro do sistema capitalista. E a greve é o método institucionalizado através do qual os trabalhadores exercem a luta de classes. Nestes termos, quando os trabalhadores passam a reivindicar mais energicamente elevação de salários e recorrem à greve, como voltou a ocorrer no Brasil, estes serão encarados como fenômenos normais pela burguesia se ela estiver muito contaminada pelo mito revolucionário existente sobre o movimento sindical.⁸⁷⁸

Não havia uma sintonia, uma simbiose em que se visse o movimento sindical atento a quem representava. Já não eram mais as estruturas das divisões de trabalho vistas até o Estado de Bem-Estar social. O neoliberalismo, como marca de atuação, trouxe, além de questões econômicas, influências políticas as quais foram sentidas nos sindicatos e transformadas em desafios para reestruturar toda uma relação entre sindicatos e classe trabalhadora.

E um momento como esse exigiria um cuidado para que qualquer participação no governo não impedisse a atuação em mudanças muito mais profundas, as quais seriam inclusive um enfrentamento e alinhamento a uma necessidade global de compreensão dos efeitos nocivos reproduzidos. E toda uma sociedade industrial dependeria de uma compreensão de luta de classes diferente do que se até então ocorria desde a primeira Revolução Industrial.

Maria Celina D'Araújo apontava que:

No primeiro governo Lula, os sindicalistas somaram 27% do Ministério, fato inédito no Brasil. Esse número elevado, se comparado aos outros governos, e a visibilidade política que esses ministros sindicalistas acabaram tendo, contribuíram para alimentar discussões sobre as tendências sindicalistas dos governos Lula. De fato, seria de esperar que um governo do PT tivesse beneficiado com cargos sua principal base de prestígio social. Essa constatação revela coerência política. Necessariamente não é condição para um governo mais eficiente, mas é um indicador de maior incorporação dos trabalhadores ao sistema político, não apenas através do voto, mas também através de posições de mando.⁸⁷⁹

A experiência da classe trabalhadora em mais de um século de república nunca tinha sido tão real quanto na ascensão do PT ao governo. Outros personagens históricos, como o próprio Getúlio, apesar da empatia e até um certo reconhecimento da classe trabalhadora, não era um filho das mazelas sociais brasileiras. Esse fato trazia um reconhecimento para Lula que de certa forma criava uma certa inibição em cobranças mais acentuadas.

⁸⁷⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Colapso de uma Aliança de Classes: a Burguesia e a Crise do Autoritarismo Tecnoburocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 162.

⁸⁷⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Elite Dirigente do Governo Lula**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. p. 74.

Criava-se um denominador complexo, pois em um país com uma estrutura oligárquica e escravagista, tensionar com o único herdeiro das mazelas brasileiras que conseguiu ascender à presidência da República, mais do que um embaraço e desconforto, trazia uma sensação de que estaria fazendo oposição contra si próprio. No entanto, no parâmetro marxista, a luta de classes não se descaracteriza ou seu dilui pela simples ocupação política por uma liderança da classe trabalhadora, pois a democracia liberal burguesa, independentemente desse fato, patrocinada pelo neoliberalismo, servia à classe dominante.

O abrandamento nas cobranças e a acomodação nas pautas, de certa maneira, seriam uma consequência de um processo histórico em que, mesmo cientes de um panorama político-econômico totalmente capturado pelo neoliberalismo, com todas as suas condicionantes de acocho salarial para a classe trabalhadora, ajustes fiscais e retrocesso nos direitos sociais, isso seria considerado, sob o ponto de vista histórico e sociológico, um acerto. Esse acerto se daria exatamente por trazer e fazer com que o movimento sindical compreendesse como a burguesia se revestia de uma concepção de classe, ou seja, se existe uma normalização da exploração, objetivamente é um reconhecimento das condições e evidência da existência da luta de classes.

Porém, ao mesmo que a própria estrutura da democracia liberal burguesa se constituía uma reserva do mercado para a classe dominante, compartilhar o governo com um filho da classe trabalhadora seria dividir a sua norma jurídica de privilégio com o intruso. Nesse cenário de 2003, impingir um enfrentamento direto com neoliberalismo seria atrair para dentro das pautas do campo progressista uma perseguição e inviabilização do eixo central das mudanças.

Não adianta simplesmente criar ilusões ante uma sociedade industrial estruturada há quase dois séculos em proteções de normas jurídicas na construção do Estado burguês. Não seria um candidato forjado nas lutas sociais que, por estar na presidência da República, iria por esse fato anuir condições para profundas mudanças no Estado brasileiro.

Aliás, essas transformações no Estado brasileiro estariam mais para rupturas, pois o que seriam vistos como problemas estruturais, como a desigualdade, na verdade, seria o acabamento mais realista de como a classe dominante, a burguesia, pensava e percebia o ambiente público como algo seu, iria além do sentido de privado, seria uma espécie de predestinação.

Wendy Brown trazia uma análise oportuna acerca da política neoliberal e que muito se insere no caso brasileiro:

Muros e portões de casas, é claro, são os símbolos visuais mais fortes que demarcam o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, a propriedade do comum. Ao mesmo tempo, à medida que o domínio do privado se expande, ele exige cada vez mais proteção estatal por meio da lei, de forças de segurança públicas e privadas, de patrulhas de fronteira, da polícia e dos militares. Desse modo, o Estado securitário cresce junto com a privatização e é legitimado por ela.⁸⁸⁰

Sob a ótica da classe dominante, o Estado brasileiro seria um destino, mais do que uma propriedade, para seus vícios se reproduzirem nos seus filhos e uma classe serviçal, longe de qualquer atributo em que os privilégios fossem contestados, aceitaria servir de uma paisagem desigual em que tudo parecesse normal, sem qualquer incidência interferir nos rumos ou no próprio desenvolvimento do país, e tudo seria exatamente contestado por esse novo movimento sindical.

A chegada de Lula ao poder seria mais um ponto de partida. Não que um passado necessariamente seria revisto, mas a possibilidade de um futuro ser construído. Pelos caminhos atribuídos e condicionantes dadas a um governo que atraía para si o preconceito não pelo que fazia, mas pelo que representava, a classe dominante não iria compactuar com consequências no *status quo* do *establishment*.

O movimento sindical, por isso, mesmo ocupando cargos ou dentro da estrutura do governo, não seria considerado poder para quem de fato fazia parte do *establishment*, do *status quo*, de quem se considerava classe dominante. O Poder Judiciário é um exemplo. A prova disso está na própria interpretação das greves e das pesadas multas impostas em incontáveis sentenças.

O poder atenderia a um rito e não necessariamente seria compromissado com quem o estivesse oficialmente ocupando, mas sim quem de fato o exerceria. Ficou evidente o entrave em que o governo Lula se via no tocante ao movimento sindical, pois existia uma falsa compreensão entre o ocupar e exercer o poder. Muitas vezes, não se teria espaço para fazer valer qualquer narrativa política até vista como razoável, mas não se encontrava eco nos salões do “baronato” da classe dominante.

Ao movimento sindical controlar essas frustrações e sentimentos para com a base seria o que de mais difícil essa quadra histórica exigiria, pois não se poderia desmobilizar ou simplesmente não interpretar essa necessidade política pelo projeto maior, de melhorar a correlação de forças na luta de classes. E essa situação não poderia resultar em um sentimento de acomodação nas pautas e abrandamento das cobranças. Isso seria o que de fato serviria

⁸⁸⁰ BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad.: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019. p. 143-144.

para as classes dominantes, pois se teria um governo com verniz trabalhista, da classe trabalhadora, porém sem qualquer efeito concreto de mudanças profundas no *status quo* para a burguesia.

Os sindicatos, ao mesmo tempo que sentiam uma representatividade, não percebiam uma legitimidade no governo Lula para abraçar e implementar as pautas pretendidas pela classe trabalhadora. E aqui não se faz ou traz qualquer juízo de valor, mas uma inflexão necessária para se aferir o real alcance do feito eleitoral no sentido prático político para compreender os limites existentes na democracia liberal burguesa.

Para quem considerava uma suavização por parte dos movimentos sindicais o teor das frentes ao governo Lula, a falsa expectativa de como seria essa primeira experiência de um operário na presidência da República, inevitavelmente, rendeu uma possibilidade de atrair um debate mais amplo e de uma vez por todas, pela imposição da luta de classes, se fazer uma diminuição firme na desigualdade e ampliar a reverberação da classe trabalhadora na sociedade como um todo.

No entanto, logo se percebeu que se teria uma difícil aceitação por parte de quem creditou ao sufrágio à solução para um Estado que durante décadas produzia políticas de manutenção de estabilização social a qual reverberava os velhos vícios e estruturas para a manutenção de uma classe dominante reinante nos privilégios, historicamente acomodada e acostumada a fazer uso de uma força de trabalho explorada e servil.

Não adiantaria concentrar em uma eleição a solução, uma vez que o sistema político institucional, por mais que o eleitoral oportunizasse ao menos simbolicamente alguma mudança, não vislumbrava permitir exatamente porque não se tratava apenas de aspectos atinentes à sociedade industrial neoliberal, mas à própria estruturação histórica da formação do Estado brasileiro.

Inclusive, a influência escravocrata na história brasileira seria um fator determinante nas relações de trabalho perpetradas no país, mesmo após a abolição oficial que de certo modo não foi uma abolição real, permanecendo o racismo institucional e estrutural no país. Segundo Clóvis Moura,

[...] O que não se pode negar (ao concordar com isso) é que, de fato, as relações de produção determinam, no fundamental, as relações de trabalho e propriedade, as relações sociais básicas entre as classes, grupos e indivíduos, isto é, no caso em questão, as relações entre senhores e escravos. Nesse sentido, no sistema capitalista há, também, no seio da classe operária, de forma mais complexa e diferenciada, essa divisão do trabalho entre os seus membros. Não é, porém, essa diversificação que caracteriza o sistema capitalista, o modo de produção capitalista, mas aquilo que lhe é

fundamental, isto é, o trabalhador como dono de uma mercadoria (a sua força de trabalho) que é vendida ao capitalista, detentor dos meios de produção e do capital.⁸⁸¹

Embora houvesse toda a narrativa dos problemas contemporâneos como os efeitos da globalização, neoliberalismo e etc., o Brasil reportava a um passivo de formação de povo e Estado que perseguia e atravancava o seu desenvolvimento. Os ranços da classe dominante praticamente permaneceram inalterados e quase que um sistema não oficial de castas permanecia no país, limitava o acesso à dignidade.

Essa realidade apontava que os sindicatos não estariam frente a um problema inerente apenas ao neoliberalismo, mas a uma construção histórica em que os efeitos neoliberais revestiam antigos problemas em uma roupagem atual do século XXI, porém com sequelas de problemas estruturais pré-capitalistas e de uma fomentação da força de trabalho pautada na escravidão, responsável por uma mentalidade servil a qual dificultava mais ainda a conscientização da classe trabalhadora.

Todas essas nuances foram catalisadas, ruminadas e expostas com a chegada de Lula à presidência da República. O fato de se conhecer os problemas não significa necessariamente que, por uma vitória eleitoral de um sindicalista, a correlação de força política para se resolver os problemas estarão dadas. Tentam relevar como se a própria construção e estruturação do Estado não pesasse sobre todas essas condições e não impusesse um limite bem aquém do ideal para a solução.

Não adiantaria tentar relativizar a identidade escravocrata e serviçal do país, se na primeira oportunidade em que um operário chega ao poder, além do descrédito, há toda uma carga de preconceito o qual expõe como as instituições brasileiras ainda reproduzem os padrões do passado colonial e se potencializam em um neoliberalismo a atacar a novel indústria brasileira.

Aos sindicatos, principalmente pautados no novo movimento sindical, a característica de diálogo seria identificada como anuência ou concordância com uma injustiça secular de como as relações desiguais entre a classe dominante e a classe trabalhadora eram reproduzidas e até aceitas. Não havia como se ultrapassar as condições fáticas reais apenas por uma nuance ou rompante de socialismo utópico, quando a realidade depõe a favor de temas complexos, como racismo e escravidão, até então normalizados e não tão enfrentados pelo próprio movimento sindical.

⁸⁸¹ MOURA, 2019, p. 230.

O movimento sindical brasileiro, com suas singularidades, em pouco mais de setenta anos das primeiras aparições no formato que caracterizou o século XX e mais se difundiu, se via diante de um desafio até então impensado para o período histórico tão recente, que já sintonizava a classe trabalhadora logo no começo do século com uma proximidade e até, em determinados casos, como aparentam ser as peculiaridades da chegada de Lula ao poder.

Não se poderia adimplir que as necessidades sentidas pela classe trabalhadora seriam resolvidas a partir da eleição de Lula. Apenas se teria, como de fato ficou demonstrado, um representante sensível e com capacidade de diálogo para ao menos organizar as demandas mais necessárias e tentar construir para além da pacificação, uma realidade de reconhecimento da sociedade brasileira para com a importância do movimento sindical na própria caracterização de Brasil pós-década de 30, genuinamente industrial.

A condescendência com o Poder constituído, no caso o governo Lula, até pelo delicado momento histórico, pouco menos de uma década da queda do Muro de Berlim, inegavelmente atraía um clima de certa tensão em novamente revistar temas os quais pareciam superados pela própria história. No entanto, seria de escolha das lideranças sindicais confiar na condução do governo Lula e manter posturas menos combativas e conflitantes para ajustar e facilitar essas diferenças frente à necessidade de reparações históricas concernentes à classe trabalhadora.

Em um país pouco afeito a soluções que não fossem ou sejam acordadas, em plena tentativa de consolidação do Estado Democrático de Direito, o governo Lula iria investir no diálogo e em uma social-democracia, respeitada a autenticidade do caso brasileiro, por uma relação em que os sindicatos seriam ouvidos, porém sem exercer uma ingerência que pudesse cindir com a mediação proposta pelo PT e que pudesse garantir uma governabilidade para aprovar as pautas prioritárias.

Não haveria de ser uma autêntica acomodação ou abrandamento na postura sindical frente aos problemas, mas sim de uma abertura de diálogo a expor como as novas demandas do século XXI poderiam ser construídas, com o sindicalismo adotando as interseccionalidades as quais já apontavam como ele deveria ser. Se a própria construção histórica denunciava um país erigido no autoritarismo, o neoliberalismo lapidaria essa triste condição pela sua verve segregadora e individualista.

É preciso perceber não o que o resultado eleitoral significou com a vitória e ascensão de Lula às classes, mas que o país, com todos esses problemas estruturais no reconhecimento de direitos da classe trabalhadora, pudesse em um caminho próprio, sem qualquer importação

de solução de outros países, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, pelo reconhecimento e fortalecimento do papel dos sindicatos.

Qualquer tipo de preconceito ou análise preconcebida ante a dificuldade do que seria um governo de um operário dentro de um sistema político pouco afeito a dividir seu espaço de protagonismo com um operário não deve dificultar a compreensão de que o abrandamento nas cobranças e a acomodação nas pautas pelo movimento sindical deram-se mais por uma circunstância do que propriamente por uma característica.

Nesse caso, nada indicaria prejuízos futuros de mudanças de planos nessa relação, mas o certo é que estabelecer qualquer tipo de parâmetro para julgar como se deu a atuação do movimento sindical nos dois primeiros governos Lula exige que fatores históricos não sejam colocados em segundo plano no tocante aos fatos políticos do cotidiano, pois em um país como o Brasil, o passado pode mais do que explicar ser as causas do próprio presente e os caminhos os quais devem ser superados para se triunfar no futuro.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, tentou-se demonstrar no tema, “O Governo Lula e a Crise do Sindicalismo: a Busca pela Reconfiguração das Lutas Coletivas e um Novo Sentido para o Movimento Sindical”, um corte analítico profundo de qual legado se pode usufruir, criticar ou discutir, desse momento histórico de fundamentais desdobramentos na acepção jurídica, política e social do Brasil.

No âmbito do Direito Coletivo e Sindical, o governo Lula, logo nos primeiros limiares do século XXI, representou para a classe trabalhadora uma esperança no enfrentamento às consequências das políticas econômicas neoliberais. Em um momento de grave crise e afronta ao Direito Coletivo e do Trabalho, bem como ao movimento sindical, a eleição de um operário em um país latino-americano reacendia a possibilidade de revisitar aspectos de uma luta de classes adormecida.

A pesquisa em voga, amparada por um amplo zelo histórico dos fatos, buscou reconstruir os caminhos desse fértil período da vida política brasileira e analisar quais foram os legados, não podendo imaginar que ao fim do trabalho, inclusive, as curvas do destino fossem legar ao personagem central um terceiro mandato presidencial, depois de anos tumultuados e flertes autoritários a rondar a vida institucional do país.

Exatamente por esse fator, o trabalho se revestiu de um esmero e zelo ainda maiores, pois o passado poderia se tocar com o presente e dificultar análises de um período histórico determinado, qual seria entre os dois primeiros governos do presidente Lula. Nas sendas dos acontecimentos, limitar essa análise a quem voltaria para a centralidade do debate político nacional, exigiria cuidados para que não houvesse deturpações pelo que de fato foi vivenciado entre os anos de 2003 e 2010.

Com os efeitos sentidos ainda do sepultamento da experiência do socialismo real na antiga União Soviética, o século XX fechava com o neoliberalismo em franca hegemonia e dispersando suas consequências principalmente nos países tidos como periféricos, como é o caso do Brasil. Com o mundo do trabalho em cizânia, o movimento sindical sucumbia frente à ideologia do individualismo.

O governo Lula, sob o panorama da complexa institucionalidade política brasileira, ascendia sob a liderança de um partido fundamentalmente simpatizante das causas operárias, porém em um tempo estranho a essas bandeiras. Não se poderia imaginar que, em plena hegemonia neoliberal, as urnas fossem sufragar a esperança exatamente em um candidato simpatizante da narrativa vencida pelo capitalismo financeiro, o Estado de Bem-Estar Social.

Dentre todos os desafios postos, estaria o movimento sindical dependente de um acerto na composição política a qual garantisse possibilidade ao governo Lula de reverter os estragos neoliberais e colocar novamente o movimento sindical na vanguarda dos enfrentamentos necessários que o novo século exigiria.

A busca pela reconfiguração das lutas coletivas e um novo sentido para o movimento sindical passariam obrigatoriamente em tamponar a crise do sindicalismo não apenas no Brasil, diga-se, mas neste país latino-americano com requintes históricos atrelados ao escravagismo e estruturas oligárquicas das instituições, as quais traziam uma dificuldade ainda maior no restabelecimento da correlação de forças entre o capital e o trabalho e uma luta de classes a ser retomada.

Embora se tenha demonstrado limitado nas transformações e na tentativa de inibir o neoliberalismo, o governo Lula, sob uma política social exitosa, parecia também atingir e trazer para os sindicatos o protagonismo necessário para se enfrentar um momento de empoderamento do capitalismo financeiro e de recuo do mundo do trabalho, vide o capitalismo produtivo.

No entanto, as amarras institucionais de governabilidade comprometeram e terminaram por engessar políticas no âmbito do sindicalismo mais profundo e trazer um reconhecimento e um conagraçamento necessários para um setor que participou ativamente dos principais legados nos direitos trabalhistas conquistados no tumultuado século XX.

As composições políticas e um ambiente político fracionado por interesses oligárquicos terminaram por comprometer a necessária reformulação que o sindicalismo assentira e necessitara no Brasil, após as lutas sindicais erigidas no final da década de 70 do século passado terem propiciado a maquete do que seria não apenas o primeiro presidente operário do Brasil, mas o principal partido político da esquerda brasileira e da América Latina, o Partido dos Trabalhadores.

Nessa toada, far-se-ia por fundamental, para superar a crise do sindicalismo propiciada principalmente pelo fortalecimento das ideias neoliberais, uma nova condução das lutas coletivas que não se submetesse a caprichos da institucionalidade e não se colocasse, com muito cuidado, refratário a uma característica desses tempos, os movimentos sociais e novas formas de organização da sociedade civil.

Para isso, uma análise da interseccionalidade seria imprescindível para, inclusive, atuar dentro de condições típicas do movimento sindical, como o machismo e a pouca renovação dos quadros, pois se o mercado de trabalho se renova, as lideranças sindicais também assim teriam de fazê-lo.

Nesse sentido, condição premissa se faz analisar o período dos dois primeiros governos Lula como o guardião de uma nova percepção em que as pautas livres das ruas também teriam de ser absorvidas pelos sindicatos para, mais do que uma categoria, se inserirem na sociedade. No início do século XXI, o chão de fábrica já não era o endereço das pautas sindicais.

Para além do que se reivindica, está para quem se luta e o que se sente. Não bastaria trazer velhas fórmulas em um mundo que apresentava e necessitava de novas iniciativas de representatividade, seja pelas consequências individualistas do neoliberalismo, seja pelas novas conjurações de um ambiente de trabalho a ter uma dinâmica que não a conhecida e consolidada na sociedade industrial do século XX.

Além disso, há como necessidade fundamental comentar que as próprias condições dos dois primeiros governos Lula já o colocam como consequência de uma crise, pois a sua própria governabilidade o afastava de compromissos os quais seriam de forte identidade com a classe trabalhadora e de quem esperaria empatia com essas pautas. No entanto, o governo Lula, ao optar, por conveniência ou por necessidade, por gerir o neoliberalismo, trouxe uma crise de identidade a qual iria reverberar, inclusive, para além do período dos seus dois primeiros governos.

Assim, a reconfiguração das lutas coletivas, senão algo estanque ao se tentar ultrapassar o neoliberalismo, seria algo contínuo para evitar que o capitalismo sempre colocasse a classe trabalhadora a serviço do lucro, mais-valia. Para evitar tal destino, o sindicalismo, o movimento sindical, não seria apenas uma composição ideológica de lado na luta de classes, mas uma necessidade premente de uma sociedade que optou por construir a tentativa sempre ingrata: a pacificação subserviente entre exploração e explorado.

Por isso, governos que carreguem responsabilidades não apenas por trajetórias de ideias, mas por construções de destinos na prática, serão sempre responsáveis nos três tempos verbais não apenas pelas lutas que escolheram, mas pelo modo como escolheram lutar. E, nesse caso, em um país com premissas e crises ainda hoje emuladas por deletérios sintomas, como a escravidão latente e não dormente, as composições institucionais não podem atravancar processos quase que revolucionários, motivados pelas necessidades sociais, históricas e políticas as quais esperam e garantem compreensões incompreendidas do que se espera de um movimento sindical para além de pautas corporativas, contemplativas, com a finalidade real de transformar a realidade sofrida da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, José Adelmy da Silva. **Fundamentos teórico-dogmáticos do princípio da proteção social**: a busca de sua efetivação a partir da economia social e solidária, de uma renda universal garantida e das teorias dos movimentos sociais. Belo Horizonte: RTM, 2018.
- ACIOLI, José Adelmy da Silva. A Ofensiva do Constitucionalismo Antidemocrático e seu Impacto nas Relações Individuais e Coletivas de Trabalho. *In: Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica*: homenagem ao professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (coord). São Paulo: LTr, 2020. p. 123-130. v. 1.
- ACKERMAN, Bruce. **Constituições revolucionárias**: liderança carismática e Estado de Direito. Trad.: Pedro Davoglio. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- ADAS, Michael. **Machines as Measure of Men**: Science, Technology and Ideologies of Westerns Dominance. Ithaca. Connell University Press, 1989.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad: Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo. Ed. Unesp, 2019. (Coleção Adorno).
- ADORNO, Theodor W. Progresso. Trad.: Gabriel Cohn. **Lua Nova**, São Paulo, n. 27, dez. 1992.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad.: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).
- AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Tradução: Maria Celina Whately. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- ALBUQUERQUE, Diego Nieto. **A greve e os novos movimentos sociais na crise do sistema capitalista**: abrindo caminhos para uma economia moral. Belo Horizonte: RTM, 2019.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Trad.: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312. ISBN: 978-85-99662-63-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Liz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro - Editora Jandaíra, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ALVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Trad.: Peter Naumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ANDERSON, Perry. **As antinomias e Gramsci, em Afinidades seletivas**. Trad.: Juarez Guimarães e Feliz Sanchez. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Érico. **Sobre losers**: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo. Curitiba: CRV, 2019.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. São Paulo: LTr, 2014.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do trabalho e pós-modernidade**: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTR, 2005.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O Direito do Trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. Princípios de Direito do trabalho: fundamentos teóricos-filosóficos. São Paulo: LTR, 2008.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Teoria Geral do Direito do Trabalho**: explicações científicas do método dialético-discursivo e da crítica filosófica da modernidade. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de Andrade; LIRA, Fernanda Barreto; D'ÂNGELO, Isabele Bandeira de Moraes. A História da Formação Operária e do Sindicalismo Brasileiro: Da Experiência Anarquista ao Sindicalismo Pós Constituinte; Dos Novos Movimentos Sociais às Teorias dos Movimentos Sociais. **Revista do Direito do Trabalho**. RDT, 163, p. 73-104, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Escravidão e Trabalho “Livre” no Nordeste Açucareiro**. Recife: ASA, 1985.

ANDRÉS, Roberto. **As razões dos centavos**: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ANSART, Pierre. **Marx et l'anarchisme**. Paris: PUF, 1969.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre a metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. “Trade Unions, Social Conflict, and the Political Left in Present – Day Brazil”. In: **The New Latin American Left: Cracks in the Empire**, edited by Jeffery R. Webber and Barry Carr. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

ARAÚJO, André. **Moeda & Prosperidade: o impasse do crescimento na política de estabilização**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

ARAÚJO, Victor Leonardo; GENTIL, Denise Lobato. O Segundo Governo FHC: Consolidação e Crise do Projeto Neoliberal. In: ARAÚJO, Leonardo Victor; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (orgs). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021a. cap. 15. p. 448-468.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; GENTIL, Denise Lobato. O Primeiro Governo FHC (1995 – 1998): O Neoliberalismo Escancarado. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto de (org.). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021b. p. 424-447.

ARAÚJO, Victor Leonardo. A Macroeconomia do Governo Médici (1969-1974): Uma Contribuição ao Debate Sobre as Causas do “Milagre” Econômico. In: ARAÚJO, Leonardo Victor; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (orgs). **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021. cap. 09. p. 289-310.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (orgs). A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma. In: BASTOS, Carlos Pinkusfeld; COSTA, Pedro de Vasconcellos. **O Período JK e o Plano de Metas**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021a. p. 183-220.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs). A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma. In: BASTOS, Carlos Pinkusfeld; FERRAZ, Fernando. **A Economia Brasileira na Primeira Metade dos anos 1990: Inflação, Mudança Estrutural e Estabilização**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021b. p. 387-423.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

A TESE de “Santo André-Lins”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

ATKINSON, Will. Beck, individualization and the death of class: a critique. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 58, n. 3, p. 349-366, 2007.

ATRIA, Ferdinando. “Living under dead ideas: law as the will of the people”. In: DEL MAR, Maksymilian; MICHELON, Claudio (Coord.). **The Anxiety of the Jurist**. Londres: Routledge, 2013.

AUBREY, Bob. **L’enterprise de soi**. Paris: Flammarion, 2000.

BAHIA, Lúgia; SCHEFFER, Mário. **Planos e seguros de saúde: o que todos devem saber sobre a assistência médica suplementar no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BAKUNIN, Mikhail. **Essência da Religião/O Patriotismo**. São Paulo: Imaginário, 2009a.

BAKUNIN, Mikhail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003a.

BAKUNIN, Mikhail. “**Status Secrets de l’Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste**”. Variante. CD – ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos Escolhidos**. Trad.: Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BALIBAR, Étienne. From class struggle to classless struggle? *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN. **Race, nation, class: ambiguous identities**. Trad.: Chris Turner. Londres: Verso, 1991.

BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Trad: Ivo Martinzazzo. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e quilombolas em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 1972.

BARRETO, André. **Advocacia, trabalho e classe social: uma crítica do trabalho livre/subordinado nas firmas jurídicas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 42.

BARRETO, André. Para seguir “mantendo o povo na linha”: acumulação de riquezas, desigualdade e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (UFPE)**, Recife, v. 92, n. 2, p. 96-113, 2020.

BARRETO, Vicente de Paulo. **O Fetiche dos Direitos Humanos e outros temas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; OLIVEIRA, Bruno Rodas. Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista – A contribuição de Carlos Lessa ao ensino de Economia no Brasil. *In*: LESSA, Carlos. **O passado e o futuro do Brasil**. 1. ed. Brasília: ABED: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023. p.165-188.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à Condição Operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad.: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad.: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Trad.: André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo:** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. Trad.: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BECK, Ulrich. Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalization world. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 58, n. 4, p. 679-705, 2007.

BECK, Ulrich. Why 'class' is too soft a category to capture the explosiveness of social inequality at the beginning of the Twenty-first century. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 64, n. 1, p. 63-74, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público:** valor e política social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; CAIXETA, Nathan. **Crônicas antieconômicas.** 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Dinheiro:** o poder da abstração real. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** São Paulo: Contracorrente, 2017.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **A escassez na abundância capitalista.** São Paulo: Contracorrente, 2019.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História.** Tradução: João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BENSAID, Daniel. **Marx o intempestivo:** grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores:** tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978- 1980). 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991

BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ, João; AGUIAR, Renan (coords). Utopias para reconstruir o Brasil. In: MASCARO, Alysson Mascaro. **Tese sobre desenvolvimento e capitalismo.** São Paulo: Quartier Latin, 2020. p. 39-50.

BERKMAN, Alexander. **What is Anarchism?** Oakland: AK Press. 2003 AK Press, 2003.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa:** o movimento operário europeu em crise. Trad.: Wanda Caldeira Brant. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BLOCH, Ernst. **Natural law and human dignity.** Cambridge: MIT Press, 1986.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Trad.: Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Lisboa: Quetzal, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas, CUT, Unicamp, ano 9, n. 1, p. 26-33, 2002.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BOLTANSKI, Lue; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2009.

BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean *et al.* (Orgs.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris, Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual y Proyecto Creador. In: POUILLON, Jean. **Problemas del Estructuralismo**. México: Siglo XXI, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad.: Daniela Kern; Guilherme J.F.Teixeira. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. La Représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 36-37, 1981.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAGA, Ruy. Os sindicatos e o governo Lula. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-sindicatos-e-o-governo-lula/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 out. 2022.

BRASIL. **Resolução política do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)**. Brasília (DF), 4 de setembro de 2011. Acervo: CSBH/FPA. https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/RESOLUCAO_POLITICA4CONGRESSO-versao_final_2.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **PROUNI**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas#o-prouni>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Trad: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, Acumulação e Crise**: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminado. 2. ed. São Paulo: Cambury, 2018a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo- desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Colapso de uma Aliança de Classes**: a Burguesia e a Crise do Autoritarismo Tecnoburocrático. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BROWN, Wendy. **Edgework**: critical essays on knowledge and politics. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BROWN, Wendy. “Resisting Left Melancholy”. **Boundary 2**, v.26, n.3, 1999.

BROWN, Wendy. **Les habits neufs de la politique mondiale**. Neolibéralisme et néoconservatisme. Paris, Les Prairies ordinaires, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad.: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. Trad.: Ercilene Vita. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BRUNHOFF, Suzanne de. A Instabilidade Monetária Internacional. In: CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 69-84.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **La grande scacchiera** (O grande tabuleiro de xadrez). Edição original: 1997. Milão: Longanesi, 1998.

BUKHARIN, Nicolai. The Economics of the Transition Period. In: **The Politics and Economics of the Transition Period**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel and Haiti. **Critical**, v. 26, p. 821-866, 2000.

CAIXETA, Nathan. As Possibilidades Econômicas de Lula e as Consequências Econômicas de Bolsonaro. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; CAIXETA, Nathan. **Crônicas antieconômicas**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. cap. XIV. p. 1569-1761.

CALHOUN, John. **Union and Liberty**. Org. R. M. Lence. Indianapolis: Liberty Classics, 1992.

CANT, Callum. **Delivery Fight!** A luta contra os padrões sem rosto. Trad.: Alexandre Boide, prefácio de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2021.

CAPPELLETTI, Angel. **La Ideologia Anarquista**. Buenos Aires: Araucária, 2006.

CAPRA, Fritjof. **A Revolução Ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. Trad.: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. Trad: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio sociológico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARMO, Júlio Bernardo do. “Liberdade sindical e diálogo social”. **Rev. Trib. Reg. Trab.** 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 58, n. 89, jan./jun. 2014.

CARVALHO, Laura. **Curto-Circuito, o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020.

CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático, Neo Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis**. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad: Iraci D. Poleti. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTEL, Robert. De la protection sociale comme droit. In: CASTEL, Robert; DUVOUX, Nicolas (orgs.). **L’avenir de la solidarité**. Paris: PUF, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad.: Arlete Caetano. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e sequela**: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização. São Paulo: LTr, 1997.

CAVA, Bruno. **Quando Deleuze encontra Marx**. Resenha online. Disponível em: outraspalavras.net/posts/quando-deleuze-encontra-marx/ 2011. Acesso em: 01 mar. 2023.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (orgs.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 18-28.

CHAUI, Marilena. **Brasil**: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 6ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. 9.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

CHRISTODOULIDIS, Emílios. **Constitucionalismo político e a ameaça do “mercado total”**. Trad.: Pedro Canário. São Paulo, SP: Contracorrente, 2019.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Nota técnica n. 4**. Brasília, CNI, 2006.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para o crescimento. Brasília, CNI, 2002.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros**. 2018. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a18da313c6fdb6f364789672b64fcef_c948e694435a52768cbc00bd a11979a3.pdf Acesso em: 17 jun. 2023.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Cenários**: reflexão, pesquisa e realidade. 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/20180622_CEN%C3%81RIOS_DE_G%C3%81NERO_v.FINAL_2.pdf Acesso em: 16 jun. 2023.

COHEN, Stephen. **Failed Crusade**: América and the Tragedy of Post – Communist Russia, Nova Iorque e Londres, W.W. Norton, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017.

CONILL, Jesús. Neuroeconomia. In: CORTINA, Adela (coord). **Guía Comares de neurofilosofia práctica**. Granada: Comares, 2012. p. 39-64.

CONSTANT, Benjamin. Principes de politique. In: **Cours de politique constitutionnelle**. Principi di Política, a cura di U. Cerroni. Roma, Editori Riuniti, 1970.

CONSTANT, Benjamin. “De la liberté des ancients comparée à celle des modernes” (1819), em De la liberté chez les modernes. Ecrits politiques (org.M.Gauchet, Paris, Hachett, 1980), p. 511-512 [ed.it.: Principi di politica, org. Umberto Cerroni, 2.ed.Roma, Editora Riuniti, 1970.

CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparadas à dos modernos**. Trad.: Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2019.

CORRÊA, Felipe. **Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo, Faísca, 2011.

CORRÊA, Felipe Pedro. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2012.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução: Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CORTINA, Adela (coord). “La responsabilidade ética de la sociedade civil”. **Meditarráneo Económico**, n. 26, 2014.

COSENTINO, Carlo. **Direito do Trabalho, Tecnologias da Informação e da Comunicação: impactos nas relações individuais, sindicais e internacionais de trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2018.

COSTA, André Felipe de Lima; ZAIDAN FILHO, Michel. A Revolução 4.0 e os Impactos na Dinâmica das Relações de Trabalho do Brasil e da China. **Journal of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**, v. 26, n. 4, abr. 2021. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.26-Issue4/Series-6/D2604062638.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Ariston Flávio Freitas da. **Anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro: o resgate do anarcossindicalismo e as tendências contemporâneas**. 2016. Dissertação de (Mestrado em Direito) - Recife. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Revista, Direito e Democracia**, v. 1, p. 163-176, 2000.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. A Terceirização é o Gatilho Neoliberal Impiedoso Contra a Classe Trabalhadora: Mata, Mutila Corpos Humanos e Dilacera a Organização Coletiva Obreira. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvania Ângela (org.). **O Averso do Trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 163-193.

COUTINHO, Luís Pereira. **Teoria dos Regimes Políticos**. Lisboa: AAFDL, 2015.

CUEVA, Agustin. **A Teoria marxista: Categorias de base e problemas atuais**. Trad.: Fernando Savella. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2012.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **A Elite Dirigente do Governo Lula**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARWIN, Charles. **A Origem do homem e a seleção sexual**. São Paulo: Hermus Livraria Editora, 1974.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Ed. UNB, 2016.

DEAN, Jody. "Communist Desire". In: ZIZEK, Slavoj (org.). **The Idea of Communism**. London/New York: Verso, 2013. v. 2.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v.14, n.3, p.30, set./dez. 2004.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DE LA CUEVA, Mario. **Derecho mexicano del trabajo**. T.II, 10. ed. México: Porruá, 1967.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.

DE SANCTIS, Francesco. **Mazzini e la scuola democrática**. Turim: Einaudi, 1951.

DIELO TRUDA. [MAKHNO, Nestor; ARSHINOV, Piotr, METT, Ida; VALEVSKY, LINSKY]. "A Plataforma Organizacional". In: MAKHNO, Nestor. **Anarquia e Organização**. São Paulo: Luta Libertária, 2001. p. 39.

DOCUMENTO "Socialismo", publicado no 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), São Bernardo do Campo (SP), 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. Acervo: CSBH/FPA. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-adendo.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2023.

DOOB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**: a Nova Arquitetura do Poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

DRUCK, Graça. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil. **Revista Margem Esquerda** – ensaios marxistas, Boitempo editorial, v. 18, p. 37-41, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno do CRH**, v.24, n.1, 2011.

DUGUIT, Léon. **Souveraineté et liberté**. Imprensa: Paris, F.Alcan, 1922.

DUPAS, Gilberto. "O mito do progresso". **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 77, mar. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Socialismo**. Trad.: Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

DUVERGER, Maurice. **Os Grandes Sistemas Políticos**. Coimbra: Almedina, 1985.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Tradução: Marcus Orione. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDELMAN, Murra. **The Symbolic Uses of Politics**. Urbana/Chicago/Londres: University of Illinois Press, 1967.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetária internacional**. Trad: Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ENCKELL, Marianne. **La Fédération Jurassienne: les origenes de l'anarchisme em Suisse**. Saint – Imier: Canevas, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Lisboa: Presença, s/d.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad.: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. “Progresso da reforma social no continente”. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, UFJF, v. 20, n. 2, p. 643-660, jul./dez. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad: B.A.Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; BEBEL, August; KALER, Emil; LASSALLE, Ferdinand; LAFARGUE, Paul; SCHWEITZER, Johann Baptist von; WALFF, W., DIETZGEN, Josef. MARX, Karl. BERNSTEIN, Eduard. LIEBKNECHT, Wilhelm. **Sozialdemokratische Bibliothek: Karl Marx vor den Kolner Geschworenen**. Berlin: Verlag, 1985.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Trad. Livia Contrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

ESTEVEZ, Juliana Teixeira. **O direito da seguridade social e da previdência social – a renda universal garantida, a taxação dos fluxos financeiros internacionais e a nova proteção social**. Recife: Editora UFPE, 2015.

EVANS, Peter. National Labor Movements and Transnational Connections: Global Labor's Evolving Architecture under Neoliberalismo. **Global Labour Journal**, v.5, n.3, p. 258-282, set. 2014.

FAERMAN, Marcos. Um olhar sobre a América Latina. **Jornal Versus**. Disponível em: <http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker – fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o Mundo**: Feminismo e a Política dos Comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FEITOSA, Enoque. **Direito e Humanismo no Jovem Marx**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editoria; São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. Democracia e Socialismo. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 3, p. 1-6, 1996.

FERNANDES, Luís. **A revolução bipolar**: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio. Anita Garibaldi, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**. Teoria del garantismo penale. ottava edizione. Laterza: Roma – Bari, 2004.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes Selvagens**: a crise da democracia italiana. Tradução de Alexander Araujo de Souza. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERRANTE, Vera Lúcia B. **FGTS**: ideologia e repressão. São Paulo: Ática, 1978.

FESTI, Ricardo. **As origens da sociologia do trabalho**: percursos cruzados entre Brasil e França. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Trad.: Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução: Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo: Unicamp, 1997.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FOSTER, John Bellamy. A teoria de Marx sobre a fissura metabólica: Fundamentos clássicos da sociologia ambiental. **Revista Americana de Sociologia**, v. 105, n. 2, p. 366-340, 1999.

FRANÇA, Teones. **Novo Sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2014.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15. n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo. Cortez, 1994.

FREI BETTO. Meu fio de esperança. **Correio da Cidadania**. 2016.
<https://www.correiodacidade.com.br/colunistas/frei-betto/11701-30-05-2016-meu-fio-de-esperanca>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa – Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FROTA, Francisco Luciano de Azevedo. Trabalhadores do mundo, Uni-vos! *In*: ALVARENGA, Ana Paula *et al.* **Trabalho Além da Barbárie**. 1. ed. Campinas: Lacier, 2022.

FUENTES, Carlos. **Os anos com Laura Díaz**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GADELHA, Regina Maria A. F. Política Desenvolvimentista e Retrocesso Estrutural: Origens do Atraso. *In*: LACERDA, Antonio Corrêa (org). **Reindustrialização**: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022. p. 99-133.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3.ed. Paz e Terra: São Paulo, 1974.

GALA, Paulo. **Complexidade Econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. Tradução: Ênio Matheus Guazzelli & Cia. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GALLINO, Luciano. **Il copo di Stato di banche e governi. L'attacco alla democrazia in Europa** (O golpe de Estado de bancos e governos. O ataque à democracia na Europa). Torino: Einaudi, 2013.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. 8ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

GARCÍA DELGADO, José Luis; TRIGUERO, Ángela; JIMÉNEZ, Juan Carlos. “Emprendedor social como punto de encuentro entre el tercer sector y la sociedade civil”. **Mediterráneo Económico**, n. 26. p. 275-290, 2014.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Ideia e Letras, 2009.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. À Procura da Igualdade: Dez Anos de Política Educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 423-441.

GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christophe. Évaluation du travail et reconnaissance. **Nouvelle revue de psychosociologie**, Paris, n. 8, p. 27-36, 2009.

GERSCHENKEON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórico e outros ensaios**. Organização Cesar Benjamin. Trad.: Vera Ribeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GERSHENKRON, Alexandre. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaio**. Cesar Benjamim (org.). Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. Uma revisão sobre economia circular: a transição esperada para uma interação equilibrada dos sistemas ambientais e econômicos. **J. Limpeza. Prod.**, v. 114, p. 11-32, 2016.
<https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2015.09.007>.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GILROY, Paul. **There Ain't No Black in the Union Jack**. London: Hutchinson, 1987.

GOES, Severino. Moro é suspeito para julgar Lula, decide Supremo Tribunal Federal por 7 votos a 4. **Consultor Jurídico**, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-23/moro-suspeito-julgar-lula-decide-stf-votos>. Acesso em: 9 out. 2022.

GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo, A Sociedade, e O Estado**. Trad.: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998.

GORZ, André. **Ecologia como política**. Boston: South End Press, 1980.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GORZ, André. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **The Formation of intellectuals**: The Modern Prince and Other Writings. Londres: Lawrence and Wishart, 1957.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Caderno 13), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, t. 4. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **The Formation of Intellectuals**: The Modern Prince and Other Writings. Londres, Lawrence and Wishart, 1957.

GRANDJONC, Jacques. **Communisme/Kommunismus, Communism**: orogine et développement international de la terminologie communautaire prémarxiste des utopistes aux néobabouvistes 1785 – 1842. Trier, Karl – Marx – Haus, 1989. v. 2.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GROSSMAN, Gregory. Subverted Sovereignty: Historical Role of the Soviet Underground. In: COHEN, Stephen S. *et al.* (eds.). **The tunnel at the end of the light**. Berkeley: University of California, 1988.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o Trabalho**. Lisboa: Atígona, 2003.

GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo**: da doutrina à ação. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

GUEVARA, Ernesto. **Scritti, discorsi e diari di guerriglia**: 1959 – 1967. Org. L. Gonzalez. Turim: Einaudi, 1969.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma**: o PT e a tradição socialista. Campinas, IFCH/Unicamp, 1990.

HABERMAS, Jürgen. A nova transparência: a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.18, p.113-114, set. 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Trad.: Lucia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HADDAD, Fernando. **O terceiro excluído**: Contribuição para uma antropologia dialética. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Trad.: Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o Capital do século XXI. Tradução: Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**. Tradução para o espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão da História**. Trad: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Trad: Paulo Meneses. 9. ed. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Edusf, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad.: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HENRIQUE, Artur. Um Olhar dos Trabalhadores: Um Balanço Positivo, uma Disputa Cotidiana e Muitos Desafios pela Frente. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 503-538.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Trad.: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILGENDORF, Eric. **Die Renaissance der Rechtstheorie zwischen 1965 und 1985**. Würzburg: Ergon – Verl, 2005.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Trad.: Luciano Cavini Martorano. 1. ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). **Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870 – 1940**. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

HIRSCHMAN, Albert O. **A economia como ciência moral e política**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad.: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2015.

HOBBSAWM, Eric. “The Example of the English Middle Class”. In: KOCKA, Jürgen; MITCHELL, Allen. (Orgs). **Bourgeois Society in Ninettnth**. Century Europe: Oxford Press, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSON, John Atkinson. **Imperliasm: a study**. University of Michingan Press, 1985.

HOBSON, John Atkinson. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril, 1993. (Coleção Os pensadores)

HOBBSAWM, Eric. **Mundo do Trabalho**. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HO-FUNG, Hung. “**Orientalist Knowledge and Social Theories: China and European Conceptions of East – West Differences from 1600 to 1900**”. Ithaca: Connell University, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Trad.: Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. Trad: Sobottka e Saavedra, Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-47, jan./abr. 2008.

HOROWITZ, Irving. **Los Anarquistas**. La Teoria. Madri: Alianza, 1982. v. I.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real**. Trad.: Murillo van der Lann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

HUMPHREY, John. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.

HUSSON, Michel. **Productivité, emploi et structures de l’appareil productif: une comparaison Internationale**. Nois-le-Grand: Ires, 1996.

IANAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BSCHET-TI *et al.* (orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octávio. **Escravidão e capitalismo**. México: Sigo XXI, 1976.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JESSEN, Jens von. Unterwegs zur plutokratie (Rumo à plutocracia). **Die Ziet**, 1º set. 2011.

JESSOP, Bob; POULANTZAS, Nicos. **Marxist theory and political strategy**. Macmillan, 1985.

JOLL, James. **Anarquistas e Anarquismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

KASHIURA JR., Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões. Dobra Universitário, 2014.

KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da Igualdade Jurídica**. Contribuição ao Pensamento Jurídico Marxista. Quartier Latin do Brasil, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KAUTSKY, Karl. Accumulation and imperialism. *In: Selected political writings*. Londres: Mcmillan Press, 1983.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialismo Traído por Trás do Colapso da União Soviética**. Trad.: Gabriel Landi Fazzio; ARANDA, Giovana. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

KEHL, Maria Rita. **Tempo Esquisito**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

KELSEN, Hans. **A Teoria Comunista do Direito**. Trad.: Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

KELSEN, Hans. **Sociedade e natureza**: uma investigação sociológica. Trad.: Pedro Davoglio. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022.

KERN, Horst; SCHUMANN, Michael. **Ende der Arbeitsteilung?** Munique, 1984.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KEYNES, John Maynard; MOGGRIDGE, Donald. “The Economic Consequences of the Peace”. *In: MOGGRIDGE, Donald (Org). The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Londres: Macmillan, 1971. v. II. p. 7-12.

KEYNES, John Maynard; MOGGRIDGE, Donald. “Essays in Persuasion”. *In: MOOGGRIDGE, Donald (Org.). The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Londres: Macmillan, 1972. v. IX.

KITTAY, Eva F. **Love’s labor**: essas on women, equality and dependency. Nova York: Routledge, 1999.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; SANTOS, Anselmo Luis dos. **“A recente política de valorização do salário mínimo no Brasil”**. Texto no prelo, nov.de 2015.

KROPOTKIN, Piotr. Anarchist Communism: its basis principles. In: **Kropotkin's Revolutionary Pamphlets**. Whitefish: Kessinger, 2005a. p. 46.

KROPOTKIN, Peter Alexeyevich. **Biblioteca Anarquista, textos escolhidos**. Trad.: Maurício Tragtenberg. São Paulo: LPM Editores, 1987.

KROPOTKIN, Piotr. A Decomposição dos Estados. In: **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Polis, 2005b.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo/de caserna à crise da economia mundial. Trad.: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: um canto de despedida da economia de mercado. Eichborn Verlag. Trad.: Boaventura Antunes e André Villar Gomez. Frankfurt: Eichorn Verlag, 2009.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução: Manuel João Gomes, Lisboa, Antígona, 1997.

LACÊRDA, Antonio Corrêa de *et al.* O mito da austeridade. In: FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **Políticas Sociais Frente à Austeridade Econômica Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2019. p. 1213-1681.

LACOUR-GAYET, Jaques (dir.). **História Del Comércio**. Tradução para o espanhol. Barcelona: Vergara, 1958. 3 v.

LACROIX, Jean. **Marxismo, Existencialismo, Personalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LACROIX, Jean. **Marxismo, Existencialismo, Personalismo, presença da eternidade no tempo**. Trad.: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

LAPYDA, Ilan. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. 1. ed. São Paulo, SP: CEFA Editorial, 2023.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad.: Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. 1. ed. São Paulo: N-1 edições.org, 2019.

LE BON, Gustave. **A Psychologia Política**. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, Paulo Moreira. **A Outra História do Mensalão**: As Contradições de um Julgamento Político. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LEMGRUBER, Julita; RIBEIRO, Ludmila (Coords). **Ministério Público**: Guardião da Democracia? Centro de Estudos de Segurança Pública e Cidadania (CESec). Universidade

Cândido Mendes, julho de 2016. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC_MinisterioPublico_Web.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

LÊNIN, Vladimir. Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo. Versão Digital. Montecristo, 2022.

LENIN, Vladimir Ilyich. “Una Gran Iniciativa”. In: **Obras escogidas**. Moscou: Progreso, s.d. Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia. Moscou: Edições Progreso, 1984. (1. ed. 1975) em Obras completas (Moscou, Progreso, 1966, v. 31).

LENIN, Vladimir Ilyich. **Opere complete**. Roma: Editori Riuniti, 1955-1970. v. 5.

LENIN, Vladimir Ilyich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante!, 1979. v. I.

LÉNINE, Vladimir Ilyich. O Estado e a Revolução. In: Lénine, V.I. **Obras escolhidas em três tomos**, t.2, Moscou/Lisboa: Progreso/”Avante!”, 1981.

LEROY, Maxime. La **Coutume ouvrière**: syndicats, bourses, fédérations professionnelles, coopératives, doctrines et institutions. Paris: CNT – RP, 2007 [2013]. 2 v.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** Crítica da Teoria Imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad.: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LIAZIBRA, Luiz Felipe. Especial: 10 anos depois da PEC, domésticas têm reconhecimento mas novos desafios se apresentam. **Rádiosenado**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, Cláudia Henschel de; ALVES JUNIOR, Antonio José. A Terapia de Choque e a Nova Onda Neoliberal no Brasil. In: BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ; Aguiar, Renan (Coords.) **Utopias para Reconstruir o Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2020. p.85-104.

LINHART, Robert. **Greve na Fábrica**. Trad: Miguel Arraes, Lydia H. Caldas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LIPIETZ, Alain. **Mirages and Miracles**. Londres, 1987.

LIPPMANN, Walter. **La cité libre**. Trad.: Georges Blumberg. Paris: Librairie de Médicis, 1938.

LIPOVETSKY, Gilles. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista. Trad: Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIRA, Fernanda Barreto. **Meio ambiente do trabalho e enfermidades profissionais**: os rituais do sofrimento e a morte lenta no contexto do trabalho livre/subordinado. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIRA, Fernanda Barreto. **A Greve Política-Revolucionária e a Emancipação Social**: do novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LOJKINE, Jean. De la Révolution Industrielle à la Révolution Informationnelle. In: BIDET, Jaques; TEXIER, Jacques. **La Crise du Travail**: actual Marx confrontation. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOMBROSO, Cesare. **Los Anarquistas**. Barcelona: Jucar, 1977.

LOSOVISKI, Alexandr. **Marx e os Sindicatos**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1928.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes**: uma história política e filosófica. Tradução: Sílvia de Bernardinis. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**: crise, sociedade do espetáculo, guerra. 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2020.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 78-86.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018a.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélcio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Cuadernos de Pasado y Presente. México: Siglo XXI, 1979.

LUZZATTO, Gino. **Storia Economica dell'età moderna e contemporânea**. Padua, CEDAM, 1955. 2 v.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; YAMAMOTO, Paulo de Carvalho. **O mito – 70 anos da CLT**: um estudo preliminar. São Paulo: LTR, 2015.

MCKAY, Iain. **An Anarchist FAQ**. Oakland: AK Press, 2008. v. I.

MAESO, Benito Eduardo Araújo. **As diferenças em comum**: Deleuze, Marx e o agora. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

MALATESTA, Errico. Programa Anarquista. *In: Escritos Revolucionários*. São Paulo: 2000. p. 179-180.

MANN, Thomas. **Tagebücher 1918-1921**. Frankfurt/Main, 2003.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução: Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril, 1985. v. 1. (Coleção “Os Economistas”).

MARSHALL, Peter. **Demanding the Impossible**: a history of anarchism. Oakland: PM Press, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MARTUCCELLI, Danilo. **El estallido en clave latinoamericana**: la formación de las classes popular – intermediárias. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones, 2021.

MARX, Karl. **“Trabalho assalariado e capital”**. São João del Rei: Estudos Vermelhos, 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad.: Nélcio Schneider e Wanda Caldeira Brant. 1ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção de capital. Edição Friedrich Enegels. Trad.: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018a.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018b.

MARX, Karl. **Grundise**. Manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. Trad.: Mario Duayer e Nélío Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I. Manuscritos de 1863 – 1867. Trad.: Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. Capítulo VI (inédito).

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do senhor Proudhon. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. “La crítica moralizante o la moral crítica”. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **La sagrada família**: a crítica de la crítica contra Bruno Bauer y consortes. 2. ed. Trad. Carlos Liacho. Buenos Aires: Claridade, 1971.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Crítica del Programa de Gotha**. Moscú: Editora Progreso, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad.: Álvaro Pina, Ivana Jinkings. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad.: Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa – Ômega, [195?]. v. 1.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MASON, Paul. **Pós Capitalismo**: um guia para o nosso futuro. Trad.: Jose Geraldo Couto. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. O trabalho escravo no Brasil: os desafios de uma tragédia anunciada. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; GALVÃO, Edna Maria; PRADO, Adonia Antunes Prado (orgs.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 361. p. 355-380.

MATTOSO, Jorge. Dez Anos Depois... In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, Brasil, 2013. p. 180-200.

MAUSS, Marcel. L' Action socialista. In: MAUSS, Marcel. **Érits politiques**. Paris: Fayard, 1997.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. Tradução: Elvira Serapicos. 1. ed. São Paulo: Porfolio Penguin, 2014.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Luanda/Manqualde, Mulemba/Pedago, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, biopoder soberania, estado de exceção política da morte. **Artes & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32. dez. 2016.

MELHADO, Reginaldo. **Poder e Sujeição**: Os Fundamentos da Relação de Poder entre Capital e Trabalho e o Conceito de Subordinação, 2003.

MELHADO, R. Poder e Sujeição: **Os Fundamentos da Relação de Poder entre Capital e Trabalho e o Conceito de Subordinação**. São Paulo: LTr, 2003.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELO, Tarso Menezes. O fetichismo da justiça na sociedade das mercadorias. In: BELLO, Enzo *et al.* **Direito e Marxismo**: tendências atuais. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 371-373.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. Direito, Judiciário Trabalhista e Aparelhos de Estado. **Justificando**, São Paulo, 29 de set. 2020. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/direito-judiciario-trabalhista-e-aparelhos-de-estado/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MENDES, Ana Magnólia. Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: MENDES, Ana Magnólia (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. **O Trabalho na História do Pensamento Ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MERIDA, Carolina; LACERDA, Murilo Couto. Impressões Iniciais Sobre as Repercussões da Lei Federal 13.655/2018 na Judicialização do Direito à Saúde no Brasil.p.74. In: NEVES, Adriana *et al.* **II Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social – Direitos Sociais e Exclusão**. Editor: Lema d'Origem, 2022.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHOUD, Léon. **La Théorie de la personnalité morale**. Paris: 2-me éd, I.

BRUNO, Miguel. Os Governos Dilma Rousseff: Da “Nova Matriz Macroeconômica” ao Golpe de 2016. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.cap. 18.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILL, John Stuart. **The logic of Moral Science**. (1843). London: Open Court, 1987.

MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. (1836). In: **Bentham/Mill**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

MISES, Ludwig Von. **A ação humana**: um tratado de economia. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORELLY, Étienne-Gabriel. **Código da natureza**. Trad.: Denise Botmann. São Paulo: Unicamp, 2013.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad.: Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Maria Lacerda de. **Facismo**: filho dileto da Igreja e Capital. São Paulo: Editora Entremares, 2018.

MÜLLER, Friedrich. Democracia e exclusão social em face da globalização. **Revista Jurídica da Presidência da República**, Brasília, v. 7, n. 72, p. 01-10, 10 maio 2005.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O Capitalismo em Crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais e coletiva do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitária, 2014.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica**: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. Trad.: Antônio Luz Costa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- NIETZSCHE, Friedrich. Humano. **Demasiadamente Humano**. Madrid: A.L. Mateos, 1993.
- NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.
- NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do estado de direito**. Coimbra: Almedina, 2006. cap.1-2.
- NOVE, Alec. **An Economic History of the USSR**. Harmondsworth: Penguin Books, 1984.
- NOWAK, Martin Andreas.; SIGMUND, Karl. Shrewd investimens. **Science**, Washington, v. 288, n. 5.467, p. 819, 2000.
- NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa original. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 56, p. 43-62, 2000.
- NUNES, Rodrigo. **Nem vertical nem horizontal**: uma teoria da organização política. Trad.: Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu, 2023.
- OCAMPO, José Antonio. “A reforma da tributação corporativa internacional: a perspectiva da ICRICT”. Trad.: Luiz Barucke. **Nueva Sociedad**, jul. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reforma-da-tributacao-corporativa-internacional/>. Acesso em: 09 jul. 2023.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Passagem na neblina**: Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: Uma Biografia Não Autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. Introdução. In: PEDROZA, Mário. **Declaração Política de 13/10/1979, Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980.
- OLIVIER, Pétré-Grenouilleau. **A História da Escravidão**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.
- O PROGRAMA da revolução democrática”. II Congresso Nacional, Belo Horizonte, 24-28.11.1999. In: **O PT faz história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- O PT e as eleições presidenciais de 1989. **Perseu**, ano 6, n. 8, p. 123-254, 2012. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- O SOCIALISMO Petista. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/3-Congresso-nacional_Socialismo-Petista.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.
- OITICICA, José. **Ação Direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** – meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

PACHUKANIS, Evugeni, **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo e Ensaios Escolhidos (1921-1929)**. Coord: Marcus Orione. Trad.: Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Trad.: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PACHUKANIS, Evugeni. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Coimbra: Centelha, 1977.

PALLOIX, Christian; AMIN, Samir; BETTELHEIM, Charles; ARGHIRI, Emmanuel. **Imperialismo e comércio internacional**. Tradução: Aton Fon Filho. São Paulo: Global, 1981.

PALOMEQUE LÓPEZ, Manuel Carlos. **Direito do Trabalho e Ideologia**. Trad.: Antonio Moreira. Coimbra: Almeida, 2001.

PARSONS, Talcott. **O sistema social**. Ediciones de la Revista de Occidente, Madrid, 1966.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. “A Tese de ‘Santo André-Lins’, 1979”. In: **Resoluções de Encontros e Congressos**. 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PAULANI, Leda Maria. A questão da estabilização nos anos 80: um enfoque institucional. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1, jan./mar. 1994.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEREIRA, Maria Clara Bernardes; BITU, Tieta Tenório de Andrade. A Relação do Direito do Trabalho com as Teorias Organizacionais: Uma Análise Sobre a Formação do Sujeito Neoliberal nas Novas Modalidades de Trabalho. In: MELO FILHO, Hugo Cavalcanti *et al.* (Orgs.). **Direito do Trabalho: valorização e dignidade do trabalhador no século XXI: estudo em homenagem a Ana Maria Schuler Gomes e Patrícia Maria Carvalho Valença** (in memoriam). Belo Horizonte: APDT Academia: RTM, 2022.

PERROUX, François. **La Coexistence pacifique**. Paris: Presses Universitaires, 1958. III.

PETERS, Enrique Dussel. Mexico’s Liberalization Estrategy, 10 Years On. **Journal of Economics Issues**, v. XXXII, n. 2, June 1998.

PETTY, William. **Obras Econômicas**. Trad.: Luiz Henrique Lopes dos Santos e Paulo de Almeida. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: Norberto Bobbio *et al.* **Dicionário da Política**. Brasília: UNB, 2004. p. 1196-1197.

PIKETTY, Thomas. **O Capital do Século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIMENTA, Joaquim. **Ensaios de Sociologia do Direito**. Recife: Imprensa Industrial, 1915.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, fordismo e Toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, Jailda Eulidia da. **O direito ambiental do trabalho no contexto das relações individuais, sindicais e internacionais**: para além da dogmática jurídica, da doutrina da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do direito comunitário. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PLATÃO. **Filebo**. Trad.: Fernando Muniz. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2015.

PLEKHANOV, Georgi Valentinovitch. **The Materialist Conception of History**. 1891. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/plekhanov/1897/history/part1.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

POCHMANN, Marcio. **O Neocolonialismo à espreita**: mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

PODOSETNIK, V.; YAKHOT, O. **Pequeno Manual do Materialismo Dialético**. Trad.: Daniel Campos. São Paulo: Argumentos, 1967.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POPPER, Karl R. **La lezione di questo secolo** (A lição deste século). Editado por G. Bosetti. Veneza: Marsilio, 1992.

PORTO, Lorena Vasconcelos. **A subordinação jurídica no contrato de trabalho**: uma releitura necessária. São Paulo: LTR, 2009.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PRESEDO, F. Egipto. In: BLÁZQUEZ, José Maria *et al.* (Orgs.). **História del Oriente antiguo**. Madri: Cátedra, 1992.

PROIA, Giampiero. **Manuale di Diritto del lavoro**. Padova: Cedam, 2016.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Filosofia da Miséria**, Tomo I. Tradução: Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2007a.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**, Tomo I. Tradução: Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2007b.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Idée Générale de la révolution au XIX siècle*. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Oewvres completes**. Genebra: Slatkine, 1982. v. 2.

PRZEWORKY, Adam. **Crises da democracia**. Trad: Berilo Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Redefinición de la dependência y marginalización em America Latina**. Mimeo. CEPAL, 1970.

RAINHO, Luís Flávio. **Os peões do grande ABC**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

RANGEL, Inácio. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RANGEL, Inácio. **Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

RAVACHON. “Memórias de Ravachol”. In: MAITRON, Jean. **Ravachol e os Anarquistas**. Lisboa: Antígona, 1981.

REIS, Daniela Muradas. **O Princípio da Vedação ao Retrocesso no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RICARDO, David. “Three Letters on the Bullion Report” (1810). In: **Pamphlets and Papers 1809-1811**. Cambridge University Press, 1951. v. 3.

RICARDO, David. **Princípios da política econômica e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996.

RIP, Arie; VOß, Jan-Peter. Umbrella Terms as Mediators in the Governance of emerging Science and Technology. **Science, Technology and Inovador Studies**, 9, p. 39-59, 2013.

ROCKER, Rudolf. **A Insuficiência do Materialismo Histórico: Religião e Política**. Rio de Janeiro: Simões, 1956.

RODRIGUES, Samir Alves. **A Grande Operação Condor: Inteligência e Espionagem no Cone Sul**. Belo Horizonte, 2019.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROUGIER, Louis. **Les Mystiques Économiques: comment l’on passe des démocraties libérales aux États totalitaires**. Paris: Librairie de Médicis, 1938.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Trad.: Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2019.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial; Flacso Brasil, 2013. p. 10-46.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como Gestão de Sofrimento Psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Trad.: Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum. Trad: Bhuvi Liabano. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANSEVERINO, Luisa Riva. **Diritto sindacale**. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1964.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura Souza de. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Fabio Luís Barbosa dos. **Além do PT**: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. Editora Elefante, 2016.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência**: Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2020. v. 1 (Obras Escolhidas)

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A Democracia Impedida**: O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHMIDT, Michael. **Breve Histoire de L'Anarchism**. Quebec: Lux, 2012.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame**: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland: AK Press, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysics**. New York: Oxford University Press, 1954.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. **Tempo Social: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Trad.: Marcos Santarrita. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **A justiça na sociedade de espetáculo**: reflexões públicas sobre direito, política e cidadania. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

SEVERIAN, Danilo; LACERDA, Antonio Corrêa. Industrialização e Desenvolvimento: As Contribuições de Wilson Cano. In: LACERDA, Antonio Corrêa (org). **Reindustrialização**: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo, SP: Contracorrente, 2022. p. 69-97.

SEVERO, Valdete Souto. **Elementos para o uso transgressor do direito do trabalho**: compreendendo as relações sociais de trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2016.

SHAW, Bernard. **The Intelligent Woman's Guide to Socialism and Capitalism**. Nova York: Brentano's Publishers, 1928.

SINGER, André Victor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André Victor. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 1994.

SINGER, Paul I. **“O Milagre Brasileiro”**: causas e consequências. São Paulo: CEBRAP, 1972. n.p. (Cadernos Cebrap, 6)

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossindicalismo**. São Paulo: Ática, 1987.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations** (1976, Londres: Methuen, 1961, I).

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, Adam. Lectures on justice, police, revenue, and Arms (1763). In: SCHNEIDER, Herbert W. **Adam Smith's moral and political philosophy**. Nova York: Hafner, 1948.

SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da Cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Marco Antônio Mondaini. **Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT**: continuidades e rupturas. São Paulo: FELCH/USP, 1995.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. **Uma História de Desigualdade**: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil, 1926 – 2013. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza e a Desigualdade: Um Balanço dos Primeiros Quinze Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. 2. ed. 7ª reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

STALIN, Josef V. **Dialectical and Historical Materialism**. 1. ed. 1938. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand, 2014.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Trad.: Marian Toddy, Teresa Toddy. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

STUTCHKA, Piotr. **O papel revolucionário do direito e do Estado: teoria geral do direito**. Orgs.: Ricardo Prestes Pazello, Moisés Alves Soares. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023.

SUE, Roger. Sociedade activa e novas utilizações do tempo. In: BLINDÉ, Jérôme (org.). **As chaves do século XXI**. Lisboa: Unesco – Instituto Piaget, 2000.

SUMMER, William Graham. **The Challenge of Facts and Order Essays**. Org. Albert Galloway Keller. New Haven: Yale University Press, 1914.

SUPIOT, Alain. Grandeur and misery of the social state. **New Left Review**, v. 82, 2013.

SUPIOT, Alain. **El derecho del trabajo**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2005. v. I.

TALEB, Nassim Nicholas. **A Lógica do Cisne Negro: O Impacto do altamente improvável**. Tradução: Renato Marques de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

TAVARES, António Augusto. **Civilizações pré-clássicas**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

TAVARES, Maria Augusta; SOARES, Marco Antônio Tavares. O trabalho em pauta. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro**, n. 20, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 155-207.

TAYLOR, Lance; SHAPIRO, Helen. The state and industrial strategy. **World Development**, v. 18, n. 6, 1990.

TEIXEIRA, Victor Emanuel Bertoldo. Lei nº 13.467/2017: O Futuro Repete o Passado na Manutenção da Lógica da Dispensa. *In*: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 361-373.

TERCEIRIZAÇÃO e morte no Trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro.” **Estudos e Pesquisas**, n. 50, mar. 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TERTULIAN, Nicolas. Le concept d’aliénation chez Heidegger et Lukács. *In*: **Archives de Philosophie Reserches et Documentation**. Paris, n. 56, jul./set. 1993.

THEODORO, Márcio. **A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

THERBORN, Göran. Class in the 21 century. **New Left Review**, Londres, n. 78, p. 5-29, nov./dez. 2012.

THIERS, Adolphe. **De la propriété**. Paris: Paulin, Lheureux et Cie, 1848.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987- 1988. 3 v. (1ª ed. inglesa - The Making of the English Working Class).

THOMPSON, Mark. The Survival of Asian values as Zivilisationskritik. **Theory and Society**, v. 29, n. 5, p. 651-686, 2000.

THUROW, Lester C. **O Futuro do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Trad.: Julia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Del concepto ampliado de trabajo al de sujeito laboral ampliado. *In*: TOLEDO, Enrique de la Garza (org.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TULLOCK, Gordon. **Le marché politique: Analyse économique des processus politiques**. Paris: Economica, 1978.

VALADÃO, Rodrigo Borges. **Positivismo jurídico e nazismo: formação, refutação e superação da lenda do positivismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

VALIM, Rafael. **Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VASAPALLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2 (28), p. 368-386, 2005.

WARAT, Luiz Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. versão. 2. ed. aum. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995.

WEBER, Max. Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus [A ética protestante e o espírito do capitalismo]. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, v. XX/XXI, 1905.

WEBER, Max. **A crítica protestante e o espírito do capitalismo**. Trad: M. Irene de Q. F. Szmreccá. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WEBSTER, Eduard; LAMBERT, Rob. Emancipação social e novo internacionalismo operário: uma perspectiva do sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEFFORT, Francisco C. **Por que Democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

WEINGART, Peter. **Das “Harrisburg – Syndrom” oder die De – Professionalisierung der Experten**, 1979.

VERLINDEN, Charles. **Les Origines de la civilisation atlantique**. Neuchâtel: La Baconnière, 1966.

VIANA, Sílvia. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANA, Márcio Túlio. **Da greve ao boicote e outros pequenos estudos** Belo Horizonte: RTM, 2017. (Coleção Resistência)

VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálysis**, v.11, 2008.

WILKERSON, Isabel. **Casta**: as origens de nosso mal-estar. Trad: Denise Bottman e Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo crítico e perspectivas para um constitucionalismo na América Latina. In: WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters (Orgs.). **Constitucionalismo latino-americano**: tendências contemporâneas. Curitiba, Juruá, 2013. p. 19-42.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Sui diritti delle donne** (1792). B. Antonucci (org). Milão: BUR, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006. v. 2.

WOODCOCK, George. Anarquismo: introdução histórica. *In: Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998. p. 5-60.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Trad.: Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Christina L. de Góes; edição Max Altman. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A doença como metáfora social**: política e sensibilidade em tempos de pandemia. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Estado e Classe Operária no Brasil** (Lutas Sociais nos Albores da República). Olinda: Livro Rápido, 2010.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Escola de Frankfurt em Nove Lições**. 1. ed. Curitiba: Collaborativa, 2020.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução: George Shlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.